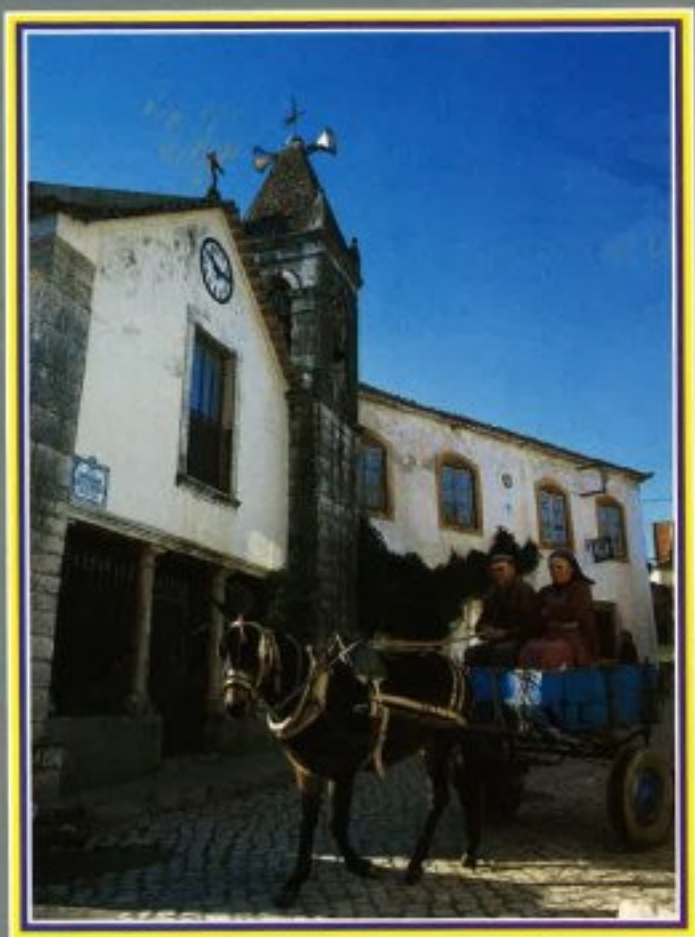


Paula Ferreira da Costa
Helena Sanches Galante

CADAVAL



CADAVAL

contributos para o estudo da memória de um concelho

Edição patrocinada pela CÂMARA MUNICIPAL DO CADAVAL

Paulo Ferreira da Costa
Helena Sanches Galante

CADAVAL

contributos para o estudo da memória de um concelho

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

OS AUTORES:

Ambos os autores são Licenciados em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa).

PREFÁCIO

Do conhecimento de um esboço monográfico efectuado em 1987, no âmbito da Licenciatura em Antropologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, sobre Vale-Cançada, uma aldeia da freguesia da Vermelha, teve a Câmara Municipal do Cadaval o ensejo de nos contactar, solicitando-nos para a elaboração de um projecto para o levantamento histórico-etnográfico do município. Assim se iniciaram, no Verão de 1989, as primeiras pesquisas documentais e os primeiros contactos com as gentes do concelho com vista a suprir a ausência de uma análise do concelho tomado na sua globalidade. A grande parte dos estudos conhecidos sobre o Cadaval, escassos, aliás, e muitas vezes mais empenhados na busca estética do género literário do que em preocupações de objectividade e de fidelidade à realidade, apresenta-se dispersa entre temas avulso e artigos de muito curto fôlego. E se bem que existam alguns, ainda que raros, trabalhos dignos de alguma credibilidade no domínio da etnografia e da arqueologia, o mesmo não podemos afirmar relativamente à historiografia, em cujo domínio deparámos com a inexistência absoluta de investigações específicas sobre o concelho. Dadas estas circunstâncias, pensamos, pois, que merece a Câmara Municipal do Cadaval o mais sincero elogio pelo esforço dispendido no financiamento deste projecto e na procura de um editor para o livro que dele resultou.

No entanto, a par de um optimismo quanto ao investimento neste esforço de inventariação e documentação do património local de que este trabalho é reflexo, não podemos deixar de exprimir aqui um certo pesar relativamente ao facto de apenas agora, desde as últimas recolhas de José Leite de Vasconcelos e de M. Cardoso Martha, nas décadas de vinte e trinta, se ter empreendido a realização desta tarefa, tendo decerto sido muito o que, de uma memória, de um saber e de uma

mundivisão multissecular entretanto irremediavelmente escapou à possibilidade de um registo para o futuro. É com embaraço e uma certa relutância que falamos hoje os velhos das «coisas antigas», por se tratarem de assuntos condenados pela cultura urbana e erudita como fruto da «superstição» e da «falta de instrução da gente do campo», atitude partilhada pela generalidade das camadas mais jovens, que se bem que possam conhecer, ainda que superficialmente, esses relatos os consideram como provas do atraso e da ignorância dos velhos. Duplamente ameaçada, pois, a cultura popular tradicional: do seu exterior, por uma cultura urbana, anti-regionalista, segregacionista, niveladora, que impõe os seus valores, veiculados pela escolarização, pelos media¹ e pelo contacto com os migrantes para os grandes centros urbanos ou além-fronteiras, a um ethos particular; do seu interior, pelas gerações mais jovens, simultaneamente ávidas do usufruto de um progresso material e desdenhosas de valores tradicionais irreconciliáveis com esse progresso².

As festividades cíclicas, cadenciadoras da rítmica agro-laboral, marcos da temporalidade popular, perdem o seu vigor, o seu colorido e a adesão da juventude, que procura hoje, no termo de cada ciclo semanal, as iniciativas hedónicas nas colectividades locais ou mesmo já as discotecas de uma ou outra aldeia do concelho ou as das vilas mais próximas. Mantêm-se as fogueiras pelo São João, mas desapareceram os bochechos de água que as meninas deitavam à rua ou as sortes das fexas e das alcachofras chamuscadas. Do calendário festivo tradicional desapareceram três quintas-feiras: a das comadres e a dos compadres (que começam a dar hoje lugar entre os namorados a ofertas recíprocas pelo S. Valentim) e, a mais saudosa dos velhos, a da espiga. O cantar dos Reis sobrevive ainda, sem nunca ter conhecido qualquer interrupção, apenas numa aldeia nas faldas de Montejunto, e as Janeiras, que outrora se cantavam por todo o norte do concelho, foram revividas em Alguber em 1990 depois de mais de duas décadas de total esquecimento, desde as recolhas que Giacometti efectuou no lugar, sem contudo terem conseguido afirmar-se novamente. Não obstante, as crianças continuam ainda, em algumas aldeias, «por graça», como insistem no Peral, a «pedir o Pão-por-Deus».

As azenhas estão hoje, com excepção de uma, no Vilar, todas votadas ao abandono; a ruína da maior parte dos moinhos, quando não é interrompida para os transformar em habitações de fim-de-semana, confina-os a suportes de marcos geodésicos ou a refúgio dos já escassos pastores nos dias de invernias; as outrora misteriosas grutas da Serra de Montejunto, objecto de interditos fundamentados em crenças sobre moiras de encantos muitos, meio serpentes, meio mulheres, desvendam hoje os seus tesouros litológicos à lanterna profanadora dos espeleólogos e dos arqueólogos. Arados, grades desterroadoras e demais utensilagem agrícola, tornada obsoleta perante um recente esforço mecanizador, é deixada esquecida a enferrujar em palheiros e arrecadações ou vendida a comerciantes de velharias, não sendo já raro encontrar aqui e ali cozinhas adornadas com penetas, crivos,

¹ «Antigamente, durante os serões», contou-nos uma informadora do lugar da Corujeira, Alguber, «as mães entretinham os filhos a contar-lhes histórias, adivinhas, anedotas... Isso e as rezas para os filhos serem bonzinhos: o Padre-Nosso pequenino, a Salvé-Rainha pequenina... Mas agora, agora não dá tempo para contarmos anedotas nem histórias porque todo o tempo é pouco para ver-se televisão, não é?».

² No Pereiro, a propósito de andarmos a saber dos «rezes», admiravam-se os mais idosos de querermos saber destas «coisas antigas» pois «os jovens de hoje não sabem nem querem saber destas coisas», «nem sequer têm curiosidade em perguntar...».

escamisadores de milho ou escápulas de pendurar o porco, indícios de que os utensílios tradicionais se vêem despojados das suas funções utilitárias originais e se acham progressivamente investidos de uma função meramente estética. E entre Abril e Maio já não ecoam pelos campos os cantares das mulheres na monda, tarefa substituída pelos herbicidas químicos e pela jorna de um só homem.

Em certas aldeias queixam-se os fiéis de certos sacerdotes terem alienado em benefício próprio pertences das igrejas e capelas locais: imagens de santos, órgãos, oratórios, etc. Queixam-se de retábulos que vão a restaurar e que regressam alterados, suspeitando-se de haverem sido substituídos por outros, falsos. Procurámos, com base em relatos de J. Leite de Vasconcelos, painéis gratulatorios datados de fins do século XVIII e inícios do século XIX na capela da Sobrena e na capela da Nossa Senhora das Neves, no alto do Montejunto. Em vão. E se bem que gire em torno de certas imagens de santos a crença na sua recusa em se deixarem pintar, outros não escapam à boa vontade dos conservadores das igrejas e à policromia das tintas de esmalte comercializadas nas lojas locais, quando não são deixados ao bolor e aos ácaros nas sacristias, como é o caso da Nossa Senhora do Carril, outrora famosa pela sua recusa em habitar a igreja do Vilar, mito que os jovens da aldeia hoje desconhecem. No Cercal, a antiga ermida da Nossa Senhora da Ajuda, suspeita de se tratar de um antigo morabito, actualmente utilizada por um particular como um curral de gado caprino, viu-se há já cerca de duas décadas despojada da imagem do seu orago, aí encontrada enterrada, que, de acordo com as diversas versões locais, teria sido vendida para um qualquer país europeu. Também o púlpito da igreja do Divino Espírito Santo na Vermelha, despojado da sua antiga função, se viu, quando da realização das obras de suposto melhoramento do edifício, privado das escadas que lhe davam acesso. Numa parede da igreja do Painho resiste ainda, parcialmente esfacelado, o único azulejo representando as alminhas que podemos observar no concelho ao longo do nosso contacto de quase dois anos com as populações do mesmo. Mas já ninguém pára aí, depois do regresso do trabalho nas fazendas, para rezar um Pai-Nosso e uma Avé-Maria pelas almas em expiação no purgatório, nem ninguém se recorda presentemente da sua velha significação. Chegaram mesmo a fornecer-nos a explicação de que «Ah, aquilo foi um azulejo que, quando se fizeram as obras na igreja, uns homens acharam e ali puseram». Mas nem só o património religioso (defendido, apesar de tudo, pelas próprias comunidades a que pertence) se pode observar em estado de relativa degradação, como, principalmente, o património civil privado. É concretamente o caso de algumas Quintas, cujos proprietários não parecem motivados para a questão da protecção, quer do património histórico-arquitectónico que outrora se destacava do casario baixo típico da Estremadura Cistagana, quer do património móvel representativo da actividade produtiva e do poder de um estrato social que dominava então a economia agrícola nacional.

Ora, a par de uma relação de empatia com certos períodos históricos ou de valorização dos mesmos pautada por interesses político-ideológicos, afirma-se hoje uma conceptualização dos vestígios do passado enquanto componente da qualidade de vida perante a qual as actuais gerações estão investidas de uma obrigação moral de conservação. E precisamente este trabalho, resultante de um primeiro levantamento histórico-etnográfico do concelho, poderá, com os devidos desenvolvimentos e aperfeiçoamentos, constituir um ponto de partida para o empreendimento

de um esforço de musealização que leve a efeito, in situ, a tarefa múltipla de conservação, investigação, exposição, didactização e problematização constante do património cultural local, tarefa essa que deverá incluir no seu âmbito de acção não só o património material, os vestígios ergológicos do passado concelhio, mas igualmente um património que não se deixa a maior parte das vezes moldar pela matéria: o património constituído pelo saber dos homens e pelo complexo de crenças veiculados pela oralidade entre as gerações. Ainda que, limitados com o tempo e os instrumentos de que podemos dispôr, alguns dados sobre o concelho tenham conseguido ser reunidos nestas páginas, continuam sem protecção efectiva e à espera de recolha quer as velhas alfaias esquecidas nos palheiros e nas arrecadações, as carroças, as albardas, as técnicas de cultivo, quer os contos, as lendas, a poesia e o romanceliro popular, enfim, o imaginário e as personagens que os habitam. Sendo este estudo indicativo de uma importância recente atribuída à história local, esperamos igualmente que, para além de dar a conhecer o município a pessoas exteriores ao mesmo, ele possa alertar não só as camadas mais jovens mas todos os habitantes do concelho, para os quais este Prefácio é especialmente dirigido, para o facto de que existe uma correlação entre passado recordado e identidade cultural, entre memória colectiva e existência em grupo. Espelho onde, narcisicamente, uma comunidade se mira e vê reflectida a imagem do que foi e como veio a ser o que é, esperemos que o presente trabalho possa de algum modo, para além de uma instrumentalização exibicionista que alguns poderão ser tentados a com ele operar, permiti-la pensar-se a si própria, preparando o seu futuro após identificadas fraquezas e energias próprias.

Mas nem este processo de mudança, que muitos entendem como enfermando de modo vinulento a comunidade rural tradicional portuguesa, afastando-a dos paradigmas de sociabilidade comunitária (por vezes mais no olhar dos próprios estudiosos do que das comunidades observadas), é anormal no seio de comunidades camponesas nem, seguramente com excepção para determinadas transformações tecnológicas, recente: já J. Leite de Vasconcelos aludia frequentemente ao facto de que se encontrava perante uma realidade em mutação, sem a identificar contudo em relação a um período preciso da história do grupo e do país. Não sendo perpetuadas entre as gerações mais jovens, nem pela palavra, pelo mito, pela transmissão oral de saberes e concepções antigas, nem pelo gesto, pelo ritual, pela objectivação desses saberes e concepções, vê-se assim esboroar um complexo de crenças e práticas que pode (quando, ao certo?) ter outrora conhecido uma integridade e coerência mas do qual se apresentam hoje, e se começavam a apresentar há já pelo menos um século, apenas reminiscências esparsas, como se tratasse de um velho puzzle de que se tivessem perdido muitas peças e cuja ausência apenas pode ser preenchida por intervenções especulativas mais ou menos arrojadas, formuladas com maior ou menor segurança. Ora, esta investigação, pela sua própria natureza um levantamento da história e das tradições concelhias, defrontou-se com a procura de fenómenos que, ou tinham desaparecido completamente da vivência das populações (a Festa do Cuco, a folga do trabalho e a merenda nos pinbais na Quinta-feira de Ascensão, e. g.) ou sobreviviam, sob novas formas, no presente. Em certa medida, pois, e relativamente à abordagem de certos fenómenos, o Livro II, nascido exclusivamente de uma abordagem de cariz etno-antropológico do material recolhido, poderá pois, com as devidas reservas, ser concebido como uma reconstrução parcial, efectuada mediante uma referência constante ao presente, de uma

realidade que terá existido não antes da penúltima década do século XIX, altura pela qual J. Leite de Vasconcelos coligiu os seus primeiros materiais etnográficos do concelho, nem certamente depois da década de sessenta do presente século, quando no concelho se começaram a fazer sentir os primeiros efeitos de profundas transformações socioeconómicas extensíveis à globalidade do país.

Não se julgue, porém, que a visão possível do concelho que aqui apresentamos coincide com uma visão idílica que pretenda veicular uma imagem da sociedade rural como o estado ideal, isento de tensões, conflitos e profundas desigualdades, da sociedade portuguesa. E na leitura dos textos que se seguem dever-se-á ter em consideração o facto de que o objecto deste estudo não se nos revela como uma cultura homogénea extensiva a toda a área administrativa do município, mas antes como um conjunto de produções e representações geradas no seio de segmentos sociais específicos que, demográfica, económica e politicamente diferenciados, produtores de memórias, representações e mecanismos de pertença social diversos, estabelecem relações no interior de e com referência a um complexo histórico e geográfico gerador de um mínimo comum de identidade social.

Para operar a recuperação e a reconstrução das estruturas do passado desta «comunidade» complexa, com a referência a um mesmo espaço/território e um tempo/passado partilhados como denominador comum, este estudo socorreu-se assim quer de uma memória «escrita», materializada não somente em textos de cariz etnográfico, historiográfico e/ou literário, mas também em testemunhos arqueológicos, quer de uma memória não escrita, veiculada oralmente, muitas vezes próxima da fabulação e do mito. Da perspectiva histórica, diacrónica, da memória das gentes do concelho trata o Livro I, da autoria de Helena Sanches Galante, enquanto da visão antropológica dessa memória e dos mecanismos identitários que dela resultam, que a produzem e a reproduzem, trata o Livro II, produzido por Paulo Ferreira da Costa, de cuja responsabilidade é igualmente a Introdução (Enquadramento Natural do Concelho). Da autoria de ambos são este Prefácio e o capítulo final, dedicado à produção vitivinícola. Com referência às teorias e aos métodos próprios desses dois corpos de conhecimento — a Antropologia e a História —, foram utilizadas na nossa pesquisa as seguintes técnicas de observação: observação indirecta ou documental, abrangendo fontes e testemunhos escritos que de algum modo facultassem informação acerca do município; observação directa intensiva, baseada principalmente em entrevistas, documentais e de grau de directividade variável, mas oscilando entre a entrevista livre e a entrevista semidirectiva³. Relativamente à observação directa, verificámos que, mostrando-se as mais das vezes

³ Relativamente às técnicas de observação directa adoptadas privilegiou-se sempre a profundidade sobre a extensão, uma abordagem qualitativa sobre uma abordagem quantitativa, ainda que se tivesse tido inicialmente e ao longo de todo o processo de investigação a preocupação de efectuar, ao nível da recolha etnográfica, o estudo de amostras pertencentes a todas as freguesias do concelho, tendo-se procedido, após uma fase preliminar de pesquisa não sistematizada do campo de análise, à selecção de centas freguesias em particular para o aprofundamento dos problemas colocados. Foram elas as freguesias de Alguber (e, em particular, dentro dela, os lugares da Corujeira e Gouxaria), Cadaval (referimo-nos concretamente à vila), Figueiros, Lamas, (dentro da qual se exploraram com maior acuidade os lugares da Murteira e de Pragança), Painbo, Peral (além da sede de freguesia consagraram-se mais esforços no lugar das Barreiras), Vermelba (além da sede de freguesia, o lugar de Vale-Canada, que conhecíamos já desde 1987) e Vilar (no interior da qual nos debruçámos especificamente sobre o lugar do Pereiro).

receptivos à tarefa a que se propunha o Levantamento Histórico-Etnográfico, os residentes no concelho por nós contactados não raramente esboçavam interesse em saber da «origem» de certo tema da sua cultura material, frequentemente de tónus territorial (normalmente uma igreja, uma capela, uma ponte ou uma fonte), alegando que «isto tem de ter uma origem», formulando questões sobre as quais se mostravam curiosos e para as quais ansiavam por respostas. Ora, gostaríamos de referir aqui que, ao invés do que vulgarmente se poderá supor no concelho, são raros os testemunhos documentais (nem sequer acrescentamos, note-se, o adjectivo fidedignos) referentes ao património material do concelho. Frequentemente deparávamos-nos sugestões de que as igrejas estão «escritas», ou de que «a ponte romana [de Alguber] está escrita», ou seja de que, algures (aludia-se por vezes à Torre do Tombo) se encontrava documentação, sob forma escrita, acerca desse património, como se a memória dos factos e dos objectos se fixasse simplesmente pela escrita sem necessidade de agentes intervenientes no processo, de escribas⁴. Fenómenos semelhantes sucediam-se relativamente a demais «coisas antigas», lendas de aparições de santos ou acontecimentos que catalogaríamos de históricos, e mesmo relativamente à vida de certas pessoas. Foi o que aconteceu relativamente a J. Leite de Vasconcelos, acerca do qual persiste ainda uma certa memória no Peral, a aldeia onde residia família do outrora médico no concelho, e em cuja casa este permanecia sempre que se deslocava ao Cadaval. Um habitante do Peral sugeriu-nos então que actualmente seria fácil reunir documentação que provasse a relação de J. Leite de Vasconcelos com a dita povoação e com os seus parentes aí residentes, uma vez que «tudo isso se pode arranjar hoje em dia nos computadores». Infelizmente, os computadores não nos fornecem dados alguns a menos que os recebam previamente.

Foi constante o esforço de nos demarcarmos de uma visão popular, impressionista, dos fenómenos, se bem que essa visão se constitua como parte integrante do nosso objecto de análise, sendo que a nossa cautela perante os relatos dos nossos informadores decorre de vários factores. Em primeiro lugar, o facto de, estranhos ao concelho, dificilmente, apenas em certas ocasiões e apenas pela mão de certos indivíduos, termos acesso à vivência com certos grupos das populações. Em segundo lugar, se jamais deparámos com dificuldades realmente graves no relacionamento com as pessoas por nós entrevistadas (jamais nos defrontámos com situações de hostilidade ou de animosidade), também nunca se geraram, no caso oposto, relações de verdadeira familiaridade entre nós e os entrevistados, mantendo-se o mais das vezes uma atmosfera de cordialidade, se bem que, em certos casos, depositassem em nós uma certa confiança. Cedo nos precavemos, de facto, de uma certa ingenuidade que nos poderia levar a supor que o informador diz sempre tudo o que sabe acerca do que se lhe pergunta, que diz sempre o que pensa sobre o que lhe é perguntado. Escusado será, além disso, pensar que os informadores respondem (ainda que porventura o possam fazer) de acordo com as categorias de classificação da realidade do investigador. Dificilmente, aliás, conseguimos deles uma exegese quanto às suas crenças e quanto ao seu *modus vivendi*. De facto, a

⁴ Note-se, todavia, a importância atribuída à palavra escrita por elementos — os mais velhos — de um estrato social que apenas recentemente viu a globalidade dos seus filhos subir aos bancos da escola mas que em relação a ela sempre teve oportunidade de verificar a sua dependência em cada contacto com a Câmara e o regedor, no registo de cada nascimento e de cada óbito, em cada celebração eucarística e mesmo, por vezes, no recurso a «bruxas» e demais curandeiros.

sua explicação relativamente às motivações que fundamentam as suas acções, os seus comportamentos, são muitas vezes do seguinte teor: «não se deve deixar a roupa das crianças ao luar» porque é mau»; «se, acidentalmente, se deixa cair sal na cozinha, não se deve pisar» porque é mau»; «diz que é bom [ter uma pedra-de-raio em casa]; «por tradição»⁵ [em Alguber, os padrinhos de baptizado eram também padrinhos de casamento dos seus afilhados]; «a serra de Todo-o-Mundo é chamada a "Serra mal-arrecadada"... não sabemos porque se chama assim... era assim que diziam os antigos, os nossos pais, que já ouviam aos pais deles, e eles aos pais dos pais deles...». Ainda no que refere às reservas quanto às informações por nós obtidas junto dos informadores, devemos finalmente ter em conta o facto de que lidamos com a memória de um grupo e o perigo que representa epistemologicamente lidar com uma matéria que pertence «ao domínio do fantástico, dado que organiza esteticamente a recordação» e que é «poder de organização de um todo a partir de um fragmento vivido» (Durand, 1989:275-276), bem como o facto de que apenas nos é permitido o acesso a essa memória colectiva a partir de memórias individuais, do «antigamente era assim», da representação que as pessoas têm hoje do que antigamente faziam e não do que efectivamente faziam. O trabalho tentou demarcar-se igualmente da história regionalista típica, uma história facciosa, encomendada pelo e forjada ao serviço do poder local, dourando os municípios à custa de uma prostituição do saber que apenas selecciona o memorável; ao invés, o trabalho pretendeu-se, desde o seu início, científico e, como tal, moralmente inócuo, desafectado de qualquer tipo de ideologia e fora da subjugação a qualquer tipo de poder. Não se pretendeu fazer aqui uma história unicamente daquilo que o senso-comum poderia chamar de acontecimentos «importantes» do município, nem uma história exclusivamente dedicada ao conhecimento das grandes personalidades: dos párocos mais queridos das populações, dos antigos senhores donatários, dos presidentes camarários e das vereadorias. Não se tentou fazer uma história episódica, do acontecimento, mas uma história das estruturas e da totalidade do social, a qual não é constituída apenas pelas personagens «ilustres», mas também pela massa anónima das classes populares que trabalha os campos, participa nas Ladaínbhas para garantir boas colheitas, rouba o Menino Jesus ao Santo António quando quer casar ou consulta mulheres de virtude para curar o gado de «maus-olhos». Todavia, não obstante termos tentado sempre demarcarmo-nos do e problematizarmos o nosso objecto de estudo, estamos conscientes das limitações de certas abordagens, pelo que guardamos disponibilidade de espírito perante eventuais reequacionamentos dos problemas tal como os abordámos. Aproveitamos aqui, aliás, para fazer recair sobre nós próprios toda a responsabilidade quanto à organização dos factos apresentados, em virtude do trabalho ter sido por nós efectuado sem qualquer espécie de orientação, quer teórica, quer metodológica. As dificuldades que experimentámos tanto na organização e planificação do trabalho como na obtenção, análise e interpretação dos dados foi por nós sentida especialmente no domínio da historiografia, campo que, à partida,

⁵ Note-se que, segundo a aceção comum, cabe neste termo tudo o que vem do passado e que não é explicável hoje em termos de uma utilidade meramente económica. Enfim, cabe aí tudo o que subsiste, quer ao nível das práticas, quer ao nível das representações, mas que perdeu um sentido de coerência com a totalidade vivida e concebida, apresentando-se comumente como anacronismos ou resquícios atávicos do passado.

se nos apresentava praticamente desconhecido. No entanto, tivemos em consideração que seria pertinente incluir neste estudo monográfico, e face à total inexistência de qualquer trabalho no âmbito da história do concelho, uma análise introdutória que permitisse avaliar, ainda que superficialmente, a evolução diacrónica das estruturas do concelho. Tarefa sempre ingrata se considerarmos quer a extrema vastidão do período temporal — abordado desde a Pré-História até ao presente —, quer a diversidade temática em análise, que incluiu duas grandes áreas: uma dedicada à progressão do povoamento e outra votada à administração senhorial e concelhia. Contudo, queremos frisar que se trata apenas de um esboço historiográfico, aguarela ténue e difusa cujos contornos esperamos que venham a ser futuramente vinçados e definidos.

Para finalizar, aproveitaremos este espaço para expressar o nosso mais grato reconhecimento a todas as pessoas por nós contactadas que nos auxiliaram quer na recolha de informações relativas ao concelho, quer no esclarecimento de dúvidas particularmente relacionadas com o decorrer do estudo historiográfico. Agradecemos em especial a Afonso José Jorge, pelo seu apoio ao longo de todo o trabalho e pela sua solicitude em nos auxiliar a estabelecer contactos com as pessoas e as realidades concelhias; ao Dr. João Ludgero Gonçalves, arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa, pela atenção dispensada ao longo dos vários contactos efectuados; à Dra. Maria Cândida Porto, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, pela sua orientação relativamente à nossa abordagem etnológica das questões identitárias; aos Drs. José Manuel Varandas e Nuno Simões Rodrigues, do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; a Vitor Fernandes, por nos haver confiado o seu material de registo fotográfico que nos permitiu ilustrar a realidade concelhia; à Dra. Maria Cristina Fernandes Roque pela prontidão e disponibilidade com que sempre correspondeu à colaboração por nós solicitada.

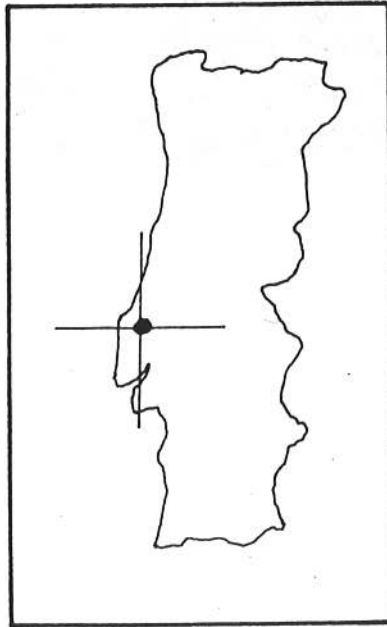
E, muito particularmente, agradecemos a todas as dezenas de informadores do concelho que tiveram de suportar o gravador, a máquina fotográfica, e, quantas vezes, a nossa insistência em pretender abordar questões delicadas. Sem todos eles não teria sido possível a realização do trabalho tal como é aqui apresentado.

Lisboa, Abril de 1992.

INTRODUÇÃO

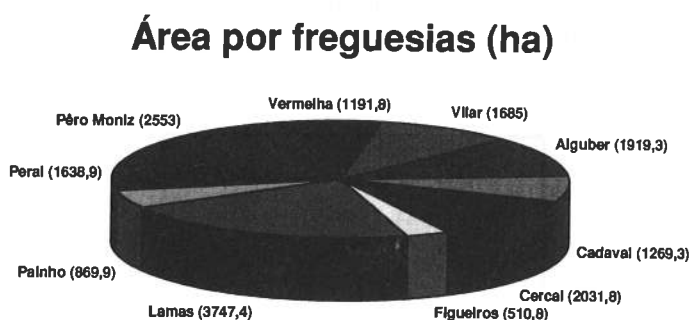
ENQUADRAMENTO NATURAL DO CONCELHO

Designado administrativamente por concelho rural de terceira ordem, o município do Cadaval situa-se no extremo norte do distrito de Lisboa [ver fig.1], no ponto de confluência deste com os distritos de Leiria e de Santarém. Nos seus limites administrativos situam-se os concelhos de Alenquer, Azambuja, Bombarral, Caldas da Rainha, Lourinhã, Rio Maior e Torres Vedras [Anexo, mapa 1].



[Fig. 1]

O concelho reparte a sua área por dez freguesias, cujas dimensões, relativamente díspares entre si, se podem observar no sectograma representado na fig.2. Como nos é dado observar, a freguesia de Lamas, com aproximadamente 3747 ha, apresenta-se como a mais vasta, abrangendo praticamente todo o centro do concelho e ainda, a sudeste, parte da serra de Montejunto. Seguem-se-lhe, respectivamente com 2553 ha e com 2032 ha, as freguesias de Pêro Moniz e Cercal. Entre os 2000 ha e os 1000 ha de área, contam-se as freguesias de Alguber, com 1919 ha, Vilar, com 1685 ha, Peral, com 1639 ha, Cadaval, com 1269 ha, e Vermelha, com 1192 ha. Finalmente, abaixo dos 1000 ha contam-se apenas duas freguesias, tendo a segunda sido criada apenas no início do século, e a partir da desanexação da primeira: Figueiros, com 511 ha, e Painho, com 870 ha.



[Fig. 2]

1. O RELEVO

Do ponto de vista geomorfológico, o concelho insere-se na orla ocidental, na qual dominam rochas sedimentares, nomeadamente calcárias, argilosas e areníticas. A orla ocidental é também designada por orla Mesocenozóica em virtude de ter sido formada entre finais da Era Secundária e inícios da Era Terciária, período caracterizado pela emersão e enrugamento dos extensos depósitos sedimentares acumulados no fundo do oceano que rodeava o maciço Hespérico. Assim, tendo em consideração a sua constituição litológica, dominam no subsolo do concelho, exceptuando a pequena mancha de rochas eruptivas correspondente à serra de Todo-o-Mundo, as rochas sedimentares, em grande parte de natureza calcária, do Jurássico¹. Na área norte e nordeste do concelho (freguesias de Vermelha, Painho, Figueiros, Alguber e Peral) dominam camadas do Pterociano, enquanto, para sul e sudoeste (freguesias de Cadaval, Pêro Moniz, Vilar, e ainda parte da freguesia do Peral) predominam camadas do Portlandiano. De referir ainda, a existência ao longo das principais linhas de água que alimentam o concelho de aluviões modernas do Plio-Plistocénico.

Situada na sequência do alinhamento montanhoso do maciço calcário da Estremadura, unidade estrutural que por seu turno representa a continuação da Cordilheira Central e que constitui a principal massa de relevo da orla ocidental, a serra de Montejunto situa-se nitidamente na fronteira entre a unidade geomorfológica da orla ocidental e a unidade geomorfológica da bacia do Tejo. Assim, a oriente domina uma área geológica datada do Miocénico, abrangida nas imediações da serra pelos concelhos de Alenquer e Azambuja, estendendo-se na direcção oposta uma mancha do Jurássico onde assentam os concelhos próximos de Cadaval, Bombarral e Lourinhã.

A serra é predominantemente constituída por rochas calcárias, apresentando porém certas áreas em que estão presentes rochas vulcânicas: doleritos, rochas de composição basáltica, no Zambujeiro, ao longo de uma linha que se estende desde o Alto da Lagoínha até, já no concelho de Alenquer, aos Casais da Fonte da Pipa, e rochas vulcânicas alteradas, junto à Cruz da Pedra, na Quinta da Serra, entre a capela da N.ª Senhora das Neves e a capela de S. João Baptista, e, finalmente, no Alto da Lagoínha. A serra é ainda composta por grés com vegetais fósseis, dos períodos Albiano, Aptiano e Neocomiano, numa vasta área que se estende desde o Charco, a sudoeste, até, já fora da serra, a Alguber. Contudo, desde o Alto da Lagoínha até um pouco além dos Moinhos da Portela de S. Martinho, a grande parte do Montejunto é constituída por camadas calcárias do Oxfordiano, andar do Jurássico superior. Na secção mais elevada da serra, numa área compreendida entre a Real Fábrica do Gelo, a norte, e os Casais da Pedreira, a sudeste, eleva-se a partir dos 400 metros de altitude um complexo litológico datado do Batoniano e do Caloviano. Na periferia deste complexo verifica-se a existência, a norte, na Quinta da Serra, a sul e a sudeste, de depósitos de ver-

¹ Cf. *Carta Geológica de Portugal* (n.º 30-B) da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos de Portugal, 1965. Para mais desenvolvimentos, consulte-se a *Notícia explicativa da folha 30-B (Bombarral) da Carta Geológica de Portugal*. Para a localização dos períodos geológicos mencionados ver, em anexo, *Cronologia dos Tempos Geológicos*.

tentes do Plio-Plistocénico, existindo também, datado deste período, uma pequena mancha de depósitos de terraços no pequeno planalto do Arieiro.

Sendo morfológicamente um amontoado de cabeços [Anexo, mapa 2], a serra caracteriza-se pela existência de um grande número de escarpas, muitas das quais não são acessíveis à fauna terrícola. Em termos tectónicos, o maciço apresenta-se dividido por um grande número de falhas², principalmente na sua secção sul, algumas das quais, na área do Cercal e junto ao Moinho do Moloço, se apresentam ocultas.

A acção erosiva das águas das chuvas que ao longo dos últimos cem milhões de anos foram corroendo e infiltrando-se no calcário macio deu origem a numerosas grutas e algares. Das grutas, acerca das quais nos demoraremos mais adiante quando tratarmos da questão da presença humana no concelho durante o período da Pré-História, gostaríamos de referir aqui tão-somente a sua importância ao nível arqueológico e o seu interesse em termos espeleológicos. Dos algares, são férteis os relatos dos habitantes das aldeias que se situam no sopé da serra, nomeadamente Pragança e S. Salvador, acerca do seu grande número e da grande fundura de alguns deles, profundidade que chega, em certos casos, a atingir a centena de metros³. Contam-se episódios de homens que se aventuraram a descer por cordas em certos algares, mas que, chegados a certo ponto, e sem lhes vislumbrar o fundo, se viam obrigados a retroceder. Um destes algares, o de «Maria Pires», vem, no *Dicionário Geográfico*⁴, assim referido pelo cura da freguesia de Lamas em 1758 como tendo «de fundo secenta e quatro palmos e de largo trinta e tres». E, pela mesma ocasião, escreve o pároco do Cercal que «ha na mesma serra varios buracos bastante muito largos aos quais se não pode alcançar fundo, ha uma abertura no fim da mesma serra para a parte do Nascente aonde chamão a penna da Lapa [...], e o lugar he bastante muito escuro e ninguém se atreve a ver o fim»⁵. No Pereiro, bem como em outras aldeias situadas nas faldas do Montejunto, os habitantes ouvem frequentemente estrondos assustadores vindos do interior da serra, como se nas suas entranhas algo se desmoronasse e abatesse sobre si próprio, fenómeno que diferenciam das detonações na pedreira de Rochaforte e com o qual dizem não se verificar ligação alguma. Aliás, desde sempre se ouve a montanha rugir. Fundamentada nestes factos subsiste assim a crença de que «a serra é rota por dentro» e de que, «diz-se», comunicando através das suas cavidades naturais, por ela entra um braço de mar adentro, pelo que uma pequena lagoa num dos pequenos planaltos no alto da serra conserva a designação de «ouvido do mar». Ora, esta visão popular da montanha não é certamente estranha à crença nas divindades ctónicas e aquáticas mais bem representadas no nosso país e que, curiosamente, habitam essas covas e essas grutas no interior da terra: as moiras encantadas.

² Em termos de intensidade sísmica, A carta I.10 do *Atlas do Ambiente de Portugal* aponta para toda a área abrangida pelo concelho, e para o período de 1901-1972, uma intensidade máxima de valor VII na escala, de doze graus, de Wood-Neumann. Note-se que o concelho se insere numa das regiões naturais do nosso país mais afectadas por fenómenos sísmicos, intensidade essa que deriva, em parte, do facto da sua proximidade com uma grande área deprimida entre falhas: o Ribatejo.

³ Cf. *Proposta...*, p. 19.

⁴ *Dicionário Geográfico*, vol. 19, n.º 37.

⁵ *Ibid.*, vol. 10, n.º 268.

Erguendo-se na direcção NNE-SSO ao longo de uma quinzena de quilómetros pelos concelhos de Alenquer e Cadaval, a poderosa dobra anticlinal da serra de Montejunto atravessa este último desde o seu extremo oriental até ao seu extremo sul, abrangendo a totalidade da freguesia do Cercal e grande parte das freguesias de Lamas e do Vilar. Este complexo montanhoso domina todo o horizonte a este e a sudoeste do concelho [Fotos 1 e 2], elevando-se a partir dos 200 metros [Anexo, mapa 3]. Eis a descrição da serra que nos deixou Fr. Luís de Sousa em 1623:

«a serra que hoje chamão de Monte junto [...] consta de huma só pedra, ou monte que igual, e juntamente crece, e sobe, em meio de terras lavradas, e por toda a parte cultivadas, e ainda que são dobradas, e de varzeas, e oiteiros entresachadas, ficão em comparação d'ella hum campo razo. E tal vista offerecem aos olhos de quem do alto as considera. [...] e he tão agra e alcantilada em roda, que com grande difficuldade se pode subir a cavallo»⁶.

Na sua secção norte, entre Rochaforte e o Cercal, a serra, designada em Pragança por «serra de baixo», encontra-se ainda coberta de um denso manto vegetal, enquanto a secção sul, suporte agrícola de várias aldeias, apresenta, pelo menos até determinada altitude, as suas encostas agricultadas. Aqui, desde o Alto da Lagoínha, a parte da serra sobranceira às aldeias do Pereiro e do Avenal, até ao lugar da Rabissaca, pertencente já a Alenquer, o Montejunto apresenta-se quase ininterruptamente coroadado de moinhos de vento, oferecendo um dos mais belos espectáculos paisagísticos de que se pode disfrutar na região. Na sua secção central, ou «serra de cima», ainda seguindo a denominação local, o maciço agiganta-se para atingir aí, junto aos radares da Esquadra nº 11 da Força Aérea Portuguesa, a sua altitude máxima, 666 metros, pelo que se apresenta como o segundo ponto mais elevado da Estremadura, logo a seguir à serra de Aire. Ao «território que fica nas abas da serra de Montejunto» indica J. Leite de Vasconcelos que se atribuía a designação de «*Borda da serra*»⁷.

Numa das cotas mais elevadas da serra, a 661 metros, está edificada a ermida de S. João Baptista [Foto 3], já pertencente à freguesia alenquerense de Cabanas de Torres, junto da qual se encontram as ruínas de um edifício que jamais chegou a ser completado e que se destinava a ser um convento da Ordem de S. Domingos. Alguns metros abaixo daquela capela e do convento imperfeito, ergue-se, num pequeno planalto e já em chão cadavalense, um outro convento, também em ruínas, outrora pertencente à mesma ordem religiosa, à qual pertenceu o cronista que acima nos deixou a sua impressão do Montejunto. Junto a este edifício, escolhido pelos Dominicanos para refúgio do mundo dos homens, ergue-se um santuário dedicado à Nª Senhora das Neves, fonte de atracção de uma romaria cujas origens, enquanto culto de devoção cristã, remontam provavelmente à Idade Média. No entanto, a serra, que Frei Luís de Sousa refere (sem

⁶ Fr. Luís de Sousa, (1623) 1977: 63.

⁷ J. L. de Vasconcelos, 1980b: 650.

indicar a fonte) como tendo sido designada como «Monte sacro», ou seja, como monte sagrado, deve desde sempre⁸, enquanto associada a uma simbólica do alto, do divino e da transcendência, ter sido objecto de representações mágico-religiosas.

A serra de Montejunto recebe ainda o epíteto de «serra da Neve», sendo várias as explicações que a população local oferece para essa designação. Aparentemente, a serra seria assim denominada em virtude de aí nevar. Contudo, se bem que a geada possa eventualmente cobrir o cimo da serra durante alguns dias nos meses de Inverno, as tentativas de esclarecimento fornecidas pelos habitantes do concelho põem de parte essa hipótese, insistindo noutro tipo de conceptualizações. Assim, segundo uns, essa designação deve-se ao facto de no seu alto se encontrar a capela da N^{ra} Senhora das Neves⁹. Segundo outros, o Montejunto é assim chamado por aí ter funcionado, entre meados do século XVIII e fins do século XIX, a Real Fábrica de Gelo de Sua Majestade. Porém, forneceram-nos ainda a explicação de que a serra seria possivelmente assim designada em função das suas características geomorfológicas: ao longe, a brancura do calcáreo que aflora ao cimo da serra assemelhar-se-ia à brancura da neve, e o título de «serra da Neve» derivaria certamente menos de um equívoco do que de uma metáfora destinada a sublinhar essa semelhança.

Do alto da serra desfrutam-se vastos horizontes: para oriente, a encosta arredondada da serra cai imponentemente sobre o município de Alenquer [Foto 4], e a vista nua alcança ao longe a linha do Tejo e as lezírias da Borda d'Água, e, mais para sul, diz-se poder em dias límpidos avistar mesmo Lisboa. A ocidente, a encosta é mais escarpada e irregular, deslizando com a aldeia de Pragança aninhada no seu regaço. Do miradouro da Salvé-Rainha, a cerca de 500 metros de altitude, avista-se, para norte, a extremidade sul do maciço calcáreo estremenho, e, para oeste, a linha da costa e o Atlântico, chegando mesmo a poder-se vislumbrar, em dias sem nebulosidade, o tómbolo de Peniche e as ilhas Berlengas. Deste miradouro consegue-se observar grande parte do concelho do Cadaval: toda a área compreendida entre os seus extremos norte, sul e oeste. Do concelho, deixou-nos Leite de Vasconcelos a seguinte narração no início do século:

«Do cimo goza-se surpreendente panorama, que de mais a mais aparece de subito para o lado de lá a quem vai de Pragança: uma infinidade de povoações estendidas por vales e planicies a branquejarem em meio de grés vermelho e separadas às vezes por manchas verdes constituídas por pinheiraes»¹⁰.

⁸ A mais antiga presença humana assinalada no Cadaval data do Neolítico Médio, e no concelho tem-se revelado relativamente numeroso o espólio arqueológico fornecido pelas várias grutas-necrópole da serra de Montejunto, pelos castros de Pragança, Rochaforte e S. Salvador, além do material lítico descoberto um pouco por todo o concelho. Existem também vestígios da presença romana nas freguesias de Alguer, Cadaval e Lamas, e a presença árabe, além de perpetuada pela toponímia, parece ter deixado como vestígio um edifício de culto no Cercal.

⁹ Cf., e.g., M.C. Martha, 1918: 125.

¹⁰ J. L. de Vasconcelos, 1917: 121.

E em Agosto do ano seguinte M. Cardoso Martha escreve, com a sua pena romântica, as seguintes linhas, descrevendo assim, da Murteira, o que a sua vista abarca:

«Horizonte magnífico. No declive da iminência onde assenta o lugarejo, amplas tonalidades de verde, desde o esmeralda das vinhas e hortas, e o translúcido das ervagens tenras, até o verde escuro dos pinheirais que se perdem nas colinas longínquas. Largas manchas barrentas, de lavrados ou terras recém-ceifadas. Aldeolas e casalórios pintalgam os vales e outeiros, donde à tardinha, na serenidade da hora crepuscular, se ergue românticamente nos ares o fumo branco das ceias»¹¹.

No norte do concelho, outra serra, de seu nome serra de Todo-o-Mundo, delimita o horizonte [Anexo, mapa 4]. A serra é formada por um contraforte constituído, a partir dos 200 metros de altitude, por rochas eruptivas (doleritos), rochas essas que, na secção norte da serra, são exploradas para produção de brita. Este contraforte, no qual consiste o «complexo vulcânico da serra de Todo-o-Mundo», e que «parece constituído por um sill ou por um derrame lávico»¹², descreve um semi-círculo, forma melhor perceptível para quem a observa do alto do Montejunto [Foto 5] ou ao longo da estrada que liga o Cercal a Caldas da Rainha, parecendo essa forma peculiar estar «em relação possível com uma chaminé [vulcânica]»¹³. Este fenómeno não é, aliás, estranho à unidade morfoestrutural da orla ocidental, na qual, se bem que dominem, como vimos, as rochas sedimentares de tipo calcário, aparecem registos de fenómenos eruptivos dos quais se destaca o complexo vulcânico de Lisboa-Mafra, cuja origem se situa entre fins do Cretácico e inícios do Cenozóico.

A serra de Todo-o-Mundo, que as povoações das suas faldas dizem também ser «serra mal-arrecadada», deve, tal como o Montejunto, pelas mesmas razões e devido à sua forma característica de meia-lua, desde cedo ter sido objecto de simbolismos mágico-religiosos. Nas suas proximidades, recolheu J. Leite de Vasconcelos três espetos de bronze da primeira Idade do Ferro e aos quais se atribuem funções rituais relacionadas com o culto dos mortos ou com ritos de fecundidade associados à deusa Hera. Para além da devoção manifestada à sua padroeira, N^{ra} Senhora de Todo-o-Mundo, a serra apresenta-se ainda hoje como palco de várias lendas e de concepções espaciais dotadas de grande significado mágico. Efectivamente, não só os habitantes de Alguber, a freguesia que abrange a quase totalidade da serra no município do Cadaval, como também habitantes de outras localidades do concelho, referem com orgulho e com respeito que no alto da serra de Todo-o-Mundo se encontra um local onde convergem três freguesias (a de Alguber, a do Landal e a de Rio Maior), três concelhos (Cadaval, Caldas da Rainha e Rio Maior) e três distritos (Lisboa, Leiria e Santarém). E se bem que esse ponto não se localize no cimo da serra, mas um pouco mais para nordeste, nem por isso desmente, nem o simbolismo de uma tripartição marcadamente mágica, nem os atributos, também mágicos, de um local que se assume como «espaço aberto» por excelência e como fronteira de afirmação de identidades locais.

¹¹ M. C. Martha, 1918: 124.

¹² *Notícia explicativa...* p. 77.

¹³ *Ibid.*

2. O CLIMA E A HIDROLOGIA

Se, do ponto de vista da divisão de Portugal em regiões naturais, a Estremadura pertence inequivocamente ao Sul do país, tendo em conta a tripartição, tornada clássica em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, do território continental efectuada por Orlando Ribeiro segundo critérios predominantemente climatológicos, ela apresenta-se, porém, tal como o sul da Beira Litoral, como uma zona híbrida, surpreendida numa faixa de transição entre um Portugal Atlântico, com Verões frescos, Invernos suaves, chuvas abundantes e baixas amplitudes térmicas anuais, e um Portugal Mediterrâneo, com Verões longos e quentes, Invernos curtos e suaves e chuvas escassas e irregulares.

Após esta breve contextualização da Estremadura no panorama geral do clima de Portugal, debrucemo-nos então especificamente sobre o município que este estudo toma como objecto, seguindo por ora o esboço provisório das regiões climáticas elaborado por Suzanne Daveau¹⁴. Abrangido por uma faixa climática que se dispõe segundo a orientação geral N-S, o concelho, no qual domina, segundo a classificação da autora, um clima marítimo da fachada atlântica, apresenta-se assim encaixado entre uma faixa de clima marítimo do Litoral Oeste, faixa essa que cobre parte dos concelhos da Lourinhã e do Bombarral, e uma outra faixa de transição entre o clima marítimo e o clima continental atenuado, que se estende, a partir da linha divisória da serra de Montejunto, para o concelho de Alenquer. Estes dados parecem ser corroborados, aliás, pelos valores avançados para a região pela carta do *Atlas do Ambiente* referente ao indicador «temperatura média do ar». A serra situa-se precisamente na fronteira entre uma grande área a ocidente, desde a Lourinhã ao Cadaval, com valores que oscilam entre os 12,5 e os 15,0 °C, estendendo-se para oriente, e para os concelhos de Alenquer e Rio Maior, uma área com valores entre os 15,0 e os 16,0 °C. Ainda no que respeita a valores relativos à temperatura, a carta relativa aos contrastes térmicos elaborada por Suzanne Daveau¹⁵ apresenta o concelho inserido numa região cujo regime térmico se caracteriza pela moderação, quer dos Verões (com a temperatura máxima média do mês mais quente oscilando entre 23 e 29 °C), quer dos Invernos (oscilando o mínimo médio do mês mais frio entre 4 e 6 °C). Correspondendo ao clima termicamente mais regular do país, este regime é comum a toda a fachada atlântica não propriamente litoral, estendendo-se desde Aveiro até à serra de Sintra por uma faixa mais ou menos larga que desce para sul roçando no extremo sudoeste da Cordilheira Central e ao longo de todo o Maciço Calcário Estremenho. A autora faz notar, porém, que «a vantagem que constitui esta moderação não é senão a contrapartida de vários inconvenientes, como a frequência especialmente elevada dos nevoeiros litorais e a violência da Nortada no Verão»¹⁶.

Segundo dados extraídos do *Atlas do Ambiente*, o Cadaval recebe na sua grande parte, numa área compreendida entre Vilar, Vermelha, Dagorda e Chão-de-Sapo, entre 2300 e 2400 horas de insolação por ano. Na secção nordeste do concelho, entre Chão-de-Sapo, Montejunto e Alguber, esses valores variam entre

¹⁴ S. Daveau, 1985: 25.

¹⁵ *Op. cit.* (extratexto).

¹⁶ *Op. cit.*: 52.

2400 e 2550 horas/ano, enquanto para toda a freguesia do Cercal se indicam os valores máximos de insolação do concelho: entre 2500 e 2600 horas/ano. Quanto a valores de quantidade total de radiação solar, a respectiva carta da obra acima citada indica, para toda a área abrangida pelo concelho, valores médios anuais da ordem dos 140 a 145 Kcal/cm².

No que respeita à humidade do ar, a carta I.6. do *Atlas* («Humidade relativa às 9h T.M.G.») fornece para todo o concelho, e para o período 1931-1960, valores entre 75 e 80%, valores esses que, segundo a Notícia Explicativa dessa carta, são comuns a um clima «Húmido». Relativamente a outros elementos do clima, a já assaz citada obra de Suzanne Daveau permite verificar para o Cadaval a existência, durante o período estival, de nevoeiro de advecção litoral «resultante da condensação da humidade da atmosfera em contacto com as águas marinhas frescas»¹⁷. Este tipo de nevoeiro, matinal na maior parte das vezes, mas podendo eventualmente subsistir durante todo o dia, é, em termos de frequência, considerado «significativo» para toda a área abrangida pelo Cadaval, enquanto na Lourinhã é classificado de «muito frequente». De facto, este tipo de nevoeiro, cuja penetração a Norte do Cabo da Roca é «frequente e profunda»¹⁸, diminui de intensidade à medida que abandona o litoral e as águas sobre e a partir das quais se gera e migra para o interior, deparando a cerca de 20 Km da costa com a serra de Montejunto. Um outro tipo de nevoeiro, misto, resultante da interferência do nevoeiro litoral (de advecção) e do nevoeiro das baixas continentais (de irradiação) pode aparecer durante o período matinal, e ao longo de todo o ano, na área norte do concelho e no flanco noroeste do Montejunto¹⁹. Ao invés da vertente oriental, a vertente ocidental deste rebordo topográfico, virada às massas de ar carregadas de vapor de água que sopram do oceano, vem, aliás, assinalada na mesma obra como uma vertente nebulosa, assim definida devido ao facto de aí se registar um número de dias nebulosos ou com nevoeiro «sensivelmente superior ao dos locais circundantes»^{20 21}. Destacando-se assim o papel de barreira de condensação que desempenha a serra de Montejunto não são de estranhar agora, portanto, as diferenças, ainda que ligeiras, de temperatura média do ar que acima referimos relativamente às duas vertentes deste maciço.

No que concerne a outro tipo de condensação, a geada, verifica-se que, um pouco a norte da sede de concelho, o Cadaval é atravessado por uma linha divisória na direcção W-E e que separa, para norte, uma área com 5 a 10 dias de geada/ano, enquanto para sul dessa linha se estende uma área com valores entre 1 a 5 dias de geada/ano²². No entanto, observações realizadas pelo Centro Ecológico,

¹⁷ *Op. cit.*: 36.

¹⁸ *Op. cit.*: 37.

¹⁹ *Op. cit.*: 38-39.

²⁰ *Op. cit.*: 40.

²¹ Vejam-se os esconjuros do nevoeiro de que outrora se socorriam as camadas populares do concelho no Livro II (Parte II, I, 2).

²² *Atlas...*, carta I.5.2.. Ainda no que se refere à geada, a carta I.5.1. desta obra indica valores diferenciados para o concelho quanto à duração do fenómeno relativamente ao ano agrícola, que se estende de Outubro a Setembro. Assim, a área compreendida entre a Vermelha, a Norte, Lamas, a Sul, Pêro Moniz, a Oeste, e Chão-de-Sapo, a Este, apresenta valores médios entre 3 e 4 meses/ano. Pelo contrário, entre Lamas, a Noroeste, Vilar, a Sul, Cercal, a Nordeste, e Montejunto, a Este, estende-se uma faixa cujos valores oscilam entre 2 a 3 meses/ano.

o qual levou a efeito em 1984 a *Proposta para a Criação de Uma Reserva Ecológica Educativa na Serra de Montejuento* induzem os seus autores a supor que aí esses valores são «largamente ultrapassados»²³. E, não obstante a moderação que caracteriza o clima no concelho, há uma centúria escrevia Júlio César Machado o seguinte:

«O inverno no campo é medonho, e o Cercal sabe torná-lo ainda mais assustador por oferecer a serra á vista como um papão. Essa famosa serra da neve despede um friosito, quando bem lhe parece, que sem ser propriamente o frio da Siberia [...], é, para o Cercal, um frio digno de apanhar mais gente, com a graça que tem de enrijar pela noite adiante até conseguir que, de manhã, se entretenha a gente em desfiar a dedo as pestanas para as despegar da geadá e poder abrir as palpebras»²⁴.

Quanto à quantidade total de precipitação, o *Atlas do Ambiente* assinala para quase todo o concelho (excepto para uma estreita faixa a oeste, entre Vale-Canada e a Vermelha, cujos valores oscilam entre 700 e 800 mm) valores médios anuais entre 800 e 1000 mm para o período 1931-1960, variando entre 75 e 100 dias o número de dias no ano com precipitação igual ou inferior a 1,0 mm. É de realçar, novamente, e em função do seu papel de barreira de condensação, a diversidade de valores registados para as duas vertentes do Montejuento. Assim, em termos de quantidade total de precipitação, a vertente oriental do maciço dá novamente lugar a uma área com valores médios anuais compreendidos, tal como a faixa oeste do Concelho, mais afastada da esfera de influência da serra, entre 700 e 800 mm, enquanto o número de dias no ano com precipitação igual ou inferior a 1,0 mm varia, para sudeste, entre 50 e 75 dias.

Apontando produtividades médias dos recursos aquíferos subterrâneos compreendidas entre 300 e 400 m³ (por dia e por km²) para todo o concelho, excepto para a freguesia do Cercal e parte da freguesia de Alguber, para as quais apresenta produtividades médias superiores a 400 m³, relativamente à quantidade de água na rede hidrográfica, o *Atlas...* indica diferentes valores médios anuais para duas grandes áreas do Cadaval. Assim, para a área compreendida entre Painho, a Norte, Vilar, a sul, Dagorda, a oeste, e o Cercal, a este, esses valores oscilam entre 200 e 300 mm, enquanto para a parte ocidental do concelho, entre a Vermelha, a Norte, Vilar, a sudeste e Pêro Moniz, a Oeste, esses valores médios anuais variam entre 150 e 200 mm. Recobrimo exactamente estas duas grandes áreas apresenta-se igualmente a distribuição da quantidade de água devolvida à atmosfera ou evotranspiração real. Assim, e correlativamente a cada uma dessas áreas, temos valores médios anuais entre 600 e 700 mm e entre 500 e 600 mm.

Ainda relativamente à serra de Montejuento e à relação que mantém com a distribuição da pluviosidade no concelho e na região é ainda de referir o papel que desempenha enquanto maior centro de dispersão hidrográfica da região. Na vertente virada para a oeste, a qual funciona, como vimos anteriormente, como barreira de condensação do vapor de água carregado pelos ventos que sopram do Atlântico, nascem dois cursos de água: o Rio Real e o Rio Bogota. O primeiro forma-se na secção sul da serra, passa por Vilar,

²³ *Proposta...*, p.50.

²⁴ J. C. Machado, 1881: 117.

Pêro Moniz²⁵ e atravessa o Bombarral, passando pelo Sanguinhal e pela sede deste município. O segundo, gerado na secção central do Montejunto, desce até à Vila de Cadaval, e prossegue, pela Vermelha, até ao Bombarral, onde se funde com o Rio Real. No flanco oposto da serra nascem também as ribeiras da Ota e do Judeu que banham as terras de Alenquer. No Alto da Raposa, a pouca distância de S. Salvador nasce a Ribeira da Maçussa que também flui para Oriente neste concelho. No Cabeço das Telheiras, um pouco a Norte do Cercal nasce outra linha de água, a Ribeira da Amieira, que se prolonga para o concelho da Azambuja. Na parte meridional do Montejunto, junto a Vila Verde dos Francos, tem origem a Ribeira de Alcabrichel que prossegue depois pelo Maxial e pelo Ramalhal.

Nas faldas da serra de Todo-o-Mundo gera-se um outro curso de água, o Rio Arnóia, cujo percurso se faz por Alguber, Figueiros, Painho, e depois, no concelho de Caldas da Rainha, por A-dos-Francos e por A-dos-Negros, fundindo-se junto ao Arelho com o Rio Real, cujas águas desaguam, um pouco adiante, numa lagoa de origem marítima: a Lagoa de Óbidos. Um pouco abaixo do Cabeço do Tonel, na freguesia do Cercal, nasce o Rio de Santo António²⁶, cujo trajecto segue sensivelmente o da via rodoviária que liga a Sobrena, o Peral e a Vermelha, mergulhando as suas águas junto a esta última povoação no Rio Bogota. Do que atrás deixamos escrito, facilmente poderemos verificar, pois, que todos os cursos de água que banham as terras cadavalenses²⁷ correm para o mesmo destino, o Rio Real, e, por intermédio deste, para o Atlântico.

Irregular, em função das precipitações ocorridas, o regime desses rios, nenhum deles navegável, difere bastante consoante a estação do ano em que nos encontremos, reduzindo-se a um débil filete de água durante o período estival ou, como é o caso do Arnóia²⁸, chegando mesmo a desaparecer por completo. Para melhor apreciarmos esta irregularidade do caudal de alguns rios que atravessam o concelho, atentemos nas palavras que nos deixou o pároco de Pêro Moniz relativamente ao rio do seu curato em meados do século XVIII:

«O Rio que passa por esta terra [...] Nace logo caudaloso, isto he, abundante de aguas, especialmente no Inverno em que tem grandes cheias; e todo o ano corre ainda que de Veram seja em pouca quantidade a agua, que leva. [...] He de curso rapido especialmente no Inverno, em que todas as partes se faz formidavel em suas enchentes furiozas por decerem da Serra em distancia de meia Legoa de altura.»²⁹

²⁵ Esta povoação fornecia, aliás, segundo o *Dicionario Geographico* (vol. 29, n.º 152) a designação que se lhe atribuía, segundo o cura da respectiva paróquia, em meados do século XVIII: «Rio de Pêro Moniz». O cura adianta ainda, relativamente ao mesmo curso de água, que «Sempre conserva o nome generico; so junto aos Logares por onde passa, lhe costumão dar os mesmos nomes dos ditos Logares» (*ibid.*).

²⁶ À semelhança do que sucedia com o Rio Real relativamente a Pêro Moniz, a linha de água actualmente denominada «Rio de Santo António» surge, contudo, nas «Memorias Parochiaes» (*Dicionario Geographico*), descrita pelo pároco do Peral em 1758 como tomando «o nome da terra por onde passa e principia nas portellas do Peral» (vol. 28, n.º 46). De facto, o riacho conserva ainda, no falar de muita gente, a designação de «Rio do Peral».

²⁷ Para confrontar a nossa descrição da rede hidrográfica do concelho com aquela que oferecia o pároco da Vila de Cadaval em 1758, consulte-se o *Dicionario Geographico* (Vol. 8, n.º 32).

²⁸ Cf. o relato do pároco de Figueiros constante do *Dicionario Geographico* (Vol. 15, n.º 84) relativamente a este curso de água, segundo o qual, excepto durante o Inverno, o Arnóia «todo o mais tempo do anno esta seco».

²⁹ *Dicionario Geographico*, vol. 29, n.º 152.

Não obstante esta característica de irregularidade, é de notar, contudo, a extensão da rede hidrográfica [Anexo, mapa 5] do Cadaval, a qual parece constituir um sólido fundamento de carácter ecológico para a etimologia oferecida pela literatura oral popular relativamente ao topónimo da sede de concelho. Segundo a versão dessa lenda registada pelo pároco José Ribeiro em 1758 na resposta ao inquérito de que viria a resultar o *Dicionário Geographico*, essa designação da vila derivaria do facto de estar «situada em parte alta ou em hua collina que entre dous valles se levanta do Norte p.^a o Sul, [...] Dos quaes diz a tradição³⁰ nascera a analogia do seu nome»³¹. A lenda, ainda hoje repetida pelos habitantes do concelho com o sabor da memória das origens e da longevidade de uma identidade cultural própria, relata que, passando um rei (usualmente menciona-se D. Afonso Henriques), ou um cavaleiro, ou, segundo a versão registada em 1758, o fundador da povoação por terras do concelho e inquirido onde poderia encontrar água, lhe teriam respondido que «em cada valle», expressão que teria assim, por apócope, dado origem ao termo «Cadaval» e que coincide efectivamente com a realidade morfológica do concelho.

3. A FLORA E A FAUNA

Inserido numa vasta área de transição, entre o Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo, o Cadaval assume, como vimos anteriormente, características climatológicas híbridas. Ora, também do ponto de vista fitológico, e em função da forte correlação existente entre o tipo de clima e o revestimento vegetal de uma determinada região, se verifica caracterizar-se a vegetação natural do concelho por uma certa ambigenia. Aqui coexistem, por conseguinte, espécies mediterrâneas, de folhagem persistente e características xerófilas, e espécies atlânticas, de folhagem caduca, com largo predomínio daquelas sobre estas.

Como teremos oportunidade de verificar em local adequado, era considerável no século XII a extensão e a densidade da cobertura vegetal da Estremadura Central. Pensa-se assim terem dominado no concelho o pinheiro manso, posteriormente substituído em grande parte pelo seu parente bravo, o castanheiro, as *Querci* (o carvalho português ou cerquinho, a azinheira e o carrasco) e toda a flora arbustiva de chameca (a murta, a esteva, a aroeira, a alfazema, o rosmaninho, etc.), não tendo obstado as arroteias dos dois séculos seguintes, convertendo não somente matas e chamecas como também várzeas e paúis, a que se houvessem mantido importantes áreas de floresta³².

³⁰ Destacamos propositadamente esta expressão do então pároco do Cadaval para fazermos notar que, se já à data se tinha a noção de que a transmissão do relato se fazia por «tradição», isso nos conduz à suposição de datar a sua origem de muito antes dessa época, se bem que, como verificaremos em espaço adequado, tenhamos sempre presente o carácter fabuloso de que se reveste.

³¹ *Dicionário Geographico*, vol. 8, n.^o 32.

³² Os distritos de Leiria e Santarém mantêm ainda hoje, aliás, uma taxa de arborização relativamente elevada (entre 30 a 45%) quando comparada com o distrito de Lisboa (entre 10 a 20%). E relativamente ao município do Cadaval podemos afirmar que podemos aí observar uma densidade florestal geralmente fraca na secção central do concelho, desde o extremo Sul da freguesia de Lamas até, no norte, a freguesia de Painho, abrangendo as freguesias de Cadaval, de Figueiros, da Vermelha e parte da freguesia do Peral, enquanto na secção Sudoeste e Nordeste do concelho a densidade florestal é bastante elevada.

Actualmente, a par do cultivo da videira em regime de quase monocultura na maior parte do concelho, a cartografia da cobertura vegetal do mesmo³³ aponta duas grandes áreas de plantio do eucalipto (*Eucalyptus globulus*), a oeste, na freguesia do Cercal e entre Rochaforte e Alguber, e numa enorme mancha que se estende entre sul e sudoeste, de Vilar a Vale-Francas, na freguesia de Pêro Moniz, sendo que essas áreas coincidem, grosso modo, com as duas maiores explorações agro-florestais, de carácter latifundiário, do Cadaval. Manchas de extensão variável de eucaliptal espalham-se também um pouco por todo o concelho, muitas vezes formando um mosaico com a espécie que passamos a analisar.

O pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), que, como tivemos oportunidade de verificar nas palavras de Leite de Vasconcelos³⁴ e de M. Cardoso Martha³⁵, cobria grandes extensões do concelho cerca de 1920, tem visto a sua presença reduzir-se drasticamente nas últimas décadas em função do avanço do eucalipto, mantendo em inícios da década de oitenta uma presença dispersa um pouco por todo o concelho, à excepção da serra de Montejunto e da freguesia do Peral, cuja presença aí é considerável. Manchas desta espécie mantêm-se assim na freguesia de Pêro Moniz, desde a Quinta de S. Francisco até ao Alto da Cabeça Gorda, na Quinta da Junceira, junto à Quinta do Vale, entre o Peral e a Quinta do Brejo, nas Quintas Nova, da Noruega, de Porto Nogueira e de Alvariz e igualmente próximo do Casal do Bufo³⁶. Por vezes, como é o caso de uma pequena área a noroeste do Casal do Carapuço, o pinheiro bravo alterna com o pinheiro manso.

Ao invés do pinheiro bravo (*Pinus sylvestris*), que em inícios da década de setenta se detectava em pequenas bolsas nas freguesias de Alguber (hoje aqui totalmente substituído por uma grande exploração de eucalipto), Cadaval, Lamas e Peral, o pinheiro manso (*Pinus pinea*) não está representado no concelho, apenas com excepção para uma secção da serra de Montejunto.

Relativamente a outras espécies arbóreas cuja presença no concelho se faz em regime de dispersão, verifica-se a presença do sobreiro (*Quercus suber*) nas freguesias do Cercal, Lamas (a sudoeste da Quinta do Brigadeiro) e Peral (a norte da Quinta de S. Lourenço), e do carvalho (*Quercus robur*), em manchas muito reduzidas a norte do Montejunto, na freguesia do Cercal [Foto 7], e na freguesia do Peral. Nesta freguesia assinala-se também, em regime de distribuição dispersa, uma presença muito ténue de acácias.

Enquanto a serra de Todo-o-Mundo é hoje agricultada na sua quase totalidade, com excepção de uma faixa na vertente norte, em crescimento, votada à exploração do eucalipto, a flora da serra de Montejunto exhibe ainda uma diversidade fitológica considerável, sobre a qual o incêndio de 1989 incidiu um rude

³³ Para a análise que se segue da cobertura vegetal do concelho consultou-se a *Carta Agrícola e Florestal de Portugal* (cartas 338, 339, 350, 351, 362 e 363) do Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário (Secretaria de Estado da Agricultura). Note-se que o reconhecimento de campo com vista à elaboração destas cartas data de 1951, tendo as mesmas sido actualizadas entre 1968 e 1970. Para o efeito consultou-se igualmente o *Atlas do Ambiente* (cartas II.1. a II.13. e respectivas Notícias Explicativas).

³⁴ J. L. de Vasconcelos, 1917: 121.

³⁵ M. C. Martha, 1918: 124.

³⁶ Por aqui se nota que a rentabilização da terra mediante a exploração do pinheiro bravo, à semelhança do que sucede hoje com o seu sucessor, se verificava também outrora predominantemente nas grandes explorações.

golpe, quando comparada com a região envolvente. Essas características decorrem de vários factores, entre os quais o facto de se apresentar, como vimos na alínea precedente, como um maciço de clima diferenciado, diferenciação essa cujas implicações se fazem sentir não só no que respeita ao nível da cobertura vegetal natural como também ao nível da prática agrícola³⁷. Há, além disso, a acrescentar o facto de as populações das faldas da serra, raramente ultrapassando a curva-de-nível dos 200 metros, com excepção para Pragança, entre os 200 e os 300 metros de altitude, agricultarem tradicional e preferencialmente áreas de maior acessibilidade, reduzindo-se assim a interferência do braço humano nas áreas mais recônditas da serra à actividade pastoril.

A cobertura vegetal natural do Montejunto caracteriza-se então pela subsistência de uma forma degradada da floresta mediterrânica que outrora o cobria, assim se supõe, na totalidade, tendo as espécies arbóreas tendo sido substituídas por espécies arbustivas e mesmo herbáceas. Esta formação vegetal, o *garrigue* ou chameca rasteira, companheira dos «terrenos calcários e, de um modo geral, pedregosos e secos»³⁸, surge não só na serra de Montejunto como um pouco por todo o Maciço Calcário Estremenho. Está, além disso, disseminada também em pequenas manchas na encosta da serra Algarvia e na serra da Arrábida, onde predomina, contudo, o *maquis*, típico de solos siliciosos, uma formação vegetal semelhante ao *garrigue* mas menos degradada que esta. As espécies mais características deste tipo de cobertura vegetal aberta são o buxo, o carrasco, o carvalho português, o zambujeiro e as plantas aromáticas: alfavaca, rosmaninho, tomilho, alecrim e aroeira³⁹.

O levantamento por nós efectuado a partir da *Carta Agrícola e Florestal* assinala ainda a existência no início da década de setenta de grandes manchas de eucaliptal, sobretudo na secção Norte da serra, estendendo-se até ao sul da freguesia de Alguer. A presença do pinheiro bravo verifica-se numa pequena área a Norte do Casal da Ramada (pertencente já ao concelho de Alenquer) e numa vasta área entre o Casal das Barreiras Vermelhas e as Fontainhas, sendo aqui atravessada por uma faixa irregular formada por duas espécies de pinheiro: o pinheiro manso e o pinheiro de Alepo (*Pinus halepensis*). Além da sua presença na Quinta da Serra, numa grande área que se estende do Arieiro ao Picoto da Texugueira, o pinheiro manso distribui-se também na encosta da serra sobranceira às aldeias da Tojeira e do Pereiro, enquanto o pinheiro de Alepo se distribui entre as Fontainhas e a Bicha, um pouco abaixo da Penha do Meio-Dia e na vertente da serra voltada para Cabanas de Torres. Há que notar, porém, que, como lembram os velhos pastores da serra, «antigamente a serra era só carrasco e alecrim» e que a presença destas grandes manchas de pinhal, especialmente de pinhal bravo, se deve ao esforço de reflorestação efectuado a partir do início do presente século.

Em 1758 escrevia o pároco do Cercal que, na sua paróquia, «em alguns valles junto a serra (de Montejunto) se criam algumas lamedas de árvores silvestres e de

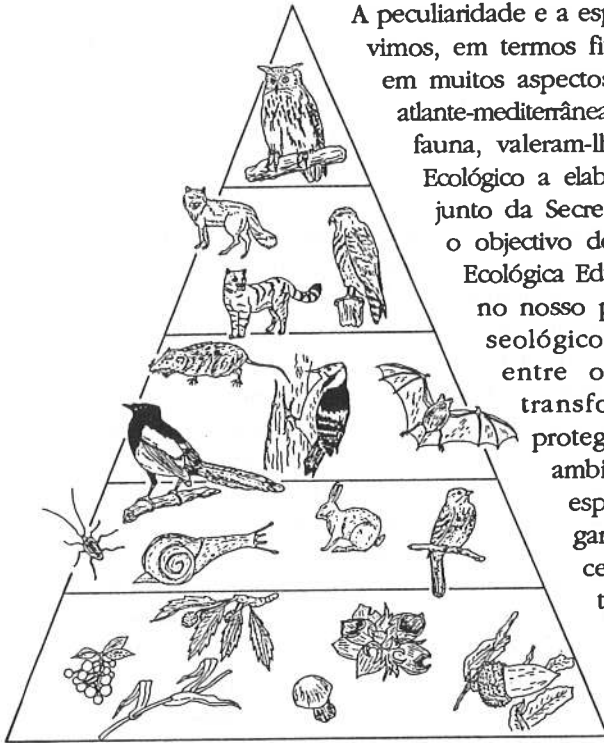
³⁷ É o que relata, aliás, o Cura Ricardo de Oliveira, pastor da freguesia de Lamas em 1758: «Que [a Serra] por ser de qualidade fria e humida não produz mais que mato maninho; assim que de fructo nenhum he abundante», acrescentando que «os vizinhos da dita serra se utilizão della para pasto dos seus gados» (*Dicionário Geographico*, Vol. 19, nº 37).

³⁸ O. Ribeiro, 1987: 51.

³⁹ Esta planta contribui, aliás, para a própria toponímia de um local na Quinta do Vale do Vilão, o qual é designado por «Alto da Aroeira».

castanhais sombrios⁴⁰. E se bem que na *Carta Agrícola e Florestal* não esteja cartografada essa espécie (*Castanea sativa*), ela aparece, contudo, tal como o carvalho (*Quercus faginea*) e o sobreiro (*Quercus suber*), mencionada pela *Proposta...* relativamente a manchas muito reduzidas na serra⁴¹. Esta obra refere ainda a importância da vegetação endémica da serra pela variedade de espécies que apresenta, compreendendo inclusive espécies raras e protegidas pela legislação de vários países europeus como a orquídea silvestre⁴².

Infelizmente, a serra tem sido flagelada pelos incêndios estivais nos últimos anos, não só na vertente oriental, atingida na primeira metade da década de oitenta, como também na vertente atlântica. Uma parte considerável desta encosta foi devorada pelo fogo no Verão de 1989, tendo sido consideráveis os danos, não só sobre a sua flora, mas igualmente sobre toda a fauna que dela dependia.



[Fig. 3]

A peculiaridade e a especificidade da serra, não só, como vimos, em termos fito-climáticos, que a diferenciavam em muitos aspectos de uma região de características atlante-mediterrâneas, mas também relativamente à sua fauna, valeram-lhe em 1984 por parte do Centro Ecológico a elaboração de um projecto apresentado junto da Secretaria de Estado do Ambiente com o objectivo de a elevar ao estatuto de «Reserva Ecológica Educativa», a primeira a ser implantada no nosso país. Orientada por princípios museológicos, essa *Proposta...* contemplava entre os seus propósitos não só a transformação da serra numa área protegida e a criação de uma reserva ambiental que visasse a protecção das espécies animais e vegetais que abrigam os inúmeros habitats que oferecem as condições da serra, como também diversos objectivos pedagógicos e científicos.

Constituindo um «ecossistema radicalmente diferente do da região envolvente», a serra de Montejunto apresenta «uma riqueza faunística única na

Estremadura e pouco frequente no país»⁴³, riqueza essa que a transforma numa «ilha biológica»⁴⁴ e que só é possível em função da diminuta acção aí exercida pelo homem.

⁴⁰ *Diccionario geographico*, vol. 10, n.º 268.

⁴¹ *Proposta...*, p. 57.

⁴² *Ibid.*

⁴³ *Op. cit.*: 60.

⁴⁴ *Op. cit.*: 63.

Essa riqueza em espécies animais é, segundo a *Proposta...* particularmente intensa no que respeita à fauna mastozoológica, indicando este estudo, único até ao momento, a existência de sete espécies da Ordem *Carnívora*: a raposa (*Vulpes vulpes*), ainda relativamente abundante na serra e subsistindo também em locais do concelho com maior densidade florestal, a geneta malhada (*Genetta genetta*), disseminada pela Palestina e pela Europa meridional, o manguço (*Herpestes ichneumon*), característico das regiões mais quentes do Velho Mundo mas cuja existência na serra carece ainda de comprovação, o texugo (*Meles meles*), cuja sobrevivência na Europa Ocidental dependeu principalmente dos seus hábitos nocturnos e da diversidade da sua dieta, o gato-bravo (*Felis sylvestris*), além de uma espécie de marta (*Martes foina*). Além desta Ordem estão também representadas a Ordem *Lagomorpha*, com duas espécies [o coelho europeu (*Oryctolagus cuniculus*) e uma espécie de lebre (*Lepus granatensis*)], a Ordem *Chiroptera* (com apenas uma espécie identificada, o *Miniopterus schreibersii*, admitindo-se, porém, em função da diversidade de grutas da serra, a existência de uma grande variedade de espécies pertencentes a esta Ordem), a Ordem *Insectívora* (com seis espécies, entre as quais o ouriço europeu: *Erinaceus europaeus*) e a Ordem *Rodentia* (com cinco espécies identificadas até 1984). Além destes pequenos mamíferos, alguns dos quais contribuem para a própria toponímia da serra⁴⁵, o Montejunto era igualmente habitado em meados do século XVIII pelo lobo⁴⁶ e pelo javali⁴⁷. Note-se, aliás, que a existência no maciço destes dois mamíferos é demonstrada pela evidência arqueológica, a qual fornece igualmente provas materiais do facto de ter sido povoado em tempos pré-históricos por outros exemplares da fauna quaternária: ursos, hienas, panteras, linceas, cavalos, veados, cabras selvagens, além de diversas espécies de aves.

Relativamente à avifauna, a *Proposta...* aponta para a existência na serra de Montejunto de setenta e cinco espécies, oito das quais são protegidas por lei e das quais quatro são consideradas raras. É também de salientar a importância que a serra assume em termos ornitológicos enquanto fazendo parte do alinhamento montanhoso de Estrela-Lousã-Aire-Candeeiros-Montejunto, caracterizado por uma grande relevância ornitológica a nível nacional enquanto «corredor de passagem» de espécies migratórias. Destas, o referido estudo indica a frequência de um prado no sopé Sul da serra pelas seguintes espécies: o abutre-do-Egipto (*Neophron percnopterus*), o abibe (*Vanellus vanellus*) e a garça-boieira (*Bubulcus ibis*).

De entre as várias espécies de *Falconiformes* ou Aves de Rapina representados na serra destaca-se o peneireiro-de-dorso-malhado (*Falco tinnunculus*), comumente designado entre nós por «milhafre», o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), a águia-de-asa-redonda (*Buteo Buteo*), ainda relativamente abundante na região, e a águia-de-Bonelli (*Hieraetus fasciatus*), espécie rara a nível nacional. Com base em informações recolhidas junto das populações da serra, os autores da

⁴⁵ Designações inequívocas são a da «Lora da Raposa», entre o Cabeço do Marco e o Cabeço do Tonel, e a do «Picoto da Texugueira», próximo do pequeno planalto do Arieiro. Além destes há ainda a referir o «Outeiro da Bicha» e a «Malhada dos Toiros», locais situados relativamente próximo das Fontainhas.

⁴⁶ Cf. relato do Cura Ricardo de Oliveira relativamente à freguesia de Lamas (*Dicionário Geographico*, Vol. 19, nº 37).

⁴⁷ Cf., no *Dicionário Geographico* (Vol. 10, nº 268) o relatório do então pároco do Cercal.

Proposta... referem igualmente a possível existência na zona do falcão-tagarote (*Falco subbuteo*) e o que se supõe ter sido a presença accidental no Montejunto de um tartaranhão-apívoro (*Pernis apivorus*), espécie pertencente à família dos falcões. Da Ordem dos *Strigiformes* povoam o maciço o bufo-real (*Bubo bubo*), uma espécie rara e único superpredador no ecossistema da serra, o mocho-galego (*Athene noctua*), que costuma nidificar não só em concavidades de árvores como em luras abandonadas por coelhos, e a coruja-das-torres (*Tyto alba*), uma espécie disseminada por todo o globo com excepção das regiões polares. Esta espécie, aparentemente comum na região, nidifica, tal como indica a sua denominação, não só em edifícios abandonados como também, à semelhança do mocho-galego, em árvores ocas. A presença na serra de uma outra espécie desta Ordem, a coruja-do-mato, não estava, porém, totalmente confirmada à data da elaboração da *Proposta...*

As encostas escarpadas da serra oferecem ainda condições particularmente propícias para a nidificação de diversos corvídeos: a gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*), a gralha-preta (*Corvus corone*) e o corvo (*Corvus corax*), muito vulgar nos campos da Península Ibérica, sendo o maior e o mais disseminado membro desta família. Ainda da Ordem dos *Passeriformes* estão representadas no Montejunto uma grande variedade de espécies, dentre as quais as seguintes: o estominho-vulgar (*Sturnus vulgaris*), o gaio-comum (*Garrulus glandarius*), a ferreirinha-comum (*Prunella modularis*), que encontra no Montejunto o seu local de nidificação mais a Sul, a carrinha-do-inverno (*Troglodytes troglodytes*), a espécie mais familiar na Eurásia e América do Norte de entre as carrinhas-das-moitas, o chapim-azul (*Parus caeruleus*) e o chapim-grande (*Parus major*), o melro-azul (*Monticola solitarius*) e o tordo-cantor europeu (*Turdus philomelos*). Da Ordem dos *Cuculiformes*, apenas o cuco-europeu (*Cuculus canorus*) vem referido no estudo que temos vindo a citar, contribuindo, aliás, para a toponímia da serra com a designação de um local com o «Alto dos Cucos». Além deste, apenas outro local no Montejunto, o «Penedo dos Ovos», parece ter encontrado a origem da sua designação na relação das populações locais com a serra e as suas aves.

ANEXO *



CONCELHO DO CADAVAL DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Limites de concelho
- Limites de freguesia
- Sede de concelho
- Sede de freguesia

Mapa 1

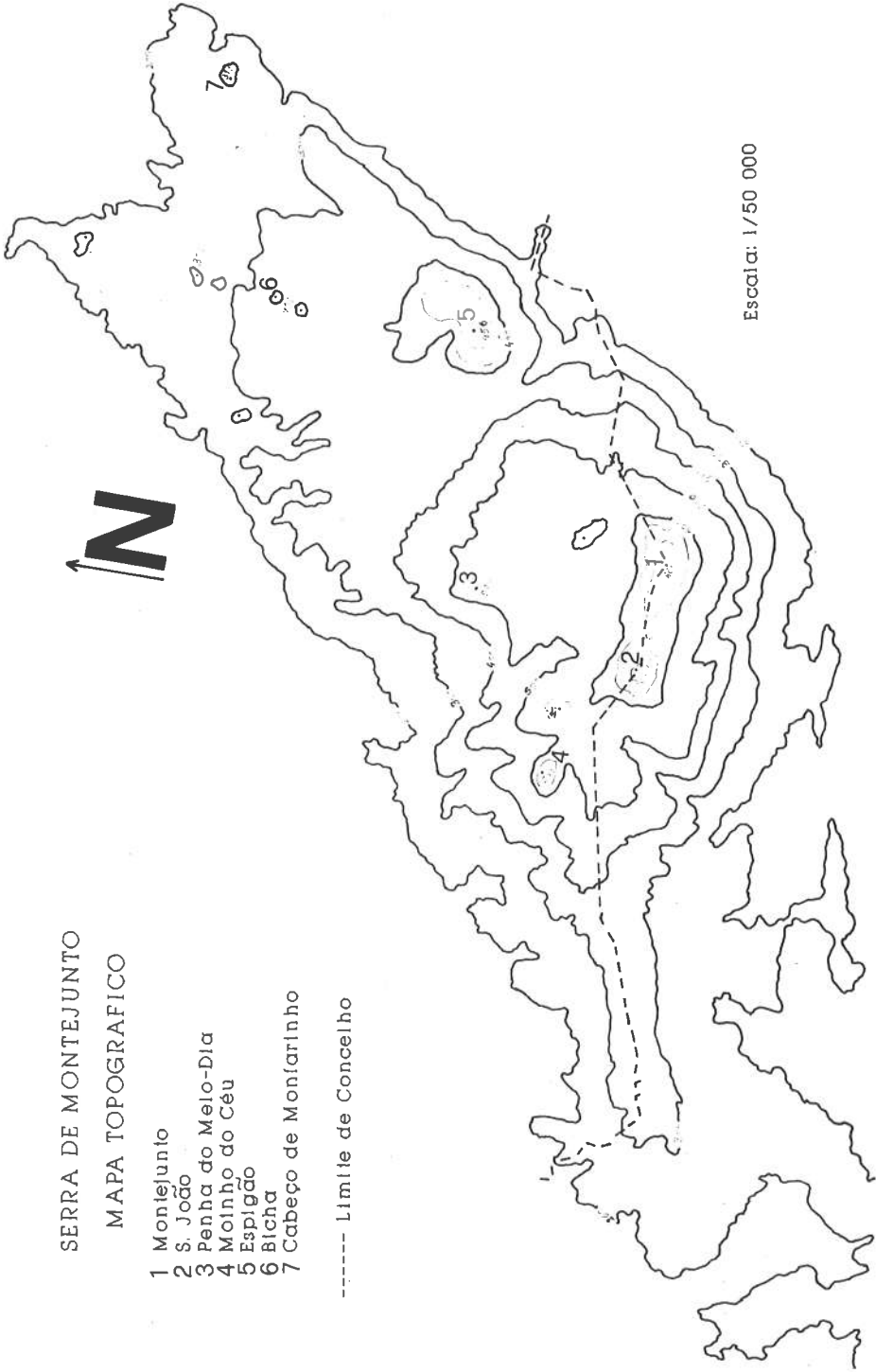
* Todos os mapas constantes deste anexo foram, à excepção do mapa 4, elaborados a partir da Carta Corográfica de Portugal na escala 1/50000 (cartas 26-B e 30-B, de 1973 e 1974, respectivamente) editadas pelo Instituto Geográfico e Cadastral. O mapa 4, relativo à representação topográfica da serra de Todo-o-Mundo na escala 1/25000 foi elaborado com base na Carta Militar de Portugal (carta 351, de 1971) do Serviço Cartográfico do Exército.

SERRA DE MONTEJUNTO

MAPA TOPOGRAFICO

- 1 Montejunto
- 2 S. João
- 3 Penha do Melo-Dia
- 4 Moinho do Céu
- 5 Espigão
- 6 Bicha
- 7 Cabeço de Monfarinho

----- Limite de Concelho



Escala: 1/50 000

Mapa 2

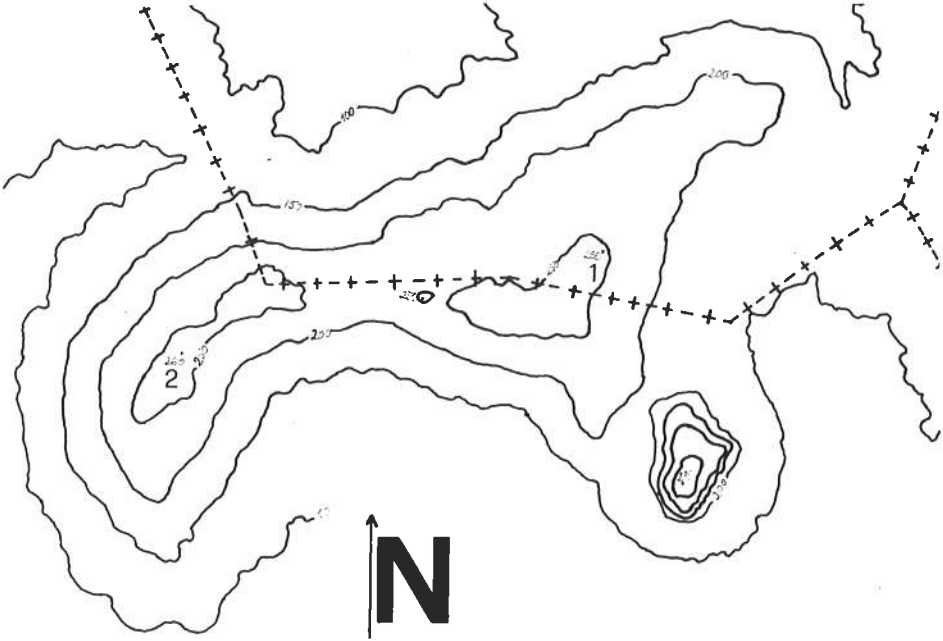


CONCELHO DO CADAVAL

MAPA TOPOGRÁFICO

(simplificado)

Mapa 3



SERRA DE TODO-O-MUNDO
 MAPA TOPOGRAFICO

- 1 Achada
- 2 Todo-o-Mundo (sinal geodésico)
- +--+ Limite de Distrito

Escala: 1/25 000

Mapa 4



CONCELHO DO CADAVAL

MAPA HIDROGRÁFICO

Mapa 5

Cronologia dos Tempos Geológicos

Anos — Milhões	Eons	Eras	Períodos
0,01	Fanerozóico	Antropozóico ou Quaternário	Holocénico
2,5			Plistocénico
5		Cenozóico ou Terciário	Pliocénico
24			Miocénico
37			Oligocénico
55			Eocénico
67			Paleocénico
141		Mesozóico ou Secundário	Cretácico
196			Jurássico
230			Triássico
280		Paleozóico ou Primário	Pérmico
345			Carbónico
395			Devónico
435	Silúrico		
500	Ordovícico		
570	Câmbrico		
1 000	Criptozóico	Arqueozóico ou Pré-Câmbrico	Algónquico ou Proterozóico
1 500			Arcaico
2 000			
2 500			
3 000			
3 500			
4 000			
4 500			
a			
5 000			

LIVRO I

PARTE I

POVOAMENTO

I — DA PRÉ-HISTÓRIA AO PERÍODO ROMANO¹

O território actualmente abrangido pelo concelho do Cadaval constituiu um espaço-*habitat* amplamente utilizado pelo homem durante o período da Pré-História. É testemunho deste facto a riqueza do seu espólio arqueológico resultante, quer da recolha efectuada por sucessivos arqueólogos que, desde há mais de um século, empreendem o estudo dos castros e das grutas necrópoles da serra de Montejunto, quer do achado fortuito de artefactos pela população local no decorrer dos trabalhos agrícolas, alguns dos quais adquiridos por José Leite de Vasconcelos entre o final da centúria de oitocentos e as duas primeiras décadas do nosso século.

A recolha arqueológica no concelho teve o seu início em 1880, ano em que Nery Delgado, da *Comissão dos Serviços Geológicos de Portugal*, investigou duas grutas no vale do Furadouro, mais tarde designadas grutas do Furadouro I e II. O mesmo arqueólogo empreenderia no ano seguinte, e pela primeira vez, a exploração da gruta das Fontainhas onde adquiriu numerosas ossadas de fauna quaternária. No dealbar da década de 1890, a *Comissão dos Serviços Geológicos* efectuava igualmente o estudo de outras estações arqueológicas, entre as quais as grutas do Furadouro III e IV e o castro de Rochaforte.

A partir do final de 1880, e até à segunda década do século XX, é de destacar a figura ímpar de José Leite de Vasconcelos. Natural da aldeia de Ucanha,

¹ Na realização deste capítulo agradecemos a especial colaboração do Dr. João Ludgero Marques Gonçalves, arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa, que nos esclareceu dúvidas e forneceu informações preciosas.

concelho de Tarouca, Leite de Vasconcelos exerceu medicina no Cadaval — onde possuía familiares e uma propriedade — entre Maio de 1887 e Janeiro de 1888. Enquanto permaneceu no concelho, e após o seu regresso a Lisboa, procedeu a uma recolha etnográfica das tradições orais e materiais da população — a maior parte dos resultados publicada nos volumes da *Etnografia Portuguesa* — e foi responsável pela descoberta e início da exploração de algumas das estações arqueológicas mais significativas do Cadaval. Salientamos o castro de Pragança descoberto por si e por António Maria Garcia, professor na aldeia de Pragança e um seu incansável colaborador, no ano de 1893. A Leite de Vasconcelos se deveu também a maior parte da recolha dos achados dispersos na área concelhia, que ele obtinha graças a doações dos habitantes ou então por compra e que se destinavam a enriquecer o acervo do recente *Museu Etnológico Português*².

Em pleno século XX diversos investigadores prosseguiram a descoberta de estações arqueológicas motivando a recolha de artefactos e de ossadas humanas. Leonel Trindade durante a década de 1930 investigou, entre outras, as grutas de Vale Tomate, da Fórnea e de Rochaforte tendo obtido material cerâmico e antropológico. Nos decénios de 1950 e de 1960, Leonel Ribeiro — natural de Adão Lobo —, Farinha dos Santos e Diogo de Abreu, com a colaboração de alguns moradores do Cadaval, descobriram ou procederam à exploração das grutas da Salvé-Rainha, do Bico do Pássaro e do Bico da Vela. No ano de 1984 ocorreu a última descoberta de uma gruta, facto comunicado à *Associação dos Arqueólogos Portugueses* que nela realizou um reconhecimento. Desde 1987, a actividade arqueológica no concelho tem consistido na escavação do castro de Pragança pelo Dr. João Ludgero Marques Gonçalves, arqueólogo da *Assembleia Distrital de Lisboa*, que desde essa data efectua o único estudo sistemático de uma estação arqueológica do Cadaval.

O espólio arqueológico das jazidas do concelho encontra-se integrado nas colecções de cinco museus: o *Museu Nacional de Arqueologia*, que detém a maioria, o *Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, o *Museu dos Serviços Geológicos de Portugal*, todos em Lisboa, o *Museu de Hipólito Cabaço*, em Alenquer e o *Museu Regional de Faro*. Algum deste material tem sido objecto de estudos parcelares por parte de arqueólogos portugueses e estrangeiros, publicados em revistas da especialidade ou então inseridos em sínteses de carácter mais genérico. Contudo, à excepção do castro de Pragança, não foi ainda realizado qualquer estudo sistemático do abundante acervo arqueológico que permitisse captar tanto a diversidade local das formas de ocupação e de exploração do solo e, certamente, de modos diversos de captação dos recursos naturais, como as relações estabelecidas entre os habitantes dos castros e aqueles que ocupavam as terras baixas do vale, ou as expressões da sua actividade simbólica e ritual.

O capítulo dedicado à ocupação humana do território do concelho durante os períodos da Pré-História e da Proto-História inserido nesta monografia compreende três níveis de exposição parcelares, atendendo à origem diversa do

² O *Museu Etnológico Português* foi fundado por José Leite de Vasconcelos em 1893. Consiste no actual *Museu Nacional de Arqueologia*, situado em Belém — Lisboa.

espólio recolhido: 1) proveniente dos três castros identificados; 2) oriundo das grutas necrópoles da serra de Montejunto; e, 3) obtido de achados dispersos na área concelhia. De modo a evitar descrições fastidiosas e, por vezes, sumamente enumerativas, procedeu-se à selecção das estações arqueológicas por nós consideradas mais significativas, tomando como ponto de referência o conhecimento do espólio que nos foi permitido adquirir a partir da bibliografia disponível. Considerando tratar-se de uma perspectiva meramente pessoal não incorremos, pois, na prescrição absoluta da escolha efectuada.

Em cada uma das jazidas incluídas neste capítulo, e sempre que possível, efectuou-se um breve apontamento historiográfico cujo objectivo consistiu no fornecimento de informações sobre a sua descoberta e exploração. No fundo, este capítulo é também dedicado à ilustração daquilo que tem sido a investigação arqueológica no Cadaval pretendendo, ao prestar uma modesta homenagem a todos aqueles que têm contribuído para um melhor conhecimento da Pré-História e da Proto-História do concelho, alertar para a importância da preservação de um conjunto patrimonial que representa um elo basilar da fluidez efervescente das realizações humanas que tiveram como suporte natural o território actualmente concelhio.

A finalizar, procurou-se numa breve síntese conclusiva, e a partir da bibliografia e dos estudos parcelares actualmente disponíveis, relacionar os três níveis de exposição, afinal três vértices de um mesmo complexo material e simbólico, que permita reconstituir, se bem que deficientemente, os quadros social e humano dos mais remotos habitantes da actual área pertencente ao concelho do Cadaval.

1. OS CASTROS

No território abrangido pelo actual concelho do Cadaval foram identificados três castros: o de Pragança, o de Rochaforte e o de São Salvador. O castro de Pragança, ocupado desde o Neolítico médio-final até ao dealbar da ocupação romana, revelou um abundante espólio arqueológico sendo, portanto, considerado o mais significativo. Em relação ao castro de Rochaforte, subsiste a dúvida quanto à sua classificação como povoado, ao passo que o de São Salvador é um pequeno castro muralhado cujo espólio traduz uma ocupação durante a Idade do Ferro.

1.1. *Castro de Pragança*

O castro de Pragança [Foto 8], situado num cabeço sobranceiro à aldeia que lhe imprimiu o nome, constitui a estação arqueológica mais representativa do Cadaval. Desde 1893, ano em que foi descoberto, tem sido objecto de estudo por parte de arqueólogos portugueses e estrangeiros que assim contribuem para o conhecimento da especificidade da sua ocupação que abrange o Neolítico final, as idades do Cobre, do Bronze e do Ferro e a Época Romana, altura em que terá cessado a sua ocupação.

Ligado à descoberta deste povoado pré-histórico aparece José Leite de Vasconcelos (1858-1941) que, já então ciente da abundância de artefactos pré-histó-

ricos no concelho, escreveu em 1893 uma carta a António Maria Garcia perguntando-lhe se existiam vestígios de presença humana no *Sítio do Castelo*, designação atribuída pela população local ao cabeço onde se situa o castro de Pragança. Recorde-se que a investigação arqueológica das grutas da serra de Montejunto se realizava desde 1880 e o próprio Leite de Vasconcelos efectuara uma visita à serra na Páscoa do ano anterior, tendo obtido à superfície de uma gruta duas tijelinhãs de barro e fragmentos de muitas outras. Conhecedor da riqueza arqueológica de Montejunto não admira, pois, que o topónimo *castelo*, concedido precisamente a um local favorável à implantação de um povoado fortificado, despertasse a sua curiosidade. A 27 de Março do mesmo ano, António Maria Garcia respondeu em carta, referindo a descoberta de alguns achados, entre eles, fragmentos de telha e uma parte de uma mó pequena que, segundo a tradição local, eram atribuídos a antigas habitações. Na Páscoa seguinte, Leite de Vasconcelos deslocou-se ao castro de Pragança e, juntamente com o seu colaborador, efectuou algumas pesquisas, tendo recolhido cerâmica pré-histórica e instrumentos de pedra. Estava descoberto o castro de Pragança³.

A sua exploração oficial teve início em 30 de Setembro de 1893, orientada por Leite de Vasconcelos e com a participação dos arqueólogos Henrique Schindler, Maximiano Apolinário e António Maria Garcia. Em 21 de Outubro desse ano, expressava em carta a Martins Sarmiento o seu entusiasmo pela descoberta da nova estação arqueológica: «Estive no Cadaval», escreveu, «onde explorei um castro prehistorico, que me revelou duas civilizações: neolítica muito bem caracterizada e cobre (ou bronze) também regularmente caracterizada [...]. No castro havia numerosos ossos de animais. Creio que foi uma exploração importante, porque este castro deve ser ainda mais antigo que o de Sabroso⁴. Mais tarde, consideraria o castro de Pragança um «bello exemplo de civilizações mixtas»⁵ dotado de abundantes materiais do Neolítico e da época do metal.

Durante os meses de Agosto e Setembro do ano seguinte, Maximiano Apolinário e António Maria Garcia continuaram as escavações por ordem do *Ministro do Reino* e a cargo da *Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Em 1895 circunstâncias fortuitas obrigaram à interrupção da exploração oficial do castro. Contudo, António Maria Garcia, que votava ao estudo deste povoado grande dedicação e interesse, recolheu nesse ano alguns elementos materiais e antropológicos. A 2 de Setembro de 1895, o castro de Pragança foi visitado pelo cônego Joaquim Maria Pereira Boto, na altura vice-reitor e regente das cadeiras de Filosofia e de Teologia no seminário de Faro e conservador do museu arqueológico daquela cidade. Ao efectuar, «por curiosidade» (!), algumas escavações recolheu objectos de sílex, cobre e bronze e fragmentos de cerâmica simples e ornamentada. Parte deste material pertence ainda ao *Museu Regional de Faro*, outra parte foi adquirida em 1918 pelo então *Museu Etnológico Português*⁶. Ainda no decorrer

³ Relata José Leite de Vasconcelos: «Foi assim que se descobriu o castro de Pragança, porque logo em seguida eu fui lá, e fiz com elle [António Maria Garcia] algumas pesquisas, e encontrámos ceramica prehistorica e instrumentos de pedra [...]» (1909: 245-246).

⁴ J. L. de Vasconcelos, 1958: 228.

⁵ *Ibid.*, 1981: 228.

⁶ *Cf.* nota 2.

deste ano, o castro de Pragança recebeu uma importante visita, a do conselheiro e ex-ministro das obras públicas Bernardim Machado. Nos anos seguintes Leite de Vasconcelos deslocou-se ao castro de Pragança com alguma frequência recolhendo numeroso material. Em 1905 considerou este povoado o mais bem representado no *Museu Etnológico Português* devido ao seu rico espólio que abrangia as idades do Cobre, do Bronze e do Ferro.

Mais recentemente, Fernando Castelo-Branco⁷ punha em dúvida a sua classificação como *castro*, alegando o facto de Leite de Vasconcelos não ter encontrado vestígios nítidos de fortificações ou de ruínas que pudessem ser consideradas como restos de muralhas. Segundo este arqueólogo, Leite de Vasconcelos teria suposto estar em presença de um *castro* devido em grande parte à sua localização, delimitado por meio de escarpas e do vale que circunda a estação, e não tomando em conta o traçado das muralhas que a deveriam envolver caso se tratasse de um castro. Relativamente a este assunto refira-se a opinião de João Ludgero⁸, que considera que a presença ou ausência de fortificações só pode vir a ser confirmada em futuras escavações. É provável, no entanto, que o castro possuísse muralhas, que poderiam ter sido destruídas ou revolvidas ao longo dos anos ou, até, que não tivessem sido detectadas pelo método de escavação utilizado. O certo é que existiam estruturas de habitação, confirmadas pela recolha de barros de cabanas.

O espólio do castro de Pragança encontra-se, actualmente, entre o acervo de quatro museus: o *Museu Nacional de Arqueologia*, o *Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, o *Museu dos Serviços Geológicos*, em Lisboa, e o *Museu Regional de Faro*.

A estima que esta estação arqueológica adquiriu entre a população do concelho no período imediato ao da sua descoberta pode ser apreendida através da dedicatória que lhe foi dirigida em 1895 por um autor anónimo que, de um modo enternecedor e eloquente, decidiu expressar o seu carinho por este povoado pré-histórico:

«Ao castro de Pragança

*Não abomines os que profanaram
— Oh, velho castro meu! —
as sepulturas dos teus trogloditas,
Que o tempo já esqueceu.*

*Intacto viveste por muitos séculos,
Até que certo dia,
Alguém te visitou, e que de há muito
Rever-te queria.*

*E assim era. Decorrido algum tempo,
Entram pois em acção,
Profanando relíquias saudosas,
De tempos que lá vão.*

*Eram tuas recordações queridas,
Ninguém te dirá que não:
Levaram-ŕas sem dó nem piedade,
Mas tens compensação.*

*Teu nome 'té hoje desconhecido
Está no alvorecer,
Circundado de um nimbo radioso,
P'ra nunca perecer.*

*Por isso castro, deves gratidão,
A teus bons amigos,
Que assim imortalizaram teu nome
E teus despojos q'ridos.*

A Pastorinha⁹.

⁷ Cf. F. Castelo-Branco, 1962: 303-307.

⁸ Cf. J. L. M. Gonçalves, 1990: 13-24.

⁹ In *Commercio do Cadaval*, n.º 4, 6/10/1895, Anno I, p. 2.

A ocupação do castro de Pragança ter-se-á iniciado no final do Neolítico. Embora José Leite de Vasconcelos lhe atribuisse uma presença neolítica muito bem caracterizada, estudos posteriores revelaram que este período se encontra fracamente representado. Pode-se incluir no Neolítico a escassa cerâmica com decoração do tipo *falsa folha de acácia* encontrada e também algum do abundante material lítico, de osso e de sílex recolhido. O estudo do seu espólio aponta, de facto, para um desenvolvimento da ocupação a partir da Idade do Cobre, atingindo o apogeu em três fases posteriores, ou seja, no Calcolítico médio, na fase final do Bronze e no Ferro recente.

É durante o Neolítico final e a fase inicial do Calcolítico (entre cerca de 2700/2500 e 2300 a. C.) que ocorreu na Estremadura a proliferação de *habitats* em locais de altitude média e geralmente dotados de excelentes condições naturais de defesa. É pois possível que o desenvolvimento da intensidade de ocupação do castro de Pragança a partir deste período esteja intimamente associado a este fenómeno cultural.

No Calcolítico Pleno (entre c. de 2300 e 2000 a. C.), o material cerâmico traduz já um apogeu de ocupação, expresso na abundância e qualidade da cerâmica do tipo *folha de acácia*¹⁰ [Foto 9]. É nesta fase aliás que aumenta em toda a Estremadura o número de povoados de altitude implantados em locais com fortes condições naturais de defesa. A progressiva introdução da metalurgia do cobre praticamente ausente no Calcolítico inicial, embora não de todo desconhecida, constata-se no castro de Pragança. É assim que a par de instrumentos de pedra polida (machados, enxós, etc.), de sílex (lâminas, pontas de seta) e de osso (agulhas, furadores), surge uma utensilagem metálica constituída por pontas de seta, punhais e machados de cobre e cadinhos de fundição de cerâmica. Spindler, por exemplo, refere a existência de vários machados, um deles plano, diversos tipos de facas e de serras de cobre e cadinhos de fundição; mas também punhais, cinzéis e furadores. Entre os objectos de osso aparecem múltiplos tipos de agulhas.

A fase final do Calcolítico (entre c. de 2000 e 1700 a. C.) caracterizou-se pela implantação da *Cultura do Vaso Campaniforme*¹¹, em especial na região Centro Litoral do País. A *origem* e expansão deste tipo cerâmico, que se verificou por quase toda a Europa e grande parte da região mediterrânea, deu azo a múltiplas teorias formuladas por arqueólogos de diferentes países europeus e nem sempre isentas de pressupostos *nacionalistas*. A Europa Central, o vale do Guadalquivir ou o estuário do Tejo foram alguns dos locais apontados para o berço desta cultura. De início, a cerâmica campaniforme parece ter constituído um bem de prestígio, ligada a uma elite social dominante, perdendo este carácter à medida que os seus tipos se *popularizavam*. A característica cerâmica em forma de campânula, cuja decoração inclui motivos pontilhados, linhas rectilíneas paralelas

¹⁰ A cerâmica com decoração do tipo «folha de acácia», característica do Calcolítico médio, apresenta-se ornamentada com motivos foliáceos, existentes geralmente junto ao bordo.

¹¹ Em sentido restrito o vocábulo «campaniforme» designa os característicos vasos de cerâmica em forma de sino invertido e profusamente decorados. Numa acepção mais lata expressa «um contexto em que vários tipos de cerâmica apresentam idêntica decoração geométrica» (M. F. Santos, 1985: 105).

ou linhas quebradas e faixas paralelas ou em ziguezague, aparece representada entre o espólio do castro de Pragança, embora em menor quantidade do que a cerâmica com decoração do tipo *folha de acácia* pertencente à fase anterior. Este facto parece estar relacionado com uma diminuição da intensidade da ocupação do castro durante o Calcolítico final, situação que se prolonga no Bronze inicial e médio.

Durante a Idade do Bronze (entre c. de 1700 e 700 a. C.), a Estremadura assumiu-se como uma região onde convergiram múltiplas influências culturais, característica que se reflecte no seu espólio que inclui tipos provenientes de distintas regiões peninsulares e extrapeninsulares. O acervo metálico do castro de Pragança constituído, entre outros tipos, por machados de talão (*pallstaves*) de uma ou de duas aselhas, pontas de lança de alvado e barbela, foices de talão e pontas de lança de barbela e bico [Foto 10], acusa o carácter *pluridimensional* da região estremenha, entreposto comercial que empreendia a ligação entre as jazidas estaníferas do Norte e os centros extractivos do cobre situados no Sul do País. De acordo com H. N. Savory¹², a florescente indústria do Bronze Atlântico que, originária do Noroeste da Europa difundiu os seus tipos e os novos processos metalúrgicos, encontra-se representada no espólio metálico do castro de Pragança, o qual, à semelhança do que ocorre com alguns povoados da faixa costeira do ocidente peninsular, contém todas as fases desta escola metalúrgica, tendo-se aí combinado com os tipos nativos. O material cerâmico mais representativo é constituído pela rica e abundante cerâmica carenada com e sem ornatos brunidos¹³ [Fotos 11 e 12], característica da fase final da Idade do Bronze e que traduz uma maior intensidade de ocupação nesta altura.

Na Idade do Ferro (c. de 700 a. C. até ao início da Era Cristã), destacam-se entre o seu espólio os elementos pertencentes à fase recente, ou seja, o tesouro de Pragança, as fíbulas de bronze e os *dólios*.

O tesouro de Pragança [Foto 13] foi descoberto por um moleiro, antigo trabalhador nas escavações que se efectuaram no castro em Setembro de 1934. Encontrava-se enterrado a pouca profundidade no extremo da estrada que conduz ao cimo do castro e a busca fora motivada pelo facto de um filho seu ter encontrado uma conta de ouro, entretanto vendida a um ourives. O tesouro foi de imediato entregue ao actual *Museu Nacional de Arqueologia*, onde se encontra. É constituído por uma lúnula de ouro e três de prata (uma inteira e duas em fragmentos), um torques, um vaso e o bordo de outro, também de prata. As lúnulas têm a forma de crescente e apresentam motivos decorativos pontilhados e lineares. O torques é composto por um fio de secção circular, adelgaçando em direcção às pontas que rematam em botão cónico. O vaso apresenta o bojo esférico e colo estrangulado. Estas peças estudadas por Manuel Heleno¹⁴ e que delas faz uma descrição pormenorizada, apresentam semelhanças com os adomos produzi-

¹² Cf. H. N. Savory, 1985: 233.

¹³ A cerâmica de «ornatos brunidos» consiste numa «Técnica decorativa que produz motivos geométricos, obtidos por afagamento das paredes dos recipientes cerâmicos com utensílios de superfícies lisas, muito característica da Idade do Bronze final do centro e sul de Portugal» (*Portugal ...*, 1989: 100).

¹⁴ Cf. M. Heleno, 1935: 229-275.

dos pelos artífices da cultura castreja do Norte do País onde, especialmente no Noroeste, se desenvolveu uma avançada escola de ourivesaria.

Das sete fíbulas recolhidas, e que se encontram também no *Museu Nacional de Arqueologia*, cinco foram estudadas por Salete da Ponte¹⁵, juntamente com outras cinco obtidas no castro de São Salvador [Foto 14]. Objectos de adorno ricamente decorados, geralmente de bronze ou de prata, por vezes de ouro, as fíbulas ocorreram na Europa durante o antigo Império Celta e prolongaram-se pelo período medieval. Parecem relacionar-se, quer com uma simbologia do poder, e deste modo o seu uso era apanágio de uma classe guerreira privilegiada, quer com uma simbologia feminina, protectora da virgindade e da fecundidade. Os modelos das fíbulas do castro de Pragança são datados por Salete da Ponte entre a primeira Idade do Ferro e o início da Era Cristã. Alguns deles acusam influências culturais provenientes do contacto entre os povos indígenas da Península Ibérica e os Romanos no decurso do processo de colonização.

Entre o material cerâmico sobressaem os *dólios*, grandes potes de uso quotidiano. Pertencem ainda à Idade do Ferro as contas de colar de pasta vítrea, coloridas, de marcada feição oriental (fenícia, grega ou púnica).

A ocupação do castro de Pragança cessou durante a colonização romana do nosso território. A esta época remontam alguns fragmentos de cerâmica de *terra sigillata* e escassas moedas encontradas no local. O abandono do castro ter-se-á processado de forma gradual e progressiva. Pressões demográficas, aliadas ao desenvolvimento agrícola resultante da introdução pelos romanos de novas plantas e de formas de exploração da terra mais rentáveis, terão certamente contribuído para a fixação das populações dos castros nas terras baixas, solos onde a agricultura granjeou importância crescente.

1.2. Castro de Rochaforte

O castro de Rochaforte, ou *Castelo Velho* segundo a designação local, situa-se a cerca de 1.5 km a sul da aldeia de Rochaforte. Está implantado num monte escarpado e de difícil acesso devido às falésias abruptas que o cercam, excepto na vertente sudeste, o que lhe confere boas condições estratégicas de defesa. A tradição popular concebia-o como uma antiga fortificação moura em cujas muralhas se encerrava algures um tesouro fabuloso, o que motivou algumas buscas infrutíferas por parte dos habitantes das povoações vizinhas.

Em Setembro de 1893, José Leite de Vasconcelos e Maximiano Apolinário visitaram-no pela primeira vez tendo verificado a existência do que se constava serem os restos de uma antiga muralha, constituída por uma cintura de pedras que circundava o cabeço. Neste primeiro reconhecimento adquiriram ainda alguns restos de cerâmica encontrada à superfície de algumas grutas do vale do Furadouro.

Um ano depois, Maximiano Apolinário acompanhado por António Maria Garcia voltou ao castro de Rochaforte, incumbido pela *Comissão dos Trabalhos Geológicos* de proceder a um novo reconhecimento, cujos resultados foram publicados em 1895 no *Archeologo Português*¹⁶. Nesta pesquisa examinou uns montículos de

¹⁵ Cf. S. da Ponte, 1982: 215-222.

¹⁶ Cf. M. Apolinário, 1895: 49-54.

pedra que se destacavam em diversos pontos do planalto e recolheu fragmentos de cerâmica análoga à obtida no ano anterior no vale do Furadouro.

A denominação popular de *Castelo Velho* e a lenda que lhe está associada, a sua excelente localização, bem como a presença de cerâmica grosseira e de vestígios de uma aparente muralha, levaram-no a admitir a possibilidade de se tratar de um castro pré-romano. No entanto, a constatação da disposição natural das pedras subjacentes aos montículos e a irregularidade destes não confirmaram no campo a sua hipótese, o que o levou a considerar a necessidade de investigações mais conclusivas. De facto, os materiais recolhidos por Apolinário são escassos e não foram identificadas, pelo menos por enquanto, quaisquer estruturas significativas que comprovem a sua ocupação. O *castro* de Rochaforte foi, contudo, classificado monumento nacional por Decreto-Lei de 16 de Junho de 1910.

1.3. Castro de São Salvador

O pequeno castro de São Salvador, também designado simplesmente por Salvador, foi descoberto por Hipólito Cabaço que aí recolheu, entre outro material, cinco fíbulas de bronze idênticas aos exemplares recolhidos no castro de Pragança [Foto 14]. Ocupado durante a Idade do Ferro possui uma linha de muralha na vertente oeste, desconhecendo-se até à data quaisquer vestígios de habitações. As fíbulas, que se encontram no *Museu Hipólito Cabaço* em Alenquer, foram estudadas por Salete da Ponte¹⁷. Os seus modelos foram datados entre o século IV a. C. e o século II da nossa era, um período mais lato do que aquele estabelecido para as suas *homólogas* do castro de Pragança.

2. AS GRUTAS NECRÓPOLES DA SERRA DE MONTEJUNTO

A par dos castros, os vestígios da presença humana na área do concelho durante o período da Pré-História revelam-se nas inúmeras grutas da serra de Montejunto¹⁸, utilizadas como necrópoles colectivas pelos sucessivos habitantes da região limítrofe. À excepção de três das grutas de Rochaforte em que se admite a intervenção do Homem, tendo sido *afeiçoadas* para melhor desempenharem a sua função ritual, todas as grutas de Montejunto são de origem natural. Sem quereremos incorrer no erro de atribuir exclusivamente a um factor ecológico a explicação para o facto de não terem sido identificados, pelo menos até ao momento, quaisquer outros tipos de formas de enterramento, estamos em crer que a abundância de sepulcros naturais obstou a que se adoptassem outras soluções arquitectónicas onde se procedessem aos rituais fúnebres, tal como ocorreu em diversas regiões da Estremadura¹⁹.

¹⁷ Cf. S. da Ponte, 1982: 215-222.

¹⁸ Jorge Paulino Pereira (1976-1977) apresenta uma lista de cerca de meia centena de grutas necrópoles.

¹⁹ Referimo-nos concretamente aos sepulcros constituídos por uma câmara circular ou poligonal, corredor e falsa cúpula construídos pelo homem (*iboloi*) e aos jazigos escavados na rocha macia do anticlinal calcário estremenho (hipogeus).

A exploração das jazidas de Montejunto teve início no ano de 1880, altura em que Nery Delgado, da *Comissão dos Serviços Geológicos*, investigou duas grutas num local designado *Furadouro*. No entanto, cerca de século e meio mais cedo, em 1758, elas não passavam despercebidas ao pároco da freguesia do Cercal que respondeu ao inquérito mandado efectuar pelo Marquês de Pombal após o Terramoto de 1755: «[...] ha na mesma Serra Varios buracos bastantemente Largos aos quais Se não pode alcançar fundo [...]»²⁰, escreveu, prosseguindo na descrição de mais algumas destas cavidades num tom narrativo temperado de fantasia. Após 1880, e até 1984, data em que ocorreu a última descoberta de uma gruta, muitas outras foram exploradas, tendo sido recolhido abundante espólio que se encontra repartido por três museus: o *Museu Nacional de Arqueologia*, o *Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses* e o *Museu dos Serviços Geológicos de Portugal*, todos localizados em Lisboa.

2.1. Gruta das Fontainhas

Situada no Alto das Fontainhas, próximo da estrada que efectua a ligação entre Espinheira e Pragança, esta gruta foi explorada pela primeira vez em 1881 por Nery Delgado sob incumbência dos *Serviços Geológicos de Portugal* que nela recolheu numerosas ossadas de fauna quaternária especialmente bem conservadas. Entre o espólio zoológico, constituído por diversos mamíferos e algumas aves, é de salientar a recolha de um esqueleto de cavalo e outro de um urso quase completos. O estudo destas ossadas foi efectuado por E. Harlé²¹, que nele apresentou a relação das espécies faunísticas encontradas. O urso das cavernas (*Ursus arctos linn*), o lobo (*Canis lupus linn*), a hiena (*Hyaena crocuta erxl*), os felinos (*Felis pardus linn*, *Felis pardina oken* e o *Felis catus linn*), os cervídeos (*Cervus elaphus linn*), o cavalo (*Equus caballus linn*), a cabra montês (*Capra hispanica schimp*) e o corvo (*Corvus monedula linn*) são alguns deles. Estes exemplares, comuns a diversas jazidas da Estremadura, parecem relacionar-se com um clima de feição temperada que ocorreu no Centro Litoral do nosso país durante a última glaciação do Wurm, em virtude da sua proximidade com o oceano Atlântico.

A presença humana na gruta das Fontainhas é assinalada por artefactos e ossadas datados do Neolítico médio e final. Relativamente a uma provável ocupação do homem durante o Paleolítico superior sugerida por Zbyszewski ela parece de facto não poder ser aceite, ou pelo menos aguarda confirmação. De acordo com a hipótese levantada por este arqueólogo, a existência de fauna quaternária «faz suspeitar a presença de níveis do Paleolítico superior o que parece confirmado pela descoberta de algumas lâminas de sílex desta época encontradas nas entulheiras deixadas no exterior da gruta pelos pesquisadores»²².

Bastante mais cedo Paul Choffat consideraria uma possibilidade idêntica admitindo que, devido às más condições em que tinha sido explorada a gruta, não

²⁰ L. Cardoso, 1832, Vol. X, nº 268.

²¹ Cf. E. Harlé, 1911: 42-48 e 57.

²² G. Zbyszewsky, 1963: 46.

se tivessem reconhecido os instrumentos grosseiros do homem quaternário²³. Todavia, quando E. Harlé examinou os vestígios ósseos²⁴ afastou a probabilidade de qualquer intervenção humana, uma vez que estes não apresentavam sinais de terem sofrido incisões. A gruta teria servido unicamente como abrigo aos animais que nela procuravam um refúgio contra as intempéries ou que a ela recorriam quando se sentiam doentes. Alguns deles, impossibilitados de sair ou devido à sua debilidade física, acabariam por perecer no seu interior. Apesar de não ser de todo injustificada a possibilidade de uma ocupação humana do Paleolítico superior na gruta das Fontainhas²⁵, os factos parecem indicar o contrário. Faltam, porém, estudos mais detalhados que permitam esclarecer esta questão.

O espólio do Neolítico inclui artefactos (machados de secção rectangular e oval, enxós, lâminas de sílex com e sem retoques, furadores em osso, polidores), material cerâmico (vasos hemisféricos, cerâmica com mamilos decorada em xadrez) e ossadas humanas em que se destacam alguns crânios trepanados, um inteiro de adulto do sexo masculino e duas calotes cranianas, uma delas de um indivíduo do sexo feminino, também de adultos. De acordo com Barbosa Sueiro²⁶, o crânio masculino sofreu uma trepanação incompleta e relizou-se num indivíduo que lhe sobreviveu muito tempo. A intervenção humana não é, no entanto, confirmada podendo a lesão ter resultado de um traumatismo acidental. A calote feminina sofreu incisões executadas muito possivelmente com um sílex *au rouge* e a calote masculina apresenta duas trepanações incompletas. Em ambos os casos, os indivíduos sobreviveram longo tempo após a intervenção, o que se verifica pela cicatrização das trepanações.

As trepanações praticaram-se essencialmente durante o Neolítico médio-final e prosseguiam objectivos terapêuticos ou mágico-rituais, sendo neste caso executadas após a morte dos indivíduos com o intuito de recolher amuletos. O facto de os crânios da gruta das Fontainhas apresentarem vestígios de trepanações praticadas em vida dos pacientes parece apontar para uma finalidade medicinal.

2.2. Grutas do Furadouro

No ano de 1880 Nery Delgado descobriu duas grutas localizadas no vale do Furadouro, de cuja prospecção resultou a aquisição de cerâmica neolítica. Mais tarde, em Maio de 1894, Maximiano Apolinário levou a efeito uma escavação em outras duas situadas no mesmo local, que tomaram a designação de *Lapas do Furadouro de Trás*, ou simplesmente grutas do Furadouro III e IV.

²³ P. Choffat, 1919: 5.

²⁴ Cf. E. Harlé, 1911: 24-57.

²⁵ Não seria de todo impossível que grupos humanos do Paleolítico superior marcassem a sua presença esporádica na serra de Montejunto motivados pela abundância de caça, que constituía uma das suas principais fontes de alimento. Vestígios de ocupação paleolítica foram detectados em jazidas próximas de Montejunto como, por exemplo, na gruta Nova da Columbeira, situada no vizinho concelho do Bombarral, e cujo espólio remonta ao Paleolítico médio, mas abrangendo também a fase superior. Acrescente-se que a faixa litoral da Estremadura apresentou-se desde muito cedo como uma região preferida para a fixação dos grupos paleolíticos.

²⁶ Cf. B. Sueiro, 1933: 41-51.

Estas duas grutas são ambas constituídas por um pequeno corredor de entrada seguido de duas câmaras. Apolinário recolheu na gruta III cerâmica ornamentada, dois machados de pedra polida, uma faca de sílex de fino retoque, estilhaços e núcleos de sílex e vestígios ósseos de animais e seres humanos, tendo adquirido espólio idêntico na gruta IV. Este arqueólogo, tomando em consideração a textura da cerâmica encontrada em ambas as estações, atribuiu-lhe uma datação do Neolítico. Relativamente à forma dos recipientes, foi apenas possível reconstituir um deles que apresenta a configuração de uma tulipa.

2.3. Grutas de Rochaforte ou grutas do Furadouro de Rochaforte

Situadas na região norte do vale do Furadouro, próximo da aldeia de Rochaforte, três destas grutas, conforme refere J. Paulino Pereira, apresentam um aspecto peculiar pois, de acordo com este arqueólogo, as grutas «constituídas por uma sala pequena afilada [...] Foram trabalhadas artificialmente, por forma a arranjar um túnel de secção sensivelmente circular»²⁷. A possibilidade destas grutas terem sofrido a intervenção humana já tinha sido anteriormente levantada por Leonel Ribeiro²⁸ que se referira à *gruta do Furadouro de Rochaforte* classificando-a de *artificial*. É pois possível que se esteja perante um exemplo de *afeiçoamento* de uma necrópole natural, mas não em presença de um sepulcro inteiramente escavado na rocha.

Numa das grutas, descoberta por Leonel Trindade na década de 1930, recolheu-se abundante espólio atribuído ao Neolítico final constituído, entre outros artefactos, por numerosas pontas de seta e lâminas de sílex, placas de xisto gravadas, machados, contas e fragmentos de cerâmica [Fotos 15 e 16]. Um destes fragmentos, apresentava uma decoração invulgar: tinha sido trabalhado a punção rombo e perto da base estava desenhado um círculo raiado, semelhante a uma representação do Sol, observando-se na região superior triângulos completamente preenchidos por pontilhado.

O espólio desta gruta encontra-se no *Museu Nacional de Arqueologia* que o adquiriu em 1941.

2.4. Gruta de Rochaforte II

Trata-se de uma pequena gruta descoberta recentemente, em 1984, por um habitante da aldeia de Rochaforte, o Sr. José Aníbal Duarte, que comunicou o sucedido à *Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Esta entidade efectuou um reconhecimento em Agosto desse ano, tendo concluído da importância do estudo da gruta para um melhor conhecimento da Pré-História da Estremadura. O seu espólio é constituído por escassa cerâmica lisa, lâminas de sílex sem retoques, microlitos e objectos de adorno feitos das conchas de diversos moluscos.

²⁷ J. P. Pereira, 1976-1977: 50.

²⁸ Cf. *Arqueologia e História*, p. 372.

2.5. Gruta da Salvé-Rainha

A gruta da Salvé-Rainha [Foto 17] foi descoberta ocasionalmente em Fevereiro de 1956 quando se procedia à abertura da estrada que viria a ligar a aldeia de Pragança ao cume da serra de Montejunto. Foi escavada nesse mesmo ano por Leonel Ribeiro, que contou com a colaboração de Damas Mora, Costa Almeida e Diogo de Abreu, tendo sido recolhido diverso material datado do Neolítico recente.

A história deste espólio é bem demonstrativa do alheamento a que tem sido votado o património histórico e etnográfico do município. Perante a inexistência de condições para a colocação do material no extinto *Museu do Cadaval*, algum deste acervo foi provisoriamente guardado numa sala do hospital concelhio onde permaneceu até 1967, altura em que a *Misericórdia* procedeu a melhoramentos nas suas instalações. Parte deste material foi então abandonado numa arrecadação sem se verificarem as condições necessárias para a sua conservação. Posteriormente, Leonel Ribeiro recuperou o material ainda existente e entregou-o à *Associação dos Arqueólogos Portugueses* que, lamentavelmente, não lhe reservou melhor sorte. As peças acabariam por apodrecer devido a deficientes condições de armazenamento e conservação.

O seu espólio, estudado por Paulino Pereira na década de 1970²⁹, consiste actualmente numa colecção que apresenta um total de vinte e quatro peças e de seis vasos, um inteiro e fragmentos de cinco. Entre os instrumentos de pedra polida contam-se quatro machados completos de anfíbolite e um de xisto anfibólico, cinco enxós completas e um fragmento de outra. Nos utensílios de pedra lascada aparecem uma lâmina completa de secção trapezoidal de sílex branco, um fragmento de outra de sílex rosado, um alisador ou polidor de quartzito, diversas contas de xisto metamórfico negro e de nefrite e um pendente, possivelmente de calaíte. O material cerâmico é constituído por um vaso inteiro hemisférico de boca oval e vários fragmentos de outros. Foram também recolhidas diversas ossadas humanas. A partir das referências que diversos autores fizeram sobre o seu espólio entre a década de 1950 e o início do decénio de 1970, «é de deduzir», segundo Paulino Pereira, «o elevado número de depredações de que foram alvo tanto a gruta como o material dela exumado»³⁰.

2.6. Gruta do Bico do Pássaro

Esta jazida foi descoberta por Leonel Ribeiro em 1968, tendo de imediato recolhido à superfície diversos materiais que considerou importantes para o estudo do Neolítico português. Situada num local da serra designado *Bico do Pássaro*, foi escavada no Verão seguinte sob a orientação do referido arqueólogo e de Farinha dos Santos. Desta acção resultaram «numerosos fragmentos de cerâmica preta, alguns com belos perfis, muitos ossos, dentes e carvões»³¹.

²⁹ Cf. J. P. Pereira, 1976-1977: 49-98.

³⁰ *Op. cit.*: 12.

³¹ *Arqueólogo Português*, 1969: 299-300.

2.7. Outras grutas

Desde que em 1880 Nery Delgado iniciou o estudo das grutas da serra de Montejuento muitas outras jazidas naturais foram descobertas e exploradas naquele relevo estremenho. Durante o final da centúria de oitocentos, Nery Delgado e António Maria Garcia obtiveram material cerâmico e ossadas humanas em algumas grutas. No presente século é de destacar a acção de Leonel Trindade, que durante as décadas de 1930 e 1940 escavou cerca de uma dezena de estações entre as quais a gruta da Fórnea, onde recolheu diverso material do Neolítico final constituído por pontas de seta de sílex, contas de colar, objectos em osso e cerâmica de vários tipos, e a gruta de Vale Tomate, em cujo espólio se salienta um crânio trepanado, provavelmente contemporâneo dos seus semelhantes encontrados na gruta das Fontainhas. Para Macwhite, parece tratar-se de uma trepanação do parietal direito motivada por propósitos cirúrgicos³². No ano de 1941 Manuel Heleno investigou numerosas jazidas colectando grande número de peças arqueológicas.

3. OS ACHADOS DISPERSOS

Em toda a área do concelho do Cadaval foram recolhidos abundantes artefactos pré-históricos encontrados fortuitamente pela população no decorrer dos trabalhos agrícolas e adquiridos na sua maioria por José Leite de Vasconcelos, através de compra ou por doação dos seus possuidores. Entre os utensílios salientam-se os machados de pedra polida [Foto 18], dos quais este arqueólogo e etnógrafo detinha em 1897 uma colecção superior a duas centenas, grandemente acrescida nos anos posteriores a julgar pela bibliografia consultada que aponta para o avolumar do seu quantitativo após essa data. A título de exemplo, refira-se que numa visita efectuada ao concelho entre 17 e 22 de Março de 1913 adquiriu trinta e seis machados completos e fragmentos de outros quatro, tendo continuado a aquisição destas peças pelo menos até 1918.

A par dos machados aparecem notícias da recolha por Leite de Vasconcelos de outros instrumentos de pedra polida, embora sem especificar as suas características, de alguns utensílios de sílex (faca e setas) e de escassos machados de metal. Este insigne investigador considerava que a profusão de objectos encontrados era demonstrativa do forte povoamento da região durante o período da Pré-História. Em sua opinião³³, os machados e os instrumentos de sílex recolhidos pela população enquanto procedia à lavoura dos campos correspondiam a jazigos fúnebres e a locais de habitação, embora não se encontrassem os seus vestígios que devido à sua natureza perecível eram facilmente destruídos pelo cultivo das terras.

De entre a globalidade do espólio arqueológico encontrado disperso na área concelhia, destacamos um conjunto de peças pertencentes à primeira Idade do Ferro. Trata-se das *sanguessugas* de ouro encontradas no lugar da Bouça do Louro, freguesia do Painho, e possivelmente provenientes de uma sepultura, e dos es-

³² Cf. Macwhite, 1946: 61-69.

³³ Cf. J. L. de Vasconcelos, 1913: 205-206.

petos de bronze recolhidos nas povoações de Algeber, Figueiros e Painho. O espeto de Algeber foi oferecido a Leite de Vasconcelos por José Maria Fogaça que o tinha encontrado na serra de Todo-o-Mundo. Mede cerca de um metro de comprimento e é de secção rectangular, estreitando em direcção à ponta. É ornamentado nas duas faces com motivos muito simples que constam de linhas cruzadas em forma de X postas entre faixas de linhas paralelas. O exemplar de Figueiros é análogo ao espeto anterior, sendo ligeiramente mais curto e desprovido de ornamentação. Foi também recolhido na serra de Todo-o-Mundo e adquirido pela *Comissão dos Trabalhos Geológicos* que o enviou para o *Museu Etnológico Português*. Do Painho vieram duas hastes de espetos também de secção rectangular, tendo sido uma delas quebrada quando da sua descoberta.

Os espetos de bronze, ou *obeloi*, apareceram pela primeira vez no Mediterrâneo oriental e estavam associados ao culto da deusa Hera. Tomavam parte nos ritos de fecundidade e de renovação do ciclo vegetativo realizados em locais de culto próprios, ou então eram depositados nas sepulturas de heróis e de guerreiros ilustres em rituais funerários de consagração à deusa do mundo subterrâneo. Adoptados e incorporados no panteão dos povos celtas perduraram durante a ocupação romana. Desconhece-se qual o motivo da existência dos espetos encontrados no concelho do Cadaval. A sua ligação a um local de culto pressupõe que tenham sido recolhidos num único sítio. Resta-nos apenas o testemunho de Leite de Vasconcelos³⁴ que admitia esta possibilidade em virtude dos espetos serem provenientes de três aldeias vizinhas. A hipótese mais provável, todavia, talvez seja aquela que aponta para a sua relação com antigas sepulturas.

A partir da informação disponível é possível identificar três espaços de relação dos grupos humanos que antes da nossa era habitaram o actual território do concelho do Cadaval. Nas terras baixas do vale detectam-se antigos núcleos de povoamento disseminados pela área concelhia, possivelmente os *germens* das mais antigas povoações do município. A profusão de machados de pedra polida que tem sido adquirida é bem um indício de uma continuidade de ocupação que poderá remontar a alguns milhares de anos. A prática persistente da agricultura aliada aos efeitos nefastos da erosão natural apagaram ao longo do tempo quaisquer outros vestígios de *habitats* humanos, estruturas de habitação por exemplo, facilmente percíveis em comparação com os robustos machados de pedra polida. Não admira, pois, que estes constituam a maioria dos artefactos achados dispersos no concelho.

O bimorfismo do tipo de ocupação da área em estudo revela-se através da existência de um *habitat* de altitude média, o castro de Pragança, situado na vertente oeste da serra de Montejunto. Desconhecem-se quais os motivos que teriam levado à implantação de um povoado, crê-se que fortificado, longe das terras mais férteis do vale. Questão aliás, ainda não respondida pela arqueologia portuguesa em relação a outros povoados fortificados da Estremadura e do Centro litoral. Muito menos se sabe que tipo de relação se estabelecia entre os habitantes do castro e aqueles que amanhavam as terras baixas. Haveria relações de

³⁴ Cf. J. L. de Vasconcelos, 1920: 101-102.

dominância ou de coexistência pacífica? Desempenharia o castro qualquer papel centralizador ou de protecção? Ou resultaria apenas de uma forma distinta de apropriação dos recursos naturais?

A par do espaço *terreno, profano* (ou *profanizado*), aparece o espaço *sagrado*, o local escolhido para celebrar os ritos fúnebres, expressões de uma crença no prolongamento da vida após a morte e da coexistência necessária, porque inevitável, entre o mundo dos vivos e o mundo das trevas. A montanha, concebida entre muitas sociedades e religiões primitivas como o ponto de contacto e de prolongamento entre dois mundos opostos mas complementares, aparece também aqui como o local eleito para a realização das práticas funerárias. Mera coincidência ou o resultado de uma conceptualização simbólica semelhante? As grutas necrópoles da serra de Montejunto foram sendo sucessivamente utilizadas desde o Neolítico até à Idade do Ferro como locais de enterramento. Junto dos mortos colocavam-se pequenos recipientes de cerâmica, objectos de adorno, por vezes ídolos, e utensílios que provavelmente tinham sido usados pelo morto enquanto vivera. Reproduções da vida no Além da morte, símbolos distintivos do ente desaparecido. As grutas necrópoles da serra de Montejunto reservaram os seus segredos durante séculos até que a curiosidade profanadora de arqueólogos e espeleólogos permitiu desvendar a expressão material da etérea dimensão espiritual do ser humano.

O abundante espólio do castro de Pragança permite estabelecer um breve contacto com a vida quotidiana das populações pré-históricas. Mós manuais e foices de cobre ou de bronze são alguns dos utensílios que atestam a prática corrente da agricultura, neste caso o cultivo de cereais. A par da actividade agrícola aparece a pastorícia, pelo menos a partir do Calcolítico: deste período data um fragmento de queijeira encontrado [Foto 19]. Como complemento da subsistência desempenharia papel de relevo a prática da caça, onde um conjunto de utensílios tais como pontas de seta, pontas e contos de lança e braçais de arqueiro seriam utilizados. As actividades *transformadoras* estão representadas principalmente pela metalurgia, tendo sido recolhidos vários cadinhos de fundição de cerâmica [Foto 20] e pela confecção de vestuário nas suas várias fases, desde o tecer do pano, actividade ilustrada a partir do Calcolítico pelo aparecimento de numerosos pesos de tear de cerâmica com ou sem decoração [Foto 21], até à confecção da peça, de que são expressão o número abundante de agulhas que se encontra entre o acervo do castro de Pragança.

II — DO ROMANO AO ÁRABE

1. O PERÍODO ROMANO

Ao contrário do que ocorreu na época precedente que se caracterizou pela abundância de vestígios arqueológicos recolhidos na área do concelho, os testemunhos materiais que se podem atribuir seguramente ao período romano são bem mais escassos e isentos de monumentalidade arquitectónica. O espólio luso-romano obtido em quatro povoações concelhias — Alguber, Cadaval, Lamas e Pragança — ou próximo delas, é constituído por algumas moedas, fragmentos de cerâmica, utensílios de tecelagem, um forno e uma ara romanos, ou seja, objectos na sua maioria intimamente associados ao pulsar quotidiano de pequenos núcleos habitacionais.

Este facto resultou, aliás, do papel que a Estremadura Central desempenhou para os Romanos durante a sua permanência em solo português. Inserida na província da Lusitânia, que correspondia sensivelmente ao actual território nacional, a região estremenha apresentou-se para o Império Romano de interesse económico e até militar secundários quando comparada com as regiões interiores da Península Ibérica¹. Não possuía pedreiras ou jazidas metalíferas significativas — o ouro de aluvião era obtido na bacia hidrográfica do Tejo ou extraído na região transmontana de Jales e Trêsmas, e o cobre e o mármore provinham do Alentejo — nem indústrias de salga de peixe, onde se produzia o célebre *garum*, implantadas predominantemente no estuário sadino (Tróia) e no litoral algarvio. Do mesmo modo, não se erigiram imponentes *villae*, pelo menos não foram ainda detectados quaisquer vestígios, como aquelas fundadas no sul do País e que constituíam verdadeiras unidades autónomas de produção e de comercialização agrícolas.

¹ Não pretendemos concluir a inexistência durante a dominação romana de uma actividade produtiva e comercial significativa ao longo da faixa litoral estremenha, como por exemplo aquela que se estabeleceu nas lagoas de Óbidos e da Pederneira, ou que a aceitação do jugo latino tenha sido caracterizada pela ausência de qualquer tipo de reacção violenta por parte dos povos autóctones. Apenas tencionamos salientar que os principais focos de actividade económica e de resistência armada lusitanos não ocorreram na Estremadura Central.

Na Estremadura Central persistia uma população maioritariamente autóctone (não esqueçamos o forte povoamento da região no período precedente), dispersa por pequenos *vici* ou casais, destacando-se algumas *villae* de maior dimensão, especialmente em torno de *Olisipo*. Este aspecto é salientado por Orlando Ribeiro², que aponta a distribuição interior das principais cidades (exceptuando *Olisipo*, importante porto comercial) e o traçado interno das grandes vias da Lusitânia, nunca se efectuando a *atlantização* do território actualmente português durante a dominação romana.

No domínio militar, a ocupação da Estremadura não constituiu motivo de forte preocupação para os *invasores*, que depararam com uma resistência bem menor daquela que tiveram de enfrentar nas regiões ao norte do rio Mondego. No delineamento de uma atitude de aceitação menos conflituosa relativamente aos novos ocupantes contribuiu possivelmente o hábito milenar de convivência e de comércio que se estabelecera entre as gentes autóctones e os povos navegadores do Mediterrâneo, contacto que terá facilitado a emergência de um fenómeno de imbricação cultural mútua e uma estrutura sócio-política de carácter semi-urbano desenvolvida pelos povos provenientes do sul da Península Ibérica (Túrdulos e Cónios) que se fixaram no Centro litoral do nosso País durante os séculos V a IV a. C.³

A primeira notícia de um achado romano no concelho do Cadaval data de 1892, ano em que José Leite de Vasconcelos comunicou em carta a Martins Sarmiento⁴ a descoberta de uma moeda municipal da Península, que aparecera juntamente com telhas romanas. Esta moeda, proveniente de um local próximo de Pragança e onde se encontraram também uma mó e fragmentos de cerâmica, foi descrita no ano seguinte por Leite de Vasconcelos. Trata-se de uma moeda de cobre muito cerceada, oxidada e gasta datada da época do imperador Tibério, que governou entre 14 e 37 d.C.. Nela consta a seguinte inscrição: «TI. CAESAR AVG. F. IMP. PONT. M., no anverso; e MVN. TVR. M. POMTIO MARSO C. VEGETO IIVIR, no reverso»⁵, referente a dois *duum viros*, ou os primeiros magistrados de Turiaso, no tempo daquele imperador romano. O exemplar recolhido não é raro, contudo revela um facto digno de nota, isto é, a existência de íntimas relações comerciais entre os diversos povos da Península uma vez que Turiaso, onde a moeda foi cunhada, situava-se na Tarraconense⁶ e o Cadaval na Lusitânia⁷.

² Cf. O. Ribeiro, 1977: 82.

³ Cf. O. Ribeiro, 1989, nº 2.844: 3; J. de Alarcão, 1987: 20.

⁴ Cf. «Cartas ...», 1958.

⁵ Completando a inscrição contida na moeda obtemos: «TIBERIVS CAESAR AVGVSTVS FELICITER IMPERATOR PONTIFEX MAXIMVS, no anverso; e, MVNICIPIVM TVRIASENSE MARCO POMTIO MARSO CAIO VEGETO DVVMVIRIS, no reverso. A sua tradução é a seguinte: «Tibério César Augusto [rejeitou o título de imperador que costuma anteceder o nome] general com sucesso pontífice máximo [cargo religioso acumulado pelo imperador], no anverso; e, «município turiasense pelos duumviros Marco Pôncio Marso e Gaio Vegeto», no reverso.

⁶ A Tarraconense situava-se a norte do rio Douro e constituía uma das três províncias da Hispânia romana, a par da Lusitânia e da Bética. Foi dividida em dois conventos - o bracaraugustano e o asturiense - no tempo do imperador Vespasiano. Turiaso é a actual Tarazona, na província de Saragoza, em Espanha.

⁷ Cf. J.L. de Vasconcelos, 1893.

A recolha de outras moedas no castro de Pragança ou nas suas imediações continuou a ser noticiada a partir de 1893. No ano de 1915 Leite de Vasconcelos dava conta do achado de algumas moedas de prata republicanas no castro de Pragança, ou seja, anteriores à Era Cristã e, na década de 1960, João Saavedra Machado referiu a existência de moedas romanas no Museu Nacional de Arqueologia provenientes de locais próximos de Pragança.

Perto desta povoação, numa propriedade situada no Juncal, foi descoberto em Julho de 1904 pelo proprietário do terreno vestígios do que parecia constituir um forno antigo. Enquanto procedia ao bacelo pôs ocasionalmente a descoberto paredes de tijolo bastante requeimado, sobreposto na sua maior parte em sentido oblíquo e fortemente argamassado, que pareciam ter servido de base a um forno de telha⁸. Segundo a tradição oral, havia em tempos remotos três fornos de telha no mesmo sítio onde este aparecera. Em relação ao exemplar descoberto não foi possível proceder a qualquer estudo que permitisse atribuir-lhe uma datação segura, visto a sua destruição ter ocorrido pouco depois durante os trabalhos agrícolas. Todavia, posteriormente foi colocada a hipótese de se tratar de uma *fornax lusitano-romana*⁹.

Este conjunto de achados indiciam a persistência do povoamento no castro de Pragança e na sua proximidade durante o final do século I a. C. e o início da Era Cristã. Desta altura, datam os fragmentos de *terra sigillata*¹⁰ encontrados neste povoado.

De outros locais do concelho provieram utensílios romanos. Próximo da vila do Cadaval Leite de Vasconcelos adquiriu em 1898 uma mola manuária achada na sua propriedade de Borjigas¹¹, a qual ficava perto de locais onde encontrara outras antigualhas romanas, sem contudo especificar em que consistiam¹². Na aldeia de Algeber, mais precisamente num local situado junto da Quinta do Cidral, foi descoberta por José Maria Fogaça, residente naquela povoação, uma estação luso-romana, facto que comunicou de imediato à direcção do então *Museu Etnográfico de Lisboa* (actual *Museu Nacional de Arqueologia*). Maximiano Apolinário procedeu à sua escavação em Novembro de 1895, tendo recolhido sete *pondera*, ou pesos de tear, de barro, uns inteiros e outros fragmentados, possuindo um deles uma marca com a forma de uma suástica, e diversos fragmentos de barro saguntino¹³, alguns sem verniz, sendo possível reconstituir teoricamente a forma de um deles¹⁴.

De Lamas é oriundo o achado mais significativo do período romano recolhido no concelho. Trata-se de uma ara datada do século II d. C. com uma inscrição honorífica a Marco Aurélio [Foto 26], e foi encontrada numa estrumeira por José Leite Vasconcelos em 1893. A inscrição foi decifrada pela primeira vez em

⁸ Cf. P. de Azevedo, 1905: 42-43.

⁹ Cf. F. de Almeida *et al.*, 1968: 61-70.

¹⁰ A cerâmica de *terra sigillata* foi inicialmente uma cerâmica de importação que começou a ser introduzida no nosso país no final do século I a. C.

¹¹ Propriedade que se situa à saída do Cadaval, do lado esquerdo da estrada que liga esta vila à aldeia do Peral.

¹² Cf. J. L. de Vasconcelos, 1898: 244.

¹³ Refere-se a cerâmica de *terra sigillata*.

¹⁴ Cf. J. L. de Vasconcelos, 1896: 246.

1897 e publicada num artigo por Hubner e Leite de Vasconcelos¹⁵, tendo recebido uma nova interpretação por Jorge de Alarcão em 1988¹⁶. Onde Hubner e Vasconcelos tinham lido FEL[IX] FLAV[IA] TRV[T]OB[R]IGA, Alarcão propôs FEL[IX] FLAV[IVM] EBV[R]OB[R]ITTIVM ou FEL[IX] FLAV[IA] EBV[R]OB[R]IGA.

De acordo com este último autor, a inscrição foi consagrada por quatro indivíduos, dos quais se mencionam os nomes sem contudo se referirem as magistraturas que exerciam¹⁷. Um deles, Caio Júlio Lauro, apareceu também referido numa inscrição funerária reutilizada na Igreja de S. Lourenço dos Francos, situada na Lourinhã¹⁸. Parece que Caio Júlio Lauro foi um dos quatro *quattuorviri* da *civitas* de *Eburobrittium*¹⁹, cujos nomes constam na inscrição de Lamas, no tempo de Marco Aurélio, possuindo a sua *villa*, na qual foi sepultado, perto de S. Lourenço dos Francos.

Hubner tinha considerado a inscrição contida na ara encontrada em Lamas como o testemunho epigráfico de uma cidade designada Trutóbriga situada no concelho do Cadaval. Jorge de Alarcão, contudo, nega a existência desta cidade. Em sua opinião, «A inscrição fazia possivelmente parte de um monumento que assinalaria o limite da *civitas* [de *Eburobrittium*] e poderia achar-se numa estrada que ligaria *Eburobrittium* a *Scallabis*²⁰. Com efeito, segundo este autor, o território do actual concelho do Cadaval estaria inserido na *civitas* de *Eburobrittium* cujos limites se fixavam entre o mar e as serras de Montejunto e dos Candeeiros, ligando-se a sul com a *civitas* de *Olistipo*. A estratégia de ocupação revela uma população rural dispersa em pequenas *villae* e casais, constituindo por vezes constelações em torno dos aglomerados urbanos e demonstrando uma fraca atracção pela capital (*Eburobrittium*). Além de algumas estradas interregionais que punham em comunicação as principais cidades da Estremadura, uma rede de pequenas vias municipais e de caminhos ligavam as povoações entre si, cujos habitantes procediam ao cultivo dos campos e a pequenas trocas locais numa azáfama quotidiana que se escoava sem grandes sobressaltos.

2. O DOMÍNIO MUÇULMANO

De modo idêntico ao que ocorreu durante o período romano, os vestígios arqueológicos e toponímicos atribuíveis a uma presença *árabe* na área do concelho são reduzidos, o que não significa de modo algum que estejamos perante uma situação de quase ausência de povoamento na região. Pelo contrário, a faixa leste do concelho constituiu durante o período islâmico uma zona de implantação

¹⁵ Cf. E. Hubner *et al.*, 1897:161-167.

¹⁶ Cf. J. de Alarcão, 1988a, fasc. 2.

¹⁷ *Op. cit.*: 46.

¹⁸ Cf. J. de Alarcão, 1990: 382.

¹⁹ *Eburobrittium* seria uma cidade fundada pelos Eburones, povo pré-romano que, oriundo do sul da Península Ibérica, realizou juntamente com os Túrduos um movimento migratório em direcção ao norte. Alguns elementos pertencentes a esta etnia ter-se-ão fixado na região estremenha. Tendo sido posteriormente romanizada, a localização desta cidade continua ainda por identificar. As opiniões dos historiadores divergem entre Amoreira de Óbidos e Évora de Alcobaga. J. de Alarcão avança ainda a possibilidade de se situar perto da Columbeira (Bombarral).

²⁰ J. de Alarcão, 1990: 382.

de *habitats* humanos, expressa em alguns elementos etimológicos e na existência de um morabito. A escassez de vestígios arquitectónicos resultou, em parte, da feição que tomou a ocupação muçulmana, quer na Estremadura Central, quer no território actualmente português.

Sob domínio islâmico desde o início do século VIII, o *Al-Garb al Andalus*, compreendido entre os rios Douro e Guadiana, constituiu uma região periférica para o império norte-africano que implantou os seus principais centros administrativos, económicos e culturais na vizinha Espanha, tendo aí edificado imponentes e majestosas cidades tais como Córdova, Toledo, Sevilha ou Málaga. Este aspecto leva José Mattoso a considerar «[...] as cidades portuguesas onde a civilização árabe é mais intensa [...] pequenas urbes provincianas [...]»²¹ quando comparadas com as suas congéneres espanholas. Resultou assim o reduzido número de vestígios arquitectónicos legados pelos mouros, posteriormente destruídos ou adaptados ao viver cristão, situação acentuada nas regiões portuguesas onde a presença muçulmana se revelou de menor intensidade.

A região estremenha situada a oeste da serra de Montejunto e compreendida entre os termos de Sintra e de Coimbra, apresentou-se como uma região de fraco interesse económico para o sistema muçulmano cujos principais centros de actividade agrícola, piscatória e comercial se situavam na orla algarvia onde, no dizer de Oliveira Martins, «borbulhava uma vida intensa de pequenas comunidades rurais»²², nas bacias hidrográficas dos rios Tejo e Guadiana, na península do Sado e na rica cidade de Lisboa, animada por um florescente trato comercial e por uma intensa faina agrícola em seu redor.

A Estremadura litoral constituiria, segundo Pedro Barbosa, uma zona estrategicamente importante na defesa da cidade de Lisboa, o que lhe teria conferido «uma forte componente militar no seu povoamento islâmico, talvez através de “ribats” estrategicamente colocados, [...] ou ainda por meio de propriedades fortificadas à guarda de alguns desses “sidis” ou “cidis”, os senhores de uma vasta terra [...]»²³. Como principais núcleos de povoamento e de apoio militar contavam-se Torres Vedras e Óbidos.

Na globalidade do território da Estremadura Central, o mesmo autor detecta uma dualidade de situações: zonas de densa toponímia muçulmana (ou de origem árabe), alternam com outras onde é praticamente inexistente. Próximo de Torres Vedras surge um número significativo de topónimos muçulmanos, especialmente a norte desta vila, onde o citado autor indica termos que poderiam traduzir uma ocupação anterior à Reconquista cristã. Entre eles contam-se Alguber e Casal do Mouro, no concelho do Cadaval, e Abuxanas e Asseisseira, no concelho de Alenquer. Um outro grupo de topónimos, Avenal, Cercal e Cirol, seria um indício de uma população moçárabe vivendo na Estremadura Central²⁴.

O eixo Alguber-Cercal-Avenal, situado na faixa leste do concelho, parece ter consistido uma área de fixação *árabe* ou moçárabe. O topónimo *Alguber* é bas-

²¹ J. Mattoso, 1986: 322-323.

²² Cit. in Luís Manuel Araújo, «Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular», *História de Portugal*, p. 263.

²³ P. Barbosa, 1988: 108-109.

²⁴ *Op. cit.*: 111, 118 e 120.

tante significativo. Frei João de Sousa²⁵ considerou que a sua origem residia no étimo *aljobeila*, diminutivo de *jabalon*, «monte», significando «montesinho» ou «monte pequeno», em virtude da povoação se situar próximo da serra de Todo-o-Mundo²⁶. A mesma interpretação seria seguida posteriormente por Pinho Leal²⁷.

Um breve levantamento de microtoponímia, efectuado a partir do registo de propriedades das povoações de Alguber, Avenal, Cercal e Vilar revelou mais alguns topónimos que sugerem uma presença *árabe* ou moçárabe. O étimo *arrabalde* aparece em Alguber e no Vilar, *alcântara* e *outeiro mourisco* surgem também nesta última aldeia e, finalmente, no Avenal, freguesia de Vilar, ocorre o topónimo *mouraceira*. Seria necessário, no entanto, para se avaliar a relevância deste conjunto de topónimos como indicadores de uma efectiva ocupação *árabe* ou moçárabe, verificar se ocorre idêntica toponímia em outras áreas do concelho, e com que frequência. Assinale-se, por exemplo, que não detectámos qualquer microtopónimo de origem árabe perto do Cercal.

É precisamente nesta aldeia que existe um vestígio arquitectónico atribuído ao período muçulmano²⁸. Trata-se de um pequeno morabito, local de culto da religião islâmica, erguido numa pequena elevação de terreno sobranceira à referida povoação [Foto 27]. Estes pequenos monumentos predominam no Sul do País, onde ocorreu uma presença moura mais efectiva, tendo sido na sua maioria transformados posteriormente em templos cristãos.

O exemplar do Cercal, hoje utilizado como um curral de gado caprino e infelizmente votado ao mais completo abandono, foi restaurado e adaptado a local de culto cristão no início do século XVII por um morador naquela aldeia, tendo-lhe sido acrescido o corpo da capela. A inscrição contida na lápide outrora existente no seu interior consta do seguinte conteúdo: «Esta igreja a mandou fazer o sr. Gil Sacadura no ano de 1602 - A sua custa». A lápide, juntamente com uma imagem de Nossa Senhora da Ajuda, foram encontradas no decorrer de umas escavações efectuadas no interior do templo, tendo sido vendidas a um particular na década de 1960²⁹.

Desconhece-se ao certo quando terá sido edificado o pequeno monumento, é provável, no entanto, que tenha surgido durante o período de intensificação do fervor religioso e do aumento de conversões ao islamismo que ocorreu a partir

²⁵ Cf. Fr. João de Sousa, 1981 (1ª ed. 1789), 36. Não encontramos nesta obra a referência a qualquer outra explicação para a etimologia do topónimo «alguber», nomeadamente o étimo *aljobe*, por vezes assinalado em alguma bibliografia por nós consultada.

²⁶ A evolução do étimo *aljobeila* para a palavra *alguber*, poderia ter ocorrido do seguinte modo: apócope da letra *a*; rotacismo do *l* que passou a *r*; monotongação do som *ei*, acompanhado de um abaixamento da vogal, que evoluiu para um som mais aberto; mutação do som *j* para *g*. Esta última evolução, ainda que possa ter ocorrido é, contudo, pouco frequente ou mesmo improvável. Assim, se a queda da letra *a* ou o rotacismo do *l* para *r*, são processos que ocorrem com regularidade, o mesmo não se pode dizer da evolução do som *j* para *g*, sendo muito mais frequente a ocorrência do fenómeno inverso, ou seja, a evolução do som *g* para *j*. Podemos, pois, considerar a hipótese da fonte etimológica não ser muito correcta, uma vez que estamos perante uma evolução linguística que coloca algumas reservas.

²⁷ Cf. *Portugal Antigo e Moderno ...*, 1873: 127.

²⁸ Cf. C. de Campos, 1970: 91.

²⁹ Segundo informação constante no *Boletim Informativo*, editado pelo Centro de Apoio Pedagógico do Cadaval, nº 10, Abril, 1987, p. 9.

do século XII, com a chegada à Península dos Almorávidas, primeiramente, e depois dos Almoadas, grupos de berberes caracterizados pelo seu fanatismo religioso e intolerância em relação ao culto cristão praticado pelos moçárabes.

Como se articulava o quadro social e humano da Estremadura Central durante o domínio islâmico? Parece não haver dúvida da continuidade de povoamento de base autóctone, pelo menos nas regiões onde aparecem topónimos de origem árabe. A estrutura da população era maioritariamente constituída por núcleos de camponeses moçárabes e malados submetidos ao jugo muçulmano e, no caso dos primeiros, obrigados a pagar pesados impostos em troca de uma relativa liberdade de culto cristão. Em torno da cidade de Lisboa, existia uma cintura agrícola onde predominaria uma policultura em regime intensivo. Além desta área de implantação saloia havia outras comunidades moçárabes, nomeadamente em Santarém e próximo de Alenquer. A componente árabe fora dos principais centros urbanos devia ser praticamente inexistente. Constituindo a elite dominante dedicaram-se na sua maioria a actividades administrativas e comerciais, onde exerceram uma influência notável nos domínios da tecnologia artesanal, da economia de produção e de trocas, dos hábitos citadinos, de algumas instituições militares e da administração municipal.³⁰

No domínio rural a componente islâmica era essencialmente constituída pela população autóctone que, por necessidade ou por convicção, adoptava o credo do invasor, mas sem qualquer ligação étnica com os árabes ou berberes norte-africanos, a par de moçárabes que a despeito das perseguições a que foram sujeitos, principalmente a partir do século XII com a vinda dos Almorávidas e dos Almoadas, se mantiveram agarrados à terra alicerçando a síntese cultural que se daria no período pós-Reconquista.

³⁰ J. Mattoso, 1986: 324.

III — DA RECONQUISTA CRISTÃ A 1527

Acompanhando o processo da Reconquista Cristã iniciou-se um novo período na história do nosso País. Contingências várias conduziram à criação de um espaço nacional único (com as fronteiras estáveis mais antigas da Europa) em que o Norte românico abraçou o Sul muçulmano (ou moçárabe) fundindo-se num só corpo e superando, através de uma síntese que ainda hoje fascina os historiadores e todos aqueles que sentem a atracção magnetizante dos *mistérios* do passado, as diversidades geográficas e culturais existentes nos elementos constitutivos do corpo da nação.

As convulsões provocadas por cerca de cinco séculos de guerra (ou guerrilha) entre os dois credos, alternando com períodos mais ou menos latos de pacificação em que se tornava possível a convivência entre as duas facções beligerantes, reflectiram-se necessariamente nas formas e intensidade de ocupação do espaço que variaram ao longo do tempo e de região para região. Após a conquista definitiva do espaço nacional no meado do século XIII estavam criadas as condições tanto para a intensificação do povoamento do território, que já vinha acontecendo na rectaguarda das operações militares e contribuindo em grande parte para o seu êxito, como para se proceder ao desenvolvimento económico do país. A partir desta data incrementaram-se as iniciativas de povoamento, arrotearam-se charnecas incultas e agrestes, desbravaram-se matas e bosques, secaram-se pântanos e paúis. A paisagem transformou-se subjugada ao esforço modelador do homem, que na luta incessante para dominar uma Natureza que se apresentava contingente e rebelde, disseminou a sua gente polvilhando a paisagem estremenha com os tons alvos dos pequenos casais que foram surgindo.

Quase quatro séculos decorreram desde a tomada definitiva dos castelos da Estremadura e o primeiro *Numeramento* geral da população do reino mandado efectuar por D. João III no ano de 1527. Com a realização deste arrolamento termina, no aspecto demográfico, a Idade Média portuguesa que se caracteriza pela quase ausência de fontes demográficas e pela imprecisão dos dados, apenas tomando possível a constatação de meras visões de conjunto e análises comparativas entre regiões.

Com o século XVI e o advento da era dos Descobrimentos vira-se uma nova página da história nacional, coincidindo com o dealbar do Antigo Regime e a maior frequência e rigor dos cálculos de população. Daí que tenhamos estabelecido 1527 como o limite final deste capítulo.

Captar a acção dos grupos humanos sobre a paisagem bruta, as soluções que adoptaram para uma melhor rentabilização da terra face à escassez endémica de população e aos fracos recursos técnicos disponíveis, e os diferentes tipos de proprietários fundiários que permaneceram no concelho do Cadaval ao longo de um percurso pleno de dificuldades, são alguns dos vectores que pretendemos abordar no terceiro capítulo, que finaliza com uma breve análise do *Numeramento* de 1527.

1. A INTENSIDADE DO POVOAMENTO NA ESTREMADURA CENTRAL DURANTE A ÉPOCA DA RECONQUISTA CRISTÃ

A tomada definitiva dos castelos da Estremadura por D. Afonso Henriques ocorreu entre 1148 e 1156. Para trás ficava um longo período de instabilidade e de insegurança, em que se alternavam períodos de relativa acalmia com outros de luta mais ou menos acesa entre Cristãos e Muçulmanos. O litoral estremenho foi tomado pela primeira vez aos Muçulmanos pelo rei Afonso VI de Leão que, em 1091, atingiu a linha do Tejo ao conquistar os castelos de Santarém, Sintra e Lisboa. Mas logo no início do século seguinte, em 1111, uma ofensiva almorávida reconquistou as praças da Estremadura e comprometeu inclusive o território a norte do Mondego ao cercar Coimbra em 1117. A partir da segunda década da centúria de duzentos o avanço cristão tomou novo alento, alcançando definitivamente a linha do Tejo antes de meados do século XII. O sucesso da ofensiva cristã face a uma guerra que tomava agora o aspecto de uma luta destruidora total só foi possível devido à mudança de orientação da empresa militar, que a partir do século XII ficou a cargo de ordens religiosas e sob o comando do rei.

Perante este panorama não existiam condições para um crescimento demográfico devendo até suceder, em épocas de luta mais intensa, uma diminuição significativa do número de habitantes. Quando da tomada dos castelos da Estremadura a população estava certamente muito enfraquecida. A escassez de população na Estremadura pós-Reconquista é um dado adquirido, sendo porém de afastar a hipótese de emamento. A persistência de uma população moçárabe na região estremenha que sobreviveu à Reconquista é assinalada por diversos historiadores e sugerida pelos elementos toponímicos¹.

Conforme foi exposto no capítulo anterior, a zona leste do concelho do Cadaval terá constituído precisamente um foco de povoamento islâmico e mesmo pré-islâmico: Alguber e Cercal seriam dois núcleos de *habitat* anteriores ao avanço cristão os quais, a par de um outro grupo de pequenas aldeias mais a norte, formavam as duas áreas de povoamento concentrado do termo de Óbidos².

¹ Sobre este assunto cf. H. da Gama Barros, Vol. IV: 14; J. L. de Vasconcelos, 1980c: 283; P. Barbosa, 1988: 127; R. Durand, 1982: 93.

² Cf. P. Barbosa, 1988a: 455.

Não devemos no entanto exagerar a dimensão destas povoações. Tratava-se de um povoamento aglomerado que permitia a sobrevivência de algumas famílias, quantas vezes isoladas e enclausuradas num meio hostil sujeitas às contingências do clima, à escassez ou abundância de água, aos caprichos da Natureza e às vicissitudes da guerra de Reconquista. A coesão da comunidade, expressa na importância concedida às solidariedades vicinais, era a arma mais preciosa para enfrentar os desafios do quotidiano³. Alternando com estas zonas de povoamento, outras quase ou completamente despovoadas onde imperava uma cobertura arbórea e arbustiva exuberante e um conjunto de espécies animais não menos relevante. Sobressaíam Óbidos e Torres Vedras, importantes centros de apoio militar na defesa da rica cidade de Lisboa e da sua cintura agrícola.

2. A PROGRESSÃO DO POVOAMENTO

2.1. A cobertura vegetal

Em meados do século XII, a cobertura vegetal do termo de Óbidos e mesmo de toda a Estremadura Central ocupava superfícies muito vastas. Com a progressão do povoamento após a Reconquista e durante os dois séculos seguintes a área florestal e inculca foi diminuindo, enquanto surgiam campos de cultivo em consequência do arroteamento de matas, charnecas, várzeas e paúis. No entanto, apesar do esforço povoador dos primeiros monarcas que pretendiam valorizar uma região carente de braços e de gente e das migrações que ao longo dos séculos XIII e XIV se desprenderam do solo minhoto e se dirigiram em direcção ao litoral estremenho, o termo de Óbidos continuava a deter importantes áreas florestais a cargo de monteiros nomeados pelos monarcas e que zelavam pela protecção das coutadas reais. De acordo com Manuela Santos Silva, «a guarda das matas que ocupavam grande parte do território não só do concelho de Óbidos mas também dos limítrofes - Atouguia, Lourinhã e Cadaval [independente de Óbidos desde 1374 (*sic*)⁴], estava a cargo dos monteiros. Devido à extensão das suas zonas florestais, a Montaria de Óbidos era, ao que parece, a maior do Reino»⁵.

O levantamento dos fitotopónimos da área actualmente abrangida pelo concelho do Cadaval permite avaliar as espécies arbóreas e arbustivas que outrora cobriam o território, algumas das quais, o caso do carrasco na serra de Montejunto, ainda hoje subsistem resistindo durante quase oito séculos à acção devastadora e modeladora do Homem. Do total de trinta topónimos relacionados com a cobertura vegetal, treze referem-se a espécies arbustivas e os restantes dezassete a espécies

³ «Nas montanhas e planícies [exceptua o Norte atlântico] abundam os cabeços áridos e as charnecas desertas. A gente é escassa e tem de se juntar em aldeias para, em grupo, se defender das intempéries, partilhar os magros recursos ou vaguear atrás dos rebanhos que em pouco tempo consomem as pastagens naturais. A agricultura depressa esgota a terra, que tem de ficar em pousio. A água é pouca ou distante, e os caminhos desertos e perigosos» (J. Mattoso, 1988: 294).

⁴ O Cadaval foi elevado a vila e sede de concelho no ano de 1371. Cf. infra os capítulos dedicados às administrações senhorial e municipal.

⁵ M. S. Silva, 1987: 179-180.

arbóreas. Entre o primeiro grupo destaca-se o par chameca/várzea, totalizando quatro menções. Tratava-se de terrenos incultos destinados ao pasto e cujo desbaste na Estremadura Central parece ter ocorrido a partir do final do século XII ou início da centúria seguinte⁶. Solos onde se criavam algumas arbustivas tais como o carrasco, a aroeira, a esteva, a oliveira brava, o rosmaninho. Segundo Robert Durand, este tipo de terreno destinava-se à produção de erva e era raramente objecto de transacção⁷. Os restantes fitotopónimos completam o quadro das espécies arbustivas: o par murta/murteira com três referências, boiça com duas e, finalmente, carrasqueira, aroeira, tojeira e relva com uma cada.

Entre o conjunto das espécies arbóreas, sobressaem as pertencentes ao grupo das *Quercus*: carvalhos/carvalhais/carvalho quatro menções, sobreiro e azinheira, se bem que se refiram à espécie isolada, dois topónimos cada. O par freixo/freixeiros conta com quatro referências e os conjuntos de árvores, mata, floresta e pinhal, totalizam quatro. Pinheiro e zambujo, um topónimo cada. Do grupo das *Quercus*, salientam-se as espécies mediterrâneas de folha perene (sobreiro, azinheira, carrasco) e uma espécie que estabelece a transição entre as *Quercus* mediterrâneas e as de folha caduca da Europa média, o chamado carvalho português ou cerquinho. O pinheiro bravo, que a pouco e pouco substituiu as manchas de pinhal manso, pensa-se que foi introduzido na Idade Média, tendo sido propagado especialmente a partir do reinado de D. Dinis, num fenómeno talvez idêntico ao que ocorre hoje em relação ao eucalipto.

Não obstante este conjunto de fitotopónimos a área sul da Estremadura Central, onde se inclui o concelho do Cadaval, apresenta relativamente a outras zonas da Estremadura Central «um menor grupo de topónimos relacionados com a cobertura vegetal, incidindo os nomes dos lugares, sobretudo em tipos de propriedade ou trabalhos de arroteamento, topónimos islâmicos ou pré-islâmicos [o caso da zona leste do concelho], defesas, vias ou passagens, e colonização estrangeira pós-Reconquista»⁸.

A importância destes incultos era bastante grande, principalmente numa época de escassos meios tecnológicos e humanos. A sua posse e usufruto repartia-se pelas coutadas pertencentes ao rei e sob fiscalização dos monteiros e guardadores nomeados por aquele em cada concelho e que zelavam pela protecção das espécies florestais e faunísticas, pelas coutadas e honras senhoriais atribuídas pelos monarcas e fazendo parte de vastas propriedades, e pelos baldios do povo que deles retirava o complemento necessário a uma agricultura deficiente e pouco generosa.

A densa manta florestal da serra de Montejunto estava a cargo, durante os séculos XV e XVI, dos monteiros reais nomeados pelos monarcas. No ano de 1484, D. João II designou Tristão Alvares Monteiro da mata de Lameiro, na serra de Montejunto, e seis anos mais tarde, Diogo Gomes era o zelador da mata de Brabusco, também na serra de Montejunto. Em 23 de Dezembro de 1498, era nomeado pelo rei D. Manuel Monteiro e guardador desta mata Fernão Dias, morador no lugar de Pero Moniz, e que assim sucedia a seu tio, também Fernão Dias, que se aposentava⁹.

⁶ Cf. P. Barbosa, 1988: 38.

⁷ Cf. R. Durand, 1982: 171.

⁸ P. Barbosa, 1988: 35.

⁹ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, L. 17, fl. 87.

O mesmo Fernão Dias veria o seu posto confirmado em 1522 por D. João III, cedendo o seu lugar a Jorge Fernandes a partir de 1526. Os monarcas não descuravam assim uma importante fonte de riqueza que necessitava de protecção face às constantes incursões por parte das populações locais ou, até, da própria cobiça dos proprietários senhoriais.

Estes possuíam em geral nas suas propriedades extensões consideráveis de matas que coutavam precisamente para as proteger das investidas dos camponeses e dos pastores. Em 7 de Dezembro de 1390, D. João I couta os bens e herdades que Gonçalo Lourenço, escrivão do rei, possuía no termo do Cadaval. Estes consistiam na «quintaa de pero vermoiz» (Pero Moniz, pensamos) e no «montado de val de francas», pertencente à dita quinta. O monarca atendia, deste modo, a um pedido de Gonçalo Lourenço que se sentia lesado pelo facto das suas propriedades estarem a ser usufruídas pelas gentes do termo que nelas recolhiam lenha e talhavam madeira e pastavam gados e bestas sem pagarem a coima geralmente estipulada para os bens honrados¹⁰. Seis anos mais tarde o mesmo Gonçalo Lourenço fez um escambo com Afonso Rodrigues, alcaide e senhor de Vila Verde dos Francos, obtendo a alcaidaria dessa vila em troca dos bens que possuía no termo do Cadaval e em Cabanas de Torres, concelho de Alenquer. Entre a vastidão dos bens que detinha, as propriedades incluíam «montados e pinhaaes e paastos e montes e fontes rotos e por romper»¹¹.

Torna-se difícil avaliar a dimensão dos baldios do povo. Deste os documentos são quase omissos e as referências fugazes à arraia miúda ocorriam geralmente quando se tratava de estipular direitos e obrigações e resolver contendas com as autoridades senhoriais e régias. Mas também a gente comum possuía os terrenos incultos onde podia apanhar lenha para cozinhar os alimentos e amenizar os rigores do Inverno, recolher mato para a cama do gado e posterior obtenção de estrumes com que fertilizava as terras, cortar madeira para o fabrico da utensilagem agrícola e para a edificação das habitações, pastar o gado e canalizar água para a rega das courelas. Representando os baldios um complemento indispensável à subsistência dos povos não admira pois os constantes conflitos que se geravam pela posse e usufruto dos incultos, quer entre vizinhos, quer entre estes e os senhores terratenentes ou as autoridades concelhias. Contendas que, como veremos no capítulo seguinte, se prolongam por todo o Antigo Regime e atingem mesmo o presente século. Trata-se, no fundo, da luta milenária de uma agricultura em constante progressão face a uma pastorícia tradicional cada vez mais débil, trata-se também do triunfo do individual e do «estatizado» em relação a formas comunitárias que perdem a sua razão de ser.

2.2. Grupos de povoadores e formas de propriedade fundiária

A escassez de população na Estremadura e a necessidade de povoar uma vasta região que a partir da rectaguarda garantisse os meios indispensáveis à manutenção de uma empresa militar de grande envergadura como era a Recon-

¹⁰ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, L. 2, fl. 51v.º

¹¹ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, L. 2, fl. 120 v.º

quista, levou os nossos primeiros monarcas a empreender um esforço de povoamento cedendo extensas parcelas de território a ordens eclesiásticas, a senhores nobres e a colonos portugueses e estrangeiros. Ao mesmo tempo, um importante surto migratório proveniente do Norte atlântico português começava a dirigir-se ao sul disputando e cobiçando as regiões mais ricas e favoráveis ao arroteamento, ou seja, a Estremadura, as suas cidades e os seus vales mais férteis. D. Afonso Henriques doou Atouguia da Baleia, Lourinhã e Vila Verde dos Francos a cruzados de além-Pirinéus que o tinham auxiliado na conquista da cidade de Lisboa, enquanto o Mosteiro de Alcobaça desempenhou a partir de 1153 um importante papel na valorização de terras incultas e bravias em toda a Estremadura Central.

Conforme referimos, o termo de Óbidos apresentava fraquíssima densidade de população destacando-se dois grupos de pequenas aldeias: um a norte do termo e outro a leste formado pelas aldeias de Bombarral, Cercal, Cadaval, Alguber, Vermelha, Dagorda e Peral. Entre estes dois limites havia um espaço vazio favorável à colonização estrangeira, franca e galega¹². Cadaval e Alguber foram consideradas por Rui de Azevedo duas das mais antigas povoações do termo de Óbidos, que até meados do século XIII contava com pouco mais do que as três vilas doadas aos colonos francos e algumas modestas aldeias.

O Cadaval seria, de acordo com este autor, «propriedade de Pedro Pires do Cadaval em 1265, que lançou os fundamentos à aldeia do seu nome antes de 1278»¹³. Pedro Barbosa, no entanto, não partilha a opinião daquele historiador «já que o documento em que se baseou deve ter sido o do aforamento de uma herdade no Peral, a este Pedro Peres do Cadaval, por Santa Marinha do Outeiro. [...] Quanto a nós, este Cadaval não é mais do que um locativo, e não indica a fundação da aldeia por este foreiro»¹⁴. Parece que Pedro Peres do Cadaval possuía bens no Peral e a norte desta aldeia.

Relativamente a Alguber (Albobel, 1233; Alguber, 1260) Rui de Azevedo considera-a «uma das mais antigas freguesias do alfoz de Óbidos»¹⁵. Alguber detinha, juntamente com o Peral, duas das mais antigas igrejas do termo de Óbidos, embora como refere Pedro Barbosa «não saibamos se se trata de capelas rurais ou de «cabeças» de freguesia»¹⁶. Acerca desta questão refira-se que em 1371, quando o Cadaval foi elevado a vila, Alguber não constava como uma das quatro freguesias — S. Lourenço do Peral, S. Vicente do Cercal, Santa Maria de Figueiros e Santa Maria de Vilar — a partir dessa data sob jurisdição do Cadaval. Parece que a freguesia foi formada apenas em 1549 por mercê de D. João III que a desanexou de Figueiros. Não encontramos, no entanto, qualquer prova documental que confirmasse este facto veiculado pela tradição oral das gentes da aldeia. De qualquer modo, já na primeira metade do século XIII a igreja de Alguber fervilhava de vitalidade, entrando em conflito no ano de 1233 com a sua congénere do Peral devido às oblações que ambas deviam receber das aldeias de Cercal, Dagorda e Peral¹⁷.

¹² Cf. P. Barbosa, 1988a: 455-456.

¹³ R. de Azevedo, 1937: 51.

¹⁴ P. Barbosa, 1988a: 454.

¹⁵ R. de Azevedo, 1937: 51. Sobre a possível origem *árabe* ou *moçárabe* de Alguber remetemos o leitor para o capítulo antecedente.

¹⁶ 1988a: 459-460.

¹⁷ Cf. P. Barbosa, 1988a: 460.

Em redor do Peral concentravam-se os bens fundiários da colegiada de Santa Marinha do Outeiro, de Lisboa. Pedro Barbosa refere que em 1190, esta colegiada fez a sua primeira aquisição ao comprar uma «casa com sua herdade lavrada e inculta»¹⁸. No ano de 1254, aforou bens no Peral e, a partir dessa data até 1365, beneficiou de três doações de vinha no Peral (1283, 1298 e 1307), de uma doação de uma quinta na Dagorda para aniversários (1326), de um aforamento de um herdamento no Peral (1330) e de cinco emprazamentos de bens: quatro apenas no Peral (1295, 1330, 1364 e 1365) e um no Peral, Dagorda e Vermelha (1319).

Os documentos de Santa Marinha do Outeiro parecem apontar, segundo o citado autor, para a existência de duas igrejas no Peral, uma designada S. Lourenço do Peral e a outra Santos do Peral, admitindo a segunda, mas colocando sob reservas a presença da primeira: «Existe, na realidade, um topónimo S. Lourenço a norte desta aldeia, mas tão próximo dela que nos custa a admitir a existência de dois templos. Mantemos, contudo, a existência de uma igreja nesse local, mas sob reserva»¹⁹. A igreja de S. Pedro de Óbidos possuía por seu turno bens na Dagorda, Vermelha e Cadaval. Em 1327 recebeu os dízimos de uma quinta entre a Vermelha e o Cadaval, a que se seguiu um período de doações: três vinhas no valor de 4 libras, em 1335, uma courela de vinha e pensão de 20 soldos na Dagorda e outra doação de courela de vinha, em 1336. Só voltamos a ter notícia de uma doação 40 anos mais tarde, altura em que recebeu quatro courelas no limite do lugar de Dagorda com obrigação de aniversário. Em 1423, foi-lhe doada uma casa na vila do Cadaval. Os emprazamentos parecem iniciar-se em 1351, ano em que emprazou por uma vida a Gonçalo Vasques duas courelas de vinha no Cadaval, com a obrigação de este pagar o terço daquilo que produzirem²⁰. Em 1427, efectuou outro emprazamento de duas vinhas a João Eanes, sem contudo indicar o regime do contrato²¹.

Santa Maria de Óbidos detinha também alguns bens no Cadaval, Cercal e junto da igreja de S. Tomé de Montejunto (cremos que se trata da igreja de S. Tomé de Lamas). No Cadaval, foi-lhe deixada em 1360 uma herdade em testamento num sítio designado «Valle de Fornos» que emprazaria 36 anos depois. No Cercal emprazou em 1387 duas courelas de vinha, enquanto «junto da igreja de S. Tomé de Montejunto» procedeu dois anos mais tarde ao emprazamento de uma herdade e vinhas.

O Mosteiro de Alcobaça possuiu igualmente bens na região do Cadaval, concentrados em torno do Cercal onde obteve doações a partir de 1301 e a exploração de uma grande quinta em Montejunto. No primeiro caso, Pedro Barbosa considera «que o avanço para o Cercal foi mais fortuito e não programado»²²,

¹⁸ *Op. cit.*, 1988a: 478.

¹⁹ *Op. cit.*, 1988a: 460. Cremos que o topónimo mencionado pelo autor corresponde à pequena elevação de terreno onde actualmente se encontra o edifício central da Quinta de S. Lourenço, cuja existência remonta pelo menos à primeira metade do século XVIII. Sem pretendemos atribuir à tradição popular o sustento de uma constatação que se pretende científica, queremos apenas referir a título de curiosidade o facto de ser voz corrente na povoação do Peral que, quando se efectuou há alguns anos a ampliação das instalações da quinta, foram desenterradas algumas ossadas de seres humanos, postas a descoberto enquanto se procedia à abertura dos alicerces dos novos edifícios.

²⁰ Cf. *Documentos de S. Pedro de Óbidos* in P. de Azevedo, 1913: 123.

²¹ Cf. *Documentos de S. Pedro de Óbidos* in P. de Azevedo, 1914: 57-58.

²² P. Barbosa, 1988a: 425.

visto afastar-se um pouco dos principais centros de interesse da Ordem de Cister no termo de Óbidos, ou seja, Óbidos, Tomada-Mota e Bombarral. No início do século XIV, o Mosteiro de Alcobaça recebeu propriedades em Montejunto através de duas doações onerosas feitas por uma família nobre que detinha terras na referida quinta²³. Em 17 de Junho de 1539, quando se procedeu à medição das terras pertencentes ao morgado de Martim Joanes, instituído por João Moniz e Afonso Moniz, apareceram confinando com as propriedades do morgado várias «terras de alcobaça», que constituíam uma «quintaa» com suas «cazas». Esta quinta, juntamente com os seus bens, era explorada por Mécia Soares, cujo procurador assistiu à medição efectuada. Devia situar-se a sul-sudeste da povoação de Martim Joanes, ou seja, abrangendo a várzea da Trindade até à ponte da Baleeira²⁴. Poder-se-á estar em presença de parte das propriedades recebidas no século XIV e entregues entretanto à exploração de um particular.

Em Montejunto, por sua vez, a Ordem de Avis fez o emprazamento, em 1284, de todos os seus bens compostos por herdades, casas, vinhas e foros²⁵.

O avanço senhorial no território concelhio durante o século XIII concentrou-se, de acordo com Pedro Barbosa, em redor de três quintas: Montejunto, Carvalhal e Trindade. A quinta de Montejunto estaria dispersa em duas ou três unidades e poderia ter resultado da fracção de um propriedade mais vasta anterior à Reconquista cristã. Durante o final do século XIII e o início da centúria seguinte esta quinta foi objecto de diversas transacções entre proprietários nobres²⁶.

A ocupação senhorial prosseguiu durante os dois séculos posteriores. No final da era de trezentos, dois documentos permitem-nos avaliar a vastidão dos bens fundiários possuídos por um grande proprietário nobre da região. Trata-se das propriedades de Gonçalo Lourenço, escrivão da casa real que, em 7 de Dezembro de 1390, era detentor da quinta de «pero vermoiz» e do montado de «val de francas» pertencente à dita quinta. Admitindo a ligação entre as duas propriedades estas teriam uma extensão de cerca de dois quilómetros, sensivelmente a distância que separa as actuais povoações de Pero Moniz e Vale Francas. Toda esta extensa propriedade estava coutada, vedando portanto às gentes do termo o acesso ao usufruto dos terrenos incultos²⁷.

Seis anos mais tarde, o mesmo Gonçalo Lourenço fez um escambo com Afonso Rodrigues cedendo os bens que possuía no termo do Cadaval e em Cabanas de Torres, Alenquer. Entregava a Afonso Rodrigues «as suas quintaas lagares e bens e herdades e casas e lagares e assentamentos com suas cubas e vasilhas que o dicto gonçalo lourenço e sua molher aviam na villa do cadaval e na metade da quinta que foe de Ruy dias do Rego quee esta a par do dicto logo do cadaval e outrossy a quinta de varatojo²⁸ que he termo do dicto logo do cadaval e com

²³ Pensamos localizar-se próximo dos actuais Casais de Montejunto que ainda há escassos anos eram designados pela população local como Quinta de Montejunto.

²⁴ In *Tombo do Morgado de Martins Joanes*.

²⁵ Cf. P. Barbosa, 1988a: 481.

²⁶ Cf. *op. cit.*, 1988a: 509-513.

²⁷ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, L. 2, fl. 51 v.

²⁸ A Quinta de Varatojo, referida ainda nas *Memorias Parochiaes* em 1758, situava-se a norte da aldeia do Peral.

todallas vinhas e herdades e montados e pinhaaes e pastos e montes e fontes rotos e por romper». Recebia em troca a alcaidaria de Vila Verde dos Francos com todas as suas jurisdições, direitos e direituras. Não são referidos aqui a quinta de «pero vermoiz» e o montado de «val de francas» que talvez não fizessem parte da transacção²⁹.

Cerca de um século mais tarde, em 14 de Fevereiro de 1492, D. João II fez doação de uma outra grande propriedade existente no concelho. Trata-se da Quinta do Gradil atribuída pelo monarca a D. Martinho de Noronha, filho de D. Pedro de Noronha que tinha sido mordomo-mor do rei. Esta vasta propriedade tinha sido, ao que parece, pertença da Casa de Bragança, voltando novamente à sua posse no início do século XVI com a subida ao trono de D. Manuel³⁰.

O tombo do morgado de Martim Joanes permite-nos apreender a composição de uma quinta senhorial existente no início do século XVI. Compunha-se de treze parcelas de terreno, de dimensão e formato díspar, de uma vinha e do núcleo habitacional: uma casa dianteira, uma de cozinha e outra de camara, dois pardieiros, um lagar, um curral e um palheiro.

A antroponímia detectada na área do concelho - Adão Lobo, Dom Durão, Martim Joanes e Pero Moniz - está certamente relacionada com a fixação de colonos no período pós-Reconquista. Conforme nota Robert Durand, a maioria dos 1400 antropónimos conhecidos em Portugal seriam posteriores à Reconquista. Mas como sublinha este autor, tal facto não significa necessariamente a verificação da ocorrência de zonas despovoadas: «os antropónimos dão-nos apenas a certeza de uma forte corrente de colonização: é normal que os novos proprietários, detentores por vezes de importantes privilégios, tenham procurado perpetuar a memória da sua boa fortuna atribuindo o seu nome ao casal que acabavam de fundar ou de reconstruir. É mesmo possível que fossem auxiliados nesse intento pelos camponeses autóctones desejosos de singularizar a nova exploração: a antroponímia testemunharia neste caso o carácter excepcional de implantação num meio já povoado»³¹.

Num documento datado de 28 Abril de 1278, aparece um *Martinus Johannis* efectuando a venda de uma vinha a *Afonso Johannis*³², enquanto num outro documento ligeiramente mais tardio, manuscrito em 29 de Janeiro de 1335, consta a doação de uma vinha à igreja de S. Pedro de Óbidos por Afonso Esteves, testamenteiro de Maria Gaga e de *Dom Lobo*³³. Os dois documentos não nos provam que tenham sido estes dois indivíduos os fundadores dos casais de Martim Joanes e de Adão Lobo, mas indicam-nos porém a existência de dois antropónimos comuns naquela época.

Marcas de um possível povoamento estrangeiro aparecem nos topónimos *Casais do Castelbano* e *Rochaforte* que, segundo Pedro Barbosa, podem traduzir no primeiro caso uma presença hispânica que acompanhou a Reconquista e, no

²⁹ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, L. 2, fl. 120 v.º

³⁰ ANTT, *Estremadura*, L. 10, fl. 28 v.º; e L. 11, fl. 103. Sobre a jurisdição da Quinta do Gradil remetemos para a Parte II [I, em especial as alíneas 2 e 3] referente à Administração Senhorial.

³¹ R. Durand, 1982: 61-62. Tradução nossa.

³² Cf. P. de Azevedo, 1913: 199.

³³ *Op. cit.*: 109.

segundo caso, relacionar-se com uma colonização franca mais tardia³⁴. No entanto, e como alerta o autor, há que ter cautela em retirar conclusões precipitadas de topónimos que não são confirmados pelos documentos da época.

3. O «NUMERAMENTO» DE 1527

Decorria o ano de 1527 quando D. João III ordenou a realização de um arrolamento de população que abrangesse a totalidade do território nacional, ou seja, as seis grandes regiões administrativas em que o País se encontrava dividido na altura: Entre Douro e Minho, Trás os Montes, Beira, Estremadura, Entre Tejo e Guadiana, e Algarve. Nele deviam ser incluídos todos os moradores das cidades, vilas e lugares das comarcas do reino, quer os que habitavam no corpo das povoações, quer os que viviam no termo. A contagem devia indicar também o nome das aldeias, dos casais, das quintas e das herdades encontrados em todo o termo, bem como o número de moradores. Não se exceptuavam nesta enumeração as terras de senhorio ou privilegiadas, isentas de correição por parte dos corregedores de comarca, como era o caso do concelho do Cadaval.

O arrolamento dos moradores do termo do Cadaval realizou-se no dia 13 de Setembro do referido ano, no lugar da Vermelha onde vivia o tabelião da vila, Fernão Gomes, e na presença do corregedor de comarca apuraram a totalidade dos vizinhos do termo.

O apuramento dos resultados do *Numeramento* de 1527 coloca algumas dificuldades de avaliação global que convém frisar. O primeiro problema prende-se com a definição dos verdadeiros objectivos que levaram D. João III a realizar este arrolamento. Pensa-se que foram essencialmente fins de carácter fiscal e administrativo em vez de avaliações de ordem meramente estatística, resultando daí a preocupação em registar os indivíduos por unidade de habitação, geralmente correspondente a uma célula familiar economicamente independente. Conforme faz notar Virgínia Rau, «em 1527, essa espécie de módulo que era o fogo ou o morador ou o vizinho indicava a mesma e única unidade que mais interessava à coroa: aquela sobre que incidia a tributação, independentemente do número de pessoas que por ela se encontravam abrangidos». E acrescenta em nota de rodapé, «Daí a explicação lógica de terem sido contados os clérigos e as viúvas que viviam dos seus próprios meios»³⁵. Sobressaem de imediato duas questões fundamentais: em primeiro lugar, qual ou quais os *moradores* considerados como unidades contributivas, ou seja, seriam considerados os pobres, os mendigos, os menores?; e, em segundo lugar, qual a correspondência entre *fogo*, *morador* e *vizinho*? Citando mais uma vez Virgínia Rau, sabe-se que em França, durante o Antigo Regime, «uma viúva residindo com os pais era contada por um fogo, ao passo que um casal de menores vivendo nas mesmas condições o não era»³⁶. De qualquer modo, a maioria dos historiadores portugueses aceita para o nosso País uma correspondência entre os três termos.

³⁴ Cf. P. Barbosa, 1988a: 451.

³⁵ V. Rau, 1965: 16.

³⁶ *Op. cit.*: 14.

A segunda dificuldade consiste na definição o mais exacta possível do número de habitantes residindo em cada fogo. Os historiadores portugueses estabelecem factores multiplicativos cujos valores variam entre 3.5 e 5 indivíduos por unidade considerada, admitindo variações regionais consoante o tipo de habitação e a estrutura familiar (nuclear ou extensa). Em relação ao *Numeramento* de 1527 atribuem geralmente um índice cujo intervalo oscila entre 4 e 5 habitantes por fogo. Adoptaremos estes valores na análise global da população do concelho em 1527 embora, atendendo à estrutura da família predominante na Estremadura, nos inclinemos preferencialmente para um intervalo entre 4 e 4.5 indivíduos existentes em cada fogo.

Tomando em consideração todos estes obstáculos não pretendemos determinar *exactamente* o número de gente que havia no concelho no início do século XVI, mas apenas estabelecer uma ordem de grandeza que permita, através da avaliação do quantitativo populacional verificado no início do Antigo Regime, efectuar comparações com registos realizados posteriormente.

O *Numeramento* de 1527 apurou 479 vizinhos, distribuídos por uma vila, 21 aldeias, 18 casais e 2 quintas. Multiplicando pelos valores de 4, 4.5 e 5, obtemos respectivamente 1196, 2156 e 2395 indivíduos para todo o termo e uma densidade por km² variando entre 11, 12.3 e 13.8 habitantes. Observando os valores apurados sobressai de imediato a escassez de população que então se verificava no concelho do Cadaval, se bem que estes números se aproximem das médias nacionais da época: entre 13 e 15 habitantes por km², mais elevadas no Norte atlântico e na Estremadura e menores no Alentejo e no interior do país. Não esqueçamos no entanto que já nesta época, de um modo um pouco idêntico ao que ocorre na actualidade, os principais centros de atracção de gente localizados na Estremadura eram Lisboa e o Vale do Tejo.

A exiguidade dos lugares, quando comparados com a sua dimensão contemporânea, torna-se ainda mais vincada quando analisados isoladamente. Entre o conjunto das povoações do termo destacava-se a vila do Cadaval, o maior aglomerado populacional do concelho que mesmo assim possuía apenas 57 vizinhos, ou seja, uma população estimada entre 228 e 285 indivíduos.

Em relação às aldeias podemos ordená-las em três grupos de acordo com a sua dimensão. Do primeiro grupo fazem parte os aglomerados maiores, que são também aqueles de fundação mais antiga: Alguer e o Casal de *Culão Monforte*(?) contavam com 45 vizinhos (entre 180 e 225 habitantes), o Peral, o Cercal e o Casal da Póvoa possuíam cada qual 34 vizinhos (de 136 a 170 hab.), seguindo-se o Painho com o Casal da Carrasqueira, 32 vizinhos, aquele certamente com um desenvolvimento significativo durante toda a Idade Média, Vermelha e Vilar respectivamente com 30 e 27 vizinhos. O grupo das aldeias de *média* dimensão é constituído por Figueiros que detinha 23 vizinhos, Pragança albergava 22, Pero Moniz possuía 19, e Adão Lobo e Corujeira contavam ambas com 14 vizinhos cada. O último grupo abrange as povoações mais pequenas: Vila Nova com 11 vizinhos, Carvalhal (no início do século XIV era uma quinta e actualmente um pequeno lugarejo), Dom Durão, Rochaforte, Barreiras, Sobrena e Dagorda todas abrigando 10 vizinhos cada e, finalmente, Lamas e Casal Velho, com 6 vizinhos cada. A aldeia de Lamas, sede da freguesia de maior dimensão, constituía já no início do século XVI uma das povoações mais pequenas do termo do Cadaval.

Dos dezoito casais apurados, o número de vizinhos por casal varia entre 4, o caso do Casal de Montejunto (também uma quinta no início do século XIV) e do Casal da Ventosa, dois casais com 3 vizinhos cada, sete contando com 2 vizinhos cada um, e o Casal do Carvalho apenas com um vizinho. Nas duas quintas mencionadas, Trindade e Varatojo, apenas na segunda se indica possuir um vizinho, sendo provável que a primeira apresentasse uma situação idêntica.

A constatação do número de aglomerados referidos leva-nos a suspeitar que alguns deles não tenham sido incluídos no *Numeramento*, ou então os seus habitantes inseridos noutras povoações. Por exemplo não há qualquer menção à Quinta do Gradil, uma das grandes propriedades da época, sucedendo o mesmo ao pequeno lugar de Vale Canada que, pensamos, já existiria nesta altura.

Procedendo a uma avaliação final da análise efectuada ao *Numeramento* de 1527 que conclusões podem ser retiradas? Ressalta de imediato a fraca densidade populacional do concelho no início do século XVI e a exiguidade das suas povoações: mesmo a própria sede do município, cuja população não atingia provavelmente os trezentos habitantes, traía a sua fragilidade demográfica nas reduzidas dimensões que aparentava possuir. Em seguida, é possível constatar a existência de um povoamento de tipo aglomerado em que a população aparece concentrada nas aldeias mais antigas ou no seu aro, ao mesmo tempo que se desenvolvem outras aldeias mais pequenas. Por último, detecta-se o aparecimento de germes de um povoamento intercalar que, a pouco e pouco, foram preenchendo os espaços vazios e incultos que a escassa gente das aldeias não podia arrotear. Desenvolvimento que ocorreu essencialmente em direcção à zona ocidental do concelho, afinal onde se localizam as várzeas mais férteis e menos sujeitas às enxurradas provenientes da serra de Montejunto. Posteriormente, com a *revolução do milho* a partir do século XVI, que permitiu a supressão do pousio e o aumento da área irrigada, e a introdução da batata já em meados do século XIX, acompanhada por uma melhoria das condições de vida, a gente proliferou, os casais transformaram-se em aldeias e estas avolumaram-se estendendo os seus braços a pequenas povoações vizinhas. A vida animou-se e a paisagem mudou de fisionomia, aqui e além o verde dos campos matizou-se e adquiriu uma intensa policromia oferecida pelo casario branco dos lugares que foram surgindo.

A evolução do povoamento no concelho do Cadaval durante a Idade Média revela a diversidade de soluções adoptadas face à escassez de gente, necessária para preencher os espaços desertos que se adivinhavam por entre os núcleos de povoamento primordial.

De início existia um grupo de pequenas aldeias de fundação muito antiga, constituído por Algeber e Cercal (esta com possível origem pré-islâmica), Cadaval, Peral, Vermelha e Dagorda. Foi em torno destas povoações que se concentrou a maioria dos bens fundiários dos principais proprietários eclesiásticos do concelho naquela época. O Mosteiro de Alcobaça detinha bens na proximidade do Cercal e explorava parte da Quinta de Montejunto.

O avanço senhorial incidiu, pelo menos até ao início do século XIV, em Montejunto, Carvalhal e Trindade, onde alguns nobres residindo maioritariamente na capital, possuíam vastas propriedades. A fixação senhorial não terminou nos

dois séculos seguintes, apresentando-se os seus elementos como detentores de quintas imensas que, ao serem coutadas, vedavam aos povos o acesso ao usufruto dos montados e das matas.

A par de uma ocupação senhorial e eclesiástica, detectam-se herdeiros mais pequenos traduzidos por vezes na antroponímia do concelho e uma possível presença de povoadores estrangeiros (hispânicos e francos).

No entanto, apesar de todo este fluxo de ocupação, o *Numeramento* de 1527 revela-nos uma população escassa em que as aldeias mais antigas continuam a ser o grande sustentáculo do povoamento. Aqui e além começam a adivinhar-se pequenos núcleos de ocupação intercalar que a pouco e pouco vão preenchendo os espaços em aberto. Mas a extensão das matas e das charnecas brutas era ainda considerável e daquelas cuidavam os monarcas com muito zelo.

IV — DO «NUMERAMENTO» DE 1527 A 1864

No ano de 1527 ocorreu o primeiro *Numeramento* geral da população do reino mandado efectuar por D. João III e quase três séculos e meio depois, em 1864, era realizado o primeiro *recenseamento geral* da população do continente em moldes científicos e modernos. Duas datas que assinalam duas etapas da recolha e análise demográficas. A separá-las estende-se um período temporal que, muito mais do que uma fase de transição da *pré-história* demográfica para uma etapa — *histórica* — em que se torna possível avaliar a evolução da população com um rigor crescente, corresponde em termos genéricos ao período histórico designado por *Antigo Regime*.

É difícil delimitar temporalmente o Antigo Regime o qual, como qualquer estágio do fluir da vivência humana, não se pode plasmar na fixidez analítica de uma atitude científica. Vitorino Magalhães Godinho estabelece como *fronteiras* para o Antigo Regime português, um período que se iniciou com a Era dos Descobrimentos e pereceu no alvorecer do século XIX em consequência das reformas efectuadas pelo jovem Liberalismo revolucionário¹. No entanto, o surto de desenvolvimento económico que Portugal conheceu posteriormente, em parte devido às reformas liberais operadas ao longo do século XIX, só começou a ser sentido a partir de meados da centúria de oitocentos — o próprio recenseamento de 1864 é disso expressão —, enquanto velhos *traços* da sociedade cessante se prolongaram até aos nossos dias, uns mais visíveis — os económicos, por exemplo —, outros dificilmente detectáveis — os que regulam as relações entre os diversos grupos sociais. O ano de 1864 situa-se assim, e não apenas ao nível demográfico, no advento de uma nova época para a sociedade portuguesa que começara timidamente a despontar no dealbar do século XIX.

As características do Antigo Regime português podem ser sintetizadas em traços breves e ténues: ao nível económico, sobressaía o peso esmagador da actividade agrícola se bem que atenuado pela existência de um sector terciário,

¹ Cf. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*.

burocrático-administrativo e comercial, volumoso, asfixiando ambos uma indústria incipiente que não conseguiu erigir-se como alternativa, florescendo apenas em épocas de conjuntura económica desfavorável; politicamente, tomou a sua expressão na ocorrência de um regime absolutista², que atingiu o seu apogeu no reinado de D. José, erigindo-se pela mão do Marquês de Pombal a doutrina do *despotismo esclarecido*; no aspecto social, a hierarquia estabelecida enunciava a sua verticalidade na divisão da sociedade em três ordens ou estados — clero, nobreza e povo — no seio da qual as duas primeiras afogavam o braço produtivo com pesados tributos à sombra de um regime senhorial que a insípida burguesia, à excepção de uma minoria capitalista que na segunda metade do século XVIII se dedicou ao trato marítimo, não foi capaz de enfrentar, optando antes por modelar-se à imagem da nobreza sua rival.

A estrutura desta sociedade reflectiu-se necessariamente na dinâmica demográfica que se caracterizou no essencial por um ritmo de crescimento da população muito lento, resultante em parte da acção de um mecanismo auto-regulador que condicionava, através do controlo da nupcialidade, o número de nascimentos. Criadagem, celibato forçado, errância, mendicidade e emigração são, de acordo com J. M. Nazareth, as *taras* sociais que a sociedade rural do Antigo Regime tendeu a gerar³.

O Cadaval, permanecendo ao longo deste período como um concelho essencialmente rural e sujeito a um regime senhorial sentiu certamente com intensidade o peso das estruturas do Antigo Regime. O modo como estas estruturas condicionaram o crescimento demográfico e enformaram a vida do município constitui o objectivo primordial deste capítulo. Será também dispensada atenção tanto a alguns factores conjunturais que influenciaram a progressão demográfica — as invasões francesas, por exemplo — como a esparsos elementos que delimitaram e regeram o quotidiano dos habitantes do concelho do Cadaval durante a época em análise.

1. ANÁLISE QUANTITATIVA DA POPULAÇÃO ATÉ 1864

A fim de avaliar a evolução geral da população do concelho ao longo do período considerado socorremo-nos de elementos provenientes de fontes tão díspares como são as corografias, as *Memórias Paroquiais* e a documentação emitida pelo *Desembargo do Paço*. Não nos detivemos nos registos paroquiais, a

² A doutrina política da monarquia absoluta e do Estado centralizado que dominou durante todo o Antigo Regime parece nunca ter conseguido debelar, de acordo com os resultados dos estudos efectuados pela moderna historiografia portuguesa, os diversos campos periféricos de actuação política que se formaram tanto ao nível local — não esqueçamos o papel das posturas municipais na afirmação dos localismos e regionalismos — como ao nível do tecido social. O Antigo Regime caracterizou-se, acima de tudo, pelo espartilhamento dos poderes em corporações, em grupos sociais privilegiados, em arreigadas identidades locais forjadas e mantidas ao longo de séculos.

³ Cf. J. M. Nazareth, 1982: 54. A genealogia do morgado dos «Fialhos», de Alguber, estabelecida entre o final do século XVI e meados da centúria de oitocentos, é disso um exemplo: referindo apenas os casos mais significativos constatamos que na 6ª geração, dos quatro filhos nascidos apenas o primogénito contraiu matrimónio, enquanto as suas duas irmãs professaram a vida religiosa e o irmão mais novo permaneceu celibatário; idêntica sorte coube às três mulheres da 9ª geração (duas freiras e uma solteira) e ao filho secundogénito que faleceu solteiro.

fonte mais importante e segura para a análise demográfica durante o Antigo Regime e que permite obter conclusões *qualitativas*, por motivos que se prendem com uma orientação essencialmente descritiva e global que preside a esta monografia. Os documentos consultados enfermam de um mal comum, ou seja, a sua falta de rigor estatístico, o que poderá inclusive induzir em erro, ou mesmo falsear, os resultados obtidos. Não pretendemos deste modo, à semelhança do que ocorreu relativamente ao *Numeramento* de 1527, estabelecer um cálculo rigoroso do quantitativo demográfico do concelho, mas apenas esboçar uma aproximação geral à curva evolutiva da população do Cadaval.

Durante o período que decorre entre os anos de 1527 e 1712 não dispomos de quaisquer dados que nos permitam calcular a evolução do crescimento populacional no concelho, podendo apenas estabelecer uma analogia com a progressão demográfica que terá ocorrido no país durante esta época. Entre a segunda metade do século XVI e até meados da centúria seguinte o aumento da população em Portugal foi grandemente travado pelo surto emigratório para o Brasil, o que seria em parte compensado pelas remessas de escravos africanos com que o tráfico negreiro colmatava a escassez de braços. A saída para o Brasil abrandou na segunda metade de seiscentos o que terá favorecido um maior crescimento demográfico a partir de então. A Estremadura teve um fraco contributo neste fluxo emigratório, no entanto, possuía a maior cidade da Península Ibérica — Lisboa — magnânima capital do império que despontava e que, ao atrair as gentes de todo o país, retirava ao corpo nacional a energia indispensável para se desenvolver.

O Cadaval, se bem que situado na Estremadura, era um pequeno concelho eminentemente agrícola e sob um regime senhorial, sendo por isso provável que tenha sofrido com mais intensidade o apelo brasileiro e a força centrípeta da urbe lisboeta. Vários são os indícios da escassez de gente no concelho mesmo em épocas mais tardias. A composição do agregado doméstico da Quinta de Porto Nogueira, em Alguber, em meados do século XVIII pode ser ilustrativa da recorrência ao trabalho negro como uma forma de preencher a falta de braços que grassava nos meios rurais: em 1737 esta família possuía quatro escravos, número acrescido para cinco nos anos de 1741 e de 1746, ao mesmo tempo que uma ampla prole de criadagem doméstica e rural completava o quadro senhorial. Mas, como se poderá constatar seguidamente, a carência de população reflectia-se também na extensão dos baldios e das matas para pasto e na existência de terrenos de pousio totalmente improdutivos.

No ano de 1712⁴, o concelho contaria com cerca de 1024 fogos os quais, multiplicados pelos valores de 4 e 4.5⁵, dariam respectivamente um total de população oscilando entre 4096 e 4608 habitantes. Estes valores representam um crescimento demográfico de 113% relativamente aos totais encontrados em 1527

⁴ Cf. P^a A. C. da Costa, 1712: 49-51.

⁵ Adoptámos um factor multiplicativo entre 4 e 4.5 pois consideramos ser aquele que melhor se ajusta à composição familiar de cada fogo. Acerca deste assunto remetemos o leitor para o capítulo antecedente, alínea número 3 respeitante à análise do *Numeramento* de 1527.

e parecem ser confirmados pelos quantitativos avançados pelos párocos das freguesias do concelho que, em 1758, preencheram o inquérito mandado efectuar pelo Marquês de Pombal⁶. O *registo* dos fogos realizado aponta para um total de 1066 (entre 4264 e 4797 habitantes), reflectindo um ligeiro acréscimo de população (+4.1%) comparativamente aquela que tinha sido registada no início do século. A densidade populacional cifrar-se-ia entre 24.5 e 27.6 habitantes por km², encontrando-se a população distribuída por uma vila (Cadaval), 27 aldeias e lugares, 28 casais e 19 quintas. É de crer, no entanto, que não foram referidos alguns aglomerados, talvez pela sua pequenez ou como resultado dos critérios dos párocos que forneciam as informações, o que não significa necessariamente que tenham sido excluídos da contagem. Estão nestas condições os lugares do Avenal, da Corujeira e da Palhoça, e as quintas do Cidral, da Boavista e de Porto Nogueira, situadas em Alguer.

Procedendo a uma análise mais pormenorizada da evolução dos lugares constata-se que as povoações mais antigas continuavam a ser, regra geral, os aglomerados de maior dimensão e que muitos dos casais referidos em 1527 constituíam em 1758 pequenas aldeias ou lugares (Casal da Póvoa, Bouça do Louro, Ventosa, Correira Rameleira, Tojeira e Palhais). Durante este período desapareceu o Casal do Paço e despontaram mais alguns casais (do Cesteiro, do Queimada, do Baguxo, da Boboreira, da Murteira, da Agueira, da Riba Fria, Casalinho, Lameiras, da Bruxa, da Amieira e da Moreira) e quintas (da Saúde, da Junceira, da Noruega, de São Lourenço, de Santo António, de Vale do Vilão, da Bogalheira, do Samaião e da Amieira).

Alguns destes casais viriam a desaparecer, o caso do Casal do Seixo recentemente abandonado pela família que o ocupava, enquanto outros se ampliavam e evoluíam para aldeias. O exemplo mais significativo é o do Casal da Murteira que conheceu um crescimento espantoso até aos nossos dias, constituindo em 1960 a povoação com maior número de habitantes (735) da freguesia de Lamas. O Carvalho, pelo contrário, decaiu completamente desde 1758, altura em que foi considerado aldeia, possuindo apenas 7 habitantes em 1960.

No ano de 1757, num documento deferido pelo *Desembargo do Paço* em resposta ao pedido da Nobreza e do Povo da vila do Cadaval para proceder à contratação de um mestre de escola, refere-se a existência de um total de 1000 fogos disseminados pela área do termo⁷. A ligeira diferença existente em relação aos elementos numéricos acima citados não pode ser atribuída a decréscimo demográfico, devendo resultar de deficientes (ou diferentes) critérios de contagem⁸. O mesmo pensamos relativamente a um outro ofício emitido em 1808 também pelo *Desembargo do Paço* que aponta para cerca de 4040 habitantes distribuídos por 950 fogos⁹. Ao longo do século XVIII, e apesar de alguma disparidade verificada nos elementos obtidos, tudo parece apontar para uma estabilização demográfica no concelho, não sendo no entanto de afastar a possibilidade de um ligeiro acréscimo populacional.

⁶ Referimo-nos às *Memórias Parochias*.

⁷ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 2076, doc. 8.

⁸ Pode-se, inclusive, colocar a hipótese dos oficiais da Câmara do Cadaval considerarem apenas os fogos que correspondessem a unidades tributivas.

⁹ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 649, doc. 9.

Assim sendo, não se verificaria aqui o marcado aumento de população apenas travado pelas Invasões Francesas que Silbert considera para o período 1732-1820 no Portugal mediterrâneo¹⁰. Carecemos, porém, de dados estatísticos mais conclusivos.

Apenas voltamos a dispor de elementos relativos à população do concelho no ano de 1855, inclusos num documento emitido pela Câmara do Cadaval cujo conteúdo constava de um protesto formulado pela edilidade contra a desanexação das freguesias do Bombarral e do Carvalhal¹¹. Foram atribuídos cerca de 1500 fogos para a globalidade do concelho o que totalizaria entre 6000 e 6750 habitantes. Estes valores são em parte confirmados pelos quantitativos apresentados pelas estatísticas paroquiais referentes a 1862 (6294 habitantes). Apresentam-se, todavia, ligeiramente inferiores aos efectivos apurados em 1864 no primeiro *Recenseamento Geral da População* (7077 indivíduos residentes em 1497 fogos). Os números traduzem um crescimento demográfico em relação a 1758 de 46.6% no total dos fogos e entre 66% e 47.5% no total dos habitantes.

Os índices de crescimento obtidos são perfeitamente aceitáveis para um período superior a cem anos, o que parece estranho é o facto de, pelo menos na aparência, a população ter praticamente estabilizado entre 1712 e o início do século XIX. Considerando os elementos expostos, e tendo em conta os efeitos nefastos que as invasões napoleónicas (1807-1811) decerto exerceram no crescimento demográfico do concelho, parece ter havido um extraordinário crescimento de população a partir da segunda década de oitocentos. É certo que este período correspondeu a uma época marcada por reformas económicas e sociais no país que iriam melhorar profundamente as condições de vida das gentes. Não afastamos, no entanto, a possibilidade de, até ao primeiro recenseamento de população efectuado em 1864, os efectivos populacionais terem sido sistematicamente avaliados *por defeito*, resultando daí a ilusão de um *boom* demográfico que provavelmente não ocorreu.

2. A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM RURAL

O significativo crescimento demográfico verificado no concelho durante os séculos XVI a XIX implicou necessariamente a abertura de novos espaços de cultivo que permitissem sustentar uma população cada vez mais numerosa, arroteamentos realizados quase sempre à custa dos baldios do povo e de uma actividade pastoril cada vez mais débil. As várzeas e os vargedos situados no aro das principais povoações, geralmente os mais férteis, estariam na sua quase totalidade agricultadas já na segunda metade do século XVIII. Esta parece ser a situação verificada a partir da análise de um documento que relata uma vistoria efectuada na área do concelho no ano de 1769 com o objectivo de avaliar a aptidão dos terrenos para o cultivo de trigo. Foram examinadas as várzeas do limite do lugar do Peral, da vila — «entre as pontes do Cadaval e da Vermelha» —, do Painho, de Figueiros, de Rochaforte, da Vermelha, das quintas da Trindade e de Montejunto, e da Balieira, e os vargedos de Pero Moniz, de Adão Lobo e de Vilar¹².

¹⁰ Cf. A. Silbert, 1978: 105.

¹¹ Cf. *A Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro Quinto...* Sobre este assunto remetemos para Parte II (II, 2), referente à administração concelhia.

¹² ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 879, doc. 68.

As terras sujeitas a apreciação encontravam-se na sua quase totalidade utilizadas no cultivo da vinha, principal fonte de rendimento dos agricultores do concelho. Todavia, o espaço intercalar que separava estas povoações salpicado aqui e além com pequenos casais e os terrenos menos aptos para a prática da agricultura, principalmente os declivosos de solo menos fértil e expostos com mais intensidade aos efeitos nefastos da erosão, apresentavam ainda extensas áreas de matos, pinhais e chamecas, utilizados pelas gentes do concelho para apascentar os gados, apanhar lenha, obter madeira e caçar. No início do século XVIII o P^e Carvalho da Costa salientava na sua *Corografia...*¹³ a abundância de caça existente em todo o termo do Cadaval, cujas principais espécies são discriminadas em 1758 pelo pároco da aldeia do Cercal: «também se cria na mesma Serra¹⁴ bastante caça de perdizes, coelhos, lebres e alguns porcos monteses¹⁵. A serra de Montejunto conservava ainda nesta época o aspecto bravo que hoje, decorridos mais de dois séculos de sucessivos arroteamentos e florestações, praticamente desconhecemos: «[a] Serra que consta de altos e frageiros paredões com várias brenhas de matos, de alecrim, carrascos e tojo¹⁶».

Situação idêntica ocorreria certamente com a serra de Todo-o-Mundo que, no meado do século XVIII, não apresentava decerto o aspecto retalhado e colorido que actualmente lhe conferem os pequenos pedaços de terra agricultada (*cowões* segundo a designação local) situados na vertente sobranceira à acolhedora aldeia de Alguber. Em 1758 o pároco desta povoação que respondeu ao inquérito paroquial indicou apenas o plantio de «algumas limas e oliveiras» nas «raízes» da serra e a sua utilização como pasto para o gado, sem se esquecer de referir que nela também se podiam caçar algumas perdizes¹⁷ [Foto 28].

Cerca de meio século após a redacção dos testemunhos legados pelos párocos das povoações do Cercal e de Alguber, decorria o ano de 1800, estalou um conflito entre a tutora e administradora do morgado das quintas de São Lourenço, Varatojo e Dagorda, D. Ana Peregrina¹⁸, e as autoridades administrativas do concelho — Câmara, Nobreza e Povo. Na origem do diferendo estava o pedido que D. Ana tinha dirigido à rainha para que lhe fossem coutadas as suas propriedades, pretensão a que a administração do concelho se opunha tenazmente. Esta extensa propriedade compunha-se de vinhas, pomares, terras de pão, juncais, pinhais, matos e dilatadas chamecas de matos. A suplicante queixava-se que os habitantes das povoações vizinhas invadiam os terrenos da sua quinta usurpando grande parte dos pastos e frutos, destruindo os juncais e as matas com os seus gados, cortando lenha indevidamente e impedindo o crescimento das árvores novas. Entre os motivos apresentados pelas autoridades concelhias para se oporem a tal intento constava o facto das referidas quintas confinarem com chamecas do concelho, nas quais os povos pastavam os seus gados, tiravam estrumes e obtinham lenha e madeira como, aliás, sempre fora de costume¹⁹.

¹³ Cf. P^e C. da Costa, 1712: 39.

¹⁴ Refere-se à serra de Montejunto.

¹⁵ P^e A. Cardoso, 1832, vol. 10, n^o 268, p. 1831.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ *Op. cit.*, vol. 2, n^o 60, p. 497.

¹⁸ D. Ana Peregrina era a tutora dos bens do seu filho primogénito, ainda menor, Duarte Gorjão da Cunha Botado.

¹⁹ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 1146, doc. 26.

A contenda seria desta vez resolvida a favor do interesse comum, o mesmo não acontecendo duas dezenas de anos mais tarde quando, em 1824, os moradores do lugar de Pragança solicitaram ao rei que lhes autorizasse o aforamento de trinta courelas situadas no limite daquele lugar. Tratavam-se de pequenas parcelas de terreno de formato díspar, na sua maioria com uma dimensão inferior a 0.5 ha (51.8%), totalizando 44.8% as courelas com dimensão entre 0.5 ha e 0.9 ha, duas tinham 1 ha e apenas uma se destacava ocupando uma área de 2.4 ha. No conjunto pretendia-se legalizar o arroteamento de uma área entre 15 e 16 hectares que alguns habitantes de Pragança tinham apropriado indevidamente. Argumentavam a seu favor o facto de as terras serem poucas para todos os moradores, provocando a miséria de algumas famílias que não podiam arranjar o seu sustento. Alegavam ainda que o cultivo destas fazendas não traria qualquer dano para os particulares que usavam os baldios da serra de Montejunto.

A Câmara do Cadaval não partilhava, contudo, uma opinião idêntica. A serra de Montejunto devia conservar-se totalmente baldia pois era nela que muitos lavradores e seareiros pastavam os gados de consumo e de lavoura e obtinham lenha para fazer estrumes, aquecer as casas e cozinhar. Caso o pedido fosse atendido temia-se que viesse provocar desordens entre os pretendentes às courelas e os moradores das povoações vizinhas que utilizavam os baldios da serra.

Foram precisamente alguns habitantes dos lugares da Tojeira, Vila Nova, Ventosa, Pereiro, Corrieira, Rochaforte, Póvoa e Cercal que decidiram realizar um abaixo-assinado de forma a expressarem o seu desagrado pela proposta de privatização daqueles terrenos. A serra devia permanecer baldia, pois de outro modo onde iriam apascentar os seus animais e apanhar lenha para obter estrumes e para o uso doméstico? A autorização do aforamento representaria, em sua opinião, um atentado ao benefício público.

Com o objectivo de resolver a contenda o corregedor da comarca realizou uma vistoria aos terrenos pretendidos na presença de lavradores de ambas as partes em litígio e, ao mesmo tempo, inteirou-se das razões daqueles que se opunham ao aforamento dos terrenos. Considerou então que os motivos alegados, quer pela Câmara, quer pelos habitantes das povoações vizinhas eram insuficientes para obstar ao aforamento dos terrenos pretendidos. Fundamentou a sua posição no facto da área pretendida ser muito pequena em relação à totalidade da superfície serrana, não prejudicando portanto nem o pasto dos gados — reduzido número de cabeças em sua opinião — nem a obtenção de lenhas. Além disso, os terrenos em questão produziam apenas fetos e urzes que o gado não come, enquanto cultivados se podiam obter palhas para o gado de lavoura e aproveitar a resteva para os rebanhos²⁰.

Este documento, embora único, poderá servir de testemunho do modo como o progressivo arroteamento dos terrenos concelhios, em resultado de uma pressão demográfica crescente, domesticou a pouco e pouco a paisagem ao desbastar matas e charnecas e ao provocar inevitavelmente a derrocada dos baldios.

A progressão demográfica ocorrida durante este período nem por isso mesclava a pequenez e a pobreza dos lugares. A pequena aldeia de Vale Canada foi

²⁰ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 1249, doc. 11.

descrita por Júlio César Machado em moldes de perfil rigoroso que pouco ou nada deviam ao romantismo exacerbado característico da era oitocentista: «Os habitantes das oito ou nove choupanas, casas de rama, colmadas, tres ou quatro casebres caiados, e o resto verdadeiras choças pastoris, [...] Ha em Valle Canada trinta e seis pessoas»²¹, ao passo que o casal de Palhoça mais não era do que «uma arribana num descampado». A própria sede de concelho, que contava em 1864 com 747 habitantes, não recebeu do autor uma opinião muito favorável que a considerou «uma villa pequena, em que pouco ha para ver e bem pouco para referir, depois de se ter visto tudo - uma igreja e uma quinta!»²². O desenvolvimento social e económico que o Portugal liberal conheceu começava agora a despontar. Para trás ficava um longo período em que os entraves ao crescimento populacional não permitiram a robustez dos lugares.

3. A ESTRUTURA SOCIAL E ECONÓMICA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS NA EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

A sociedade de Antigo Regime caracterizou-se, como foi referido, por um ritmo de crescimento da população muito lento resultante, acima de tudo, da cristalização de estruturas sociais e económicas que entravaram a expansão demográfica. Conforme sublinha J. M. Nazareth, «O povoamento é função não somente das aptidões naturais e das condições de subsistência, mas também das estruturas agrárias e das relações de produção cuja origem se perde no tempo e cuja variação é muito lenta»²³. Numa sociedade em que a agricultura detinha uma importância fundamental e em que as relações entre os indivíduos se definiam em função de uma hierarquia rigidamente estabelecida, resultavam necessariamente acentuadas desigualdades, quer no acesso aos meios de produção, quer na distribuição dos rendimentos agrícolas que se concentravam nas mãos de meia dúzia de privilegiados, ou seja, o monarca e a família real e as entidades senhoriais nobres e eclesiásticas. Vitorino Magalhães Godinho²⁴ calcula que no século XVII cerca de 95% do solo peninsular se encontrava em poder da nobreza e do clero, que entre si dividiam uma hegemonia social e económica sem paralelo. O regime senhorial no nosso país incidiu essencialmente no Norte e no Centro do território, sendo mais evidentes nestas duas regiões os protestos lançados pelos povos contra um sistema que os afogava em tributações. A situação tornou-se tão preocupante que no final do século XVIII e no início do seguinte a contestação do senhorialismo e dos forais constituiu o principal objectivo dos defensores de uma nova ordem social.

As condições de existência dos camponeses do concelho do Cadaval no termo do Antigo Regime parecem reflectir a situação verificada para a época na globalidade do país. A documentação referente à segunda metade do século XVIII e início do século seguinte aponta para a extrema pobreza em que viviam os

²¹ J. C. Machado, 1881: 182-183.

²² J. C. Machado, 1862: 28-29.

²³ J. M. Nazareth, 1982: 54.

²⁴ Cf. V. M. Godinho, 1974: 89.

habitantes do concelho devido principalmente ao facto de serem poucos os que cultivavam terra própria, na sua maioria pertencente a senhorios, e aos pesados tributos a que estavam sujeitos. Estas foram as razões apresentadas pela Câmara do Cadaval para se opor em 1757²⁵ à contratação de um mestre de escola e, mais tarde, em 1813²⁶, à criação de mais uma botica no termo, motivos que, no entanto, não eram partilhados pela Nobreza e Povo da vila que tinham efectuado os pedidos. O ouvidor que procedeu à correição no ano de 1757 com o objectivo de se inteirar da necessidade de um professor adoptaria uma posição *moderada* ao sugerir um ordenado entre 24 e 30 mil reis anuais para o mestre de escola uma vez que as «possibilidades» do povo do concelho «não eram muito grandes».

O quotidiano dos camponeses, em especial dos que viviam no termo, devia ser bastante dificultoso. Daquilo que conseguiam obter de uma agricultura árdua e quantas vezes ingrata tinham de suportar um conjunto de tributos senhoriais e concelhios, na sua maioria prescritos na carta de foral: aos duques donatários entregavam a jugada cerealífera, o oitavo do vinho e do linho, além de outras rendas e direitos banais do foro fundiário ou fiscal²⁷. Aos senhores eclesiásticos contribuía com o dízimo ou décima de Deus em trigo, cevada e vinho para a autoridade eclesiástica e as benesses e *pés de altar* para o cura da paróquia²⁸. Pagavam as sisas para a administração camarária e, no caso da unidade explorada não lhes pertencer, teriam ainda de solver o foro estipulado pelo proprietário do terreno. Um inquérito efectuado na Estremadura no ano de 1793 classificava, segundo a opinião do funcionário que o realizou, os censos senhoriais e os dízimos insuportáveis porque injustos²⁹ e em 1820 um defensor do Liberalismo calculava que o peso dos encargos senhoriais e outros sobre os réditos da agricultura ascendia a cerca de 3/4 da produção total, restando a quarta parte para dividir entre o proprietário e o camponês³⁰.

A condição miserável à qual estavam destinados os camponeses já no termo do Portugal oitocentista foi retratada por Júlio César Machado que, com traços fortes e precisos, compôs a tela de uma existência árdua e rotineira: «Os velhos do campo, em Portugal, são tristes. Têm o corpo dobrado pelo trabalho. Lavam-se pouco; são fuscões, encortaçados; têm os olhos a lagrimejar: testa curta e rugosa, cabelo esgroviado, a sair, em farripas, de um chapéu russo ou de um barrete velho [...] As mulheres, trabalhando na sacha, na monda, á lagarta, á vin-

²⁵ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 2076, doc. 8.

²⁶ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 1200, doc. 19.

²⁷ Sobre este assunto remetemos para a Parte II, [I, em especial as alíneas 3 e 4], referente à Administração Senhorial.

²⁸ Segundo as *Memórias Paroquiais*, as paróquias do concelho recebiam em 1758 os seguintes dízimos: em Algeber, 1 moio de trigo, 30 alqueires de cevada e 1 tonel de vinho; no Cercal, 1 moio de trigo, 1/2 moio de cevada e 2 pipas de vinho; em Figueiros, 1 moio de trigo, 30 alqueires de cevada e 2 pipas de vinho; em Lamas, 1 moio de trigo, 15 alqueires de cevada e 60 almudes de vinho; no Painho pagava-se pelas missas aos domingos e dias santos 50 alqueires de trigo e 5 almudes de vinho; no Peral, 60 alqueires de trigo, 30 de cevada e 52 cântaros de vinho; em Pero Moniz, a renda anual totalizava 100\$000 reis; na Vermelha, 60 alqueires de trigo, 30 de cevada e 2 pipas de vinho; finalmente em Vilar, 1 moio de trigo, 1/2 moio de cevada, 1 tonel e 2 pipas de vinho.

²⁹ Cit. in, A. Silbert, 1981: 88.

³⁰ Cit. in «Agricultura», *Dicionário Ilustrado...*, p. 28.

dima, carregando como elles³¹, condição atinal que a própria imagética popular não esqueceria: «Menina case comigo,/Que eu sou rico e abonado:/Tenho um curral sem ovelhas/E uma casa sem telhado»³².

As propriedades pertencentes aos camponeses, possivelmente escassas, encontravam-se por vezes encravadas em extensas quintas que se situavam especialmente nas várzeas mais férteis, conforme podemos avaliar através do pedido de coutada que D. Ana Peregrina dirigiu à rainha D. Maria I no ano de 1800³³. Esta propriedade, que correspondia à área das quintas de São Lourenço, Varatojo e Dagorda, devia ocupar uma extensão bastante considerável e constituir uma das maiores propriedades da época confinando com os lugares da Vermelha, Peral e Painho. O lugar de Dagorda, que contava na altura 28 habitantes, estava completamente encravado nos terrenos das três quintas, assim como as fazendas dos seus moradores.

Outras quintas, dezanove de acordo com as *Memorias Parochiaes* de 1758, embora o seu número real devesse exceder o total avançado por esta fonte, espalhavam-se pelo concelho. Geralmente morgadias e pertencentes tanto a membros de uma nobreza cortesã que desempenhava cargos administrativos na capital ou nas colónias como a uma aristocracia local, por vezes nobilitada. As fontes documentais da época referem vários casos de elementos da aristocracia ou do funcionalismo burocrático que possuíam propriedades de média ou grande dimensão no concelho do Cadaval. O morgado dos *Fialhos* em Alguber cujo instituidor, Gião Fialho (falecido em 1582), tinha sido cavaleiro fidalgo, comendador da Ordem de Cristo, alcaide-mor em Ormuz e capitão-mor em Ceuta. Cargos na corte continuaram a possuir os seus descendentes. Em 1605, o Dr. Damião de Aguiar, do conselho do rei e comendador da Ordem de Cristo, possuía uma quinta no termo e uma propriedade com o foro de vinte alqueires na Gouxaria. A Quinta do Fidalgo terá sido edificada em meados do século XVII por Baltasar de Abreu, alcaide-mor e capitão-mor do Cadaval, enquanto o seu filho tinha sido desembargador dos agravos em Lisboa. Na Quinta de São Lourenço, que pertenceu aos Gorjões durante os séculos XVIII e XIX, foi sepultado na sua capela talvez um dos seus mais ilustres proprietários. Trata-se de Francisco Pedro Gorjão de Mendonça (1687-1767), capitão de cavalaria no reinado de D. Pedro II, governador de Paraíba, capitão geral na Madeira e no Brasil, do conselho do rei no tempo de D. João V e governador de Pernambuco no reinado de D. José. Este monarca dar-lhe-ia a patente de marechal de campo que detinha à data da sua morte.

Acumulando com a posse de quintas esta aristocracia detinha casais e fazendas geralmente aforados a agricultores locais. Em 1745, Francisco Albuquerque Coelho de Carvalho aforou em vidas um casal no lugar de Martim Joanes pertencente ao morgado da Quinta do Fidalgo, sediado na vila do Cadaval. O tributo anual consistia num moio de trigo e dez frangas, quantia idêntica à que era cobrada ao anterior rendeiro. A dificuldade em conseguir o aforamento, que andou a pregão e não alcançou lanço mais alto, e o mau estado em que se encontrava a propriedade devido à negligência do anterior rendeiro, parecem indicar a escas-

³¹ J. C. Machado, 1881: 144-145.

³² *Cit. in* J. L. de Vasconcelos, 1979: 377. Quadra recolhida na aldeia do Peral.

³³ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 1146, doc. 26.

sez de braços para lavrar a terra sentida naquela época. A recorrência ao aforamento de casais e fazendas fazia-se igualmente um século mais cedo: em 1637, a viúva do chanceler Damião de Aguiar, moradora em Lisboa, comprou uma vinha no lugar de Dom Durão que pertencera a Manuel de Azevedo Franco, também residente na capital, a qual rendia anualmente 40 alqueires de trigo; dois anos mais tarde Margarida Pereira, de Lisboa, adquiriu a Jerónimo Esteves Rebelo um terreno no casal de Adão Lobo; e em 1640, Maria Botelho fez uma quitação a Jerónimo da Cunha e Domingos Fonseca da Cunha do retro no casal de Martim Joanes, que comprara a Maria Rabela, mulher de Pedro Costa, escrivão do concelho³⁴.

Os produtos cultivados assentavam na trilogia cereais-vinho-azeite. O vinho, a que dedicaremos um capítulo exclusivo, era de longe o produto mais importante para o sustento dos camponeses, talvez o único comercializado e onde estes obtinham os meios pecuniários para adquirir as alfaías agrícolas e outros bens de consumo que a terra não produzia. Os cereais cultivados eram essencialmente o trigo, o milho e a cevada. Destes, depois de retirados todos os tributos e foros e guardada a quantidade necessária para alimentar o camponês e a sua família durante o ano, pouco mais restaria a não ser o suficiente para efectuar pequenas trocas locais. Havia inclusive crises endémicas de escassez de trigo, em parte devido à grande extensão de terrenos incultos.

Este foi um dos motivos que levou D. José a promulgar o alvará de 26 de Outubro de 1765 ordenando o arranque das vinhas em todas as várzeas que fossem consideradas aptas para o cultivo do trigo. A deliberação régia foi duramente contestada pelos agricultores do Cadaval que se consideravam bastante prejudicados em virtude da vinha ser o seu principal e único sustento e da maioria dos terrenos não serem próprios para o cultivo de pão. Em sua opinião, a natureza dos solos, barrenta, e o regime irregular das chuvas destruíam grande parte das culturas de cereais. Durante o Inverno a abundância de pluviosidade provocava a erosão dos terrenos declivosos que só podiam ser protegidos através do plantio de arbustivas (o caso da vinha) e alagava as várzeas da planície apodrecendo as sementes lançadas à terra; no Verão, pelo contrário, a secura era tamanha que o solo abria fendas. Além disso, não faltavam terras para semear trigo pois muitas delas encontravam-se de pousio, provocando inclusivamente a falta de alimento para o gado.

Procedeu-se deste modo a uma vistoria para avaliar as reais possibilidades dos terrenos do concelho, tendo-se concluído que as várzeas da Junceira, de Alguber, de Chão do Sapo e parte da ribeira do Peral não eram aptas para o cultivo de trigo, produzindo vinhos de boa qualidade; as ribeiras do Painho, Adão Lobo, Vermelha, parte da do Peral e uma pequena parte da de Dom Durão eram terras de boa qualidade, pois sendo várzeas beneficiavam das inundações e da formação de nateiros, aptas portanto para qualquer sementeira, gerando igualmente vinhos com boa reputação. A conclusão da vistoria consideraria as terras próximas da serra de Montejunto geralmente pobres, enquanto as terras das várzeas, planas e inundadas, eram boas para se promover qualquer lavoura de pão

³⁴ *In Index das Notas dos Vários Tabeliães de Lisboa Entre os Anos de 1580 e 1747*, tomo 2, pp. 121-122; tomo 3, pp. 152 e 194.

não devendo por isso beneficiar da isenção ao alvará do monarca³⁵. O arranque das vinhas parece, portanto, ter continuado apesar de a produção vinícola constituir o principal sustento do «afrito povo». A trilogia básica era complementada pelo plantio de árvores de fruto e de produtos hortícolas, em regime fundamentalmente de subsistência.

A pastorícia, se bem que constituída geralmente por pequenos rebanhos, representava um complemento importante a uma agricultura deficitária. Conforme foi referido supra os gados das gentes pastoreavam nos baldios do concelho nas várzeas do Peral, Vermelha e Painho e nos matos da serra de Montejunto. O documento do pedido de aforamento de terrenos em Montejunto, datado de 1824, permite-nos avaliar a dimensão dos rebanhos de gado vacum e miúdo. O total não excedia as vinte cabeças do primeiro e as quatrocentas e cinquenta do segundo. O lavrador que mais cabeças possuía detinha duzentas reses de gado miúdo e oito de gado vacum, constituindo um rebanho de amplitude considerável³⁶. A actividade pastoril entraria, porém, em declínio, impotente para resistir ao progresso agrícola que se adivinhava e à prática de uma política de apropriação e de florestação dos baldios operada essencialmente a partir do final do século XIX.

4. A ASSISTÊNCIA MÉDICA NO SÉCULO XVIII

A deficiente assistência médica e social prestada ao longo do Antigo Regime, aliada a condições de vida e de higiene precárias, contribuiu de forma decisiva para o fraco crescimento demográfico ocorrido. Fomes e pestes assolavam periodicamente as populações, a mortalidade era elevada, especialmente nos primeiros meses de vida, e a esperança média de vida muito menor daquela que se verifica actualmente. A situação agravava-se no caso dos mais idosos que, quando não angariavam o seu *pé-de-meia* durante a idade activa, eram obrigados a recorrer à caridade assistencial ou familiar. Perante a escassez de médicos, sobressaía o papel das instituições pias, eclesiásticas ou particulares que através de hospitais ou de albergarias prestavam assistência aos indigentes, aos enfermos e aos caminhanes, ao mesmo tempo que a prática de uma medicina natural e mágico-religiosa era frequente, principalmente entre as gentes que viviam nos meios rurais.

Durante a segunda metade do século XVIII e o início da era de oitocentos a saúde dos moradores do concelho do Cadaval estava ao cuidado de um médico, residente na vila, de um boticário, também estabelecido na sede de concelho, e de pelo menos quatro hospitais situados nas povoações de Cadaval, Cercal, Pero Moniz e Vermelha. No ano de 1759 a Câmara do Cadaval, com o acordo da Nobreza e Povo da vila, pediu autorização ao rei para ser aumentado o partido do médico³⁷ em 40\$000 reis, ou seja, passaria a auferir a quantia anual de 100\$000

³⁵ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 2087, doc. 45, 1767; m. 879, doc. 68, 1769.

³⁶ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 1249, doc. 11.

³⁷ «Os médicos do partido — autorizada por instância régia a existência do cargo — tinham como atribuições assistir “com caridade aos enfermos” e “curar” gratuitamente os pobres. Os físicos eram pagos pelas sobras dos Cabeções das Sisas e, se a verba não chegasse, por derramas entre o povo. O partido — lugar — médico andava de par com o cirurgião; em períodos de penúria de receitas era admitido um simples cirurgião, um prático, logo substituído por um médico com aprendizagem nos hospitais de Lisboa, quando se vivia em maior desafogo económico no Concelho» (L. Vidigal, 1989: 69).

reis em vez dos anteriores 60\$000 reis. O motivo para a realização deste pedido residia no facto do médico prestar assistência a todos os habitantes do termo e, como era o único a exercer, a sua perda constituiria um dano irreparável para a população do concelho. Ressaltava-se também a prontidão com que o físico tratava dos doentes e acudia aos pobres e a dificuldade em se deslocar num termo tão vasto, principalmente no Inverno em que as más condições climatéricas acentuavam o péssimo estado das estradas e dos caminhos. O aumento do ordenado não significava agravo considerável nas contribuições a que o povo estava sujeito, uma vez que cada cabeça de casal iria pagar menos do que um vintém³⁸.

O pedido de aumento do partido do médico, no entanto, não viria a ser atendido visto que em 1784 foi passada uma provisão pela rainha D. Maria I que autorizava o aumento do partido do médico em 20\$000 reis pois a quantia anterior de 60\$000 reis era, segundo a Câmara, insuficiente para arranjar um substituto para o médico falecido já há um ano. Candidatou-se ao lugar vago, o Dr. Manuel Barata Lima, médico-assistente no Turcifal, próximo de Torres Vedras, que aceitava o montante proposto de 80\$000 reis anuais e as condições impostas pela administração concelhia, ou seja, a obrigação de prestar assistência a todos os moradores do termo, mesmo os mais pobres, e a proibição de se ausentar da vila por um período superior a três dias, excepto mediante autorização prévia dos oficiais da Câmara. A assinatura do termo de aceitação ocorreu em sessão de vereação a 8 de Julho de 1784.

Cerca de vinte anos mais tarde, em 1808, este médico entraria em contencioso com a administração do concelho ao exigir um aumento de 40\$000 reis, recusando-se a continuar a exercer as suas funções por um partido que considerava insuficiente para o seu sustento. Perante esta situação o senado da vila convocou os representantes da nobreza e do povo e, de comum acordo, decidiram solicitar a autorização régia para o aumento requerido. A necessidade de um médico era sentida com premência pois sem ele «seria vemos morrer á mizeria e ao dezamparo os vassallos de Vossa Alteza Real; seria vemos carecer em suas enfermidades daquelles socorros, que nos hospitais, encontrão os mais dezamparados mendigos», ou seja, os súbditos contribuintes de Sua Magestade seriam atirados para uma situação mais precária do que os pobres indigentes que esmolavam a sua sobrevivência. A saída do médico seria, ainda, especialmente gravosa para os moradores do termo devido à grande falta de físicos dispostos a exercer fora de Lisboa, apenas se sujeitando a viver na província à custa de bons pagamentos³⁹.

A par do médico havia na vila um boticário, especialista na preparação dos remédios receitados por aquele. A referência mais antiga a um boticário na vila data de 1626, ano em que Joana da Silva, viúva de Luís Gomes, moradora em casa do governador de Cabo Verde, passou uma procuração ao seu genro de nome Gomes, boticário do Cadaval⁴⁰.

A situação de uma botica localizada na vila e destinada a socorrer a população de todo o concelho parece não se ter alterado até ao início do século XIX. No ano de 1810 os representantes da nobreza e do povo do Cadaval propuseram

³⁸ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 1296, doc. 39.

³⁹ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 649, doc. 9.

⁴⁰ *In Index ...*, tomo 2, pp. 159-160.

a criação de uma outra farmácia na vila ou no termo que proporcionasse melhor comodidade e assistência aos doentes. No mesmo documento acusavam o boticário em exercício de nem sempre cumprir satisfatoriamente as obrigações do seu ofício, prestando deficiente assistência e praticando preços excessivos. Pretendiam assim, ao impôr a concorrência, nivelar os preços dos produtos e melhorar a qualidade do serviço prestado. A esta pretensão opôs-se o boticário já estabelecido alegando que, devido à extrema pobreza dos habitantes do termo e ao seu pequeno número, não seria possível a existência de outra farmácia que só podia subsistir baixando os preços à custa da falsificação e adulteração dos remédios, com o conseqüente prejuízo para a saúde dos doentes. A Câmara partilhava uma opinião idêntica à do boticário.

Para resolver a contenda, o provedor da comarca de Torres Vedras, a pedido dos desembargadores da rainha, ouviu o testemunho de três moradores do termo e de dois médicos (um tinha exercido no Cadaval, o outro era o médico do concelho), que deram uma opinião favorável ao farmacêutico. Em sua opinião o boticário era competente no desempenho das suas funções e os remédios tinham boa qualidade; além disso, já tinha havido uma botica no Cercal mandada encerrar porque os medicamentos não apresentavam o mínimo de qualidade⁴¹. A deliberação tomada parece apontar para a manutenção de apenas um boticário sediado na vila do Cadaval, em claro benefício dos utentes moradores na cabeça do município.

O quadro assistencial no concelho era completado com os hospitais e as albergarias assinalados em quatro povoações. Estas instituições, vivendo geralmente de foros eclesiásticos e civis ou de doações, desempenhavam uma função mais activa na ajuda aos pobres e viajantes do que propriamente na prestação de cuidados de saúde. Exemplo disso são os dois hospitais existentes na aldeia do Cercal em meados do século XVIII: um deles era administrado pelo juiz da Irmandade do Espírito Santo, tendo como renda os foros que totalizavam dez ou doze mil reis e prestava assistência aos pobres do lugar; o outro, fundado por D. João V, destinava-se unicamente ao descanso dos enfermos que se dirigiam para as termas das Caldas da Rainha e era administrado pela Casa da Misericórdia de Vila Franca de Xira⁴². Os hospitais do Cadaval e da Vermelha eram geridos por um mordomo nomeado pelo provedor da comarca de Torres Vedras. O do Cadaval era muito pobre e a sua situação financeira era tão precária como aquela existente no hospital da Vermelha, uma vez que os foros que recebia importavam apenas em 4\$300 reis⁴³. O hospital de Pero Moniz era também pequeno e aquele que se debatia com maiores dificuldades pecuniárias pois as suas rendas, deixadas por um devoto e muito mal administradas por um particular, consistiam em produtos da terra de carácter muito incerto⁴⁴.

A observação do conjunto médico-assistencial existente no concelho do Cadaval durante a segunda metade do século XVIII e o início da centúria seguinte permite-nos chegar, de imediato, a duas conclusões: em primeiro lugar, a deficiência

⁴¹ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilhas)*, m. 1200, doc. 19, 1813.

⁴² Cf. P^e A. Cardoso, 1832, vol. 10, n^o 218, p. 1831.

⁴³ *Op. cit.*, vol. 8, n^o 32, p. 183; vol. 39, n^o 139, p. 801.

⁴⁴ *Op. cit.*, vol. 29, n^o 152, p. 1083.

e a precariedade da assistência médica e social exercida no concelho e, em segundo lugar, a posição vantajosa disfrutada pelos moradores da vila face aos restantes habitantes do termo. De facto, enquanto os primeiros dispunham de um médico e de um boticário residentes na sede do município, os segundos, se bem que por direito também pudessem usufruir dos seus serviços, na prática dificilmente seriam assistidos, tanto mais numa época em que os incipientes meios de transporte e o mau estado das estradas e dos caminhos dificultavam e tornavam mesmo impossível, especialmente durante a estação chuvosa, qualquer deslocação para muito longe da vila. O que restava para a maioria dos camponeses que viviam no termo? A recorrência aos chás e às mézinhas tradicionalmente transmitidos ao longo das gerações, a visita à bruxa para quebrar os encantos do mau-olhado nas pessoas e nos animais ou o feitiço da Lua no recém-nascido ou então, quando o mal se agravava e a cura tardava em chegar, a espera aflitiva de uma dádiva divina em que os corpos e as almas se encomendavam a Deus ou ao santo de maior devoção. No entanto, apesar da vila beneficiar de uma assistência médica muito superior aquela prestada no termo, nem por isso deixava de ser insuficiente. Em meados do século XIX, Júlio César Machado expressava nestes termos a sua admiração pelo barbeiro do Cadaval, segundo ele «artista sobrecarregado de profissões», e que acumulava, entre outros, os cargos de dentista, sangrador e curandeiro:

«Uma coisa que ha ali para ver e estudar, é o barbeiro principal da villa, artista sobrecarregado de profissões, e que acumula despejadamente os seguintes cargos: Barbeiro! Dentista! Sangrador! Curandeiro! Amolador! Torneiro! Supplente d'escrivão de fazenda! Escrivão do juiz eleito! Quando descerá elle a ser deputado ... para perder tudo isto?»⁴⁵.

5. A INSTRUÇÃO PÚBLICA

O ensino público no concelho do Cadaval custeado a partir das tributações camarárias e aberto, pelo menos teoricamente, a todos os jovens habitantes do município iniciou-se no final da década de 1750. Data do dia 13 de Julho de 1757 o pedido que os moradores da vila do Cadaval dirigiram ao rei para que lhes fosse autorizada a contratação de um mestre de escola que ensinasse os filhos dos habitantes da vila e do termo a ler e a escrever e também o latim.

A necessidade de um professor que ministrasse os ensinamentos básicos era sentida já há algum tempo pois a sua inexistência constituía uma grave lacuna que lesava os interesses dos cadavalenses e prejudicava a própria administração e autonomia do concelho. Estas são as principais razões apresentadas pelos munícipes da vila do Cadaval que subscreveram o pedido de contratação de um mestre de letras. Em sua opinião, o facto de não existir um estabelecimento de ensino no concelho fazia com que os naturais do Cadaval, por não saberem ler nem escrever, se vissem afastados do exercício dos cargos do governo e da administração municipais que iam parar às mãos de forasteiros menos conhecedores das realidades concelhias, provocando grande prejuízo ao público e aos

⁴⁵ J. C. Machado, 1862: 29-30.

direitos da vila. Situação idêntica ocorria com o serviço do culto divino o qual, não podendo recrutar os seus sacerdotes entre a população iletrada do concelho, resultava numa deficiente assistência espiritual dada aos habitantes do termo.

O conflito que se gerou entre os requerentes do mestre de escola e a administração camarária recaiu, no entanto, sobre a forma de pagamento do professor. Para os moradores da vila do Cadaval, colocados perante a impossibilidade de colectarem entre si a quantia necessária para custear um mestre de escola, a solução estaria em se retirar do dobro da sisa a congrua necessária para sustentação do professor que, assim dividida entre todos os vizinhos do termo - cerca de mil - resultaria numa quantia insignificante. A câmara do Cadaval opôs-se à pretensão dos moradores da vila alegando que, apesar da falta que fazia um mestre, a sua contratação iria agravar as já deficientes condições de vida dos camponeses do termo que na sua generalidade eram muito pobres, uma vez que a maioria deles cultivava terras de senhorio e estava sujeita a pesadas tributações. Além disso, seria injusto pretender pagar o mestre através de uma tributação — a sisa — que não tinha um carácter fixo, sendo lançada anualmente para completar o montante das rendas devidas ao rei.

Perante este impasse a autoridade régia decidiu pedir o parecer do ouvidor do Cadaval que, tomando em consideração a necessidade de um professor e o facto do montante por ele proposto não sobrecarregar grandemente a população do concelho, emitiu um parecer favorável à contratação do mestre propondo como pagamento uma quantia entre 24\$000 e 30\$000 reis anuais. A escolha do professor recaiu no padre da paróquia do Cadaval, não só por lhe ser reconhecida competência para o exercício do cargo, como também pelo facto de ter ensinado durante três a quatro anos num colégio eclesiástico na vila da Merceana⁴⁶.

No processo de instituição do ensino público no concelho assistimos, tal como no caso da prestação de assistência médica, a uma nítida supremacia dos moradores da vila do Cadaval em relação aos restantes habitantes do termo. Eram aqueles os principais beneficiários da contratação de um professor apesar da tributação incidir sobre todos os vizinhos do concelho. Eram eles também, que afinal constituíam a elite da pirâmide social do concelho que, através da aprendizagem das letras, pretendiam aumentar a hegemonia política de que dispunham e concentrar nas suas mãos os cargos administrativos locais que lhes escapavam tão flagrantemente. Às suas pretensões opunha-se a autoridade camarária, constituída por gente de fora, que via ameaçada a sua supremacia local ou talvez se encontrasse mais sensível às dificuldades da população do termo. Estavam ainda distantes as concepções de um ensino popular aberto a todas as camadas sociais e alheado de propósitos discriminatórios. A difusão do ensino público só se começou a operar a partir de meados do século XIX. No fim deste século e na primeira metade da era de novecentos, uma rede de escolas primárias cobria já as principais povoações do concelho. Até lá, a maioria da população iria permanecer no mais completo analfabetismo, condição por vezes evocada na oratura do povo do Cadaval: «Não sei ler, não sei 'screver/Nem nunca fui à lição:/Fui criado no casal../Foi a minha perdição!»⁴⁷.

⁴⁶ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 2076, doc. 8.

⁴⁷ *Cit. in* J. L. de Vasconcelos, 1979: 51. Quadra recolhida na aldeia de Pragança entre o final do século XIX e início do século XX.

6. A MALA-POSTA

De entre a multiplicidade de transportes terrestres que asseguravam a circulação de mercadorias e passageiros durante o Antigo Regime, quase sempre morosos porque servidos por uma deficiente rede vial, salientamos aqui o serviço de diligências da mala-posta que entre o final do século XVIII e a primeira metade da centúria de oitocentos animou com o colorido e o pitoresco das suas carruagens a pacata aldeia do Cercal, aninhada à beira da estrada real Lisboa-Caldas da Rainha-Coimbra.

O serviço da mala-posta foi criado em 6 de Setembro de 1798 logo após a conclusão do primeiro troço da estrada que iria ligar Lisboa ao Porto. No entanto, esta primeira tentativa de implantação de um serviço de transporte público terrestre em Portugal resultaria num fracasso pois, logo em 1804, era decretado o encerramento da linha. De facto, a escassa afluência de público, que continuava a preferir a ligação marítima Lisboa-Figueira da Foz-Porto, a que não eram alheios a falta de segurança nas estradas e o elevado preço dos bilhetes originou grandes prejuízos que impossibilitaram a continuação do serviço da mala-posta.

As diligências da mala-posta só voltariam novamente a rodar a partir de 1855, ano em que sob iniciativa do Estado foi restabelecido o serviço público de transporte terrestre de passageiros entre Lisboa e Coimbra, estendendo-se mais tarde até ao Porto. Procedeu-se à aquisição de quarenta cavalos para distribuir pelas catorze estações de muda existentes entre o Carregado e Coimbra, além de carruagens vindas de França e no dia 21 de Maio inauguraram-se as carreiras diárias.

Júlio César Machado, escritor natural de A dos Ruivos, deixou-nos uma descrição do percurso da mala-posta desde o Carregado até à Palhoça, troço que efectuava sempre que visitava os seus familiares. O comboio, recentemente inaugurado, estabelecia a ligação entre Lisboa e o Carregado, demorando cerca de duas horas a efectuar o percurso. Nesta vila tomava-se a diligência do Zé Paulo quase sempre na companhia de alguns reumáticos que iam para as Caldas da Rainha. Seguia-se uma viagem marcada pela monotonia da paisagem, quebrada aqui e além com a visão de alguns casebres diluídos no horizonte das chamecas intermináveis. Conforme se lamentava o autor a estrada real, apesar de maravilhosamente construída, ficava longe de todos os lugares à excepção de Ota, Cercal e Seicheira. Como forma de preencher as três horas e meia que demorava a curta jornada de trinta e dois quilómetros até ao Cercal nada mais restava do que entabular conversa com o cocheiro ou escutar as queixas dos enfermos que se dirigiam às Caldas. Chegada ao Cercal, a diligência efectuava uma pequena paragem de dez minutos para a muda dos cavalos e para a entrega do correio. O horário oficial, porém, raramente era cumprido e em vão se erguiam os protestos dos passageiros mais apressados:

«Chegava-se ao Cercal, um pouco antes da uma hora da tarde.

Os cocheiros demoravam-se nesse ponto de reunião; e as seges particulares ou de aluguer, por melhores instâncias que se fizessem ao cocheiro para attender á velocidade como vantagem especial, quer viessem das Caldas para o Carregado, quer fossem do Carregado para as Caldas, em

sendo meia hora depois do meio dia davam aos passageiros ocasião certa de exclamarem jubilosamente:

— Estamos a chegar ao Cercal.

Este costume, com a concorrência de trens, que, a pouco e pouco, n'aquelles sitios, se estabeleceu, cada vez mais fez do Cercal um ninho de cocheiros, que se «avinham a si mesmos» nas duas hospedarias então existentes⁴⁸.

A morosa viagem prosseguia estrada fora, serpenteando entre charnecas e vales e animando durante mais vinte horas as onze estações de muda que separavam o Cercal da cidade de Coimbra, derradeiro destino de uma jornada que se revelara longa e cansativa.

Recordar as diligências da mala-posta que cruzavam as estradas do concelho era, para Júlio César Machado, e apesar de todos os inconvenientes provocados pela lentidão e monotonia do percurso, evocar a saudade da comida caseira, sempre fresca e saborosa, com que as hospedarias do Cercal aguçavam o apetite e brindavam o olhar, sôfrego, dos famintos viajantes: «O estomago é que brilha por lá, e é muito attendido; a canja é boa, carne ha quasi todos os dias, trazida das Caldas, peixe fresco com frequencia, e o presunto, são e rubro, chega a parecer uma invenção privativa d'aquelle povo laborioso»⁴⁹. Era também a lembrança das invernias medonhas passadas no Cercal, despedidas pelo gigante de Montejunto que espalhava o seu frio de neve sobre a pitoresca e acolhedora aldeia, mau grado a ânsia de cocheiros e passageiros que ansiavam a tão desejada bonança. Era por fim, a memória do cheiro resinoso e quente dos pinheiros da Palhoça ou a agradável visão dos moinhos da Vermelha, do Barrocalvo e da *Dumivios*, espertos e alegres, salpicando de branco o cume dos montes eternamente verdes.

O serviço de mala-posta cessaria em 1864, ano em que foi concluída a ligação ferroviária entre Lisboa e o Porto. As estações de muda foram reconvertidas pelo Estado ou, na sua maioria, vendidas a particulares. Foi o que aconteceu à do Cercal que na década de 1940 servia de adega ao sr. Cirilo Borda d'Água.

⁴⁸ J.C. Machado, 1881: 115-116.

⁴⁹ *Op. cit.*: 118-119.



PERCURSO DA MALA-POSTA
E
ESTRADA DISTRITAL T.VEDRAS-C.DA RAINHA

7. AS INVASÕES FRANCESAS

A conquista do nosso território pelos exércitos de Napoleão, iniciada no ano de 1807, foi o culminar de uma política de expansão imperialista que dominou praticamente toda a Europa e Próximo Oriente. As consequências da Guerra Peninsular foram desastrosas para Portugal, apesar do nosso país não ter sofrido uma ocupação efectiva prolongada e duradoura. No final do século XVIII, Portugal beneficiava de uma conjuntura económica internacional que lhe era favorável, apresentando marcados sinais de progresso especialmente ao nível do comércio externo, mas também na indústria e na agricultura, se bem que aqui tenuamente, enquadrados por um clima de estabilidade social e política. Foi esta prosperidade que as invasões napoleónicas comprometeram irremediavelmente. Além das perdas materiais e humanas decorrentes da violência dos combates e da permanência de dois exércitos estrangeiros — o francês e o inglês — em solo luso, Portugal assistiu após 1808 ao declínio da indústria, impotente para debelar a concorrência inglesa, à decadência do comércio externo, agora que o mercado brasileiro tinha sido aberto aos ingleses, e à instabilidade social provocada em parte pelo vazio político criado com a fuga da família real para o Brasil e por uma dependência cada vez maior em relação à Inglaterra. Segundo Albert Silbert, podem-se buscar nas consequências do pós-guerra os germes das revoluções liberais da década de 1820. De facto, «As invasões francesas ao arruinar uma prosperidade indiscutível tiraram a Portugal as possibilidades do progresso económico que, num dado momento decisivo da história do Ocidente, poderia ter realizado»⁹⁰.

A invasão de Portugal iniciou-se em Novembro de 1807, data em que as tropas francesas comandadas por Junot entraram em território nacional, dirigindo-se à capital que atingiram no fim deste mês. O percurso efectuado seguiu a linha do vale do Tejo, no entanto, os desenvolvimentos posteriores deste conflito que conduziram à capitulação de Junot tiveram como palco a Estremadura Central, região geo-estrategicamente importante para a defesa de Lisboa, tocando de perto o concelho do Cadaval.

Junot tomou posse da cidade de Lisboa a partir de Dezembro de 1807 e, temendo uma reacção por parte dos ingleses, resolveu prover à protecção da capital guamecendo diversas praças ao norte de Lisboa. As previsões do general francês concretizaram-se no dia 8 de Agosto do ano seguinte, data em que Wellesley (futuro visconde de Wellington) desembarcou com as suas tropas em Lavos, perto da Figueira da Foz, dirigindo-se para Leiria onde chegou no dia dez. Para deter a marcha dos ingleses sobre a capital, Junot enviou o exército de Delaborde que iria em reforço do contingente francês estacionado entre Óbidos e Peniche. Delaborde defrontou o exército inglês em Aljubarota no dia 13 de Agosto, sendo obrigado a recuar para a Roliça onde formou uma linha de defesa até à Columbeira (Bombarral). Mas o número muito superior dos ingleses, o quádruplo, conduziria o exército francês a nova retirada.

A batalha definitiva, que iria terminar com a derrota dos franceses e a capitulação de Junot, dar-se-ia próximo da povoação do Vimeiro. Wellesley sabendo do desembarque de tropas inglesas em Porto Novo, perto da Lourinhã, dirigiu-se para o local de modo a cobrir a sua chegada. Entretanto, Junot resolveu enfrentar o exército inimigo deslocando-se para Torres Vedras pela via de Vila Franca de Xira, enquanto uma

⁹⁰ A. Silbert, 1981: 78.

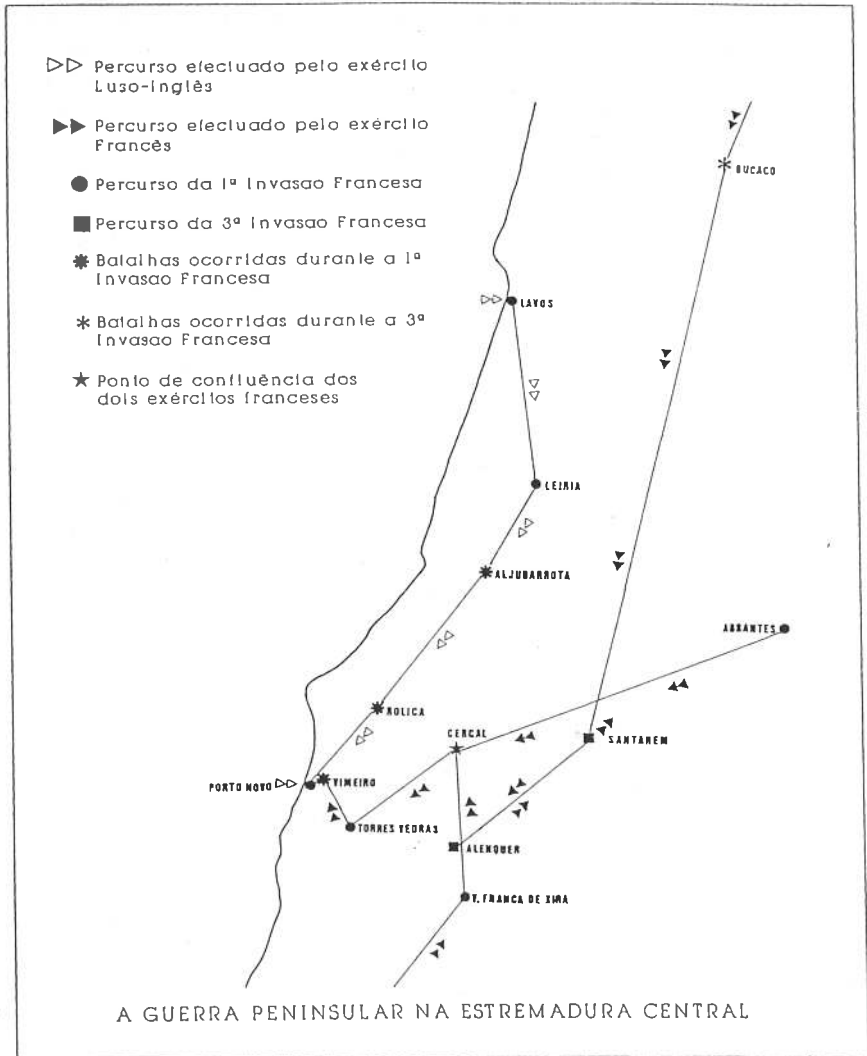
outra divisão saía de Abrantes para se lhe juntar. Foi precisamente na aldeia do Cercal que, em meados de Agosto de 1808, se realizou o encontro entre as tropas de Junot e as de Loison de onde partiram para Torres Vedras. A batalha do Vimeiro iniciou-se no dia 21 de Agosto tendo terminado com a vitória do exército anglo-luso. A primeira invasão francesa cessaria com a assinatura da Convenção de Sintra a 30 de Agosto, em condições bastante vantajosas para os franceses.

Não nos vamos prender com a segunda invasão francesa que se resumiu à ocupação da cidade do Porto entre os meses de Março e Maio de 1809. A terceira invasão — de Abril de 1810 a Outubro de 1811 — teve contudo, à semelhança da primeira, o seu momento decisivo na periferia do distrito de Lisboa, ou seja, junto à cadeia de fortificações designadas por *Linhas de Torres Vedras*. O exército de além-Pirinéus seria desta vez comandado pelo general Massena, um dos favoritos de Napoleão Bonaparte.

Massena entrou em Portugal pela Beira no mês de Julho de 1810 e o seu avanço em direcção ao sul foi travado pelas tropas anglo-lusas que se encontravam colocadas na serra do Buçaco. Na batalha que aí se travou em 27 de Agosto de 1810 o general Massena perdeu cerca de 4500 homens. Seguiu na perseguição do exército inimigo, mas o seu avanço seria travado pelas *Linhas de Torres Vedras*, grandiosa obra de engenharia militar constituída por três linhas de defesa em torno de Lisboa. Enquanto aguardava os reforços que só tardiamente chegaram permaneceu na região circunvizinha. Durante o mês de Outubro Massena fixou o seu quartel general na vila de Alenquer, de onde recuou para Santarém a 12 de Novembro. A retirada definitiva de Portugal ocorreria a partir de Março de 1811.

É do conhecimento geral as devastações que as tropas francesas provocaram durante a guerra. O saque das povoações para obter alimentos e foragens para os cavalos era frequente, agudizado durante a terceira invasão devido à prossecução de uma política de *terra queimada* que impossibilitasse a obtenção de víveres por parte do exército ocupante. Bandos de desertores famintos sacrificavam deste modo as populações locais. Não possuímos elementos documentais que nos permitam avaliar a incidência das devastações nos lugares do concelho do Cadaval, todavia, como acabámos de expôr, a presença próxima de grandes contingentes de tropas francesas em preparação para confrontos decisivos, também eles ocorridos perto do concelho, acametou certamente consequências nefastas para as gentes do Cadaval. A memória local é, aliás, fértil nas frequentes evocações da presença avassaladora dos franceses. Na freguesia de Alguber, conta-se a lenda de uma corajosa velhinha que avisava os moradores daquela freguesia da chegada e partida dos franceses tocando a *sinóca* da capela de Santo António (situada na Gouxaria), permitindo desta forma engenhosa que os seus conterrâneos fugissem a tempo de evitar o confronto com o invasor. Na Ventosa foi recolhida a lenda da *Ponte de Linhares* que relata a perseguição de uma rapariga por um grupo de soldados franceses, salvando-se apenas devido à intervenção divina: de facto, quando a assustada donzela estava prestes a cair na posse dos seus perseguidores ergueu nas mãos um crucifixo, ocoendo de imediato um maravilhoso milagre pois que logo ali nasceu um lindo linhar ornado de florinhas azuis, acontecimento que desorientou os intrépidos gauleses. Em Pragança ainda hoje podemos observar uma casa semi-arruinada que, de acordo com a tradição local, serviu de quartel-general a Junot sendo o sítio onde o general francês efectuava as reuniões com os seus oficiais. Finalmente, quem se lembraria de afirmar que os franceses eram *muito judeus*, pois

amarravam os cavalos às tomeiras dos tonéis do vinho e abriam as arcas do trigo para os cavalos comerem os grãos, ou de desfeitear a companheira de Junot, castigada pela oratura popular em resultado dos desmandos do marido: «Mais te valêra, Jinó/Andar's com burro á areia/Nã basta cazar's póbre./Senão ter's a mulher feia!»⁵¹. A evocação da presença dos franceses na região trata-se, nalguns casos, da corrupção de velhas lendas nas quais a permanência estrutural divide o mundo segundo uma lógica binária que opõe constantemente o *bom* e o *mau*, mas em todas estas *estórias* a realidade aparece diluída na memória do tempo e a verdade mescla-se com o colorido da mística popular.



⁵¹ *Cf.* in J. L. de Vasconcelos, 1883: 33. Extracto de uma cantiga recolhida no Peral em finais do século XIX.

V — A EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS DEMOGRÁFICA E ECONÓMICA A PARTIR DE 1864

Com a análise demográfica do concelho do Cadaval fica concluída a parte dedicada à progressão do povoamento humano no território concelhio. O longo caminho percorrido, iniciado com a identificação dos vestígios da presença humana durante o período da Pré-História, permitiu-nos obter a percepção da fragilidade dos aglomerados humanos, parques de gente e sujeitos às contingências de uma natureza escabrosa. Paisagem a pouco e pouco modelada pelo braço do homem que preencheu gradualmente os espaços incultos e desertos, robustecendo as velhas aldeias e disseminando por entre elas uma poeira de pequenos casais. Se para a análise da progressão demográfica anterior a 1864 não dispunhamos de dados estatísticos fiáveis, podemos agora estabelecer com precisão a evolução do crescimento populacional do concelho com base nos sucessivos censos e estatísticas demográficos efectuados a partir de 1864. No entanto, e porque o nível e as flutuações dos índices populacionais de uma dada região resultam de e condicionam as suas estruturas sócio-económicas, torna-se igualmente necessário atender à interacção existente entre a dinâmica demográfica e a dinâmica do tecido social.

A partir da segunda metade do século XIX Portugal entrou em pleno no período mais florescente do Liberalismo. Beneficiando de uma conjuntura económica favorável e de uma relativa estabilidade social e política, o nosso país conheceu uma onda de progresso material que atingiu a sua máxima expressão durante o período fontista. De facto, sob a alçada do ministro Fontes Pereira de Melo foram abertas ou reparadas centenas de estradas, implantou-se a rede nacional de caminho-de-ferro e fomentou-se o mercado nacional. As vias de comunicação eram concebidas como as artérias vitais e indispensáveis ao pulsar do corpo nacional, tudo isto imbuído no espírito de uma economia livre-cambista e liberal. A vaga de progresso seria, porém, travada com a crise económica despoletada no final da década de 1861-1870 agravada pelo ultimato inglês e pela

instabilidade política e social. O país estava doente e o falhanço do rotativismo parlamentar, a que se sucedeu a ditadura franquista, precipitou os acontecimentos de 1908 e de 1910, que culminaram no regicídio e na implantação da República. Todavia, o projecto reformador do Partido Republicano, que não foi além de um liberalismo retocado, revelou-se impotente para debelar a crise social e política e encetar a tão desejada recuperação económica. A juntar a este facto, a crescente *socialização* do partido, insuficiente contudo para angariar o suporte do braço popular, levou finalmente ao golpe militar de 28 de Maio de 1926 e à implantação do regime ditatorial do Estado Novo, à semelhança do que ocorrera recentemente em Itália e na vizinha Espanha.

Os reflexos de quase meio século de ditadura são bem conhecidos: a cristalização das estruturas sócio-económicas, expressou-se na continuidade de um sector primário predominante (43.9% da população activa em 1960), apesar de um marcado crescimento industrial orientado, no entanto, essencialmente para o mercado externo e, por isso, aglomerado quase em exclusivo nos grandes centros urbanos de Lisboa, Porto e Setúbal, e erigindo-se à custa de uma mão-de-obra excessivamente barata. A repartição desigual da riqueza concentrou muito nas mãos de poucos, provocando a pobreza geral da população portuguesa — em 1973, 43.4% das famílias portuguesas podiam considerar-se pobres —, obrigada a deslocar-se para os grandes centros industriais do litoral ou a emigrar para outras paragens sempre que lhe surgia a oportunidade.

Ao nível demográfico assistiu-se ao crescimento natural da população portuguesa até 1960, devido sobretudo ao facto do declínio da mortalidade ter sido acompanhado mais tardiamente por uma quebra da fecundidade. Apesar dos fluxos emigratórios a que desde sempre esteve sujeita, a população portuguesa conseguiu duplicar o seu número em menos de um século. A tendência geral do aumento de população seria fortemente abalada durante a década de 1961-1970, em que pela primeira vez na história demográfica de Portugal o censo de 1970 assinalou um decréscimo, ou pelo menos uma estagnação, de população. Factores externos e internos estiveram na origem do maior surto migratório jamais registado no nosso país, que acentuou as disparidades regionais da distribuição dos habitantes e provocou uma sangria de gente dirigida essencialmente aos países da Europa Central, carentes de braços e dotados de um nível de vida superior que levava os seus naturais a desprezarem os trabalhos mais rudes e rotineiros. A partir de meados da década de 1970 a extinção definitiva do império colonial africano, aliada a uma conjuntura económica desfavorável nos países europeus de acolhimento, provocaram o retorno de milhares de emigrantes. No entanto, na sua maioria, regressam já velhos ou no final da idade activa, esgotada que foi a sua força de trabalho bem longe do país natal.

Actualmente, o fluxo emigratório se bem que esteja longe de constituir o principal problema demográfico do país aparece ainda como um dos principais factores que contribuíram para o fraco crescimento da população portuguesa verificado na década de 1981-1991. A grande *ameaça* com que se debate a evolução demográfica do país reside, contudo, no crescente envelhecimento da população portuguesa, fenómeno tardio em Portugal relativamente aos outros países europeus mais desenvolvidos, mas que se tem vindo a acentuar desde a década

de 1960 em consequência da redução gradual dos níveis de natalidade¹. Até ao virar do presente século prevê-se que um milhão de jovens seja substituído por um milhão de idosos, o que faz com que em Portugal cada vez mais se agudize o dilema demográfico das sociedades ocidentais, ou seja, uma população que não cresce envelhece necessariamente.

Durante este período superior a uma centena de anos a dinâmica das estruturas sócio-económicas do concelho do Cadaval acompanhou de perto a evolução nacional, beneficiando dos seus momentos de progresso e ressentindo-se das épocas de recessão. Na segunda metade do século XIX aspirou a uma hegemonia regional que não conseguiu obter, abriram-se estradas e construíram-se escolas, mas faltou-lhe o transporte ferroviário, na época fomentador de progresso e de dinamismo económico. A crise portuguesa do final da centúria de oitocentos levaria inclusive à extinção do próprio município, feito pouco tempo depois². Com o advento do Estado Novo foi a permanência de uma economia quase exclusivamente agrícola, de uma indústria pequena e incipiente, de uma população que cresceu, mas que também não resistiu à forte provação da década de 1961-1970 e que acusa a partir de então a tendência para o declínio demográfico acompanhado de traços mais vincados de envelhecimento.

1. A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA NO PERÍODO 1864-1991

De modo a efectuar a avaliação da progressão dos efectivos populacionais do concelho desde o primeiro recenseamento até ao registo mais recente procedemos, quer a uma análise estrutural global através da construção de pirâmides etárias, de grupos funcionais e de índices-resumo, quer ao estudo das variáveis micro-demográficas estabelecendo taxas brutas de natalidade, de mortalidade e de mortalidade infantil. Resulta necessariamente uma análise superficial que pretende apenas traçar em linhas gerais a evolução demográfica do concelho ao longo do período em análise.

A progressão populacional do concelho pode ser dividida em duas grandes fases separadas por um pequeno período de transição: até ao censo de 1960 os efectivos populacionais registaram sempre crescimento, verificando-se um aumento de 144.3% em relação a 1864; a década de 1951-60 acusou já um fraco nível de crescimento (apenas +1.6%) renunciando o grande decréscimo populacional do decénio seguinte; no período de 1961-70 observou-se um acentuado declínio da população (-18.1%), que atirou os seus efectivos para níveis inferiores aqueles registados no recenseamento de 1930 (14165 habitantes em 1970 contra 14728 em 1930). O censo de 1981 assinalou uma ligeira recuperação da população (+2.2%)

¹ Os dados preliminares divulgados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística dão conta do acentuado declínio da fecundidade ocorrido ao longo da década de 1980. Assim, e de acordo com esta fonte, o *Índice Sintético de Fecundidade* (número médio de filhos por mulher) diminuiu de 2.1, valor registado em 1981, para apenas 1.5, valor encontrado para 1989.

² Sobre este assunto remetemos para a Parte II (II, 2), onde se aborda a incidência das reformas administrativas nacionais ocorridas ao longo do século XIX na definição da área concelhia.

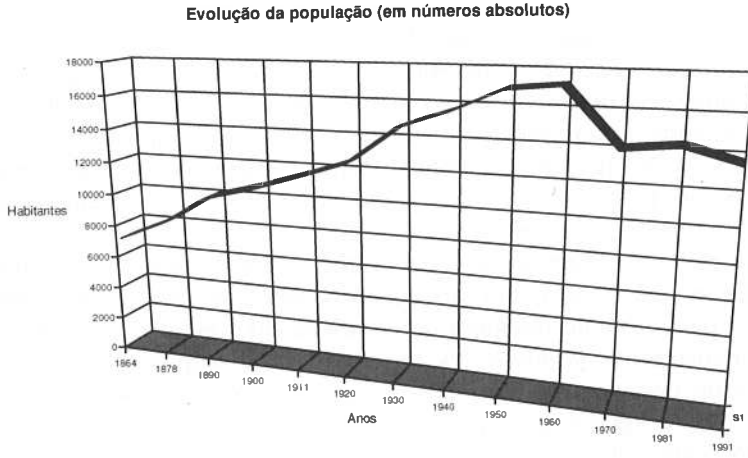
a qual, contudo, foi essencialmente à custa de indivíduos pertencentes ao grupo etário de mais de 59 anos, enquanto os dados preliminares divulgados pelo *Instituto Nacional de Estatística* relativos ao último censo da população portuguesa efectuado em 1991 traduzem de novo um decréscimo demográfico significativo (-5.4%) no concelho.

O primeiro censo geral da população do país levado a efeito em 1864 apurou um total de 7077 indivíduos em todo o concelho, que deste modo possuía uma densidade populacional de 40.7 habitantes por km². Até ao virar do século a população cresceu bastante (+45.1%), atingindo 10731 indivíduos no censo de 1900 (61.7 hab./km²). Nas duas décadas seguintes o aumento de população foi refreado, fixando-se em 17.3% (12584 indivíduos em 1920; 72.3 hab./km²). Nos anos 20 verificou-se novamente uma subida nos valores do crescimento demográfico que registaram um aumento de população de 17.1% para o decénio de 1921-30. Entre 1931 e 1950 o incremento populacional continuou, mas com níveis mais baixos (15.5% para o vinténio), cifrando-se em 17012 o total de indivíduos em 1950 (97.8 hab./km²) e na década de 1951-60 o crescimento saldou-se apenas em 1.6%.

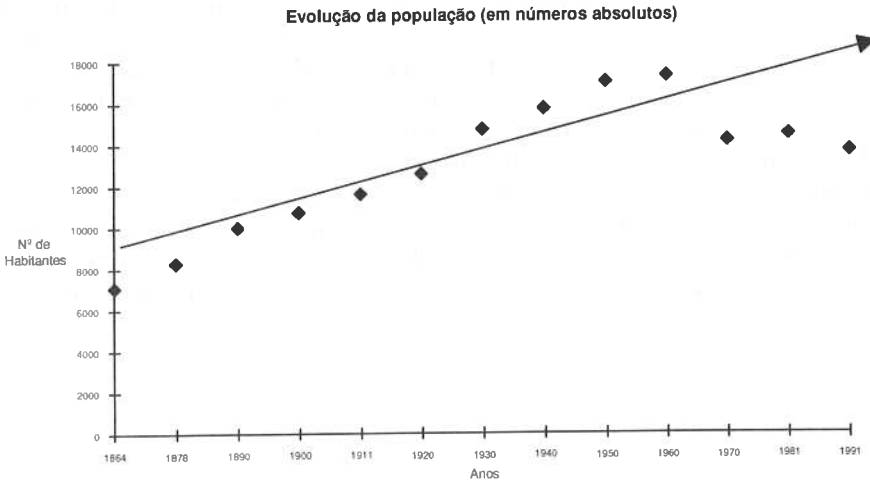
Durante o decénio que decorreu entre 1961 e 1970 ocorreu um rude golpe na progressão demográfica do concelho: a população diminuiu 18.1% contando apenas 14165 indivíduos no censo de 1970, ou seja, uma população inferior à registada no censo de 1930. O abalo das estruturas demográficas do concelho não seria praticamente minorado na década seguinte uma vez que em 1981 se verificou apenas um ligeiro acréscimo de população (+2.2%), cifrando-se em 14474 o total dos indivíduos apurados no censo. A evolução demográfica do concelho voltou novamente a registar valores negativos na década de 1981-1991: de acordo com os resultados preliminares do censo de 1991 a população do Cadaval sofreu uma redução de 5.4%, totalizando actualmente 13692 indivíduos residentes no concelho.

Comparando estes valores com a evolução demográfica ocorrida no nosso país constatamos que até 1960 a progressão populacional do concelho foi bem mais favorável do que a registada no total nacional: para um igual período de 96 anos; a população do Cadaval aumentou 144.3%, enquanto os valores nacionais se cifraram num crescimento de 111.1%. O inverso sucedeu durante as décadas de 1961-70 e de 1971-81: o município do Cadaval sofreu muito mais as consequências nefastas do forte surto migratório verificado nos anos 60, uma vez que a sua população diminuiu 18.1%, ao passo que no país a redução foi cerca de 2.3%; na década seguinte (1971-81), a recuperação registada foi bem inferior à ocorrida no total nacional, ou seja, +2.2% para o concelho e +14.3% para o país. No último decénio de 1981-1991 verificou-se um ligeiro crescimento demográfico em Portugal, ao passo que no concelho do Cadaval a população voltou de novo a regredir.

[Gráfico 1]



[Gráfico 2]



Em relação ao distrito de Lisboa o crescimento demográfico do concelho atingiu valores nitidamente inferiores à média encontrada para aquele. Apenas no censo de 1920 a variação relativa do aumento populacional do concelho se aproximou da média do distrito (+8.3% para o primeiro, +9.1% para o segundo) registando nos restantes censos valores inferiores. Na década de 1961-70 o concelho do Cadaval acompanhou a tendência geral do país para uma diminuição demográfica embora, como referimos, de um modo muito mais acentuado, enquanto o distrito de Lisboa, contrariando fortemente esta tendência, viu a sua população acrescida em cerca de 13.4%. No decénio seguinte o distrito aumentou os seus habitantes em quase 32%, ao passo que o Cadaval quedou-se por uma ligeira recuperação demográfica um pouco superior a 2%.

Não possuímos valores ao nível do distrito de Lisboa relativos ao último censo da população, podemos referir no entanto, com base nos dados preliminares divulgados pelo *Instituto Nacional de Estatística* que, entre o conjunto dos concelhos pertencentes à *Região do Oeste*³, o Cadaval é daqueles que ocupam uma situação mais desfavorável. Em 1991 é apenas suplantado pelos concelhos de Sobral de Monte Agraço, que apresenta uma evolução demográfica negativa de -7.1%, e do Bombarral, cujo decréscimo populacional se cifra em -6.1%. De acordo com este estudo constata-se uma vez mais o carácter demograficamente atractivo dos concelhos situados na área da Grande Lisboa e da Península de Setúbal que exibem, na sua maioria, um crescimento populacional positivo⁴.

A evolução demográfica do país vista globalmente esconde as profundas assimetrias regionais da distribuição da população portuguesa. Desde 1930 acentuou-se a *litoralização* do país, ou seja, a concentração populacional na faixa marítima ao norte do Sado, com especial relevo para as áreas periféricas em torno das cidades de Lisboa e do Porto, mas também de Setúbal. É portanto natural que devido à sua situação geográfica, o concelho do Cadaval tenha beneficiado de um incremento de população mais elevado do que aquele registado para a totalidade do país, o que não significa contudo que tenha conseguido uma posição regional ou distrital francamente favorável. Este aspecto, aliás, está bem patente quando comparamos a evolução demográfica durante o decénio de 1961-70 ao nível do distrito e ao nível do concelho: de facto, acentuou-se o poder atractivo da grande urbe lisboeta que, juntamente com a zona periférica do Porto, conheceu um crescimento populacional neste período, enquanto o concelho do Cadaval, predominantemente rural num distrito onde mais de metade da sua população é urbana, não conseguiu segurar os seus habitantes também eles atraídos pelas promessas da capital.

³ São incluídos na *Região do Oeste* os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

⁴ Na área da Grande Lisboa destacam-se os municípios de Sintra, Vila Franca de Xira e Loures, cujos valores de crescimento demográfico são superiores a 16.8%. Na Península de Setúbal sobressaem os concelhos de Seixal (+30.9%), Moita (+22.2%), Sesimbra (+19.1%) e Palmela (+18.3%).

Anos	População (habs.)	Densidade (habs./km ²)
1864	7 077	41
1878	8 270	48
1890	9 998	58
1900	10 731	62
1911	11 620	67
1920	12 584	72
1930	14 728	85
1940	15 737	90
1950	17 012	98
1960	17 287	99
1970	14 165	81
1981	14 474	83
1991	13 692	79

Quadro 1 — Evolução da população em números absolutos e respectivas densidades populacionais.

Anos	Concelho do Cadaval	Distrito de Lisboa
1900	-	-
1911	+ 8.3%	+ 20.5%
1920	+ 8.3%	+ 9.1%
1930	+ 17.0%	+ 21.5%
1940	+ 6.9%	+ 16.7%
1950	+ 8.1%	+ 15.9%
1960	+ 1.6%	+ 13.1%
1970	- 18.1%	+ 13.4%
1981	+ 2.2%	+ 31.9%
1991	- 5.4%	-

Quadro 2 — Evolução da população do concelho do Cadaval e do distrito de Lisboa (variação em números relativos).

2. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NA ÁREA DO CONCELHO

Na alínea anterior foi analisada a progressão geral da população do concelho pretendendo-se agora apreender a evolução da sua repartição na área do município ao longo do mesmo período, por forma a identificar possíveis variações nos valores absolutos e relativos das diferentes freguesias. O método utilizado que consistiu na divisão dos efectivos populacionais de cada freguesia pela sua área total poderá não ser o mais aconselhável, mas permitiu identificar globalmente as freguesias com maior densidade de ocupação. Alguns dos valores encontrados,

no entanto, devido à reduzida dimensão dos números em análise, podem resultar um pouco *deformados* em virtude de possíveis flutuações de carácter aleatório.

A sistematização dos elementos disponíveis permite-nos verificar a permanência da hierarquia de posições entre as freguesias do concelho desde 1864 até ao presente, ou seja, aquelas freguesias que há cerca de 120 anos eram as mais povoadas continuam a sê-lo actualmente. Este facto todavia nada tem de surpreendente: uma vez definidos os principais focos de implantação de povoamento desde o final da Idade Média, ou seja, as várzeas mais férteis localizadas na faixa centro-oeste do concelho, apenas um factor excepcional e exógeno (por exemplo, a implantação de uma unidade industrial significativa em determinada zona do concelho) poderia vir a alterar profundamente a ordem estabelecida. Verificaram-se, contudo, pequenas variações no crescimento populacional de algumas freguesias.

Em 1864 as freguesias com maior densidade demográfica eram respectivamente as de Cadaval, Figueiros (que nesta altura incluía ainda a então inexistente freguesia do Painho), Vermelha, Lamas e Vilar. No ano de 1981 a hierarquia é semelhante: em primeiro lugar aparece a freguesia de Painho, seguida pelas de Cadaval, Figueiros, Vermelha e Vilar. A freguesia de Painho, ocupa agora o primeiro lugar e a de Vilar conseguiu hegemonizar-se à de Lamas, que está em sexto lugar mas já muito distanciada da de Vilar (111 habs./km² para esta e apenas 84 para Lamas). As duas freguesias francamente menos povoadas do concelho desde 1864, são as de Cercal e Pero Moniz (em 1981 possuíam respectivamente 32 e 30 habs./km²), implantadas precisamente em solos de chameca mais pobres do que as várzeas constituídas por solos barrentos e calcários, irrigados por uma rede de pequenos cursos de água. Por fim, surge um grupo intermédio constituído pelas freguesias de Alguber, Lamas e Peral.

Até 1960 o crescimento populacional verificado favoreceu em especial as freguesias mais populosas do concelho. A freguesia de Figueiros conheceu o seu maior incremento demográfico na viragem do século XIX aparecendo nos recenseamentos de 1900 e de 1911 como a freguesia com maior densidade de habitantes por km² (110 e 112 respectivamente), enquanto a freguesia mais próxima, a da Vermelha, contava em igual período respectivamente com 97 e 107 habs./km². O factor demográfico terá contribuído certamente para a criação da freguesia de Painho desanexada da sua congénere de Figueiros por decreto-lei de 4 de Setembro de 1915. Sensivelmente na mesma altura a freguesia da Vermelha beneficiou também de um crescimento considerável, em especial na década de 1911-1920 ao constituir-se como a mais populosa do concelho (130 habs./km²). No decénio seguinte foi a vez da freguesia de Vilar conhecer um aumento espantoso de habitantes, a acreditar na qualidade dos dados: em apenas dez anos a sua população cresceu cerca de 50%, passando de 1531 em 1920, para 2297 em 1930. Admitimos, no entanto, que possa ter havido qualquer deficiência no recenseamento da população da referida freguesia.

De um modo geral, todas as freguesias registaram um aumento no seu número de habitantes nos sucessivos recenseamentos até 1950. Na década de 1951-1960 porém, apesar de se ter assinalado um pequeno crescimento geral da população, quatro das dez freguesias do concelho (Cadaval, Cercal, Peral e Pero Moniz)

acusaram já um decréscimo demográfico, premonizando a grande quebra de população do decénio seguinte. No recenseamento de 1970 todas as freguesias do concelho acusaram uma diminuição de gente e em 1981 apenas quatro delas (Cadaval, Cercal, Pero Moniz e Painho) apresentaram alguma recuperação de habitantes em relação a 1970. Destaca-se aqui a freguesia de Painho que aumentou a sua população em 29.8% e a de Cadaval cujo crescimento se cifrou em 16.9%.

Uma análise mais atenta permite, todavia, entrever as verdadeiras consequências que a sangria demográfica da década de 1961-70 operou na distribuição dos habitantes do concelho. De facto, ela teve como um dos principais resultados a acentuação de uma clivagem populacional entre a cabeça do concelho e as restantes sedes de freguesia que outrora praticamente não se fazia sentir. Se em 1960 a vila de Cadaval era a segunda povoação em número de habitantes (1162), sendo suplantada pela aldeia de Vilar com 1231 residentes e distanciando-se muito menos das aldeias mais populosas do concelho, apareceu em 1981 com 1376 habitantes destacando-se largamente da aldeia de Vilar que contava apenas com 949 indivíduos. Em nítido contraste com o que ocorreu em praticamente todas as povoações do concelho que até 1981 não tinham conseguido recuperar a perda demográfica da década de 1961-70, muitas delas apresentando mesmo uma diminuição de gente no decénio seguinte, a vila não cessou de crescer no vinténio 1961-81, mesclando com a sua dinâmica demográfica favorável um todo concelhio claramente fragilizado. Como repara Orlando Ribeiro, a emigração veio aumentar a circulação de riqueza proveniente, quer das remessas dos emigrantes, quer de uma melhoria do nível de vida dos trabalhadores em geral agora mais bem pagos face à dificuldade na obtenção de mão-de-obra:

«Até que, inesperadamente, a emigração veio aumentar o dinheiro em circulação — basta ver a revivescência das feiras e do comércio das vilas modestas todas com bancos e caixas de crédito —, provocar, pela carência de mão-de-obra, o seu pagamento mais compensador, permitir melhorar a aparência das casas e deixar entrever, para os seus filhos, poderem escapar à dura condição dos pais»⁵.

É assim que o Cadaval vê despontar um sector terciário (administrativo e bancário) com um peso significativo, em parte preenchido por gente de fora do concelho como se a própria vila compensasse a saída dos seus naturais acolhendo os filhos de outras terras. O poder atractivo deste sector económico, concentrado maioritariamente na sede do concelho, terá contribuído para o sucesso populacional da vila em desfavor das restantes povoações do termo desprovidas de estruturas sócio-económicas que segurassem os seus habitantes.

⁵ O. Ribeiro, 1987: 88.

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Alguber	18	21	26	33	41	47	53	55	61	64	48	47
Cadaval	61	69	87	94	100	114	122	135	151	141	133	155
Cercal	17	25	26	25	28	31	35	38	40	39	31	32
Figueiros	56	68	83	110	112	118	156	169	189	197	158	152
Lamas	54	65	75	75	79	75	87	91	100	102	86	84
Painho	—	—	—	—	—	130	152	164	180	194	131	171
Peral	42	50	61	62	68	78	83	90	97	95	75	73
Pero Moniz	17	19	24	24	27	29	34	40	42	40	27	30
Vermelha	55	68	84	97	107	130	131	151	155	158	142	140
Vilar	50	62	77	76	84	90	135	135	136	147	119	111

Quadro 3 — Evolução da densidade populacional (habs./km²) em cada freguesia.

	1960	1970	1981	Varição 1960-81
Alguber	338	275	298	- 12%
Cadaval	1162	1201	1376	+ 18%
Cercal	528	484	444	- 16%
Figueiros	725	575	585	- 19%
Murteira	735	673	742	+ 01%
Painho	808	538	745	- 06%
Peral	352	229	232	- 34%
Pero Moniz	455	406	355	- 22%
Pragança	613	503	366	- 40%
Vermelha	845	700	696	- 18%
Vilar	1231	1021	949	- 23%

Quadro 4 — Evolução do número de habitantes das principais povoações do concelho no vinténio 1960-1981.

A povoação da Murteira tem progredido consideravelmente ao longo do nosso século ao contrário de Pragança que vê cada vez mais reduzido o seu número de habitantes. Se em 1940 apresentavam uma população idêntica (577 habitantes para a Murteira e 582 para Pragança), no recenseamento de 1981 aquela possuía mais do dobro dos indivíduos registados em Pragança. A Murteira refez-se muito bem da perda demográfica sofrida na década de 1961-70 (735 habitantes em 1960, 673 em 1970, e 742 em 1981), enquanto Pragança não cessou de perder população durante igual período: 613 indivíduos em 1960, 503 em 1970, e 366 em 1981. Na viragem do século a prosperidade vitícola de Pragança valeu-lhe o título de *Bairrada da Estremadura*⁶; actualmente a típica aldeia serrana confronta-se com o êxodo da sua gente e com o abandono das habitações e dos campos que estabelecem um contraste ainda mais nítido com a vigorosa serra de Montejunto que lhe serve de regaço.

⁶ Cf. A. Pimentel, 1908.

A instalação do futuro parque industrial do concelho nos terrenos localizados próximo da Quinta da Junceira irá muito possivelmente favorecer a concentração da população nas povoações vizinhas situadas nas terras baixas, acentuando o contraste existente em relação aos lugares serranos menos atractivos do ponto de vista demográfico.

A progressão do povoamento até à década de 1960 acarretou o robustecimento dos lugares já existentes e a formação de dezenas de pequenos casais disseminados aqui e além por entre as extensões de várzea e de charneca. Alguns surgiram tão simplesmente como o *Casal do Forno*, perto da aldeia de Martim Joanes, cuja fundação foi referida por José Leite de Vasconcelos no dealbar do século XX:

« Ao pé de Martim-Joane, no sitio do Val do Médico, concelho do Cadaval, havia ainda ha pouco uma extensa charneca (mato, pinhal), pertencente á familia (nobre) da Agueira, e aforada por esta a um individuo, de nome Tomás da Rita. Este individuo formou aí um casal, a que chamou *do Fôrno*, por lá ter construido um. Quando morreu, foi o Casal do Fôrno dividido por sete filhos e filhas, que tinha, e que compraram o dominio directo, arroteando e amanhando depois muita parte da propriedade. Cada um dos herdeiros casou, e constituíram-se aí outras tantas familias e casais. Hoje ha lá sete casas, proximas umas das outras, e respectivamente providas de terreno contiguo. Permanece o mesmo nome primitivo de *Casal do Fôrno*, comum a todo o sitio, apesar da divisão. Quem lá vai para falar com algum dos coproprietários tem de perguntar: onde é a casa de Fulano, de Sicrano, etc.?, sem especificação alguma. Subentende-se que ás sete habitações estão anexos edificios que as completam: adegas, abegoarias, palheiros, etc. Talvez com o tempo chegue a fazer-se aqui uma povoação⁷.

Este casal viria de facto a desenvolver-se, mas tão fracamente que nunca chegou a constituir-se numa povoação com dimensões significativas: se em 1911 contava com 25 habitantes, em 1960 veria o seu número acrescido apenas em 11 residentes. Leite de Vasconcelos assinalou ainda muitos outros casais em toda a área do concelho, marcos inegáveis de uma população que não parou de crescer preenchendo os espaços em aberto e conferindo de forma gradual à paisagem rural o aspecto domesticado que podemos observar actualmente:

«Pelo Cadaval topam-se a cada passo outros casais formados analogamente: Casal do Silva, do Estorninho, do Bujo, do Entrudo, do Constantino. São já outras tantas povoaçõeszinhas, de 6, 10 fogos ou mais cada uma. O Charco, de 6 fogos, ao pé de Pragança, chamava-se d'antes *Casal do Charco*, porque havia lá só uma familia. Entre o Peral e o Cadaval encontra-se nova série de casais, distantes entre si 50 a 200 passos: Casal da Doce, isto é, *Dulce* (dona primitiva); do Atanagildo ou *Atanasildo*

⁷ J. L. de Vasconcelos, 1980b: 552-553.

(dono ainda vivo), da Melra, de Val do Moinho; Casais da Estrada, do Carapuço (proximos da extensa propriedade assim chamada). Alguns d'estes virão a formar povoações: constantemente aí se fazem casas. Os restantes ficam afastados de mais, para que isso aconteça, pelo menos desde já. A parte rural do concelho parece que se transforma em *casais!* Quem excursiona da vila para o lugar de Chão-de-Sapo, ou Chão-Sapo, regala-se igualmente de avistar muitos, que lhe surgem á beira da estrada, ou alvejam ao longe, d'entre vinhedos⁸.

O decréscimo populacional verificado na década de 1961-70 abalou fortemente a maioria destes pequenos aglomerados: excepção a esta regra foram, por exemplo, os Casais da Serra, o Casal Cabreiro, na freguesia de Lamas, o Casal dos Chães, o Casal do Caniço, o Casal de Vale Freixo e o Casal do Carreirão que viram acrescidos os seus habitantes no período entre 1961 e 1981. Mas praticamente todos os outros sofreram uma diminuição de gente no decénio de 1960. Alguns deles recuperaram parte dos seus habitantes entre 1971 e 1981: por exemplo, o Casal do Cesteiro, a Venda do Freixo, a Boiça e a Correira. Outros foram tão duramente afectados que continuaram a perder indivíduos após 1971, é o caso, por exemplo, do Casal Cabreiro, na freguesia do Cadaval, do Casal da Aboboreira, do Casal Velho, do Casalinho, do Casal do Charco, do Casal do Entrudo e do Casal de Vale Moinhos. Finalmente, um pequeno número deles extinguiu-se mesmo, tal como aconteceu com o Casal do Seixo, perto do Pereiro, abandonado pela única família que nele residia e que buscou uma vida mais compensadora emigrando para o estrangeiro e para a urbe lisboeta. O desenvolvimento recente destes lugares, quase sempre implantados à beira de uma estrada, confere-lhes uma fisionomia alongada resultante da expansão de um núcleo primordial cujo casario se estende ao longo do traçado viário. Pequenas habitações, quase sempre dominadas pela presença de uma igrejinha local, animam os caminhos e estabelecem súbitas pausas numa paisagem onde imperam os tons verdes dos campos amanhados e dos reduzidos tratos de floresta. No início do século XX José Leite de Vasconcelos descreveu o desenvolvimento de Adão Lobo, uma aldeia que cresceu com a estrada tornando-se a sua inseparável companheira: «Do ponto em que a estrada macadame, que sai do Cadaval para o Bombarral, se bifurca para aqui e para Adão Lobo, pouco adiante da saída, começam a ver-se tantas casas na direcção daquele lugar, de ambos os lados da estrada, que quasi pode dizer-se que tudo é povoação seguida»⁹.

Quem do alto da serra de Montejunto observar as várzeas que se estendem até ao mar depara com um panorama comum a toda a região, ou seja, por entre a imensidão dos vinhedos despontam breves aglomerados populacionais que matizam de branco o colorido verdejante da planície dominada e conferem à paisagem estremenha uma semelhança crescente com a sua irmã norte-atlântica.

⁸ *Ibid.*

⁹ *Op. cit.*: 640.

3. A DINÂMICA DO CONCELHO ENTRE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E MEADOS DO SÉCULO XX

O período que decorreu entre a segunda metade do século XIX e a década de 1960 saldou-se, como vimos, num forte acréscimo de população. Este período temporal, no entanto, muito mais do que uma época demograficamente favorável representou para o concelho do Cadaval uma fase de desenvolvimento iniciada com a euforia de progresso do liberalismo fontista e continuada em pleno século XX.

3.1. *As vias de comunicação*

Durante a segunda metade do século XIX o concelho do Cadaval partilhou da febre progressista nacional que impulsionou decisivamente o desenvolvimento das redes viária e ferroviária no nosso país. O espírito da época está plenamente contido no pedido que a administração concelhia dirigiu a D. Pedro V com o intuito de obter a licença régia para a construção de uma estrada que ligasse a cabeça do concelho à via nacional Lisboa-Coimbra recentemente inaugurada. Em reunião realizada a 26 de Abril de 1855 a direcção camarária deu a conhecer aos principais proprietários e contribuintes do concelho o projecto de construção do troço de estrada o qual, segundo as palavras do presidente da administração municipal, iria contribuir de forma inequívoca para o desenvolvimento da economia do concelho, tanto na valorização das propriedades, como no escoamento mais fácil dos produtos da terra. O município do Cadaval não podia ficar indiferente à vaga de progresso que então se vivia sob pena de permanecer definitivamente um pequeno e obscuro concelho agrícola, afogado por outros que já tinham encetado a sua fase de desenvolvimento. É pelos menos o que podemos deduzir das palavras contidas no discurso enfático proferido pelo presidente da câmara durante a referida reunião:

«Senhores — Já não é mister demonstrar a grande conveniencia das boas vias de comunicação. Todo o paiz sente esta necessidade, todo clama por ella, e de toda a parte se veem surgir, como por encanto, emprezas ora modestas, ora colossaes, para attingir esse fim. Ainda bem que o governo comprehendeu deveras esta necessidade, e que lida incessantemente por satisfaze-la. Mas o governo não póde tudo em um paiz onde falta tudo. Elle emprehende a construcção das grandes estradas que são as arterias principais deste corpo moral chamado paiz. É preciso que as localidades emprehendam, por si, a construcção das estradas transversaes, que são as pequenas arterias que se ramificam pelo corpo, e que dão circulação ao sangue e á vida delle. [...]

Imitemos as outras localidades, e ferremo-nos á vergonha de ser um povo que fica estacionario no meio desta febre de progresso, e de adiantamento. Não vedes além essa estrada que passa para Lisboa? Pois esse monumento de civilisação, que ahí está, veio trazer-nos

benefícios imensos. Aceitemo-los, agradeça-mo-los, mas complete-mo-los pela abertura d'uma estrada que no-los traga ao centro de nós para que mais facilmente os saboreemos, e disfructemos¹⁰.

A estrada, cujo traçado seguia o vale da Junceira-Murteira, seria integralmente custeada pelos dinheiros camarários tendo sido contraído um empréstimo de cinco contos com um juro de seis por cento ao ano. Para amortizar o empréstimo e os respectivos juros foi criado um imposto adicional sobre a produção de vinho do concelho: cento e cinquenta reis por cada pipa de vinho. A desanexação das freguesias do Bombarral e do Carvalhal, decretada no final de 1855, veio comprometer irremediavelmente a construção desta estrada. Estas duas freguesias, colocadas sob jurisdição do Cadaval em 1836, eram as mais ricas do concelho e concentravam a maior parte da força tributiva do município. A sua perda significava, acima de tudo, deixar escapar uma importante fonte de riqueza e de desenvolvimento para o Cadaval. De tal modo que a edificação da estrada acabou por iniciar-se apenas no ano de 1900 e em 1934 encontrava-se ainda por concluir faltando-lhe escassos cinco quilómetros.

No meado do século XIX, o concelho era tocado ao de leve pela estrada nacional Carregado-Caldas da Rainha que se prolongava até Coimbra inaugurada pela rainha D. Maria I e animada pelas diligências do serviço público da mala-posta. Esta estrada comunicava com a sede de concelho através da via municipal Palhoça-Vermelha-Cadaval, confluindo logo depois da Vermelha com a estrada concelhia recentemente construída que unia o Bombarral ao Cadaval.

No início da década de 1880 procedia-se à inauguração da estrada distrital de macadame nº 83 entre Torres Vedras e o Cadaval, passando por Vila Verde dos Francos e Vilar. Esta estrada beneficiava de um serviço de diligências e concentrou posteriormente a maior parte do trânsito rodoviário regional em desfavor da velha estrada real. Desenvolveu-se assim um pequeno comércio local na aldeia de Vilar povoação que actualmente imprime as marcas de um certo dinamismo - possui um restaurante e um café modernos apetrechados com uma bomba de gasolina -, enquanto na sua congénere do Cercal é patente o arcaísmo das suas lojinhas e a pacatez da vida quotidiana que emolduram uma povoação de provável fundação milenária e surpreendem o visitante mais desprevenido¹¹.

A febre de progresso seria travada primeiramente pela perda das freguesias do Carvalhal e do Bombarral, que eram as mais ricas do concelho e, já no final do século XIX, pela extinção do próprio município. É assim que a construção de algumas estradas concelhias iniciada no período da monarquia encontrava-se ainda por concluir em meados da década de 1930: é o caso da estrada Cercal-Cadaval e da via que findava na aldeia de Alguber, por finalizar devido a dificuldades financeiras do município. Desde então uma rede de vias municipais tem estabelecido gradualmente a ligação de todas as povoações do concelho. A abertura de novas estradas, todavia, tem-se revelado lenta dificultando o desenvolvimento do próprio município. Por exemplo, a estrada de ligação Alguber-Figueiros-Painho, que constituía já no início da década de 1970 uma das principais aspirações das gentes daquelas freguesias, só muito recentemente se deu por concluída.

¹⁰ *In A Sua Magestade El-Rei o Senbor D. Pedro V...*

¹¹ Cf. no Capítulo IV, o mapa relativo ao «Traçado da Estrada Real...».

Uma das ambições que o município do Cadaval nunca viu concretizada foi a da construção de uma linha de caminho de ferro que, atravessando as suas várzeas, iria estabelecer a ligação da sede do concelho às vias férreas principais do Oeste e do Norte. Desconhecemos quais os motivos porque o traçado da Linha do Oeste preferiu tocar a vila do Bombarral, que na altura ainda não constituía cabeça de concelho¹² em desfavor da vila do Cadaval sede de um município de antiga fundação. Um estudo atento e pormenorizado permitiria certamente responder a um conjunto de questões que por agora é impossível resolver. Não nos parece muito provável que tenha sido devido a causas *internas* ao próprio concelho, ou seja, a conflitos de interesses entre uma aristocracia local, detentora de grandes propriedades, e uma classe *burguesa*, constituída por pequenos comerciantes estabelecidos na vila. É um facto que estes dois grupos sociais opunham-se política e economicamente, mas também é verdade que o comboio traria prosperidade e progresso para ambos facilitando o escoamento dos produtos agrícolas e fomentando a circulação de riqueza. De acordo com a opinião de Augusto Ramos, expressa na monografia que realizou sobre o concelho do Bombarral no final da década de 1930, o projecto da Linha do Oeste nunca colocou a hipótese de construir a estação ferroviária na vila do Cadaval. A polémica então gerada opôs um grupo de ricos proprietários que pretendia a sua edificação junto do Sanguinhal e a população do Bombarral que queria o comboio na sua terra. A contenda seria resolvida a favor daquela vila graças à intervenção de um influente bombarralense que conseguiu realizar os desejos dos seus conterrâneos¹³.

As pretensões do Cadaval incidiram, ao que parece, na construção de um ramal ferroviário que efectuaría a ligação entre as linhas do Oeste e do Norte atravessando os concelhos do Cadaval e de Alenquer, desejo expresso sensivelmente na mesma altura em que foi inaugurado o transporte de passageiros na Linha do Oeste, ocorrido em 1887. Esta é, pelo menos, a conclusão que se pode retirar de uma reunião que a vereação da câmara do Cadaval realizou em 22 de Agosto de 1915 com a presença dos principais comerciantes e proprietários do concelho. Ressaltando-se a necessidade «de se pôr de parte a política, para se obter o maior proveito do esforço comum a empreender»¹⁴, o encontro teve como objectivo constituir uma comissão que, actuando junto do poder central, finalmente conseguisse a concretização do tão desejado *Ramal da Merceana*. O percurso desta linha secundária começava no Carregado e compreendia as vilas de Alenquer e Cadaval entrocando com a Linha do Oeste no Bombarral ou nas Caldas da Rainha.

A construção deste ramal ferroviário constituía há muito uma das principais pretensões dos municípios de Alenquer e Cadaval, que viam nele um factor de desenvolvimento de que tanto careciam. A linha destinava-se a servir cerca de 38000 habitantes dos dois concelhos e beneficiar uma intensa actividade fabril em Alenquer e uma produção vinícola não menos importante nos dois concelhos. A produção vinícola anual calculada para o concelho do Cadaval era superior a 50000 pipas a que se acrescentava um rendimento cerealífero de mais de 2000

¹² O município do Bombarral foi criado em 1914 e é constituído pelas freguesias de Bombarral, Carvalhal e Roliça.

¹³ Cf. A. Ramos, 1982: 64-66.

¹⁴ In *A Voz do Cadaval*, ano I, nº 7, 1-de Setembro de 1915, p. 1.

moios anuais e a extracção de madeiras e de cortiça. O problema financeiro encontrava-se resolvido pois uma empresa privada comprometia-se a cobrir inteiramente as despesas de construção — cerca de 710 contos — e de manutenção — cerca de 100 contos anuais — da linha ferroviária, facilmente custeadas devido ao intenso tráfego industrial e comercial que havia na região.

Este projecto, que se arrastava desde 1886, nunca chegou a ser concretizado. Sofrendo sucessivos adiamentos por parte da administração central, apesar das insistentes chamadas de atenção provenientes de alguns deputados da assembleia que o consideravam importante para o desenvolvimento da região, ele acabou por perder a sua razão de ser acompanhando a própria decadência da rede ferroviária face à crescente expansão dos meios de transporte rodoviários. O Cadaval nunca chegou a acolher o *gigante de ferro*, no entanto, acabou por beneficiar da sua proximidade pelas facilidades de comunicação que ele proporcionou:

«Dantes era preciso ir em vapor até Villa Nova da Rainha, e seguir por Otta a estrada real das Caldas; quando o caminho de ferro chegou ao Carregado — já era um progresso — tomava-se ali a famosa diligência do José Paulo até onde ella, que fazia carreira para as Caldas, podia dar condução.

Agora a linha férrea do oeste (Torres Vedras-Caldas-Figueira da Foz), passando a pouco mais de uma légua do Cadaval dotou esta villa com facilidades de comunicação e, portanto, de commercio»¹⁵.

O retrato da vila do Cadaval no início do século XX parece transbordar de prosperidade, expressa na dinâmica do seu sector comercial e financeiro e na importância da sua actividade cultural e recreativa:

«A villa tem actualmente uns novos paços do concelho»¹⁶ [Fotos 29 e 30]; duas escolas officiaes, e dois collegios particulares para ambos os sexos; duas pharmacias e um medico; agentes bancarios e de seguros; dois hoteis e tres casas de pasto; tres modistas; uma papelaria; lojas de fanqueiro, de mercador, de quinquilharias, ferragens, louças e vidros; um fomo de louça vermelha; uma caldeira de distilação e tres sociedades musicaes — Philharmonica Cadavalense, Recreio musical dramatico e Sol-e-dó 17 de agosto»¹⁷.

No início da década de 1930 a vila do Cadaval deslumbrou-se pela primeira vez com a instalação da luz eléctrica, que teria no entanto curta duração em virtude de uma avaria no gerador que a produzia. A sua instalação definitiva só ocorreu em Fevereiro de 1950 tomando possível que a partir desta data a sede de concelho ganhou vida, luz e cor que a pouco e pouco inundaram as ruas e as praças do Cadaval. Os candeeiros da praça pública iluminaram-se em Março de 1958 e os

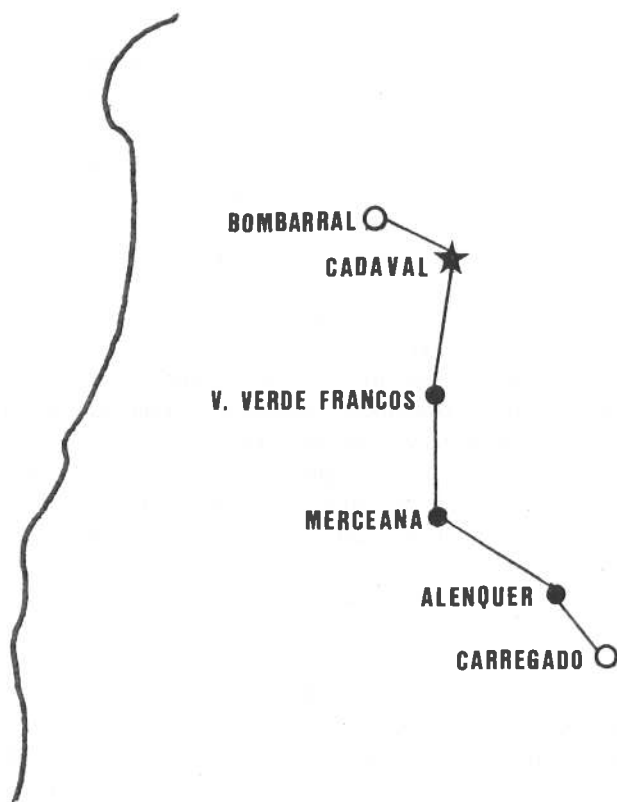
¹⁵ A. Pimentel, 1908: 24.

¹⁶ Os antigos Paços do Concelho foram totalmente devorados pelo fogo na tarde de 27 de Agosto de 1895, perdendo-se irremediavelmente todo o arquivo municipal e uma cópia do foral concedido por D. Manuel em 1513.

¹⁷ A. Pimentel, 1908: 24.

seus congéneres da Avenida dos Bombeiros acenderam-se oito anos depois. Gradualmente a luz eléctrica estendeu-se a todas as povoações do concelho, iluminou as casas e as ruas e, ao intrometer-se na obscuridade nocturna, retirou-lhe definitivamente grande parte do poder místico e lendário que fazia da noite o reino privilegiado de bruxas e de lobisomens, de medos e de fantasias.

Após a instalação da electricidade seguiu-se em Dezembro de 1955 o início da distribuição de água canalizada à vila do Cadaval, vinda primeiramente da Quinta de São Lourenço e mais tarde de um depósito existente na Vermelha. O telefone chegaria pouco tempo depois tendo-se começado a abrir as valas para a colocação dos cabos telefónicos em Abril de 1958¹⁸.



PERCURSO DO RAMAL FERROVIÁRIO DA MERCEANA

¹⁸ Agradecemos grande parte destas informações à Sr.^a D.^a Maria Luísa Siopa, residente na vila do Cadaval.

3.2. O progresso do ensino público

Foi somente no início do século XIX que o concelho do Cadaval beneficiou da sua primeira instituição de ensino básico¹⁹, localizada na sede do município. Desde essa altura a instrução pública em Portugal desenvolveu-se consideravelmente facto que, contudo, não impediu que o ensino elementar continuasse durante largas dezenas de anos alheado de muitas famílias portuguesas, em especial daquelas que viviam nos meios rurais e que não dispunham de meios económicos suficientes para proporcionar aos seus filhos a aprendizagem das primeiras letras. A permanência desta situação colocou o nosso país na cauda da Europa relativamente aos índices de escolaridade, possuindo ainda há bem poucos anos uma das mais altas taxas de analfabetismo de todos os seus parceiros europeus.

O nível de alfabetização verificado na actualidade no concelho do Cadaval melhorou francamente em relação aos valores encontrados no final do século passado. Em 1890, o total de população com idade igual ou superior a sete anos que não sabia ler nem escrever ascendia a 82.5% (85.8% se considerarmos a população total). A situação registada em 1981, no entanto, estava ainda longe de ser satisfatória, pois cerca de 32.3% da população total (26.4% considerando apenas os indivíduos com 10 e mais anos e que, pensamos, exprime mais correctamente o fenómeno do analfabetismo), desconhecia as primeiras letras. Apenas em 1950 o conjunto dos indivíduos alfabetizados com idade superior a sete anos ultrapassou o número daqueles que não sabiam ler nem escrever: 55.5% para o primeiro grupo, 44.5% para o segundo, e em 1960, a população iletrada a partir dos sete anos diminuiu para 38%.

O ensino primário aparece nitidamente destacado constituindo de longe o principal nível de instrução dos habitantes do concelho, pelo menos até 1981. Neste ano, 41.3% da população letrada possuía somente o grau de ensino primário (28% da população total), enquanto cerca de 5% dos indivíduos não iam além do grau de ensino básico preparatório, cabendo uma pequena fatia àqueles que detinham graus de ensino secundário ou superior: 1.9% com o grau de ensino secundário unificado, 0.5% com o nível de ensino secundário complementar, 0.4% com o Propedêutico e 1.2% detendo cursos médios ou superiores. Comparando estes valores com aqueles registados no recenseamento de 1960 (em 1970 os dados recolhidos pelo *Instituto Nacional de Estatística* respeitam exclusivamente aos totais do distrito) constata-se que o peso relativo dos indivíduos alfabetizados que possuíam apenas o grau de ensino primário é sensivelmente idêntico ao de 1981, cifrando-se em 43.2%, ensino que era frequentado por cerca de 91% da população escolar, ao passo que os valores relativos à camada populacional que detinha graus de escolaridade secundária e superior se quedavam pelos 1.5% e 0.01%, ou seja, marcadamente inferiores aos registados em 1981, e o seu peso entre a população escolar não ultrapassava os 9.1%.

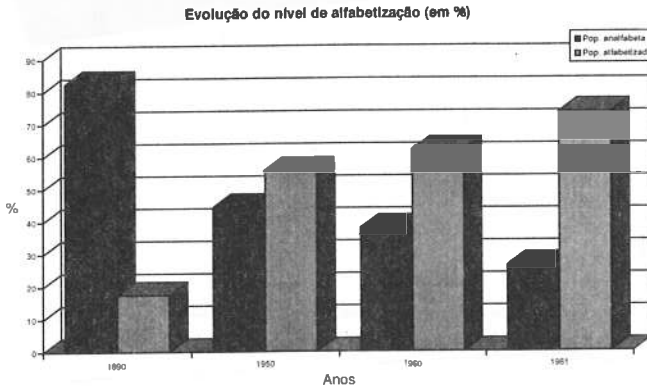
A difusão do ensino primário ao longo da década de 1951-60 tinha melhorado bastante em relação às duas décadas anteriores durante as quais não excedera 25% da população alfabetizada, ao invés da escolaridade mais elevada cujos valores pouco tinham progredido: em 1940 apenas 0.7% dos indivíduos que sabiam ler possuíam o grau de ensino secundário e 0.8% o ensino superior, sendo frequentados por 4% da população escolar; em 1950 aqueles que detinham o grau de ensino secundário

¹⁹ Sobre este assunto remetemos para o Capítulo anterior, alínea número 5.

totalizavam apenas 1.2% da população letrada e 0.3% tinham formação acadêmica, representando estes dois grupos cerca de 2.8% da população escolar.

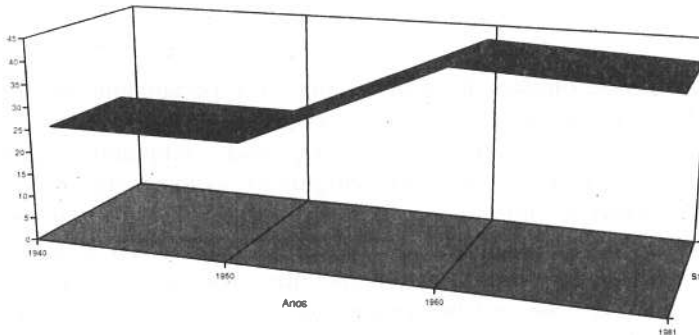
Entre 1961 e 1981 assistiu-se ao progresso do ensino pós-primário, especialmente no que respeita ao nível básico preparatório (21% da população escolar), mas que apresentava ainda valores baixos em 1981 com uma população escolar que não excedia os 15.5% no ensino secundário unificado, 5.6% no secundário complementar e 1.3% no Propedêutico ou 12º ano.

[Gráfico 3]



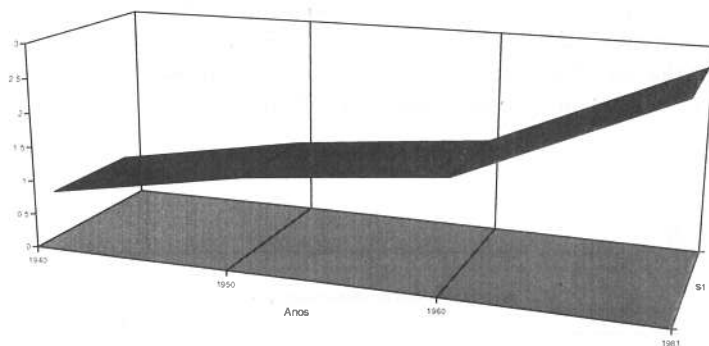
[Gráfico 4]

Evolução do nível de ensino primário entre a população alfabetizada (em %)



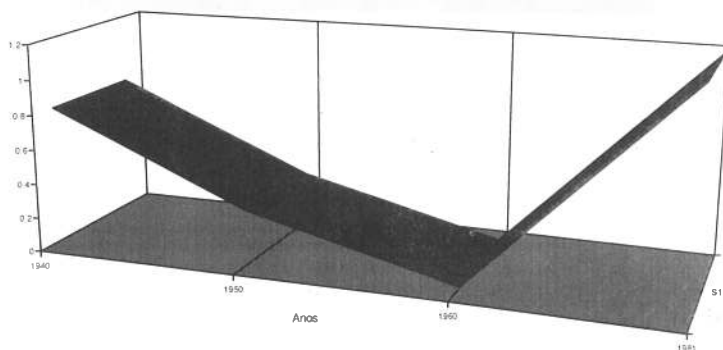
[Gráfico 5]

Evolução do nível de ensino secundário entre a população alfabetizada (em %)



[Gráfico 6]

Evolução do nível de ensino médio ou superior entre a população alfabetizada (em %)



No movimento de difusão do ensino primário, especialmente até 1960, muito terá contribuído a edificação de escolas e postos de ensino primário em toda a área do concelho a partir do final do século passado, enquanto o primeiro edifício de ensino liceal particular só seria inaugurado no início da década de 1960. No começo do nosso século temos notícia da existência de escolas primárias na vila do Cadaval, e nas povoações de Figueiros, Peral, Pero Moniz, Pragança, Rochaforte e Vilar, embora estejamos em crer que, pelo menos todas as sedes de freguesia, possuíam já o seu estabelecimento de ensino. A vila contava com duas escolas oficiais e dois colégios particulares para ambos os sexos. Figueiros e Vilar

tinham também duas escolas, uma para rapazes e outra para raparigas, no Peral e em Pero Moniz são referidas escolas apenas para as segundas, e Pragança e Rochaforte ministravam o ensino somente aos primeiros.

Na década de 1930 as referências indicam também escolas mistas no Cercal e no Painho, povoação onde se encontrava na altura uma outra em construção, e na Vermelha e Dagorda apenas para o sexo masculino. No decénio seguinte juntaram-se as escolas mistas de Lamas, Peral, Pero Moniz e Vermelha e, em meados da década de 1960, encontravam-se também a funcionar escolas nas povoações de Avenal, Boiça do Louro, Palhais, Pereiro e Ventosa, tendo-se construído recentemente novos edifícios no Cercal, no Peral, em Rochaforte e em Vilar e achava-se projectada a nova escola de Pero Moniz. No entanto, apesar da disseminação de estabelecimentos de ensino primário em grande parte da área concelhia, ainda no ano de 1960, cerca de 38% da população com idade superior a sete anos não possuía nem frequentava qualquer grau de ensino.

Actualmente o ensino primário dispõe de vinte e quatro escolas abrangendo praticamente toda a área do concelho. A quebra na frequência de alunos levou ao fecho recente de quatro postos de ensino (Boiça do Louro, Palhais, Quinta de São Francisco e Vale Canada), reflectindo-se também aqui as consequências de uma população que não cessa de envelhecer: assim, se no ano lectivo de 1984-1985 o total de alunos que frequentava os ensinos pré-primário, primário e ciclo preparatório-TV somava 1365 crianças, no ano lectivo de 1990-1991 o seu número totalizava apenas 1037 discentes²⁰.

O ensino liceal no concelho iniciou-se apenas em 1962, ano em que foi inaugurado na vila do Cadaval o *Externato de S. José*, de carácter particular. O ensino secundário oficial é ministrado no actual edifício desde 1978, enquanto o ciclo preparatório, que inicialmente partilhou as instalações com o ensino secundário, foi transferido há cerca de três anos para instalações próprias. A população escolar do concelho que frequenta estes dois níveis de instrução é transportada diariamente por autocarros custeados pela Câmara Municipal²¹.

As condições de ensino que a população estudantil do Cadaval pode disfrutar actualmente são muito superiores aquelas que conheceram os seus pais e avós, quer pelas facilidades de deslocação, quer pela própria comodidade das instalações. As primeiras duas escolas da vila do Cadaval funcionavam em casas particulares, onde ocupavam duas salas exíguas para albergar o número de alunos que a elas acorriam: a do sexo masculino situava-se na actual Rua Eugénio Pereira e a do sexo feminino na Rua 13 de Janeiro. Simultaneamente funcionava uma outra escola no primeiro andar de um edifício localizado na Rua Padre José Ignácio Pereira destinada às classes mais avançadas de ambos os sexos.

No final de 1895, provavelmente em virtude da recente extinção do concelho, estas escolas encontravam-se num grande estado de desorganização o que moti-

²⁰ Agradecemos estes últimos dados referentes à situação do ensino primário no concelho à respectiva delegação escolar do Cadaval.

²¹ Infelizmente, apesar de solicitados aos respectivos estabelecimentos de ensino, não nos foram facultados elementos que nos fornecessem informações recentes sobre a frequência e o grau de aproveitamento dos alunos dos níveis básico e secundário.

vou uma chamada de atenção ao administrador do concelho de Alenquer, ao qual pertencia na altura a freguesia do Cadaval:

«Ao Exmo. Sr. administrador do concelho d'Alenquer pedimos, com a certeza de sermos attendidos, que olhe com a maxima attenção para o estado desgraçadissimo a que chegaram as escolas d'esta freguesia. O professor do sexo masculino não tem exame d'instrucção primária, e a professora do sexo feminino, em compensação tem o curso todo. Pedimos pois, providencias, urgentes e energicas»²².

Mais tarde foi construída a actual escola primária que na altura contava apenas com um só andar, tendo-lhe sido acrescentado em 1961 o piso superior devido à exiguidade do espaço existente. No início da década de 1930 o ensino nas povoações do Cercal, Painho e Vermelha processava-se também em deficientes instalações — salas pequenas e com falta de higiene — que viriam contudo a ser substituídas pouco depois por edificios novos e adequados. A melhoria significativa dos estabelecimentos do ensino primário viria a ocorrer a partir da segunda metade da década de 1950, altura em que começaram a ser construídos os edificios de formato uniforme que actualmente polvilham grande parte da área concelhia.

3.3. A actividade cultural e recreativa

O crescimento populacional e o desenvolvimento económico verificados reflectiram-se também na actividade cultural e recreativa do concelho. As representações teatrais ocupavam lugar de destaque na animação cultural da vila e as três filarmónicas existentes no início do nosso século abrilhantavam as festas e assinalavam os eventos mais importantes da sede de concelho. Mais tarde chegou o animatógrafo e a vila enchia-se de gente vinda das povoações mais próximas que devorava com olhos ávidos e surpresos as peripécias dos seus heróis e divas. Actualmente quase nada resta que permita recordar as antigas representações cénicas ou as projecções cinematográficas dos domingos. Os tempos mudaram, a gente saíu e teima em regressar, a centralização cultural acentuou-se à medida que melhorou significativamente a capacidade de deslocação dos indivíduos. Ao mesmo tempo novas formas de entretenimento foram surgindo, a televisão partilha o quotidiano que aparece cada vez menos marcado por uma cultura ritualizada.

As representações cénicas nas principais povoações do concelho devem provavelmente remontar a épocas antigas, a cargo principalmente de pequenos grupos de saltimbancos que difundiam pelos meios rurais a maior parte da escassa actividade teatral aí produzida. Na segunda metade do século XIX Júlio César Machado dá-nos conta de uma projectada sessão de teatro a ocorrer na aldeia do

²² *In O Commercio do Cadaval*, n.º 8, 3/11/1895, p. 4.

Cercal que, contudo, não viria a ser realizada devido às péssimas condições climatéricas daquela noite medonha:

«N'uma noite que ali passei, devendo haver theatro, representação particular, uma inverniam phantasista viera oppôr-se a tal designio, e, á proporção que chegavam os convidados, ia-lhes dando gasalho a hospedaria, já que o theatro lhes não dava função»²³.

Melhor sorte tiveram sem dúvida os habitantes da vila do Cadaval e das povoações vizinhas que assistiram à representação teatral da célebre companhia do Teatro da Trindade, de Lisboa, ocorrida em 1896 na sede do concelho. Os afortunados espectadores podiam não só assistir inteiramente de graça a uma das três sessões que a companhia lisboeta iria apresentar no teatro da vila como ainda tinham direito a receber no final do espectáculo a quantia de 500 reis, espécie de gratificação pela sua presença:

«Acaba de chegar a esta vila a celebre companhia do Theatro da Trindade, de Lisboa, a qual dará no Theatro desta localidade apenas tres espectaculos, que terão logar hoje, amanhã e depois de amanhã, pelas oito horas da noite, sendo o palco iluminado a luz electrica, para o que já se encontra aqui uma locomotiva, systema "Mentironi"; a illuminação deve produzir um effeito surprehendente, devendo concorrer muito para tal fim as importantissimas obras que o theatro ha pouco soffreu por conta exclusiva d'esta Redacção.

Esta companhia apresenta-se realmente em condições muito especiaes, por isso que, não só as entradas são GRATUITAS — sem distincção de logares — como também cada espectador receberá, á entrada, uma senha numerada, que lhe dará direito a receber a quantia de 500 rs., à sahida do espectaculo [...].

Esta concessão [...], é motivada por uma aposta de 255.000\$00 reis, feita entre o respectivo emprezario e um conhecido banqueiro lisbonense [...], remunerando cada espectador com a quantia de 500 reis, não se podendo contudo aproveitar desta concessão, mais do que 250 espectadores em cada recita.

Aqui a todos aproveita porque o theatro é de lotação inferior áquelle número»²⁴.

A actividade teatral na vila ganhou novo alento durante a década de 1940 pois as récitas dos amadores eram enriquecidas pelo *Guarda-Roupa dos Paivas* que em Lisboa cuidava de grande parte dos adereços das grandes companhias teatraes. Sendo naturais do Cadaval não se esqueciam de animar as representações dos seus conterrâneos, na altura realizadas a favor da construção de uma nova sede para os bombeiros locais. A actividade cénica na vila acabaria por desaparecer e o velho teatro foi desalojado, cedendo o seu espaço a uma tipografia²⁵.

²³ J. C. Machado, 1881: 117.

²⁴ In *O Commercio do Cadaval*, Anno I, n.º 23, 16/2/1896, p. 1.

²⁵ Agradecemos esta informação à Sr.ª D.ª Fernanda Correia, residente na vila do Cadaval.

O cinema apareceu mais tarde, não se sabe ao certo em que altura, e cada projecção constituía uma festa para as gentes do concelho. No meado do nosso século todos os domingos à noite havia sessão cinematográfica numa sala das novas instalações dos bombeiros do Cadaval, devidamente anunciada com pompa e circunstância: durante a tarde a banda de música tocava na sede dos bombeiros e, ao cair da noite, uma descarga de foguetes lembrava aos habitantes das povoações vizinhas que a projecção da película ocorreria em breve. A partir de então os caminhos enchem-se de carroças que transportavam famílias inteiras, todas elas convergindo para a vila e iluminando com o seu entusiasmo cada sessão de cinema²⁶.

A música fazia também parte do quotidiano recreativo e artístico do município. No final do século passado existiam pelo menos quatro bandas de música em todo o concelho: três na vila e uma na aldeia de Pragança.

A *Sociedade Filarmónica 1.º de Dezembro*, de Pragança, é a instituição musical mais antiga do concelho tendo sido fundada no início da década de 1880. Dela se recorda com saudade um dos seus antigos elementos: «Tinha um repertório variado preenchido com marchas, *pasos dobles* e números ligeiros e exhibia-se quer em Pragança quer nas povoações vizinhas chegando mesmo a ir até Santarém. O ensino era feito por um mestre que vinha de fora, geralmente um militar reformado» explicou-nos enquanto exhibia velhas partituras — «vej! esta marcha é dedicada a Pragança e foi feita por um antigo maestro muito amigo da nossa terra» — e recordava algumas melodias ainda bem presentes na memória²⁷. Actualmente, a aldeia de Pragança possui também um rancho folclórico — o *Rancho Folclórico de Pragança* — que, a par de um outro sediado na povoação da Murteira, têm procurado manter a tradição musical no concelho.

Das três bandas existentes na vila — o *Recreio Musical Dramático*, a *Filarmónica Cadavalense* e o *Sol-e-Dó 17 de Agosto* — subsiste apenas uma delas que presentemente ensaia nas instalações da Casa do Povo. A actuação da *Filarmónica do Cadaval*, talvez a mais antiga desta vila, valeu-lhe um rasgado elogio da parte da direcção do semanário concelhio publicado no Cadaval em finais do século XIX:

«Alguns homens simples mas muito patriotas estão aqui agremiados e constituem a “philharmonica do Cadaval”, são dignos de todos os elogios estes honrados artistas, pois apesar de simples isto é despido de todo o orgulho e vaidade e terem por unica riqueza o seu braço teem mostrado sempre serem uma das poucas agremiações d’este concelho, recta, digna e imparcial, festejando com entusiasmo todo e qualquer melhoramento com que seja enriquecido o concelho do Cadaval»²⁸.

Um pouco mais tarde, a povoação da Vermelha possuía igualmente uma banda de música que viria a desaparecer no início do decénio de 1960, tal como aconteceu com a *Filarmónica do Cadaval*.

²⁶ Agradecemos esta informação à Sr.ª D.ª Maria Alice Stopa, residente na vila do Cadaval.

²⁷ Agradecemos a colaboração do Sr. António Severino do Couto, morador na aldeia de Pragança.

²⁸ In *O Commercio do Cadaval*, Anno I, n.º 2, 22/9/1895, p. 1.

No final desta década existia na vila um pequeno museu municipal instalado no primeiro andar dos antigos paços do concelho. O museu tinha sido fundado pelo arqueólogo Leonel Ribeiro, natural de Adão Lobo, e albergava entre o seu acervo parte do espólio das grutas necrópoles do Furadouro de Rochaforte e da Salvé-Rainha, recentemente descobertas. Possuía também uma importante colecção de moedas e de armas antigas. O descuido a que foi votado o museu saldou-se no desaparecimento da quase totalidade do seu acervo quando se procedeu à mudança dos paços do concelho para as actuais instalações. Perdeu-se deste modo um importante património municipal que seria interessante reconstituir e colocar ao serviço e dispor da população, preservando assim uma parte da memória colectiva local.

4. A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DEMOGRÁFICA ENTRE 1864 E 1981

A população do concelho do Cadaval progrediu notavelmente entre os censos de 1864 e de 1960, tendo sofrido na década de 1961-70 um forte decréscimo demográfico do qual recuperou ligeiramente no decénio seguinte. Na década de 1981-1991, no entanto, verificou-se de novo uma diminuição dos efectivos populacionais. O incremento demográfico ocorrido até 1960 reflectiu-se, quer na modificação da própria paisagem, que nos aparece agora mais humanizada, quer na dinâmica económica, social e cultural do concelho: o povoamento disseminou-se mais ainda, abriram-se estradas e escolas, ao passo que a vila se encheu de colorido emoldurada pela expressão das suas manifestações artísticas e culturais. Impondo um limite ao incremento populacional, o decénio de 1961-70 veio comprometer a progressão do povoamento atrofiando os casais e as aldeias e levando para longe uma parte da gente que não parava de crescer. Concluída a análise da evolução global da população do concelho resta saber finalmente como progrediram as suas estruturas populacionais entre os censos de 1864 e de 1981 e de que modo foram afectadas pela forte diminuição demográfica verificada na década de 1961-70.

A constante da evolução das estruturas populacionais do concelho tem-se caracterizado, à semelhança do que ocorre a nível nacional, pelo seu progressivo envelhecimento, ou seja, a diminuição da proporção do grupo dos jovens (indivíduos com idade inferior a 20 anos) em relação à população total tem sido acompanhada pelo aumento do peso relativo do grupo dos idosos (indivíduos com 60 e mais anos), situação que se agudizou a partir da década de 1961-70. Assim, se em 1878 os jovens representavam cerca de 48.6% da população total e os idosos se quedavam pelos 6.5%, em 1981 a diferença entre os dois grupos estreitou-se consideravelmente e o número de jovens era pouco superior ao de idosos: 29% para aqueles, 21.1% para estes.

Até 1950 o concelho possuía uma estrutura demográfica *jovem*, isto é, uma percentagem de jovens que apesar de uma diminuição relativa gradual era ainda superior a 35%, enquanto o peso percentual dos idosos pouco ultrapassava os 12 pontos²⁹. No censo de 1960, se bem que os valores apresentassem um decréscimo

²⁹ Note-se que a estrutura etária da população registada no censo de 1950 apresenta ainda a forma *piramidal* (a base larga estreitando em direcção ao topo), característica de populações *jovens*. Ver a pirâmide de idades apresentada em *Anexo* referente ao ano de 1950.

relativo de jovens, o grupo dos idosos manteve-se constante, ao passo que o peso relativo dos activos (indivíduos com idade compreendida entre os 20 e os 59 anos) atingiu o seu máximo de sempre neste censo: 53.1% do total da população³⁰. A partir do decénio de 1961-70 acentuou-se o envelhecimento das estruturas populacionais, principalmente como resultado de um aumento espectacular da proporção de idosos: se os jovens reduziram o seu peso relativo para 31.9% e 29% em 1970 e 1981, o grupo dos idosos atingiu em igual período 17.7% e 21.1% respectivamente.

O decréscimo populacional verificado entre 1961 e 1970 não provocou, através da saída de activos, um esperado rejuvenescimento na *base*³¹ da estrutura populacional, ou seja, um aumento do peso relativo do grupo dos jovens. Este fenómeno leva-nos a supôr o predomínio das migrações internas, principalmente para a área da Grande Lisboa, durante esta década: de facto, pensamos que se tratou aqui de um exódo que atingiu na sua maior parte famílias inteiras, o casal e os seus filhos menores. A configuração da pirâmide etária de 1970 é disso elucidativa: a sua estrutura apresenta *entradas*, ou seja, decréscimo significativo de população, nos grupos quinquenais masculinos entre os 25 e os 39 anos e nos grupos quinquenais femininos entre os 20 e os 34 anos, resultando daqui um empolamento dos efectivos femininos em relação aos masculinos nas idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos e um empolamento dos efectivos masculinos em relação aos efectivos femininos nas idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, dependendo do grau de incidência do fenómeno migratório em ambos os sexos nas diferentes idades. A emigração familiar provoca a saída de ambos os cônjuges, em que geralmente a mulher é mais nova do que o marido, e dos seus filhos, dando origem a uma emigração diferencial em termos de grupos etários e impedindo o avolumar do peso relativo do grupo dos jovens.

No decénio de 1971-81 a recuperação demográfica do concelho deu-se quase só à custa de indivíduos pertencentes ao grupo dos idosos que cresceram em números absolutos e relativos, enquanto os activos aumentavam ligeiramente e os jovens continuavam a diminuir. A esmagadora maioria dos que emigraram não tinham regressado em 1981 o que se traduziu na continuidade da existência de *entradas* na pirâmide etária de 1981, agora em grupos quinquenais mais elevados³².

O envelhecimento da população do concelho, acentuado a partir de 1961, pode também ser constatado através da evolução dos valores percentuais dos índices, ou raios, que relacionam os três grupos de idade. Assim, o *índice de vitalidade*, que mede o peso relativo dos idosos em relação ao grupo dos jovens, evoluiu de 13.4% em 1878 para 72.7% em 1981, sofrendo saltos significativos nas décadas de 1961-70 e de 1971-81: de 37.5% em 1960, passou sucessivamente para 55.4% em 1970 e 72.7% em 1981.

³⁰ A estrutura etária referente ao censo de 1960 que inserimos em *Anexo*, reflecte, na fisionomia de tipo *urna* que apresenta, um crescente *envelhecimento* da população principalmente à custa do grupo dos jovens, o que provoca um estreitamento da base da pirâmide de idades.

³¹ Referimo-nos aos grupos quinquenais mais jovens de uma pirâmide etária.

³² Remetemos para as pirâmides etárias referentes à estrutura populacional dos censos de 1970 e de 1981 apresentadas em *Anexo*.

A progressão do *ratio de dependência dos jovens* e do *ratio de dependência dos idosos*, que medem respectivamente o peso relativo de jovens e de idosos em relação ao grupo dos activos apresenta, necessariamente, valores divergentes. Com a diminuição gradual dos valores do primeiro contrasta o aumento progressivo dos valores do segundo: se o peso relativo dos jovens em relação aos activos diminuiu de 108% em 1878 para 58.2% em 1981, a proporção de velhos em relação ao mesmo grupo etário cresceu de 14.5% em 1878 para 42.4% em 1981.

Conforme já referimos, o forte surto emigratório verificado na década de 1961-70 não provocou um rejuvenescimento nas estruturas da população através de um aumento do peso relativo dos jovens em relação aos activos, no entanto, houve uma nítida desaceleração do fenómeno de envelhecimento na *base* como podemos verificar pela progressão dos valores do *ratio de dependência dos jovens* entre 1950 e 1981: se entre 1950 e 1960 os valores evoluíram de 71% para 64.2%, no decénio seguinte a diminuição percentual dos jovens quedou-se pelos 63.3 pontos percentuais registados em 1970, ou seja, apesar da predominância da emigração de famílias a saída maioritária de indivíduos do grupo dos activos veio suavizar o declínio progressivo da proporção de jovens.

Na década de 1971-81 com o quase desaparecimento do fenómeno emigratório o decréscimo relativo dos jovens em relação aos activos acentuou-se, atingindo o *ratio de dependência dos jovens* o valor de 58.2%: de facto, enquanto os activos aumentaram ligeiramente em números absolutos e relativos face a 1970 (7140 indivíduos em 1970, 7216 em 1981), os jovens continuaram a diminuir (4520 indivíduos em 1970, 4202 em 1981). Pelo contrário, a proporção dos idosos em relação aos activos acentuou-se amplamente entre 1961 e 1981: em 1960 os valores do *ratio de dependência dos idosos* cifravam-se apenas em 24.1%, dez anos depois já atingiam 35.1% e em 1981 tinham subido para 42.4%. A população com idade superior a 59 anos não tem parado de crescer em termos absolutos e relativos: 2213 indivíduos em 1960, 2505 em 1970 e 3056 em 1981³³.

A comparação dos valores das proporções de jovens e de idosos em relação ao total da população registados no concelho com aqueles existentes, quer no distrito de Lisboa, quer nos restantes municípios do distrito entre 1878 e 1970, colocam o Cadaval numa posição *intermédia*. Relativamente aos valores distritais o concelho apresentou sempre uma maior percentagem de jovens acompanhada no entanto, a partir de 1891, por um peso relativo de idosos mais elevado. Na década de 1961-70 o envelhecimento mais nítido da estrutura populacional provocou a aproximação da percentagem de jovens aos valores do distrito, enquanto os valores relativos do grupo dos idosos se afastaram consideravelmente.

O Cadaval tem sido, aliás, um dos concelhos do distrito de Lisboa em que o grupo dos idosos possui um peso relativo maior: entre 1930 e 1970, exceptuando o ano de 1960 em que desceu para a quinta posição, colocou-se sempre nas três posições cimeiras em relação aos restantes treze concelhos do distrito de Lisboa. Relativamente à proporção de jovens o Cadaval ocupou um lugar bem mais favorável, aparecendo em 1930, 1950 e 1960 como um dos concelhos mais

³³ Remetemos para o quadro apresentado em *Anexo* no qual se pode verificar a evolução dos valores desde 1878 até 1981.

jovens na *base* e, em 1940 e 1970, numa posição intermédia. J. M. Nazareth considera a estrutura demográfica do concelho do Cadaval em 1970 *erwelhecida na base e no topo*³⁴, juntamente com os concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Lisboa, Mafra, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira no primeiro caso, e Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Lisboa e Lourinhã no segundo caso. A percentagem de jovens nos restantes concelhos do distrito de Lisboa era superior a 32%, sobressaindo o da Lourinhã com 34.9% de jovens. Em relação ao peso relativo de idosos, os concelhos que apresentavam menor percentagem eram os de Cascais, Oeiras e Vila Franca de Xira³⁵.

	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Concelho do Cadaval	48.6	47.5	48.2	44.4	44.1	42.5	39.9	36.3	34.1	31.9	29.0
Distrito de Lisboa	37.3	37.8	39.1	39.3	38.1	34.8	33.1	30.1	28.5	30.2	-

Quadro 5 — Evolução da proporção de jovens (em %) no concelho e no distrito.

	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Concelho do Cadaval	6.5	9.3	9.0	8.9	9.6	10.9	10.8	12.6	12.8	17.7	21.1
Distrito de Lisboa	7.5	9.4	8.3	8.2	8.7	8.3	9.8	10.6	12.4	14.0	-

Quadro 6 — Evolução da proporção de idosos (em %) no concelho e no distrito.

O envelhecimento das estruturas populacionais do concelho deve-se em grande parte à redução progressiva da fecundidade, que o surto emigratório da década de 1961-70 veio acentuar e as baixas taxas de natalidade verificadas a partir dessa altura não permitiram o rejuvenescimento. O fenómeno do envelhecimento da população é o principal problema demográfico com que se debatem actualmente os países mais desenvolvidos. Portugal só muito recentemente se viu confrontado com a redução preocupante da sua população jovem em virtude dos fracos níveis de natalidade. Até 1930 o nosso país possuía taxas de natalidade das mais elevadas da Europa, à semelhança do que acontecia na maior parte dos países mediterrâneos, verificando-se desde então o seu declínio que se intensificou a partir da década de 1960. Actualmente os níveis de natalidade atingem valores inquietantes e o nosso país também já não renova as suas gerações. É a evolução da taxa de natalidade que no futuro irá comandar a evolução demográfica em Portugal uma vez que a diminuição da taxa de mortalidade, que antecedeu

³⁴ Refere-se aqui aos grupos etários até aos 20 anos e de mais de 59 anos de uma pirâmide de idades.

³⁵ Cf. J. M. Nazareth, 1979: 36-46.

o declínio da taxa de natalidade, tem pouco peso no fenómeno do envelhecimento da população.

Em Portugal a redução da taxa de mortalidade verificou-se a partir do início do século XX, de um modo bastante rápido em relação aos adultos activos, mais tardiamente no que respeita aos outros dois grupos etários, atingindo a taxa de mortalidade infantil valores muito elevados até há bem pouco tempo³⁶. Os movimentos migratórios internos e externos, intensos entre 1930 e 1970, constituiram igualmente um factor de envelhecimento das estruturas demográficas do nosso país.

Os valores das taxas brutas de natalidade no concelho do Cadaval baixaram de 30.8‰ em 1920-21 para 13.3‰ em 1981-82, acompanhando o decréscimo verificado nos níveis de natalidade do distrito de Lisboa que tem pertencido ao grupo de distritos onde a fecundidade atinge valores mais baixos. No período de 1929-32, apenas os distritos de Lisboa e Horta detinham taxas de natalidade inferiores a 25‰, possuindo o concelho do Cadaval no biénio 1930-31 uma taxa de 24‰. No quadriénio de 1969-72 o distrito de Lisboa pertencia ao grupo de distritos com taxas inferiores a 20‰, enquanto os valores do concelho se cifravam em 14.5‰ no período de 1970-71. Os níveis de natalidade têm continuado a baixar no nosso país cifrando-se em 12‰ a taxa calculada para o continente em 1989 (16‰ em 1981 e 14.2‰ em 1984), enquanto no distrito de Lisboa os valores estimados para 1984 quedavam-se pelos 12.3‰. Não possuímos dados para o concelho do Cadaval a partir de 1981-82, contudo tudo aponta para a persistência do declínio dos níveis de natalidade: indício disso é o encerramento recente de quatro escolas primárias no concelho por escassez de alunos e a diminuição da população ocorrida no decénio de 1981-1991.

A taxa bruta de mortalidade, à excepção do biénio de 1930-31 em se verificou um ligeiro aumento, decresceu até 1950-51 passando de 14.8‰ em 1920-21 para 9.9‰ em 1950-51. No entanto, a partir desta data sofreu um aumento dos seus valores com especial relevo em 1970-71 (15‰), voltando a diminuir em 1981-82 (12.5‰), mas ainda com valores superiores a 1960-61 (10.24‰). Pensamos que o principal motivo para o aumento significativo dos valores das taxas de mortalidade registados a partir de 1960-61 deve residir no próprio acentuar do fenómeno do envelhecimento das estruturas da população verificado desde essa data e que provocou um avolumar dos grupos etários onde a mortalidade incide com mais relevância (em especial os mais idosos) em relação ao total da população. Os efeitos da estrutura da população sobre o fenómeno da mortalidade não seriam detectados através de uma taxa bruta, empolando os seus valores. Ao invés da taxa de natalidade a previsão dos valores nacionais da taxa de mortalidade aponta para a sua estabilização em redor dos 10‰.

A taxa de mortalidade infantil, elevada até 1970-71, atingiu neste biénio valores bastante baixos em relação à média nacional, cifrando-se em 14.3‰. Em 1981-82 assistimos à sua estabilização em valores inferiores a 15‰, também estes mais baixos do que a média geral do país. O concelho do Cadaval parece assim ter vindo a beneficiar da sua localização no distrito onde se registam os níveis mais reduzidos de mortalidade durante o primeiro ano de vida.

³⁶ Os dados preliminares do censo da população de 1991 indicam a posição cimeira de Portugal entre o conjunto dos países da *Comunidade Europeia* nos níveis de mortalidade infantil.

Anos	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade	Taxa de Mortalidade Infantil
1920-21	30.8	14.8	-
1930-31	24.0	15.4	-
1940-41	18.4	12.4	-
1950-51	19.5	9.9	50.2
1960-61	16.1	10.2	47.3
1970-71	14.5	15.0	14.3
1981-82	13.3	12.5	14.7

Quadro 7 — Evolução das taxas de natalidade, de mortalidade e de mortalidade infantil (em ‰) no concelho do Cadaval.

O concelho do Cadaval, como vimos, possuiu uma estrutura demográfica *jovem* até 1950 apesar do declínio das proporções de jovens e do aumento do peso relativo dos idosos. A partir daqui o envelhecimento da população acentuou-se, com especial relevo para a década de 1961-70, como resultado do forte surto emigratório então ocorrido. Posteriormente, a permanência da redução progressiva dos níveis de natalidade não tem permitido uma marcada recuperação populacional em que o fraco aumento demográfico registado entre 1971 e 1981 se fez, essencialmente, à custa de idosos. A tendência para o envelhecimento da população do concelho deve ter continuado até ao presente: indício disso é a diminuição progressiva do número de alunos do ensino primário ocorrida nos últimos anos, enquanto é sentida a falta de lares para apoiar o número crescente de idosos. É igualmente significativo o decréscimo demográfico registado no último censo da população.

Sendo o fenómeno do envelhecimento da população comum a todo o país e prevendo-se a continuidade da redução das taxas de natalidade, o crescimento e o rejuvenescimento demográficos do concelho passam necessariamente pela criação de infra-estruturas que favoreçam, não só a fixação dos seus naturais, mas até a atracção de gente de outros pontos do país. Caso isso não suceda continuarão nos jovens de hoje, tal como nos de outrora, a tendência para sair do concelho dirigindo-se uns para os grandes centros urbanos, outros para a Suíça ou para a Alemanha onde recebem a garantia de um contrato de seis meses ou de um ano com cama e comida asseguradas.

5. A ACTIVIDADE ECONÓMICA

A estrutura económica do concelho do Cadaval tem-se caracterizado³⁷ pelo peso predominante do sector primário relativamente aos sectores secundário e terciário, de média amplitude quando comparados com os níveis existentes no país e no distrito. Em 1970 o sector primário — quase exclusivamente agrícola — ocupava 75.1% da população activa do concelho, enquanto os sectores secundá-

³⁷ Os últimos dados sectoriais que possuímos referentes à estrutura da população activa do concelho reportam-se a 1981.

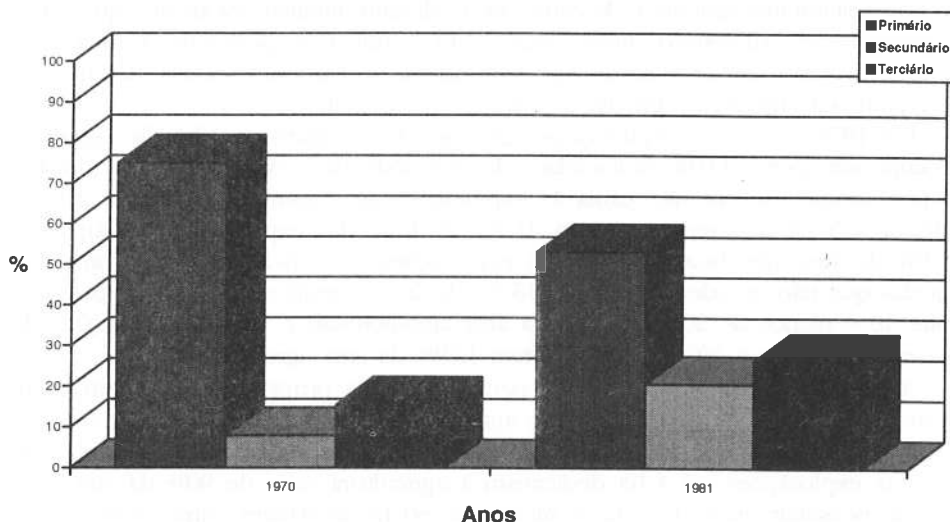
rio e terciário cifravam-se apenas em 7.9% e 15.4% respectivamente. Neste ano os valores nacionais apareciam bastante equilibrados com valores a rondar os 33% para cada um dos três sectores de actividade económica.

Entre 1970 e 1981 o sector primário do concelho sofreu uma redução significativa, no entanto, ocupava ainda em 1981 mais de metade da população activa declarada, ou seja, 53.1%. Os sectores secundário e terciário conheceram um crescimento considerável atingindo respectivamente 20.6% e 26.3%, factor que não é certamente estranho ao aumento demográfico que a vila do Cadaval conheceu no período de 1961-1981 o qual, como referimos, foi contrário à tendência da grande maioria das restantes povoações do termo. Apesar disso o peso relativo destes dois sectores ficou ainda longe das médias calculadas para o país no ano de 1981, em que a população activa portuguesa se distribuía por cerca de 20% no sector primário, 38.7% no secundário e 41.6% no terciário.

Mais afastados estão os valores do concelho em relação aos do distrito de Lisboa, no qual o sector primário não tem praticamente expressão face a um terciário com um peso volumoso: 4.3% para aquele, 62.9% para este e 32.8% para o sector secundário. O peso acentuado da estrutura económica da área urbana e industrial da Grande Lisboa estabelece um vigoroso contraste com a maior parte dos concelhos da periferia, essencialmente rurais num distrito onde predomina uma população urbana.

[Gráfico 7]

Distribuição sectorial da população activa (em %)



A actividade industrial no concelho caracteriza-se pela implantação de pequenas unidades empresariais, embora o recenseamento industrial efectuado em 1984 apresente uma maior proporção de estabelecimentos industriais empregando cinco ou mais pessoas relativamente aos dados registados no recenseamento industrial realizado em 1971. Neste ano, das oitenta e sete unidades inquiridas que

empregavam um total de 260 pessoas, 51.9% do pessoal empregado trabalhava em estabelecimentos com menos de cinco indivíduos, ao passo que em 1984 das cento e sete unidades inquiridas o pessoal que laborava em estabelecimentos com menos de cinco trabalhadores tinha baixado para 32.5% da totalidade do pessoal empregado que atingia agora 379 indivíduos. Através da futura instalação do Parque Industrial, a ser construído num terreno junto da Quinta da Junceira e ocupando uma área de cerca de 31223 m² a administração municipal pretende favorecer o desenvolvimento de um sector económico que se tem revelado incapaz de fixar ou atrair população e de fomentar a reconversão da estrutura económica do concelho.

O sector terciário concentra-se essencialmente na vila do Cadaval que é o centro administrativo e financeiro do município. Nas restantes povoações do concelho este sector reduz-se praticamente ao pequeno comércio local. O seu desenvolvimento nas duas últimas décadas terá sido certamente, como referimos, a principal causa para o sucesso demográfico da vila do Cadaval, que se tem robustecido desde então em nítido contraste com o todo concelhio [Foto 31].

A agricultura aparece como a principal actividade económica do Cadaval ocupando mais de metade da população activa do concelho. Estamos em crer, no entanto, que os valores estimados em 1981 não traduzem a globalidade dos indivíduos que se ocupam neste sector pois não contemplam os reformados, as domésticas ou alguns indivíduos que não façam do cultivo da terra a sua actividade económica principal.

A caracterização da paisagem agrária do concelho do Cadaval apresenta-se diversificada na qual uma profusão de pequenas explorações com um alto grau de aproveitamento agrícola e de cariz essencialmente familiar coexistem, quer com explorações de dimensão média, quer com outras que possuem já uma área considerável aproximando-se do tipo latifundiário e, embora escassas, detêm uma boa parte da superfície agrícola e florestal do concelho.

Em 1979 51.9% das explorações agrícolas não atingiam os 2 ha de superfície e ocupavam apenas 13.9% da totalidade da área dedicada à exploração agro-florestal. O predomínio, no entanto, cabia às explorações de dimensão superior a 2 ha e inferior a 5 ha que representavam 31.9% do total das explorações e ocupavam 25.6% da área agro-florestal. Entre as explorações com mais de 5 ha sobressaem aquelas que não excedem os 10 ha (18.4% da área agro-florestal), as que possuem entre 10 e menos de 20 ha (12.8% da área agro-florestal) e as oito explorações de dimensão superior a 100 ha que repartem 12.9% da área agro-florestal.

A preponderância é sem dúvida para a pequena propriedade que, em geral, pode atingir níveis de aproveitamento agrícola superiores a 90%, área agrícola que diminui à medida que a propriedade possui uma superfície mais elevada. Em 1979 as explorações até 4 ha dedicavam à agricultura mais de 90% da sua área, as que possuíam mais de 4 ha e menos de 50 ha oscilavam entre os 86% e os 74% da área agro-florestal, nas explorações entre 50 e 99 ha era votada à agricultura cerca de metade da área agro-florestal e nas explorações com mais de 100 ha a cultura agrícola representava apenas 30% da área agro-florestal.

É nestas grandes propriedades que estão implantadas as grandes manchas de eucaliptal e de pinheiro bravo, este em decadência face à expansão do eucalipto, que existem actualmente no concelho. A produção florestal, desejável nos solos

de *chameca* menos aptos para as espécies agrícolas, tem resolvido muitos dos problemas de viabilidade económica destas propriedades que apadrinham uma cultura altamente rentável e que exige pouca mão-de-obra. Contudo, poderá ser excessiva se se alastrar indiscriminadamente para os solos de *várzea*, bem irrigados e de boa aptidão frutícola.

A dispersão da propriedade, ou seja, o número de blocos por exploração, atingia em 1968 uma média de cerca de 3.77 parcelas por exploração valor que, a manter-se, reduz ainda mais a dimensão da propriedade já de si maioritariamente pequena. A forma de exploração dominante registada neste recenseamento agrícola referente a propriedades com menos de 20 ha era a *familiar perfeita* (54.3%), ou seja, em que a totalidade dos trabalhos agrícolas era realizada pelos membros do agregado doméstico do produtor individual, seguindo-se as explorações em que a maior parte do trabalho era executada com pessoal remunerado (25.7%). Entre o pessoal remunerado predominavam os trabalhadores temporários, contratados essencialmente na época das vindimas ou para realizar tarefas esporádicas relacionadas com o decorrer do ciclo agrícola.

A cultura dominante no concelho é de longe a da vinha que a partir do final dos anos 60 tem visto progressivamente aumentada a sua presença nas explorações agrícolas: se em 1953 e em 1968 cerca de 87% das explorações agrícolas inquiridas possuíam videiras, em 1979 o número de propriedades com vinha subiu para 98%, ocupando neste ano cerca de 98% da área dedicada às espécies agrícolas. O *Recenseamento Geral Agrícola de 1989* atribui uma área de 3587 ha dedicada ao cultivo da vinha. A progressão da viticultura pode ser avaliada a partir da média anual da produção de vinho verificada nas últimas décadas: entre 1950-59 cifrou-se em 279000 hl, no decénio seguinte atingiu os 309498 hl, entre 1970 e 1978 subiu para 313539 hl e, de 1981 a 1985, progrediu para uma média de 341169 hl por ano.

Ao contrário da vinha que se estende por todo o concelho a oliveira quase desapareceu da paisagem rural do Cadaval. Nos recenseamentos agrícolas de 1953 e de 1968 os olivais representavam cerca de 5% do total das explorações agrícolas e a árvore dispersava-se em 1953 por 65% das unidades agrícolas. No recenseamento de 1979 o peso relativo dos olivais no total de explorações agrícolas tinha decrescido para 1.5% ocupando uma área de apenas 0.4%. A área agrícola votada ao plantio da oliveira cifrava-se em 1989 em apenas 19 ha. A análise da média anual da produção de azeite das últimas décadas parece indicar que a grande diminuição dos olivais se deu a partir dos anos 70. Nos decénios de 1950-59 e 1960-69 a produção média ultrapassou os 1000 hl anuais, enquanto a partir de 1970 esta média reduziu-se drasticamente para níveis inferiores a 100 hl por ano.

Até ao meado do século os lagares de azeite proliferavam por todas as principais povoações do concelho. Agora jazem meio arruinados acompanhando o desaparecimento da própria oliveira que assiste impotente à proliferação de culturas frutícolas ou florestais mais rentáveis nas terras que outrora lhe pertenciam. A árvore milenária exige os cuidados constantes do homem que tem de a podar, lavrar e estrumar e está sujeita aos ritmos anuais da safra e contra-safra. Além disso, o seu fruto é, de entre todas as oleaginosas, aquele que menos porção de óleo produz por unidade de peso. A escassez de braços no campo e a concorrência

de outras gorduras mais baratas, mas nem sempre mais saudáveis, têm tirado ao azeite o lugar primordial que desde sempre ocupou na alimentação mediterrânea e que lhe valeu a sua consagração na religião cristã a par do vinho e dos cereais.

As espécies frutícolas têm conhecido um grande incremento na produção agrícola do concelho. Em 1953 a área de pomar abrangia cerca de 10% do total das explorações agrícolas, percentagem que subiu para o dobro em 1979: 22% das explorações dedicavam parte da sua área à produção frutícola nas quais se articulava uma profusão de pequenos pomares com uma superfície inferior a 1 ha (presentes em 75% das explorações com pomar) com outros de dimensão média, sendo escassas as unidades com uma área superior a 20 ha (0.2% das explorações com produção frutícola). O *Recenseamento Geral Agrícola de 1989* regista um total de 1938 ha de superfície agrícola destinada à produção de frutos frescos.

A progressão da área de pomar foi acompanhada pela completa reconversão das espécies cultivadas. Se em 1953 foi dado destaque aos meloais, melanciais e figueirais, em 1979 predominava a produção de maçãs, peras e pêssegos, ou seja, as espécies tradicionalmente mediterrâneas tinham sido substituídas por outras que têm vindo a obter crescente aceitação e consumo nos mercados urbanos nacionais e externos.

O plantio de pomar não parou de crescer desde o final da década de 1970 com especial relevo para a produção de pera *rocha* e de maçã *golden*, com vantagem para a primeira que tem vindo a aumentar ultimamente em detrimento da segunda. Grande parte da área do concelho do Cadaval é abrangida por um micro-clima favorável ao plantio e maturação da pera *rocha*, espécie frutícola que beneficia, portanto, de condições naturais que possibilitam a sua promoção nos mercados interno e externo. O controlo da plantação de pomares constitui uma das preocupações da *Cooperativa dos Fruticultores do Cadaval* que perante a futura concorrência provinda do mercado comum tem apostado na formação dos seus associados, prestando-lhes serviços de assistência técnica, e na modernização das suas instalações adquirindo maquinaria e informatizando os serviços administrativos. Pretende-se o aumento da produtividade de fruta normalizada capaz de ser introduzida com sucesso nos mercados internos e externos, em desfavor das espécies de menor qualidade que, segundo esta cooperativa, aparecem ainda em quantidades elevadas³⁸.

As espécies florestais, embora não tenhamos dados estatísticos, parecem ocupar presentemente uma área superior àquela que detinham há duas décadas. Leonel Ribeiro³⁹ no início da década de 1970 referiu-se ao incremento da florestação, em especial nas propriedades de maiores dimensões, a qual, como referimos, veio solucionar parte dos problemas de escassez de mão-de-obra e de viabilidade económica das explorações. A maioria das grandes propriedades do concelho alternam uma extensa área florestal com as culturas frutícola e vinícola e, nalguns casos, também com uma área dedicada à produção de pasto para gado bovino de abate. Grandes extensões de área florestal particulares podem-se observar nos

³⁸ Informações retiradas dos relatórios de 1988 e de 1989 da *Cooperativa Agrícola dos Fruticultores do Cadaval*.

³⁹ Veja-se o seu artigo «Condições naturais para a agricultura da nossa região» publicado no semanário *Notícias do Cadaval* de 13-2-1971.

terrenos das duas maiores quintas do concelho, ou seja, na Quinta de Santo António e na Quinta do Gradil, com predominância para o eucalipto que, gradualmente, vai substituindo as manchas de pinheiro bravo [Fotos 32 e 33].

O sector pecuário conheceu também um desenvolvimento significativo entre 1953 e 1979, anos em que ocorreram os recenseamentos agrícolas, com especial relevo para a criação de suínos e de bovinos para abate em detrimento do gado ovino e caprino que diminui à medida que vê os seus pastos cada vez mais reduzidos.

Em 1953 o número médio de suínos registados por exploração, cerca de duas cabeças, parece apontar para a predominância da criação com vista ao auto-consumo familiar. No ano de 1979 diminuiu o número de explorações com criação de suínos, mas já aparecem grandes unidades produtivas: seis explorações (1% do total de explorações) possuíam mais de 500 cabeças, 5.1% das explorações situavam-se entre 100 e 499 efectivos, e 34.5% oscilavam entre 10 e 99 animais. A produção em 1979 visava essencialmente o abate para alimentar os mercados e as unidades industriais. De acordo com os valores registados pelo *Recenseamento Geral Agrícola de 1989* o total de suínos cifrava-se em 24402 animais.

A criação de gado bovino operou uma reconversão idêntica, evoluindo de uma criação maioritariamente destinada a servir como força de trabalho (65.1% do total de cabeças em 1953) para a produção de bovinos de abate. Em 1979 predominavam as explorações até 10 cabeças (81% do total das explorações), no entanto, 61 unidades estavam acima deste valor e, entre elas, duas explorações possuíam efectivos em número superior a cem. O número de cabeças de bovinos ascendia em 1989 a 3075 incluindo 1072 vacas leiteiras.

A criação de ovinos parece ter estabilizado entre 1953 e 1979, registando-se 896 e 856 cabeças respectivamente. O mesmo não se poderá dizer do número de caprinos que em 1953 era superior ao de ovinos possuindo 1026 cabeças e em 1979 nem sequer são referidos. Ou decaíram tão drasticamente que o seu número não foi considerado em 1979 ou, então, foram incluídos no grupo dos ovinos, registando-se assim uma redução assinalável em ambas as espécies animais. Esta tendência é, no entanto, contrariada pelos efectivos destas duas espécies registados em 1989: os ovinos atingem as 1896 cabeças e os caprinos 2523. Consideramos, portanto, a possibilidade dos valores registados em 1953 e 1979 não traduzirem a totalidade dos animais.

Actualmente, os criadores de gado bovino, ovino e caprino do concelho beneficiam de uma associação — *Associação de Criadores de Gado do Cadaval* — de defesa sanitária patrocinada pelo PEDAP que garante aos associados a prestação de serviços de vacinação e desparasitação dos seus animais. Esta associação não contempla os criadores de suínos, excluídos por enquanto do âmbito da lei do PEDAP.

A agricultura do concelho do Cadaval, dominada pelo cultivo da vinha que ganha foros de uma quase monocultura, tem assistido especialmente nas duas últimas décadas ao desenvolvimento de culturas alternativas com principal incidência nas espécies frutícolas e silvícolas de boa rentabilidade e de aceitação crescente nos mercados nacionais e estrangeiros. Velhas culturas mediterrâneas ou relacionadas com uma agricultura de auto-consumo entraram definitivamente em decadência como é o caso da oliveira, do trigo e do milho e, até, da batata. O desafio reside agora na melhoria da qualidade dos produtos agrícolas a par da diminuição dos seus custos de produção exigida pela abertura total do mercado português à concorrência dos restantes países da

Comunidade Europeia a partir de 1992. No entanto, algumas características estruturais da agricultura do concelho poderão dificultar o desenvolvimento que este sector económico necessita, sendo elas a pequena dimensão da propriedade, a idade e o grau de instrução do produtor individual.

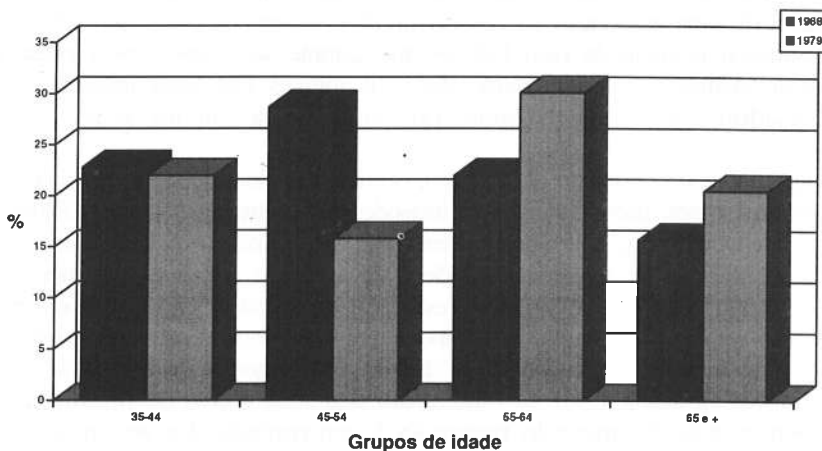
O elevado número de propriedades rústicas que caracterizam a estrutura fundiária do país reflecte-se também na estrutura fundiária do concelho. A pequena propriedade, já de si dispersa em várias parcelas, constitui um obstáculo à modernização e reordenamento agrícolas, agudizando-se ainda mais devido à forma de exploração estremenha de forte tradição individualista e familiar. A juntar a este factor assinala-se o progressivo envelhecimento dos agricultores e o seu baixo nível de instrução, evidenciado no recenseamento agrícola de 1979.

Comparando a idade dos produtores individuais de explorações com menos de 20 ha em 1968 e em 1979 constatamos o seu nítido envelhecimento acompanhando, aliás, o próprio envelhecimento das estruturas demográficas. Em 1968 o grupo etário que detinha o maior número de explorações com superfície inferior a 20 ha situava-se entre os 45 e os 54 anos (28.7% das explorações), seguido do grupo etário entre os 35 e os 44 anos (22.8% das explorações) e do grupo de 55 a 64 anos (22%). Em 1979 os produtores com a idade compreendida entre os 45 e os 54 anos diminuem o seu peso relativo para 15.8%, aqueles com idade inferior a 45 anos estabilizam a sua proporção, ao passo que aumentam os produtores com idade superior a 55 anos: 30.1% das explorações pertenciam a indivíduos entre os 55 e os 64 anos e 20.5% a produtores com mais de 65 anos (em 1968 detinham 15.7% das explorações).

O nível de instrução do produtor individual e das pessoas do seu agregado doméstico em 1979 revelou-se baixo: 29.1% dos inquiridos não sabiam ler nem escrever e 25.9% dos indivíduos que sabiam ler e escrever não possuíam qualquer grau de instrução. O ensino básico elementar era o principal nível de escolaridade dos inquiridos (38.9%), o ensino preparatório, secundário e médio não agrícola preenchia 5.1% dos produtores e sua família e o ensino secundário e superior agrícola quedava-se pelos 0.9%.

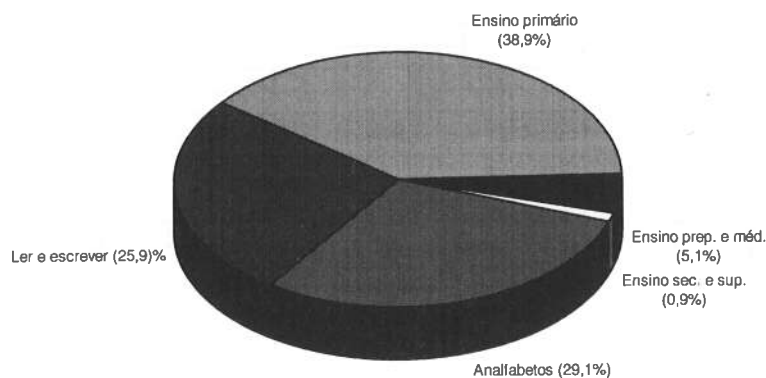
[Gráfico 8]

Idade do produtor individual em explorações com - 20 ha (em %)



[Gráfico 9]

Nível de Instrução do produtor individual e das pessoas do seu agregado doméstico (em %)



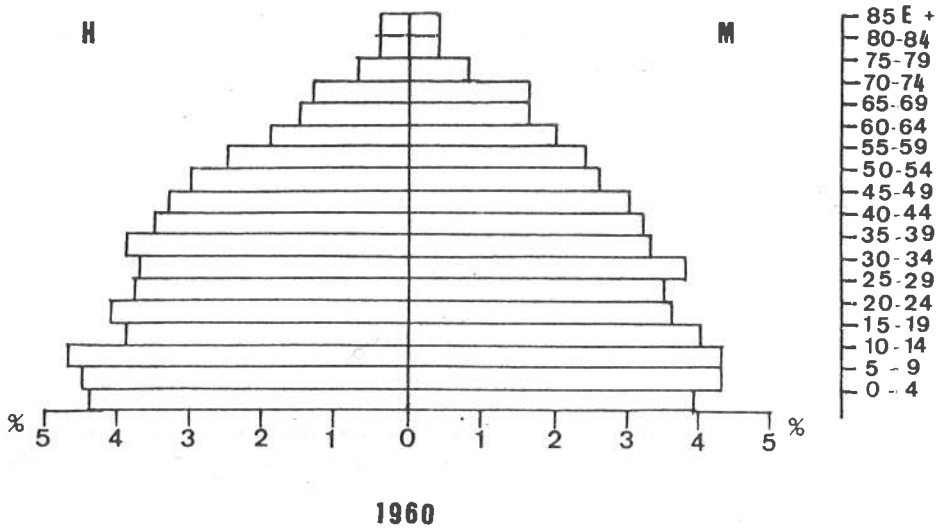
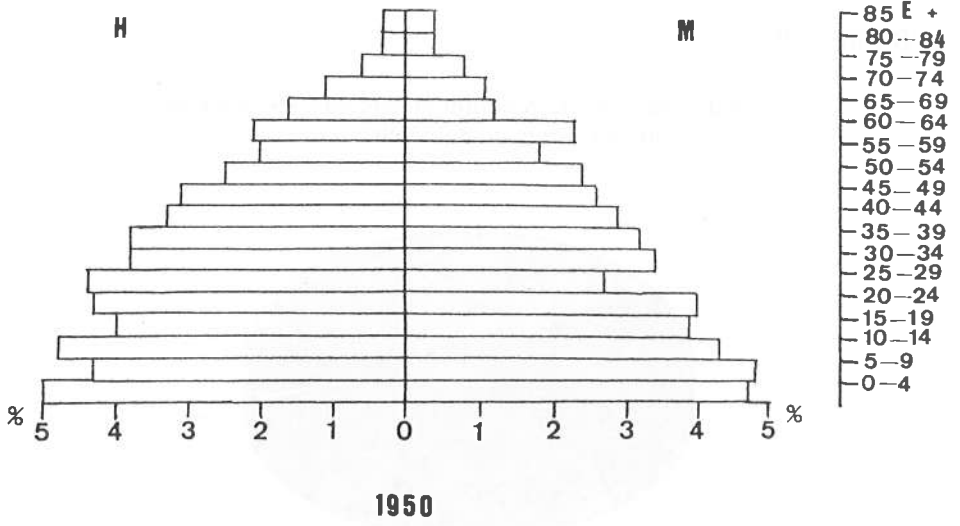
ANEXO

Anos	índice de vitalidade	ratio de dependência dos jovens	ratio de dependência dos idosos
1878	13.4	108.0	14.5
1890	19.4	110.0	21.4
1900	18.6	112.7	20.9
1911	20.2	95.0	19.2
1920	21.8	95.3	20,7
1930	25.6	91.0	20.3
1940	27.1	80.9	21.9
1950	34.7	71.0	24.7
1960	37.5	64.2	24.1
1970	55.4	63.3	35.1
1981	72.7	58.2	42.4

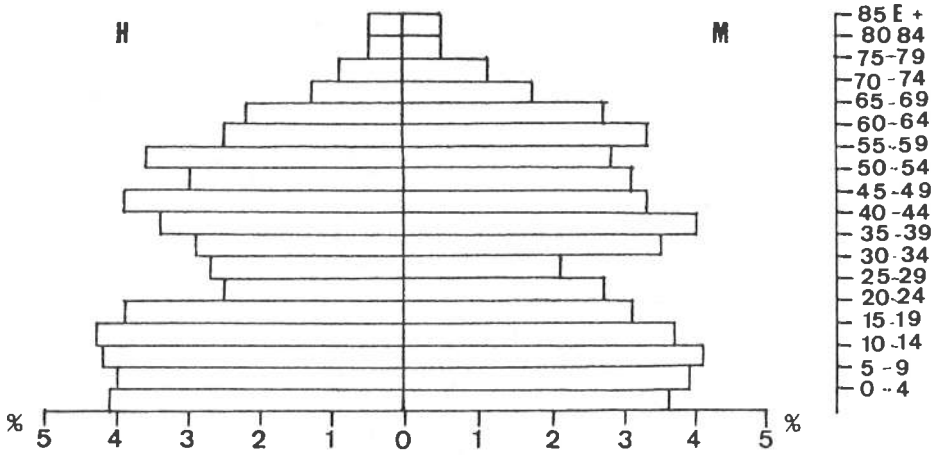
Quadro 1 — Evolução dos valores (em %) do “Índice de Vitalidade”, do “Ratio de Dependência dos Jovens” e do “Ratio de Dependência dos Idosos” no concelho do Cadaval.

1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
21	22	22	25	25	26	28	31	32	34	37

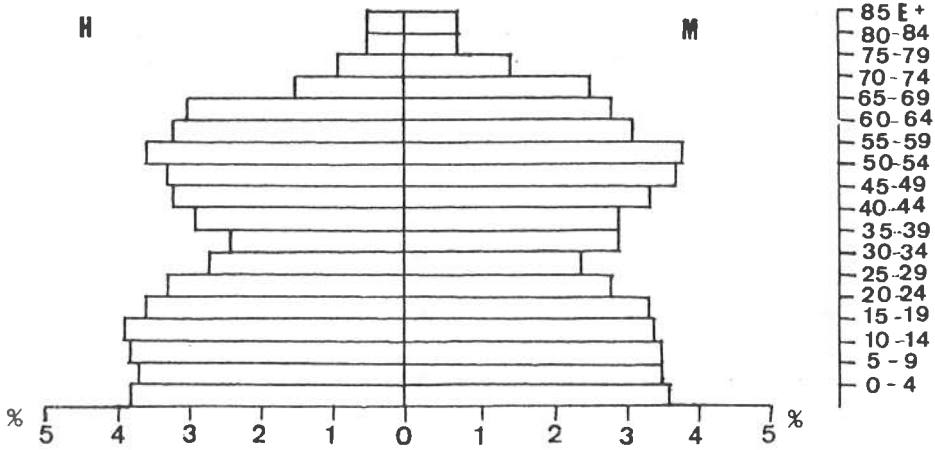
Quadro 2 — Evolução da “Idade Mediana” dos habitantes do concelho do Cadaval.



ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

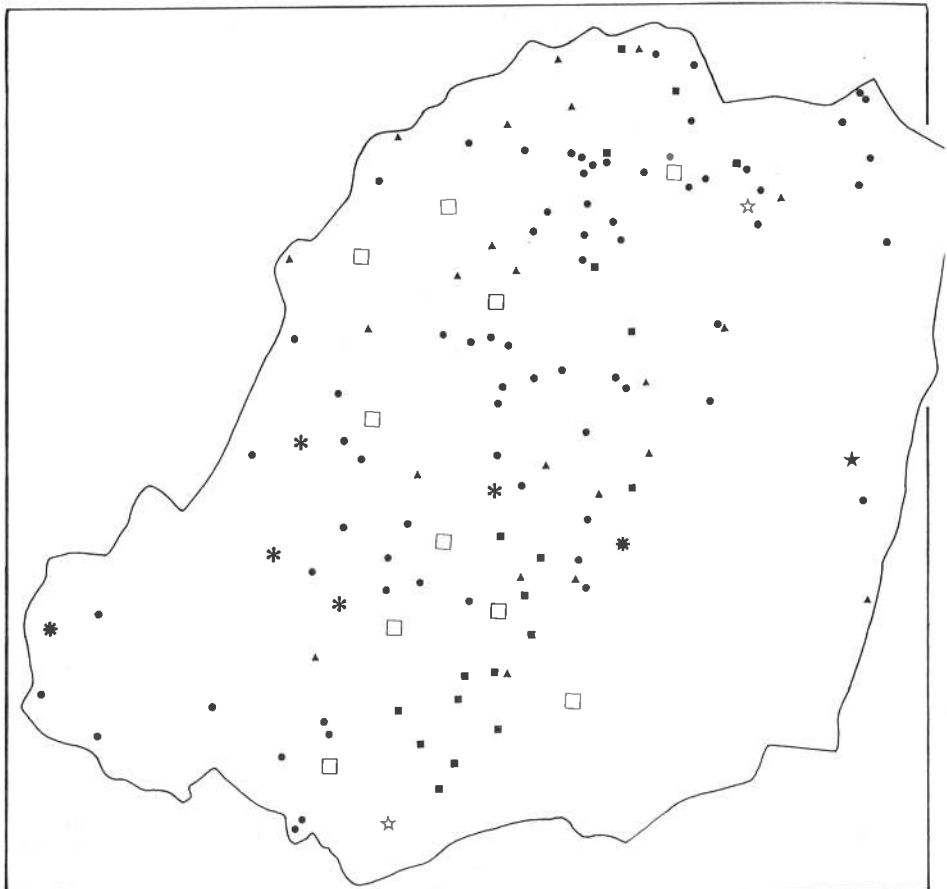


1970



1981

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO



PROGRESSÃO DO POVOAMENTO
DESDE A RECONQUISTA ATÉ 1960

- | | |
|---|---|
| ★ Povoamento pré-Islâmico? | □ Principais núcleos de povoamento medieval |
| ☆ Povoamento Islâmico? | ■ Povoações acrescentadas no «Numeramento» de 1527 |
| ✱ Povoamento franco? | ▲ Povoações acrescentadas nas «Memórias Paroquiais» de 1758 |
| * Grupos de povoadores posteriores à Reconquista? | ● Povoações acrescentadas no Recenseamento de 1960 |

PARTE II

ADMINISTRAÇÃO

I — A ADMINISTRAÇÃO SENHORIAL

A jurisdição senhorial acompanhou a maior parte da vida administrativa do concelho do Cadaval, tendo-se iniciado no momento em que este foi constituído¹ e perdurado até à extinção definitiva dos direitos e prerrogativas senhoriais ocorrida em 1832 como consequência da implantação do regime liberal no nosso país. A vila e termo do Cadaval foram doados a D. João Afonso Teles de Meneses, conde de Barcelos e de Ourém, no mesmo dia em que se erigiam como concelho². Tratou-se de uma concessão régia que contemplou um dos mais poderosos membros da alta nobreza cortesã, detentor de importantes cargos na corte e exercendo uma grande influência junto do monarca, aproximação decerto cimentada após a união matrimonial de uma sobrinha sua, D. Leonor Teles, com o rei D. Fernando. A partir deste momento traçar o percurso sucessório dos senhores donatários do Cadaval é acompanhar de perto a evolução das principais famílias nobiliárquicas portuguesas, trajecto em que se alternaram fases de expansão patrimonial e titular com outras, *conjunturais*, em que se procedeu ao cerceamento do seu poder material e simbólico.

O concelho do Cadaval esteve nas mãos, sucessivamente, dos Teles de Meneses, dos Castro, através da contracção do matrimónio de D. Pedro de Castro com D. Leonor Teles de Meneses, filha do conde D. João Afonso Teles e, finalmente, da Casa de Bragança, também como resultado do casamento do segundo duque de Bragança, D. Fernando, com a herdeira do Cadaval, D. Joana de Castro. Mais

¹ O Cadaval foi elevado a vila e constituído em concelho por carta régia de D. Fernando, datada de 1 de Dezembro de 1371. *Cf. infra*, Capítulo II, § 1.

² D. João Afonso Teles de Meneses recebera em 17 de Julho de 1371 a jurisdição da efémera vila do Peral, constituída sete dias antes e inserida mais tarde no termo do Cadaval.

tarde, a linhagem brigantina apadrinharia o nascimento da sub-linhagem donatária do Cadaval que iria obter a consagração máxima com o título de ducado do Cadaval atribuído pelo rei D. João IV no ano de 1648.

As interrupções na sucessão linhagística dos senhores donatários do Cadaval sucederam-se por duas vezes: a primeira durante a *Crise*³ de 1383-1385 e, depois, no reinado de D. João II, procedendo os monarcas, em ambos os casos, à confiscação de todos os bens possuídos pelos senhores donatários. Se, no primeiro caso, a *Crise* de 1383-1385 abafou o imenso poder usufruído pelas linhagens dos Teles e dos Castro e constituiu o embrião de uma poderosa casa senhorial — a de Bragança —, no segundo caso a ruptura verificada não foi muito além de um mero sobressalto conjuntural, uma vez que após a morte de D. João II a Casa de Bragança recuperou imediatamente todo o seu património fundiário e titular que não cessou de se expandir a partir daí.

Como chefes ou membros de grandes e poderosas casas titulares os senhores donatários do Cadaval beneficiavam de amplos poderes jurisdicionais nas terras submetidas ao seu domínio, constituindo um campo *periférico* de actuação política que limitava o raio de acção dos órgãos da administração central. Detentores de um património geralmente extenso, alicerçado nos bens fundiários quase sempre doados pelos monarcas e nos cargos exercidos na corte, as suas relações com o poder régio tomavam uma feição biunívoca em que o rei aparecia como fonte e símbolo de poder. Os proventos que retiravam das terras doadas e do exercício das funções de Estado conferiam-lhes a base material do seu estatuto social de alta nobreza de linhagem, completado com a carga simbólica e prestigiante que os títulos nobiliárquicos emprestavam. A manutenção do estatuto social impedia a fracção do património impelindo mesmo ao seu alargamento. Resultava, pois, o entretecer de amplas redes de interacção *grupal* onde se desenhavam estratégias matrimoniais e de parentesco — em que sobressaía o papel reprodutor biológico e social das mulheres — e se definia um rigoroso regime — agnático — de transmissão dos bens patrimoniais que privilegiava o primogénito varão descendendo em linha directa.

A abordagem do regime senhorial no concelho do Cadaval joga necessariamente com um tríptico de linhas de análise que ultrapassam em muito o âmbito da simples descrição factual. Partindo da sucessão dos senhores donatários do concelho somos imediatamente obrigados a proceder à sua identificação e a tentar apreender os motivos que levaram às *rupturas* na posse sucessória do Cadaval. Mas os trâmites decorrentes do processo de análise levam-nos mais longe e a avaliação global do senhoralismo implica não só a constatação do tipo e amplitude dos poderes jurisdicionais que os senhores donatários possuíam, dos proventos retirados da terra doada e da conflituosidade daí decorrente entre a administração senhorial e o povo onerado com rendas e tributos, mas também a compreensão das formas que revestiram o fortalecimento e a expansão do património fundiário e titular.

1. PRIMEIRA FASE: DO INÍCIO DA JURISDIÇÃO SENHORIAL ATÉ 1383-1385

A primeira fase da administração senhorial no concelho teve o seu início no dia 1 de Dezembro de 1371, data em que D. Fernando doou a vila e termo do

³ A utilização do termo *Crise* referente à Problemática de 1383-1385 deve-se apenas a uma questão de comodidade *discursiva*, não se relacionando com qualquer tomada de posição por parte dos autores relativamente a um assunto profusamente abordado pela historiografia portuguesa.

Cadaval a D. João Afonso Teles de Meneses, conde de Barcelos e de Ourém, e terminou no começo do ano de 1385 com a confiscação de todos os bens de D. Pedro de Castro, conde de Arraiolos e segundo senhor donatário do Cadaval, em virtude da sua participação numa conjura que atentava contra a vida do Mestre de Avis. Durante este breve período o concelho do Cadaval esteve na posse de dois membros da mais alta nobreza cortesã da época fernandina — os Teles de Meneses e os Castro — detentores de um vasto património fundiário e titular e exercendo um monopólio quase exclusivo na atribuição e redistribuição das mercês à nobreza.

Os Teles e os Castro eram linhagens originárias de Castela. Os Castro chegaram a Portugal no reinado de Afonso IV e cedo granjearam os favores régios, em especial nos reinados de D. Pedro e de D. Fernando⁴. O reinado de D. Fernando, sobretudo, constituiu uma fase de alargamento e consolidação do acervo patrimonial e titular destas duas famílias: os condados de Barcelos, de Neiva e de Viana pertenciam aos Teles de Meneses, enquanto o título de conde de Arraiolos havia sido atribuído a D. Alvaro Peres de Castro⁵. De facto, a actuação política de D. Fernando em relação à alta nobreza cortesã caracterizou-se por uma atitude pródiga em que a quantidade e a importância das doações concedidas aos fidalgos mais próximos da corte não escaparam à prosa ágil e perspicaz de Fernão Lopes:

«Foi gram criador de fidalgos e muito companheiro com elles; [...] Fez muitas doações de terras aos fidalgos de seu reino, tantas e muitas mais que neñu rei que ant'elle fosse⁶.

José Mattoso⁷ considera que o incremento das concessões régias à nobreza ocorrido no reinado de D. Fernando, mas com raízes no governo do seu antecessor, não se pode dissociar da crise económica que, desde o início do século XIV, ia minando as bases do poder material da nobreza. O desenvolvimento de uma economia de mercado de origem urbana a que a nobreza fundiária não se conseguia adaptar provocava o seu empobrecimento e a necessidade de se abrigar no seio dos favores e doações monárquicos. Sendo assim, além do abrandamento da vigilância régia sobre a senhorialização das suas terras, assistiu-se a «muitas dezenas de concessões de rendimentos e mesmo de direitos concelhios feitos a fidalgos durante o reinado de D. Fernando⁸.

Este motivo não explica, contudo, o imenso poder que adquiriram as linhagens castelhanas na corte fernandina, especialmente após o enlace matrimonial

⁴ D. Inês de Castro, meia irmã do chefe de linhagem, D. Fernando de Castro, conde de Lemos, foi, talvez, a representante mais célebre desta família devido ao seu trágico enlace com o príncipe D. Pedro.

⁵ D. Alvaro Peres de Castro, meio irmão do chefe de linhagem, D. Fernando de Castro, e irmão de D. Inês de Castro, era o pai de D. Pedro de Castro, senhor do Cadaval, e herdeiro do título de conde de Arraiolos. Recebeu o título de conde de Arraiolos por mercê de D. Fernando e de D. Leonor em 1373. Nesse mesmo ano era-lhe atribuída a alcaidaria de Lisboa. D. Alvaro desempenhou ainda o cargo de primeiro condestável do reino. Faleceu de morte natural durante a tomada de Ourém em Junho de 1384.

⁶ F. Lopes, 1975: 3.

⁷ Cf. J. Mattoso, 1987: 284-285.

⁸ *Op. cit.*: 285.

do monarca com D. Leonor Teles. José Mattoso referindo-se aos Teles e aos Castro considera que «se identificarmos a alta nobreza com aquela que estava mais próxima do poder político, pode-se dizer que ela se reduz quase exclusivamente a eles»⁹. A atitude parcial de D. Fernando na distribuição dos favores régios não escapava a uma postura crítica tomada pela grande nobreza tradicional portuguesa que, na sua maioria, se encontrava cada vez mais afastada da esfera do poder. Fernão Lopes dá conta do desagrado da nobreza nacional em relação à *liberdade* com que o rei presenteava os fidalgos estrangeiros, ao que o monarca respondia «que os seus¹⁰ aviam casas e terras em que abastadamente podessem viver, e os que viiham desacorridos¹¹ aviiam mester bem apousentados e fazer-lhes muitas mercees; entom lhes rogava a todos que sempre dessem de ssi muita honra e acolhimento a quaesquer boos que vinham desacorridos»¹².

O estatuto predominante dos Teles como principais agentes da cena política nacional tomou-se mais vincado a partir do casamento de D. Leonor Teles com o rei D. Fernando. Da sua actuação junto do rei parece ter resultado a atribuição dos melhores cargos da corte aos parentes próximos da sua linhagem. Segundo Fernão Lopes foram concedidos o cargo de almirante e a alcaldaria do castelo de Lisboa a um dos seus irmãos, D. João Afonso Teles, enquanto um outro irmão, Gonçalo Teles, recebia os condados de Neiva e de Faria; aos dois filhos do conde D. João Afonso Teles de Meneses atribuiu-se-lhes os condados de Viana e de Barcelos; um dos cunhados foi feito conde de Seia; dotou-se D. Alvaro Peres de Castro com o título de conde de Anaiolos e a alcaldaria do castelo de Santarém; «e fez poer todollos castellos e meliores fortellezas do reino n'os que eram de seu linhagem. [...] E fez muitos outros casamentos e acrecentamentos em muitos fidalgos e grandes do reino, por lhe averem todos boom desejo e nom cahir em sua mall-querença, de guisa que nom era nehui que de sua bem-feitura e acrecentamento nom ouvesse parte»¹³.

O primeiro senhor donatário do Cadaval, D. João Afonso Teles de Meneses, foi um dos fidalgos mais influentes da corte fernandina. Em virtude dos cargos que desempenhou para D. Fernando,¹⁴ Fernão Lopes considerou-o «o moor privado que entom el-rrei avia»¹⁵. D. Pedro dera-lhe o cargo de alferes-mor e o condado de Barcelos, núcleos primordiais de um património fundiário e titular que não cessou de se expandir no decorrer da governação do rei D. Fernando. Maria José Pimenta Ferro¹⁶ apresenta a listagem das concessões régias a favor deste membro

⁹ *Op. cit.*: 281.

¹⁰ Refere-se à nobreza nacional.

¹¹ Refere-se aos fidalgos castelhanos e galegos que se exilaram em Portugal quando do conflito que opôs os dois pretendentes ao trono de Castela, ou seja, Pedro, o Cruel, e Henrique de Trastâmara.

¹² F. Lopes, 1975: 93-94.

¹³ *Op. cit.*: 228-229.

¹⁴ D. João Afonso Teles de Meneses esteve presente em muitos dos momentos mais significativos da política externa fernandina: foi o embaixador de Portugal na assinatura da «Paz de Alcoutim», que pôs termo à segunda guerra fernandina, e na tentativa, gorada, de novo acordo de paz anterior à terceira guerra com Castela; foi o representante do rei na preparação do projectado casamento entre D. Fernando e a infanta de Aragão; um ano antes da sua morte, ocorrida em Dezembro de 1381, foi ainda o negociador do enlace entre a infanta D. Beatriz, de Portugal, e D. João, rei de Castela.

¹⁵ F. Lopes, 1975: 158.

¹⁶ *Cf.* M. J. P. Ferro, 1983: 59.

da alta nobreza cortesã. No escasso período de cinco anos (1367-1372) recebeu as doações e jurisdições de Britiande, Lezíria de Galego, padroado de S. Lourenço do Bairro, terra de Paos, terra de Nóbrega, Ourém (juntamente com o condado desta vila), Torres Novas, 1000 libras pelos direitos de Olivença, **Peral, Cadaval** e Ançã. Deste modo, as doações do termo do Peral, primeiro, e do termo do Cadaval, um pouco mais tarde¹⁷, fizeram parte de um movimento de expansão patrimonial iniciado quatro anos mais cedo, em 1367.

As cartas de doação das jurisdições das vilas do Peral e do Cadaval, emitidas respectivamente em 17 de Julho e 1 de Dezembro de 1371, são no seu conteúdo muito idênticas. O monarca inicia os dois documentos justificando o motivo das mercês concedidas a D. João Afonso Teles, procedimento, aliás, comum à generalidade das doações régias:

«Em nome de deus amen Nos dom fernando pella graça de deus rey de portugal e do algarve a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que esguardando como dom afonso tello conde de barcellos nosso vassallo e nosso muy fiel conselheiro a nosso padre e a nos e a nossa casa de portugal fez e faz continuamente muytos e muy grandes serviços e obras de grandes merecimentos»¹⁸.

No restante corpo das pequenas cartas de doação D. Fernando procede à estipulação da natureza jurídica das mercês, do regime de transmissão e da amplitude dos poderes jurisdicionais de que o senhor donatário toma posse. O rei sublinha que as doações do Peral e do Cadaval são firmes, estáveis e valedouras para todo o sempre prometendo preservá-las sem nunca as revogar seja qual for o motivo:

«E queremos outorgamos per nos e per todos nossos herdeiros e sucesores que esta doaçam seja firme stavel e valdeira pera sempre E pormetemos de a guardar e nam revogar per causa de ingravidam nem per neh a outra razam nem ir contra ella per nos nem per outrem em parte nem em todo per nehũa maneyra»¹⁹.

A irrevogabilidade das doações régias expressas nas cartas de concessão não se verificava na prática. A *revogabilidade* das terras doadas constituía uma das características das mercês concedidas pelos soberanos aos senhores seus favoritos as quais, embora só em casos excepcionais acontecesse, podiam ser em qualquer momento confiscadas aos senhores donatários²⁰: «É doutrina constante, embora discutida, dos legistas da monarquia, que o património régio é inalienável de modo que as doações devem ser renovadas e são susceptíveis de serem anuladas»²¹. De acordo com a natureza *precária* das doações realengas desempenhava

¹⁷ Remetemos para as notas números 1 e 2 deste capítulo.

¹⁸ Carta de doação do Cadaval. ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, L. 1, fl. 89.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ Vejam-se *infra* as confiscações dos bens a D. Pedro de Castro pelo Mestre de Avis, e ao duque de Bragança e seus irmãos pelo rei D. João II.

²¹ A. Silbert, 1981: 83-84.

um papel de relevo a *confirmação*²² régia do património fundiário doado: na realidade podemos mesmo falar em *dúpla* finalidade, pois se, por um lado, o acto de confirmar as doações constituía um elemento de controlo régio sobre o património da Coroa que tinha sido outorgado, por outro lado, ele representava para o senhor donatário a afirmação da anuência do monarca à posse do senhorio e respectivas jurisdições que aquele usufruía por direito de mercê.

O direito ao usufruto das rendas e jurisdições das vilas do Peral e do Cadaval era transmissível aos herdeiros e sucessores do conde D. João Afonso Teles. Estamos, portanto, perante uma doação de *juro e herdade*, ou seja, em que o património fundiário doado é hereditário embora sujeito a confirmação régia:

«fazemos livre e pura doaçam antre viuos valledeyra pera sempre ao dito conde joham afonso pera ssey e pera todos seus herdeyros e sucessores ajam daqui em diante pera todo o sempre livremente y sem nenhũu embargo»²³.

No plano jurisdicional, o conde D. João Afonso Teles gozava de amplos poderes uma vez que as doações contemplavam todas as jurisdições civil e crime, mero e misto império²⁴ e o direito de pôr e tirar quaisquer oficiais nas referidas vilas e seus termos, tal como fazia o monarca nas vilas e lugares sob sua jurisdição. O rei reservava para si, no entanto, o direito de apelação nos feitos de crime e o direito de lhe era inerente da correição nas terras senhoriais:

«toda jurdiçam crime y cível mero y misto imperio E que possa poer na dita villa y seu termo quaesquer officiaes que lhe forem compridoiros y pera os tyrar cada que vir que cumpre y elle por bem tener assy como nos sobre todo esto podemos fazer Resalvando pera nos que se algũus quizerem appellar dos feitos do crime em que devem dar appellações mando vos que entam venham essas appellações del pera nossa corte»²⁵.

A transição da posse donatária do concelho do Cadaval para o domínio da linhagem dos Castro efectuou-se através da união matrimonial entre a herdeira do senhorio do Cadaval, D. Leonor, filha do conde D. João Afonso Teles de Meneses, e o sucessor do condado de Arraiolos, D. Pedro de Castro²⁶. Contudo, pouco tempo permaneceu sob jurisdição de D. Pedro pois o termo do Cadaval, juntamente com a totalidade dos seus bens patrimoniais, ser-lhe-ia confiscado pelo Mestre de Avis em virtude da sua participação numa conjura atentória contra a vida do futuro D. João I.

²² A confirmação régia das doações ocorria geralmente quando ascendia ao trono um novo monarca ou quando o herdeiro do senhorio tomava posse dos bens doados após a morte do seu possuidor.

²³ Carta de doação do Peral. ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, L. 1, fl. 76.

²⁴ A expressão «mero e misto império» tem a sua origem no termo latino *merum e mixtum imperium* e indica, nas cartas de doação, o direito senhorial de julgar e punir.

²⁵ Carta de doação da vila do Peral. *Ibid.*

²⁶ D. Pedro de Castro era o filho secundogénito de D. Alvaro Peres de Castro, primeiro conde de Arraiolos. Herdou os bens e o título do pai em virtude do seu irmão mais velho, D. Afonso, ter falecido sem descendência.

As posições da nobreza face à crise sucessória do trono português despoletada pelo casamento de D. Beatriz, filha única de D. Fernando, com o rei de Castela, D. João, fazem transparecer as profundas cisões que existiam entre os membros daquele grupo social. A política fernandina de distribuição das mercês e doações privilegiou uma alta nobreza de corte em desfavor da nobreza tradicional portuguesa. Através da construção de uma hábil teia de relações de fidelidade assente em alianças matrimoniais aquele estrato nobiliárquico conseguiu o domínio quase absoluto da vida governativa do país. A alta nobreza, constituída na sua maioria por exilados castelhanos e galegos, aderiu ao partido de D. Beatriz juntamente com os fidalgos que lhes estavam adstritos como resultado de uniões matrimoniais. O infante D. João, filho de D. Inês de Castro e de D. Pedro, canalizou o suporte maioritário dos chefes de linhagem da pequena e média nobreza tradicional. Ao Mestre de Avis tenderam a aliar-se os filhos segundos e bastardos da pequena e média nobreza de linhagem ou urbana. Se as posições tomadas, quer pela alta nobreza, quer pelos filhos segundos e bastardos da pequena e média nobreza se definiram praticamente no início do conflito, o mesmo não se pode dizer em relação aos chefes de linhagem da nobreza tradicional portuguesa: à medida que enfraquecia o partido do infante D. João as suas decisões oscilavam entre a adesão ao Mestre ou ao partido castelhano.

É neste último grupo que deve ser inserida a actuação dos Castro durante o evoluir da contenda entre Portugal e Castela. De início posicionaram-se ao lado do Mestre de Avis. O conde D. Alvaro Peres de Castro apoia o Mestre na decisão da morte do conde Andeiro e faz parte do seu conselho. Contudo, a sua posição parece ter mudado gradualmente, a julgar pelo diálogo relatado por Fernão Lopes ocorrido entre o conde D. Alvaro e o Mestre de Avis um pouco antes do cerco à cidade de Lisboa:

«Ca o conde D. Alvaro Peres de Castro, quando se veio pera ele, falou um dia o Mestre com ele e com seu filho todalas cousas que lhe avieram até ali, e o que tinha em vontade de fazer. E o conde, que mor desejo tinha ao proveito e honra del-rei²⁷ que áquelo que o Mestre começara, havia nada todos os seus feitos, dizendo-lhe que havia forte cousa começada, e muito duvidava de a poder acabar com sua honra»²⁸.

O conde D. Alvaro faleceu pouco tempo depois²⁹, mas o seu filho, D. Pedro de Castro³⁰, viria a ser um dos protagonistas de duas conspirações contra o Mestre de Avis, a segunda das quais lhe valeu a confiscação de todos os seus bens juntamente com os de sua mãe e cunhado. A primeira delas ocorreu durante o cerco castelhano à cidade de Lisboa. D. Pedro foi acusado de colaborar com o rei de Castela ao pretender franquear a entrada do exército inimigo no recinto interior das muralhas da cidade onde se encontravam sitiados o Mestre e os seus

²⁷ Refere-se a D. João, rei de Castela.

²⁸ F. Lopes, 1981: 214.

²⁹ Cf. nota 5.

³⁰ Cf. nota 26.

acólitos. Entre as múltiplas versões que surgiram sobre o acontecimento Fernão Lopes considerou a que se segue como a mais fiável:

«Antre as quais foi que D. Pedro de Castro, com todos seus vassallos, por grande quantidade de ouro e de prata que del-rei havia de receber, lhe tinha vendida a que, aos quinze dias daquele mês de Agosto³¹, na noite da Assunção da benta Virgem, havia de dar entrada às gentes del-rei, os quais haviam de subir per escadas postas nos muros [...]. E que o sinal certo das horas a que viessem havia de ser uma candeia posta em uma seteira do muro; do qual sinal o Mestre sabendo parte, mandou poer gentes quando chegaram com setas e com pedras e outras cousas, de que muito lhe não prougue»³².

D. Pedro e todos os seus colaboradores seriam imediatamente presos e uma semana depois do sucedido o Mestre «mandou lançar fora da cidade todos seus vassallos e chegados, tomando-lhe suas armas e quanto haviam, e alguns galegos e castelãos; e D. Pedro ficou bem preso e arrecadado»³³. D. Pedro obteria, contudo, o perdão do Mestre tendo sido libertado pouco tempo depois para grande escândalo do povo. O Mestre procederia à confirmação e doação de todas as vilas, lugares e castelos que tinham sido doados a seu pai por D. Fernando, à excepção dos bens que pertenceram a Diogo Lopes Pacheco.

A segunda conjura contra o futuro D. João I sucedeu no início de 1385 durante o cerco a Torres Vedras, altura em que um grupo de fidalgos, entre os quais se contava D. Pedro de Castro, planearam o assassinato do Mestre de Avis. Descoberto o conluio³⁴ D. Pedro de Castro fugiu para Santarém e os seus bens foram imediatamente confiscados pelo Mestre:

«Estonce deu o Mestre a Vasco Martins de Melo todollos bens móveis e de raiz que a condessa mulher que fora do conde D. Alvaro Peres, e de D. Pedro de Castro seu filho, e o conde D. Pedro seu genro haviam em quaisquer lugares do reino [...], assim de terras casteladas como chãs, ressalvando as terras e lugares do conde de Viana e as que dadas eram por condado ao dito conde D. Alvaro Peres; e mandou que pusessem na carta da mercê estas seguintes razões: «porquanto o dito conde D. Pedro nos trazia bastecida morte e treição, e a dita condessa era em elo consentidor»³⁵.

Este conjunto de traições perpetradas contra o Mestre não significava necessariamente a adesão dos conjuradores ao partido de Castela, mas antes a defesa das pretensões ao trono do infante D. João, filho de D. Pedro e de D. Inês de

³¹ Decorria o ano de 1384.

³² F. Lopes, 1981: 330-331.

³³ *Op. cit.*:331.

³⁴ A conjura de Torres Vedras foi descoberta em 8 de Janeiro de 1385.

³⁵ F. Lopes, 1981: 429.

Castro, que aqueles consideravam ameaçadas pela crescente ascensão do Mestre de Avis³⁶. Segundo José Mattoso, o infante D. João «era o verdadeiro candidato da nobreza tradicional portuguesa, isto é, dos chefes de linhagem que não se aliaram a Castela e que descendiam das famílias mais antigas, [...] Não admira, portanto, a posição dos Castros e aquilo a que Fernão Lopes chama “traição” e “con-jura” em Coimbra e Torres Vedras»³⁷. Ocupava lugar de destaque D. Pedro de Castro, talvez devido ao seu parentesco próximo com o filho de Inês de Castro³⁸.

D. Pedro de Castro abraçou finalmente a causa de Castela aparecendo ao lado do monarca castelhano na Batalha de Aljubarrota. Feito prisioneiro no decurso deste conflito armado foi-lhe permitido o exílio em Castela onde o monarca *espanhol* lhe doou o castelo de S. Martinho e a vila de Salvaterra, na Galiza. O seu regresso a Portugal ocorreu no final da década de 1380. A **vila e termo do Cadaval**, entretanto anexados aos bens da Coroa, voltaram para a sua posse juntamente com o reguengo de Campores, perto de Penela. Esta acção resultou de um escambo que D. Pedro efectuou com o rei D. João I cedendo-lhe em troca do Cadaval e do reguengo de Campores a vila de Salvaterra e o castelo de São Martinho que lhe tinham sido doados pelo monarca castelhano. A doação do Cadaval a D. Pedro de Castro respeitou todas as jurisdições civis e crimes, mero e misto império, rendas, foros e direitos de que D. Pedro era donatário antes da confiscação dos seus bens, tal como possuía o seu sogro D. João Afonso Teles de Meneses, sendo passíveis de transmissão aos descendentes legítimos por linha direita³⁹:

«Dom joham pella graça de deus Rey de portugal e do algarve emsembra com a Rainha dona filipa minha mulher a quantos esta carta vyrem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merce a dom pedro de castro nosso vassallo por muito serviço que delle recebemos e entendemos de receber e outrossy emeda lugar de salvaterra que por nosso serviço leyxou teemos por bem de nossa livre e certa sciencia e poder absoluto lhe damos e doamos e lhe fazemos livre e pura doaçam antre vivos valledoira deste dia pera todo o sempre pera el e pera seus filhos e netos descendentes lidimos que delle descenderem por linha direita do lugar do cadaval com todalas aldeas do termo do dicto lugar do cadaval quando era villa sobressy com todos os direitos rendas foros pertenças assy como as nos havemos de direyto davemos de haver porem mandamos aos almoxarifes da villa d obidos que metam o dicto dom pedro seu senhor em posse dos ditos lugares aldeas e lhas leixem aver com todos seus direitos e foros e pertenças livre e desembargadamente como dicto he e nom consentam que lhe sobrello ponham embargo nehũu nam embargando

³⁶ Cf. M. J. P. Ferro, art. *cit.*: 79-81; e J. Mattoso, *Op. cit.*: 291-292.

³⁷ J. Mattoso, 1987: 291-292.

³⁸ D. Pedro de Castro era primo direito pelo lado paterno do infante D. João.

³⁹ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, L. 2, fl. 37v.º; *Místicos*, L. 4, fl. 60. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo apurámos dois documentos referentes a este assunto: um deles refere-se ao escambo efectuado com D. João I, enquanto o outro consta da doação do Cadaval que o monarca fez a D. Pedro de Castro. Apenas o segundo documento possui data — 30 de Abril de 1388 —, no entanto, pensamos que o escambo antecedeu a doação pois pode ler-se neste último documento o seguinte: «lugar de Salvaterra que por nosso serviço leyxou» (In *Chancelaria de D. João I*, L. 2, fl. 37 v.º).

direitos costumes glosas façanhas e opiniões de doctores que contra esto sejam⁴⁰ porquanto nos queremos e mandamos que nam aiam lugar em esta doaçam nem lhe possam empesser mais que esta doaçam seja firme e stavel pera sempre e pormetemos de a nam revogar nem hir contra ella e rogamos aos reis e rainhas que despois de nos vierem que lha nam contradigão e lha façam guardar porquanto nos lhe fazemos pura doaçam pera sempre dos dictos lugares e aldeas como dicto he e mais firmemente que se pode e em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta assignada per nossa mão dante na cidade de lisboa xxx dias d abril el Rey a mandou gonçalo caldeira a fez era de mil iij xxbj anos⁴¹.

A *Crise* política de 1383-1385 acarretou alterações significativas na composição do grupo nobiliárquico português. Os membros da alta nobreza cortesã viram grandemente cerceado o seu predomínio político e económico, enquanto muitos dos filhos segundos que apoiaram o Mestre desde a primeira hora ascendiam subitamente à esfera do poder. Entre estes últimos o grande vitorioso foi sem dúvida Nuno Alvares Pereira que, após o termo do conflito luso-castelhano, se tornou senhor de um vasto património territorial e de três condados: os de Barcelos e de Ourém, que tinham pertencido aos Teles, e o de Arraiolos, retirado aos Castro. Este conjunto patrimonial estaria na origem da mais poderosa casa senhoriais portuguesa — a de Bragança — que iria dominar a cena política do nosso país praticamente até ao final da monarquia.

2. O PERÍODO BRIGANTINO E O NASCIMENTO DA SUB-LINHAGEM DONATÁRIA DO CADAVAL

A centúria que medeia entre o final da *Crise* de 1383-1385 e o ano de 1483 foi palco de um conjunto de acontecimentos que conduziram ao nascimento, ascensão e queda de uma das mais importantes casas senhoriais portuguesas — a de Bragança⁴². Conforme referimos, o concelho do Cadaval foi acoplado ao património fundiário da Casa de Bragança através do casamento entre o segundo duque de Bragança, D. Fernando, e a herdeira do senhorio do Cadaval, D. Joana de Castro. Esta aliança matrimonial iria unir os bens da velha linhagem dos Castro ao extenso conjunto patrimonial da jovem linhagem brigantina que, deste modo, dava mais um passo no alicerçamento material e simbólico da sua *Casa*.

A prática inicial de divisão cognática dos bens patrimoniais exercida pela Casa de Bragança deu origem a diversas sub-linhagens — ou *casas* — que formaram uma densa teia de solidariedades intra-linhagísticas baseadas no reconhecimento da autoridade primordial da *Casa-mãe*. O concelho do Cadaval entraria na posse

⁴⁰ A respeito das relações administrativas e jurisdicionais existentes na época entre Óbidos e o Cadaval remetemos para o Capítulo 2, § 1.

⁴¹ Carta de doação do Cadaval a D. Pedro de Castro. ANTT, *Cbancelaria de D. João I*, L. 2, fl. 37v.^o A carta foi emitida no ano de 1388 da *Era Cristã*.

⁴² O período de quase cem anos a que nos referimos foi o que decorreu entre a formação da Casa de Bragança, a partir do vasto património doado a Nuno Alvares Pereira, e a condenação à morte do terceiro Duque de Bragança, acompanhada da confiscação de todos os seus bens, ocorrida no reinado de D. João II.

de uma das sub-linhagens brigantinas a partir de 1465, ano em que foi doado pelo segundo duque de Bragança ao seu filho secundogénito, D. João, marquês de Montemor-o-Novo. Um pouco mais tarde, e devido provavelmente ao facto de D. João não possuir descendência, seria doado a um dos seus irmãos, D. Alvaro, tendo-se mantido⁴⁵ nas mãos desta sub-linhagem até à extinção do senhorialismo ocorrida já em pleno século XIX.

Descendendo de uma antiga linhagem de origem galega identificada em Portugal desde o século XII, Nuno Alvares Pereira era o décimo terceiro filho de D. Alvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem do Hospital. O papel primordial que desempenhou no conflito de 1383-1385 onde esteve desde sempre ao lado do Mestre de Avis valeu-lhe a obtenção de um extenso património fundiário, constituído por dezoito povoações e pela posse de três condados⁴⁴. A união da sua linhagem à família real processou-se através do casamento da sua filha, D. Beatriz, com D. Afonso, filho bastardo de D. João I. Acompanhou a herdeira da casa mais rica de Portugal um fabuloso dote constituído por um condado — o de Barcelos — e um leque apreciável de terras pertencentes ao senhorio de seu pai⁴⁵. Desta união matrimonial nasceriam três filhos: D. Isabel, D. Afonso e D. Fernando. Interessa-nos particularmente este último, pois foi em resultado do seu casamento com D. Joana de Castro que o senhorio do Cadaval se incorporou no conjunto dos bens patrimoniais da Casa de Bragança.

Já no final da sua vida Nuno Alvares Pereira procedeu à divisão do património da sua Casa pelos três netos. Ao secundogénito, D. Fernando, coube o condado de Arraiolos doado em 4 de Abril de 1422 com todas as rendas que o seu avô detinha nas terras de Entre Tejo e Guadiana⁴⁶. De acordo com Mafalda Soares da Cunha a doação que D. Fernando recebeu de Nuno Alvares Pereira constituía «a quase totalidade dos bens que [este] possuía no Alentejo: o condado de Arraiolos; a alcaidaria de Montemor-o-Novo com os seus direitos e rendas; as vilas de Evoramonte, Estremoz, Sousel, Alter do Chão, Vila Formosa e Chancelaria, Assumar, Lagomel, Vila Viçosa, Borba, Vidigueira, Vila de Frades, Vilalva, Vila Ruiva e Beja e o montado de Campo de Ourique com suas rendas, direitos, padroados — que também incluía o da igreja de S. Salvador de Elvas — e jurisdição cível e crime, mero e misto império, tudo de juro e herdade»⁴⁷. Esta autora considera a transmis-

⁴⁵ Exceptuamos, apesar do seu carácter conjuntural, a interrupção na posse linhagística do concelho do Cadaval ocorrida em consequência da confiscação dos bens da Casa de Bragança por D. João II. A restituição de todo o património aos membros da linhagem brigantina iria suceder logo após a morte deste monarca com a ascensão ao trono de D. Manuel. *Cf.* § 3.

⁴⁴ A vastidão dos bens possuídos por Nuno Alvares Pereira conduziria o rei a proceder à recuperação de parte desse património. Regressaram à coroa as terras que Nuno Alvares Pereira detinha em regime de préstamo, conservando-se na sua posse apenas as terras que detinha de juro e herdade.

⁴⁵ «E o conde deu em casamento com dom Afonso o condado de Barcelos, com terra de Penafiel de Bastuz e Monte Alegre, e a Piconha, e Portelo com terra de Barroso, e a vila de Chaves com sua terra, e Baltar, e o Arco de Baúlhe, e certas quintaas que o conde havia Antre Doiro e Minho, e outras rendas» (*Crónica do Condestável...*, pp. 231-232).

⁴⁶ Aos outros dois irmãos de D. Fernando, D. Isabel e o primogénito D. Afonso, couberam respectivamente as terras de Lousada, Paiva e Tendões, a vila de Almada e as rendas de Loulé, para a primeira; e o condado de Ourém, com todas as suas terras da Estremadura, mais as terras que Nuno Alvares possuía em Lisboa e os paços desta cidade, para o segundo.

⁴⁷ M. S. da Cunha, 1990: 61.

são patrimonial de cariz cognático efectuada por Nuno Alvares Pereira perfeitamente *atípica* para os comportamentos nobiliárquicos da época que tendiam para a preservação da indivisibilidade dos bens possuídos pela linhagem, privilegiando o primogénito varão em desfavor dos filhos segundos e das filhas que ficavam deserdados⁴⁸.

O património de D. Fernando seria acrescido após o seu enlace com D. Joana de Castro. D. Joana era a única herdeira dos bens de seu pai, D. João de Castro, senhor do Cadaval⁴⁹, e de sua mãe, D. Leonor da Cunha. Do seu dote fazia parte um conjunto de terras, rendas e direitos maioritariamente situados na Estremadura - Lisboa, Mafra, Torres Vedras e Cadaval⁵⁰. A posse do termo do Cadaval, com todas as suas jurisdições, foi confirmada a D. Joana pelo rei D. Duarte em 9 de Dezembro de 1433⁵¹:

«Dom duarte A quantos esta carta de confirmaçam virem fazemos saber que a condessa dona johana molher do conde d arrayolos meu sobrinho nos mostrou estes pruyvilegios doaçoões cartas do muy virtuoso rey dom joham meu senhor padre e da rainha minha senhora madre cujas almas deus aja principalmente uma carta de doaçam e escambo assinada per os dictos senhores e assellada do seu sello do chumbo porque o dicto senhor deu em doaçam e escambo a dom pedro de castro a villa do cadaval com todos seus termos de juro e herdade com mero e misto império jurdiçam bonissy lhe deu o rreguengo de campos per a villa de salvaterra e castello de sam martinho que sam em terra de galliza»⁵².

D. Fernando viria a ser o segundo duque de Bragança em virtude do seu irmão primogénito ter falecido prematuramente sem descendência. Deste modo, reuniu na linhagem brigantina não só os bens patrimoniais pertencentes ao pai e ao irmão, mas também os condados de Arraiolos, que já possuía, de Ourém, pertença de seu irmão, e de Barcelos, que herdou do pai⁵³. Por sua vez, D. Afonso V dar-lhe-ia

⁴⁸ *Op. cit.*: 60.

⁴⁹ D. João de Castro era o filho primogénito de D. Pedro de Castro, segundo senhor donatário do Cadaval. D. Joana era, portanto, neta de D. Pedro e bisneta de D. João Afonso Teles de Meneses, primeiro senhor donatário do Cadaval.

⁵⁰ O dote de D. Joana de Castro «consistiu em metade da quinta das Ilhas, no termo de Mafra, os morgados de S. Mateus e St.º Eutropico, em Lisboa, com sua administração e senhorio; o genesim da comuna dos judeus, os direitos das cabeças dos mouros e a pensão de dezoito tabellães, tudo de Lisboa, no valor de 5704 coroas, que o rei devia a sua mãe pela compra que fizera a D. João de Castro das terras de Valdigem, Tarouca e Larim, com todos os direitos e jurisdições, e de Canadas de Valdigem e Paços de Larim, por 2 contos e 281008 libras; uns casais, herdades e moinhos no termo de Lisboa, Peral, Cadaval e Torres Vedras, e jóias e pedras preciosas no valor de 1000 dobras» (M. S. da Cunha, 1990: 37).

⁵¹ ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, L. 1, fl. 27v.º

⁵² *Ibid.*.

⁵³ D. Afonso, o primogénito da Casa de Bragança, faleceu em 29 de Agosto de 1460, enquanto a morte de seu pai ocorreria pouco depois, em Dezembro do mesmo ano. D. Fernando tomou posse de um património substancialmente maior do que aquele que detinha Nuno Alvares Pereira. Segundo Mafalda Soares da Cunha, «O principal responsável pela expansão geográfica do senhorio foi o duque velho através da anexação de Bragança, Outeiro e Nuzelos na região transmontana, dos julgados que integraram posteriormente o termo de Barcelos e Guimarães, das compras da quinta e couto da Correlhã, Larim, Vila Chã e Penagate e senhorio da honra de Amarante em Entre Douro e Minho e de um conjunto de beatrias na serra do Marão. D. Fernando acrescentou por doação régia, Ferreira de Tendais na Beira e Monforte em Entre Tejo e Odiana, por compra Vila Boim, também no Alentejo, por escambo Paiva, Tendais e Lousada e os bens do dote de D. Joana de Castro junto à foz do Vouga e Cadaval» (1990: 97-98).

o título de marquês de Vila Viçosa⁵⁴. Do casamento de D. Fernando com D. Joana de Castro nasceram nove filhos⁵⁵. O primogénito, D. Fernando (II), herdou o título e os bens da Casa de Bragança, ao passo que os três irmãos que se seguiram, D. João, marquês de Montemor-o-Novo, D. Afonso, conde de Faro, e D. Alvaro foram os chefes de três sub-linhagens brigantinas. Assistimos de novo ao espartilhamento patrimonial por mais de uma *casa*, em vez da sua concentração nas mãos do primogénito. O **termo do Cadaval**, juntamente com a alcaidaria e rendas de Montemor-o-Novo, o Paúl de Pailepa e outros bens, seria doado por D. Fernando ao seu filho secundogénito, D. João. A doação efectuou-se em Vila Viçosa a 14 de Janeiro de 1465 tendo sido confirmada por D. Afonso V no dia seguinte. O conteúdo da doação faz sobressair o imenso poder albergado pela Casa de Bragança que utiliza fórmulas e prerrogativas características do poder majestático:

«Dom fernando neto del Rey dom joham cuja alma deus aja duque de bragança marques de villa viçosa conde de barcellos E d ourem E d arrayollos E conde de neiva E senhor de monforte E de penafiell juntamente com a duquesa dona joana de castro minha muyto prezada e amada molher dom fernando conde de guimarães meu muyto amado filho primogenito E herdeiro seendo elle solteyro ssem filhos e filhas faço pura E irrevogavel doaçam amtre viuos valledoyra deste dia pera todo o sempre a dom joham meu muyto amado filho a esto presente aacceptamte a todos seus descendentes lidimos leigos da alcaydaria E rendas que eu tenho na villa de montemoor o novo [...] E ysso mesmo da minha terra do cadavall com todos seus termos rendas foros E tributos jurdiçam çivell e crime mero e misto imperio que em na dicta terra E seu termo ey E de dicto devo d aver E com poder de poer hy almoxarife E escrivam que usem da jurdiçam como sempre husaram E ysso mesmo do pauill de paaylepa»⁵⁶.

No teor da doação sobressai o cuidado de manter o património sob tutela do chefe titular da linhagem-mãe. Os bens doados deviam ser transmitidos aos descendentes legítimos em linha direita do marquês de Montemor-o-Novo. No entanto, caso D. João falecesse sem sucessores a primazia na posse do senhorio do Cadaval e do Paúl de Pailepa era dada ao seu irmão primogénito e apenas no caso deste morrer sem descendentes o duque seu pai, ou a duquesa D. Joana, sua mulher, ficariam com os bens doados. O mesmo não acontecia com as rendas de Montemor que reverteriam de imediato para o duque de Bragança. D. Fernando salientou, aliás, na carta de doação o seu direito último ao senhorio do Cadaval, apesar deste ter sido incorporado no património da Casa de Bragança através do seu casamento:

«E porquanto a dita terra do cadavall he da herança da duquesa minha molher como quer que assy sse deve a entender declaro homde diz

⁵⁴ O marquesado de Vila Viçosa foi atribuído a D. Fernando em 25 de Maio de 1455.

⁵⁵ A numerosa prole de D. Fernando era constituída por: D. Fernando, D. João, D. Afonso, D. Alvaro, D. António, D. Isabel, D. Beatriz, D. Guiomar e D. Catarina.

⁵⁶ ANTT, *Místicos*, L. 3, fl. 43 v.º

fallecendo dom joham ssem filhos ou filhas ou deſcendentes lidimos E leygos torne ao comde de guymaraães que sse emtede que fallecendo o dito comde de guymaraães ssem filhos ou filhas que a dita terra do cadavall sse torne a mym E sse eu vivo não for sse torna aa dita duquesa minha molher E esta foi minha tençam azerqua das de riba de vouga que sсам de sua herança que vão na doaçam de dom affonso meu filho posto que hy no vaa declarado⁵⁷.

O regime de transmissão dos bens patrimoniais agora doados aparece escrupulosamente estipulado na carta de mercê. A sucessão era de cariz agnático, ou seja, privilegiava o primogénito varão descendendo em linha direita. No entanto, como a Casa de Bragança beneficiou de isenção à *Lei Mental* previa-se igualmente a transmissão por via feminina. As cláusulas sucessórias continham todos os princípios do morgadio, isto é, o primado da masculinidade e da primogenitura e o cuidado em manter a indivisibilidade e a inalienabilidade do património. O sistema de morgadio constituiu a solução adoptada pelas casas senhoriais de modo a preservarem a base material fundiária do seu poder económico e simbólico. Ao concentrar os bens nas mãos do filho mais velho impedia-se a fracção do património, prática que aliada a uma criteriosa escolha dos parceiros conjugais e ao exercício de cargos na corte maximizava o estatuto social da linhagem representada pelo seu chefe.

Os bens doados eram transmissíveis ao filho mais velho de D. João ou, no caso do primogénito morrer sem descendentes, seguiriam por ordem de nascimento para os irmãos secundogénitos. Se a descendência masculina falhasse o património caberia, então, à mulher mais velha leiga que descendesse de varão. Contudo, os bens só estariam em seu poder até ao nascimento de um filho que, ao atingir a maioridade, entrava na posse do património deixado pelo avô. As mulheres só seriam verdadeiramente usufrutuárias dos bens da sua linhagem se, pelo menos durante duas gerações, não dessem à luz qualquer elemento do sexo masculino. Neste caso herdaria a filha primogénita que descendesse da mulher mais velha. As terras doadas reverteriam para a Casa de Bragança caso D. João ou os seus descendentes não produzissem qualquer herdeiro legítimo masculino ou feminino:

«que o filho mayor varam lidimo E leigo aa sua morte sobçeda esta herança em sollido E assy dy em diante todos seus deſcendentes E quando hy nam ouver varam deſcendentes do dicto dom joham que venha da mais velha femea E sseçando todollos varoões entam venha aa femea mays velha E leyga que deſçenda de varam sse ahy houver E nom avendo hy quem deſçenda de varam venha aa mays velha que deſçenda de femea assy que quamdo hy nam ouver baroões nem femeas deſcendentes do dicto dom joham entam sse tome esta sobçessam aa dicta casa de bragança»⁵⁸.

⁵⁷ *Ibid.*

⁵⁸ ANTT, *Místicos*, L. 3, fl. 43 v.º

As cláusulas sucessórias parecem apresentar uma *margem de segurança* bastante ampla uma vez que contemplam sucessivamente todos os descendentes legítimos, masculinos ou femininos, de D. João. No entanto, o falhanço da reprodução biológica das linhagens representava uma ameaça constante tanto mais numa época de deficientes condições médico-sanitárias e em que se verificava um elevado índice de mortalidade infantil e adulta⁵⁹. A geração de um descendente relevava, pois, o papel primordial das mulheres como elos fundamentais da cadeia linhagística de transmissão patrimonial. Secundarizadas nos direitos à posse dos bens da linhagem, elas apareciam como o agente perpetuador da *casa* a que se vinculavam após a união matrimonial.

A isenção à *Lei Mental* de que disfrutava a Casa de Bragança e as sub-linhagens que dela se desprenderam constituía um privilégio da maior relevância, não apenas nas vantagens materiais que proporcionava, mas também no realce que conferia à posição estatutária da linhagem brigantina. A *Lei Mental*, promulgada por D. Duarte em 8 de Abril de 1434, embora já tivesse sido posta em prática pelo seu antecessor, incidia sobre os bens doados pela coroa aos senhores donatários legislando o modo de transmissão desses bens: a partir da sua promulgação ficavam excluídos da sucessão do património da coroa doado as mulheres, os ascendentes e os colaterais. Ela respeitava, pois, os princípios da masculinidade e da primogenitura e previa igualmente a inalienabilidade dos bens da coroa: «A regulação e controlo dos processos de doação encontravam-se na *Lei Mental*, que garantia a sua indivisibilidade e a inalienabilidade, bem como o carácter não-perpétuo e de retorno à Coroa. Esse acto régio é essencial para se compreender, que, simultaneamente, tanto a precaridade como “a maior importância da nobreza” derivava “da qualidade de donatários”⁶⁰. O facto de uma linhagem não ser abrangida pela *Lei Mental* constituía, só por si, um elemento prestigiante visto que a isenção era geralmente concedida a casas senhoriais pertencentes à família real ou aparentadas com ela. Além disso, tomava quase impossível o retorno das doações ao conjunto patrimonial da coroa. A isenção à *Lei Mental*, inicialmente concedida por D. Duarte à Casa de Bragança, transmitiu-se à linhagem dos senhores donatários do Cadaval, privilégio que sempre possuíram até à extinção dos direitos senhoriais.

Desconhecemos os motivos que terão levado o duque de Bragança a ceder esta fatia do seu património ao filho secundogénito. Talvez tivesse sido facilitada pelo facto do filho mais velho não ter ainda qualquer descendente à data da doação, conforme consta no documento emitido pelo duque:

«dom fernando conde de guymaraães meu muyto amado filho primogénito E herdeiro seendo elle solteyro ssem filhos E filhas faço pura E irrevogavell doaçam amtre viuos valledoyra deste dia pera todo o sempre a dom joham meu muyto amado filho»⁶¹.

⁵⁹ O elevado índice de mortalidade existente nas sociedades préindustriais constituía, segundo James L. Boone, um perigo sempre presente na continuidade biológica das linhagens que apresentavam um *alto grau de extinção linhagística* (1986: 862).

⁶⁰ L. Vidigal, 1989: 26-27.

⁶¹ ANTT, *Místicos*, L. 3, fl. 43 v.º

O filho primogénito do Duque de Bragança tinha casado em 1447 com D. Leonor de Meneses. Contudo, o matrimónio durou muito pouco tempo e dele não resultaram quaisquer descendentes. O segundo casamento do herdeiro da linhagem brigantina só ocorreria em 1470, desta vez com a muito jovem D. Leonor, filha do infante D. Fernando, e o seu sucessor, filho segundo, nasceria apenas em 1479. Ao reforçar os bens patrimoniais do filho secundogénito, que embora sem descendentes casara somente há três anos⁶², o Duque poderia pretender assegurar a continuidade da sua linhagem, no caso do filho primogénito não produzir descendência. D. João ascenderia em 1473 à dignidade de Condestável do reino cargo que, desde Nuno Álvares Pereira, fora sempre ocupado por infantes da Casa Real.

O **Cadaval** entraria finalmente na posse da sub-linhagem brigantina que deteve a sua jurisdição até ao ocaso do senhorialismo em 20 de Novembro de 1478. A doação foi feita pelo terceiro duque de Bragança, D. Fernando (II) que herdara o título há escassos meses⁶³, a favor do seu irmão mais novo, D. Alvaro. A doação é curiosa pelas cláusulas que a enformam. De facto, respeitou-se o direito de D. João, marquês de Montemor-o-Novo, à posse e jurisdição do Cadaval que só reverteria para o seu irmão D. Alvaro no caso daquele morrer sem descendentes legítimos em linha direita:

«esta doação aja efeito falecendo elle dito Marquês sem filhos legitimos sem lidimamente nados quer faleça o dito Marquês em minha vida quer depois de minha morte porque em todo o caso quero e me praz que logo as ditas terras e rendas e cousas fiquem per sua morte livres e desembargadas a elle dito Dom Alvaro meu Irmão pera elle e todos seus herdeiros e sucessores quer elle dito Dom Alvaro primeiro faleça que o dito Marquês quer depois⁶⁴.

A doação do Cadaval a D. Alvaro inclui todas as jurisdições, foros e tributos usufruídos por D. João enquanto for vivo:

«faço pura e inrevogavel Doação antre os vivos valedoura graça e merce ao dito Dom Alvaro meu Irmão a esto presente estipulante e aceitante pera sy e todos seus herdeiros e sucessores que depois delle vierem pera sempre das terras do Cadaval e peral com todas suas jurisdições cives e crimes altas e baixas mero mixto imperio e com todas suas rendas e pertenças foros e trebutos direitos e dereituras que ora tem e pessue em sua vida o senhor Marquês de montemor meu Irmão⁶⁵.

⁶² D. João casou em 1462 com D. Isabel de Noronha, filha de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, e de Branca Dias, mulher solteira. Recebeu uma tença do rei no valor de 4500 coroas de bom ouro de França, amortizadas anualmente com a quantia de 45000 reais brancos. D. Isabel, sobrinha da Duquesa de Bragança, recebeu desta como dote de casamento «doze mil dobras pagas a cento e vinte reis a dobra, para cuja satisfação obrigou os seus bens móveis e de raiz, declarando que tanto que ella morresse, queria que lhe ficassem obrigadas as rendas, e direitos da Villa de Guimarães, que a ella duqueza forão prometidas no contrato do seu casamento» (*In História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo V, p. 106).

⁶³ O segundo duque de Bragança, D. Fernando, faleceu em 1 de Abril de 1478.

⁶⁴ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, L. 72, fl. 54v.^o

⁶⁵ *Ibid.*.

Tal como na mercê concedida ao seu irmão em 1465 permanece o direito último da Casa de Bragança ao património doado na eventualidade de D. Alvaro ou os seus descendentes não produzirem quaisquer herdeiros legítimos masculinos ou femininos:

«que falecendo o dito Dom Alvaro meu Irmão de vida presente ou seus descendentes sem herdeiros lidimos delle e de seus descendentes que em tal caso as ditas terras e cousas conteudas nesta doação tomem directamente a mim e a meus herdeiros e sucessores desta minha casa de Bragança»⁶⁶.

Enquanto D. Alvaro não tomava posse do Cadaval, e caso tal nunca viesse a suceder, o Duque de Bragança seu irmão ficava obrigado ao pagamento de sete mil cruzados, direito passível de ser transmitido aos descendentes e herdeiros de D. Alvaro.

A doação, efectuada com a anuência de D. João, ia aumentar o património de D. Alvaro que ainda solteiro podia ambicionar a um casamento mais vantajoso, o que de facto veio a acontecer no ano seguinte. O mais novo dos *Bragança* contraíu matrimónio em 1479 com D. Filipa de Melo, herdeira da Casa de Olivença⁶⁷. À data do casamento D. Alvaro detinha as rendas de Beja, por doação de seu pai em 1470, e a jurisdição e rendas das vilas de Alvaiázere, por doação de Afonso V em 1476, Tentúgal, Póvoa, Montemor, Buarcos, Vila Nova de Anços, Anobra e Pereira, por escambo efectuado com o príncipe D. João em 1476⁶⁸. A jurisdição e rendas do Cadaval, embora doadas em 1478, não podem ser incluídas nos bens de D. Alvaro pelos motivos referidos.

A união com D. Filipa de Melo reforçou consideravelmente este património mercê de um generoso dote especialmente acrescido após a morte do sogro⁶⁹:

«dez mil coroas, todas de cento e vinte reis, e cem mil reis de tença, que tinhaõ delRey, e quatrocentos mil reis, de que logo lhe dariaõ a mayor parte, e dentro de hum anno o resto: e por consentimento delRey fizeraõ logo irrevogavel Doação ao Senhor D. Alvaro, por causa do dito casamento, da Alcaidaria môr, e rendas de Olivença, da mesma sorte que o Conde possuia; e assim mais o Reguengo do Campo de Tooos no Termo de Santarem, e a terra de Ferreira com suas rendas, e jurisdição civil, e crime, e Carapito com os seus bens, que tinha na Ribeira, e o Castello,

⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁷ D. Filipa de Melo era filha de Afonso Rodrigo de Melo, primeiro e único conde de Olivença, senhor de Ferreira de Aves, guarda-mor do rei, capitão e governador de Ceuta; e de D. Isabel de Meneses, filha de Aires Gomes da Silva, senhor de Vagos.

⁶⁸ O príncipe D. João recebeu em troca a vila de Torres Novas. O escambo seria confirmado pelo rei Afonso V em 28 de Julho de 1476.

⁶⁹ Consideramos mesmo que as terras recebidas por herança do conde de Olivença constituíram o núcleo patrimonial de base da futura Casa de Ferreira e Tentúgal. A união com D. Filipa de Melo representou ainda para D. Alvaro um factor de ascensão na escala da hierarquia nobiliárquica pois, de acordo com António Caetano de Sousa, na *História Genealógica ...*, a sucessão na casa de seu sogro foi o motivo que lhe conferiu a precedência relativamente ao marquês de Vila Real no acto de prestação de juramento ao rei (1947, Tomo X: 140).

e Alcaidaria môr de Villa-Maior com todas suas rendas, a Judiaria de Alcacer com as suas rendas, Arega, e as Abitureiras, na mesma fórmula, que elles as possuiaõ pelas suas Cartas, Escrituras, e Doações, com todas as jurisdicções civéis e crimes, mero, mixto Imperio, e Padroados das Igrejas, foros, tributos, censos, e rendas, o que lhe trespassou para elle e seus sucessores, logrando o dito conde o uso fruto dellas em sua vida, excepto o castello de Villa-Maior, e Arega, que logo seriaõ em propriedade do Senhor D. Alvaro: e que no caso de os Condes terem hum filho varão, lhe dariaõ hum equivalente de vinte mil coroas, com certas clausulas e substituições⁷⁰.

D. João, pelo contrário, após dezasseis anos de matrimónio ainda não produzira qualquer descendente, sendo previsível que tal nunca viesse a ocorrer. Foi o que acabou por suceder: D. João faleceu pouco tempo depois da sua fuga para Castela, em consequência do processo acusatório que o rei D. João II moveu contra a Casa de Bragança, sem qualquer filho⁷¹.

O reinado de D. João II representou um rude golpe nas pretensões dominiais da alta nobreza senhoria. De facto, desde o momento em que ascendeu ao trono e até à sua morte a política preconizada por este monarca pautou-se simultaneamente por um reforço do poder do rei e pelo cerceamento dos imensos poderes que a nobreza tinha adquirido durante o reinado de seu pai. Para isso não se escusou em apoiar e atender muitas das queixas que os povos lhe faziam sem, contudo, permitir a ingerência dos concelhos naquilo que considerava sob a esfera do poder régio⁷².

⁷⁰ A. C. de Sousa, 1947/1737, tomo X:9-10. A união matrimonial que coube em sorte a D. Alvaro, o mais novo dos *Bragança* e o único que não possuía qualquer título nobiliárquico, revelou-se especialmente vantajosa para ele. A clara hegemonia social e política que a Casa de Bragança usufruía na época talvez tenha favorecido o casamento da herdeira da Casa de Olivença com um filho segundo, união que, podendo ser menos lucrativa do ponto de vista económico, era certamente importante na carga prestigiante e simbólica que proporcionava à linhagem dos *Melo*. Ou então, talvez possamos seguir a sugestão delineada por Pierre Bourdieu na qual propõe que o casamento de uma herdeira com um chefe de uma outra *casa* provocaria a anexação, e consequente quebra de poder, da linhagem daquela à linhagem do marido (1972: 1116). De facto, além do Conde de Olivença salvaguardar no contrato de casamento o direito de transmissão do seu património a um filho varão que nascesse entretanto, a futura *casa* fundada por D. Alvaro tomou o nome da linhagem de D. Filipa de Melo perpetuando deste modo a Casa de Olivença.

⁷¹ Segundo Garcia de Resende, na *Crónica de Dom João II...*, o falecimento do marquês de Montemor ocorreu em consequência de D. João II ter efectuado uma representação do auto de condenação à morte do marquês: «Estando el Rey em Abrantes, por ter certificado que o Marquez de Monte mor estando em Castella não deixava de seguir sua má vontade contra elle, com os do seu conselho, e letrados ordenou, e quis em sua ausencia mandar fazer justiça, e justiça sua estatua nesta maneira [...]. E o Marquez sendo disto sabedor foy muy enojado, e triste, e dahy a pouco tempo se finou em Castella, honde elle estava» (1973:72-73). D. João faleceu em Sevilha a 30 de Abril de 1484.

⁷² Manuela Mendonça ao analisar os capítulos das cortes de Évora realizadas pouco depois da coroação de D. João II respeitantes a assuntos de justiça tira a seguinte conclusão: «Estes 24 capítulos permitem desde já ter uma ideia da situação do Reino: imperavam os grandes senhores que procediam a seu belo prazer, extorquindo aos povos tudo o que podiam. Muitas vezes a coberto daqueles, actuavam os oficiais da justiça, que apenas tinham por objectivo aumentar os seus proventos. Os Bispos, incluídos no grupo dos grandes senhores, agravavam ainda mais a opressão dos povos, à sombra da imunidade eclesial. Perante esta panorâmica, o rei não exitou em condenar todos. Apareceu assim defendendo o povo, reprimindo os abusos dos grandes, moralizando os officios da justiça, enfrentando o clero» (1991: 216). No entanto, acrescenta mais adiante, o rei indeferiu os pedidos «sempre que lhe pareceu que os povos começavam a querer interferir demasiado» (*Op. cit.*: 218).

A actuação centralizadora de D. João II não foi, todavia, nem única nem original. Inseriu-se no movimento político de reforço do poder do rei que desde o início do século XV vinha ocorrendo na Europa, nomeadamente na França e na Inglaterra. As exigências de uma organização política de tipo estatal cada vez mais presente nas estruturas do aparelho governativo não se compadeciam com a coexistência de múltiplas esferas de poder. Este tendia centripetamente a concentrar-se nas mãos do monarca que, servido por uma vasta panóplia de funcionários burocrático-administrativos, dominava a vida política do reino. Assim, «Cada vez mais presentes em todos os sectores da vida dos seus reinos, os monarcas do final do século XV eram ciosos do seu poder; por isso, nesse alvorecer dos tempos modernos, não cediam um milímetro aos que os rodeavam, ainda quando neles pareciam depositar a máxima confiança»⁷³.

No nosso país, o final da centúria de quatrocentos assistiu ao efeito deste movimento no grupo nobiliárquico que atingiu a sua máxima expressão no aniquilamento dos chefes das duas casas titulares mais poderosas de Portugal — a de Bragança e a de Viseu.

O reinado de Afonso V constituiu um período de expansão das prerrogativas senhoriais. A liberalidade do rei revelou-se particularmente profícua em relação a um grupo restrito de elementos da alta nobreza cortesã no qual se incluíam os membros da linhagem brigantina. A vitória em Alfarrobeira⁷⁴ abriu o caminho para uma maior aproximação ao ainda jovem monarca Afonso V que a Casa de Bragança soube capitalizar em património fundiário adquirido, em proventos titulares e no exercício de cargos na corte⁷⁵. Quando D. João II finalmente tomou posse do trono de Portugal⁷⁶ o Duque de Bragança detinha um imenso património que se traduzia na jurisdição de vinte e cinco vilas e castelos⁷⁷, e uma capacidade de mobilização militar considerável mercê de uma ampla rede de clientelismos entretanto formados e continuamente reforçados.

O conflito *declarado* com a Casa de Bragança teve o seu início pouco depois de D. João II ser coroado rei. Antes da abertura das Cortes de Évora⁷⁸ o monarca

⁷³ M. Mendonça, 1991: 41.

⁷⁴ A batalha de Alfarrobeira (20/5/1449) constituiu o culminar de um conflito que opôs o regente D. Pedro, irmão do falecido rei D. Duarte, e duque de Coimbra, ao Duque de Bragança, e seus apaniguados. O motivo da discórdia residia no facto do Duque de Bragança pretender que a regência do reino durante a menoridade de Afonso V fosse exercida pela rainha D. Leonor. A batalha saldou-se na morte de D. Pedro com os consequentes benefícios para a linhagem brigantina.

⁷⁵ Segundo Mafalda Soares da Cunha o património da Casa de Bragança beneficiou de importantes acréscimos desde a formação da *Casa* até ao reinado de D. João II. Durante a governação de Afonso V os senhores donatários do Cadaval, primeiro o marquês de Montemor-o-Novo e depois D. Alvaro, viram aumentadas as suas possessões no Alentejo e na Estremadura, respectivamente (1990: 93-102). D. Afonso V concedeu os marquesados de Vila Viçosa e de Montemor-o-Novo ao segundo Duque de Bragança e ao seu filho D. João respectivamente, enquanto a um dos irmãos deste, D. Afonso, doava o título de conde de Faro. O exercício de cargos junto do rei traduzia-se tanto na prossecução de campanhas militares norte-africanas como numa influente participação no conselho régio.

⁷⁶ O príncipe D. João foi aclamado rei em 31 de Agosto de 1481 com a idade de 26 anos. A sua experiência governativa, porém, começara seis anos mais cedo, altura em que assumiu a regência do reino por decisão de seu pai.

⁷⁷ Esta informação é fornecida por Garcia de Resende na *Crónica de D. João II...* António Caetano de Sousa na *História Genealógica...* refere que o duque de Bragança possuía um total de cinquenta vilas, cidades e castelos. A disparidade entre os dois relatos é significativa, no entanto, o factor a reter é que ambos acentuam o imenso poderio albergado pela Casa de Bragança.

⁷⁸ As Cortes de Évora começaram em 12 de Novembro de 1481.

apresentou ao Duque de Bragança, a outros senhores e a pessoas do seu conselho a nova forma que, a partir de então, deveria revestir a menagem que lhe era prestada. Esta obedecia a um formulário fixado pelo rei e o seu registo era efectuado num livro próprio onde assinariam o alcaide e as testemunhas do acto de juramento. Durante a menagem o rei permanecia sentado enquanto o alcaide se ajoelhava perante ele e proferia a fórmula de homenagem e juramento com as mãos juntas colocadas entre as do rei. O Duque de Bragança, juntamente com os seus irmãos e outros elementos do grupo nobiliárquico, considerou a nova fórmula de menagem imposta por D. João II «prejudicial a suas honras»⁷⁹. O fulcro da contenda residia, segundo Manuela Mendonça, não só na fórmula da menagem, mas também no *momento*⁸⁰ e na *posição* em que esta se devia efectuar: «Teria um impacto bem diferente e um sabor a subserviência a leitura duma fórmula, de joelhos frente ao Rei, com as mãos entre as suas, perante uma sala cheia em que todolos senhores e prellados que presentes erão e pessoas do conselho e procuradores das cortes estivessem em pee no dito auto nos luguares ordenados em que nas cortes deviam d estar asentados»⁸¹. O Duque de Bragança, apesar de ter obedecido ao monarca, tratou imediatamente de buscar a legitimação do seu protesto:

«E o Duque fez logo per os requerimentos, e protesto, e pedio disso estromentos, que em caso que entam assi a fizesse era quasi forçado, mas que protestava depois de buscar as suas doações, escripturas, e privilegios, e el Rey o ouvir sobre isso com sua justiça, e lhe guardar, e o nam obrigar a mais do que a os Reys seus passados e seus antecessores obrigarão a elle, e a seu pay, e avoos»⁸².

Encarregou então o bacharel João Afonso, vedor da sua Fazenda, de procurar entre as escrituras e doações que guardava no seu cofre particular em Vila Viçosa os documentos que considerasse relevantes para fundamentar o seu protesto. O vedor, por sua vez, incumbiu da tarefa um filho seu que, por ser ainda novo, pediu ajuda a Lopo de Figueiredo, escrivão da fazenda do Duque. Este viria a descobrir, entre os seus papéis, umas cartas de e para os reis de Castela que «escondidamente do moço as tomou todas, e meteo na manga, e se foy a casa, e secretamente vio todas. E vendo que erão contra o estado, honra, e serviço del Rey, determinou de logo lhe ir tudo mostrar e sem detença alguma partio de Villaviçosa escondidamente, e veo a Evora, e secretamente falou com el Rey»⁸³. O rei mandou imediatamente fazer uma cópia das cartas e repô-las no cofre de onde tinham sido retiradas. A partir de agora, o Duque de Bragança iria estar sujeito a uma cerrada vigilância, embora o rei, de imediato, nada lhe tivesse feito.

A habilidade e astúcia políticas de D. João II parecem transparecer em todo o processo dirigido contra a Casa de Bragança. Não apenas no secretismo com

⁷⁹ G. de Resende, 1973: 35.

⁸⁰ D. João II introduziu uma alteração importante no momento em que, futuramente, se devia proceder ao juramento: este deixava de ser um acto que *antecedia* a abertura das cortes para passar a ser um acto que *inaugurava* as mesmas cortes.

⁸¹ M. Mendonça, 1973: 35.

⁸² G. de Resende, 1973: 35.

⁸³ *Op. cit.*: 35-36.

que tratou de todo o caso, desde o momento em que tomou conhecimento da troca de correspondência entre o Duque e os monarcas castelhanos até à prisão e morte de D. Fernando (II). Mas também no apertado cerco que foi tecendo em redor do Duque e dos seus irmãos e cúmplices e nas constantes *arremetidas* que contra eles dirigiu, verdadeiras provações à sua capacidade de resposta.

O período que medeou entre a descoberta do *caso* do Duque de Bragança e a sua prisão foi marcado, primeiramente, por um desentendimento entre o rei e o marquês de Montemor-o-Novo, D. João, irmão do Duque de Bragança, de que viria a resultar a sua expulsão daquela vila⁸⁴ e, depois, pela recusa dos *Bragança* e do Duque de Viseu em acatarem a pretensão do monarca de proceder à correição das suas terras⁸⁵.

O desfecho do processo contra a Casa de Bragança sucedeu na Páscoa de 1483. O rei tomou conhecimento de uma conspiração tecida entre D. Fernando (II) e os seus irmãos e os monarcas castelhanos que previa a invasão do reino e, conseqüentemente, a morte ou deposição de D. João II⁸⁶. O Duque de Bragança foi preso em 29 de Maio de 1483⁸⁷ e todos os seus bens confiscados, enquanto

⁸⁴ O desentendimento entre D. João II e o Marquês de Montemor-o-Novo ocorreu durante a estada do monarca naquela vila, para onde se deslocou em consequência da epidemia de peste que grassava na cidade de Évora. Segundo Garcia de Resende, D. João II fez reparo ao Marquês de Montemor pelo modo faustoso como o recebeu parecendo não mostrar qualquer respeito pelo falecimento recente do pai, Afonso V, que tantas mercês lhe tinha feito. As queixas do Marquês chegaram aos ouvidos do rei que ordenou de imediato a sua saída de Montemor-o-Novo (Cf. *Crónica de Dom João II*, pp. 38-39). No entanto, esta atitude de D. João II não se pode dissociar da má vontade que já então possuía contra os *Bragança*.

⁸⁵ A astúcia de D. João II está bem patente no *pedido* que fez ao Duque de Bragança para permitir a correição das suas terras: «E porque pollas guerras passadas, e ncessidades em que el Rey dom Alfonso se vio, e tambem por ser de sua condiçam, as cousas da justiça andavão mais largas do que era rezam, el Rey nestas Cortes [de Évora] requerido por seus Povos quis logo a isso acudir como devia, e primeiramente quis por algum tempo mandar seus Corregedores as terras dos senhores, e primeiro que nada fizesse o disse em Evora ao Duque, rogando-lhe muyto, e encomendando-lhe que o consentisse, e ouvesse por bem, e que sem paixam algua o quisesse fazer, pois sabia quanto a seu serviço, e estado compria entender logo nas cousas de justiça em principio de seu Reynado. E mais sendo tam apertadamente por isso dos Povos requerido. E que elle Duque devia de folgar de se saber a justiça, que em suas terras se fazia, e como erão governadas, porque sendo como elle esperava que fosse, levaria nisso muyto contentamento. E avendo alguas cousas que emendar, ou castigar, elle tudo com o resguardo, e temperança, que elle por sua honra, seu sangue, e dignidade merecia, e que fazendolhe este prazer seria exemplo para os senhores todos do Reyno sem payxam o consentir. E o Duque com todas estas boas palavras se escusou disto, e nam lho quis conceder, antes elle e seus irmãos, porque suas terras disso erão isentas, mostrarão receber grandes descontentamentos» (G. de Resende, 1973: 39-40). Mais tarde surgiu a determinação dos chefes das quatro *Casas* brigantinas e do Duque de Viseu de não permitirem a correição nas suas terras. O rei, desta vez, acabaria por ceder.

⁸⁶ Entre as cláusulas da conjura contava-se a pretensão castelhana ao comércio da Guiné, que se encontrava sob monopólio português desde a assinatura do Tratado de Alcáçovas-Toledo, que marcara o final do conflito luso-castelhano ocorrido durante o reinado de Afonso V. A provável recusa de D. João em aceitar a participação castelhana fomentaria um motivo para a declaração de guerra, comprometendo-se o Duque de Bragança a colaborar com os reis católicos.

⁸⁷ O Duque de Bragança, a partir do momento em que foi preso, depositou muito poucas esperanças na recuperação da liberdade. Daí o seu lamento perante as palavras de consolação de Aires da Silva, camareiro-mor de D. João II: «Senhor Aires da Sylva, o homem tal como eu não se prende para soltar» (G. de Resende, 1973:59).

os seus irmãos, D. João e D. Afonso, avisados de imediato da prisão de D. Fernando (II) refugiaram-se em Castela⁸⁸. A execução do Duque, em 22 de Junho do mesmo ano⁸⁹, marcou o final de um ciclo centenário em que se assistiu à ascensão e queda da mais poderosa casa titular portuguesa.

Em consequência da confiscação de todos os bens da Casa de Bragança, incluindo os que pertenciam aos irmãos do Duque sentenciado, o **concelho do Cadaval** regressou mais uma vez à posse da Coroa. D. João, marquês de Montemor-o-Novo, que detinha desde 1465 a jurisdição do Cadaval⁹⁰, foi considerado um dos principais conspiradores contra o rei: «Foy murmurado de orgulhoso, soberbo, e pouco prudente, ainda que valeroso, e bom Soldado: as suas acçoens forão tão mal reputadas no Mundo que forão causa da desgraça de seus irmãos, fazendo-os participantes da sua culpa sem mais delicto, que a infelicidade do tempo⁹¹. Morreu pouco tempo depois em Castela sem deixar descendência. D. Alvaro, a quem tinha sido feita a doação do Cadaval em 1478⁹², apesar de não ter sido acusado de envolvimento directo na conspiração contra o monarca, foi obrigado a exilar-se fora do país até que D. João II permitisse o seu regresso a Portugal, o que nunca chegou a acontecer durante o seu reinado:

«E com o senhor dom Alvaro irmão do Duque assentou el Rey, que por então se fosse fora de Portugal, e não ficasse em Castella, nem estivesse em Roma⁹³, isto até sua merce, e que em todolos outros Reynos, e terras podesse estar, e aver la todalas rendas que neste Reyno tinha, até el Rey aver por bem de o mandar vir, e elle se foy com tenção de o cumprir, e preposito de hir a Ierusalem, o que não cumprio, porque chegando á corte de Castella foy del Rey, e da Raynha tão favorecido, que não passou adiante, e ficou em seus Reynos, e Corte, a que recolheo a senhora dona Felipa sua molher, e filhos. E lhe foy dado por el Rey, e a Raynha a governança da justiça em sua Corte, e com elles teve grande credito, autoridade por ser pessoa de grande siso, saber, e conselho⁹⁴.

D. João II acabou por não cumprir a promessa de preservar as rendas a que D. Alvaro tinha direito. Pouco depois da sua saída de Portugal confiscou-lhe todos os bens tal como tinha feito ao seus irmãos. O mais novo dos Bragança, sentindo-se

⁸⁸ D. João, marquês de Montemor-o-Novo e D. Afonso, conde de Faro, faleceram em Castela, o primeiro sem deixar descendência.

⁸⁹ O Duque foi condenado a que «morresse morte natural, e fosse na praça Devora publicamente degolado, e perdesse todos seus bens, assí os patrimoniaes, como os da coroa, para o fisco, e real coroa del Rey» (G. de Resende, 1973: 67).

⁹⁰ Conforme já referimos, apesar do termo do Cadaval ter sido doado em 1478 a D. Alvaro este só poderia tomar posse da sua jurisdição após a morte do irmão e no caso de não deixar descendência.

⁹¹ A. C. de Sousa, 1947/1737, Tomo X: 108.

⁹² D. Alvaro tomou de facto posse do Cadaval em virtude de D. João ter falecido sem descendentes. No entanto, só viria a usufruir da sua jurisdição depois do seu regresso ao país já no reinado de D. Manuel.

⁹³ Note-se a preocupação do monarca em afastar um potencial inimigo dos principais núcleos de onde poderia partir uma futura reacção contra D. João II.

⁹⁴ G. de Resende, 1973: 61.

vítima de uma perseguição injustificada, enviou uma carta ao rei em que sublinhava a sua inocência em todo o processo dirigido contra o Duque seu irmão. O teor da carta constitui um autêntico libelo acusatório contra D. João II, em que D. Alvaro conjugou acusações de carácter pessoal — não recompensa pelos serviços prestados ao rei e tomada de atitudes por parte do monarca que lhe eram deliberadamente prejudiciais⁹⁵ — e de carácter geral — que se prendiam essencialmente com a intromissão régia na área jurisdicional dos senhores donatários⁹⁶. A confiscação dos seus bens representou para D. Alvaro o culminar de um sentimento hostil que o rei manifestava contra si desde o tempo em que era ainda um jovem príncipe:

«Assi que bem claro esta que V. S. não me tem a minha fazenda por culpa que contra mim achasse nos casos, em que quisestes culpar meus Irmãos, porque na verdade não a achastes, e vos não podeis dizer o contrario porque assi o confessou V. S. aos Embaixadores, e enviastes a mim, como acima dito he, nem isso mesmo, ma tomaes pelos testemunhos das outras inquirições nem por não ir fora destes Reynos⁹⁷ como vos ordenaveis, porque ja dantes ma tinheis tomada, tomastela por folgar de aver o meu, como ouvestes a dos outros, e quereis buscar achaques como buscastes a elles⁹⁸.

O concelho do Cadaval, juntamente com a Quinta do Gradil, viria a ser doado nove anos depois⁹⁹ a D. Martinho de Noronha, filho de D. Pedro de Noronha, já falecido¹⁰⁰. A doação, válida para si e seus sucessores, embora não se indique a forma de sucessão, contemplava a jurisdição civil e crime, mero e misto império e o usufruto de todos os reguengos, rendas, jugadas, foros e tributos, montados, pertenças e coisas que o rei possuía até então. O rei reservava para si o direito à correição e alçada.

A atitude implacável que D. João II adoptou em relação aos membros da linhagem brigantina tem sido objecto de múltiplas interpretações, recaíndo a explicação quase sempre no factor político: o imenso poder albergado pela Casa

⁹⁵ Entre as queixas lançadas salientam-se os obstáculos que D. João II criou à concessão de mercês devidas a D. Alvaro, nomeadamente no caso da doação das vilas de Portalegre, Castelo Rodrigo, Torres Novas e Alvaiázere, e o procedimento incorrecto do rei, quer na negociação do casamento entre D. Alvaro e D. Filipa de Melo, quer na contenda que o mais novo dos Bragança travou com o Bispo de Braga.

⁹⁶ Neste ponto, as queixas de D. Alvaro fazem eco com as dos seus irmãos e de outros senhores donatários. Relacionam-se com um conjunto de medidas tomadas por D. João II que visavam um maior controlo da administração das terras senhoriais. Entre estas medidas, D. Alvaro destacou a pretensão régia de fazer entrar os corregedores nas terras senhoriais dos Bragança, a recusa de D. João II em fazer confirmações gerais e a sua decisão de não considerar válidos os privilégios concedidos pelos seus antecessores, ou por si, enquanto príncipe.

⁹⁷ Refere-se ao reino de Castela, onde D. Alvaro acabou por se fixar apesar da proibição expressa de D. João II.

⁹⁸ A. C. de Sousa, 1947/1737, Tomo X: 138.

⁹⁹ A carta de doação está datada de 14 de Fevereiro de 1492. Cf. ANTT, *Estremadura*, L. 10, fl. 131v.^o Esta doação parece ter sido feita pouco tempo depois da morte de D. Pedro de Noronha, pai de D. Martinho. Cf. nota seguinte.

¹⁰⁰ D. Pedro de Noronha pertenceu ao conselho de D. João II, foi comendador da Ordem de Santiago e exerceu até à sua morte, pensa-se que ocorrida no início de 1492, o cargo de mordomo-mor.

de Bragança constituía um obstáculo ao centralismo régio e ao nascimento do Estado moderno. O estudo recente de Manuela Mendonça¹⁰¹ sugere igualmente o factor individual, ao considerar que a má vontade de D. João II em relação aos Bragança não se pode explicar apenas por uma motivação política, mas remete necessariamente para motivações de ordem psicossocial: para D. João II, a linhagem brigantina representava o *partido* que conduziu à morte prematura da mãe¹⁰², à divisão do reino, expressa nas intrigas cortesãs, e ao estado caótico a que chegara a situação económica e social do país¹⁰³. Não admirava, portanto, que fossem considerados o inimigo número um do rei e do reino.

Mafalda Soares da Cunha, por sua vez, considera que a luta travada entre os dois titãs tratou-se, acima de tudo, de um conflito entre duas esferas de poder político que não podiam coexistir¹⁰⁴. Os reflexos foram essencialmente conjunturais¹⁰⁵; no entanto, a partir de D. João II houve «uma delimitação clara das fronteiras, daí para diante relativamente estabilizadas, do âmbito e competências do poder régio e dos limites do poder senhorial»¹⁰⁶. Segundo a mesma autora «A confiscação de todos os bens da casa de Bragança, mesmo aos membros em que não haviam sido imputadas culpas, como é o caso de D. Alvaro, parece significar uma aposta clara em eliminar os Bragança. A mesma ideia confirma-se de resto no teor do seu testamento¹⁰⁷ em que recomenda ao seu herdeiro que não autorize nunca o regresso dos descendentes dos sentenciados ao reino»¹⁰⁸. Os desejos de D. João II não foram, contudo, satisfeitos pelo seu sucessor. A ascensão de D. Manuel ao trono possibilitou a reconstituição da Casa de Bragança e das sub-linhagens brigantinas, procedendo-se à restituição de todos os bens que detinham até 1483. Ao *Inverno* de um grande monarca sucedeu o renascimento de uma grande *Casa*.

3. A EXPANSÃO DA SUB-LINHAGEM DONATÁRIA DO CADAVAL ATÉ AO OCASO DO SENHORIALISMO

A ascensão de D. Manuel ao trono de Portugal¹⁰⁹ constituiu uma viragem na política seguida pelo seu antecessor em relação ao grupo nobiliárquico. O início do reinado de D. Manuel ficou assinalado com o regresso dos Bragança, aos quais o monarca restituiu todos os bens que esta Casa detinha até à prisão e morte do Duque de Bragança. D. Alvaro, acompanhado da sua família, cruzou a fronteira portuguesa em Maio de 1496. Na corte aguardava-o a promessa — cumprida — de ver restituídos todos os seus bens e honras.

¹⁰¹ Cf. M. Mendonça, 1991.

¹⁰² A rainha D. Leonor, mãe de D. João II, era filha do infante D. Pedro, morto no decurso da batalha de Alfarrobeira. A trágica morte do pai e o ambiente hostil que a rodeou terão contribuído para o seu falecimento, ocorrido escassos sete meses após o nascimento do príncipe D. João.

¹⁰³ Cf. M. Mendonça, 1991: 65, 76-77.

¹⁰⁴ Cf. M. S. da Cunha, 1990: 170.

¹⁰⁵ *Op. cit.*: 161-162.

¹⁰⁶ *Op. cit.*: 178.

¹⁰⁷ Refere-se ao testamento de D. João II.

¹⁰⁸ M. S. da Cunha, 1990: 170.

¹⁰⁹ D. Manuel, irmão da rainha D. Leonor, sucedeu no trono de Portugal em virtude da morte prematura do único filho de D. João II.

Com o regresso de D. Alvaro inicia-se o derradeiro período que estabelecemos para o capítulo dedicado à administração senhorial do concelho. Durante mais de três séculos, a sub-linhagem brigantina donatária do Cadaval cresceu e agigantou-se. A sua proximidade com a Casa de Bragança, potenciada através do entretecer de uma teia parental e da afinidade das posições políticas assumidas por ambas, contribuiu para a distinção máxima que a Casa de D. Alvaro viria a obter — o título de ducado do Cadaval.

A estabilidade usufruída em tão lato período de tempo veio a ser quebrada pelo *furacão* legislador de Mouzinho da Silveira: o regime senhorial foi abolido e a ideia da edificação de um Estado forte e centralizado propagou-se no génio liberal. O alvorecer do liberalismo acarretou inevitavelmente o ocaso do senhorialismo.

Os últimos anos do reinado de D. João II ficaram marcados por um clima de conflituosidade interna despoletada pela morte prematura do príncipe D. Afonso¹¹⁰. O vazio na sucessão do trono provocado por este trágico acontecimento fez emergir as profundas cisões que persistiam no seio da corte joanina. Ao desejo de D. João II de colocar no trono o seu filho bastardo D. Jorge, opunha-se a facção liderada pela rainha D. Leonor, que impunha o seu irmão D. Manuel, duque de Beja. A obtenção da soberania régia por D. Manuel significava, acima de tudo, a vitória daquela nobreza contra a qual D. João II tinha lutado tão duramente: «Ora, a terrível morte de D. Afonso acabaria por colocar o monarca perante a destruição de todos os sonhos da sua vida e o castigo máximo vinha-lhe na obrigatoriedade implícita de reabilitar as famílias que dominara, pois, embora o sucessor legítimo fosse da Casa de Beja e Viseu¹¹¹, a verdade é que implicitamente era a casa de Bragança que também saía vitoriosa¹¹². Deste modo, a subida de D. Manuel ao trono foi amplamente festejada pela linhagem brigantina que viu, assim, restituídos o lugar e as prerrogativas de primeira *Casa* nobiliárquica portuguesa.

O regresso dos Bragança a Portugal ocorreu logo após a Páscoa de 1496, mais precisamente no início do mês de Maio, sendo-lhe de imediato devolvidas todas as honras e bens que possuía o Duque de Bragança¹¹³:

«Nesta altura¹¹⁴, tinha já el-Rei chamado Dom Jaime e Dom Dinis, filhos do Duque de Bragança, e outras pessoas que andavam fora destes Reinos, os

¹¹⁰ O herdeiro único de D. João II faleceu em Julho de 1491 vítima de um acidente.

¹¹¹ Refere-se a D. Manuel.

¹¹² M. Mendonça, 1991: 457.

¹¹³ Damião de Góis, na *Crónica de D. Manuel I*, faz uma breve referência à vastidão do património recuperado pela Casa de Bragança, escassos dias depois do seu regresso a Portugal: «A Dom Jaime fez mercê de todos os bens da Casa de Bragança, que el-Rei Dom João (segundo) confiscara, além do que prometeu restituir-lhes aqueles que el-Rei Dom João tomara e dera a diversas pessoas. E, porque a(s) mercês que el-Rei (Dom Manuel) fez a Dom Jaime não foram de qualidade para se passar por ela(s) com descuido, é bom dizer-se que foram das maiores que Imperador ou Rei ou (qualquer) outro Senhor fez de terras obtidas pacificamente.

Quando os filhos do Duque Dom Fernando chegaram a Setúbal, a Casa de Bragança não tinha, nestes Reinos, cousa que lhe não houvesse sido tomada pela Coroa ou possuída por pessoas a quem el-Rei Dom João delas fizera mercê; e, logo daí a poucos dias, por mercês feitas (por el-Rei Dom Manuel) ela (Casa de Bragança) ficou senhora de mais de cinquenta vilas, castelos fortalezas e (outros) lugares, além de outras heranças, quintas e casais, entre os quais Bragança, Guimarães, Barcelos, Chaves, Vila Viçosa, Ourém (e) Borba» (Tomo I: 54-55).

¹¹⁴ Refere-se ao início da Quaresma de 1496.

quais chegaram a Setúbal, depois da Páscoa, com Dom Alvaro seu tio. Foram todos bem recebidos por el-Rei, que, daí a poucos dias, considerando quão próximos lhe eram, em sangue e parentesco¹¹⁵, os filhos do Duque, e quão inocentes dos erros e culpas que, diziam, tiveram seu pai, lhes restabeleceu as honras¹¹⁶.

A D. Alvaro, o rei restituiu-lhe as Villas de Tentugal, Alvaizere, e outras terras, que lhe pertencião, com as do condado de Olivença, e tudo o mais, que havia logrado o Conde de Olivença, seu sogro, e as dotara sua filha: mandando-lhe passar carta de seu assentamento, que elle já tinha delRey D. Afonso V. e foy da quantia de duzentos e cincoenta e nove mil duzentos e quarenta e hum reis, que venceria do primeiro de Janeiro, foy feita em Santarém a 14 de Agosto de 1496¹¹⁷.

O concelho do Cadaval, confiscado por D. João II em 1483, e entretanto doado por este monarca a D. Martinho de Noronha, entrou finalmente na posse de D. Alvaro no Verão de 1496. Conforme o disposto nas cláusulas da doação do Cadaval que o Duque de Bragança tinha feito ao seu irmão mais novo em 1478, este concelho ficaria sob sua jurisdição no caso de D. João, o secundogénito dos Bragança, falecer sem deixar descendência. Como foi o que sucedeu, D. Alvaro veria confirmados a posse e o usufruto das rendas e jurisdições do termo do Cadaval primeiramente pelo herdeiro da Casa de Bragança, D. Jaime, em 22 de Agosto de 1496 e, passados dois dias, pelo rei D. Manuel¹¹⁸. A confirmação prévia da jurisdição do Cadaval que o novo Duque de Bragança fez ao seu tio D. Alvaro veio legalizar e reforçar o direito que este tinha à posse daquele concelho, apesar do conjunto dos bens que a Casa de Bragança tinha cedido a D. João, na falta de herdeiros legítimos, reverterem novamente para esta Casa. O teor da carta de confirmação da doação que D. Jaime enviou ao rei D. Manuel é o seguinte:

«Muy alto e muy poderoso senhor por esta certefico a Vossa Altezza que eu sou contente e me praz que Vossa Altezza confirme a Dom Alvaro meu tio hũa doação que tem do Duque meu senhor e padre que sancta gloria aja assinada per elle e pola duquesa minha senhora e madre das terras do Cadaval e Peral e porque a mim praz que elle as aja assi e pella maneira como na dita doação se contem e per ella lhe foy outorgada Beyjarei as mãos a Vossa Altezza por lho assi outorgar e mandar confirmar¹¹⁹.

O ingresso do concelho do Cadaval no conjunto dos bens patrimoniais de D. Alvaro obrigou D. Manuel a recompensar D. Martinho de Noronha pela perda das suas rendas e jurisdições que detinha por doação de D. João II. O monarca

¹¹⁵ O rei D. Manuel era tio, pelo lado materno, de D. Jaime e de D. Dinis.

¹¹⁶ D. de Góis, Tomo I: 54.

¹¹⁷ A. C. de Sousa, 1947/1737, Tomo X: 17.

¹¹⁸ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, L. 72, fl. 54 v.º

¹¹⁹ *Ibid.*.

procedeu à avaliação do montante das rendas, foros e tributos que D. Martinho de Noronha recebia do Cadaval e da Quinta do Gradil e, em troca da jurisdição perdida, doou-lhe parte das rendas das portagens de Lisboa, de Cascais, de Sintra e de Colares:

«A qual villa rendas e direitos com todallas cousas que o dito dom martinho nella tinha E assy a dita quintaa do gradil elle nos leixou E despejou livremente pera nos darmos E confirmarmos todo a dom alvaro meu muyto amado primo cuja alma deus aja¹²⁰ que lhe de feito assy damos E confirmamos E pera todo satisfazemos ao dito dom martinho como fizemos aaquelles que nas semelhantes terras E remdas deixaram mandamos avalliar a dita villa do cadaval con todas as ditas rendas E ditos foros tributos E cousas outras que o dito dom martinho nella tinha E posohia com a dita quintaa do gradil.¹²¹»

Os tributos que D. Martinho arrecadava anualmente do Cadaval e da Quinta do Gradil foram avaliados em 181\$356 reis, correspondendo 166\$666 reis a rendas e 14\$690 reis a linhos e a galinhas. A esta quantia D. Manuel acrescentou uma tença anual de 60\$000 reis para compensar D. Martinho da jurisdição perdida. O pagamento destes tributos seria feito por alguns ramos das portagens das povoações acima referidas. As rendas destas portagens seriam alvo de uma nova avaliação em resultado da reforma dos forais que D. Manuel começou a empreender a partir do virar do século XV. Deste modo, D. Martinho passaria a receber 292\$708 reis em cada ano a partir de Janeiro de 1504 conforme consta na doação régia. O rei concedia-lhe ampla liberdade na administração dos rendimentos das portagens que podiam ser cobrados por D. Martinho ou, então, arrendados por este. Caso as portagens obtivessem um rendimento superior ao estipulado, D. Martinho teria direito a arrecadar o excesso, mas, se acontecesse o inverso, o monarca não era obrigado a completar a quantia prevista.

Durante o período de 1496-1497, D. Alvaro recebeu ainda outras mercês de D. Manuel, nomeadamente o privilégio de não pagar dízima, portagem e chancelaria e o direito de aposentadoria, extensivo a toda a sua família, nas terras por onde transitasse, sem necessidade de pagar quaisquer direitos¹²². O rei fez-lhe também doação das jugadas de Torres Vedras e seu termo, à excepção da jugada do pão do Turcifal, e certos lugares da mesma vila. Por sua vez, o próprio D. Alvaro procedeu um pouco mais tarde a aquisições patrimoniais: em 18 de Janeiro de 1501, comprou a D. Diogo Lobo, segundo barão de Alvito, a Quinta de Água de Peixes com suas terras, no termo de Viana, e as pretensões que este detinha no termo da vila de Alvito que tinham pertencido a D. Filipa de Melo; e, no dia seguinte, fazia a aquisição da vila de Albergaria¹²³.

¹²⁰ D. Alvaro faleceu em Castela no início de 1504. O documento, emitido em 22 de Março de 1504, sucedeu a morte recente de D. Alvaro.

¹²¹ ANTT, *Estremadura*, L. 11, fl. 103.

¹²² As doações datam respectivamente de 13 de Agosto de 1496 e de 22 de Agosto de 1497 (A. C. de Sousa, 1947/1737, Tomo X: 18).

¹²³ Cf. A. C. de Sousa, 1947/1737, Tomo X: 21.

Sucedeu a D. Alvaro o seu filho primogénito D. Rodrigo de Melo, que herdou os bens das Casas paterna e materna¹²⁴:

«Sucededeo no Senhorio da Villa de Tentugal, que elRey¹²⁵ lhe erigio em condado, e nas Villas de Buarcos, Povoá, Anobra, Pereira, Alvayazere, *Cadaual*, e *Peral*¹²⁶, e outras terras, a que se unirão às terras em que também succedeo por sua mãy, por quem foy senhor das Villas de Ferreira de Aves, Carapito, Villar-Mayor, das terras de Carvalhal, Meaõ, Minhocal, Codiceiro, e outras, e Alcaldaria môr de Olivença»¹²⁷.

Ao movimento de expansão territorial iniciado por seu pai, D. Rodrigo juntou igualmente a aquisição titular: era feito conde de Tentúgal em 1504 por mercê de D. Manuel, enquanto D. João III lhe concedia o marquesado de Ferreira, título que no ano de 1534 já se encontrava na sua posse¹²⁸. Acrescentou ao património legado por seu pai, além dos títulos referidos, o reguengo de Tóis, que pertencera a sua mãe, as vilas de Vilalva e Vila Ruiva, com todas as suas jurisdições, rendas e padroados, por escambo com D. Jaime, quarto duque de Bragança, que recebeu em troca as rendas da dízima do pescado do Porto, Azurara, Setúbal e Cascais, que tinham sido doadas a D. Rodrigo pelo rei D. Manuel, e criou o morgado das Abitureiras, a partir de um conjunto de fazendas que possuía em Santarém, Golegã, Pernes, Almeirim, Azinhaga e Cartaxo.

Da sucessão de D. Francisco de Melo, segundo herdeiro da Casa fundada por D. Alvaro, resultou a perda de parte do património fundiário que o pai e o avô tinham adquirido, quer através de mercês régias, quer através de compras ou escambos¹²⁹. No entanto, o seu casamento com a filha do quarto duque de Bragança, D. Jaime, veio estreitar os laços que sempre existiram entre estas duas

¹²⁴ D. Alvaro teve dois filhos e quatro filhas: ho mayor que he Marquez de Ferreira, e Conde de Tentuguel, erdeiro de sua casa, e muyta renda, pessoa muy principal, e de muyta estima e gram valia, e dom Jorge de Portugal, que vive em Castela com muyta renda, e conde, e alcaide mor do Alcaçer de Sevilla, e a dita duquesa de Coimbra, e outra casada em Castella com o conde de Benalcacer, e outras duas casadas nestes Reynos, huma com o conde de Vimioso, e outra com ho Conde de Portalegre. Todas pessoas muy principaes, e de muyto grandes virtudes» (G. de Resende, 1973: 61).

¹²⁵ Refere-se ao rei D. Manuel.

¹²⁶ Sublinhados nossos. O Peral, apesar de ter perdido a categoria concelhia em favor da constituição do termo do Cadaval, constou sempre nas cartas de confirmação de doação com a nomenclatura de *vila*. Sobre este assunto *id.* Capítulo II (§ 1).

¹²⁷ A. C. de Sousa, 1947/1737, Tomo X: 82-82.

¹²⁸ D. António Caetano de Sousa, na *História Genealógica...*, tomo III, pág. 291, refere que não conseguiu localizar a carta de mercê do título de marquês de Ferreira. Contudo, esta designação já foi utilizada por D. João III numa carta de privilégio a favor de D. Rodrigo de Melo, emitida em 12 de Fevereiro de 1534.

¹²⁹ D. Francisco de Melo, filho secundogénito de D. Rodrigo, envolveu-se numa contenda com o sobrinho, D. Alvaro, filho do irmão primogénito já falecido, em que ambos pretendiam herdar os bens e títulos da Casa de Ferreira. A disputa viria a ser ganha por D. Francisco, contudo, este foi obrigado a ceder ao sobrinho as terras de Carapito, Vilar Maior, Carvalhal, Meão, termo da Guarda, Minhocal e outras. D. Alvaro faleceu em 1578 na batalha de Alcáçer Quibir, sem deixar descendentes. Os seus bens foram apropriados pela Coroa e, em 1594, D. Filipe II faria a sua doação a D. Rodrigo de Lencastre.

casas titulares, além de conferir à Casa de Ferreira e de Tentúgal a carga prestigiante de contrair matrimónio com uma mulher cujo parentesco se cruzava com a família real:

«servindo à Casa de Ferreira de grande esplendor esta alliança, porque se estreitavaõ, e repetiaõ os parentescos do Real sangue; porque a Senhora D. Eugénia era filha do Duque de Bragança D. Jayme, e neta do Duque D. Fernando, e da Senhora D. Isabel, irmãa delRey D. Manoel, filhos do Infante D. Fernando, filho delRey D. Duarte: de sorte, que esta Real linha unida ao sangue de Bragança, que animava a D. Francisco, exaltou muito a sua Casa; porque o revestio de humas especiaes prerogativas, que se lhe communicaraõ pelo Duque de Bragança D. Jayme, que foy jurado Principe herdeiro do Reyno»¹³⁰.

A proximidade com a Casa de Bragança, à qual se reconhecia uma tutela efectiva, veio a expressar-se, no aspecto titular, com a concessão do título de ducado ao jovem D. Nuno Alvares Pereira de Melo, quarto marquês de Ferreira¹³¹ e quinto conde de Tentúgal, filho de D. Francisco de Melo. Já após o desastre de Alcácer Quibir a Casa de Ferreira se tinha posicionado ao lado da sua congénere brigantina que pretendia colocar no trono a duquesa de Bragança, D. Catarina, sobrinha do cardeal D. Henrique. O movimento, contudo, não ganhou força e a vitória do domínio filipino adiou uma pretensão que só veio a realizar-se cerca de meio século mais tarde. A subida do oitavo Duque de Bragança ao trono de Portugal¹³² possibilitou à Casa fundada por D. Alvaro consolidar a sua posição de segunda Casa titular do reino, lugar que conseguiu obter progressivamente à sombra de uma ligação muito estreita, não só com a Casa Real, mas também com aquela que lhe dera origem no meado do século XV:

«He certo, que a Casa de Tentugal, entre todos os parentes da Serenissima Casa de Bragança, não só foy sempre a mais attendida, mas também era a mais benemerita dos seus favores, porque nunca se apartou dos seus interesses, não duvidando sacrificarse, se o pedisse a occasiaõ, pelo amor, e respeito, que estes Senhores professavam aos Principes de Bragança»¹³³

As solidariedades intra-linhagísticas existentes entre a Casa de Bragança e as linhagens que dela se desprenderam detectadas por Mafalda Soares da Cunha na segunda metade da centúria de quatrocentos¹³⁴ parecem ter continuado, pelo menos no caso da linhagem de D. Alvaro, nos séculos seguintes. É neste contexto que devemos inserir a atribuição do título de ducado do Cadaval a D. Nuno Alvares

¹³⁰ A. C. de Sousa, 1947/1737, Tomo X: 107.

¹³¹ O título de marquês de Ferreira, embora desconheçamos qual ou quais os motivos, não foi confirmado pelo rei a D. Nuno, neto de D. Rodrigo de Melo, primeiro marquês de Ferreira e primeiro conde de Tentúgal. O título foi retomado pelo filho de D. Nuno, D. Francisco de Melo, pai de D. Nuno Alvares Pereira de Melo, primeiro duque de Cadaval.

¹³² Referimo-nos ao rei D. João IV.

¹³³ A. C. de Sousa, 1947/1737, Tomo X: 110.

¹³⁴ Sobre este assunto ver o exposto no § 2 deste mesmo Capítulo.

Pereira de Melo. Muito mais do que a concessão de um título raro¹³⁵ como forma de premiar os serviços prestados pelos membros de uma Casa que se cruzava com a de Bragança por laços de sangue e por afinidades políticas¹³⁶, cremos que se tratou de uma atitude de *apadrinhamento* que a linhagem brigantina, a partir da coroação de D. João IV assimilada à Casa Real, tomou em relação à Casa de Ferreira. Detentora de um extenso património fundiário e possuidora de três títulos nobiliárquicos, a Casa de Cadaval viu-se elevada à posição de primeira Casa titular do reino, suplantada apenas pela Casa de Bragança que ocupava agora o trono real¹³⁷.

O título de duque de Cadaval foi concedido a D. Nuno Alvares Pereira de Melo no dia 17 de Julho de 1648, conforme consta na carta de mercê emitida por D. João IV¹³⁸ [Foto 34]. Os motivos invocados pelo monarca para a atribuição do título diziam respeito aos serviços que lhe foram prestados por D. Francisco de Melo, pai de D. Nuno e já falecido à data da doação, aqueles que a duquesa sua mulher ainda desempenhava para a rainha¹³⁹ e ao carinho que a família real depositava em D. Nuno, o jovem herdeiro da Casa de Cadaval:

«Dom João etc. faço saber aos que esta carta virem que avendo respeito aos serviços de dom Francisco de Mello Marquês de Ferreira meu muito amado e prezado sobrinho que Deus perdoe E particularmente aos que fez a Rainha Minha sobre todas muito amada e prezada mulher no officio de seu mordomo em cujo exercicio faleceo e a grande satisfação que eu E a Rainha tivemos sempre do amor e affecto com que nos servio E ao muito devido que comigo tinha Em grandes calidades de sua casa e pessoa E faleceo sem receber de mim a honra merce E acrescentamento que sempre desejei fazer lhe E tendo outrossi respeito aos serviços que a Marquêsua sua mulher fez e tem feito a Rainha e a esta la servindo de sua camareira mor e tendo ultimamente respeito ao Marquês de Ferreira conde de Tentugal dom Nuno Alvares Pereira servir ao príncipe meu sobre todos

¹³⁵ O título de *duque* foi criado em Portugal apenas no século XV e foi geralmente atribuído pelos monarcas a membros da Casa Real ou a parentes chegados. De facto, os primeiros títulos de *duque* concedidos em Portugal premiarão os filhos de D. João I: D. Pedro, duque de Coimbra, D. Henrique, duque de Viseu, D. Afonso, filho bastardo do rei, duque de Bragança. D. Afonso V elevou o seu irmão D. Fernando a duque de Beja. O título de ducado de Cadaval foi o quinto desta categoria a ser atribuído, desta vez a um parente da família real: D. Nuno Alvares Pereira de Melo era primo em terceiro grau de D. João IV. Já no século XIX o regime liberal concederia os restantes cinco títulos.

¹³⁶ São de afastar as interpretações por vezes veiculadas que pretendem justificar a atribuição do título de duque de Cadaval a D. Nuno Alvares Pereira de Melo como forma de premiar os serviços que *este* tinha prestado à causa nacional durante a restauração da independência. Quando D. Nuno recebeu o título de duque tinha somente dez anos de idade e perfazia três anos quando se celebrou a vitória portuguesa sobre os espanhóis. D. Nuno nasceu a 4 de Novembro de 1638.

¹³⁷ O Duque de Cadaval era o primeiro membro do grupo nobiliárquico a prestar juramento ao rei.

¹³⁸ ANTT, *Chancelaria de D. João IV*, L. 20, fl. 99 v.º

¹³⁹ D. Francisco de Melo (falecido em 1645) era primo em segundo grau do pai de D. João IV e foi um dos primeiros fidalgos a aclamar o duque de Bragança rei de Portugal. O monarca concedeu-lhe de imediato o cargo de mordomo-mor. A ligação parental à Casa de Bragança foi reforçada pelo facto da Marquesa de Ferreira ser prima em segundo grau da rainha D. Luísa de Gusmão que, chegada ao trono, lhe atribuiu o lugar de camareira-mor.

e muito amado e prezado filho e a muita afeição que o príncipe lhe tem a seu sucessor E herdeiro da casa e serviços dos ditos seus pais a representar suas pessoas E a conservar na sua a memória de seus Avos também queridos a esta Coroa E tão estimados dos reis meus predecessores.¹⁴⁰

A amplitude dos poderes jurisdicionais da Casa de Cadaval, parte deles provenientes de mercês concedidas pelos monarcas anteriormente à atribuição do título de ducado, outros acrescentados posteriormente, era bastante considerável. À semelhança de outras grandes casas senhoriais do Antigo Regime, a linhagem fundada por D. Alvaro erigia-se como um autêntico campo *periférico* de actuação político-administrativa que, exercendo influência a nível local, contribuía para o fraccionamento do poder central régio: «Em Portugal é evidente a manutenção, até aos começos do século XIX, dos poderes senhoriais, destruídos juridicamente apenas em 1832. Tais poderes tinham reflexos nas estruturas administrativas, porquanto os Donatários da Coroa possuíam, nas suas terras, a capacidade de nomearem ou confirmarem as vereações municipais, retirando assim ao poder central o controle dos processos eleitorais de boa parte dos concelhos do País»¹⁴¹.

A Casa de Cadaval tinha o poder de nomear os ouvidores e seus assessores — escrivães, inquiridores, contadores, porteiros, distribuidores, caminheiros — nas terras sob sua jurisdição. O ouvidor era o equivalente senhorial do corregedor régio, embora a sua competência fosse menor que a dos corregedores: «não podiam decidir nem em primeira nem em última instância, mas apenas sobre apelações em assuntos de cível»¹⁴².

Um documento emitido pelo *Desembargo do Paço*¹⁴³ permite-nos apreender o processo de nomeação e confirmação do ouvidor do concelho do Cadaval na segunda metade do século XVIII. O ouvidor era nomeado pelos duques de Cadaval, no entanto, a sua tomada de posse só se efectuava após a realização de um auto camarário em que, perante o juiz presidente da Câmara e os vereadores municipais, o ouvidor nomeado prestava juramento. O cargo exercia-se durante três anos findos os quais o ouvidor podia ser reconduzido no seu ofício ou ser substituído por outro.

Estes privilégios já constavam de um alvará expedido por D. Afonso VI em 20 de Abril de 1668¹⁴⁴ a favor do primeiro duque de Cadaval, D. Nuno Alvares Pereira de Melo. Ao Duque foi-lhe dado poder de nomear ouvidor, escrivão e demais oficiais da sua fazenda. O ouvidor podia passar provimentos e dar serventias aos oficiais nomeados pelo Duque e conhecer das apelações e agravos dos seus almoxarifes. O rei, no entanto, reservava para si o direito de apelação. Por último, o monarca concedia a D. Nuno Alvares o direito de chancelaria, privilégio, contudo, apenas válido para si e para um filho seu. Se juntarmos a todas estas prerrogativas o privilégio de, ainda no início do século XIX, não entrarem corregedores régios nas terras do senhorio dos duques de Cadaval, salvo por ordem especial do rei¹⁴⁵, apercebemo-nos da amplitude dos poderes jurisdicionais que aquela casa titular detinha.

¹⁴⁰ ANTT, *Chancelaria de D. João IV*, L. 20, fl. 99 v.º

¹⁴¹ A. P. Manique, 1989: 15.

¹⁴² L. Vidigal, 1989: 41.

¹⁴³ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 814, doc. 13, 8 de Agosto de 1785.

¹⁴⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, L. 22, fl. 281.

¹⁴⁵ Cf. ANTT, *Chancelaria de D. João VI*, L. 1, fl. 259 v.º

Durante os quase dois séculos que medearam a criação do ducado de Cadaval e a extinção dos direitos senhoriais, ocorrida em 1832¹⁴⁶, os membros da Casa de Cadaval obtiveram uma posição de destaque na esfera de actuação política da corte portuguesa. A estabilidade usufruída desde há séculos por esta Casa titular viria a ser quebrada pelo advento do Liberalismo. A adesão de D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Melo, sexto duque de Cadaval, à causa miguelista conduziu ao seu exílio em França¹⁴⁷, apesar do novo regime constitucional lhe reconhecer os títulos e honras possuídos pela sua linhagem desde há séculos:

A família da Casa de Cadaval «vivia afastada ha muito do nosso paiz por insanavel dissidência com o actual regimen constitucional da nação. Os duques de Cadaval foram sempre legitimistas intransigentes e nunca puderam submeterse à politica liberal. Por isso, preferiram emigrar para França a viver sob um regimen que sempre combateram e lhes desagradava profundamente. O sr. D. Jayme¹⁴⁸, agora fallecido, assentara residencia em Pau, onde gosava tranquilamente os rendimentos de uma das fortunas mais consideraveis de Portugal¹⁴⁹, que era a sua e que é aqui dirigida por empregados de confiança da illustre familia legitimista [...]. Nem o duque D. Nuno nem os seus descendentes, como é sabido, quizeram usufruir as honras e as dignidades que o regimen liberal não lhes negava»¹⁵⁰.

O título de duque de Cadaval, ao que parece, acabou por se extinguir em virtude de não ter sido renovado a D. Jaime Alvares Pereira de Melo pelo duque de Bragança, D. Duarte Nuno.

¹⁴⁶ Referimo-nos ao decreto de 13 de Agosto de 1832 promulgado por Mouzinho da Silveira e que extinguiu os forais e os bens da coroa. Sobre este assunto *vd.* § 4.

¹⁴⁷ D. Nuno comandou as tropas miguelistas derrotadas pelo Duque da Terceira em 1833. Após a *Convenção de Évoramonte*, que decretou o exílio de D. Miguel, o sexto duque de Cadaval fixou residência no estrangeiro. Saiu de Lisboa no dia 6 de Julho de 1834 tendo-se dirigido para Inglaterra onde pretendia ficar. Contudo, o facto de possuir família em Paris, levou-o a optar definitivamente por aquela cidade onde chegou a 10 ou 11 de Setembro desse mesmo ano.

¹⁴⁸ Refere-se a D. Jaime Caetano Alvares Pereira de Melo, sétimo duque de Cadaval, que sucedeu no título e bens ao seu irmão de D. Nuno.

¹⁴⁹ A *Lei dos Forais*, decretada por Mouzinho da Silveira em 13 de Agosto de 1832, afectava somente os bens da Coroa que tinham sido doados a elementos da aristocracia. Foi respeitada a propriedade privada dos antigos senhores donatários que continuou na sua posse.

¹⁵⁰ *In* artigo publicado no jornal *O Século*, de 13 de Janeiro de 1898, noticiando o falecimento de D. Jayme Caetano Alvares Pereira de Melo, sétimo duque de Cadaval

ANEXO 1

SUCCESSÃO DOS SENHORES DONATÁRIOS DO CADAVAL

D. João Afonso Teles de Meneses [conde de Barcelos e de Ourém] 1371-1381 =	D. Guiomar
D. Pedro de Castro [conde de Arraiolos] 1381-1385/1388- ...	= D. Leonor Teles de Meneses
D. João de Castro [?]	= D. Leonor da Cunha
D. Fernando [2º duque de Bragança] 1429-1465	= D. Joana de Castro
D. João [marquês de Montemor-o-Novo] 1465-1483	= D. Isabel de Noronha
D. Martinho de Noronha 1492-1496	= D. Guiomar de Albuquerque
D. Alvaro 1496-1504	= D. Filipa de Melo
D. Rodrigo de Melo [1º conde de Tentúgal; 1º marquês de Ferreira] 1504-1545	= D. Leonor de Almeida
D. Francisco de Melo 1545-1588	= D. Eugénia de Melo
D. Nuno Alvares Pereira de Melo 1588-1626	= D. Mariana de Castro
D. Francisco de Melo 1626-1645	= D. Joana Pimentel
D. Nuno Alvares Pereira de Melo [1º duque de Cadaval] 1645-1730	= D. Margarida de Lorena
D. Jaime de Melo 1730-1749	= D. Henriqueta Júlia Gabriela de Lorena
D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Melo 1749-1771	= D. Leonor da Cunha
D. Miguel Caetano Alvares Pereira de Melo 1771-1806	= Maria Madalena Montmorency de Luxemburgo
D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Melo 1806-1832	= D. Maria Domingas Sousa e Ligne

4. O FORAL DO CADAVAL — CARTA DE PRESCRIÇÃO DAS RENDAS SENHORIAIS

O concelho do Cadaval recebeu a sua carta de foral no dia 1 de Outubro de 1513 [Fotos 35 e 36]. Concedido por D. Manuel o foral do Cadaval insere-se no processo de *reforma* geral dos forais do reino que este monarca encetou a partir de 1497 e apenas ficou concluída vinte e três anos depois.

A necessidade de uma nova leitura e actualização dos forais existentes, a maioria remontando ao período medieval, constituía um assunto insistentemente referido pelos povos nas cortes desde o reinado de D. João I. Os forais antigos, que regiam as relações entre as autoridades senhoriais — régia, nobiliárquica ou eclesiástica — e as comunidades concelhias, tinham-se tornado, com o progresso de uma monarquia de tipo estatal, em cartas desactualizadas que já não correspondiam às exigências de uma sociedade cada vez mais uniformizada do ponto de vista político e administrativo: «Uma grande parte do seu conteúdo encontrava-se revogado pela legislação geral, designadamente os preceitos respeitantes à administração, ao direito e ao processo civil e ao direito penal. Mesmo quanto às normas ainda vigentes, relativas aos encargos e isenções tributárias, era manifesto o seu carácter obsoleto: por um lado, referiam-se a pesos, medidas e moedas em desuso; por outro lado, as providências estabelecidas com

vista à actualização das prestações, mercê da sucessiva desvalorização monetária, não raro originavam incertezas e arbitrariedades. Muitos deles, além disso, apresentavam-se num grande estado de deterioração ou não ofereciam garantias de inteira autenticidade.¹⁵¹

Estes mesmos motivos aparecem invocados por D. Manuel na parte introdutória da carta de foral que concedeu ao concelho do Cadaval:

«Fazemos saber que vendo nos como o officio do Rey não he outra couza, senão reger bem, e governar seos subditos em justiça e igoaldade, a qual não he somente dar a cada hũu o que a seu for, mas ainda não Leixar adquirir, nem Levar, nẽm tomar a ninguem senão o que a cada hũu directamente pertence, e visto isso mesmo como o Rey he obrigado por o carregio que tem nas couzas, em que sabe seos vassallos receberem agravos eniales [?], lhes colher, e tirar, posto que pollos damnificados Requerido não veja, querendo nos satisfazer no que a nos for possivel, com o que somos obrigados, vindo á nossa noticia que assim na nossa Cidade de Lisboa como em muitos lugares de nossos Regnos e senhorios por verem os forais que tinham de mui longos tempos, e os nomes das moedas, e intrinseco valor dellas se nom conheciam, e por assim nom poderem ser entendidos, assim por muitos delles estarem em Latim, e outros em Lingoagem antiga e desacostumada, se Levava e pagava por elles o que verdadeiramente se não devia pagar»¹⁵².

A desactualização dos forais era, segundo os povos, a principal causa para os abusos verificados na colectação de rendas e tributos, tanto por parte dos senhores donatários nos concelhos senhoriais, como por parte dos oficiais do rei nos concelhos sob jurisdição régia. De tudo isto resultava prejuízo para as populações que se viam oneradas com tributações muito mais elevadas do que as quantias previstas nos forais, ou mesmo sujeitas a outras tantas que nem sequer estavam previstas nas cartas de foral¹⁵³. Não admira, pois, a preocupação do monarca em

¹⁵¹ Costa, 1989: 313.

¹⁵² *Foral do Cadaval*, fls. 4-4vº. O documento utilizado para a análise das prescrições foraleiras trata-se de um exemplar policopiado de um traslado do foral do Cadaval executado no ano de 1778. Este documento, cujo original não encontramos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que, possivelmente, estaria na posse da Câmara Municipal do Cadaval tendo sido, deste modo, consumido no incêndio que destruiu por completo o edifício da edilidade no final do século XIX, é bem maior do que a carta de foral concedida em 1513. Pensamos que o traslado, além de transcrever a carta de foral quinhentista, incluiu indicações de carácter legislativo geral.

¹⁵³ A este propósito refiram-se as queixas apresentadas pelos povos ao rei D. João I nas cortes realizadas em Santarém no ano de 1430 e o seu apelo à necessidade urgente de se proceder a uma revisão dos forais existentes: «Outrosi, Senhor, os Foraes de cada Lugar, per onde se mais rege, e governa voso Reinno, estes são oje em dia, e asy todos, ou moor parte falseficados, antrelinhados, rotos, não autorizados, e os tirão de seu proprio entender, nem são interpicados a uso, e costume d'ora, nem são conforme a alguns artigos, e Ordenaçoeens vossas, [...], e per muitas maneiras errão nesses Foraaes, são mostrados outros trelados falseficados, e os que taees de mercê de vos hão manda-nas tirar, como querem, e honde ha, fazem de novo: Senhor, seja vossa mercê reformardes ora de novo todos vossos Reinnos, e examinardes, e exterpardes todas as bulras, e enganos de taees Foraaes». In Cap. LXV dos *Místicos*, apêndice documental apresentado por J. P. Ribeiro, 1812: 49.

proceder à correcta avaliação de cada carta de foral atribuída pelos seus antecessores pretendendo, deste modo, obter um maior controlo sobre as autoridades — senhoriais ou régias — que procediam à colecta dos tributos.

A reforma dos forais realizada por D. Manuel cristalizava também o movimento de reforço do poder do rei que se traduzia na perda de grande parte dos privilégios e autoridade concelhios: «Em resumo, o progressivo robustecimento do poder do rei e a uniformização jurídica, alcançada através da legislação geral, iam determinando o declínio das instituições concelhias, bem nítido ao longo do século XV. Daí que os forais perdessem o seu alcance anterior e se transformassem em meros registos dos tributos dos municípios»¹⁵⁴. A característica quase exclusivamente fiscal dos forais manuelinos transparece claramente, como veremos, na análise do foral do Cadaval.

A carta de foral atribuída ao concelho do Cadaval consta de um documento em que aparecem rigorosamente determinados um conjunto de prescrições de carácter penal e fiscal. O conteúdo dos foros previstos na carta pode ser dividido em dois corpos, ou partes, analíticos: um primeiro, que designaremos por *introdutório*, ocupa-se essencialmente em determinar as penas previstas para todos aqueles que não cumprirem as prescrições estipuladas pelo foral; o segundo, destina-se a prescrever *escrupulosamente* todos os tributos devidos à autoridade senhorial bem como as isenções previstas nas cláusulas foralengas.

As penas previstas para os indivíduos que, actuando por si ou em nome da autoridade senhorial, aplicassem direitos não estipulados no foral e onerassem os povos com tributações superiores às prescritas eram bastante rigorosas e podiam ir do degredo para fora da vila e termo até à perda das jurisdições senhoriais ou da simples proibição de desempenhar a actividade profissional. A pena de degredo durante um ano para fora da vila e termo era aplicada a qualquer indivíduo que suplantasse os direitos e os tributos declarados no foral, além de ser obrigado à proceder ao pagamento de trinta reis por cada real que colectasse em excesso, quantia esta que seria dividida entre a parte acusatória e os «captivos»:

«E qualquer pessoa que for contra este nosso foral Levando mais direitos dos aqui nomeados, ou Levando destes maiores conthias das aqui decraradas o havemos degradado por hũu anno fora da Villa e termo e mais pague de Cadea trinta reis por hũu de todo o que assy mais Levar pera a parte a que os Levou, e se a nom a quizer Levar, seja metade pera quem o acuzar e a outra pera os captivos»¹⁵⁵.

A expulsão de um indivíduo para fora da área de jurisdição do concelho onde residia e trabalhava constituía uma pesada condenação que, além dos inevitáveis prejuízos materiais, implicava, aspecto não menos importante, a perda de todos os direitos e protecções que as comunidades locais reservavam para seus *vizinhos*, ou seja, para os elementos residentes a quem se reconhecia o direito de participar na administração da comunidade. As solidariedades vicinais, embora em

¹⁵⁴ Costa, 1989: 313.

¹⁵⁵ *Foral do Cadaval*, fl. 1 v.º

declínio gradual, traduziam-se igualmente no foro penal e fiscal concedendo vantagens efectivas aos moradores do concelho reconhecidos como membros da comunidade¹⁵⁶.

O foral do Cadaval prevê a isenção de portagem para todos os vizinhos do concelho e estabelece uma pena bem mais onerosa para um homicídio dentro da vila e termo do que fora da sua área jurisdicional¹⁵⁷. Na vivência quotidiana, porém, a condenação social a que um indivíduo estava sujeito no caso de transgredir as normas estipuladas pela comunidade à qual pertencia constituía, talvez, o antídoto mais eficaz contra situações de desvio normativo.

No processo judicial que arbitrava os casos de degredo ou de multa até 2\$000 reis era concedida ampla liberdade de actuação às justiças locais que podiam condenar os culpados sem necessidade de recorrerem a instâncias judiciais superiores e não se prevendo o direito de apelação aos condenados:

«e damos poder a qualquer justiça onde acontecer, assy juizes, como vintaneiros, ou Quadrilheiros, que sem mais processo nem ordem de Juizo summariamente sabida a verdade condenem os Culpados no ditto cazo de degredo e assy do dinheiro atee conthia de dois mil reis sem apellação nem agravo, e sem disso poder conhecer almoxarife, nem contandor nem outro official nosso, nem de nossa fazenda em cazo que o hy haja»¹⁵⁸.

As cláusulas foralengas revelavam-se igualmente rigorosas para os senhores donatários que, directamente ou através de rendeiros, impusessem aos povos tributos exagerados ou pretensos direitos não prescritos na carta de foral:

«e se o Senhorio dos dittos direitos o ditto foral quebrantar per sy ou per outrem seja logo suspenso delles, e da jurdição do ditto Lugar se a tiver emquanto nossa merce for e mais as pessoas que seu nome ou por elle o fizerem encorrerão nas dittas penas»¹⁵⁹.

O rei aparece aqui como a autoridade suprema que suplantando qualquer outra tinha o poder de atribuir ou retirar as jurisdições aos senhores donatários. Tal como vimos, esta prerrogativa monárquica prende-se com o carácter *revogatório* e *inalienável* das doações régias que, juridicamente, pertenciam sempre à Coroa. A rigidez axiomática da legislação manuelina era, no entanto, mais fluída na sua aplicação prática. As contendas entre a autoridade senhorial e os moradores do Cadaval referentes às rendas colectadas podem ser deduzidas a partir dos dois traslados do foral pedidos, supõe-se que pela administração concelhia, respectivamente em 31 de Janeiro de 1770 e em 9 de Março de 1778. Este último foi

¹⁵⁶ Nem todos os moradores do concelho eram reconhecidos como *vizinhos* cabendo a cada comunidade estipular as normas de acesso dos indivíduos ao grupo daqueles que tinham direito a usufruir dos privilégios e protecções conferidas pela admissão à comunidade local. Factores como a idade, o sexo e o estado civil podiam condicionar o acesso ao grupo vicinal.

¹⁵⁷ Cf. quadro em anexo.

¹⁵⁸ *Foral do Cadaval*, fls. 1v.º-2.

¹⁵⁹ *Foral do Cadaval*, fl. 2.

requerido pelo Padre Francisco Lobo¹⁶⁰ que «para bem de sua justiça lhe he necessario o traslado do Foral tirado dos Livros da Torre do Tombo, e dado à Villa do Cadaval junto à de Obbidos»¹⁶¹. Conflito atestado entre o povo do Cadaval e o rendeiro do duque de Cadaval, Luís António Fróis, foi o que ocorreu no ano de 1768. Os moradores do Cadaval acusavam o rendeiro do Duque de lhes impôr o pagamento do oitavo sobre todos os frutos o que, em sua opinião, não constava das determinações foralengas:

«Dizem os moradores da Villa de Cadaval e seu termo que por suas pessoas e privilegios Se achão izentos de pagarem o oitavo de seus frutos, que Luis Antonio Froes Rendeiro atual do Duque de Cadaval tem procedido contra elles extraordinariamente a varejo e penhora nos frutos dos annos prezente e passado pretendendo obrigarlos a pagar o que não devem pello referido precipio de cujo procedimento tem agravado para o Juizo dos feitos da Coroa, aonde Se acha o dito Agravvo para se decidir E como porque tem noticia que o dito rendeiro tem requerido a Vossa Magestade Provizão com ella authorizar o irregular procedimento com que quer vexar aos suplicantes Contra as despoziçoens do Foral da mesma Vila e privilegios dos Suplicantes e querem haver visto de tudo e qual-quer requerimento que o suzo dito fizer»¹⁶².

Os moradores do Cadaval estavam plenos de razão face ao comportamento pouco escrupuloso do rendeiro Luís Fróis. Na verdade, de acordo com a carta de foral, o oitavo incidia apenas sobre a produção vinhateira e sobre o linho excluído, portanto, todos os outros produtos agrícolas.

O último castigo que aparece prescrito na carta de foral applicava-se aos oficiais do corpo administrativo do senhor donatário que se arriscavam a perder o seu ofício no caso de desrespeitarem os direitos dos povos previstos no foral: «com Almojarifes, escrivaens e officiaes dos dittos dereitos que o assim nom cumprirem perderão Logo os dittos officios, e não haverão mais outros»¹⁶³.

O segundo corpo do texto foralengo é constituído pela rigorosa *listagem* dos tributos devidos pelos povos à autoridade senhorial. A determinação do montante das rendas e do seu local de recepção fundamentou-se, quer no foral de Óbidos, pelo qual se regia o concelho do Cadaval uma vez que pertencera ao termo daquela vila, quer nas práticas costumeiras seguidas pelas gentes do Cadaval. Utilizando a terminologia proposta por Albert Silbert¹⁶⁴ podemos dividir os réditos senhoriais em duas categorias: *puramente fiscais* e *funditários*.

Os direitos *funditários*, ou seja, aqueles que incidiam directamente sobre a terra e os seus produtos, ocupam uma parcela bem menor em relação à que é

¹⁶⁰ Desconhecemos quem seria este Padre Francisco Lobo, mas desempenhava certamente um cargo administrativo de relevância municipal.

¹⁶¹ *Foral do Cadaval*, fl. 1.

¹⁶² ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas)*, m. 2063, doc. 54, 22 de Abril de 1768.

¹⁶³ *Foral do Cadaval*, fl. 2.

¹⁶⁴ Cf. A. Silbert, 1978: 143-146.

dedicada aos réditos fiscais. O primeiro tributo que aparece prescrito no texto foralengo é o da *jugada*. A jugada era um tributo cerealífero que incidia sobre as terras lavradas, no entanto, o seu alcance sociológico transcendia em muito o âmbito de uma mera exacção tributiva: através dos montantes onerados por cada lavrador — consoante utilizasse mais do que um boi, apenas um animal ou, então, lavrasse a sua courela, com um animal pertencente a outrem — podemos apreender a hierarquização da sociedade camponesa.

De acordo com as cláusulas constantes no foral do Cadaval, situava-se no topo da pirâmide da sociedade rural¹⁶⁵ o lavrador que arroteava a terra com bois que lhe pertenciam. O seu tributo ascendia a vinte alqueires de trigo ou/e de milho independentemente da quantidade de cereal obtida. Logo a seguir aparecia o lavrador que, apesar de possuir o seu animal, lavrava apenas com um só boi, devendo pagar metade do tributo estabelecido para o caso anterior. O seareiro que lavrasse com animais que não lhe pertencessem era onerado em cinco alqueires dos cereais referidos e, por fim, o cavão que, em situação idêntica à do seareiro pagava metade do tributo deste. Mas o escalonamento da sociedade camponesa não se quedava no cavão: abaixo dele situava-se ainda o jornaleiro que, não possuindo courela própria ou arrendada, era obrigado a alugar a sua força de trabalho aos proprietários rurais¹⁶⁶. Esta hierarquização social não é um mero exercício analítico. Ela fazia-se sentir na vivência quotidiana das gentes e o próprio montante da tributação erigia-se como um comprovativo da posição disfrutada na escala social.

Os outros tributos fundiários estabelecidos pelo foral eram o *oitavo* e as *sesmarias*. O primeiro incidia sobre o vinho e o linho e devia ser pago unicamente pelos peões, enquanto o segundo estava sujeito a jugada. Os povos estavam isentos de pagar qualquer tributo pela utilização dos maninhos e gozavam também da isenção do *relego*¹⁶⁷, privilégio importante em especial num concelho que detinha uma importante produção vinícola.

Entre os direitos *puramente fiscais* sobressaem os de *origem penal* e a *portagem*. Este último ocupa uma grande parte do texto foralengo que discrimina detalhadamente quais os produtos sujeitos a tributação — incluindo as diversas cambiantes de pagamento — e quais as isenções previstas. Os direitos de origem penal englobam um conjunto de determinações que visava essencialmente a protecção da integridade física dos moradores do concelho e a defesa da inviolabilidade do espaço doméstico. As penas máximas, comutadas em novecentos reis, eram aplicadas aos crimes de homicídio, violação de mulheres e entrada forçada na casa de outrem. Os ferimentos provocados em alguém eram passíveis do pagamento de quatrocentos e cinquenta reis, enquanto a utilização abusiva de armas sofria penas de duzentos reis. As quantias oneradas eram pagas ao alcaide da vila. O mordomo e o escrivão da vila deviam ocupar-se de quaisquer sentenças

¹⁶⁵ Consideramos aqui apenas aqueles que trabalhavam directamente a terra, ou seja, excluimos o estrato terratenente geralmente pertencente à classe nobiliárquica.

¹⁶⁶ Ainda em meados do nosso século os assalariados rurais reuniam-se na praça principal da vila do Cadaval onde aguardavam a contratação por parte dos proprietários agrícolas.

¹⁶⁷ O *relego* consistia num privilégio geralmente possuído pelo rei ou pelos senhores religiosos ou laicos que consistia no direito de transaccionar o vinho antes do povo comercializar o seu.

condenatórias que aí tivessem de ser executadas, cabendo ao mordomo a recepção da dízima dessas acções. Exceptuava-se a cobrança da dízima em três situações: se o condenado já a tivesse pago noutra concelho, se a parte condenada quisesse pagar o conteúdo da sentença antes de ser penhorado por ela e se, por negligência ou afeição, o mordomo não efectuasse a execução da sentença. Neste caso, se a sentença fosse executada pelo porteiro, alcaide ou meirinho estes só poderiam auferir o preço do salário respectivo e nunca a dízima.

A *portagem* é o tributo que ocupa a maior fatia do texto foralengo. O cuidado especial empregue na discriminação das mercadorias transaccionadas no concelho sujeitas ao pagamento deste tributo é, sem dúvida, aquele que melhor traduz o carácter maioritariamente fiscal dos forais manuelinos¹⁶⁸. A isenção do pagamento de *portagem* contemplava os vizinhos do termo e os membros do clero após professarem a sua vocação e previa o *direito de passagem*, ou seja, a dispensa geral da prestação do tributo para todas as mercadorias que, embora cruzassem a área jurisdicional do concelho, não fossem objecto de qualquer transacção¹⁶⁹.

Outras taxas fiscais estão previstas na carta de foral. Uma diz respeito à actividade profissional dos tabeliães que é onerada num tributo anual de setecentos reis. Outra refere-se ao gado perdido — *gado do vento* — que reverte para a autoridade senhorial.

As cartas de foral seriam definitivamente abolidas com o decreto promulgado por Mouzinho da Silveira em 13 de Agosto de 1832. O problema dos forais articulava-se com o do senhorialismo, uma vez que eram estas cartas que estipulavam os tributos devidos pelos povos à autoridade senhorial. Deste modo, o ataque ao senhorialismo desfechado pelo jovem regime liberal implicava necessariamente a revisão, ou mesmo extinção, das cartas de foral existentes. A emergência de uma sociedade burguesa e capitalista e o desejo de constituir um Estado centralizado e igualitário fundamentado em leis gerais não se coadunava, nem com a existência de grupos de privilegiados, nem com o aprisionamento da terra nas mãos de poderosos senhores donatários que absorviam a quase totalidade dos rendimentos do trabalho agrícola: «A necessidade de libertação da terra dos liames feudais assentava, portanto, em dois tipos de motivações: por um lado, as de ordem económica e social, consubstanciadas no desejo de investir na terra por parte da burguesia e na intenção de permitir a concretização do “sagrado” princípio da propriedade privada, postulado fundamental do Liberalismo; e, por outro, as de ordem política, que se articulavam com a necessidade de construção de um novo aparelho de Estado, cuja autonomia política e financeira não se compadecia com a manutenção de privilégios das classes tradicionalmente beneficiárias de uma riqueza territorial imensa e da capacidade de desempenho das funções administrativas que constituíam limitações à autoridade do mesmo Estado»¹⁷⁰. Extintos os forais e os direitos senhoriais permaneceu a recordação de uma osmose

¹⁶⁸ Para evitar enumerações fastidiosas dos bens e quantias onerados pelo tributo da *portagem* remetemos para o quadro existente no final do capítulo.

¹⁶⁹ O não cumprimento do direito de passagem por parte das autoridades régias ou senhoriais constituía uma das principais queixas dos povos em cortes.

¹⁷⁰ A. P. Manique, 1989: 67.

que, embora fluída, conectou durante séculos a vivência quotidiana do povo do Cadaval com a existência faustosa dos seus senhores donatários:

«Debalde se procura no Cadaval o palácio dos duques. Encontrei apenas dois pardieiros velhos, tismados pelo sol e abalados pelos invernos: um delles é o celeiro, e o outro a adega do duque de Cadaval; a adega é para as jogadas, e o celleiro para os dizimos»¹⁷¹.

¹⁷¹ J. C. Machado, 1862: 29. Sem querer retirar qualquer mérito literário à prosa elegante deste escritor fazemos apenas um ligeiro reparo às imprecisões contidas no pequeno extracto apresentado, nomeadamente no que se refere aos tributos colectados pelo Duque de Cadaval. Confronte-se, portanto, com as prescrições contidas no foral do Cadaval.

ANEXO 2

PRESCRIÇÕES FORALENGAS

Direitos Fundiários

Tributo	Incidência	Montante	Isenções
Jugada	Agricultor que lavre com mais do que um boi, independentemente da quantidade de cereal	20 alqueires de trigo e/ou de milho	Centeio e cevada
	Agricultor que lavre apenas com um boi	10 alqueires de trigo e/ou de milho	<i>Idem</i>
	Seareiro que lavre com bois que não sejam seus	5 alqueires de trigo e/ou de milho	<i>Idem</i>
	Cavão que lavre com bois que não sejam seus	2.5 alqueires de trigo e/ou de milho	<i>Idem</i>
Sesmaria			Quem não lavrar trigo nem milho Privilegiados Os lavradores mais pobres podem fazer uma avença com o almoxarife, inferior a 20 alqueires
Oitavo	Peões. Sobre o vinho e o linho.		Privilegiados
Maninhos	Atribuídos pelos almoxarifes	Nenhum foro ou tributo	
Relego			Isenção

Direitos puramente fiscais

Tributo	Incidência	Montante	Isenções
Portagem	Trigo, centeio, cevada, milho, painço, aveia e farinha, cal, sal, vinho ou vinagre, linhaça, qualquer fruta verde, tais como melões ou hortaliça, pescado ou marisco	1 real e 6 ceitis por cada "carga maior" ¹⁷² 0.5 real por cada "carga menor" ¹⁷³ 2 ceitis por cada "carga costal" ¹⁷⁴	Pão cozido; queijadas e biscoitos; ovos; leite e seus derivados sem sal; vides, canas, carqueja, tojo, palha, erva; prata lavrada; vassouras; pedra; barro; lenha; todos os produtos transaccionados entre a vila e o termo;

¹⁷² Corresponde à "carga maior" a mercadoria transportada ao dorso de animais da espécie cavalari ou muar. A mercadoria incluída nesta categoria não deve pesar mais do que 10 arrobas.

¹⁷³ Corresponde à "carga menor" a mercadoria transportada ao dorso de animais da espécie cavalari ou asinina. A mercadoria incluída nesta categoria não deve exceder o peso de 5 arrobas.

¹⁷⁴ Corresponde à "carga costal" a mercadoria transportada unicamente pelo ser humano. "Costal" tem a sua origem na expressão "trazer às costas". A mercadoria incluídas nesta categoria não deve exceder as 2,5 arrobas.

Tributo	Incidência	Montante	Isenções
Portagem		1 ceitel por qualquer carga inferior o dobro da "carga maior" sempre que a mercadoria seja transportada em carroças ou carretas soldo e libra de qualquer produto vendido	todos os produtos destinados ao equipamento da armada real; todos os produtos adquiridos pelos viajantes para seu sustento e dos seus animais; todos os gados que passem pelo concelho desde que não sejam nele transaccionados; todos aqueles que levam uma vida itinerante desde que adquiram os bens para o seu sustento; todos aqueles que adquiram bens no concelho para seu uso, ainda que os tragam para fora dele; todas as rendas e rendimentos provenientes de bens ou móveis de raiz; de quaisquer outros bens de renda ou arrendados; das quantias que forem dadas como pagamento de tenças, casamentos, mercês, ou mantimentos, mesmo que estes sejam transaccionados.
	gados (por cada cabeça):		
	gado cavalari	2 reis	
	gado vacum	1 real;	
	gado asinino	1 real;	
	gado ovino e caprino	0.5 real;	
	gado miúdo	2 ceitis;	
	escravos (cada um)	6 reais	
	panos: lã, linho, seda, algodão, etc., grossos ou finos; lã ou linho fiados; lã ou linho por fiar;	8 reis por "carga maior"; 4 reis por "carga maior";	
	coirama: toda a coirama curtida; calçado; coiros; coiros vacaris curtidos ou por curtir; qualquer coiro que não atinja a quantidade de uma carga;	8 reis por "carga maior"; 2 ceitis;	
	azeite; cera; mel; cebo; unto; queijos secos; manteiga salgada; pez; resina; breu; sabão; peles de coelhos e de cordeiros ou de qualquer outro animal; cutelarias; tinturarias e semelhantes; etc.	8 reis por "carga maior"; 2 reis por "costal"	
	metais: ferro; aço; estanho; outros metais, bem como objectos deles derivados;	8 reis por "carga maior";	
	ferro em brasa; qualquer objecto grosseiro em ferro;	4 reis por "carga maior";	

Tributo	Incidência	Montante	Isenções
Portagem	se este objecto for limado, estanhado ou envernizado;	8 reis por "carga maior";	
		2 reis por "costal" para todos estes produtos;	
	fruta seca: castanhas; nozes verdes e secas; ameixas passadas; amêndoas; pinhões por britar; avelãs; bolotas; mostarda; lentilhas; outros legumes secos; cebolas e alhos secos;	3 reis por "carga maior";	
	objectos de madeira: arcas; loiça; utensílios de madeira lavrada ou por lavar;	3 reis por "carga maior";	
			religiosos de todos os mosteiros, homens ou mulheres, que fizeram voto de profissão; cónegos de ordens religiosas; beneficiados de ordens menores; vizinhos da vila e termo;
Direito de Passagem			isenção geral para todas as mercadorias que transitem na área do concelho, desde não sejam aí transaccionadas;
Outros	gado perdido	reverte para a autoridade senhorial;	
	porco(a) que se mate	reverte para o alcaide um dos lombinhos de dentro com o seu rim;	

Fiscalidade de origem penal

Delito	Sanção atribuída	Isenções
homicídio dentro e fora da vila	900 reis;	
homicídio provocado por um cavalo	900 reis pagos pelo dono; ou então, o cavalo é confiscado pela autoridade senhorial;	
homicídio fora da vila e termo	54 reis;	
violação de mulheres	900 reis;	

Delito	Sanção atribuída	Isenções
violação da habitação	900 reis;	
ferimentos em pessoas dentro da vila ou do termo	450 reis;	
utilização agressiva de arma branca [espada, lança, azagaia, etc.] ¹⁷⁵	200 reis; aprensão da arma;	todo e qualquer indivíduo que empunhar estas armas sem as desembainhar
utilização agressiva de paus ou pedras	200 reis;	todo e qualquer indivíduo que não provoque ferimentos; todo e qualquer indivíduo que os utilize numa rixa em legítima defesa.

¹⁷⁵ A quantia de 200 reis imposta a esta infração e a seguinte, constitui uma alteração aos foros antigos que prescreviam o pagamento de 108 reis para o primeiro caso e de 54 reis para o segundo. O rei ordenou que todas estas penas fossem comutadas em 200 reis, devendo pertencer às autoridades senhoriais a quantia anteriormente estabelecida e às autoridades régias a quantia acrescida para perfazer os 200 reis mais a arma apreendida.

II — A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA

O concelho do Cadaval recebeu a sua carta constitutiva das mãos do rei D. Fernando no dia 1 de Dezembro de 1371. Com a emissão da carta de vila o julgado do Cadaval obtinha finalmente o reconhecimento régio de uma organização municipal pré-existente e, quem sabe, insistentemente pedida pelos homens-bons do Cadaval¹. No entanto, as contingências que envolveram a criação do concelho do Cadaval levam-nos a questionar as verdadeiras intenções que terão motivado o monarca a conceder a esta povoação o estatuto municipal. O certo é que em 10 de Julho do mesmo ano, D. Fernando tinha elevado à categoria de vila a aldeia do Peral, prerrogativa que lhe retirou escassos meses depois em favor do Cadaval que, uma vez erigido em concelho, viria a integrar definitivamente aquela povoação. Não esqueçamos também que o Cadaval, tal como referimos no capítulo anterior, foi de imediato doado a um senhor donatário no próprio dia em que se constituía como termo². O despontar do concelho do Cadaval parece, pois, espelhar o percurso tortuoso deste monarca relativamente à administração do reino e às concessões que dispensou à alta nobreza cortesã. O vínculo senhorial, interrompido apenas em escassos momentos conjunturais, perduraria até ao início do século XIX, centúria que assistiu à quebra dos liames feudo-senhoriais e ao advento do Liberalismo.

O período oitocentista revelou-se simultaneamente para o concelho do Cadaval um século de expectativas e de desenganos. O sonho regenerador e progressista que o regime liberal possibilitou traduziu-se na ambição concelhia de alargar o espaço de intervenção política na região³. A constituição do novo corpo adminis-

¹ Não possuímos qualquer documento que possa comprovar uma possível atitude reivindicativa por parte das autoridades concelhias do Cadaval no sentido de ver estabelecida a sua autonomia administrativa e fiscal em relação a Óbidos. Um estudo mais aprofundado poderia, talvez, esclarecer uma hipótese que por agora fica em aberto.

² Sobre este assunto remetemos para o Capítulo I (§ 1), dedicado à *Administração Senhorial*.

³ Sobre a dinâmica de desenvolvimento económico que despontou no concelho do Cadaval durante o século XIX, remetemos para a Parte dedicada ao *Povoamento*, Capítulo V, § 3.

trativo do País, expresso nas sucessivas reformas administrativas que durante o século XIX agitaram as arraigadas autonomias locais, constituiu uma oportunidade única para a edificação de redes de influências regionais que permitissem obter a melhor fatia do bolo na panóplia de medidas governamentais que ora criavam, reformulavam ou extinguíam unidades concelhias. Cremos que na centúria de oitocentos, mais do que em qualquer outra época, se (re)definiu grande parte dos traços que hoje enformam a vida do município. A voluptuosidade característica do período liberal acabou por ser ingrata para o Cadaval: em 26 de Setembro de 1895 o concelho era extinto e as suas freguesias espartilhadas por quatro concelhos limítrofes. A vontade de um punhado de homens, representantes da elite administrativa local, conseguiria porém, a reconstituição do concelho do Cadaval cerca de três anos depois, em 13 de Janeiro de 1898, data que é hoje celebrada como feriado municipal.

Dois momentos, o da *criação* do concelho em 1371 e o da sua *reformulação-extinção* ao longo do século XIX, vão ser aqui abordados. A separá-los fica apenas entrevista a riqueza de uma vivência municipal centenária que, só por si, merecia uma análise mais atenta. Nestes dois momentos, a definição do espaço administrativo concelhio não foi inocente nem resultou de um mero acaso. No entanto, colocados perante a impossibilidade de atender à profusão de propostas de análise que emanam de uma observação mais atenta dos fenómenos em estudo tentaremos proceder, sempre que possível, à sua problematização.

1. A CONSTITUIÇÃO DO CONCELHO DO CADAVAL

A aldeia do Cadaval foi elevada à categoria de vila por carta régia de D. Fernando [Foto 37] no dia 1 de Dezembro de 1371, que lhe atribuiu simultaneamente a jurisdição civil e criminal sobre mais quatro freguesias: Cercal, Figueiros, Peral e Vilar. Estava assim constituído o concelho do Cadaval. O teor da carta de vila é o seguinte:

«Em nome de Deus amen Nos dom fernando pella graça de deus rey de portugal e do algarve A quantos esta carta virem fazemos saber que nos consyrando como a villa d obidos he de pequena cerca per tal guisa que ao tempo do mester nam podia em ella caber quanta companhia ha em seu termo E esguardando que em aver no nosso senhorio mais villas e fortezeas a nossa terra tera por ello mais honrada e defesa e guardada e havendo esto que se adiante segue por nosso serviço E porem de nossa pura e livre vontade e de nossa certa sciencia e poder absoluto fazemos villa per si o lugar do cadaval que era termo da dicta villla d obidos E a qual fazemos livre e isenta pera todo o sempre com os termos e terrentoreos adiante divisados E a tyramos e livramos e quitamos assy nas pessoas como nas cousas e moradores em ella e em nos termos e terrentoreos della de todo o senhorio e jurdiçam e sogeiçam da dicta villa d obidos E doutro qualquer julgado ou concelho ou pessoa a que ataa qui foe ou era sogeito o dicto logo do cadaval A qual villa do cadaval damos e outorgamos toda a jurdiçam crime e civil mero e

misto imperio que daqui adiante façam em ella e em seus termos e terrentoreos husem de toda a jurdiçam e dos officios como em outra qualquer villa do nosso senhorio E mandamos que venham a nos pola confirmaçam dos juizes assim como he custume d algũuas outras villas do nosso senhorio Outrossy damos e outorgamos a dicta villa do cadaval por termo e terrentoreo todallas aldeas e casaaes e quintas e herdades e todollos outros lugares que sam no julgado do dicto logo do cadaval Outrossy lhe damos e outorgamos por termo e terrentoreo a aldea do peral com todallas outras aldeas herdades e quintas e casaaes e com todallas outras herdades que sam na freguesia de sam lourenço do dicto peral Outrossy lhe damos e outorgamos por termo e terrentoreo a aldea do cercal com todallas outras aldeas e casaaes e quintas herdades e com todollos outros lugares que sam na freguesia de sam vicente do dicto logo do cercal Outrossy lhe damos e outorgamos por termo e terrentoreo a aldea de villar com todallas outras aldeas casaaes quintas e herdades com todollos outros lugares que sam na freguesia de santa maria do dicto logo do villar Outrossy lhe damos e outorgamos por termo e terrentoreo a aldea da dos figueyros com todallas outras aldeas quintas casaaes e herdades e com todollos outros lugares que sam na freguesia de santa maria do dicto logo da dos figueyros as quaaes aldeas e casaaes e herdades e quintas e lugares e as pessoas e cousas dellas livramos e tyramos e quitamos de jurdiçam e sugeiçam da dicta villa d obidos E os damos e outorgamos e sometemos por termo e terrentoreo e sugeitos aa dicta villa do cadaval pera husarem della como de seu termo e terrentoreo E que daqui adiante nam husem na dicta villa do cadaval nem nos termos e terrentoreos della suso declarados de nehũua jurdiçam crime nem civil nem doutro nenhũu direito de sogeiçam sob pena da nossa merce e de lhe seer per nos apanhado se contra esto forem nos corpos e nos averes como aqueles que vão contra mandado de seu rey e senhor E em testemunho desto mandamos dar a esta villa do cadaval esta nossa carta assinada per nossa mão e sselada com nosso selo do chumbo dante em tentugal primeiro dia de dezembro el rrey o mandou diego afonso a fez era de mil iiij ix anos⁴.

Os motivos invocados por D. Fernando para a atribuição da carta de vila ao Cadaval incidiram sobretudo nos factores demográfico e administrativo. O monarca considerou que a vila de Óbidos não tinha capacidade de administrar convenientemente um termo que se apresentava territorialmente vasto e cada vez mais populoso [Cf. Mapa 1]. Tal como salienta Manuela Santos Silva «Em relação ao tamanho da vila [de Óbidos], a região que lhe estava sujeita era descomunal. Mesmo em 1527, a percentagem da população que habitava a sede do concelho representava apenas 10% do total dos moradores do município. Apesar disso, já o termo era mais curto do que fora até finais do século XIV⁵. A criação do

⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, L. 1. fl. 88 v.º

⁵ M. S. Silva, 1987: 3-4.

concelho do Cadaval poderia, portanto, ficar a dever-se a pressões de cariz demográfico-administrativo: à medida que progredia o povoamento na região estremenha era exigida uma nova divisão administrativa que concedesse autonomia aos núcleos municipais que entretanto tinham surgido e não cessavam de se desenvolver. É assim que «Nos fins do século XIV, ou muito provavelmente antes, ao terminar a primeira metade do século, todo o paiz estava dividido em concelhos. Parece que em meados do século se tinham reduzido a circumscrição dos municípios, achando-se criados desde Afonso IV, e ainda desde os seus antecessores, concelhos novos com as aldeias existentes no termo de antigos concelhos, contra vontade, bem entendido, d'estes que ficavam prejudicados»⁶. A criação do concelho do Cadaval parece, deste modo, poder inserir-se num movimento mais lato de amplitude nacional que procedeu à reorganização do tecido administrativo do país.

As circunstâncias que envolveram a criação do concelho do Cadaval levam-nos, contudo, a colocar a possibilidade dos motivos invocados pelo monarca na carta de constituição de vila não traduzirem as verdadeiras intenções de D. Fernando. Em primeiro lugar, o factor demográfico-administrativo parece tratar-se de uma mera *formalidade* discursiva, pois o mesmo motivo é apresentado na carta de criação da vila do Peral datada de 10 de Julho de 1371, escassos meses antes daquela que foi atribuída ao Cadaval:

«Dom fernando etc. a quantos esta carta virem fazemos saber que consyrando como a villa d obidos he pequena e de pequena cerqa em que ao tempo de mester caberia pouca companha E como ao perto dessa villa ha muytos lugares bem pobrados e de muyta companha E esguardando que em aver no nosso senhorio mais villas E fortalezas a nossa terra fica por ello mais honrada e defesa e guardada e havendo esto que se adiante segue por nosso serviço porem de nossa pura e livre vontade e de nossa certa sciencia e poder absoluto fazemos villa per si o lugar do peral que era termo da dicta villa d obidos»⁷.

⁶ H. da G. Barros, s.d., vol. I: 85. Não possuímos dados documentais que atestem uma provável reacção negativa por parte da vila de Óbidos relativamente à constituição do concelho do Cadaval. No entanto, foram já apresentadas por outros autores fontes documentais que traduzem o descontentamento de Óbidos face à progressiva redução do seu espaço geográfico-administrativo. Albertino Crespo faz referência a uma *Representação* que a vila de Óbidos dirigiu à rainha D. Leonor, mulher de D. João II, quando da sua estada na vila de Caldas da Rainha, em que se pode ler: «Eu hũ pobre velho, Óbidos chamado,/ Em anos antigo, moderno em cuidados,/ Quando me lembram meus tempos passados/ Vem-me desejos de ser assolado:/ De muitas heranças estou esbulhado,/ Desde Montejunto até Salvaterra;/ Não que mos tomassem imigos por guerra,/ Pois nunca vencido é o meu ditado» (1966: 2-3). Por sua vez Augusto José Ramos transcreve um documento datado de 1535, no qual a vila de Óbidos se opõe à criação do concelho do Bombarral, do qual retiramos o seguinte excerto: «Esta villa senhora foy uma das mais enobrecidas do Reino e por ser tal os Rex passados a escolherão pera ficar as Rainhas que por em ella não abitarem como os Reis passados fazião e a desempararem lhe foram já tiradas e feitos vilas os lugares do Cadavall Alvorninha Sellyr e as Caldas com outros lugares que a estes lhe foram dados por termo e ffitou somente com hũas pobres e muy pequenas aldeas e não tem outras senão o dito Bombarall e os lugares a elle mais conjuntos em que vivem os mais dos povoradores desta Jurdição por ser tera mays ffortificada que nem hũa outra deste termo» (1982: 14).

⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, L. 1, fl. 75 v.º

A carta de constituição da vila do Peral é, tanto no seu conteúdo como no aspecto formal, muito idêntica à do Cadaval, residindo a única diferença na área administrativa, bem mais diminuta, que lhe foi atribuída: sob jurisdição da vila do Peral ficava somente afectada, além da própria freguesia de S. Lourenço do Peral, a freguesia de S. Vicente do Cercal [Cf. Mapa 2].

«Outrossy lhe damos e outorgamos por termo e terrentoreo a aldeia do Terçal⁸ com todallas outras aldeas e lugares e casaaes e herdades que sam na freguesia do dicto logo do Terçal as quaes aldeas e casaaes e herdades e quintas e lugares e as pessoas e cousas dellas livramos e tyramos e quitamos da jurdiçam e sugeiçam da dicta villa d obidos E as damos e outorgamos e sometemos por termo e terrentoreo e sogeiçam aa dicta villa do peral pera husarem delles como de seu termo e terrentoreo⁹.

O segundo aspecto que consideramos significativo prende-se com o próprio facto de o monarca elevar a vila a aldeia do Peral para, escassos meses depois, lhe retirar essa categoria e proceder à sua inserção definitiva no concelho do Cadaval. Parece transparecer, pois, uma atitude pouco firme de D. Fernando em matéria administrativa, a menos que tenha havido qualquer tipo de reacção por parte das autoridades municipais do Cadaval que não viam chegada a hora do reconhecimento régio.

E, por último, é igualmente de salientar a circunstância do concelho do Cadaval ter sido doado a um dos mais poderosos membros da nobreza de corte fernandina, isto é, a D. João Afonso Teles de Meneses, conde de Ourém e de Barcelos, no próprio dia em que foi constituído, à semelhança do que sucedera anteriormente com o termo do Peral concedido a este senhor donatário apenas sete dias após a sua formação¹⁰. Ou seja, os proventos fiscais e jurisdicionais que o monarca podia retirar pelo facto de ter desanexado o concelho do Cadaval do termo de Óbidos, sujeito à autoridade da *Casa da Rainha*, cedeu-os de imediato a um senhor donatário, o que sugere que a criação do concelho do Cadaval terá sido uma contingência decorrente da necessidade de recompensar os serviços prestados pelo fidalgo mais influente do conselho do rei. Ou então, permanecendo dentro dos limites das construções hipotéticas, talvez estejamos perante uma hábil artimanha régia que deste modo solucionava dois problemas: associou a premência de constituir uma nova unidade concelhia à necessidade de retribuir com mercês e doações os serviços recebidos do conde D. João Afonso Teles de Meneses.

A emancipação administrativa e fiscal em relação ao concelho de Óbidos constituía uma das principais vantagens da ascensão à categoria de vila, situação que aparece declarada na carta de mercê emitida por D. Fernando:

«a qual fazemos livre e isenta pera todo sēpre com os termos e terrentoreos adiante divisados E a tyramos e livramos e quitamos assy nas pessoas e moradores em ella e em nos termos e terrentoreos della de todo senhorio

⁸ Pensamos que se refere à aldeia do Cercal.

⁹ *Ibid.*

¹⁰ Remetemos para o Capítulo I, § 1.

e jurdiçam e sogeiçam da dicta villa d obidos E doutro qualquer julgado ou concelho ou pessoa a que ataa qui foe ou era sogeito o dicto logo do cadaval A qual villa do cadaval damos e outorgamos toda a jurdiçam crime e civil mero e misto império que daqui adiante façam em ela e em seus termos e terentoreos e usem de toda a jurdiçam e dos officios como em outra qualquer villa do nosso senhorio E mandamos que venham a nos pola confirmaçam dos juizes assy como he costume d algũas outras villas do nosso senhorio»¹¹.

A autonomia adquirida significava que, a partir do momento da constituição do concelho, o povo do Cadaval dispunha de meios jurídicos e institucionais que lhe permitiam gerir os destinos do seu município, capacidade limitada pela intervenção da autoridade administrativa senhorial à qual o concelho se encontrava vinculado desde o momento da sua formação. A independência administrativa relativamente a Óbidos possibilitava também, factor não menos importante, a recepção dos tributos municipais devidos pelos seus habitantes na vila «cabeça de concelho». O verdadeiro alcance da emancipação administrativa conseguida pelo Cadaval relativamente a Óbidos, termo do qual se desprendera após ter sido erigido em concelho é, porém, posto em causa, isto se atendermos ao conteúdo de um documento da chancelaria de D. João I datado de 1385.

Este documento foi emitido em 23 de Novembro de 1385¹² e consta de uma reclamação apresentada pelos moradores do Cadaval a D. João I, na qual aqueles se queixavam das irregularidades cometidas pelas autoridades municipais de Óbidos no processo de eleição dos juizes e oficiais do concelho do Cadaval. Os moradores e povoadores do Cadaval faziam lembrar ao monarca que, antigamente, sempre fora costume elegerem os juizes do Cadaval, um para a vila e outro para o termo, e os demais oficiais juntamente com as autoridades de Óbidos, razão pela qual se sentiam em igualdade de circunstâncias perante os habitantes de Óbidos relativamente aos tributos e encargos que sobre todos pesavam. Agora (em 1385), apesar do concelho do Cadaval ter tomado voz pelo Mestre de Avis contra Óbidos, que se aliou ao partido de Castela¹³, os de Óbidos nomeavam sozinhos os juizes e demais oficiais do Cadaval não permitindo qualquer interferência por parte da câmara desta vila. Deste modo, sentiam-se os moradores do Cadaval prejudicados pois sobre eles eram lançados tamanhos tributos e encargos que não podiam suportar, enquanto os habitantes de Óbidos eram poupados aos

¹¹ ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, L. 1, fl. 88v.º

¹² ANTT, *Chancelaria de D. João I*, L. 1, fl. 167.

¹³ Fernão Lopes apresenta a lista das povoações estremenas que tomaram voz pelo rei de Castela. Foram elas: Santarém, Torres Novas, Ourém, Leiria, Montemor-o-Velho, Castelo da Feira, Penela, Óbidos, Torres Vedras, Alenquer e Sintra (1981: 203). Ou seja, os alcaides da grande maioria das vilas situadas na periferia do Cadaval tinham tomado o partido castelhano, embora, como sublinha o cronista, tal atitude não significasse a adesão das populações dos termos. O apoio das gentes do Cadaval à facção do Mestre de Avis talvez não se possa dissociar do interesse em obter futuros proventos régios. Recorde-se que no documento emitido em 1385 os moradores do Cadaval lembram precisamente ao rei que sempre estiveram ao seu lado, ao contrário dos de Óbidos que se bandearam para o partido do rei estrangeiro. Por sua vez, a decisão favorável do monarca teve em conta, certamente, o argumento invocado pelos moradores do Cadaval.

ditos encargos e tributos. Requeriam os moradores do Cadaval que o rei ordenasse o regresso ao procedimento costumeiro, pedido que o monarca atendeu.

Antes de analisarmos com mais detalhe o teor do referido documento, ele permite-nos perceber desde já a constituição do corpo administrativo do concelho: dois juizes ordinários ou *alvazis*, um para a vila e outro para o termo, eleitos anualmente, que dirigiam um conjunto de oficiais da câmara. Este modelo de organização concelhia resultou, segundo José Mattoso, de uma modificação administrativa ocorrida na Estremadura após a aplicação a esta região do foral de Santarém-Lisboa-Coimbra em 1179: «A organização dos concelhos da Estremadura, dos quais o foral de Coimbra de 1111 é o modelo, parece dar maior importância a um único “juiz” que julga com o auxílio de um grupo de quatro ou cinco “homens-bons” e que provavelmente exerce os actos administrativos e policiais por meio de um “mordomo” do concelho e do “saião” ou do “meirinho”. Esta organização, todavia, modificou-se depois da aplicação a esta mesma região do foral de Santarém-Lisboa-Coimbra de 1179, a partir do qual as principais magistraturas passaram a ser as de dois juizes chamados “alvazis” e a do “almotacé”».¹⁴

A composição do corpo municipal, encabeçado pelas duas principais magistraturas — as dos *alvazis* — pode ser constatada pouco tempo depois da data da emancipação do concelho do Cadaval em 1371, através de dois documentos publicados por Pedro de Azevedo, datados respectivamente de 1373 e 1374. Ambos os documentos constam de doações à igreja de S. Pedro de Óbidos com a obrigação de missa por alma dos instituidores da capela, aparecendo, entre as testemunhas, Afonso Martins, morador na Vermelha, *alvazil* em 1373, que no ano seguinte foi substituído por João Domingues, também *alvazil*¹⁵.

Relativamente à possibilidade sugerida pelo documento da inexistência de uma autonomia administrativa do Cadaval face a Óbidos, mesmo depois de ter sido constituído em concelho, apenas podemos adiantar que, a partir da interpretação do testemunho documental, parece não se ter verificado na prática a emancipação jurisdicional do Cadaval prescrita por D. Fernando na carta de vila: as autoridades concelhias de Óbidos continuavam, em 1385, a participar na eleição dos juizes e oficiais do Cadaval. Mais surpreendente ainda, e curiosamente era apenas disso que se queixavam os moradores do Cadaval, aproveitando a provável lassidão da autoridade régia devida naturalmente à conflituosa situação interna que o país atravessava nesse momento, os homens-bons de Óbidos decidiram eleger o corpo concelhio do Cadaval sem a menor participação dos oficiais desta vila resultando então a oneração do povo do Cadaval com tributos e encargos que este apelida de «insuportáveis».

O conteúdo deste documento lança, portanto, um conjunto de questões que apenas poderão ser averiguadas no decorrer de um estudo circunscrito e aprofundado: o documento traduz a continuidade de uma dependência administrativa do Cadaval em relação a Óbidos? Esta situação, a verificar-se, poderia ser atribuída à circunstância de o Cadaval ter perdido as prerrogativas de concelho senhorial entre o início de 1385 e o final de 1388?¹⁶ Sendo este o motivo, tratar-

¹⁴ J. Mattoso, 1988: 434-435.

¹⁵ Cf. P. de Azevedo, 1913: 110-111.

¹⁶ Entre o início de 1385 e o final de 1388 o concelho do Cadaval esteve nas mãos da coroa em consequência da confiscação de todos os bens de D. Pedro de Castro, segundo senhor donatário do Cadaval, pelo Mestre de Avis. Sobre este assunto remetemos para o Capítulo I, § 1.

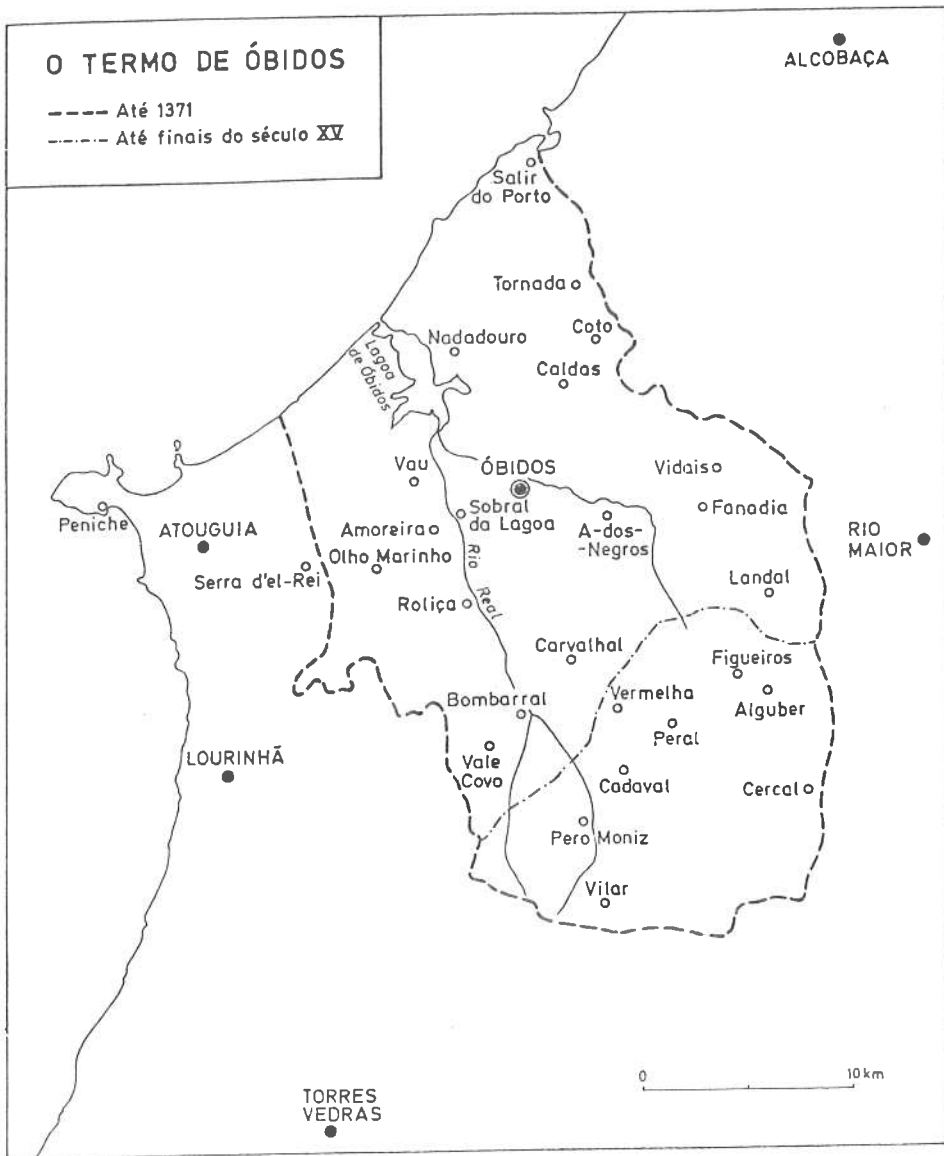
-se-ia de uma situação esporádica ou, independentemente deste facto, perdurou por mais tempo? Qual o verdadeiro alcance das cláusulas estabelecidas na carta de elevação a vila que parecem libertar o concelho do Cadaval dos liames jurisdicionais de Óbidos? Mero proforma axiomático do rei D. Fernando?

No ano de 1388, altura em que o concelho do Cadaval foi restituído a D. Pedro de Castro como consequência do perdão que lhe foi concedido por D. João I, verificou-se uma vez mais a supremacia administrativa de Óbidos em relação ao Cadaval: foram os almoxarifes da vila de Óbidos que deram posse a D. Pedro das terras do Cadaval¹⁷.

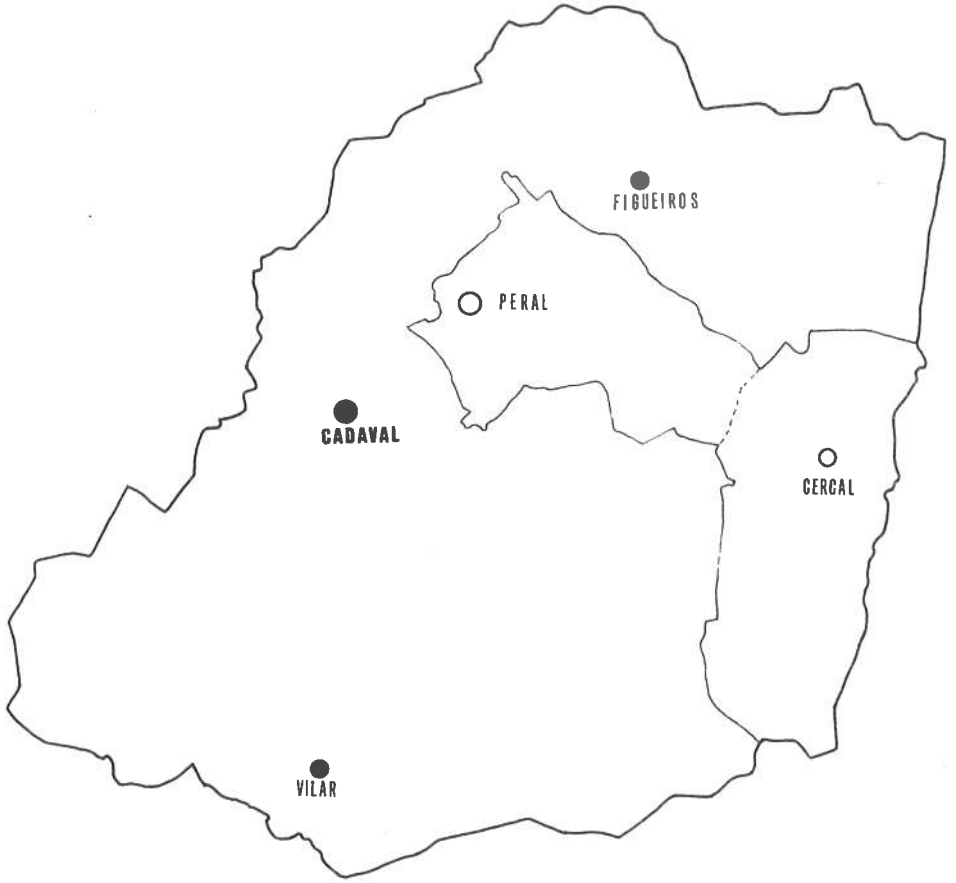
Decorrido mais de um século, já no reinado de D. Manuel, ainda «os habitantes de Atouguia da Baleia e Cadaval eram obrigados a trabalhar na lagoa [de Óbidos] sempre que se considerasse necessário, nomeadamente quando as águas invadiam os campos de cultivo»¹⁸. Se tomarmos em conta estes indícios, o velho bastião parece, pois, ter continuado a estender a sua influência sobre o Cadaval muito depois do final do século XIV.

¹⁷ «mandamos aos almoxarifes da villa d obidos que metam o dicto dom pedro seu possuidor em posse dos dictos lugares aldeas e lhas leixem aver com todos seus direitos e foros e pertenças livre e desembargadamente como dicto he» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, L. 2, fl. 37v.º). Relativamente a este assunto remetemos para o Capítulo I, §§ 1 e 2.

¹⁸ J. F. Pereira, s.d.: 83.



MAPA 1 (in SILVA 1987)



MAPA 2

— Limite hipotético do Concelho do Peral (10/07/1371 — 01/12/1371)

— Limite do Concelho do Cadaval (01/12/1371)

2. AS MUTAÇÕES GEO-ADMINISTRATIVAS OCORRIDAS NO CONCELHO DO CADAVAL DURANTE O SÉCULO XIX

No decorrer da centúria de oitocentos a área jurisdicional do concelho do Cadaval foi alvo de diversas cambiantes em consequência das sucessivas reformas administrativas que ocorreram a nível nacional. Estas mutações geo-administrativas podem ser divididas em dois grandes períodos, pois se ao primeiro parece corresponder uma época de prosperidade para o concelho do Cadaval, o mesmo não pode ser considerado em relação ao segundo período que culminou com o processo de extinção do próprio município.

O Decreto de 6 de Novembro de 1836 da responsabilidade de Passos Manuel, se bem que tenha constituído um duro revés para a grande maioria das unidades concelhias existentes ao reduzir drasticamente o número de concelhos — cerca de oitocentos — para pouco mais de três centenas e meia, resultou favorável para o município do Cadaval¹⁹. Esta reforma administrativa tirou ao concelho as freguesias de Alguber, Cercal e Figueiros, a favor do recém-formado município de Alcoentre, mas anexou-lhe as prósperas freguesias do Bombarral e Carvalhal, desde sempre pretencentes ao termo de Óbidos.

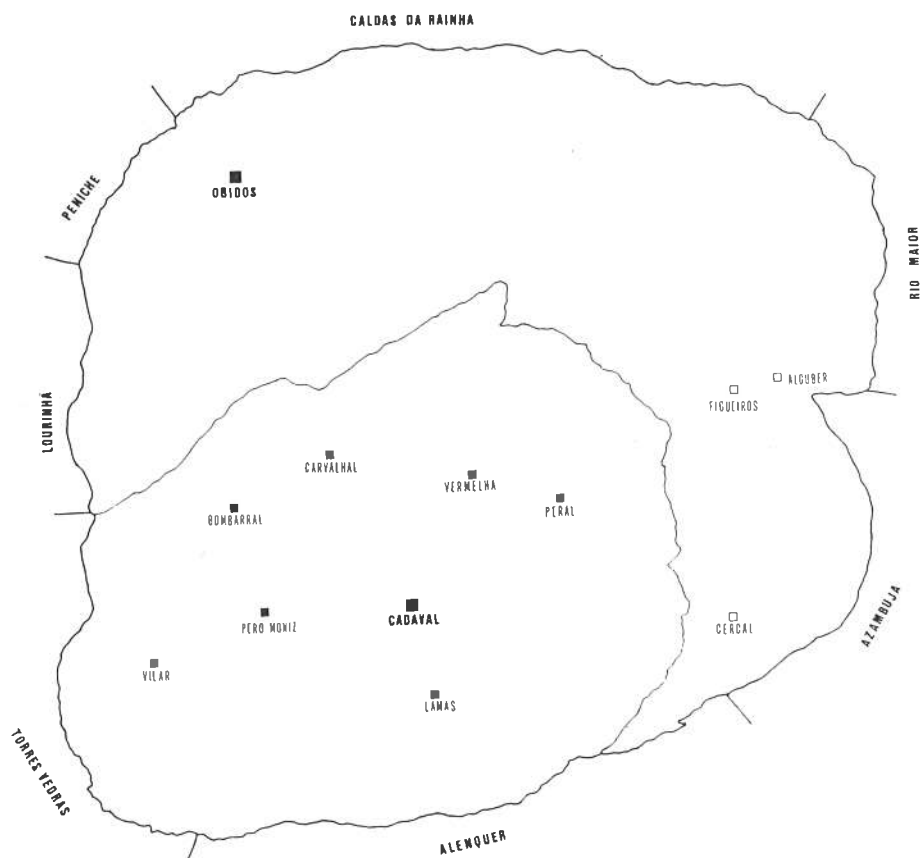
A configuração do novo espaço geo-administrativo desenhado a partir do final de 1836 expressava a ideologia dominante no sistema político liberal, caracterizada pelos princípios da centralização, homogeneidade, igualdade e eficácia administrativas. Ao modelo de estruturação social de tipo *piramidal* e altamente hierarquizado, preconizado pela sociedade do Antigo Regime, substituiu-se o modelo de cariz *esférico*, veiculado pelo regime liberal, em que as leis se aplicavam e atingiam de igual modo todos os cidadãos do País. Esta concepção de Estado burguês e burocratizado iria reflectir-se na organização do espaço administrativo nacional. Segundo António P. Manique, a garantia da eficácia dos agentes governamentais e a imagem de um espaço administrativo homogéneo e igualitário eram traduzidos na *centralidade* das unidades concelhias e comarcãs em que a *cabeça* do município ou a sede da comarca, colocando-se no centro do seu território jurisdicional, irradiava equitativamente a sua acção governativa²⁰.

A área do concelho do Cadaval formada pelo Decreto de 6 de Novembro caracterizou-se pela sua configuração *amedonada*, dispondo-se num círculo orientado em relação à vila do Cadaval, sede do município, posicionada bem no âmago do seu território [Cf. Mapa 3]²¹. A convergência e centralidade do espaço concelhio seriam, como veremos, um dos principais argumentos invocados pela câmara do Cadaval quando pretendia obter a reintegração das freguesias do Bombarral e Carvalhal, restituídas ao concelho de Óbidos pela reforma administrativa de 24 de Outubro de 1855.

¹⁹ A primeira medida consentânea com a necessidade de erigir um novo edifício administrativo nacional foi lançada por Mouzinho da Silveira através do Decreto de 16 de Maio de 1832. Este dividia o espaço luso em províncias, comarcas e concelhos, ao mesmo tempo que estabelecia uma rígida hierarquia de poderes jurisdicionais, em que sobressaía a figura do *prefeito*, submetendo as autoridades concelhias ao corpo de oficiais nomeados pelo Estado. Duramente contestado pelos povos e pela oposição governamental, que decidiu a sua anulação, este decreto constituiu, contudo, apenas um ensaio à reforma administrativa encetada por Passos Manuel, uma vez que deixou quase intacto o número prodigioso de unidades concelhias existentes em Portugal.

²⁰ Cf. A. P. Manique, 1989: 144.

²¹ O Mapa 3 foi desenhado a partir de um outro constante no prospecto *A Sua Magestade ...*. É de chamar a atenção para o errado posicionamento da povoação de Vilar que aparece colocada mais a norte.



MAPA 3

Limite do Concelho do Cadaval entre 1836 e 1865

Este Decreto marcou o final do primeiro período que estabelecemos para o conjunto de reformas administrativas que, durante o século XIX, assolaram o concelho do Cadaval. A sua promulgação, à primeira vista, parece não ter afectado muito o conjunto territorial do município, pois, se este perdeu as freguesias do Bombarral e do Carvalhal que, de qualquer modo, só tinham estado sob sua jurisdição durante duas escassas décadas, recuperou as freguesias de Alguber, Cercal e Figueiros devido à extinção do concelho de Alcoentre. Mas o facto, é que a moeda de troca não satisfaz de modo algum as autoridades municipais do Cadaval que viam escapar as duas pérolas do concelho, desejadas pela riqueza e prosperidade que detinham e despoletavam. A disputa pela posse das freguesias do Bombarral e Carvalhal opôs o concelho do Cadaval ao antigo e prestigiado concelho de Óbidos²². Este riquíssimo episódio da vida municipal, apenas aflorado aqui, permite, contudo, entrever a sedimentação do poder político local, alicerçado no conjunto de notáveis — abastados comerciantes ou ricos proprietários — que, ocupando os lugares mais elevados da administração municipal, mesclavam frequentemente a actuação política concelhia com tonalidades providas da prossecução de interesses pessoais.

A câmara do Cadaval reagiu energeticamente contra a desanexação das freguesias do Bombarral e do Carvalhal. Data de 18 de Dezembro de 1855 um abaixo-assinado efectuado pelos *membros da camara e do concelho municipal, e dos principaes proprietarios e contribuintes* no qual foram expostos os motivos pelos quais os munícipes do Cadaval consideravam injusta a decisão governamental de lhes retirar as freguesias do Bombarral e do Carvalhal²³. Estas freguesias, que albergavam quase metade da população de todo o concelho do Cadaval, constituíam duas peças importantes na engrenagem de desenvolvimento que o concelho vivia desde que as recebera no final de 1836. A sua perda acarretava a redução do Cadaval a um concelho *pobre e insignificante*, comprometia a construção da estrada Cadaval-Cercal, que uniria a região à via nacional Lisboa-Coimbra²⁴ e, além do mais, não se justificava, pois o concelho do Cadaval, incluindo as freguesias do Bombarral e do Carvalhal, constituía um todo uniforme, homogéneo e *singularmente bem arredondado*:

«O concelho do Cadaval foi mutilado. As freguezias mais importantes delle, aquellas cuja anexação não remota, marca a epoca da sua prosperidade e do seu engrandecimento, foram-lhe sequestradas para o concelho d'Obidos, a que pertenceram, e do qual se separaram a instancias dos seus habitantes, ha perto de vinte annos [...]. Ja se vê, que pela proximidade dos recursos sanitarios, administrativos e forenses que n'ella residem, pela facilidade nas communicações, pelas tendencias e habitos dos

²² A análise dos argumentos utilizados pelos dois concelhos para justificarem o seu direito à posse das freguesias do Bombarral e do Carvalhal permite facilmente constatar os alicerces estatutários que cabia a cada um. Como iremos ver, enquanto o Cadaval confere grande relevo ao argumento *económico* e *geo-administrativo*, Óbidos, se bem que arogue também o primeiro, concentra as suas razões no factor *histórico*, refutando completamente o motivo *geo-administrativo* apresentado pelo Cadaval.

²³ Cf., *A Sua Magestade...*, p. 22-26.

²⁴ Remetemos para a Parte I, V, § 3.1.

povos pela importante circunstancia de ficar o Cadaval na passagem ou caminho para Lisboa, o grande mercado dos seus productos agrícolas, esta villa é o centro ou a séde natural desta localidade. Obidos não está no mesmo caso. A sua posição ao norte, fora de toda a communicação, a distancia de duas ou tres leguas de caminhos inacessíveis na maior parte do anno, e cortados de rios frequentemente inundaveis, tudo isto, estabelece um contraste tão saliente, que fôra offender o illustrado governo de Vossa Magestade insistir na sua demonstração [...]. Pois se o concelho do Cadaval fica subsistindo, nem racional e coherentemente elle se podia extinguir, por que é que se pretende reduzir um concelho grande, cheio d'uma energica e fecunda vida municipal, cheio de prosperidade e d'esperanças, a um concelho pequeno e enfezado, como o foi n'outras epochas, como terá de o sêr outra vez, se Vossa Magestade desattender as suas justas reclamações²⁵.

Razões idênticas foram invocadas num abaixo-assinado, realizado em 20 de Dezembro do mesmo anno, no qual os moradores das freguezias restituídas a Óbidos expressavam o seu desejo de regressar ao concelho do Cadaval²⁶. Prendiam-nos a este município relações administrativas e comerciais resultantes da proximidade das duas freguezias à sede do concelho e a promessa da prosperidade económica efectivada com a construção da estrada regional Cadaval-Cercal que os iria ligar à rede viária nacional:

«São muitas as razões porque os abaixo assignados preferem pertencer antes ao Cadaval do que a Obidos, e a maior parte dellas sam tão obvias que só quem desconhecer a topographia desta localidade é que poderá sustentar que não é uma injustiça, e um erro de grande alcance a decretada desmembração.

A proximidade da cabeça do concelho, a facilidade nas communicações, as tendências dos povos para procurar n'ella os recursos do que precisam nas suas doenças, e em todas as dependencias da vida, e finalmente, as esperanças d'uma boa estrada que os ligue com a que vae de Coimbra ao Carregado, tudo isto, são razões que de certo não podem deixar d'influir no real animo de Vossa Magestade, a quem não são indifferentes os interesses, e o bem estar dos seus subditos, por mais obscuros, e modestos que elles sejam.

Ambas as freguezias distam do Cadaval na sua extremidade do lado do sul, apenas um oitavo de legua em quanto que d'Obidos distam mais de duas leguas de pessimos caminhos cortados de rios frequentemente inundaveis, sem pontes, e sem meios alguns de communicação. Ja se ve que nas suas precisões de todos os dias, terão de recorrer ao Cadaval, aonde estão costumados, e que lhes fica ao pé da porta, e nem sempre os facultativos e os tabeliães se prestarão a servi-los, com a necessaria regularidade e promptidão. Nas suas dependencias forenses ou adminis-

²⁵ *Op. cit.*: 24-25.

²⁶ *Op. cit.*: 27-28.

trativas terão, de perder dias em vez de horas, o que é um grande mal, e um pesado tributo para a gente do campo para a qual o tempo é o primeiro capital a explorar. Nas diligencias dos empregados de justiça ou de fazenda, as custas ou emolumentos pelo excesso do caminho absorverão os haveres dos pequenos contribuintes, e os reduzirão á fome e á miseria, sem utilidade para o paiz nem para a localidade.²⁷

A reacção da câmara de Óbidos não se faria esperar. Refutando o argumento *geo-administrativo* avançado pelo concelho do Cadaval, contrapôs as razões de índole *histórica* que, desde há séculos, faziam de Óbidos uma das vilas mais ilustres e prestigiadas do País, senhora de um vasto termo que o tempo se encarregou de dilacerar:

«Óbidos é grande pelo seu passado, e grande será pelo seu futuro. Cabeça d'um grande termo em eras que já lá vão; cabeça d'um grande concelho até 1837 [...]. O seu aspecto melancolico e religioso impõe a todos o cunho da sua grandeza, enlançando no horisonte as flechas seculares das elevadas torres dos templos com a hera, que nasce das vetustas muralhas [...]. Ali a intelligencia, ali os monumentos, ali as tradições.²⁸

«Mas esta estrada, que tanta bulha tem feito, esta estrada é completamente inutil; porque para que o Cadaval prospere basta ampliar-lhe a area, e arredondar as distancias do centro para as extremidades. Um municipio, no entender do estadista rural, não carece d'outras condições mais que a fôrma geometrica a que se chama círculo. O municipio deve ter a figura da roda do carro. O compasso suppre os estudos d'economia politica; porque as estradas deixam de fazer-se logo que a divisão administrativa se molde por outras figuras. Triste e deploravel logica, que se vê na necessidade de recorrer a similhantes argumentos.²⁹

O principal argumento avançado pelo concelho do Cadaval era assim desbatado pelo seu rival de Óbidos. Não que o *estadista rural* entendesse que o desenvolvimento do seu concelho dependia da *morfologia* do território adstrito, mas cremos que esse mesmo *estadista* compreendeu que o argumento *geo-administrativo* era aquele que se apresentava mais válido para o Cadaval enfrentar com êxito um adversário que, à partida, se revelava mais poderoso. Afinal, estava em causa a jurisdição de duas freguesias fomentadoras de progresso e riqueza, razões que a câmara obidense também não esqueceria³⁰:

«D'um estudo difficil, publicado pelo nosso particular amigo D. Antonio da Costa de Sousa Macedo, vêmos que os dados estatisticos do importante

²⁷ *Ibid.*

²⁸ *In O Município de Óbidos*, 1856: 7, 15-16.

²⁹ *Op. cit.*: 11.

³⁰ Seria extremamente interessante no decurso de uma investigação mais detalhada analisar o peso económico das freguesias do Bombarral e do Carvalhal relativamente ao conjunto dos concelhos de Cadaval e de Óbidos. Por agora, resta-nos constatar a magnitude de alguns dos monumentos — antigos marcos de uma classe proprietária endinheirada — que actualmente adomam a vila do Bombarral e algumas das povoações do seu concelho.

districto de Leiria collocam o concelho d'Obidos em um dos primeiros lugares [...]. Se lhe juntarmos as duas freguezias do Carvalho e do Bombarral, teremos um dos maiores e mais ricos concelhos do districto de Leiria.³¹

A contenda entre os dois municípios não ficou pela mera troca de argumentação. A câmara de Óbidos avançou um processo crime contra a administração do concelho do Cadaval acusando-a de corrupção, defesa de interesses pessoais e recurso a meios fraudulentos na realização do abaixo-assinado em que os moradores das freguesias do Bombarral e do Carvalho requeriam o regresso ao concelho do Cadaval. O principal alvo da acção criminal despoletada por Óbidos recaía no administrador do Cadaval, alargando-se igualmente ao presidente da Câmara e à restante vereação. De acordo com as testemunhas intimadas pelas autoridades judiciais de Óbidos o administrador do concelho do Cadaval teria constrangido alguns vizinhos das freguesias do Bombarral e do Carvalho a assinarem um documento em que se requeria a restituição destas duas freguesias. Além disso, procedera à falsificação de assinaturas, reconhecidas pelo tabelião do concelho, e inserido assinaturas de indivíduos que não habitavam naquelas duas freguesias. O desejo da maioria dos habitantes das freguesias do Bombarral e do Carvalho era adverso à vontade expressa no pretense abaixo-assinado veiculado pela câmara do Cadaval. Com efeito, numa outra subscrição realizada em Março de 1856 os moradores daquelas duas freguesias afirmavam o seu propósito de permanecerem no concelho de Óbidos. Em sua opinião, o regresso ao concelho do Cadaval iria dificultar-lhes a resolução dos assuntos burocráticos devido aos péssimos caminhos que ligavam a maioria das povoações à vila do Cadaval e também significava a oneração tributária dos viticultores, obrigados a contribuir para a construção da estrada entre o Cadaval e o Cercal de conclusão duvidosa³²:

«por quanto compondose a freguezia do Carvalho de sete povoações [...] uma grande parte d'ellas e de muitos cazaes que pertencem a esta mesma freguezia, ficam muito mais proximos da villa d'Obidos, do que da do Cadaval: todas estas povoações são separadas do Cadaval por pessimos caminhos, e todas, á excepção do Sanguinhal por um rio caudaloso que as torna muitas vezes incommunicaveis com esta villa; ao mesmo tempo que nenhum rio tem a passar para a villa de Obidos.

Todas as povoações da freguezia do Bombarral, á excepção do pequeno lugar de Famões, não chegam a fazer differença de meia legua de distancia da villa d'Obidos. E se em algumas povoações das duas freguezias ha essa pequena differença de distancia para mais, fica assás compensada com a grandissima differença para menos na distancia da cabeça de comarca; porquanto todas as povoações d'estas duas freguezias distam da villa de Caldas, a cuja comarca hoje pertencem, apenas duas a tres leguas; distam cinco e meia a seis leguas de difficultosos caminhos da villa de

³¹ *Ibid.*: 11.

³² O imposto criado pela câmara do Cadaval para custear o pretendido lanço viário onerava em 150 reis cada pipa de vinho produzida no concelho.

Alemquer a que pertenciam antes da sua reanexação a Obidos. Nem sirva de pretexto para se pedir a sobredita reanexação a execução de uma projectada estrada entre a villa do Cadaval e o Cercal, [...] porquanto os contribuintes das duas freguezias abaixo assignados, conhecendo a insufficiencia e inconveniencia dos meios adoptados, que apenas chegariam para uma muito pequena parte da pretendida estrada, e quão injusto era o imposto sobre um genero já tão carregado pela contribuição do subsidio, como definhado pelo mal das vinhas³³.

A disputa entre os dois municípios não se pode dissociar do estado de espírito que emanava da actuação política da primeira metade do século XIX. Numa atmosfera de indefinição geo-administrativa — em que ora se constituíam, alteravam ou extinguíam unidades concelhias — era natural que as rivalidades adormecidas submergissem em episódios como o que foi acima descrito. Mas, acima de tudo, tratava-se da oportunidade de cada município poder concretizar o seu sonho de grandeza e hegemonia regional. Se Óbidos aspirava ao estatuto de cidade³⁴, o Cadaval pretendia alargar o seu território geográfico e jurisdiccional e constituir-se em sede de comarca:

«Regressando a este concelho, como é d'esperar, as duas freguezias do Carvalhal e do Bombarral [...], a sua população ascenderá a 2,300 fogos. Se lh'agregarem ainda a freguezia d'Alcoentre que juntaram á Azambuja, de onde dista tres e meia legoas, quando do Cadaval dista apenas uma e meia, e a de Villa Verde dos Francos que juntaram a Alemquer de onde dista quatro legoas, quando do Cadaval dista apenas uma e meia, per que quazi toda ella fica ao norte da serra do Monte-Junto, a população do concelho do Cadaval ascenderá a 3,000 fogos, e n'este cazo constituirá não só um grande concelho, singulamente bem arredondado, mas uma comarca regular e com ellementos sufficientes para manter por si só a administração da justiça. E se ao concelho do Cadaval se agregar, como é de razão, o julgado da Lourinhã, que na sua maior parte dista apenas uma e meia a duas legoas do Cadaval, quando de Torres Vedras dista mais de tres, inaugurar-se-hia no Cadaval uma boa comarca, sem desfalque das de Torres Vedras e Alemquer, que ainda assim ficariam muito extensas e populosas³⁵.

A última década do século XIX constituiu um período marcante na história do concelho do Cadaval pois, em apenas três anos, o município do Cadaval viu-se desfeito e espartilhadas as suas freguesias por quatro concelhos limítrofes e assis-

³³ *In O Município de Obidos*, 1856: 20-21.

³⁴ Trancrevemos um excerto do discurso apologético contido no documento que temos vindo a citar no qual transparece a ambição da vila de Óbidos em alcançar um estatuto mais elevado: «Ali a intelligencia, ali os monumentos, ali as tradições, ali o solo, ali todas as condições para formar um porto marítimo, desobstruindo a foz da sua lagoa, que tem uma legua de largura, ali se acha tudo quanto ha d'auspicioso [...] para o desenvolvimento de uma grande cidade.» (*O Município de Obidos*, 1856: 15-16).

³⁵ *In A Sua Magestade...*, 1856: 32.

tiu à sua reconstituição com todas as freguesias que anteriormente lhe pertenciam. O município do Cadaval foi extinto por decisão governamental em 26 de Setembro de 1895 e as nove freguesias que o compunham foram anexadas a quatro concelhos confinantes: ao concelho de Alenquer couberam as freguesias de Cadaval e Vilar; ao concelho de Azambuja acoplaram-se as freguesias de Cercal, Lamas e Peral; ao concelho de Óbidos foram unidas as freguesias de Pero Moniz e Vermelha; e ao concelho de Rio Maior atribuíram-se as freguesias de Alguber e Figueiros³⁶. No dia seguinte era decretada a supressão do julgado municipal do Cadaval ficando a pertencer à comarca de Alenquer as freguesias de Cadaval e Vilar, à comarca das Caldas da Rainha, as freguesias de Pero Moniz e Vermelha, à comarca do Cartaxo, as freguesias de Cercal, Lamas e Peral e à comarca de Rio Maior, as freguesias de Alguber e Figueiros³⁷.

O decreto governamental que suprimiu o concelho do Cadaval, colheu de surpresa tanto a população do município como as autoridades camarárias. O facto é que a decisão do executivo nacional só foi publicada no *Diário do Governo* em 30 de Setembro, no mesmo dia em que pelas 7.30 horas da manhã um corpo de trinta praças de infantaria, acompanhados de alguns agentes da Polícia Judiciária de Lisboa, chegou à vila do Cadaval para proceder à transferência do arquivo municipal para Alenquer perante a estupefação e a incredulidade da população, cedo despertada com semelhante aparato. O telegrama enviado pelo correspondente do matutino *O Século* deu conta da situação:

«Hoje pelas 7 e meia da manhã, appareceu de surpresa n'esta villa o commissário Amorim, com mais quatro agentes, acompanhados da força de 30 praças de infantaria 7, commandada por um tenente.

Perguntaram pelos escrivães da camara e administração e, como estes estivessem ausentes com licença, intimaram os amanuenses que os substituem, a fazer entrega dos archivos e mobilia da camara e administração para seguirem para Alemquer.

Pouco tempo depois sahiram, levando n'uma carroça, com que vinham prevenidos, uma pequena porção de papeis de valor, por quasi tudo ter ardido no fogo de 27 do mez passado³⁸.

Os habitantes da villa viram tudo com tristeza. Ha socego completo»³⁹.

O insólito episódio não escapou à satirização da imprensa do Cadaval⁴⁰ que, através dele, aproveitava a oportunidade para ridicularizar um governo *desprezível*

³⁶ Cf. *Colecção da Legislação Portuguesa*, volume respeitante à legislação de 1895, p. 826.

³⁷ *Op. cit.*: 827.

³⁸ Refere-se ao incêndio que na tarde de 27 de Agosto de 1895 consumiu as instalações da Câmara Municipal do Cadaval.

³⁹ *In O Século*, n.º 4 921, 1/10/1895, Anno 15, p. 1.

⁴⁰ Ao utilizarmos a expressão *imprensa do Cadaval* referimo-nos especificamente ao jornal semanário *Commercio do Cadaval*, autêntico porta-voz do movimento que encetou a reconstituição do concelho do Cadaval do qual fazia parte o director e proprietário deste periódico, o médico Alexandre Agrela.

que decidira arbitrariamente o aniquilamento de um concelho centenário que possuía todas as condições para subsistir:

*•Para levar o arquivo
Da cam'ra municipal
D'este pobre Cadaval
Vi eu, com espanto vivo,
Que - não sei qual o motivo -
Foi preciso: um batalhão,
Uma carroça, um cambão,
Um transporte, uma canoa,
Policias de Lisboa
E um jumentinho lazão.*

*Esta terra, tão pacata,
Muito ficou admirada
De ver tamanha parada,
Sem que houvesse -zaragata-.
Ouvi alguns, de gravata,
- Cujo juízo eu abono -
Dizerem com certo entono,
Que tão bellica coborte
Vinha, em borra de Mavorte,
Fazer manobras de outono.*

*Eram outras as razões
Da vinda da força armada:
- Só levar a papelada,
Canetas, mata-borrões
Das nuas repartições;
Com cuidado isto metter
Na carroça d'aluguer
E, com pressa não serodia,
Levar tudo sobre custodia,
Pra -metropole- - Alemquer!*

[...]

*Com estrategia rara,
Após certo sinal dado,
Formou a força em quadrado
Ante a multidão ignara;
Ao formar, já rodeara
A carroça e o jumento
Esfaimado, lazarento,
O qual comia algum pão,
Que um garoto refilão
Lbe dava p'ra seu sustento.*

*Quando o -cortejo- marchava
A passo de sapo morto,
Vi que um homem, parvo, absorto,
Que attentamente o mirava,
De si p'ra si exclamava
Dentro do seu balandrau:
-Sim senhor, não está mau!
Não fazem outra igual,
Parecia-me tal qual
o enterro do bacalbau ...⁴¹.*

*O tal typo, ja fallado,
- Que não era um fedelbo -
Indo aos paços do concelho,
Encontrou tudo fechado.
Ficou fulo, fero, irado,
Pela escada deu um tombo,
E roncou com voz de bombo:
«Abram a porta: patifes
Quando não, corto-os em bifes,
Tudo escangalbo e arrombo!»*

*Foi tão valente o troar
D'aquella voz de gigante,
Que as portas no mesmo instante,
Se abriram de par em par.
Diz aos seus: «entrar ... entrar ...
Sabei que eu sou um audaz,
De mil façanhas capaz,
Que não temo a fria loisa,
Mas ... por causa d'uma coisa,
Eu vou de todos atraz.»*

*A policia, em seguida,
C'os olhos esbogatados,
Revolvers engatilbados,
Despresando a cara vida,
Avançou firme, aguerrida,
Com fronte alliva, a sorrir,
Disposta, no meu sentir,
A dar tiros a granel
Em todo e qualquer papel
Que lbe quizesse fugir.*

[...]

*Foi tudo preso: papeis,
Mata-borrões, raspadeiras,
Mesas, estantes, cadeiras,
Borrachas, lapis, cordeis,
Que, os policias crueis,
- Sem que lbes fizesse mozza
Dos circumstantes a troça -
Tratavam de, avidamente,
Muito á pressa, de repente,
Metter dentro da carroça.*

⁴¹ In *Commercio do Cadaval*, nº 5, 13/10/1895, Anno I, p. 3.

O arquivo do concelho do Cadaval chegou a Alenquer cerca das 17.00 horas, também aí causando surpresa uma vez que as autoridades municipais daquela vila ainda não tinham recebido qualquer notícia oficial que confirmasse a supressão do concelho do Cadaval.

A rápida decisão em ordenar a transferência do arquivo municipal prende-se, provavelmente, com a preocupação do governo em evitar conflitos e resistências locais. Só assim se explica que a remoção do arquivo se tenha efectuado *antes* da publicação oficial do decreto de extinção do concelho. O certo é que a política promovida pelo partido no poder, o *Regenerador*, especialmente no que respeitava à administração local, executada pelo ministro do reino João Franco, tinha gerado um forte movimento de desagrado por parte de muitas unidades concelhias que se viam, devido a divisões por vezes obedecendo a estranhos critérios, esbulhadas de parte dos seus elementos constitutivos ou mesmo simplesmente extintas.

A inconstância das decisões governamentais dava azo a especulações e, até à última hora, cada qual defendia a manutenção do seu concelho. No editorial do *Commercio do Cadaval* de 29 de Setembro de 1895, publicado portanto três dias depois da supressão do concelho do Cadaval, este semanário invocava ainda os motivos pelos quais considerava uma grande injustiça se, caso acontecesse, fosse decretada a extinção do concelho:

«Correm duas versões a respeito d'este concelho; uma diz que não será suprimido, outra que o será.

Não temos base alguma para nos inclinarmos mais para um do que para outro boato, vamos somente expor a nossa opinião sobre o assumpto.

O concelho do Cadaval não deve ser suprimido pelas seguintes razões: — por ter recursos mais que suficientes para a sua manutenção, pelas grandes distancias que existam entre as diferentes povoações d'este concelho e as sêdes dos concelhos limitrophes,— pela sua população importante,— pela sua grande area»⁴².

A opinião, exposta aliás de uma forma moderada, incidiu sobre as razões económicas e geo-administrativas. As últimas foram consideradas pelo redactor «evidentes» e «conhecidas», dedicando grande parte do artigo a expor a situação financeira que o concelho atravessava no momento. O município do Cadaval encontrava-se desde há alguns anos perante uma grave crise agrícola que se reflectia, necessariamente, na vida administrativa do concelho. A decadência da agricultura estava intimamente ligada à doença das vinhas, a filoxera, que devastara um grande número de cepas, tanto mais gravosa numa área rural de forte produção vinhateira. Esta situação, aliada a uma sequência de más administrações camarárias, tinha arrastado o concelho para a falência financeira: o erário municipal estava exaurido, a contracção de empréstimos, nunca pagos, engrossava o montante das dívidas, o atraso no pagamento dos funcionários administrativos era uma constante. O descrédito e o mal-estar grassavam por todo o concelho. A

⁴² *Ibid.*, n.º 3, Anno I, p. 1.

agravar a precária condição económica e, como se de um mau augúrio se tratasse, o terrível incêndio que na tarde de 27 de Agosto devorara o edifício onde se instalava a sede da Câmara Municipal. Daí que a aposta discursiva do redactor se centrasse na afirmação de um futuro que se adivinhava próspero, ao mesmo tempo que atribuía a infeliz condição do presente à actuação de alguns indivíduos que, obedecendo a interesses pessoais, tinham arruinado o concelho e granjeado o desprezo do povo do Cadaval:

«Este concelho que atravessa uma crise agricola foi muito rico, já o temos dito, e ainda o hade ser, ou com mais justiça ainda o é, pois em razão d'essa crise agricola, que é passageira, ninguém pode dizer que este municipio é pobre; portanto o concelho do Cadaval é um concelho rico, e sendo rico como se poderá provar que não tem recursos para sustentar os seus encargos? É certo que tem havido por várias vezes atrasos de pagamento aos empregados, e poucas são as obras municipaes que aqui existem, é finalmente publico o estado angustioso em que se encontra o cofre municipal. Porem se analysarmos com attenção a causa d'este estado precario, vamos encontral-o não na pobreza actual, mas nas más administrações passadas, que não deixando o cofre em boas condições, deviam attestar a sua boa vontade e lisura, com grandes melhoramentos materiaes; e poucas são as obras que fizeram e essas á custa de enormes emprestimos, cujos encargos as últimas vereações se tem visto obrigadas a pagar; foi portanto nos tempos de abundancia e riqueza d'este concelho que se fizeram os esbanjamentos e grandes desleixos de administração a ponto de não serem cobrados muitas vezes os impostos municipaes, que eram então de facil cobrança e satisfazerem os seus encargos por meio de emprestimos, como dissemos.

Devem portanto os governantes attenderem que as causas que produsiram o desequilibrio orçamental e os embates de paixões de que acabamos de fallar são estranhas à vontade collectiva d'este concelho e que portanto não deve ser suprimido podendo ainda, ser prospero e feliz, regido como é por respeitabilissimos cavalheiros»⁴³.

A precariedade das circunstâncias financeiras e administrativas em que se encontrava o concelho no início do Outono de 1895 terão certamente pesado na decisão governamental. O município foi mesmo suprimido e, desfeita a sua centralidade, as freguesias que o constituíam foram acopladas perifericamente a outros concelhos vizinhos que assinalavam a manutenção e alargamento do seu território com festejos exuberantes, ao mesmo tempo que enviavam telegramas de agradecimento aos membros do executivo lisboeta:

Óbidos, dia 1 de Outubro — «Quando os obidenses tiveram conhecimento da classificação do seu concelho em 2^a ordem, não mostraram logo o seu contentamento para não melindrarem o desgosto d'alguns concelhos

⁴³ *In Commercio do Cadaval*, nº 3, 29/9/1895, Anno I, p. 1.

suprimidos d'este districto e porque são firmes em não se glorificarem com a adversidade dos seus vizinhos.

Hoje, porém, que ecoou aqui a noticia official da annexação das freguesias da Vermelha e Pero Moniz, compostas de habitantes de uma honestidade e honradez, inconcussas, folgam, regosijam-se, e felicitam-se de tamanha honra⁴⁴.

Rio Maior, dia 1 de Outubro — «Foi aqui recebido com grande entusiasmo o decreto de reforma administrativa pela conservação da nossa comarca. Os habitantes exultam de alegria pela annexação das freguezias de Alguber e Figueiros, que pertenciam ao concelho do Cadaval. Sabemos que os povos d'estas freguezias, que passam para este concelho, receberam a noticia com grande contentamento»⁴⁵.

Azambuja, dia 2 de Outubro — «São imponentes os festejos que hontem e hoje se teem realisado n'esta villa. A philharmonica de Alcoentre percorre as ruas tocando o hyno da Carta»⁴⁶.

Rio Maior, dia 2 de Outubro — «A manifestação de hontem foi imponente. A philharmonica percorreu as ruas que estavam ornamentadas com bandeiras, havendo à noite illuminações»⁴⁷.

A reforma efectuada não satisfez, porém, todos os concelhos que albergaram as freguesias do extinto município do Cadaval. O concelho de Alenquer manifestou de immediato o seu desacordo relativamente à distribuição daquelas freguesias pois perdera sete freguesias pertencentes à sua comarca, ou seja, as freguesias do ex-concelho do Cadaval que não permaneceram sob sua jurisdição⁴⁸, e recebeu apenas duas, a de Cadaval e a de Vilar, a primeira das quais permanecendo completamente isolada das restantes freguesias do concelho de Alenquer [Cf. Mapa 4]:

Alenquer, dia 2 de Outubro — «A classe laboriosa recebeu com indifferença a noticia da nova reforma administrativa, mas as pessoas que olham com algum interesse para os negócios publicos receberam-na com desagrado, não só por ser mais um acto violento do governo como pela má divisão do concelho do Cadaval.

Foram tiradas 7 freguesias importantes que pertenciam a esta comarca e das duas que aqui annexaram, uma fica bastante afastada, não annexando outras que mais favoreciam os povos»⁴⁹.

⁴⁴ *In O Século*, n.º 4 922, 2/10/1895, Anno XV, p. 2. Telegrama expedido de Óbidos no dia 1 de Outubro.

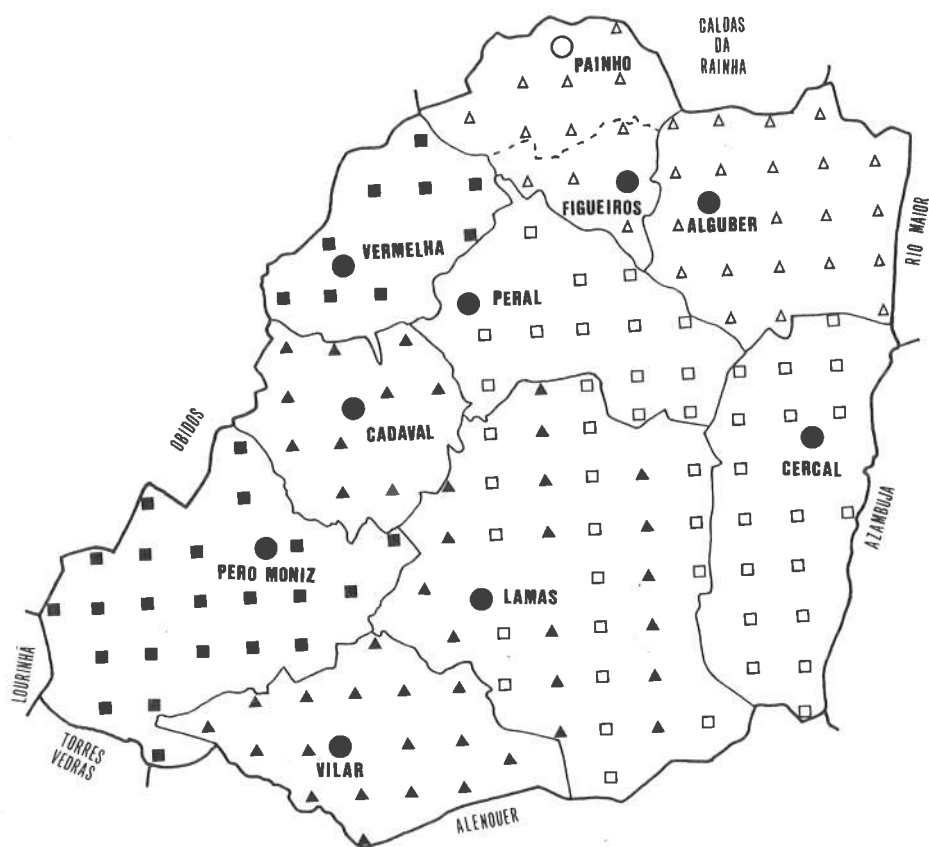
⁴⁵ *Ibid.*. Telegrama expedido de Rio Maior no dia 1 de Outubro.

⁴⁶ *In O Século*, n.º 4 923, 3/10/1895, Anno XV, p. 2. Telegrama expedido de Azambuja no dia 2 de Outubro de 1895.

⁴⁷ *Ibid.*. Telegrama expedido de Rio Maior no dia 2 de Outubro de 1895.

⁴⁸ O concelho do Cadaval pertencia à comarca de Alenquer.

⁴⁹ *In O Século*, n.º 4 923, 3/10/1895, Anno XV, p. 2. Telegrama expedido de Alenquer no dia 2 de Outubro.



MAPA 4

Distribuição das freguesias do extinto Concelho do Cadaval

- ▲ Freguesias anexadas ao Concelho de Alenquer
- Freguesias anexadas ao Concelho de Azambuja
- Freguesias anexadas ao Concelho de Óbidos
- △ Freguesias anexadas ao Concelho de Rio Maior
- ▲ □ Freguesia anexada ao Concelho de Alenquer em 21/05/1896

Não admira, portanto, que no futuro processo de reconstituição do concelho o município de Alenquer se tornasse no principal aliado do Cadaval.

A *má divisão* das freguesias do concelho foi um dos argumentos apontados pelo *Commercio do Cadaval* para no editorial de 6 de Outubro tecer fortes críticas à decisão governamental que extinguiu o município. O Cadaval era um concelho «antigo, central e bem arredondado», grande relativamente a outros concelhos classificados de segunda ordem, possuía uma área rica e populosa. A supressão do concelho iria dificultar a vida dos povos que, em alguns casos, teriam de percorrer distâncias muito grandes, sempre em péssimos caminhos, para tratarem dos seus assuntos burocráticos nas sedes de concelho ou de comarca. Este factor era a consequência natural do desmembramento de uma unidade concelhia, caracterizada pela sua centralidade administrativa, resultando daí a situação periférica das suas freguesias relativamente às *cabeças* dos concelhos que as albergavam. No caso das sedes de comarca, contudo, o argumento não é de todo válido uma vez que as populações das freguesias de Vermelha e Pero Moniz, anexadas ao concelho de Óbidos, ao serem inseridas na comarca das Caldas da Rainha, beneficiavam de uma maior proximidade relativamente à nova sede de comarca⁵⁰.

A distribuição das freguesias pertencentes ao extinto município do Cadaval pelos concelhos limítrofes, referia ainda o editorial, apresentava diversos *absurdos* e citava como exemplo o caso da freguesia do Cadaval. A observação do Mapa 4 permite-nos constatar que, em termos de divisão territorial, o inequívoco *absurdo* residiu no estranho critério que presidiu à anexação da freguesia do Cadaval. Esta freguesia, acoplada ao concelho de Alenquer, ficava completamente isolada deste município pelas freguesias de Lamas, anexada ao concelho de Azambuja, e de Pero Moniz, unida ao termo de Óbidos. Por sua vez, as freguesias de Pero Moniz e Vermelha, inseridas no concelho de Óbidos ficavam separadas entre si pela freguesia do Cadaval. Seria mais coerente que a freguesia do Cadaval fosse anexada a Óbidos, juntamente com Pero Moniz e Vermelha, formando assim uma continuidade territorial, e a Alenquer caber, por exemplo, as freguesias de Lamas e Vilar, ou Pero Moniz e Vilar.

O problema da *incomunicabilidade* da freguesia de Cadaval viria a ser solucionado em 21 de Maio de 1896, data em que foi decidida a inclusão da freguesia de Lamas no concelho de Alenquer. A freguesia do Peral ficou, deste modo, quase completamente rodeada pelas suas congéneres pertencentes aos concelhos de Alenquer, Óbidos e Rio Maior. Transcrevemos um excerto do referido editorial no qual a imprensa do Cadaval expressou o seu descontentamento face à recente medida governativa:

«Os povos do extinto concelho do Cadaval acabam de ser feridos no que elles tinham de mais caro — a sua autonomia!»⁵¹

⁵⁰ A maior proximidade das Caldas da Rainha relativamente a Alenquer, comarca a que pertenciam todas as freguesias do concelho do Cadaval, parece ter sido um dos motivos que levou as populações das freguesias da Vermelha e de Pero Moniz a reagir pouco favoravelmente à reintegração no concelho do Cadaval em 1898. Cf. *O Século*, nº 5 756, 20/1/1898, Anno XVIII, p. 2. Telegrama expedido de Óbidos no dia 16 de Janeiro.

⁵¹ A questão da autonomia administrativa, para além dos contornos meramente ligados ao *funcionalismo* da gestão do próprio concelho, tinha também uma forte carga simbólica: despojada do seu termo, a vila do Cadaval era colocada numa posição hierarquicamente inferior às das vilas suas vizinhas, rivais que celebravam orgulhosamente o alargamento do seu território à custa de freguesias que lhe pertenceram durante séculos. Não foi por acaso que o redactor do *Commercio do Cadaval* diria meses mais tarde que o resultado da actuação de dirigentes municipais corruptos tinha sido a redução do Cadaval a «uma insignificante aldeia» (*Ibid.*, n.º 17, 5/1/1896, Anno I, p. 3)

Foi decretado dictatoralmente o seu esphacelamento, retalhado em pedaços, annexando as differentes freguezias, de que se compunha, pelos concelhos de Alemquer, Azambuja, Rio Maior e Óbidos!

O sr. Ministro do reino acaba de commetter uma flagrante injustiça fazendo desaparecer, com um traço de penna, dos mappas do paiz, o antigo concelho do Cadaval, cuja situação era muito central, que era grande relativamente a outros concelhos mais pequenos — mas classificados em 2ª ordem; que possuia todas as condições para existir, já pela sua área rica e populosa bem como por os seus recursos — que os tinha em larga escala — e já tambem por as enormissimas distancias que ficam separando agora a maior dos povos das sedes dos respectivos concelhos e comarcas a que foram annexados.

É provável que o sr. Ministro do reino desconheça por completo a area da população que fazia parte do extinto concelho do Cadaval?!

De outra forma não se comprehende que, na sua medida decretada, se encontrem absurdos como por exemplo o seguinte:

Alemquer, para vir em qualquer serviço à freguezia do Cadaval, que lhe ficou pertencendo tanto para os effeitos administrativos como judiciaes, e vice-versa, tem de atravessar dois concelhos, isto é: parte da freguezia das Lamas — pertencente hoje ao concelho da Azambuja — parte da freguezia de Pero-Moniz, pertencente ao concelho de Óbidos!

De hoje para o futuro vão estes povos ser enormemente prejudicados nos seus interesses; terão de percorrer grandes distancias a fim de tratarem dos seus negocios, obrigados com que direito? Com que justiça? por que medida de bom senso e criterio a que obedeceu semelhante divisão do ex-concelho, causando imensos transtornos para a vida d'aquelles povos, forçando-os a despezas com que não podem?!⁵².

O desagrado enunciado relativamente à supressão do concelho tomou de início um carácter moderado. É certo que se teceram críticas ao governo, especialmente na pessoa do ministro do reino, no entanto a maioria das reprovações incidia, não directamente sobre o executivo da capital, mas na influencia nefasta de determinados individuos, uns bem posicionados na cena política nacional, outros intimamente relacionados com a vida administrativa do município, que tinham obrado o triste fim a que chegara o concelho:

«Não fazemos aggressões nem louvaminhas politicas, n'este ponto somos imparciaes e justiceiros; temos a convicção de que os homens de talento superior, que por estudo e trabalho chegaram às altas posições sociaes, a ponto de lhes ser entregue pelo chefe da nação a administração superior do paiz, são rectos, justos patriotas sejam quaes forem as facções politicas a que pertencerem; mas podem errar, e o erro é tanto mais censuravel quanto de mais alto vem; porem as mais das vezes devemos procurar os erros não nos collocados nas altas posições sociaes, mas nos intermediarios

⁵² *In Commercio do Cadaval*, n.º 4, 6/10/1895, Anno I, p. 1.

e principalmente no funcionalismo subalterno, que muito mal informam, afim de servirem as suas qualidades authoritarias em excesso e egoistas em demasia.⁵³

A acusação dirigia-se quase totalmente aos ex-responsáveis pela administração do concelho, não deixando transparecer a futura adesão do movimento de reconstituição do município à corrente política de âmbito nacional, forte opositora ao *Partido Regenerador* no governo. Entretanto, aconselhava-se ao povo do Cadaval esperança no futuro e confiança nos governantes que, certamente, não deixariam de brindar uma gente tão laboriosa com a restituição da autonomia perdida:

«Ouvi, porem, habitantes do extincto concelho do Cadaval: Não percaes a esperança nem desanimeis; com prudencia e trabalho mostra o homem a sua energia e tenacidade; portanto sede prudentes, e trabalhae para continuardes a ser nobre e digno e terdes jus ao respeito dos governantes, para que, para o futuro, vos entreguem a vossa autonomia depois de conhecerem a falsidade das intrigas agora urdidias»⁵⁴.

Tomado de surpresa com a notícia da extinção do concelho, o povo do Cadaval, pelo menos aquele que residia na vila, só começou a reagir contra a decisão governamental alguns dias após a remoção do arquivo municipal ocorrida em 30 de Setembro. Data de 4 de Outubro o primeiro evento organizado na vila do Cadaval contra a supressão do concelho. Nessa noite «houve grandes manifestações» que contaram com a adesão de «muito povo» o qual, acompanhado da filarmónica da vila, «dava vivas ao partido progressista»⁵⁵. Iniciava-se, pois, um período de agitação que iria preencher o quotidiano da tranquila vila do Cadaval. Esboçava-se também a primeira correlação entre o descontentamento local e a futura adesão aos movimentos de oposição ao governo. O *Commercio do Cadaval* dava conta do ocorrido na edição de 6 de Outubro:

«No dia 4 à noite tambem se realisou na villa do Cadaval uma grandiosa manifestação, com musica e soltando este brioso povo entusiasticos vivas ao sr. José Luciano de Castro, partido progressista, Veiga Beirão, Eugenio Pereira da Silva, Julio Pereira da Silva, Joaquim Camillo Pereira Soares⁵⁶, á autonomia do concelho do Cadaval e aos povos de Alemquer pela forma porque souberam comprehender a affronta recebida -a perda de sete freguezias -. Em seguida a philarmonica, acompanhada de muito povo, tudo na melhor ordem, dirigiu-se à porta da nossa redacção, onde foram repetidos os vivas e outros ao nosso modesto semanario»⁵⁷.

⁵³ *Op. cit.*: 2.

⁵⁴ *Op. cit.*: 3.

⁵⁵ *In O Século*, n.º 4926, 6/10/1895, Anno XV, p. 3. Telegrama expedido do Cadaval no dia 5 de Outubro.

⁵⁶ Estes três últimos indivíduos fizeram parte da *Comissão* que levou a cabo o processo de restauração do concelho. Seria interessante conhecer de perto as suas opções políticas e partidárias. Parecem evidentes as suas ligações com o *Partido Progressista*, o principal opositor ao *Partido Regenerador* no poder. Seria igualmente relevante detectar possíveis conexões com o futuro movimento republicano.

⁵⁷ *Op. cit.*, n.º 4, Anno I, p. 3.

No dia seguinte foi constituída uma *comissão* composta por alguns dos homens ligados à esfera política municipal, que tomaram nas mãos a difícil tarefa de reestruturação do concelho do Cadaval. Eram eles: Eugénio Pereira da Silva, Alexandre Candido de Gouveia Teixeira e Agrela, o Padre José Inácio Pereira, Anselmo Carneiro da Silva, Júlio Máximo Pereira da Silva, Joaquim Camilo Pereira Soares, João Maria da Silva Santa Bárbara, Adelino Augusto Pereira Baía, Francisco Henriques Correia, Luís da Costa Siopa, José Soares dos Reis, Abilio de Azevedo Leitão e Miguel Mauricio Ferreira. O grupo de notáveis assumia, pois, a liderança do movimento de contestação ao governo⁵⁸. De facto, como sublinha A. P. Manique, «A extinção de um concelho, ainda que pudesse afectar o conjunto da sua população (o que acontecia frequentemente), afectava em primeiro lugar o grupo de pessoas ligadas à sua administração [...]. No caso dos vereadores, o que estava em causa não era a perda de um emprego, uma vez que as suas funções não eram remuneradas. O que estava em causa era o conjunto de dividendos políticos e económicos retirados do exercício dos cargos administrativos, bem como a supremacia social que os mesmos lhes conferiam»⁵⁹. Alguns destes homens farão parte, mais tarde, da comissão municipal administrativa destinada a gerir o concelho no período pós-restauração e irão ocupar lugares de destaque no executivo camarário. Além das oportunidades políticas e económicas proporcionadas pelo exercício de cargos administrativos, a verdade é que apenas estes homens dispunham de meios de mobilização que pudessem levar a bom termo o processo de reconstituição do concelho que necessitava, quer de um forte apoio popular, quer de um não menos importante suporte partidário.

Na noite de 5 de Outubro a *comissão* deliberou redigir um manifesto em que formulava o seu protesto contra a recente extinção do concelho. Este documento, a ser escrito pelo Dr. Armelim Junior, residente em Lisboa, iria ser distribuído pelas populações moradoras nas freguesias pertencentes ao ex-concelho do Cadaval. Dar-se-ia também início a uma subscrição dirigida de igual modo aos antigos municípios do Cadaval, de modo a prover a *comissão* com os fundos necessários ao desempenho da tarefa para a qual fora constituída. Por fim, ficou decidida a realização de um comício na vila do Cadaval, agendado para o dia 20 de Outubro, para o qual se apelava à participação maciça do povo do suprimido concelho do Cadaval. O *Commercio do Cadaval* na edição de 13 de Outubro unia a

⁵⁸ Este grupo de homens detinha uma efectiva supremacia social e económica ao nível do concelho controlando praticamente toda a vida financeira e comercial do Cadaval. O *Anuario Comercial* de 1913 permite-nos constatar este facto. A título de exemplo refira-se que Francisco Henriques Correia, entre outros negócios, possuía uma agência bancária, era negociante de cereais e de farinhas e depositário de tabacos, além de ser considerado um dos maiores agricultores do concelho. O mesmo se pode dizer em relação a Anselmo Carneiro da Silva que acumulava a representação de uma agência de seguros, o comércio de cereais, de farinhas e de outros bens, e era igualmente colocado entre a lista dos principais agricultores do concelho. Luís da Costa Siopa, Júlio Máximo Pereira da Silva, o Padre José Inácio Pereira, Alexandre Agrela e Joaquim Camilo Pereira Soares são outros dos membros da *comissão* reputados entre os grandes comerciantes e proprietários do concelho no início do nosso século.

⁵⁹ A. P. Manique, 1989: 153-154.

sua voz à da *comissão* convidando o povo do extinto concelho a aderir ao comício a realizar proximamente:

«É necessário que os povos que constituíam este ex-concelho se compenrem dos seus deveres para a reconquista das regalias. É preciso affirmarem com actos comprovativos da sua vitalidade que não estão dispostos a sancionar indiferentemente a perda da sua autonomia.

Nada de indifferentismos!

O indifferentismo pelas coisas publicas occasiona a morte d'um povo, de uma collectividade, de uma nação inteira. É indispensável por isso que os povos do extinto concelho do Cadaval façam valer os seus direitos, que outra coisa não é o pugnarem, por os seus interesses contra a supressão do concelho, que tão graves prejuizos e transtornos lhes acarreta de futuro [...].

Ao comicio pois habitantes d'este ex-concelho!

Vinde protestar contra a perda das vossas regalias!

Vinde com a vossa presença cooperar com a Comissão Central de protesto na defesa de vossos direitos!

Ao comicio! ao comicio pois pela reivindicação pela autonomia do ex-concelho do Cadaval!⁶⁰.

Começava já a esboçar-se a mudança da atitude moderada que tinha sido expressa no número anterior do *Commercio do Cadaval*. A incidência discursiva não se centrava mais na partilha de uma postura passiva mas, pelo contrário, apelava à participação enérgica do povo do extinto concelho do Cadaval num amplo movimento de contestação à atitude governativa.

Enquanto se aguardava o grande dia procedia-se à transferência dos arquivos do extinto julgado do Cadaval e das freguesias dele desanexadas. A 3 de Outubro efectuou-se o transporte para Rio Maior dos processos existentes no juízo criminal do Cadaval pertencentes às freguesias de Alguber e de Figueiros. No dia 7 foram entregues na comarca de Alenquer os processos respeitantes às freguesias de Cadaval e Vilar. No dia seguinte davam entrada na repartição da Fazenda de Alenquer os poucos papéis e processos da Fazenda Nacional existentes na repartição do Cadaval. Eram também entregues os fundos que tinha em seu poder o ex-recebedor Anselmo Carneiro da Silva.

O dia 20 de Outubro, data em que se realizou o comício na vila do Cadaval, marca uma viragem significativa no conteúdo do discurso político das élites dirigentes do Cadaval. O ataque feroz ao governo tomou, finalmente, o lugar central na imprensa do Cadaval. O comício, que teve lugar numa propriedade de Eugénio Pereira da Silva, iniciou-se cerca das 13.00 horas e contou com uma afluência numerosa, mais de duas mil e quinhentas pessoas segundo o *Commercio do Cadaval*. Estavam presentes, não só os membros da *comissão*, mas também alguns dos elementos da câmara de Alenquer que se associavam deste modo ao protesto dirigido contra o governo. No comício foi lido o manifesto redigido pelo

⁶⁰ In *Commercio do Cadaval*, n.º 5, p. 1.

Dr. Armelim Junior e procedeu-se à nomeação dos representantes da *comissão* que no dia 4 de Novembro iriam estar presentes na reunião da *Comissão Nacional de Resistência*⁶¹ a efectuar em Lisboa. O documento lido ao povo do Cadaval durante o comício apelava explicitamente à *resistência* como única forma de, sob um governo que apelidavam de *despótico* e *tirano*, se atingir a restituição da autonomia administrativa perdida:

«Disse algures um grande e peregrino orador em França que **quando a resistencia é um direito, a resistencia é um dever** [...].

Resistir, pois, a esta anarchia de cima que é a estrangulação da liberdade, que está provocando a anarchia de baixo, que é a subversão de todo o principio da auctoridade, pondo em perigo a **ordem**, sem a qual a liberdade descamba em licença, e a auctoridade em despotismo - é o nosso direito, é o direito de cada um de nós, e de nós todos, individual ou collectivamente.

Resistir, é pois, um dever. Cumpramol-o sem sophismas nem tergiversações, com serenidade, mas firmemente sem arrogancias, mas tambem sem pusillanimidade.⁶²

O endurecimento das críticas dirigidas ao governo verificou-se, como referimos, a partir do comício realizado no dia 20 de Outubro. Talvez não seja totalmente alheia a esta mudança de atitude a precipitada decisão governamental de enviar de Lisboa uma improvisada força militar, constituída por dez praças, com o intuito de vigiar a manifestação de protesto contra a extinção do concelho efectuada nesse dia⁶³. A presença destas tropas seria vista como o testemunho inegável de um governo que se afirmava despótico e anti-democrático. A agressão ao governo enveredava pela via directa: ele era agora o único responsável pela degradação a que tinha chegado a administração pública do País, ao permitir que indivíduos corruptos tomassem nas mãos a gestão das instituições municipais. Mensagem dirigida obviamente aos ex-administrador, ex-sub-delegado do Ministério Público e ex-juiz do Cadaval conotados com o *Partido Regenerador*:

«Os escandalos nos nossos serviços publicos succedem-se d'uma maneira pasmosa. Campeã infrene, na nossa governação publica, a maior immoralidade alastrando-se das altas ás pequenas camadas sociaes. É este um symptoma evidente denunciando um mal terrivel, gravissimo, de que a Nação enférma [...].

Exemplefiquemos:

À frente da administração d'este extincto concelho esteve um sujeito, que praticou as maiores prepotencias, os actos mais escandalosos e revoltantes.

⁶¹ A actuação desta comissão, que congregava a hostilidade ao governo de numerosas unidades concelhias, desempenhou, certamente, um papel de relevo no fracasso da política de administração interna perpetrada pelo executivo nacional.

⁶² *In Commercio do Cadaval*, n.º 7, 27/10/1895, Anno I, p. 2.

⁶³ O envio desta força, composta por alguns elementos de infantaria e de cavalaria, foi ordenado no dia 19 de Outubro ao começo da tarde, ou seja, no próprio dia em que o governo tomou conhecimento da realização do comício no Cadaval.

Apesar porem de diferentes reclamações dos povos contra semelhante immoralidade aquelle sujeito foi conservado, como administrador, por espaço de 6 annos, até á supressão do concelho do Cadaval!

O referido ex-administrador chegou a ter, n'estes últimos 3 annos, sob as suas despoticas e autoritarias ordens a Camara Municipal e o tribunal do extincto julgado.⁶⁴

Tendo sido ou não responsáveis pela supressão do município, estes indivíduos que occuparam os cargos administrativos do concelho até à data da sua extinção eram sobretudo importantes pela oportunidade que propiciavam ao movimento local de reestruturação do concelho de congregar e canalizar a animosidade do povo contra o governo. Este sentimento ficou bem expresso na adesão maciça da população do Cadaval ao boicote do processo eleitoral que decorreu no dia 17 de Novembro. Decidido pelos partidos da opposição - o *Progressista* e o *Republicano* - contou com o apoio da *Comissão Nacional de Resistência*, órgão que reunia grande parte das unidades concelhias que tinham sido suprimidas ou que de algum modo se sentiam lesadas com a reforma administrativa governamental encetada em 1892. Durante o acto eleitoral decorreram alguns incidentes diferentemente relatados pel'*O Século*⁶⁵ e pelo *Commercio do Cadaval*⁶⁶. De acordo com o testemunho enviado pelo correspondente do diário lisboeta verificaram-se agressões físicas sobre os indivíduos que pretendiam exercer o seu direito de voto. Segundo o periódico do Cadaval tratou-se de uma simples altercação entre o presidente da mesa de voto e alguns eleitores. O resultado, contudo, foi francamente desfavorável ao partido governamental, pois, a acreditar na notícia do *Commercio do Cadaval*, embora este partido tenha ganho o sufrágio naquella vila obteve apenas quinze votos entre os 510 eleitores inscritos. A população do Cadaval sancionava, deste modo, o seu apoio ao movimento de resistência face à degradação que se assistia na vida pública da própria vila⁶⁷. O mês de Novembro ficou ainda assinalado com o envio de uma força de cerca de trinta praças e a realização de rondas nocturnas.

No anno de 1896 procedeu-se a um reajustamento na divisão das freguesias pertencentes ao extinto município do Cadaval. Em 21 de Maio a freguesia de Lamas foi desanexada do concelho de Azambuja e incorporada no concelho de Alenquer. Esta medida veio, assim, satisfazer as insistentes reclamações de Alenquer respeitantes à deficiente distribuição das freguesias do ex-município do Cadaval e resolver o problema do isolamento da freguesia do Cadaval relativamente ao concelho de Alenquer, ao qual pertencia. Esta decisão governamental foi recebida

⁶⁴ In *Commercio do Cadaval*, n.º 15, 22/12/1895, Anno I, p. 1.

⁶⁵ Cf. *O Século*, n.º 4969, 18/11/1895, Anno XV, p. 2.

⁶⁶ Cf. *Commercio do Cadaval*, n.º 11, 24/11/1895, Anno I, p. 2.

⁶⁷ Várias são as queixas das gentes do Cadaval dirigidas à Câmara de Alenquer no sentido de prover à iluminação das ruas da vila, que cessou depois da extinção do concelho, e ao calcetamento das mesmas que se encontravam em muito mau estado. Também o ensino primário na vila do Cadaval sofreu uma interrupção após a supressão do concelho.

com um certo agrado pelas gentes da vila do Cadaval que preferiam ver uma das suas ex-freguesias na posse do seu aliado do que nas mãos do concelho rival da Azambuja⁶⁸.

O concelho do Cadaval foi finalmente restabelecido em 13 de Janeiro de 1898, data que é hoje assinalada como feriado municipal. A reestruturação do concelho está possivelmente associada à ascensão ao poder do *Partido Progressista* ocorrida em Fevereiro do ano anterior. Assumindo a pasta do reino, o ministro José Luciano de Castro procedeu a alterações na reforma administrativa realizada por João Franco durante o governo do *Partido Regenerador*. Era pois natural que o ministro atendesse às pretensões de um concelho centenário, possuindo fortes alicerces demográfico-administrativos e que, desde o momento da sua extinção, manifestara o apoio ao Partido Progressista e ao seu dirigente José Luciano de Castro⁶⁹.

A *Comissão Municipal Administrativa* instalou-se no dia 18 de Janeiro sendo composta por: Nuno Gorjão Henriques, Anselmo Carneiro da Silva, Francisco Henriques Correia, Francisco Caetano Nunes, José Duarte Rebelo Junior, Pedro Nunes Martins e António Rodrigues de Oliveira, como vogais efectivos, e Luís da Costa Siopa, Sebastião Gomes dos Santos, João Ribeiro, Joaquim Patricio dos Santos, António da Cruz Horta, José Romão do Nascimento Senior, Adriano Morais e José Faustino, como vogais substitutos. No dia 4 de fevereiro estavam já instaladas as repartições da câmara e do julgado do Cadaval e a 7 do mesmo mês a *Comissão Municipal* decidia em sessão extraordinária lavrar um voto de agradecimento ao ministro do reino pela restauração do concelho do Cadaval.

O processo de extinção-restauração do concelho do Cadaval, afluído nas páginas desta monografia, sugere a formulação de um conjunto de interrogações de superação apenas possível através de uma análise mais aprofundada. O primeiro grupo prende-se com a própria *dinâmica interna* do concelho, concebido como um corpo administrativo dotado de uma certa identidade social e cultural. Pensamos que não restam dúvidas quanto ao carácter essencialmente *oligárquico* e *centralizador* do movimento que levou a cabo a reconstituição do concelho: ele nasceu no seio da elite dirigente do município constituída por comerciantes ou proprietários residentes, na sua maioria, na vila do Cadaval. A dúvida permanece, no entanto, relativamente ao papel desempenhado pela restante população do extinto concelho. Houve, de facto, uma adesão espontânea ao movimento de reestruturação do concelho resultante, quer da partilha de um sentimento de pertença à unidade municipal, quer da comunhão de interesses mútuos? Ocorreu pura e simplesmente uma atracção por *arrasto* a um movimento imposto desde

⁶⁸ No *Commercio do Cadaval* de 5 de Janeiro de 1896 comentava-se do seguinte modo o rumor da transferência da freguesia de Lamas para o concelho de Alenquer: «Também consta que a freguesia de Lamas voltará para o concelho d'Alenquer, isto com muitos visos de verdade. Muitos foguetes havemos de lançar ao ar, em paga dos que em Azambuja se lançaram por ocasião da reforma administrativa. Amor com amor se paga, diz o velho rifeiro» (n.º 17, Anno I, p. 3).

⁶⁹ A consideração efectuada basea-se quase exclusivamente em pressupostos que carecem de uma confirmação documental. Saliente-se que a reforma administrativa de José Luciano de Castro restaurou outros concelhos do distrito de Lisboa de menor implantação que o de Cadaval, como por exemplo, os de Arruda dos Vinhos, Seixal e Sobral de Monte Agraço.

o início por uma autoridade central? Ou, derradeira hipótese do triptíco, as gentes do termo permaneceram mais ou menos indiferentes às *coisas da política*, algumas delas manifestando mesmo o seu desagrado pela reincorporação no concelho a partir de 1898?⁷⁰

No final do século XIX e até ao início da década de 1960 a vila do Cadaval distinguia-se das sedes de freguesia, não tanto devido à sua dimensão demográfica, mas essencialmente por concentrar as actividades ligadas ao funcionalismo público e financeiro a que as populações tinham de recorrer periodicamente. É também conhecido que as gentes do concelho mantinham relações, sobretudo comerciais, com povoações de outros municípios. Estes elementos, conjugados com a coesão existente ao nível da aldeia e da freguesia, podem dar a ideia de um certo esbatimento da identidade concelhia. Cremos, no entanto, que a obtenção de uma percepção correcta da dinâmica de um concelho existente no ocaso da centúria de oitocentos terá de considerar a composição da unidade administrativa como estando sujeita a oscilações, ora de sentido centrípeto, ora de sentido divergente, mas nunca anulando as identidades próprias de cada freguesia e de cada aldeia⁷¹.

O segundo aspecto que gostaríamos de frisar relaciona-se com a *dinâmica externa* do concelho, mais precisamente com a teia de solidariedades políticas estabelecidas com forças — partidárias ou não — supra-concelhias. Cremos que uma abordagem correcta do processo de supressão-restabelecimento do concelho não poderá deixar de fora as adesões, momentâneas ou constantes, aos movimentos de oposição ao governo que se esboçaram no concelho imediatamente após a sua extinção, nem as prováveis conexões com as instâncias políticas nacionais. Num sistema político-administrativo dominado pelo caciquismo e pelo clientelismo aquelas podiam, por vezes, decidir da sorte de uma unidade concelhia.

A afirmação da legitimidade concelhia nunca mais foi posta em causa a partir de 1898, o mesmo não acontecendo relativamente à estabilidade das fronteiras do concelho do Cadaval. Em 4 de Setembro de 1915, por decreto-lei n.º 386, foi criada a freguesia do Painho com povoações desprendidas da freguesia de Figueiros⁷², enquanto no final da década de 1920 eram anexadas à freguesia de Vilar as povoações do Avenal, Rabissaca, Rechaldeira e Rodeio, pertencentes à

⁷⁰ Relativamente a esta última hipótese refira-se que, em telegrama enviado de Óbidos no dia 16 de Janeiro de 1898, o correspondente d'*O Século*, relatava o desagrado expresso pelas freguesias de Pero Moniz e Vermelha em regressarem ao concelho do Cadaval pois, em sua opinião, sentiam-se grandemente lesadas por serem incorporadas na comarca de Alenquer quando a das Caldas da Rainha lhes ficava muito mais próxima (nº 5756, Anno XVIII, p. 3).

⁷¹ Relativamente à inconstância das relações estabelecidas entre as freguesias e o centro administrativo municipal transcrevemos o testemunho que Pinho Leal nos deixou ilustrativo do carácter reivindicativo das gentes de Vilar: «Em Maio de 1868 [...] os habitantes d'esta freguezia de Villar, magoados com as extorsões do escrivão de fazenda, resolveram deixar a sua pacatez habitual [...]. Amotinaram-se e no dia 10 do dicto mez marcharam sobre a capital do concelho, dispostos a incendiar os archivos da fazenda e das outras repartições publicas. Iam em força de mil homens talvez, armados com espingardas, fouces roçadoras, varapaus, etc., mas nada conseguiram, porque o administrador do concelho, prevenido a tempo, havia requisitado a tropa» (1886 Vol. XI: 1177).

⁷² O crescimento demográfico verificado nesta freguesia no início do século XX, e que terá contribuído para a sua criação, está abordado na Parte I, Capítulo V, § 2.

freguesia de Vila Verde dos Francos. Gerou-se de imediato um conflito entre estas duas freguesias que descambou, por vezes, em tiroteios e escaramuças felizmente sem vítimas mortais. Para Vila Verde dos Francos a situação era extremamente gravosa uma vez que perdia quase metade da área da sua freguesia e, conseqüentemente, grande parte dos seus rendimentos. Esta freguesia acusava o município do Cadaval de, esquecido do apoio que tinha recebido do concelho de Alenquer durante o período em que permaneceu suprimido, se querer agora aproveitar de uma decisão governamental injusta e contrária aos desejos do povo de Vila Verde dos Francos que pretendia continuar sob a administração de Alenquer.

A origem da contenda residia na dupla cobrança do imposto *ad valorem* sobre as uvas produzidas pelos agricultores no concelho de Alenquer, mas depois acondicionadas em adegas que os proprietários detinham no concelho do Cadaval. Ambos os municípios pretendiam o seu direito à oneração do produto e a freguesia do Vilar, apoiada pelas autoridades camarárias do Cadaval, aproveitou o conflito para reivindicar a jurisdição das referidas povoações.

A questão da delimitação da freguesia de Vila Verde dos Francos viria a ser resolvida a seu favor por decisão governamental de Fevereiro de 1930. Contudo, se bem que nessa altura se tenha procedido à restituição das quatro povoações em causa, posteriormente o Avenal e a Rechaldeira seriam incorporados na freguesia do Vilar, à qual ainda hoje pertencem.

ANEXO

SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS QUE MARCARAM A EXTINÇÃO DO CONCELHO

Ano de 1895

Agosto

Dia 27 — Durante a tarde deflagra um incêndio nos paços do concelho, destruindo-os completamente.

Setembro

Dia 26 — Por decisão governamental é suprimido o município do Cadaval sendo as suas freguesias distribuídas pelos concelhos limítrofes de Alenquer, Azambuja, Óbidos e Rio Maior.

Dia 27 — É extinto o julgado municipal do Cadaval procedendo-se à divisão das suas freguesias pelas comarcas de Alenquer, Caldas da Rainha, Cartaxo e Rio Maior.

Dia 30 — É publicado no *Diário do Governo* o decreto de extinção do concelho do Cadaval.

Dia 30 — Neste mesmo dia pelas 7.30 horas chega à vila do Cadaval uma força de trinta praças de infantaria e alguns elementos da Polícia Judiciária de Lisboa encarregues de efectuar a transferência do arquivo municipal para a vila de Alenquer.

Outubro

Dia 1 — Óbidos recebe a notícia oficial da anexação das freguesias de Pero Moniz e Vermelha.

Dia 1 — Em Rio Maior é acolhida com grande entusiasmo a incorporação das freguesias de Alguber e Figueiros.

Dia 2 — Alenquer expressa o seu desagrado pela reforma administrativa que retira sete freguesias à sua comarca compensando-a apenas com as de Cadaval e Vilar.

Dia 3 — Cerca das 9.00 horas chegam à vila do Cadaval o juiz de delito, o delegado, o administrador e o secretário da câmara de Rio Maior para efectuarem o transporte dos processos existentes no juízo criminal do Cadaval respeitantes às freguesias de Alguber e Figueiros.

Dia 4 — Realiza-se durante a noite a primeira manifestação pública de protesto contra a supressão do concelho. Animada pela Filarmónica do Cadaval conta com a presença de muito povo que aclama o Partido Progressista, na oposição, e o seu líder José Luciano de Castro.

Dia 5 — Alguns membros da elite dirigente do Cadaval decidem, em reunião, formar uma *comissão* que leve a cabo a difícil tarefa de reestruturar o concelho do Cadaval.

Dia 7 — São entregues na comarca de Alenquer os processos pertencentes às freguesias de Cadaval e Vilar.

Dia 8 — Dao entrada na repartição da Fazenda da comarca de Alenquer os papeis e processos existentes na repartição da Fazenda do Cadaval. São também entregues os fundos que detinha em seu poder o ex-recebedor Anselmo Cameiro da Silva.

Dia 20 — Pela manhã chega à vila do Cadaval uma força de dez praças vinda de Lisboa com o objectivo de policiar o comício marcado para a tarde.

Dia 20 — Realiza-se na vila do Cadaval a partir das 13.00 horas o grande comício de protesto contra a supressão do concelho do Cadaval. Organizado pelos membros da *comissão* conta com uma afluência numerosa, cerca de de duas mil e quinhentas pessoas, e com a participação de alguns elementos da administração do município de Alenquer.

Novembro

Dia 4 — Três representantes da *comissão* do Cadaval participam na reunião da *Comissão Nacional de Resistência* realizada em Lisboa.

Dia 17 — Na vila do Cadaval efectua-se um boicote maciço ao processo eleitoral levado a cabo nesse dia. Ocorrem alguns distúrbios. O índice de abstenção é muito elevado.

Dia 24 — Chega à vila do Cadaval uma força de trinta e três praças de modo a evitar alterações de ordem.

Dia 24 — É ordenada à força estacionada no Cadaval a execução de rondas nocturnas.

1896

Malo

Dia 25 — A freguesia de Lamas é anexada ao concelho de Alenquer.

1897

Fevereiro

Sobe ao poder o Partido Progressista. É ministro do reino José Luciano de Castro.

1898

Janeiro

Dia 13 — É restaurado o concelho do Cadaval tendo-lhe sido restituídas todas as freguesias que o compunham anteriormente.

Dia 18 — Toma posse a *Comissão Municipal Administrativa* do concelho do Cadaval.

Fevereiro

Dia 4 — As repartições da Câmara Municipal estão já instaladas. Os festejos têm sido imponentes. Lançam-se vivas ao Partido Progressista e ao ministro do reino.

Dia 7 — Em sessão extraordinária a *Comissão Municipal* decide lavrar um voto de agradecimento ao ministro do reino pela restauração do concelho do Cadaval.

PARTE III

O PATRIMÓNIO

INTRODUÇÃO

Com uma secção dedicada à enumeração de algum do acervo patrimonial actualmente existente no concelho fica concluído o I Livro desta monografia, o qual teve como principal objectivo realizar um breve estudo historiográfico de questões relacionadas com a progressão do povoamento e a administração concelhias. A noção de património aqui considerada confina-se a um sentido restrito do termo, ou seja, aparece como expressão das realizações materiais dos agentes sociais que actuaram num passado mais ou menos longínquo. Esta secção aborda, portanto, apenas uma pequena parte do que actualmente se entende por conjunto patrimonial de um povo, o qual é composto pela sua memória colectiva, pelas expressões simbólicas que enformam a sua vivência quotidiana, por todas as suas realizações materiais etnográficas e históricas. Deste modo, e atendendo a que a maior parte do património oral, simbólico e etnográfico da população do concelho será convenientemente abordada no Livro II desta monografia, reserva-se este espaço unicamente para a descrição de alguns dos monumentos civis e religiosos que emolduram o território concelhio¹. Da mesma forma, não se pretende realizar um levantamento exaustivo do património civil e religioso existente no concelho e muito menos efectuar qualquer tentativa de classificação artística e arquitectónica dos mesmos, tarefa para a qual, e atendendo à sua formação académica, os autores desta monografia se reconhecem incapacitados. A apreciação e valorização dos

¹ Ponderando todos os perigos que rodeiam qualquer critério de selecção incluímos neste capítulo unicamente aqueles monumentos que nos pareceram mais significativos tanto do ponto de vista artístico como devido à sua originalidade ou relevância histórica.

monumentos apresentados nesta secção baseia-se fundamentalmente em pressupostos de carácter empírico os quais, obviamente, poderão ser sempre postos em causa.

A situação actual do património monumental concelhio não é de modo algum satisfatória. Se no caso dos edifícios religiosos o interesse das populações locais tem colmatado o relativo abandono a que têm sido votados os monumentos do concelho, ainda que nem sempre respeitando a sua traça arquitectónica original, o mesmo não acontece com o património de origem civil sob administração municipal ou particular. São disso exemplo a Real Fábrica do Gelo, situada na serra de Montejunto e monumento único do género em Portugal, o morabito do Cercal, condenado a servir como curral de gado caprino, algumas quintas do concelho e o conjunto do património etnográfico. Marcas distintivas de um modo de vida em plena desagregação todos estes testemunhos materiais fazem parte da memória colectiva do povo do Cadaval e daí, portanto, o interesse em preservar alguns dos seus elementos.

Sendo conhecedores das dificuldades financeiras enfrentadas pela a maioria dos municípios portugueses, não sendo o Cadaval uma excepção, esta última secção do Livro I da monografia pretende, acima de tudo, constituir-se como uma chamada de atenção para a necessidade de se estabelecer uma política viável de actuação museológica no concelho que permita, não só recuperar algum do património histórico e etnográfico existente mas também aproveitá-lo, quer como um elemento de valorização turística do município, quer como um importante agente da formação cultural e educativa da população do concelho.

I — O PATRIMÓNIO CIVIL

1. A REAL FÁBRICA DO GELO

No capítulo dedicado ao património concelhio não religioso reservamos um lugar de destaque à *Real Fábrica do Gelo*, não apenas por constituir um monumento cujas características arquitectónicas são únicas no nosso país, mas também pelas potencialidades que apresenta no desenvolvimento de um projecto integrado que vise a animação turística e recreativa da serra de Montejunto. De facto, pensamos que a *Real Fábrica do Gelo* poderá erigir-se como o elemento focalizador da activação do património natural, histórico e etnográfico existente na serra de Montejunto e nas suas proximidades.

A edificação desta estrutura arquitectónica parece estar intimamente associada ao aumento do consumo de gelo que ocorreu em Portugal durante o século XVIII, hábito culinário que, pensa-se, foi instituído ou pelo menos vulgarizado na corte portuguesa durante o período do domínio filipino. O consumo do gelo, em forma de sorvetes ou como refrescante de bebidas e alimentos, tornou-se tão importante nos costumes gastronómicos da Casa Real que levaria D. Pedro II a criar o cargo de *Neveiro de Sua Magestade*. Sobre este recaía a responsabilidade de abastecer convenientemente a corte do precioso produto, tarefa nada fácil atendendo a que, nesse tempo, o gelo natural provinha da longínqua serra da Estrela². Data da terceira década do século XVIII uma descrição de viagem efec-

² É datado de Abril de 1619 o primeiro contrato de que se tem conhecimento efectuado pela Câmara de Lisboa de modo a prover ao fornecimento de neve à capital. Já nessa altura existia a profissão de neveiro sendo a neve adquirida na serra da Estrela.

tuada por um estrangeiro de visita ao nosso país que nos relata como era obtida, conservada e transportada a neve originária da serra da Estrela:

«Tendo chegado até onde estavam os nossos cavalos que o português prendeu, vimo-nos obrigados a andar mais de uma légua para atingir um campo de neve que os ventos transportavam e amontoavam numa cova funda. A neve ali depositada é coberta com mato e esterco de que limpam os currais, ficando assim defendida dos ardores do sol, o que permite que durante todo o verão Lisboa se venha ali abastecer de neve, embora a distância seja de mais de sessenta léguas espanholas. Essa neve é transportada no dorso de mulas até às margens do Tejo, onde, ainda a vinte léguas de Lisboa, a embarcam para esta cidade, onde é vendida a doze soldos por libra»³.

Sensivelmente na mesma altura um outro relato referente à cidade de Lisboa, também efectuado por um estrangeiro, dá conta da dificuldade sentida na capital em obter gelo durante os meses do estio:

«Não há gelo para no verão refrescar as bebidas e a neve, que tem de ser trazida de uma distância de setenta léguas, é rara e caríssima. Usam-se, porém, umas pequenas e delicadas infusas feitas de barro, muito abundante em Portugal, nas quais, postas ao relento, a água refresca maravilhosamente»⁴.

Face ao crescente consumo do gelo, tanto na corte e no seio da nobreza como nas camadas burguesas e populares, tornava-se necessário arranjar uma solução que permitisse conservá-lo na capital durante a estação calmosa ou, então, obtê-lo num local mais próximo de Lisboa. D. João V ordenou em 1732 a construção de uns poços profundos na encosta do castelo de S. Jorge, na vertente situada na calçada de Santo André, com o objectivo de conservar a neve durante o estio lisboeta, tentativa que resultou infrutífera em consequência das elevadas temperaturas que se verificavam na cidade durante o Verão. Tornou-se imperioso proceder à tentativa de adquirir gelo num outro local situado próximo de Lisboa e cujas condições naturais, as únicas possíveis face às limitações tecnológicas da época, permitissem a sua produção durante o Inverno e o seu rápido envio para a capital a partir do início do Verão. A escolha, ao que parece, recaiu na serra de Montejunto, possivelmente a única de entre o conjunto das elevações situadas nas proximidades de Lisboa que oferecia as condições climatéricas necessárias para a congelação da água durante a estação invernososa⁵.

³ In Charles Frédéric de Merveilleux, «Memórias instrutivas sobre Portugal (1723-1726)», in *O Portugal de D. João V Visto Por Três Forasteiros*, p. 197.

⁴ In «Descrição da cidade de Lisboa ... (1730)», *op. cit.*, p. 46.

⁵ Esta hipótese só poderia ser confirmada através da realização de um estudo climatérico apurado.

O mesmo forasteiro que descreve a produção de neve na serra da Estrela durante a segunda década do século XVIII sugere os prováveis motivos que terão obstado à edificação de poços de neve num local mais próximo de Lisboa:

«Não encontraram sítio mais próximo para abastecer de neve a capital, o que prova a pouca indústria dos portugueses que não são capazes de fazer poços de neve nas montanhas que existem a quatro léguas de Lisboa, enchendo-os abundantemente de neve que ali conservariam artificialmente, pois naturalmente não pode ser, porque ali, durante as calmas do estio, a neve funde»⁶.

Não possuímos qualquer prova documental que ateste a data em que foi erigida a *Real Fábrica do Gelo* existindo apenas uma referência bibliográfica que indica o ano de 1741 como aquele em que João Rose e Pedro Francalanza, na altura concessionários do abastecimento e comercialização do gelo de Lisboa, construíram uma estrutura de produção de gelo natural na serra de Montejunto⁷:

«Em 1741 era adjudicatário da neve Trofino Paillet que teve artes de burlar os seus sócios João Rose e Pedro Francalanza os quais gastaram o melhor de quarenta mil cruzados em obras que mandaram efectuar na Serra de Montejunto, para que, com maior quantidade e prontidão, se abastecesse a corte com a *neve do povo*»⁸.

Apesar de não podermos comprovar a afirmação feita pelo autor do referido artigo, uma vez que ele próprio não indica a fonte documental de onde retirou a informação obtida, é provável que a *Real Fábrica do Gelo* tenha sido edificada nesta altura. Esta possibilidade é sugerida pela leitura dos testemunhos dos dois estrangeiros que temos vindo a citar e que apontam para a inexistência da *Fábrica* de Montejunto pelo menos até ao ano de 1730⁹. De acordo com o autor acima citado, a *Real Fábrica do Gelo* teria demorado seis anos a construir custando a elevada quantia de 45000 cruzados e nela chegaram a trabalhar em determinadas ocasiões cerca de cem operários.

No meado do século XVIII a exploração do gelo em Montejunto estava a cargo de D. Catarina Ricard que se ocupava igualmente do fornecimento de gelo à capital. Relativamente a esta senhora apurámos um alvará emitido por D. José

⁶ In «Descrição da cidade de Lisboa ... (1730)». *op. cit.*, p. 46.

⁷ Cf. F. Cância, 1951: 71-79.

⁸ *Op. cit.*: 77.

⁹ Não consideramos viável a afirmação veiculada por alguma produção bibliográfica que atribui aos frades dominicanos a construção e exploração da *Real Fábrica do Gelo*. De facto, se estes marcaram a sua presença na serra de Montejunto ela foi muito efémera e ocorreu durante a primeira metade do século XIII, altura em que aí foi fundado o primeiro convento da Ordem em Portugal. Mesmo que posteriormente tenham permanecido alguns frades no convento da serra de Montejunto não cremos que tivessem capacidade e meios para edificarem uma estrutura daquela natureza.

no dia 18 de Setembro de 1750 no qual o monarca lhe concede especiais privilégios relativamente ao transporte do gelo desde o local onde era produzido até chegar ao seu destino: o rei ordena que seja prestada toda a ajuda e favor necessários ao transporte do gelo de D. Catarina por parte das autoridades comarcãs das terras por onde transitasse a referida carga justificando a sua decisão pela necessidade de «poder dar satisfação a este negócio tanto do bem comum de todos¹⁰, trato este que implicava elevados custos de transporte «em bestas, barcos e trabalhadores¹¹». No entanto, não é feita qualquer menção à *Fábrica* de Montejunto.

Em 17 de Maio de 1757¹² o mesmo monarca fazia a concessão de idênticos privilégios a Bernardo Moreira e a Julião Pereira atendendo deste modo às queixas que lhe foram dirigidas pelos dois adjudicatários do abastecimento de gelo a Lisboa respeitantes aos elevados custos e dificuldades inerentes ao transporte de um produto tão vulnerável. Era preocupação do monarca que o transporte do gelo se realizasse o mais rapidamente possível para que o produto atingisse a capital lisboeta em boas condições de consumo¹³. Cremos que se trata deste Julião Pereira o indivíduo cujo nome consta na inscrição da lápide, datada de 1782, e que até há bem pouco tempo encimava o portal setecentista que dá acesso ao átrio onde se situam os poços de conservação das camadas de gelo. O teor da inscrição contida na lápide é o seguinte: *ESTA FÁBRICA CÔ SUAS PERTÊSAS CÔPROU E RE/ EDIFICOU JULLÃO PRº DE CASTRO CAPITÃO DE MALTA REPOSTEIRO E NEVEIRO DA CASA/ REAL NO ULTIMO DE JANEIRO DE/ 1782*

A produção de gelo na serra de Montejunto parece ter cessado no final do século XIX, limite que, embora sem confirmação documental, coincide com o testemunho da tradição oral recolhida entre os mais idosos habitantes de Pragança, a aldeia que se situa na vertente oeste da serra de Montejunto e, provavelmente, a principal fornecedora de mão-de-obra à *Real Fábrica do Gelo*.

A *Real Fábrica do Gelo* é constituída por um reservatório [Foto 38], um poço, actualmente coberto, e que outrora abastecia de água um total de quarenta e quatro tanques amplos e rasos destinados à sua congelação. As finas camadas de gelo formadas nestes tanques [Fotos 39, 40 e 41] eram posteriormente transferidas para três poços profundos, localizados um pouco mais acima, onde, envoltas em palha, se conservavam até que chegasse a hora do seu envio para Lisboa [Fotos 42 e 43].

De acordo com o testemunho oral obtido numa conversa estabelecida com o Sr. António Morais, residente na aldeia de Pragança desde o final do século passado, andavam habitualmente três homens no fundo do poço grande a calcar com maços as camadas de gelo que aí eram colocadas por meio de uma roldana,

¹⁰ ANTT, *Cbancelaria de D. José*, L. 44, fl.1.

¹¹ *Ibid.*

¹² ANTT, *Cbancelaria de D. José*, L. 2, fl. 72 v.º

¹³ O transporte do gelo que, devido à sua natureza tinha de ser realizado com a maior brevidade possível, devia estar constantemente sujeito a especulações tanto por parte dos adjudicatários da produção e abastecimento de gelo como por parte dos indivíduos que procediam ao seu transporte. Os primeiros pressionavam o rei de modo a obter especiais privilégios e isenções, enquanto os segundos, sempre que podiam, praticavam preços de deslocação mais elevados.

cujo gancho ainda se pode observar na abóbada dos poços. Costumava dizer-se por graça que «quando o poço grande estivesse cheio de gelo, um dos mais pequenos estaria cheio de dinheiro». Estas histórias ouvia o Sr. António Morais serem contadas pelo pai que trabalhara na *fábrica* de sol-a-sol uma vez que no seu tempo de meninice já não se produzia gelo em Montejuento.

A localização e a estrutura arquitectónica deste complexo de produção de gelo natural, único no género em Portugal, traduz o domínio de uma apurada técnica de engenharia, tanto na escolha do local onde foi implantado (sombrio, húmido e virado ao norte), como nos mecanismos concebidos para produzir e conservar o gelo. Seria deveras interessante que um estudo mais apurado permitisse constatar se estamos em presença de uma técnica única e original existente apenas no nosso país ou, caso tenha sido utilizada noutros países europeus, se se tratou de um fenómeno de importação de técnica. Note-se igualmente que a obtenção de gelo através deste processo constituía um notável melhoramento na qualidade e higiene alimentares. Não se tratava de neve natural, amontoada pelo próprio vento num recanto serrano ou em poções e envolvida em matos e esterco de modo a ser conservada, como acontecia na serra da Estrela, mas sim de gelo obtido por congelação natural em tanques calcários construídos para o efeito e depois preservado em poços adequados e caiados.

Próximo da *Real Fábrica do Gelo* encontram-se as ruínas de um antigo forno de cal cuja construção estaria provavelmente relacionada com a actividade da *fábrica* do gelo. Actualmente detectam-se ainda alguns vestígios de cal nas paredes dos poços destinados à conservação das camadas do gelo, sendo conhecida noutros locais a utilização da cal como desinfectante de açoteias e depósitos de água. Além disso, o revestimento das paredes dos poços do gelo com uma camada de cal facilitava a obtenção de uma temperatura mais fresca no seu interior. No entanto, apesar de considerarmos a possibilidade de existir uma relação entre o forno de cal e a *Real Fábrica do Gelo*, segundo o testemunho do Sr. António Morais, que trabalhou no forno de cal, a sua actividade prosseguiu mesmo após o encerramento da *fábrica* do gelo, destinando-se a cal a ser utilizada nas habitações de Pragança.

O transporte dos blocos de gelo desde as alturas serranas onde eram produzidos até ao porto de Lisboa constituía um processo moroso e complicado, quer pela natureza da carga, quer pelos deficientes meios de transporte existentes na época. Após serem retirados dos poços de conservação, os blocos de gelo eram cuidadosamente envolvidos em palha e serapilheira de modo a ficarem protegidos da incidência dos calores do estio. A primeira fase do trajecto, até à base da serra, efectuava-se ao dorso de animais, geralmente da espécie asinina. Aqui chegados, os blocos de gelo prosseguiam viagem no interior de carros de bois que os transportavam até à Vala do Carregado onde encetavam a última etapa do percurso, Tejo abaixo, a bordo dos *barcos da neve*. Em Lisboa podiam finalmente cumprir o seu destino, perecendo na fausta mesa real ou ao balcão de um modesto *cafacinha*.

O actual estado de conservação da *Real Fábrica do Gelo* é bastante razoável, tendo para isso contribuído o trabalho que o Departamento de Arqueologia do extinto *Instituto Português do Património Cultural*, em colaboração com o

Espeleoclube de Torres Vedras, tem efectuado na limpeza e recuperação do monumento. Continua ainda por realizar, porém, uma acção museológica de restauro, reactivação e animação deste complexo arquitectónico, verdadeira pérola patrimonial da serra de Montejuento que seria de todo o interesse preservar e recuperar. De momento, e enquanto isso não acontecer, a *Real Fábrica do Gelo* permanece abandonada e o seu passado continua praticamente hermético para os muitos visitantes que todos os anos se acolhem no regaço da beleza natural da serra de Montejuento.

2. AS QUINTAS

Testemunhos arquitectónicos da definição de um espaço de sociabilidade rural que outrora foi predominantemente dominado por uma aristocracia terratenente, as numerosas quintas que adornam o concelho do Cadaval erguem-se ainda hoje altaneiras e distantes destacando-se por entre o casario alvo e rasteiro característico do espaço rural estremenho. Símbolos de uma nobreza de origem rural que, no entanto, buscava o reconhecimento do seu estatuto tanto na corte lisboeta, onde vivia à sombra dos favores régios, como no desempenho de cargos administrativos e militares no seio do aparelho estatal, todas elas apresentam as marcas distintivas do estatuto social dos seus possuidores: um brasão, por vezes forjado, colocado mesmo por cima do portal assinala de imediato as fronteiras entre o espaço comum, *do povo*, e o espaço nobilitado *da família* de linhagem antiga e gloriosa. A delimitação entre os dois espaços é sancionada pelo sagrado que marca a sua presença na casa nobre, tanto recolhido na intimidade familiar, sob a forma de altares construídos no interior das habitações, como, de um modo mais ousado, erigindo-se em capelas acopladas ao núcleo habitacional.

2.1. Quinta do Gradil

A Quinta do Gradil [Foto 44], situada perto da aldeia do Vilar, constitui em nossa opinião o exemplar mais significativo do ponto de vista arquitectónico, sendo talvez a mais antiga quinta do concelho do Cadaval. Dela possuímos uma referência documental datada do final do século XV, altura em que D. Martinho de Noronha recebeu do rei D. João II a carta de doação da jurisdição e rendas do concelho do Cadaval e da Quinta do Gradil¹⁴. Já então, a Quinta do Gradil devia ser uma propriedade de dimensões bastante consideráveis de modo a ser destacada num documento régio de doação de um concelho. A ascensão de D. Manuel ao trono português possibilitou o regresso dos Bragança ao nosso país e a restituição de todos os seus bens que haviam sido confiscados durante o reinado de D. João II. Em consequência da actuação de D. Manuel a favor dos membros da linhagem brigantina a posse da Quinta do Gradil, juntamente com a jurisdição e rendas do concelho do Cadaval, foi confirmada por este monarca

¹⁴ ANTT, *Estemadura*, L. 10, fl. 131v.^o O documento está datado de 14 de Fevereiro de 1492. Sobre este assunto remetemos para a Parte II, Capítulo 2, §§ 2 e 3.

a D. Alvaro, irmão mais novo do terceiro duque de Bragança, de quem recebera a doação do Cadaval¹⁵. No final do século XIX a Quinta do Gradil era pertença dos marqueses de Pombal.

A traça arquitectónica da quinta que actualmente se pode observar parece remontar ao período setecentista. É constituída por um núcleo habitacional de traçado com características geométricas, uma vez que as trinta e seis divisões que o compõem estão equitativamente distribuídas por três andares. Notável é a capela anexa ao espaço habitacional, ampla e majestosa, encimada por um pequeno pináculo cuja decoração é de salientar [Fotos 45 e 46]. Pena é que todo este património se apresente num estado de degradação bastante avançado que, de modo algum, lhe confere a valorização que merece.

Possuindo uma área agrícola de cerca de duzentos hectares ocupada com as produções vinícola, frutícola e silvícola, a quinta atinge o apogeu da actividade agrícola no final do Verão, época do ano em que recebe os ranchos de *malteses* e *pegachas* que, tradicionalmente, realizam a vindima e a apanha da fruta.

2.2. Quinta do Fidalgo

A fundação da Quinta do Fidalgo [Foto 47], localizada na vila do Cadaval, é certamente anterior ao ano de 1645. Nesta data foi redigido o testamento do Dr. Duarte Alvares de Abreu, na altura preso na cadeia real de Santo André, em Lisboa, e proprietário da Quinta do Fidalgo, no qual obriga os seus testamenteiros a edificarem uma capela em devoção a Santo António [Foto 48] na sua quinta do Cadaval:

«Mandasse enterrar no habito de Santo António em hũa Igreja do dito Santo, e pede aos testamenteiros que nas Cazas que tem no Cadaval lhe fação huũa Irmida ao dito Santo com tribuna e lhe apliquem renda para missas por elle, molher, Pay e May»¹⁶.

O conteúdo da inscrição contida na lápide colocada no exterior da referida capela é o seguinte: «ESTA CAPELA HE DE BALTE/ZAR DE ABREU ALCAIDE MOR/E CAPITAM MOR DESTA VILA/E DE SUA MOLLER DONA MA/RIA DE ABREU E DE SUA PR^{ma} MO/LLER ANA DUARTE¹⁷ E DE SEU FI/LHO O DOUTOR ALVES DE ABREU QUE FOI DEZEMB/RAGADOR DOS AGRAVOS/E DE SEUS ERDERO E DESEMDENTES.

O brasão que se encontra no arco do portão que dá acesso ao pátio da quinta foi colocado em 1717 pela família Albuquerque Coelho de Carvalho que detinha na época a posse da Quinta do Fidalgo. O brasão é esquartelado tendo sido dividido em quatro partes: no primeiro quartel estão inscritas as armas do reino; no segundo, a flôr de lis; no terceiro, é representada a figura de um leão que patenteia, contudo, dois erros heráldicos: o leão está voltado à dextra, em

¹⁵ Remetemos de novo para a Parte II, Capítulo 2, §§ 2 e 3.

¹⁶ In *Index das Notas dos Vários Tabeliães de Lisboa Entre os Anos de 1540 e 1747*, pp. 186-187.

¹⁷ Ana Duarte, mãe do Dr. Duarte Alvares de Abreu, falecera em Outubro de 1637.

vez de se orientar para o lado esquerdo, e não está faixado, isto é, o corpo do leão não tem riscas; a figura inscrita no quarto quartel pretende representar *Canvalho*.

Após 1830 a quinta foi adquirida por José Joaquim Pereira, natural da Carvoeira, Torres Vedras. No final do século XIX encontrava-se na posse de um dos seus filhos, o Padre José Inácio Pereira que, não tendo descendência, legou toda a sua fortuna a Júlio Pereira, tio-avô das actuais proprietárias da quinta, as senhoras D. Maria Manuel Corte-Real e D. Maria António Corte-Real de Cabedo¹⁸.

2.3. *Quinta da Vila ou Quinta de D. Amiga*

No Cadaval existiu outrora uma outra quinta, a da *Vila* ou de *D. Amiga*, da qual restam actualmente as frágeis ruínas dos seus edifícios, votados ao abandono e impotentes para resistirem aos malefícios do tempo. Onde, no final do século passado, se localizava o mais bonito passeio da vila do Cadaval, impera hoje um mato rasteiro e daninho que mal deixa adivinhar aquela alameda fresca e deliciosa que despertou o melancólico sentimento do amor na prosa romântica de Júlio César Machado:

«A quinta é chamada de Dona Amiga que tem uma deliciosa alameda, a que só falta, para se tomar das proporções bucolicas, uma senhora em *blouse* branca, recostada brandamente n'um kioske, lendo *Fanny* ou as *Folhas Cabidas*, á hora em que baixa o sol. *Fanny* no Cadaval? Porque não? se ha uma alameda bem copada e bem fresca? Porque não, se houver uma senhora bem *crystalisada* e bem romântica! Ó amor! Amor! As artes consagram os teus milagres e os teus crimes ate: porque não encontrei eu nenhum cupido de pedra naquella alameda, por velho e esôpo que fosse? Uma alameda sem um cupido, não é uma alameda! É só por ti amor, que se anima o mármore, que a tela respira!»¹⁹.

A Quinta da Vila também não passaria despercebida à descrição corográfica de Pinho Leal que a considerou «digna de menção [...] muito aprasível e fértil, com lindas alamedas e formosas ruas, e que é o mais bonito passeio da villa»²⁰.

2.4. *Quintas do Cidral, da Boavista, do Vale e de Porto Nogueira*

O morgado dos *Fialhos* de Alguber construiu ou ampliou ao longo dos séculos XVI e XVII três quintas no concelho do Cadaval: as quintas do Cidral e da Boavista [Foto 49], situadas na freguesia de Alguber, e a Quinta do Vale, localizada próximo da povoação do Peral. Esta última já existia em meados da centúria de quinhentos, altura em que Gião Fialho, cavaleiro fidalgo no reinado de D. João III e

¹⁸ Agradecemos estas últimas informações, bem como a descrição do brasão da Quinta do Fidalgo, ao Dr. Francisco da Franca Ribeiro, residente em Adão Lobo, e que muito gentilmente no-las cedeu em entrevista efectuada no mês de Outubro de 1989.

¹⁹ J. C. Machado, 1862: 29.

²⁰ A. P. Leal, 1873: 31.

instituidor do morgado dos *Fialbos*, a recebeu como dote de sua mulher. Após a morte de Gião Fialho ficou a residir na Quinta do Vale a sua filha mais velha, Maria Fialho, e o genro, Fernão Braz do Rego.

O conjunto arquitectónico da Quinta do Vale que hoje se pode observar foi possivelmente edificado durante os séculos XVIII e XIX. A quinta possui dois edifícios habitacionais: um deles, alpendrado, tem no seu interior um pequeno altar que, até há bem pouco, exibia um fresco nas paredes laterais recentemente coberto após a realização de obras de restauro. No exterior deste edifício pode-se observar um bonito relógio de sol com a data de 1797 nele inscrita. A outra habitação, de dois andares, é mais recente devendo ter sido construída em 1873, de acordo com a data gravada numa das suas paredes exteriores.

A Quinta do Cidral foi edificada em 1662 por António Fialho, quinto neto de Gião Fialho, instituidor do morgado, no ano em que adquiriu a propriedade do Cidral. Esta constava de um pomar e de vinhas velhas e nela construiu António Fialho as primeiras casas. Comprou também a propriedade dos Baraçais, onde se situa actualmente a Quinta da Boavista, tendo aí edificado uma casa térrea. O seu filho, Luís Fialho, ao constatar a exiguidade das habitações, mandou construir um solar com uma adega majestosa ao qual deu o nome de Quinta da Boavista.²¹ A Quinta do Cidral foi adquirida na segunda metade do século XIX por António Augusto Melo Lobo da Silveira que procedeu a obras de restauro e de ampliação. Esta quinta que se encontra presentemente num estado de degradação bastante considerável foi adquirida pela Junta de Freguesia para albergar um centro de acolhimento de idosos. Por sua vez a Quinta da Boavista, recentemente comprada pelo Sr. Zacarias Vivas, proprietário da Quinta de Santo António, está a ser alvo de obras de restauro.

A freguesia de Algeber alberga uma outra quinta, a de Porto Nogueira [Foto 52], pertença do Sr. Miguel Cosme Angelino que a adquiriu em 1979. Esta quinta foi propriedade do morgado dos *Fogaças* a partir da segunda metade do século XVIII, altura em que foi comprada pelo capitão Serafim Fogaça a Francisco Morato Roma. O genro do capitão Serafim Fogaça, José Maria dos Santos, fixou residência na Quinta de Porto Nogueira na qual realizou importantes obras de ampliação no edifício habitacional e construiu celeiros e outras dependências²². A quinta permaneceu na posse dos *Fogaças* até 1979.

2.5. Quinta de Santo António

A Quinta de Santo António, contando com uma área de cerca de seiscentos hectares, constitui a propriedade de maior dimensão do concelho. A sua actividade agrícola reparte-se predominantemente pelas explorações florestal, frutícola e vinícola. Do ponto de vista artístico e arquitectónico não apresenta nenhum aspecto de realce, sendo a maioria das dependências habitacionais e agrícolas de fundação muito recente. Esta quinta é interessante, contudo, como testemunho de um modo de sociabilidade

²¹ As informações referentes ao morgado dos *Fialbos* foram retiradas do exemplar policopiado *Epitome de Antiguidades de Algeber e Seus Padroeiros. Quem Foram e Mais Clarezas*, provavelmente da autoria de Luís Fialho que o teria redigido cerca de 1715.

²² Informações recolhidas no exemplar policopiado *Os Fogaças de Algeber*.

rural não muito frequente na Estremadura: é constituída pelo núcleo residencial do proprietário, a *quinta* propriamente dita, composta pela casa de habitação, a adega (outrora um refeitório para os trabalhadores da quinta) e outras dependências rurais, e pelo *bairro* de casario baixo, corrido e homogéneo, situado do outro lado da estrada, construído pelo Sr. Zacarias Vivas, proprietário da quinta, e destinado aos trabalhadores permanentes da quinta.

A registar, um brasão colocado no arco do portão de acesso à quinta [Foto 53], um relógio de sol existente no pátio interior e o valioso espólio etnográfico, acautelado pelo Sr. Zacarias Vivas, e que aguarda a constituição do Museu Municipal do Cadaval de modo a poder fazer parte do seu acervo museológico.

2.6. *Quinta de S. Lourenço*

A Quinta de São Lourenço, edificada no cimo de uma pequena elevação com mesmo nome, localiza-se próximo da aldeia do Peral. Compõe-se de um edifício habitacional antigo e que se encontra num estado de degradação considerável, de um conjunto de dependências destinadas à actividade agrícola e de uma capela muito simples e que se encontra de momento bastante desnudada em virtude de estar a ser objecto de obras de restauro por parte dos proprietários da quinta. O monte de S. Lourenço, onde está implantada a quinta, permanece envolto no misticismo lendário das gentes das freguesias do Peral e da Vermelha. É voz corrente que em tempos idos existiu um cemitério no local onde se encontra a quinta tendo-se inclusivamente desenterrado algumas ossadas humanas quando, há poucos anos, se procedeu a obras de ampliação na Quinta de São Lourenço.

Durante os séculos XVIII e XIX a quinta foi pertença do morgado dos *Gorjões*, cujo instituidor está sepultado na capela da própria quinta. Trata-se de Francisco Pedro Gorjão, fidalgo e cavaleiro da Ordem de Cristo e instituidor do vínculo de que era cabeça a Quinta de São Lourenço. Tendo desempenhado diversos cargos ultramarinos veio a falecer em 3 de Agosto de 1767 com a idade de oitenta anos possuindo a patente de marechal de campo. No início da centúria de oitocentos a Quinta de São Lourenço era cabeça de um extenso morgado que incluía também as quintas de Varatojo e da Dagorda, já desaparecidas. As propriedades deste morgado estendiam-se pelas várzeas do Peral e Vermelha atingindo as proximidades da aldeia do Painho. Compunha-se de vinhas, pomares, terras de pão, juncais, pinhais, matos e dilatadas chamecas de matos, enclausurando no seio da sua enorme vastidão pequenas povoações, casais e terrenos baldios pertencentes aos povos do concelho²³.

Muitas outras quintas povoam presentemente o território do concelho do Cadaval. Algumas delas são brasonadas, outras, mais modestas, distinguem-se unicamente pela dimensão dos seus edifícios que se destacam altivos por entre a paisagem rural homogénea estremenha. Mas em todas as quintas do concelho é comum a afirmação de um espaço de sociabilidade diferencial que se constitui à margem do mundo rural. Senhores por vezes de vastas propriedades, a maioria dos detentores das quintas do Cadaval foram e, em parte continuam a sê-lo, indivíduos um pouco alheios à gente da terra que vive e convive na intimidade do pulsar da Natureza, ora rebelde ora generosa, mas sempre a eterna companheira do homem do campo.

²³ Sobre este assunto remetemos para a Parte I, Capítulo 4, §§ 2 e 3.

II — O PATRIMÓNIO RELIGIOSO

Expressões materiais da religiosidade do povo, monumentos vivos do sentimento popular de devoção às entidades sagradas, as numerosas igrejas e capelas que se insinuam na maioria das povoações do concelho do Cadaval atenuam a regularidade do casario baixo e uniforme dos núcleos habitacionais. Toda a povoação que se preze, quer seja vila, aldeia ou lugarejo exhibe orgulhosamente a sua igreja ou capela, de maior ou menor dimensão consoante as possibilidades dos devotos de cada aglomerado, mas sempre um espaço de identidade, imagem e reflexo da própria comunidade à qual pertencem.

Objecto constante do carinho que lhes é dispensado pelos devotos da freguesia a maior parte dos monumentos religiosos do concelho apresentam-se, do ponto de vista patrimonial, em bom estado de conservação. O perigo reside, no entanto, na total ausência de critérios de restauro de monumentos e de imagens, muitas vezes adulterados nos seus caracteres artísticos originais, em favor de formas estéticas eivadas de valores modernos ou modernistas. Seria, pois, importante que cada comunidade tomasse consciência do valor patrimonial e artístico do seu espólio religioso respeitando o mais possível os seus traços de origem e evitando, deste modo, a monótona policromia que invade actualmente grande parte dos espaços religiosos portugueses.

1. OS CONVENTOS DA ORDEM DE S. DOMINGOS

No cume da serra de Montejunto podem-se observar próximo da ermida de Nossa Senhora das Neves as ruínas do primeiro convento da Ordem dos Dominicanos fundado em Portugal [Foto 54]. A sua edificação remonta ao início do século XIII, possivelmente ao ano de 1218, pouco tempo depois da chegada ao nosso país de Frei Sueiro Gomes, instituidor da ordem em Portugal.

A Ordem de S. Domingos foi formada em 1216 por S. Domingos de Gusmão, religioso de origem castelhana nascido em 1170. Frei Sueiro Gomes contava-se então entre os mais directos discípulos de S. Domingos de Gusmão que, logo após a fundação da ordem, enviou os seus companheiros em acção missionária para França e Espanha. Frei Sueiro chegou a Portugal no Inverno de 1217 deparando com uma grave crise social e política que motivara a própria excomunhão do rei e a interdição do reino. Instalou-se na vila de Alenquer porque, sendo terra da infanta D. Sancha, encontrava-se «desassomburada de interditos». Sendo bem acolhido pela pia infanta tratou imediatamente de procurar um sítio onde pudesse instalar um mosteiro para a sua ordem. A escolha veio a recair nas inóspitas paragens de Montejunto, próximo do local onde já na altura se erguia a capela de Nossa Senhora das Neves.

Frei Luís de Sousa, o panegírico cronista da Ordem Dominicana, imaginava quatro séculos depois quais teriam sido as motivações que levaram Frei Sueiro a optar por um local tão pouco atraente porque, embora perto de Deus, achava-se bem distante dos homens:

«Mas aquellas figuras velhas, e mal obradas, a ossada pobre das casas, e paredes delidas da força dos annos²⁴ acreditão com bastante testemunho a tradição recebida, e continuada por quatrocentos annos nos povos vizinhos de pais, e avós: de que houve alli casa, e Convento de nossa Ordem. Porque de nenhuma outra cousa podiam servir aquelles pobres edificios: nem a estranheza do sitio podia consentir outros moradores, se não fosse a gente aborrecida da vida, e desejosa de abreviar os caminhos pera o Ceo. E bem podemos ter por certo que seria tudo então muito mais fero, e mais inculto, pois n'aquelle idade muitas terras chans erão cubertas de brenhas, e criavão animais bravos, á falta de quem as abrisse. E tal devia ser a informação que se deu a dom Frei Sueyro. Mas elle não se espantando nem descontentando de nada, sobio á serra, visitou a ermida, lançou-se por terra diante d'aquella Senhora²⁵, dando-lhe graças, como he de crêr, com lagrimas de alegria, pôr vêr que assi como a seu Mestre dera em França primeiro gasalhado em casa sua²⁶, qual era a de Prulliano, assi o queria tambem dar ao discipulo em parte tão distante. Aqui lhe pederia, que assi como com as neves de que ali tinha a invocação, dera antigamente final na força das calmas do estio, que lhe agradava a devação d'aquelles dous servos seus, que em Roma lhe tinhão offerecido almas, e fazenda, quizesse mostrar agora seu soberano poder, derretendo neve de alguns corações enregelados, com chamas de celestial caridade que alumiassem entendimentos, abrazassem vontades, pera que cessando escandalos, e contendas²⁷ ficassem dispostos pera receberem a doutrina do Ceo, que de tão longe lhes vinha communicar, como ja se hia recebendo, e estimando n'aquella pequena villa»²⁸.

²⁴ Refere-se às ruínas do primeiro convento dominicano na serra de Montejunto.

²⁵ Refere-se à Nossa Senhora das Neves, cuja ermida já existia naquela época.

²⁶ Refere-se certamente ao primeiro convento da ordem fundado por S. Domingos de Gusmão em Toulouse, França, no ano de 1216.

²⁷ Alusão à situação social e política vivida no início do século XIII.

²⁸ Refere-se à vila de Alenquer. Frei L. de Sousa, 1977: 64-65.

O princípio modelador de uma vida que se pretendia ascética talvez fosse o motivo que influenciou Frei Sueiro na escolha das agruras da serra de Montejunto para aí instalar o primeiro convento da ordem. No entanto, cedo transpareceram os inconvenientes da localização do convento num local praticamente inacessível e isolado, dificultando assim a acção missionária dos frades dominicanos nas povoações circunvizinhas. Porque, conforme nota Frei Luís de Sousa, às penitências da vida monástica juntavam-se as asperezas da serra, verdadeira provação ao espírito de dedicação e fé divina partilhados pelos discípulos de Frei Sueiro:

«Começou-se a exercitar o rigor monastico, ao que podemos alcançar com a primavera do anno seguinte de 1218. Exercitavam-se em todo o genero de mortificações que a religião insina das portas a dentro, jejuns, cilícios, disciplinas, vigílias, silencio, e oração continua. Ao trabalho de casa seguia o de fóra tanto mais intoleravel, quanto era tomado por gente exausta de forças com os rigores caseiros. Decião da serra, entravão polos lugares a mendigar a pobre manença. Se a trazião, e se a não trazião, tudo era tormento. Porque a costa aspera pera os que tomavam leves, e sem esmola, era trabalhosa por si, e por haverem por culpa, e demerito proprio não alcançar com que alimentar os companheiros, e a si: e aos carregados o peso lhes tirava as forças, e os quebrantava de novo»²⁹.

O isolamento da serra de Montejunto e os obstáculos que daí advinham para a prossecução da obra missionária dos dominicanos terão sido provavelmente os principais motivos que conduziram ao abandono do convento de Montejunto, tendo os frades fundado um novo edificio da ordem em Santarém ainda durante a década de 1220. A mudança efectuou-se rapidamente pois, se os bens eram poucos, maior seria o desejo de se fixarem num lugar mais aprazível:

«que sem nenhum pejo levaram tudo o que havia de mudar, debaixo dos braços. E o tudo erão alguns livros, e humas leves alfaias de Sacristia, e as pobres mantinhas que lhes faziam abrigo nas cellas»³⁰.

Ao que parece, após a abertura do convento de Santarém o seu congénere de Montejunto «ficou como casa disciplinar ou de recolhimento, e era pouco habitado»³¹. De qualquer modo, quando Frei Luís de Sousa visitou no início do século XVII as paragens serranas o primitivo convento já se encontrava reduzido a um amontoado de escombros que mal fazia suspeitar, não fora o testemunho da tradição, que ali existira o primeiro edificio da Ordem de S. Domingos [Foto 55].

No início do século XVIII Frei Manuel de Assunção pretendeu encetar uma *reforma* na ordem a que pertencia, recuperando os preceitos de vida ascética praticados pelo fundador da Ordem de S. Domingos. Em consequência desta

²⁹ *Op. cit.*: 65.

³⁰ *Op. cit.*: 107.

³¹ G. Henriques, 1873: 300.

pretensão foi atribuído a este ramo da ordem dominicana, conhecido por *Reforma de Montejunto*, o velho convento que se encontrava parcialmente derrocado. Passados alguns anos quiseram construir um outro edifício que, contudo, nunca foi além da elevação das paredes exteriores em virtude deste ramo da Ordem de S. Domingos ter sido acusado pelo Marquês de Pombal de conspirar contra a segurança interna do reino. Descoberta a conjura foi extinto o movimento da *Reforma*, apenas testemunhado actualmente pelas paredes tsnadas e inconclusas que se erguem junto à capela de S. João Baptista.

2. CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES

Junto ao primeiro convento da Ordem de S. Domingos, bem no topo da serra de Montejunto, situa-se a capela de Nossa Senhora das Neves cuja origem antiqúissima se perde na memória dos tempos. Quando no início do século XIII Frei Sueiro Gomes fundou o primeiro convento da sua ordem a sóbria capela da invocação da Senhora das Neves marcava já a sua presença naquelas solitárias paragens [Foto 56]. Frei Luís de Sousa, na *Crónica de S. Domingos*, dispensou-lhe uma especial atenção fazendo dela uma descrição pormenorizada tal como se encontrava no início do século XVII:

«e em pouca distancia, e sobre huma pequena costa, que ainda se sobe aspera sempre, e pedregosa, se acha huma ermida, a que a devoção dos vizinhos deu o nome de Nossa Senhora das Neves. A casa he pequena, e baixa, mas pera deserto de boa fabrica. Tem de fóra seu recebimento, ou alpendre cuberto: e dentro divisão de Capella, e corpo de Igreja, com seu arco em meio, tudo cerrado de abobada. Fóra do arco, e das grades que o cerrão, tem seus altarinhos, como he costume de huma, e outra parte. No altar da Capella se vê hum retabolo com huma imagem de Nossa Senhora, e outras de Santos, tudo pintura moderna. Nas paredes pendem algumas memorias de enfermos, e cativos. Nos altares travessos não ha pinturas, mas algumas figuras de vulto de antiga escultura, e grosseira: entre ellas duas com habito Dominico, das quaes huma tem o nome de S. Domingos, e está autorisada com mitra na cabeça [...], todas promettem uma grande antiguidade, não só no feitio, mas no trato, e representação da madeira comida e consumida da velhice, e do tempo. Na entrada da porta se acha huma pia aberta ao picão na lagea, e chão natural da ermida, que juntamente he pia, e fonte, porque corre agoa, e dura a fama de ser milagrosa pera infirmidades»³².

A capela é palco de uma romaria que se realiza todos os anos no dia 5 de Agosto e, provavelmente, tão antiga como ela própria. Nesse dia a serra de Montejunto enche-se de gente, fiel devota da Senhora milagrosa, que empresta à sobriedade serrana um colorido desacostumado e intenso.

³² Frei L. de Sousa, 1977: 64.

3. IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (CADAVAL)

A igreja matriz da vila do Cadaval [Foto 57] está localizada numa pequena elevação de terreno em torno da qual se desenvolveu o núcleo de povoamento primordial da vila. No meado do século XVIII o pároco que respondeu ao inquérito mandado realizar pelo Marquês de Pombal após o terramoto de 1755 fazia dela a seguinte descrição:

«A Paroquia Está em Hum pequeno monte que he no meyo da dita Villa para o poente ou esta parte occidental Se Levanta da qual parte não esta cercada de cazas, por ser bastante em declive [...]. O Orago della E N. Sr^a. da Conceção, ou a Sua imandade Conceyção. Tem esta 4 altares: o 1.^o ou o Mayor E de N. Sr^a.; o 2.^o da Circuncisão; o 3.^o do Smo. Rosario; e o 4.^o que está já no corpo da Igreja [...] he do Smo. Sacramento. He de huma So Nave ainda que não tem pequena antiguidade»³³.

Bem mais recentemente, no ano de 1962, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi alvo de uma apreciação artística e arquitectónica na qual se destacaram as telas quinhentistas de pintor anónimo existentes no seu interior:

«A igreja de fundação antiga mas de pouco interesse arquitectónico, com tecto de madeira cobrindo uma só nave, tem, mesmo assim, algumas pinturas quinhentistas com certo interesse, particularmente a tábua da *Coroação da Virgem*, do lado da Epístola, que conserva o sabor das pinturas da boa época. Na parede em frente, uma *Circuncisão* no mesmo estilo, e possivelmente do mesmo retábulo, uma *Nossa Senhora da Misericórdia*, e na capela-mor, do lado do Evangelho, uma tábua com um S. Pedro.

A capela-mor, que tem sobre o altar uma tela do século XVIII com uma *Ascensão da Virgem*, é forrada com um lambril de azulejos do século XVII, que também se encontram na pequena capela lateral da Senhora das Dores»³⁴.

4. IGREJA DO ESPÍRITO SANTO (VERMELHA)

A igreja do Espírito Santo apresenta-se, do ponto de vista artístico, como um dos monumentos religiosos mais significativos do concelho do Cadaval. As paredes do corpo da igreja estão revestidas de azulejos do século XVII e é também de destacar o retábulo setecentista da capela-mor [Foto 58]. Pena é que tenha sofrido algumas delapidações na traça artística original, tal como a destruição de um fresco que outrora cobria o tecto da igreja, a retirada de uma escada que dava acesso ao púlpito ou o total desrespeito pela côr de origem do sacrário que

³³ P.^o L. Cardoso, 1832, vol. VIII, p. 183.

³⁴ *In Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, p. 55.

se viu transmudado de dourado para castanho-escuro após o restauro a que foi sujeito. Transcrevemos a apreciação que dela fez a *Junta Distrital de Lisboa* no início da década de 1960:

•Interiormente, a igreja é forrada de azulejos de vários tipos, do século XVII, incluindo a cobertura da capela-mor. O corpo da igreja, de uma só nave, é coberto com tecto de madeira, de caixotões, e era todo ricamente pintado com ornatos vários, como se vê pelos restos da decoração, hoje toda arruinada, e que devia datar dos finais do século XVII ou princípios do XVIII.

Dois pequenos altares colaterais, também do século XVII, com pinturas da época. Na capela-mor, um retábulo de talha do século XVIII. Teia e púlpito de pau-santo, este último com ferragem dourada característica do século XVII. Sobre a porta lateral, uma tela sem grande interesse representando Nossa Senhora da Conceição³⁵.

5. IGREJA DE S. VICENTE (CERCAL)

A igreja matriz do Cercal constitui, entre o conjunto dos monumentos religiosos do concelho, um dos exeplares mais curiosos, aliando uma certa notabilidade artística ao arcaísmo que emana do seu interior [Foto 59]. Em 1758 o pároco da freguesia descrevia-a do seguinte modo:

•He Orago desta freg^a. S. Vicente Martir, não tem a Igr^a. mais que o Altar Mor, e No Meio do Retabolo Se venera huma perfeita Imagem de N. Sra. Com o titulo da Vizitação; da parte do Evangelho está a Imagem de S. Vicente e da parte da Epístola a de St.^o António³⁶.

A igreja de S. Vicente do Cercal, de acordo com a apreciação efectuada pela Junta Distrital de Lisboa no ano de 1962, «é toda forrada de azulejos do século XVII, de tipo *tapete*, incluindo a abóboda da capela-mor³⁷. No seu exterior, apresenta uma «pequena galilé e, na parede lateral, [um] pequeno painel de azulejo datado de 1664»³⁸.

³⁵ *Op. cit.*:56.

³⁶ P^e L. Cardoso, 1832, vol. X, n^o 268, p. 1831.

³⁷ *In Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, p. 56.

³⁸ *Ibid.*.

III — ITINERÁRIOS RÉGIOS

A vida concelhia, colectânea das existências modestas dos seus habitantes, cruzou-se, ainda que raramente, com a existência faustosa das augustas personagens reais. Esses momentos, embora breves e esporádicos, aparecem perpetuados em testemunhos materiais exibidos orgulhosamente pela povoação que acolheu a família real, ou cristalisados em tradições orais, entretanto ilustradas com os adereços das formas lendárias. Conta-se que em meados do século XVI a infanta D. Maria, filha do rei D. João III e futura esposa de Filipe II de Espanha, I de Portugal, permaneceu durante algum tempo na aldeia de Alguber a fim de se curar de uma *nascida venenosa*. A obreira da cura milagrosa da infanta teria sido a Nossa Senhora de Todo-o-Mundo, de quem a nobre princesa era grande devota e cuja ermida se erguia naquele tempo no cimo da serra de Todo-o-Mundo, no local onde ainda hoje se podem detectar uns tímidos caboucos e alguns cacos de telhas. É versão corrente entre a gente da freguesia de Alguber que foi em virtude deste maravilhoso acontecimento que o monarca joanino resolveu conceder a Alguber a sua autonomia administrativa, desprendendo-a no ano de 1549 da freguesia de Figueiros à qual pertencera até então. Nobre nascimento teve a freguesia de Alguber, apadrinhada desde o seu início pela majestosa pessoa do rei.

A proximidade da aldeia do Cercal relativamente à estrada que se dirigia para o santuário termal das Caldas da Rainha fez desta aldeia um lugar privilegiado para figurar nos itinerários régios. Ao que consta, o rei D. João IV visitava frequentemente o Cercal, não sabemos se na ida ou na vinda das Caldas da Rainha, onde pernoitava. A assinalar a sua presença na povoação do Cercal existe uma lápide colocada na parede exterior da casa onde D. João IV permaneceu e na qual se pode ler a seguinte inscrição: *AQUI POUZO/U EL REI DO/N Jº O QUART/ O E D/1645* [Fotos 60 e 61]

Perto do Cercal existe ainda um chafariz mandado erigir pela rainha D. Maria I localizado na antiga estrada real que ligava Lisboa às Caldas da Rainha. Esta estrada,

construída no reinado da soberana, foi durante largos anos percorrida pelo serviço da mala-posta efectuado entre Lisboa e Coimbra e o chafariz destinava-se certamente ao fornecimento de água tanto aos oficiais das diligências e seus passageiros como aos animais. O chafariz, encimado por um escudo real, ostenta no frontispício a seguinte epígrafe: *A AUGUSTISSIMA RAINHA/D. MARIA I N. SNR./O MANDOU FAZER SENDO/INSPECTOR/DO TERREIRO DE LISBOA E ESTRADAS PUBLICAS ILL. E EX^a C. DE VALLADARES/NO ANNO DE 1788* [Foto 62].

LIVRO II

INTRODUÇÃO

Ao invés da tendência de crescimento que a caracteriza desde as últimas décadas, em inícios do século a vila de Cadaval não se diferenciava muito das restantes sedes de freguesia relativamente ao seu volume populacional, apresentando-se antes como uma aldeia¹ cuja especificidade a nível concelhio residia essencialmente na estrutura socioprofissional da sua população. Efectivamente, aí se concentrava, tal como sucede actualmente, a quase totalidade do sector terciário do município: a administração do concelho, a câmara municipal, diversas agências bancárias e agências seguradoras, o registo civil², o Juízo de paz e o Juízo das execuções fiscais, a regedoria³, a secretaria e a tesouraria de finanças, o notário, dois solicitadores, dois professores⁴, o único médico do concelho, duas farmácias, dois fiscais dos impostos, o subdelegado de saúde pública, os serviços de correio e telégrafo, além de três hospedarias, quatro casas de pasto e vários estabelecimentos comerciais⁵.

¹ Note-se que em 1911 as aldeias da Vermelha, do Vilar e do Painho contavam respectivamente com 649, 665 e 715 habitantes, enquanto a sede de concelho contava com 789 habitantes. Segundo o recenseamento da população de 1960 o Vilar suplantava, aliás, em 69 habitantes a própria vila do Cadaval, tendo sido somente a partir desta década que se acentuou o crescimento desta última (Cf. Livro I, Parte V, 1 e 4).

² Postos do Registo civil existiam apenas em quatro sedes de freguesia: Alguber, Figueiros, Pêro Moniz e Vilar.

³ Em cada sede de freguesia um regedor desempenhava também as funções inerentes ao seu cargo de autoridade administrativa.

⁴ Note-se, contudo, que em cada sede de freguesia do concelho (com excepção de Lamas, freguesia onde o ensino primário se encontrava a cargo de um professor em Rochaforte e de outro em Pragança, as duas povoações mais populosas dessa freguesia) um ou dois professores asseguravam sempre a docência do ensino primário às crianças de todas as povoações da respectiva freguesia. No caso do Peral, além de um professor na sede de freguesia existia também um na aldeia da Sobrena.

⁵ Dados extraídos do *Anuario Commercial de Portugal* de 1913 (pp. 1717-1719).

Relativamente à população campesina, além do suplemento em moeda resultante da venda sazonal da sua força de trabalho aos grandes e médios proprietários rurais, muitas vezes fora do concelho, a maior parte subsistia essencialmente do resultado da exploração de pequenas parcelas de terra, próprias ou arrendadas, destinando-se a produção assim obtida à satisfação directa das necessidades alimentares da própria unidade responsável pela produção: a família nuclear. E ainda que, com poucas excepções, a totalidade da produção de batata e dos géneros hortícolas se destinasse exclusivamente ao consumo no interior desse círculo familiar restrito, muitas vezes uma parte considerável da produção⁶ de azeite, vinho e, sobretudo, cereais destinava-se a ser vendida aos próprios comerciantes, usualmente os da vila, onde se adquiriam todos os bens que o agregado familiar necessitava mas que não produzia: o sal, o açúcar, o café, o tabaco, o sabão, os tecidos, as alfaias agrícolas, os adubos, os sulfatos e o enxôfre para a vinha, e, mais tarde, o petróleo. Eventualmente, estes produtos eram adquiridos, não em moeda, ou, como acabamos de verificar, em troca de parte, ou mesmo em certos casos, da totalidade da produção de um ou mais bens agrícolas obtidos a nível da exploração individual, mas em dias de trabalho nas terras dos próprios comerciantes, sendo o montante da dívida contraída pela compra de géneros deduzida adiantadamente da jorna a receber.

Vários estabelecimentos comerciais, geralmente denominados «vendas», existiam também nas povoações de maior densidade populacional, reduzindo-se geralmente os géneros aí vendidos às mercearias, às fazendas, aos vinhos e às aguardentes. Mas a actividade comercial do concelho animava-se sobretudo em dias de mercado⁷, que se realizava, em inícios do século⁸, na sede de concelho no primeiro domingo de cada mês, comercializando-se aí sobretudo o gado bovino. Na vila tomavam igualmente lugar diversas feiras anuais: a de S. João, a 24 de Junho, a da Nossa Senhora da Conceição, a 8 de Dezembro, e uma outra, mais recente e de muito menor grandiosidade, certamente devido à concorrência das feiras da Lourinhã e da Malveira, efectuadas, tal como aquela, a 25 de Março⁹. Além destas feiras, a memória das gentes guarda a referência a uma outra feira, a de S. Tiago, outrora realizada, também na vila, a 25 de Julho. Na Vermelha, por ocasião da festa em honra de S. Luís, orago da Igreja do Divino Espírito Santo, realiza-se também uma feira franca, pelo menos desde o início da década de trinta¹⁰. Das três

⁶ É de notar que a produção obtida pelos pequenos proprietários era obviamente muito reduzida, não só em função dos factores empregues no processo de produção, como também do diminuto número e reduzida dimensão das parcelas exploradas.

⁷ No *Commercio do Cadaval* (n.º 8) de 3 de Novembro de 1895 surge a primeira alusão à constituição de uma comissão com o objectivo de fomentar a criação deste mercado mensal, que viria a funcionar pela primeira vez, segundo o n.º 29 do mesmo periódico, a 12 de Abril do ano seguinte.

⁸ Cf. *Anuario Commercial de Portugal* de 1913, p. 1717. Segundo *A Extremadura Portuguesa*, este mercado mensal realizava-se até 1904 no 2.º domingo de cada mez (A. Pimentel, 1908: 25).

⁹ Data de 1934 a referência mais antiga de que dispomos relativamente a este evento comercial: *A Hora — Jornal Ilustrado*, p. 12.

¹⁰ Tal como para a feira de 25 de Março realizada na vila, o n.º 11 d'*A Hora - Jornal Ilustrado* é a referência mais antiga de que dispomos. Da feira se queixavam já no ano desta publicação, e tal como ainda o fazem, de não ser bastante concorrida [p. 22 (Cf. igualmente o n.º 4 da IIª série desta publicação, p. 34)].

feiras que hoje subsistem, a da Nossa Senhora da Conceição, a de 25 de Março, na sede de concelho, e na Vermelha, a de 25 de Agosto, a primeira, também designada por *Feira dos Pinhões*, epíteto que se prende certamente com as fiadas de miolo de pinhão que certas mulheres aí vendem por esta ocasião, é inequivocamente o evento comercial de características periódicas mais importante do concelho, sendo mesmo passível de ser classificada, em função das energias que mobiliza, como a única feira verdadeiramente «municipal» do Cadaval. Porém, do mesmo modo que a estes mercados e feiras acorriam gentes de fora do concelho, também a população do Cadaval recorria, fazendo-o ainda hoje, às actividades congêneres dos municípios próximos, principalmente às feiras do Bombarral, enquanto, até há algumas décadas atrás, as compras «mais a preceito», especialmente no respeitante a vestuário, se faziam nas Caldas da Rainha ou em Torres Vedras.

Ainda relativamente aos reduzidos e esporádicos contactos com a vila, não só, como temos verificado nos últimos parágrafos, com propósitos comerciais, mas sempre que se tornasse necessário obter licenças nos Paços do Concelho ou recorrer ao notário, ao registo civil, às finanças, etc., juntava-se a procura da assistência médica, uma vez que, até às primeiras décadas deste século o médico fixava a sua residência invariavelmente na sede de concelho. Pelo menos até 1913¹¹, existia no e para o concelho um único médico, que oferecia os seus serviços a todas as povoações no interior do perímetro municipal, se bem que o *Anuario Commercial de Portugal* assinala a existência nessa data de um «dentista» na aldeia do Vilar, especialista que supomos, contudo, de características idênticas às que Júlio César Machado assinalava em 1878 para o barbeiro da vila (p. 30). A mesma publicação assinala também, e para a mesma data, a existência em todo o município de apenas duas farmácias, também sediadas na vila. Duas décadas mais tarde, *A Hora — Jornal Ilustrado* assinala a existência na sede municipal, para além do hospital, legado em 1924 pelo Padre José Inácio Pereira, outrora pároco da freguesia da vila, a existência de dois médicos e de um veterinário. No entanto, o mau estado das estradas e dos caminhos, especialmente durante a estação invernal, dificultava as comunicações com a vila ou com A-dos-Francos, a cujo médico recorriam também as populações do norte do concelho, impossibilitando a que, mesmo já em meados deste século, o médico se conseguisse deslocar de automóvel a muitas aldeias e casais, necessitando antes de o fazer, como lembram os mais velhos, «a cavalo num cavalo», o que demorava o auxílio, encarecia a conta e inibia a sua chamada, a qual se reservava assim para os casos de extrema necessidade. Mais comumente, a população campesina recorria a «endireitas», a homens que percorriam a região levantando a «espinhela-caída»¹² ou a outros agentes recrutados na sua própria classe, as «bruxas», cuja polivalência terapêutica valia não só aos males do corpo como aos da alma, e tanto aos achaques dos homens como às enfermidades dos animais. O recurso a estes últimos especialistas possibilitava, aliás, ao invés do médico, que exigia um numerário demasiado elevado para o que auferia a gente do povo, o pagamento da consulta

¹¹ Cf. Livro I, I, IV, 4.

¹² Cf. M. C. Martha, 1918-1919.

segundo as posses de cada um, além do facto de que o tratamento dos pacientes, especialmente dos animais, se podia processar sem que se tornasse indispensável a sua deslocação até ao agente terapêutico.

Sem querer de algum modo indicar um enclausuramento dos indivíduos, especialmente das mulheres, no espaço da sua aldeia ou do seu casal¹³, gostaríamos todavia de referir que, para além, das feiras e dos mercados, indubitavelmente ocasiões de «festa», os momentos privilegiados de relação no exterior da povoação habitada eram sobretudo as festividades, locais ou regionais: as festas estivais em aldeias¹ próximas no interior da mesma freguesia (mais raramente aldeias de freguesias diferentes, se bem que não seja hoje o facto, frequentavam os arraiais umas das outras¹⁴) onde se reuniam parentes e amigos, e as romagens à N^{ra} Senhora das Neves, ao Senhor Jesus do Carvalhal (concelho do Bombarral), à Santa Quitéria de Meca ou à Senhora da Ameixoeira (conc. de Alenquer), festividades que mobilizavam gentes de muitos concelhos. Durante o ciclo anual possivelmente apenas mais três ocasiões permitiam normalmente, e em tempos de ruptura com as actividades laborais e o quotidiano, a incursão a espaços exteriores à aldeia: no norte do concelho¹⁵, pelas Janeiras, os homens, e apenas eles, percorriam toda a freguesia, oferecendo as «Boas-Festas» pelas aldeias e casais; pelo Entrudo, também em algumas aldeias (Alguber e Painho, pelo menos) os jovens de ambos os sexos aproveitavam a ocasião para correrem, a pé, as povoações mais próximas, exibindo os seus disfarces e dançando por todo o trajecto; finalmente, pela quinta-feira de Ascensão, grande parte das famílias de uma aldeia deslocava-se a um pinhal, onde se almoçava e passava a tarde em alegre convívio, cantando e bailando. Contudo, para além destes momentos verdadeiramente excepcionais de sociabilidade no exterior do espaço aldeão, até há bem poucas décadas o quotidiano do homem das classes populares desenrolava-se quase exclusivamente no espaço da sua povoação, na periferia da qual amanhava as terras e apascentava o pouco gado que eventualmente pudesse possuir. A mulher, que partilhava com o esposo as tarefas agrícolas, circulava sobretudo no interior da aldeia, no espaço da casa, cuidando da habitação e dos múltiplos afazeres domésticos: a alimentação, os filhos e os animais de criação.

Esta Introdução, que pretende desenhar em escassas pinceladas o panorama socioeconómico geral do município em inícios do presente século, ocupando-se igualmente de demonstrar como as relações de sociabilidade no exterior da povoação — à qual se pertencia, quer por laços de descendência, quer por laços matrimoniais —, tomavam então geralmente lugar em tempos de ruptura, deixamos entrever, ainda que implicitamente, os dois grandes vectores em torno dos

¹³ Já vimos que as grandes explorações agrícolas empregavam, especialmente para os trabalhos respeitantes à produção do vinho e dos cereais, muita mão-de-obra recrutada entre os níveis sociais mais baixos do concelho.

¹⁴ E, quando o faziam, (*Cf.* infra, Parte I, 5), muitas vezes o arraial era outro...

¹⁵ O canto dos Reis nas aldeias do Pereiro e do Avenal faz-se apenas no interior da respectiva povoação, não se optando, como em Alguber, por ocasião das Janeiras, por oferecer as «Boas-Festas» a cada lugar da freguesia — sendo Alguber sede de freguesia —, mas sim fazê-lo à porta de cada habitação do lugar.

quais se parecia organizar tradicionalmente a vivência dos membros das classes populares.

As relações intravicinais carregam constantemente consigo a marca de uma das formas elementares da divisão do trabalho: a divisão sexual. Esta distinção das competências de cada sexo, traduz-se sobretudo numa demarcação espacial que distingue o espaço da «casa» como o espaço da mulher e o espaço da «praça», ou seja da aldeia, como o espaço do homem. Essa dicotomia sexual da vivência espacial do indivíduos encontra igualmente correspondência, não só na marca que se pretende imprimir sobre o indivíduo logo após o nascimento (com a diferenciação, assente também ela numa dicotomia sexual, do destino a dar à água do primeiro banho da criança), como igualmente na atribuição das tarefas correspondentes a cada sexo — às mulheres cabem as tarefas domésticas, do domínio do privado (o cuidado das roupas, da alimentação, dos filhos, da criação, a protecção simbólica da casa) enquanto aos homens compete o desempenho das actividades extra-domésticas, do domínio do público (o pastoreio, o amanho das terras, a protecção económica da casa); nas actividades agrícolas, a mulher ocupa-se das tarefas relacionadas com o baixo e com o leve, enquanto o homem se ocupa das tarefas relacionadas com o alto e com o pesado; no campo, cabe o desempenho das actividades fecundantes (a poda das árvores, a poda e a empa da vinha) ao homem, enquanto em casa essas actividades (a confecção do pão, a propiciação da abundância do trigo e da azeitona) são exclusivamente femininas.

Por seu turno, as relações intervicinais constroem-se sobre uma demarcação territorial que opõe constantemente o espaço do Nós ao espaço do Outro. Para fundamentar esta oposição conceptual, eventualmente com correspondência em rivalidades intervicinais efectivas, socorre-se a filosofia das classes populares não só de uma distinção sociológica entre os grupos — quer mediante a referência a mitos de origem que distinguem qualitativamente o espaço sobre o qual se implanta o grupo ao qual se pertence (de tal modo que este adquira características de povo eleito), quer através da denominação injuriosa (por vezes assente na toponímia local) dos grupos vizinhos ou de acusações de bruxaria e de loucura) — como também de uma distinção do território dos mesmos (através da delimitação acústica do território aldeão possibilitada pelo alcance sonoro do sino). As emulações sociocêntricas, em íntima relação com uma ideologia endogâmica, derivadas deste processo de construção da identidade colectiva mediante uma oposição às outras comunidades, conduzem assim a uma identificação do espaço Nosso (interior) com o espaço da Cultura, enquanto o espaço Outro (exterior) é identificado com o espaço da Natureza.

PARTE I

ENTRE A ALDEIA E A CASA

I — ESPAÇO ALDEÃO E IDENTIDADE COLECTIVA

1. AS ALCUNHAS PESSOAIS

** — Qual é a coisa
Que todos nós temos no nosso corpo,
E da qual os outros
Fazem mais uso do que nós?¹.*

A constante insistência da grelha conceptual popular na oposição entre, de um lado, masculinidade e exterioridade e, de outro, feminidade e interioridade ou recolhimento, a insistência no facto de que a mulher circula essencialmente (e por definição) no espaço doméstico, enquanto o homem circula (igualmente por definição) num espaço topográfica e socialmente muito mais alargado, transparece nitidamente na abordagem da questão da designação dos indivíduos por intermédio de alcunhas. Devemos fazer notar desde já, porém, que a oposição lógica que aqui simplesmente nos limitamos a explorar não nasceu de algum modo de uma análise posterior à recolha do material etnográfico, tendo sido fomecida explicitamente por alguns dos nossos informadores.

No interior de uma povoação, geralmente todos se conhecem, se dirigem e se referem uns aos outros, não pelo nome próprio, muitas vezes desconhecido por parte dos vizinhos, mas pela respectiva alcunha. Segundo algumas informações (não confirmadas), no passado escrituras e demais registos notariais eram mesmo assinados, não com o nome de baptismo mas apenas com a alcunha, o que significava na maior parte dos casos assinar o nome próprio seguido, não do apelido cristão, mas da alcunha. Sucede também ser por vezes o nome submetido a uma adulteração não aparente de tal modo que, julgando tratarmos o indivíduo pelo seu nome de baptismo, tratamo-lo, de facto, e sem que o saibamos, pela sua

¹ Decifração: o nome. Adivinha recolhida em 1990 no Casal Cabreiro.

algunha². Eventualmente, a alcunha era, tal como o apelido cristão, transmitida patrilinearmente e, normalmente, apenas para os filhos varões. Muitas alcunhas reportam-se, aliás, à identidade familiar do indivíduo e, concretamente, à sua relação relativamente a um ascendente próximo, a mãe, o que poderá talvez apontar, pelo menos em certos estratos mais baixos do grupo aldeão, para uma uxorilocalidade dominante: é o caso de «Zé da Estina», de «António da Hortense», etc. Ainda assumindo-se como alcunhas de família, encontramos aqueles termos extensíveis a todos os membros, ou, pelo menos, a todos os membros do sexo masculino de uma mesma família nuclear e que residem na mesma habitação ou no mesmo lugar: avançamos apenas aqui com o exemplo de uma família que habitava os Casais dos Barrocos (Serra de Todo-o-Mundo), sendo pai («Manel-Barroca») e filhos («Chico-Barroca», etc.) conhecido pelo mesmo *apelido*.

Logo que inquiridos acerca das alcunhas que conhecem na sua aldeia, os nossos informadores imediatamente nos chamam a atenção para o facto de que apenas os homens, e logo desde a infância, são alcunhados: «Antes de casar já têm alcunhas; tudo é baptizado logo de pequeno, quando andam nos trabalhos do campo, nas fazendas, nas pulverizas³, ou seja, e deverá ser precisamente isso que devemos ler sob esta afirmação, quando e porque os rapazes andam *fora de casa*. Pelo contrário, e ainda acompanhando o discurrer popular, «as mulheres não têm alcunhas, porque *as mulheres são de casa...*»⁴. Esta conceptualização não coincide, porém, com a realidade empírica, e, uma vez confrontados com ela, os mesmos informadores limitam-se a acrescentar: «sim, mas são poucas». Ainda que apenas em menor percentagem do que os homens, também as mulheres podem ser ordinária e quotidianamente designadas por alcunhas⁵. Não nos parece, contudo, que esta negação por parte do informador, pelo menos numa fase inicial, da evidência que se lhe depara quotidianamente aponte tanto para uma tentativa deliberada de induzir o etnógrafo em erro quanto para a existência, da sua parte, de uma percepção acerca da diferença de natureza que permite distinguir as alcunhas atribuídas aos homens daquelas atribuídas às mulheres⁶: se estas podem ter alcunhas, não podem, todavia, sob a ameaça da desonra e do desrespeito que pode recair sobre si e os seus, ter alcunhas em tudo iguais às dos homens. De facto, das várias dezenas de alcunhas por nós recolhidas, apenas encontramos termos de cariz marcadamente sexual relativamente à designação de indivíduos do sexo masculino («Pilas», «Pilhas», «Zé-Pilita», «Tomatorro», etc.). De entre as

² Para ilustrar este fenómeno mencionamos apenas dois casos: o primeiro é de um informador nosso da Vermelha, que, sendo «Alberto Silva» o seu verdadeiro nome, é por todos tratado e se apresenta mesmo a si próprio como «João»; o segundo é o do Sr. Eduardo Martins, que, no Bombarral, e, ao que nos disseram, apenas aqui, é tratado por «Marco António».

³ Informação recolhida em 1990 na aldeia de Vale-Canada.

⁴ *Idem*.

⁵ Relativamente às mulheres velhas, J. Leite de Vasconcelos registou logo nos primeiros passos das suas recolhas etnográficas no concelho, mais concretamente no Peral, que podiam receber a alcunha de «Faisca-Velha», designação que se atribui igualmente à mãe do Diabo (1885: 31).

⁶ Lançamos aqui a hipótese, que apenas se nos aflorou à hora da escrita destas linhas e que carecerá de confirmação no terreno, de que talvez nem todas as alcunhas, apenas as mais depreciativas, são entendidas como tais. A propósito, fazemos notar que não procedemos, em virtude da relação geralmente estabelecida com os informadores, à tentativa de verificação da correlação entre o tipo de alcunha (ou alcunhas) com que um determinado indivíduo é designado e a posição social por si ocupada na rede de relações sociais no interior da sua comunidade.

várias alcunhas referentes ao género feminino, apenas uma, e veiculada já no interior de um contexto lendário, assumia carácter depreciativo, baseado não em traços genitais, mas na disfuncionalidade fisiológica da visada: referimo-nos à «Ti-Peidóca» ou «Maria Peidóca», a mulher da Gouxaria celebrizada pela sua acção durante as invasões francesas, e acerca da qual se graceja ainda de cada vez que se menciona o seu nome, que, como explicam os velhos do lugar, deriva da frequência e da intensidade da sua actividade flatulenta.

Se bem que muitas alcunhas derivem directamente do exercício de uma actividade profissional [«Zé-da-Loja», «Queijeiro», «Luís-Leiteiro», «Escangalha-Caminhos» (por ser hábil na lida com o tractor), «Ti' Ana-Benta», mulher de virtude], como já mencionámos, os indivíduos são usualmente «baptizados» logo na sua infância⁷, umas vezes devido ao facto de não falarem correctamente [como exemplos deste fenómeno, mencionamos as seguintes alcunhas: o «Camarica» (porque, assim nos explicaram, quando era pequeno, em vez de se referir ao granizo como «camarinha», designava-o por «camarica»), o «Noca» (numa ocasião, era ele pequeno, a sua cadela, a «Janota», perseguia uma lebre, e ele, sendo gago, não conseguia pronunciar correctamente o nome dela, dizendo então: «Agarra, Noca! Agarra, Noca!), o «Ganhi» (não conseguindo dizer correctamente a palavra «ganhei», pronunciava-a como «ganhi»)], outras devido a particularidades físicas atribuídas [o «Major» (por ser «alto e encorpado»), o «Seis-Dedos» (por ter seis dedos numa mão), o «Carolo» (por ser ruivo), a «Emília-Negra» (por ser trigueira), o «Zé-Pequeno» (porque tanto ele como o irmão se chamavam «José», tendo consistido a atribuição da alcunha, baseada no facto de que ele era efectivamente o mais baixo dos dois, numa estratégia para os distinguirem pelo nome), o «Batata» (por ser gordo), o «Maneta» (por lhe faltar um braço ou por ter esse membro tolhido)]. Por vezes, a alcunha refere-se também a algum episódio passado com o respectivo indivíduo durante a sua infância: como exemplos indicamos o «Sardão» (cuja alcunha deve-se ao facto de alguém, uma vez que ele, ainda criança, trazia vestido um fatinho às pintas, ter comentado: «Olha, parece mesmo um sardão»). E assim ficou, o «Chibinho» (assim chamado porque, em criança, costumava trazer enfiado na cabeça um boné pelo qual lhe saía à frente uma repa de cabelo e que o fazia assemelhar a um cabritinho) e o «Manel-das-Cebolas» (a sua alcunha deriva de ele, em pequeno, cantar amiúde uma canção que na altura se vendia nas feiras em folhetos de cordel e que principiava assim: «O Manel das Cebolas/ No dia do Casamento/ Cagou nas Ceroulas...»). Este homem, de seu verdadeiro nome Firmino Ribeiro Pereira, além da alcunha de «Manel-das-Cebolas» acumula ainda os seguintes epítetos: «Cebileiro» (por «Manel-das-Cebolas»), «Manel-Grande», «Manel-da-Burra», «Manel-sem-Dente» e «Sete-Cus-da-Cerejeira». Do mesmo modo, não é raro que um indivíduo receba não apenas uma, mas várias alcunhas, apresentando-se como variações sobre um mesmo tema, relacionadas com diferentes características suas ou com diferentes acontecimentos da sua vida, ainda que seja pouco frequente, como no caso do Sr. Firmino, encontrar tantas alcunhas associadas a um único indivíduo.

A alcunha de um indivíduo pode também referir-se concretamente ao país para o qual emigrou (o «Francês», o «Alemão», o «Americano») ou à região ou ao lugar da sua proveniência: o «Alentejano», a «Ilhã» (por ser natural da Ilha da Madeira), o «Chico-Barroca» (por ter nascido nos Casais dos Barrocos), denunciando

⁷ Quando inquirido da razão da sua alcunha, o Sr. António «Saroca» explicou-nos que o seu pai havia um dia resolvido alcunhar todos os seus filhos na tentativa de se antecipar a que mais alguém o fizesse, acto que expressa bem a quase inevitabilidade do fenómeno do alcunhamento no seio de uma comunidade demograficamente restrita.

uma relação evidente entre identidade pessoal e identidade colectiva. E, por vezes, as alcunhas pessoais podem mesmo servir de base ao chiste entre aldeias, como facilmente se poderá deduzir da seguinte quadra:

*«O lugar de Pre-Montiz (Pero Montiz)
É uma aldeia muito feia:
Tem á entrada um Manboso (alcunha)
E á saída um Areia (idem).»⁸*

2. AS ALCUNHAS GRUPAIS

Dos indivíduos, as «alcunhas»⁹ estendem-se, efectivamente, à designação e à referenciação dos grupos: os de A-dos-Ruivos (no vizinho concelho do Bombarral) são apodados de «Cafres», os da Vermelha são «Malhados»¹⁰, os de Vale-canada são «Corvos», os da Corujeira «vivem com as corujas», os da Ventosa são «Carecas»¹¹, «Os do Peral são Cambaios (isto é, de pernas tortas), assim como os da Sobrena (que também são Carolas ou Parolos); os do Painho são Diab'almas, "porque usam muito esta expressão"; os da Dagorda "muita papa e pouca açôrda" são Pezudos; "Dom-Durão é terra de pouco pão"; os do Cadaval são Lagartos»¹² e Pragança, pela abundância de gado asinino que a caracterizava outrora, necessário para a exploração agrícola da Serra de Montejunto, era designada pelas outras aldeias de «terra dos burros». E ainda que os informadores se furtem frequentemente à elucidação de questões relativas a conflitos e a rivalidades entre as povoações, alegando que «isso acontecia antigamente! Agora não, agora as pessoas são mais civilizadas...», este troçar, frequentemente injurioso, mútuo entre as terras do concelho está relativamente bem documentado na poesia popular, sobretudo nas quadras, quantas vezes nascidas na improvisação do despique:

*«Casalinho é dos límos,
Casal Velho, dos límões,
Rocha Forte é dos tolos
E a Póvoa, dos toletrões»¹³;*

*«A Póvoa é dos fandangos,
A Murtêra é dos ligetros,
Dom-Durão é dos tornetros,
Chão de Sapo grandes pandegos
(Ali duro meses e anos);
Quem os procura, ali os tem,
P'ra tratar a ninguém bem.»¹⁴*

⁸ J. L. de Vasconcelos, 1980a: 285.

⁹ É, de facto, este o termo utilizado pelas populações para designarem os termos chistosos e sarcásticos com que se injuriam (ou injuriavam) mutuamente.

¹⁰ Relativamente a esta designação, que ainda perdura, repare-se na seguinte quadra: «À entrada da Vermelha/ 'Stá um gato cor de telha/ A fazer os guisados/ Pros malhados da Vermelha» (J. L. de Vasconcelos, 1988: 597).

¹¹ Cf. J. L. de Vasconcelos, 1985: 363.

¹² J. L. de Vasconcelos, 1988: 597-598.

¹³ Quadra recolhida no Painho, e publicada em J. L. de Vasconcelos, 1983: 139. Veja-se também J. L. de Vasconcelos, 1988: 598.

¹⁴ J. L. de Vasconcelos, 1980b: 651. O autor faz notar que, nesta poesia acerca da freguesia de Lamas, e da qual reproduzimos aqui apenas um excerto, o termo «tomeiros» designa a qualidade de «valentes». De *tornar* para aqui e para ali! Barulhentos» (*Ibid.*).

No entanto, a valorização da comunidade a que se pertence não se produz unicamente pela via negativa, tentando denegrir a imagem das aldeias rivais, como também pela via positiva, através da valorização do grupo a que se pertence e do engrandecimento das suas virtudes, como se poderá verificar pelos seguintes exemplos:

*«A Vermelha é uma rosa,
A Dagorda é um botão,
O Peral são saudades,
Que eu trago no coração.»¹⁵;*

*«O lugar de Adão-Lobo
É um lugar bem bonito.
À entrada tem 'ma rosa,
À saída um manjerico.»¹⁷;*

*«Adeus, lugar de Pragança,
Mal de ti nunca direi;
Onde ficam meus amores
Isso são coisas que eu sei.»¹⁹;*

*«Daqui para a minha terra
Tudo são janelas verdes,
Tudo são cravos e rosas
Dispostos pelas paredes.»²¹;*

*«Não há terra como a minha,
Nem lugar como Pragança,
Já pra lá mandei dizer
"Não tenham tanta chibança!"»¹⁶;*

*«Adeus, lugar de Alguber,
Mal de ti nunca direi.
O mundo dá muitas voltas,
Eu não sei as que darei!»¹⁸;*

*«Adeus, lugar de Rochaforte,
Que é um lugar bem bonito.
Tem uma igreja no meio
Onde se reza o bendito.»²⁰;*

*«Cadaval é boa terra
Ninguém lhe pode querer mal;
Não há em todo o mundo
Terra como ó Cadaval!»²².*

Em muitos casos, estas quadras, jocosas, cáusticas, mesmo injuriosas das aldeias rivais, ou valorativas do grupo a que se pertence, mas sempre denunciadoras de um fortíssimo sociocentrismo a nível aldeão, vulgarizam-se mesmo no exterior da comunidade em que nascem, condenadas à existência numa dimensão meramente lúdica e estética, separadas da emulação, do contexto emocional e da agressividade, geralmente mais verbal do que efectiva, que as engendra.

Há que frisar, contudo, que, para além de se limitar a estas zombarias e verbalizações poéticas mais ou menos investidas de agressividade, esta conflituosidade latente entre determinadas povoações assumia eventualmente dimensões suficientemente graves e prolongava-se durante um período suficientemente longo para se permitirem, como no caso das relações Alguber/Figueiros e

¹⁵ J. L. de Vasconcelos, 1988: 598.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ J. L. de Vasconcelos, 1983: 2 (quadra recolhida na vila de Cadaval?).

¹⁸ *Op. cit.*, p. 9 (quadra recolhida na vila do Cadaval?).

¹⁹ *Op. cit.*, p. 95 (quadra recolhida em Pragança).

²⁰ *Op. cit.*, p. 95 (quadra recolhida em Rochaforte).

²¹ J. L. de Vasconcelos, 1979: 232 (veja-se também a p. 234 deste vol.).

²² G. Felgueiras, 1950a: 372. Cf. M. C. Martha, 1934: 29-30.

Figueiros/Painho, cristalizar em lendas, algumas das quais perpetuadas ao longo de várias gerações²³.

Além dos ataques ao *ethos* de outras povoações com base em eufemismos e figuras de retórica possibilitadas pelo uso da poesia, passava-se por vezes a acusações explícitas a comunidades vizinhas: «Antigamente», segundo um informador de Pêro-Moniz, «os de Adão Lobo achavam que a sua terra era a melhor do concelho... As terras eram as melhores! As pessoas eram as melhores...»; «Noutros tempos», segundo informações recolhidas na Corujeira, «as mulheres [da Corujeira] quando iam à Venda d'Água lavar tinham de passar pela Gouxaria. Mas não se entendiam. As da Gouxaria pensavam que eram melhores do que nós. Até a maneira de ser das pessoas era diferente...».

E se bem que as festas fossem tempos privilegiados de irrupção de animosidades acumuladas entre as povoações ao longo de todo o ano, a violência irrompia também no quotidiano, muitas vezes sob o efeito despoletador das bebidas espirituosas. É o caso da seguinte «Rixa entre povos» recolhida por J. Leite de Vasconcelos de um periódico datado provavelmente da segunda década do século:

«Acontece que já ha muitos anos ha rivalidade entre os habitantes da freguesia de Vilar e os de Rechaldeira [...], e todas as vezes que se juntam e depois de se embriagarem acabavam por se envolver em desordem. [...]

Depois de varias provocações os rapazes de Vilar, levantaram-se e começaram a esgrimir os varapaus com tal valentia que puzeram os provocadores em debandada, serenando a questão por algumas horas.

Os habitantes do lugar da Rechaldeira [...] foram armar-se de espingardas e revolvers [...] saíram alguns individuos feridos com tiros, ficando um deles em estado pouco satisfatorio»²⁴.

Do texto acima citado, destacámos propositadamente o termo «rapazes», pela importância assumida normalmente pelos grupos de jovens do sexo masculino, certamente mobilizados pelos valores da honra e pelas preocupações de afirmação no interior da sua aldeia, no despoletar destas rixas e da evolução dos confrontos verbais para confrontos físicos, os quais obrigavam por vezes à intervenção do delegado da autoridade na aldeia, o «Cabo de Ordens» ou «Cabo Chefe».

3. A VOZ DA ALDEIA

A

«O sino do Painho dizia assim:

— Tem lêndeas, tem lêndeas...;

O de Figueiros respondia-lhe:

— Tira-las, tira-las, tira-las...;

E o de Alguber:

— Com o quê?, com o quê?;

Finalmente, respondia o de Tagarro:

— Com um pau, com um pau...»;

²³ Cf. infra: § 5.

²⁴ J. L. de Vasconcelos, 1988: 598, 599. Itálico nosso.

B

- «No Cadaval, o [sino] de Dom-Durão:
— Tem lêndas!... Tem lêndas!...
- O da Murteira:
— Pouco pão!... Pouco pão!...
- O da Rocha [Rochaforte ?]:
— Tá choca!... Tá choca!...
- O de Lamas:
— Pranto-lhe dúvida!... Pranto-lhe dúvida!... [...]
- Do Cadaval:
— Tão bêbedos!... Tão bêbedos!...
- Outro sino do Cadaval:
— Deixá-lo!... Deixá-lo!...
- Do Peral:
— Calões!... Calões!...
- Da Silveira:
— Não tem dúvida!... Não tem dúvida!...».

Ainda neste contexto das rivalidades vicinais entre determinadas povoações do interior do concelho são de particular interesse os diálogos, veiculados também eles pela oralidade, construídos pelo imaginário popular e nos quais participam sinos de diferentes aldeias. Deste género da literatura oral popular, com variantes locais recorrentes em todo o território nacional, devemos notar primeiramente, e apenas a partir dos dois únicos exemplares de que dispomos para o concelho, que o *diálogo* decorre entre sinos de aldeias próximas e que cada sino isto é, cada igreja, cada povoação *responde* ao comentário efectuado pelo sino de uma aldeia contígua²⁵. No caso da versão A²⁶, o percurso narrativo segue fielmente o eixo que, do Painho (num dos extremos desse eixo) ao Tagarro²⁷ (no outro extremo), une geograficamente as quatro povoações implicadas, respondendo cada sino àquele que, avançando no sentido NW-SE, pertence à aldeia mais próxima e que, no presente caso, corresponde igualmente à sede de freguesia. O percurso narrativo enunciado na versão B²⁸, se bem que aparentemente mais complexo em termos geográficos, parece, todavia, edificar-se segundo os parâmetros da versão anterior: aparentando deambular um pouco sem rumo determinado por várias povoações, evolui de facto, tal como na versão A, ao longo de três freguesias no interior do concelho: Cadaval (Dom Durão), Lamas (Murteira, Rocha, que supomos tratar-se de Rochaforte, e Lamas) novamente Cadaval e, enfim, Peral. Quase parecendo

²⁵ Exceptua-se apenas a primeira linha de diálogo da versão B.

²⁶ Versão por nós recolhida em 1990 em Alguber e na Gouxaria.

²⁷ Coloca-se aqui a questão, apenas surgida ao correr da pena e, como tal, não confirmada junto dos nossos informadores, de saber porque motivo participa neste diálogo o Tagarro, povoação de outro concelho, e não o Cercal, geograficamente mais próximo de Alguber do que aquela povoação. Tratar-se-á simplesmente de uma fidelidade onomatopaica, muito pouco provável, às sonoridades sineiras, ou estaremos perante indicadores de possíveis relações de hostilidade com o Cercal?

²⁸ J. L. de Vasconcelos, 1985: 457.

completar um círculo, na sua rotação em sentido dextrorso por essas três freguesias, esta versão, além de não respeitar a realidade objectiva²⁹, enuncia, porém, um discurso algo incoerente [« Tem lêndes!...(…); — Pouco pão!... (…); — Tá choca!...»], podendo, ainda que pouco provavelmente, tratar-se talvez da simples consequência de uma possível preocupação de fidelidade ao som produzido pelos sinos, facto que nos remete para uma segunda conclusão.

Facilmente se deduz da análise das duas versões que, no interior de cada série de comentários entre sinos, cada sino é dotado de uma sonoridade particular que o individualiza, exprimindo assim as particularidades da povoação que o possui, o ostenta e dele se serve para, por intermédio da sua individualidade sonora, da sua fala própria, responder aos comentários, às insinuações e às provocações das povoações — potencialmente rivais — mais próximas e com as quais interage não só simbolicamente no interior destas modalidades do cancionero popular como também sociologicamente no interior do contexto vicinal. Neste sentido, o sino parece cristalizar, simultaneamente sublimando-o, o conflito que eventualmente possa existir entre as comunidades: não obstante o seu fundamento onomatopaico, se é que ele existe verdadeiramente, algumas de entre estas composições poéticas não deixam, porém, de trair prováveis sátiras («Tá choca!...») e acusações («Calões!...»; «bêbedos!...») intervicinais, nem mesmo de possivelmente se constituírem como denunciadoras de determinadas condições socioeconómicas («Pouco pão!...»).

Tal como o santo padroeiro, o sino [Fotos 63, 64 e 65], que encontra a sua raiz no étimo latino *signo*, é, de facto, um dos signos da identidade comunitária e fonte do brio aldeão. Por mais pequena que seja, quase não há no concelho aldeia que não possua a sua capela e que exhiba orgulhosamente o seu sino do alto do campanário, ainda que desde há duas ou três décadas se tenham vindo a vulgarizar os relógios electrónicos, cujo som, não sendo o do sino da aldeia, chega, todavia, mais além. O simbolismo do sino não se reduz, contudo, à simples percepção auditiva; ele apela igualmente para um duplo simbolismo visual, do centro e do alto, em função de se erguer do alto da construção mais altaneira e exibicionista de cada povoado, o campanário da igreja³⁰, a qual, por sua vez, se localiza normalmente no meio da povoação, ou seja, no centro do território aldeão. Estamos, portanto, perante uma espécie de *axis mundi*. A este múltiplo simbolismo não são certamente alheias as conside-

²⁹ Este comentário baseia-se no facto de o «diálogo» terminar com a participação do sino da Silveira, uma povoação suficientemente importante para dispor de igreja ou de capela, mas que não conseguimos identificar, nem no interior do concelho, nem nas suas imediações.

³⁰ Note-se que em certas igrejas e capelas, e como exemplos citamos apenas o caso do Peral e da Póvoa, o traçado original desses edifícios não compreendia a existência do campanário, tendo o mesmo sido acrescentado posteriormente, e em substituição de uma torre sineira de muito menores dimensões, normalmente por ocasião de «obras de melhoramento» do templo. Quanto à capela de S. João Baptista (na Boiça do Louro), o pequeno sino original foi recentemente substituído por um outro, de maiores dimensões, e, ainda no seguimento deste raciocínio, não será talvez totalmente descabido referir aqui o caso da igreja de S. Simão (Vermelha), que viu há vários anos ser-lhe acrescentada junto à fachada principal uma torre com pretensões a torre de menagem medieval (é, pelo menos, o que sugerem as ameias) e que pretende aparentemente fazer concorrência à vetusta torre sineira que se ergue ao lado.

rações que, na sua perspectiva etnopsicanalítica de inícios dos anos oitenta, Moisés Espírito Santo tece a propósito do facto de o sineiro dever ser sempre um homem³¹ e de o próprio sino ser um objecto personificado como masculino: do alto do campanário, um substituto simbólico do membro viril a nível colectivo, «A sua forma [do sino] e o seu funcionamento sugerem ainda imagens parentais: uma matriz batida pelo badalo, que em gíria pode equivaler ao pénis. O “sinal” do sino é a voz do pai»³². Em suma, todas as características do sino nos parecem apontar fortemente para arquétipos masculinos e ascensionais³³, bem como para a sua utilização a nível comunitário enquanto signo de demarcação, simultaneamente acústica e visual, territorial. Sugerindo já uma atitude de defesa, esta circunscrição territorial parece-nos também concordante, não só com o facto de o sino ser sociologicamente mobilizador, como também com o facto de universalmente se atribuir ao seu repicar poderes exorcistas e purificadores.

4. AS ORIGENS DA ALDEIA

Como tivemos oportunidade de verificar na Introdução deste trabalho, a etimologia oferecida pela literatura oral popular para a designação da sede de concelho baseava-se no relato segundo o qual, passando por terras do concelho o fundador da povoação, segundo a versão registada em 1758 pelo pároco José Ribeiro³⁴, ou, segundo a versão agora dominante, D. Afonso Henriques, e inquirido a um camponês onde poderia encontrar água, lhe teria esterespondido: «Saiba V. Majestade que em *cada vale* há água!», expressão que teria assim, por apócope, dado origem ao termo «Cadaval». Note-se que no entender dos indivíduos que fornecem esta explicação ela é entendida, não como um relato fabuloso, lendário, mas como a «verdadeira razão» dessa designação. Ainda segundo outra versão, mas que releva do mesmo processo simbólico das anteriores, e que, tal como elas, se fundamenta na observação da realidade morfológica, o nome do concelho adviria da abundância de vales no interior do seu perímetro: «Há aqui *cada vale*!», teria exclamado uma rainha, passando por terras do concelho, tendo dado assim origem ao nome do município. Outros topónimos que, segundo as explicações populares, derivam das características morfológicas do local onde assenta a povoação são «Murteira» e «Vermelha». Relativamente ao primeiro topónimo, a designação decorre, segundo opinião corrente na aldeia, do facto de a povoação se ter edificado «num sítio onde havia muita murta, e por isso as primeiras pessoas [do lugar]

³¹ E mal da mulher que toque o sino, pois «se casar e tiver filhos, não parirá enquanto o marido não ferrar os dentes no badalo do sino», relata Leite de Vasconcelos com base numa informação recolhida fora do concelho (1982a: 12) e que denuncia provavelmente uma interdição ritual do contacto entre a mulher e o metal.

³² M. E. Santo, 1990: 89.

³³ Cf. G. Durand, 1989: 91.

³⁴ Cf. *Diccionario Geographico*, Vol.8, n.º 32. Como vimos (Introdução: Enquadramento Natural do Concelho), nesta data atribuía já este sacerdote foros de transmissão via «tradição» ao relato, facto que nos conduz à suposição de datar a sua origem de um período muito anterior a essa época.

lhe puseram esse nome»³⁵. Quanto ao termo «Vermelha», atribui-se usualmente, não só na própria freguesia, como também noutros pontos do município, essa designação à qualidade barrenta, e de cor *vermelha*, do solo em que assenta.

A rainha acima mencionada teria também, na mesma jornada, parado um pouco mais adiante, num vale onde corria um riacho. A seu pedido, os habitantes desse vale serviram-lhe água do ribeiro numa canada, pelo que, depois de beber, determinou a rainha que o lugar se passasse a designar pelo termo de «Vale-Canada». É, portanto, das palavras que a rainha pronuncia que «nasce» a aldeia. Ainda relativamente a esta designação, outra explicação que aí recolhemos pretende que o nome do lugar tenha derivado do facto de, em tempos idos, certos indivíduos terem passado pelo local e, tendo sede, resolvido construir um pequeno canal por onde corria a água, após o que, a partir de uma cana, fizeram um copo para consumirem o líquido.

Da razão do termo «Painho», dizem os mais velhos, «já os antigos contavam...» que

«esta aldeia começou a ser habitada por pessoas vindas de outras localidades, trabalhar para [...] duas famílias [...]: Almeidas e Farias. Juntamente com esses trabalhadores veio também um padre que por lá se instalou e começou a fabricar uns paios pequeninos a que lhe deu o nome de painhos. Estes atingiram tal fama, que segundo dizem foi através dessa boa fama que o pequeno lugar [...] ficou a ser conhecido pelo nome de Painho»³⁶.

A versão por nós recolhida junto de certos habitantes da povoação difere ligeiramente, insistindo não no fabrico dos «painhos» por parte do padre mas no facto de que este teria apenas sugerido que, além dos «padritos», enchidos confeccionados a partir do intestino delgado do porco, os habitantes do lugar comessem a produzir igualmente enchidos a partir do intestino grosso do animal, tendo-lhes posteriormente sido atribuída a designação de «painhos».

Outros relatos do mesmo género não se limitam à referência das origens de um único lugar, mas antes as associam ao nascimento de outras povoações. É este o caso do seguinte relato, recolhido em S. Salvador: «No tempo em que os Hebreus e os Árabes andavam em guerra, os Hebreus conseguiram levar os Mouros para os «buracos mineiros», onde hoje está o castro [de S. Salvador]. Perto do Cercal, gritavam os Hebreus: «Cercal!», e ficou Cercal. Doutro lugar, diziam: «Alcança!», e ficou Alcoentre. Do Tagarro, gritavam «Eu te agarro!». E quando finalmente os Mouros chegaram aos «buracos mineiros» chamaram ao lugar S. Salvador, por aí terem chegado «salvos»».

³⁵ Segundo outra versão, «Como havia muitas searas nesta região, «houve a necessidade da criação de várias eiras», para as quais ia [sic.] um excesso da planta murta, misturada com os cereais. E a ligação de ambos os nomes, «Murta + eira», deu origem ao nome da terra» M. J. Prata, s.d.: 9.

³⁶ G. dos R. Capinha, 1984: 15.

Quanto a Martim Joanes, segundo a indicação de um habitante do lugar, a sua designação teria derivado do facto de, «há muito tempo», um homem chamado Martim e uma mulher chamada Joanes terem sido os primeiros habitantes da terra, então apenas um casal. Porém, relatos recolhidos noutras povoações associam a formação do lugar a duas outras aldeias: Adão Lobo e Pêro Moniz. Três irmãos, Pedro Diniz, Martim João e Adão Lobo (noutra versão, os irmãos chamam-se simplesmente Pedro, Martins e Adão), construíram cada um sua casa, mas em sítios diferentes, «e assim *fizeram* o nome de cada uma daquelas terras...». Processos similares de (suposta) origem do nome de certos casais registou também Leite de Vasconcelos durante as suas estadias no concelho: «entre o Peral e o Cadaval encontra-se nova serie de casais [...]; Casal da Doce, isto é, *Dulce* (dona primitiva); do Atanagildo ou *Atanasildo* (dono ainda vivo)».³⁷

Ao longo do nosso contacto com as populações do Cadaval, deparou-se-nos ainda outro tipo de explicações relativas à toponímia e à história do concelho, não veiculado por «tradição», como todas os relatos acima referidos, mas surgido da especulação de alguma literatura historiográfica. Uma destas explicações pretende que a relativa proximidade entre a Vermelha e certas povoações nas proximidades do concelho, A-dos-Ruivos (concelho do Bombarral), A-dos-Francos (conc. de Caldas da Rainha) e Vila-Verde-dos-Francos (conc. de Torres Vedras) se trate de uma indicação segura da responsabilidade por parte de um povo de origem germânica, precisamente os «Francos», pelo povoamento da região. Assentando na suposição de que os topónimos em questão são, em verdade, etnónimos, a hipótese apenas justifica a sua associação entre o termo «Francos» e os termos «Ruivos» e «Vermelha» na medida em que estes últimos designariam as qualidades físicas, atribuídas — segundo, note-se, a representação que dos «Francos» tem o responsável pela explicação — a esse povo.

Em registo epistemológico pretensamente mais erudito, mas de procedimento interno igualmente duvidoso, enquadra-se a análise, publicada em 1989 num periódico regional, que A. Francisco Ribeiro efectuou da toponímia municipal. Pretendeu este autor ter descoberto as origens (orientais) do termo que designa o município numa constelação local formada entre o topónimo «Cadaval» e os topónimos «Vermelha» e «Adão Lobo». «Cadaval» teria assim origem em duas palavras cananitas: «KADAM (propriedade, ou possessão, ou domínio) e BAAL (deus, ou senhor)»³⁸; a raíz de «Vermelha» encontrar-se-ia na «tradução literal do cananita KUTÉRIA [...], um dos títulos de ANAT [ou Ishtar], quando “Senhora do Pranto”, chorava lágrimas de sangue pela morte do filho ADON, que iam tingir os rios de vermelho»³⁹; «Adão Lobo», manteria uma relação, não de consanguinidade, como na versão popular, com Pedro e Martim (ou Martins), mas de filiação, com ANAT: o topónimo derivaria de LUG, étimo de LUPUS (Lobo) e de «ADON (Senhor) ou ADONIS (Nosso Senhor) [...]». ADON LUG, seria ADÃO LOBO — “O Senhor da

³⁷ J. L. de Vasconcelos, 1980a: 553.

³⁸ A. F. Ribeiro, 1989: 11.

³⁹ *Ibid.*.

Luz”⁴⁰. Filiação segura é, porém, a desta análise no *Ensaio Sobre Toponímia Antiga*, fonte de acesa polémica e acerca do qual o próprio autor admite uma margem de erro de até 30%⁴¹, do qual adopta o método, e de *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa*, também de M. E. Santo e não menos isenta de controvérsia, de que adopta a teoria para fazer derivar a constelação «Cadaval-Vermelha-Adão Lobo» de uma representação toponímica da tríade divina fenícia «Baal-Ishtar-Tammuz», procurando, pois, na realidade concelhia as peças susceptíveis de se poderem encaixar nesse *puzzle* teórico de autoria alheia.

Independentemente do carácter fabuloso deste género da oratura popular e de certas especulações, certamente bem intencionadas mas desprovidas de fundamento científico, o que nos interessa aqui fazer ressaltar é, precisamente, a importância que estes relatos etiológicos assumem enquanto fonte da identidade cultural das comunidades a que se reportam. Ora, para além da manipulação chistosa das formas da literatura oral acima referidas, as povoações socorrem-se igualmente, e sempre que esta o permite, da toponímia para fundamentarem e darem corpo às suas emulações sociocêntricas⁴². Ainda que tenhamos apenas detectado sátiras deste género relativamente a dois lugares, Chão-de-Sapo e Corujeira, ambas são, contudo, bastante reveladoras do espírito que as anima. Segundo informações recolhidas noutros locais que não a povoação implicada, a etimologia de Chão-de-Sapo derivaria do facto de que «aí a terra é pobre, não presta». No entanto, levantada a um natural do lugar a questão de saber das razões desse nome, contra-argumentou o mesmo que «nem sempre a terra se chamou assim...»: outrora, o lugar teria sido designado por «Chão-de-Rosas». E o mesmo informador, já septuagenário, atribuiu, não sem um certo grau de incerteza, a razão da passagem de uma denominação a outra, que teria ocorrido já antes do «tempo dos [seus] pais», a questões administrativas: os seus habitantes pagariam impostos mais elevados se o lugar se chamasse «Chão-de-Rosas» do que se chamasse «Chão-de-Sapo». Aquém de quaisquer especulações que se possam tecer com base em fundamentos ecológicos ou sociológicos relativamente à pretensa evolução da toponímia local, a explicação local, se não se trata, como supomos, simplesmente de um artifício de momento para justificar um elemento de uma identidade colectiva ameaçado pela aproximação racionalizante e questionadora do etnógrafo, parece-nos certamente deixar entrever uma tentativa de sublimação do fenómeno por intermédio de um mecanismo simbólico de inversão de valores: alegando que no passado a povoação era designada por um termo sugestivo de um local aprazível, pretende-se assim compensar, negando o seu fundamento real, a valorização pejorativa do actual nome da povoação⁴³; ao invés do que se poderia supor, a designação actual não apontaria, portanto, para a má qualidade do solo

⁴⁰ *Ibid.*.

⁴¹ M. E. Santo, 1988: 263.

⁴² Mas também fora do concelho diziam dos do Cadaval: «Gente do Cadaval, ouve bem e entende mal» (E. Prieto, s.d.: 103) e «Quando fores ao Cadaval/ Arrecada o teu bragal» (G. Felgueiras, 1950: 101; M. C. Martha, 1934: 112).

⁴³ Como veremos em local adequado, o sapo é tido como um animal associado ao diabo e às suas artes...

e, o que é mais importante, da povoação, mas apareceria, bem pelo contrário, justificada em nome de condicionalismos económicos, possivelmente indicadores de imposições por parte dos poderes instituídos, alheios à vontade da própria população.

Também os habitantes da Gouxaria se socorriam até há algumas décadas da toponímia para satirizar e injuriar os seus vizinhos da Corujeira, acusando-os de viverem «com as corujas» e de serem todos «bichinhos»; «a Corujeira era o jardim zoológico da terra [da freguesia de Alguber, entenda-se] porque aí viviam todos os bichos». Acusavam-nos ainda, devido à qualidade das águas, de serem «malucos». Ainda que não tenhamos encontrado apodos injuriosos ou qualquer outra forma sob a qual ripostasse a Corujeira à Gouxaria, os nossos informadores explicitavam que

«Nem os da Gouxaria gostavam dos da Corujeira, nem os da Corujeira gostavam dos da Gouxaria. Era uma rivalidade medonha aqui dentro da mesma terra. Isto agora já passou... [...]. Mais adiante, o mesmo informador confidenciou-nos, contudo que «Até hoje as pessoas pensam que os de Alguber não gostam deles porque, até agora, na nossa época, por exemplo, alcatroaram a Gouxaria, alcatroaram Alguber; o alcatrão chegou aqui à entrada, e parou! [...]. A Corujeira foi sempre posta de lado, foi sempre posta à margem».

Estas relações, que transpareciam, aliás, no próprio cancionário popular⁴⁴, surgem, na representação que delas faz a população do lugar, como eminentemente relacionadas com questões amorosas. Segundo informações também recolhidas na Corujeira, «as raparigas da Gouxaria sempre tiveram muita inclinação pelos rapazes da Corujeira»; «os rapazes da Corujeira iam buscar muitas raparigas à Gouxaria. E as raparigas da Corujeira, essas já eram menos para Alguber e para a Gouxaria». Rapaz da Gouxaria que se aventurasse a namorar rapariga da Corujeira jamais se deslocava sozinho ao lugar, fazendo-se necessariamente acompanhar de outros rapazes, cada um portador do seu varapau⁴⁵. Assim, quando estalavam brigas provocadas por rapazes do lugar, seriam maiores as hipóteses de se defender. E, conforme indicações recolhidas nesta freguesia, «se os da Corujeira iam (com o mesmo fim) a Alguber ou à

⁴⁴ Atente-se na seguinte quadra, recolhida em 1990 junto de uma octogenária natural da Corujeira: «A Corujeira é Cadaval,/ Gouxaria é Rio Maior;/ Alguber é as Caldas/ Por ser um pouco melhor.»

⁴⁵ Acerca da fabricação dos varapaus no concelho, deixou J. Leite de Vasconcelos escrito que «No Peral, prepara-se um varapau simples ou com volta em cima da seguinte maneira:

Corta-se da árvore (marmeleiro, castanheiro, etc.) a respectiva vara e aparam-se-lhe um pouco os nós, com uma navalha; deixa-se *irjinar*, secar um pouco: nem seco de mais, nem verde de mais; *encoze-se*, i. é, passa-se uns minutos pelo calor de um forno aceso, ou de uma fogueira, para facilmente poder vergar-se e largar a casca (*encozer* é menos que cozer e mais que aquecer); desbastam-se ou alisam-se os nós com uma pedra, um vidro, uma grossa, etc., para não ficarem salientes (costuma dizer-se que quanto mais nós tiver o pau mais forte fica); dá-se cor ao varapau, esfregando este com a mão cheia de cal líquida, e depois lava-se num rio ou poço, esfregando-o, depois de enxuto, com um trapo molhado em azeite.» (1982a: 217-218).

Gouxaria era a mesma coisa! Noutros tempos os rapazes não deixavam que os rapazes das outras terras namorassem as raparigas da sua terra».

Longe de serem exclusivas da freguesia de Alguber, estas rivalidades entre aldeias ciosas, nas palavras dos seus próprios habitantes, das suas mulheres, estendiam-se a outros pontos do concelho. Certas aldeias eram tidas por «terras de bruxas», e, como veremos oportunamente, a esta concepção não são possivelmente alheios os relatos acerca dos ataques de bruxaria sofridos pelos jovens que se atrevem a namorar raparigas das aldeias próximas. Segundo um antigo pároco das freguesias de Figueiros e Painho, as duas freguesias viviam permanentemente de costas voltadas uma para a outra. Sucediavam-se os conflitos por ocasião de festas, «esperavam-se nos caminhos para se baterem» e, sobretudo, «era um escândalo uma rapariga do Painho casar com um rapaz de Figueiros»:

*«As meninas do Painho
Valem tudo quanto têm,
As de Figueiros nem nada
E as de Alguber um vniém.»⁴⁶;*

*«Corri Figueiros à roda,
Não encontrei senão urtigas,
Det um salto ao Painho
Oh que belas raparigas!»⁴⁷.*

* * *

Observemos agora de que modo uma leitura mais aprofundada de todo o material aqui apresentado aponta insistentemente para a importância assumida pelo idioma do espaço enquanto elemento fundamental da identidade colectiva dos habitantes de uma povoação. Essa identidade surge, aliás, reforçada pela referência a outro elemento da memória colectiva que nos é dado observar nos vários mitos de origem acima apresentados — o tempo da génese do próprio espaço aldeão.

Constituindo parte fundamental da memória colectiva de um grupo, a qual o mais das vezes confunde mito e história, esses discursos narrativos construídos em torno da toponímia local assumem, de facto, valor de cosmogonias, associando o nascimento de uma povoação a um acto gerador realizado, não talvez *in illo tempore*, uma vez que as populações não o conceptualizam como um tempo qualitativamente diferente, como um tempo fora do tempo, mas antes num tempo remoto, historicamente indatável ou, pelo menos, muito impreciso, e atribuído eventualmente a um herói fundador (uma rainha, um sacerdote), a uma personagem que assume valor de antepassado epónimo (Martim João e Pedro Diniz dão origem, respectivamente, a Martim Joanes e a Pêro Moniz; segundo uma das

⁴⁶ J. L. de Vasconcelos, 1983: 139. Quadra recolhida na sede de concelho?

⁴⁷ *Ibid.*. Quadra recolhida no Painho.

hipóteses consideradas, os «Francos» seriam os antepassados das aldeias da Vermelha, A-dos-Francos, etc.) ou a um acto taumaturgo assente no poder fecundo do verbo (da exclamação de uma rainha surge a designação que dá nome à vila; do poder da palavra do povo Hebreu nascem o Cercal, Alcoentre e Tagaro).

A taumaturgia inerente ao processo de denominação que eleva da indiferença topográfica o espaço vital de um grupo, tornando-o distinto do espaço profano envolvente, dos espaços outros, realça assim a função legitimativa da pretensão territorial do grupo aldeão relativamente ao seu espaço de pertença desempenhada por estes relatos etiológicos. Desse acto ímpar, simultaneamente gerador e iniciático, emerge um espaço igualmente único, algo sacralizado, reservado a uma comunidade culturalmente distinta das comunidades vizinhas em função do acto cosmogónico que engendrou e individualizou esse mesmo espaço, atribuindo-lhe características de espaço de eleição.

Ora, esta marca de alteridade utilizada pela comunidade para se distinguir dos e para legitimar a sua oposição aos grupos vizinhos remete-nos para outro problema, já esboçado desde a abordagem da questão das alcunhas étnicas. Frequentemente, os apodos dirigidos às outras povoações constroem-se nitidamente em torno de uma oposição que atribui à comunidade visada um estatuto de animalidade: os de A-dos-Ruivos são «Cafres»; os do Cadaval são «Lagartos»; os de Vale-Canada são «Corvos»; os da Corujeira «vivem com as corujas» ou «vivem com os bichos»; pretende-se que Chão-de-Sapo designe, literalmente, «terra [que] não presta». Ainda que munidos das devidas precauções, gostaríamos de fazer notar a semelhança deste modo de conceptualização com a polaridade universal que opõe o homem a todos os outros seres, polaridade que, em última instância, se traduz no facto de que inúmeras sociedades se designam a si próprias por termos que significam, literalmente, «os homens».

Outras vezes, as designações injuriosas assentes na toponímia insistem na atribuição de outra característica, a loucura, conotada com o caos e com tudo o que está fora das regras e da cultura, colocando novamente nas raias da animalidade os outros grupos. Senão, vejamos: devido à qualidade das águas, os da Corujeira são «malucos», os da Sobrena são «Parolos», «Rocha Forte é dos tolos/E a Póvoa, dos toleirões»⁴⁸. Algumas aldeias (Dom-Durão e Vale-Canada, pelo menos) eram também tradicionalmente tidas noutras povoações do concelho por «terras de bruxas», residindo neste fenómeno, de atribuição de poderes místicos ao *outro*, um dos traços característicos de relações intercomunitárias, senão de hostilidade virtual, pelo menos potencial, relações nas quais se fundamenta, portanto, independentemente do seu carácter real ou fantasmático, um certo temor.

Eventualmente, a construção dessa alteridade e da disposição hierárquica dos grupos que ela implica passa pela referência a uma ideologia que insiste, como vimos a propósito das relações entre diversas povoações da freguesia de Alguber, na endogamia a nível aldeão como princípio subjacente à reprodução social. Recusando, pelo menos ao nível ideológico (se não também sociológico), segundo informações recolhidas apenas em determinadas povoações, a regra da exogamia,

⁴⁸ J. L. de Vasconcelos, 1988: 598.

fundamento da aliança, a comunidade aldeã parece assim recusar o estatuto de humanidade aos grupos de cunhados potenciais, reservando, por conseguinte, esse estatuto apenas aos seus membros. Mais uma vez, é a poesia popular, meio de comunicação por excelência numa camada social predominantemente analfabeta e, como tal, àgrafa, que nos permite descobrir, ocultas sob as rimas, antigas rivalidades entre aldeias. É precisamente o caso das quadras abaixo reproduzidas, cujo sentimento sociocêntrico subjacente se edifica em torno da valorização dos jovens da aldeia positivamente valorizada, nos quais consiste afinal a reserva de fecundidade indispensável à reprodução do corpo social:

*•O lugar de Rebaldo
Tem piteiras ao redol;
Tem mentinas bem bonitas,
Rapazinhos como'o Sol.⁴⁹*

*•Viva o lugar de Pragança
Que é muradinho ò redol;
Tem rapazes bem bonitos,
Raparigas comò Sol.⁵⁰*

A conceptualização popular aponta novamente para o facto de que a construção do espaço de pertença de uma comunidade se efectua mediante uma delimitação operada simbolicamente («o lugar de Pragança/Que é muradinho ò redol») em oposição ao espaço, conotado com a Natureza («O lugar de Rebaldo/Tem piteiras ao redol⁵¹»), das comunidades vizinhas. É de notar que esta rede de polaridades conceptuais que opõe constantemente, de um lado, o nós e a Cultura (e a luz), e, de outro, o outro e a Natureza (e as trevas) parece recobrir ainda outros termos a nível da imagética do espaço aldeão. Assim, ao espaço securizante e controlado onde se desenvolvem as actividades do quotidiano, opõe-se o território defendido pelas comunidades próximas, potencialmente rivais, não só em questões de extremas e de águas como também em questões de relações amorosas entre os jovens. Trata-se, aliás, de um espaço desconhecido, não controlado, temível, habitado por seres híbridos, pertencentes simultaneamente ao mundo da natureza e ao mundo da cultura, repugnantes pela sua ambivalência ontológica: lobisomens (homens condenados pelo fado a uma existência nocturna periódica sob a forma de burro); bruxas (mulheres metamorfoseadas em galinhas com bácoros, ou em porcas com pintos e que, as mais das vezes, assaltam na noite os rapazes que regressam de cortejar raparigas de outras aldeias); moiras encantadas (seres sedutores, meio mulheres, meio serpentes, que habitam a viscosidade e as trevas das entranhas da terra). O espaço exterior à aldeia, entre as povoações, é, efectivamente, o espaço da Natureza: dos ruídos que ecoam de noite nos bosques e nas charnecas, nos quais sobrevive ainda a raposa e onde, até há poucas décadas, se acoitava o lobo, temido não só pela sua identificação com o diabo como também pelos seus ataques ao homem. O espaço outro, periférico, é, por conseguinte, o espaço do caos, isomorfo das potências maléficas e da noite, do perigo, da Natureza. Pelo contrário, o espaço da aldeia,

⁴⁹ Quadra recolhida em 1990 no lugar da Gouxaria.

⁵⁰ J. L. de Vasconcelos, 1983: 95.

⁵¹ Atente-se na identidade estrutural entre esta estrofe e outra anteriormente analisada: «Corri Figueiros à roda,/ Não encontrei senão urtigas,/ Dei um salto ao Painho,/ Oh que belas rapaigas» (J. L. de Vasconcelos, 1983: 139. Itálico nosso).

central, é o espaço da ordem, do trabalho de *sofá-sol*, fonte e garante dessa ordem, espaço protegido pelos poderes miraculosos do santo e pelos atributos esconjuradores do sino, espaço da segurança e da Cultura.

Em suma, é com base em critérios negativos, opositivos e relativos ao *nós* que o mais das vezes se constrói e reconhece o *outro*, e é através do estabelecimento dessa relação, simultaneamente fundamento e consequência da alteridade, que se edifica a afirmação da identidade do grupo aldeão.

5. REPRODUÇÃO E CELEBRAÇÃO DA ALDEIA

Já levemente aflorada na alínea anterior, a questão da troca de mulheres relativamente aos casamentos preferenciais entre indivíduos pertencentes à mesma comunidade serve-nos agora de pretexto, juntamente com a questão das rivalidades por ocasião de festas e romarias, para tentar elucidar com maior precisão de que modo os mecanismos subjacentes às relações intervicinais se aproximam marcadamente da organização social característica das sociedades segmentares.

A área do concelho na qual esses mecanismos se nos revelaram com maior nitidez foi precisamente a que compreende as freguesias de Alguber, Figueiros e Painho. No interior da freguesia de Alguber (pelo menos entre a Gouxaria e a Corujeira, e entre Alguber e a Corujeira) as rivalidades entre as várias povoações traduziam-se sobretudo, segundo as informações recolhidas, em insultos fundamentados na toponímia, em pequenas questões sociocêntricas fundamentadas em condenações de determinados traços do *ethos* alheio, e em brigas entre rapazes de diferentes povoações, ora apostados em conquistar as raparigas da aldeia rival, ora empenhados em evitar que as raparigas escapassem do lugar para casar em aldeias rivais.

Entre a *freguesia* de Alguber, enquanto todo coeso, e a *freguesia* de Figueiros as relações de conflituosidade baseavam-se também em distinções qualitativas do *ethos* comunitário. Segundo informações recolhidas em Alguber,

«Naquele tempo [há trinta ou quarenta anos] eram mesmo maus uns para os outros. Se ia uma pessoa de Alguber a Figueiros, diziam mal, mal... Se vinha cá uma pessoa de Figueiros a Alguber, diziam “Ah, os de Figueiros são uns malandros”».

Do mesmo modo, condenavam-se as alianças matrimoniais entre indivíduos das duas freguesias. Informações recolhidas em Alguber apontam para a conceptualização dessas alianças como um *roubo* por parte das raparigas de Figueiros, que se «julgavam mais bonitas do que as de Alguber», dos rapazes da sua freguesia («elas tentavam roubar os namorados às raparigas de Alguber! Faziam-lhes lá umas macaquices⁵² e eles por lá ficavam...⁵³»), de tal modo que, na

⁵² Encontramos nesta expressão uma clara alusão a práticas encantatórias e de sedução por artes mágicas — Cf. *infra*: III, 1.

⁵³ Informação recolhida na Corujeira em 1989.

avaliação sociológica popular, «hoje há mais raparigas de Figueiros casadas em Alguber do que raparigas de Alguber casadas em Figueiros⁵⁴». Como vimos anteriormente, era também considerado «um escândalo» um casamento entre rapaz do Painho e rapariga de Figueiros, e assim inversamente.

Há cerca de três décadas atrás, no dia da festa da Nossa Senhora da Soledade, uma das maiores festas estivais a nível concelhio (apenas suplantada pela festa da Nossa Senhora das Neves, em Pragança) que toma lugar em Alguber no segundo domingo de Setembro, resolveram os de Figueiros («muito traçoeiros...») lançar uma enorme quantidade de foguetes. O acto foi tomado pelos habitantes da freguesia de Alguber como uma falta de respeito por parte dos seus vizinhos e como uma ofensa de tal modo grave à sua honra e à sua santa, emblema daquela, que no domingo seguinte, data da celebração em Figueiros do Mártir S. Sebastião, se juntaram os habitantes do Painho e os de Alguber nesta última freguesia e aí organizaram uma festa de grandeza suficiente para, no dizer da gente de Alguber, ter feito concorrência à festa de Figueiros, à qual não ocorreu ninguém daquelas duas freguesias.

Esta conflituosidade latente nas relações mantidas entre as duas freguesias parece, contudo, datar de tempos mais remotos, de tal modo que a própria população da freguesia de Alguber se serve de uma lenda para legitimar as suas velhas querelas com a freguesia rival. Esse relato, oferecido não só pela gente de Alguber como também da Corujeira e da Gouxaria, pretende que, em tempos antigos, teria sido encontrada enterrada junto da ermida original da Nossa Senhora do Tojal ou Nossa Senhora das Candeias uma pia baptismal, pia que pretendeu a gente de Figueiros, sob o pretexto de que ela deveria ficar na igreja matriz, «roubar» aos de Alguber. De noite, entravam na ermida, carregavam a pia baptismal num carro de bois e seguiam para Figueiros. Porém, chegado ao regato que separa o Adro da Corujeira, junto do qual se encontrava uma pedra com as «pegadas de Nossa Senhora»⁵⁵, partia-se o carro de bois. Novamente tentavam, e novamente o carro se partia, de tal modo que acabaram por desistir de a querer levar para a igreja de Figueiros. Por seu turno, quando iam buscar a pia baptismal onde os de Figueiros a abandonavam, os de Alguber podiam mesmo carregá-la em carroças velhas que estas jamais se partiam.

Esta recusa da pia baptismal em abandonar a sua igreja encontramo-la também numa lenda, em tudo idêntica à que acabamos de transcrever, recolhida em Figueiros relativamente à tentativa de *roubo* por parte da gente do Painho. Segundo esta versão, os de Painho, por pertencerem à paróquia de Figueiros, se queriam baptizar as suas crianças tinham de o fazer, indignamente, num alguidar ou numa bacia. Por isso tentaram, por várias vezes, e já num tempo de que não há memória, roubar a pia baptismal da igreja matriz de Figueiros e levá-la para a igreja do Painho. Carregavam-na num carro de bois que chegado à extrema do lugar se quebrava, por a pia se fazer mais

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ Esta pedra com «os pézinhos de Nossa Senhora», hoje debaixo da cobertura de pedra e alcatrão que atravessa o regato, constituía, no dizer popular, uma prova da aparição num tojal da «Santinha» a uma pastorinha pobre, à qual, em troca do enchimento de uma arca de pão, de uma talha de azeite e de uma bolsa de dinheiro que continuava sempre cheia, pediu que lhe edificassem no lugar da sua aparição uma ermida em sua honra.

pesada. Tal como na versão recolhida em Alguber, tentaram por várias vezes até que se viram obrigados a desistir.

Aventa-se aqui a hipótese de que, ocultos por detrás do fabuloso destes relatos, denunciadores, ainda que num contexto mítico, de uma conflituosidade entre as povoações, se descubram fundamentos de ordem administrativa. Com efeito, ainda que esteja praticamente atestada a origem de Alguber no povoamento islâmico do território nacional, a povoação não vem mencionada como freguesia na carta de elevação a vila, ao invés do que sucede com Figueiros, tendo aquela povoação pertencido a esta freguesia e dela dento sido desanexada em 1549. Do mesmo modo, até 1915, data da criação da freguesia do Painho a partir da desanexação de Figueiros, incluía-se aquela povoação nesta freguesia, tendo, porém, permanecido na paróquia de Figueiros até 1981, ano em que lhe foi também reconhecido esse estatuto.

Susceptíveis de irromper, como vimos a propósito da festa da Nossa Senhora da Soledade em Alguber, em tempos de ruptura e de festa, estas rivalidades entre Figueiros e Painho estalaram também por ocasião da passagem de Nossa Senhora Peregrina pelo concelho em meados da década de cinquenta. Disputada pelas povoações, a Senhora, como bem pôs a questão um antigo pároco de Figueiros, «em vez de unir os povos conduziu de facto a um bairrismo desenfreado e a uma falta de caridade».

O desentendimento entre as duas povoações havia já começado com base no facto de que, ao invés de Figueiros, que conservaria na sua igreja a imagem da Senhora durante oito dias, Painho teria direito, por não ser paróquia mas apenas freguesia civil, à sua custódia por apenas dois dias. Descontentes, os habitantes de Painho reclamavam porém por ter a Senhora na sua igreja durante mais tempo. O conflito agravou-se, contudo, quando os de Painho, que deveriam receber a Peregrina das mãos dos de Figueiros junto ao lugar da Palhoça (pertencente à freguesia de Figueiros), discordaram do local escolhido. Não acedendo às exigências dos vizinhos, argumentaram então que, se quisessem levar a imagem para a sua igreja, teriam de a ir buscar à própria igreja da Nossa Senhora da Conceição, em Figueiros. Sem delongas, organizaram-se os de Painho e, com o pároco a encabeçar a procissão, entraram em Figueiros. Segundo informações aqui recolhidas, reagiram os desta aldeia ao insulto oferecendo luta aos invasores do seu território, encerrando o padre numa casa, retirando-lhe o sobrepeliz, símbolo da sua autoridade, e «despindo-o». Todavia, o referido padre, hoje prior de uma paróquia na Nazaré, desmentiu-nos que as duas populações tivessem chegado a vias de facto e que lhe tivessem tirado o sobrepeliz ou mesmo despido.

Estas rivalidades não eram, todavia, exclusivas destas povoações, sendo de tal modo genéricas que Pierre Sanchis as classifica de «parte integrante da romaria»⁵⁶. Por ocasião da romaria da Nossa Senhora das Neves [Fotos 66, 67 e 68], no alto da Serra de Montejunto, eram usuais as brigas, muitas vezes despoletadas pelo vinho, entre os de Pragança e os de Cabanas de Torres ou

⁵⁶ P. Sanchis, 1983: 176.

da Abrigada. E a pp. 4 do nº 4 do *Notícias do Cadaval* (de 13/2/1972) encontramos também a seguinte referência a uma desavença entre os do Cercal e os do Tagarro (concelho de Alenquer):

* — Noutros tempos o Cercal tinha grande animação. Vinham muitos veraneantes, as festas eram “coisa grande”.[...] O jogo do pau é que estragou tudo... [...] Houve por cá, num desses dias, um jogo entre o Cercal e Tagarro, às tantas “desaviram-se” e acabou tudo à pancada.

— Isso não se devia dizer - cortou alguém.

— Ora que tem isso de mal; nós agora somos todos amigos. O que lá vai, lá vai...».

Sempre presente está, portanto, a condenação da troca imposta pelos outros grupos como, de facto, um *roubo*, um acto de pilhagem que acarreta o conflito e a guerra: os rapazes da Gouxaria roubam as raparigas da Corujeira, os rapazes da Corujeira roubam as raparigas da Gouxaria; as raparigas de Figueiros roubam, enfeitando-os, os rapazes de Alguber; os de Figueiros, querendo continuar só eles a constituir freguesia (roubando-a, portanto, a Alguber) tentam roubar a pia baptismal de Alguber, símbolo de poder e de identidade colectiva; furtando-se à dependência de Figueiros, pretendendo baptizar-se sózinhos, tentam os de Painho roubar a pia baptismal àquela povoação; os de Figueiros comportam-se desonesto e desonradamente tentando roubar a festa a Alguber, e estes, associados com os seus inimigos, declaram-lhes guerra, destruindo-lhes e roubando-lhes a festa no domingo seguinte; os de Figueiros opõem-se a uma troca da Senhora Peregrina com os do Painho, e estes respondem, tentando roubá-la em território inimigo; por seu lado, respondem com a força os de Figueiros à provocação dos seus invasores.

Tudo se passa, portanto, como se o grupo aldeão vivesse de acordo com um ideal autárquico, certamente em íntima relação com o facto de se constituir como economicamente autosuficiente: não necessitando de proceder à troca de bens com as outras comunidades, recusa-se igualmente a trocar as suas mulheres com os homens dessas comunidades, concebendo-se essas alianças como imposições por parte do Outro e como atentados à harmonia endogâmica do grupo. Orientado por uma lógica do centrífugo, o grupo afirma-se assim contra a troca: não pretendendo ceder as suas mulheres aos homens das outras comunidades, também não pretende aí ir tomar mulheres. Afirma-se antes como endógamo e recusa, como tal, o estatuto de humanidade às comunidades vizinhas: os humanos casam-se entre si; além do mais, não parece encarar as pretensões desses grupos como pretensões para a troca mas como pretensões para a pilhagem e para o roubo.

Indo mais longe ainda, verificar-se-ia, portanto, e encerramos este subcapítulo com o problema enunciado logo nas suas primeiras linhas, que a demarcação do Nós relativamente ao Outro se processa no interior de um quadro concêntrico de referência dos indivíduos e dos grupos. Quando as ameaças à integridade social do grupo provêm de povoações do interior da freguesia, a identidade passa pela

referência ao lugar ou à aldeia. Pelo contrário, quando a ameaça tem origem noutra freguesia, a identidade amplia-se à freguesia: deixa-se de ser da Gouxaria, de Algeber, do Adro ou da Corujeira para se ser simplesmente da freguesia de Algeber. Do mesmo modo, quando o Outro é identificado no interior da freguesia a que se pertence, são o lugar e a aldeia que se constituem como comunidades endógamas; quando o Outro é identificado fora da freguesia, e se constitui como uma freguesia rival, é a freguesia que se assume como comunidade endógama. Oscilando entre o lugar, espaço privilegiado na vivência dos indivíduos, e a freguesia, a referência da identidade colectiva do indivíduo não parece encontrar ancoradouro, de facto, a nível concelhio, esfera demasiado abstracta e com a qual, como vimos na Introdução a este Livro II, se mantêm relações demasiado lassas e distantes no tempo quotidiano.

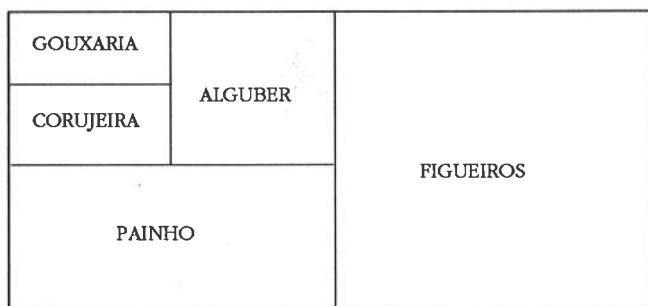


Fig. 1 — Diagrama das relações entre as freguesias de Algeber (com os seus lugares da Gouxaria e Corujeira), Figueiros e Painho

II — ARQUITECTURA E SIMBÓLICA DO ESPAÇO DOMÉSTICO

1. O ESPAÇO EUCLIDIANO

• — *São sete meninas numa varanda;
E quando choram, choram todas
Para a mesma varanda*¹.

No concelho, a *casa alpendrada*, um dos exemplos de arquitectura popular característicos da região Centro-Litoral, encontra-se quase exclusivamente em Pragança², na encosta ocidental da Serra de Montejunto. Ao invés de quase todo o resto do município, e fazendo certamente uso dos recursos litológicos locais, é a casa de pedra que domina este povoado. Já Leite de Vasconcelos se referia a estas casas como «antigas»³, sendo possível que algumas de entre elas datem do século XVIII, mas mais provavelmente de inícios do seguinte. O alpendre [Foto 69], excelente elemento de transição entre a torreira do Sol estival e a frescura da pedra das suas paredes interiores, é, com efeito, o elemento arquitectónico distintivo destas habitações, repetindo-se igualmente a nível do património eclesiástico municipal, do qual se destacam certamente as igrejas do Cercal e da

¹ São as biqueiras. Adivinha recolhida em 1989 no lugar da Gouxaria.

² É de supôr que a casa com alpendre da qual Leite de Vasconcelos (1983a: 236) registou a existência na Vermelha se trate efectivamente de uma habitação muito mais recente, em tijolo, e que as características desse *alpendre* em nada se assemelhem ao da casa alpendrada típica de Pragança. Uma casa alpendrada, de construção certamente mais recente do que a generalidade das de Pragança, pode observar-se também em Chão-de-Sapo.

³ Na mesma página, e para a mesma aldeia, acrescentava também que «As [casas] antigas são de taipa.» Contudo, esta afirmação é contraditória com as informações por nós recolhidas na povoação, segundo as quais «antigamente as casas eram todas feitas em pedra; a construção em adobe é muito mais recente.»

Vermelha⁴ [Foto 70]. Localizando-se quase invariavelmente no alçado principal da habitação, o alpendre consiste num coberto, por vezes saliente em relação à fachada, sustentado por colunas de pedra de talhe simples e em número variável. Ainda que possa ser assoalhado, o pavimento do alpendre é, regra geral, empedrado com lajes, e, comumente, as paredes interiores destas casas são de pedra, havendo-as também de tabique.

Muito diferentes das exíguas casas de pedra da parte alta de Pragança, estas casas alpendradas, térreas ou de dois andares e eventualmente dotadas de escadas exteriores, serviam provavelmente de habitação, não ao homem do povo, mas, no dizer deste, às «famílias mais ricas do lugar», a proprietários rurais de considerável importância. Será talvez o que nos permite supor a tradição popular local que atribui a uma destas casas a duvidosa honra de ter sido requisitada durante as invasões napoleónicas para quartel-general das tropas francesas. Aí se teriam reunido Junot e os oficiais do seu exército para planejar os seus ataques, enquanto a parte térrea da mesma casa, cujas janelas ostentam ainda umas sugestivas grades de ferro, terá desempenhado as funções de prisão. Infelizmente, deste tipo de habitação de características plásticas únicas no concelho, inquestionavelmente merecedor de protecção no âmbito de um plano de urbanização da aldeia de Pragança, poucos exemplares restam hoje, tendo a sua grande parte sucumbido a anos de estado devoluto ou a alterações estruturais que descaracterizaram o seu traçado sóbrio original.

É, todavia, a casa de adobe, térrea, que facilmente se oferece a todo aquele que percorre as estradas do Cadaval como o tipo de habitação tradicional predominante, principalmente nas freguesias do Cadaval, do Peral e da Vermelha, precisamente aquelas onde dominam os solos argilosos de aluviões. A planta desta casa é geralmente rectangular, fazendo-se o acesso à rua, de terra batida⁵, directamente pela porta do alçado principal, sem a interposição de qualquer espaço liminar. Esta porta, de madeira, abre-se geralmente entre duas janelas de iguais dimensões, também de madeira, sendo por vezes todas estas aberturas guarnecidas de lambris em pedra. As paredes exteriores da habitação são construídas com blocos de adobe, ligados entre si por uma mistura de saibro e cal, obtidos a partir de barro amassado com areia, sendo eventualmente a massa estruturada com palha cortada. Antes de ser finalmente deixado a secar ao sol, o adobe ganhava a sua forma de paralelepípedo numa forma própria, a adobeira⁶.

Depois de rebocadas, as paredes eram normalmente caiadas com cal, com oca ou outro mineral pulverulento vulgarmente utilizado como pigmento. O azul-

⁴ Outros templos, de construção muito recente, fazem também uso do alpendre: a capela de Santo António, na Gouxaria; a capela de S. João Baptista, na Boiça do Louro; a capela da N. S^a da Saúde, nas Baneiras, e a capela, reconstruída já em inícios da presente década, da N. S^a da Piedade, na Dagorda.

⁵ Havia em certas povoações, pelo menos no Peral e em Dom-Durão, o costume de nas ruas se espalhar «mato ou tojo, com a inteligente dupla finalidade de preservar da lama, no inverno, as pessoas, os animais e os carros, e de servir de adubo depois desse curtimento natural» (*A Hora...*, Ano XXXI, nº 4, p. 30).

⁶ Veja-se um exemplar em J. L. de Vasconcelos, 1982a: 256.

-ultramarino e a oca, ou ôcre, eram também muito utilizados nos lambris de portas e janelas, bem como na guarnição do soco que por vezesorna as extremidades laterais da fachada e que se prolonga em jeito de rodapé por todas as paredes exteriores da habitação, combinações policromáticas também utilizadas noutros edifícios, como as adegas, os moinhos e as igrejas. Como podemos observar, o acto de cair denuncia, contudo, a oposição arquetípica, já mencionada quando da abordagem da questão das alcunhas pessoais, entre o feminino e o privado, de um lado, e o masculino e o público, de outro:

«As casas são, em regra, muito caiadas. Caiam-nas por dentro as mulheres e por fora os homens e às vezes as mulheres, quando pobres. Por isso caiadeira, na cantiga, faz de caiador:

Esta casa está caiada, | Foi a mãe do meu amor
Quem seria a caiadeira? | Com tronquinho de oliveira.»⁷.

Como veremos ao longo de todo o Livro II, esta oposição, sintetizada proverbialmente na expressão «*Do homem, a praça; da mulher, a casa*», não se projecta unicamente ao nível do espaço funcional atribuído na conceptualização popular a cada género como se reflecte numa organização do trabalho igualmente fundamentada numa dicotomia sexual, distinguindo competências laborais específicas para cada sexo.

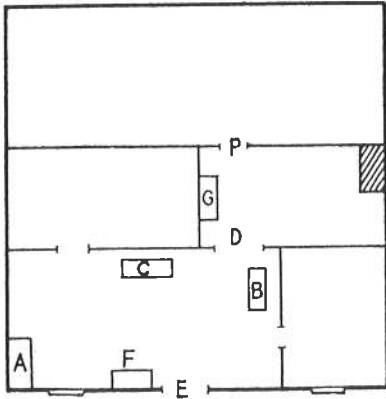
Mas voltemos ao espaço da casa enquanto fenómeno da cultura material e enquanto matéria de análise ergológica. Além do adobe, e muitas vezes partilhando com ele a constituição da casa, utilizavam-se também como materiais de construção o tijolo, o «tufo», a «pedra boroeira» e outros tipos de rocha calcária, principalmente nas aldeias aninhadas nas faldas da Serra de Montejunto. Em qualquer dos casos, os blocos de «tufo» ou de calcário, cimentados com argamassa, mistura de cal e areia, utilizavam-se apenas para a construção das paredes exteriores da casa, enquanto, no interior, as paredes, muito estreitas, eram feitas em tabique, uma construção de argamassa sobre finas ripas de madeira. Se bem que pudessem ser revestidas a madeira, em geral apenas as dos quartos de dormir, estas paredes eram usualmente caiadas, tal como as paredes exteriores. O pavimento era assoalhado, e, normalmente, o tecto era forrado em madeira, se bem que por vezes esta cobertura não abrangesse o espaço da cozinha, o qual, deixado em telha-vã, desnudava o madeiramento da viga e dos barrotes que sustentava um telhado de duas águas, uma voltada para a rua, outra para o pátio.

Relativamente à cozinha é de salientar a importância por ela assumida no interior da casa camponesa enquanto divisão polarizadora da vida doméstica. Aí se confeccionam e consomem os alimentos; aí decorrem, em torno da lareira, os longos serões de inverno: elemento sagrado e foco de sociabilidade, não só familiar como também vicinal, o fogo parece ser também instrumento e pretexto de enculturação. Quase invariavelmente, a lareira situava-se a um canto da cozinha,

⁷ J. L. de Vasconcelos, 1983a: 232.

protegendo-se a parede da acção danificadora do fogo pela utilização do «espelho de lareira», também designado por «boneca de chaminé». Podendo ser de pedra, esta pequena construção, muito vulgar a sul do rio Tejo, consistia, contudo, mais comumente, em vários tijolos ligados entre si e depois caiados, num arranjo estético de forma variável⁸. Até ao pano da chaminé, o espaço da lareira tem, segundo Leite de Vasconcelos, a designação de «vão da chaminé»; «Daí para cima o vão chama-se *fumeiro*⁹. Ao invés deste autor, que designa indistintamente a construção que preenche as funções de condução de escoamento do fumo da lareira por «chaminé» ou por «fumeiro», as informações por nós recolhidas apontam, todavia, para a aplicação do primeiro termo apenas à construção em tijolo de base quadrangular, de forma e altura variável mas que normalmente estreita da base para o topo, e que pode ser coberta por «telhas de embirra», por telhas de canudo dispostas angularmente ou ainda por outro tipo de telha. Por seu turno, o termo «fumeiro» designa geralmente outro tipo de chaminé, cilíndrica, de base circular — havendo-as, porém, mais raramente, rectangulares e de base quadrilateral [Foto 71] —, constando a abertura por onde se escapa o fumo, no alto, de pequenos tijolos dispostos paralelamente uns aos outros — as «grelhas». Na sua extremidade superior, o fumeiro é, regra geral, rematado por uma cobertura cuja concepção estética faz lembrar por vezes as chaminés do sul do país¹⁰.

Do interior de uma destas «casas dos pobres», deixou também Leite de Vasconcelos a seguinte descrição:



«A porta de entrada (*E*) tem postigo e a do pátio (*P*) também; *A* — armário de madeira; *B* — mesa de abas, para comer; *C* — mesa-cómoda, com *cortina* (toalha), vasinhos com flores, bugigangas de loiça. Na parede, quadros, retratos e bugigangas de papel. Detrás da porta (*D*) da cozinha, ferradura. Camas de ferro, cadeiras de pau; *F* — arca para roupa; *G* — arca na cozinha para carne de porco»¹¹.

⁸ O exemplar de uma destas «bonecas de chaminé» pode ser observada em J. L. de Vasconcelos, 1929: 11-12. Veja-se também, do mesmo autor, 1983a: 241-243.

⁹ J. L. de Vasconcelos, 1983a: 237.

¹⁰ Cf. J. L. de Vasconcelos, 1929: 12, 32-33 e 1983a: 229, 233-237.

¹¹ J. L. de Vasconcelos, 1983a: 227-229.

Ora, se admitimos que esta casa possa, nas primeiras décadas do século, sido a habitação comum das famílias de pequenos agricultores, coincidindo com as informações por nós recolhidas, duvidamos, porém, de que o possa ter sido a «casa rústica», pertencente decerto a uma família de agricultores abastados ou, pelo menos, bastante prósperos, no pátio da qual Leite de Vasconcelos, observando talvez a casa dos seus parentes no Peral, descreve o seguinte:

«vê-se no pátio o seguinte: galinheiro, onde está o poleiro, com um pátio secundário, para as galinhas andarem à vontade; pocilgo; cocheira; abegoaria; coelheiras (duas), uma para a criação; curral, para o gado lanígero e caprino e, às vezes, para burros; casa de forno; casa de arrecadação de lenhas, vulgarmente chamada *barracão*; pombal, por cima das coelheiras, às vezes; poço com tanque para lavar roupa; garagem, que dá para o pátio, se há automóvel; celeiro; lagar, podendo, no entanto havê-lo, retirado do pátio.

Em uma casa alta há, às vezes, um compartimento, em baixo, onde estão cavalos¹².

De dimensões e disposição interior variáveis segundo as posses de cada família, a casa de adobe, característica das famílias dos trabalhadores rurais, assalariados ou por conta própria, deve ter dominado, portanto, a constituição dos casarios da metade ocidental do concelho pelo menos entre meados do século passado e meados do presente século. Todavia, nas últimas décadas, o tijolo, o cimento e o ferro têm vindo progressivamente a substituir o adobe, a argamassa e a madeira, e a pequena casa de adobe vê proliferarem à sua volta as habitações de maiores dimensões, o mais das vezes de dois pisos. No exterior, a tinta de areia ou o azulejo substituem a cal e a oca; a caixilharia de ferro ou, mais recentemente, de alumínio substitui as janelas e as portas de madeira, e a telha de canudo é geralmente substituída pela telha «marselha» ou pela telha de betão; no interior, o tijolo substitui o tabique, e as placas de cimento e o mosaico substituem o forro e o sobrado de madeira.

Partidos os jovens para Lisboa ou para o estrangeiro, os quais, uma vez regressados, se empenham (por vezes literalmente) em construir a sua «vivenda», a sua «moradia», permanecem geralmente na velha casa de adobe apenas os velhos. Uma vez abandonada, a casa de adobe, necessitada de uma vigilância regular, dificilmente resiste a alguns Invernos: a chuva lava a cal, esboroa a argamassa, infiltra-se no barro, amolece-o, apodrece a madeira, e muitas vezes basta depois apenas uma semana de aguaceiros intensos para fazer derrocar uma parede. O processo aplica-se, aliás, não só às casas de habitação como aos velhos lagares de azeite, abandonados desde há décadas.

¹² *Op. cit.*: 232 (ver igualmente pp. 234-235).

2. O ESPAÇO SIGNIFICANTE

Mais do que a casa enquanto fenómeno da cultura material, é, contudo, a casa enquanto projecção territorial da célula familiar, não só unidade de produção económica como unidade de reprodução social, a casa com todo o complexo de símbolos, de valores e de sentimentos que a orbita que nos interessa aqui. De facto, longe de se reduzir a um espaço inócuo, de dimensões puramente euclidianas, a casa é investida de uma simbólica antropomórfica que a torna espaço de pertença por excelência. Espaço da mulher [Foto 72], a casa é, ela própria, feminizada, fenómeno que a Etnografia atesta nos mais diversos contextos culturais.

Microcosmos, a casa assume igualmente, tal como as igrejas e as encruzilhadas, características de *espaço aberto*: limiar onde se interpenetram céu, purgatório e inferno, torna-se assim espaço de observância de inúmeros procedimentos rituais destinados à invocação e à manipulação das potências que habitam cada um desses mundos. Note-se, aliás, que o espaço doméstico é por definição reservado à mulher, um ser cuja natureza conflitual o faz participar simultaneamente da simbólica da boa mãe e da bruxa e ao qual é outorgado tradicionalmente na sociedade rural portuguesa a função de agente manipulador não só das potências divinas como das entidades demoníacas.

Enquanto é ao homem que compete, no sistema de valores popular, prover pelo sustento e pela sobrevivência material da casa, e, se possível, mesmo pela sua prosperidade económica, à mulher cabe a defesa das agressões exteriores a que a casa está exposta¹³. Embora aparentemente estas agressões se possam classificar como pertencentes a diferentes níveis — agressões naturais (a tempestade, a trovoada), agressões sociais (o mau-olhado, causa de inúmeras doenças na etiologia popular), agressões sobrenaturais (o diabo, as bruxas e a Lua, causadora de quebranto) — ,todas elas, talvez com excepção para a Lua, derivam em última análise da acção daninha da mesma potência: precisamente o diabo, tido como fonte de todo o mal.

Munida de um vasto arsenal de amuletos, talismãs e ensalmos, é a mulher que transforma a casa, simultaneamente matriz e placenta social no interior da qual se gera e matura a sua prole, numa placenta mística que protege os que a habitam não só do raio e da trovoada, contra os quais respectivamente se conserva a pedra-de-raio e se invoca Santa Bárbara, como também contra as agressões maléficas da Lua, de vizinhos invejosos, demónios e bruxas sedentas de sangue infantil contra os quais se defuma o lar, se pregam saquinhos de aroeira nos cueiros das crianças, se abrem tesouras em cruz e se escondem chavelhos, figas e ferraduras. É de notar que a maior parte dos objectos que se constituem como munições deste arsenal simbólico, utilizado na protecção não só da habitação como também dos animais, das carroças, dos currais e das terras de cultivo, parecem desempenhar a nível doméstico o mesmo papel desempenhado a nível aldeão pelo sino, participando, tal como este, de uma simbólica masculina, fálica, vulgarmente utilizada no combate às potências demoníacas que ameaçam a prosperidade da casa. Paradoxalmente, é à mulher que compete combater o poder nefasto destas potências feminóides e animalescas com o poder macho.

¹³ Cf. *infra*: III, 2.

Além destes objectos e práticas propriamente esconjuradores, a mulher socorre-se igualmente de inúmeros objectos e recorre a diversas práticas de cariz mágico-religioso com o propósito de chamar a abundância material e a fortuna sobre a casa, já de si espaço fecundo, da sexualidade e da reprodução, por excelência. É assim que a ela, senhora do fogo, compete realizar anualmente o acto mágico que propicia a fecundidade das oliveiras: fritando em azeite qualquer alimento («pelo menos um ovo») no dia de Nossa Senhora das Candeias, assegura-se que as oliveiras *encandeiem*, ou seja, que floresçam e produzam azeitona.

Este papel demiúrgico é também visível na tarefa exclusivamente feminina de confecção quotidiana dos alimentos e, especialmente, do pão, cuja massa se crê não levedar sem a realização do acto mágico que apela para o concurso de um deus detentor do segredo da multiplicação dos pães. É normalmente na cozinha, espaço do fogo e da regeneração das energias dos elementos da família, que se dependura a *espiga* recolhida em quinta-feira de Ascensão e que favorece a existência em casa durante todo o ano do pão, do vinho, do azeite e, consoante as diferentes versões por nós recolhidas, do dinheiro e da alegria. Do mesmo modo, o naco de pão que a mulher separa, isto é, sacrifica, e que guarda na arca até à Ascensão do ano seguinte visa prover a existência de pão em casa durante todo o ano.

É também na chaminé, lugar de calor e de fecundidade que se penduram «duas faveiras» para evitar «que o piolho ataque os favaes»¹⁴. A chaminé parece constituir precisamente, tal como as portas, um dos locais favoritos onde se penduram o chifre¹⁵ e a ferradura, certamente por se tratarem de brechas na segurança e no hermetismo da habitação por onde podem penetrar maus ares e a acção de potências malignas. Geralmente, os mesmos amuletos ocultam-se por detrás da porta principal da casa, pela qual podem entrar não só olhares invejosos e vizinhos com maus olhos como também as bruxas, que se crê poderem penetrar em casa mesmo pelos buracos das fechaduras. Além destes objectos, *profanos*, podem ainda hoje encontrar-se ocultos por detrás das portas nómicas ou escritos¹⁶, bentinhos (pequenos escapulários guardados no interior de uma bolsinha de pano) ou imagens de santos¹⁷. Note-se que a eficácia destes objectos, tidos como *sagrados*, decorre exactamente da observância do mesmo preceito relativamente aos chifres de carneiro e às ferraduras colocadas em casa ou nos currais: ambas as classes de objectos¹⁸ devem permanecer invariavelmente fora do alcance da visão dos estranhos à casa.

Para promover a fortuna da casa, «Quando se descascam ervilhas, e aparece alguma muito grande, abre-se devagar para ver quantos grãos tem: se tem nove,

¹⁴ J. M. Adrião, 1900-1901: 101.

¹⁵ Cf. J. L. de Vasconcelos, 1983a: 229.

¹⁶ «Para as formigas não entrarem em qualquer casa, põe-se atrás da porta um bilheteinho, pregado na parede ou na porta, com um letreiro que diz: «Esta casa é de S. Francisco»» (J. L. de Vasconcelos, 1980c: 236. Veja-se também, do mesmo autor, 1985: 237, 270-275).

¹⁷ «A imagem de S. Lazaro pregada atrás de uma porta, dá fortuna» (J. M. Adrião, 1900-1901: 104).

¹⁸ Note-se como os dois géneros de objectos, *profanos* e *sagrados* (a terminologia é a usada pelas populações do concelho), são encarados como recursos igualmente válidos no confronto com as ameaças místicas provenientes do exterior, revelando a dimensão sincrética do conjunto de fenómenos que desde a década de setenta se tem vindo a classificar de «Religião Popular» e que aqui adoptamos enquanto conceito aplicável ao contexto da mitologia popular portuguesa.

não deve comer-se, mas guardar-se, atada com uma linha. Chama-se *ervilha das virtudes*, conservada em casa, faz com que haja sempre dinheiro¹⁹. Nitidamente, o poder atribuído a este talismã deriva das diversas características que concorrem para tornar esta vagem num símbolo sobredeterminado de excesso e de fertilidade: as suas dimensões extra-ordinárias e o número de grãos que encerra (de entre o complexo simbolismo construído em torno do número nove, note-se que ele designa precisamente o número de meses da gestação do ser humano). Tal como a mãe de gémeos adquire faculdades mágicas em função do excesso de fecundidade que marca o seu ser²⁰, também a vagem prenha que encerra no seu ventre mais filhos do que o comum manifesta propriedades de superabundância, esperando-se que a sua riqueza biológica possa comunicar por um processo mágico homeopático ou imitativo uma riqueza material à casa que a preservou, em observância de um interdito, da destruição.

Outro interdito relacionado com a promoção da fortuna doméstica estipula que «Quando se varre a casa á noite, não deve deitar-se o lixo para a rua, porque com elle se expulsa a fortuna»²¹. Sem nos abandonarmos a interpretações psicanalíticas que apontam a identificação entre riqueza e lixo como própria da relação objectal na fase anal-sádica do desenvolvimento da libido, explicaríamos antes a crença em função da relação que estabelecem entre si os dois termos essenciais da proposição na rede geral de oposições que constitui a armadura da visão do mundo camponesa. O *trabalho* e a *noite* parecem-nos efectivamente constituir os dois pólos antitéticos em torno dos quais se constrói o pensamento que dá corpo à crença. Sendo o dia o tempo próprio em que decorrem as actividades laborais (o trabalho faz-se *de sol a sol*), a inversão do tempo consagrado ao trabalho implica necessariamente uma inversão dos valores e da ordem. Trabalhar de noite significa recusar a submissão às regras da comunidade que tacitamente distinguem entre o tempo do dia e do trabalho e o tempo da noite e do sono; poderá talvez significar também *trabalhar com* as potências da noite que ameaçam a comunidade: as bruxas que se reúnem de noite em assembleias de luxúria com o Inimigo e que assaltam as casas para chupar o sangue às crianças; os homens que se metamorfoseiam em lobisomens e que de noite correm sete cemitérios ou sete freguesias, escoiceando contra as portas das casas.

Ainda que seja a ordem que se deseja, é, contudo, para a inversão da ordem que se apela quando se deseja que uma visita inoportuna abandone a casa. O acto de voltar um banco de pernas para o ar ou de se esconder atrás da porta uma vassoura virada ao contrário e com a qual se dão três pancadinhas no chão exprime certamente a submissão do rito à lei mágica da similaridade, a qual assenta no princípio de que «o semelhante produz o semelhante» e de que «um efeito se assemelha à sua causa»²². Apelando, ainda que em colaboração com as potências demoníacas²³, para a inversão da ordem das coisas, pretende-se colocar fora de

¹⁹ J. L. de Vasconcelos, 1985: 236.

²⁰ Cf. *infra*: III, 4.

²¹ J. M. Adrião, 1900-1901: 101.

²² J. G. Frazer, (1922) 1990: 11.

²³ Atente-se no simbolismo das seguintes expressões recolhidas em Pragança em 1990: «Quem anda para trás anda para o inferno»; «Se alguém anda às arecuas fica Nossa Senhora a chorar e o diabo a rir-se». Acerca do significado dos actos realizados às *avessas*, veja-se J. L. de Vasconcelos, 1985: 22-25.

casa o que está dentro de casa, e que por ser indesejável deve permanecer fora dela, reestabelecendo assim a ordem precedente.

Igualmente relacionada com a questão da fortuna doméstica está a crença segundo a qual «Pombos, ou tê-los sempre ou nunca os possuir, porque aquelle que os adquirir e deixar depois de os ter por completo, soffrerá grandes perdas na sua fortuna — a não ser que o ultimo seja posto em lanço, e o seu producto offercido ao Divino Espirito Santo»²⁴. Ora, difficilmente se descortina a razão subjacente a esta «superstição», mesmo quando buscamos auxílio em material etnográfico semelhante recolhido noutros pontos do país²⁵, decorrendo porventura estas contradições dos dados do seguinte fenómeno: apesar do facto de que «Nos Bestiários, o pombo [pigeon] afasta-se da pomba [colombel] mas aproxima-se da rola»^{26,27} «O pombo beneficiou sem dúvida do papel universalmente atribuído à pomba»²⁸. É precisamente neste sincretismo dos simbolismos do pombo e da pomba, efectivamente espécies diferentes do género dos columbídeos, que nos parece residir a única via que permite arriscar uma explicação.

Ave desanimalizada, símbolo de ascensionalidade e de transcendentalidade²⁹, a pomba é, no contexto cristão, o pássaro do Espírito Santo. Moisés Espírito Santo distingue, porém, o culto de que é objecto esta pessoa da Trindade na religião popular portuguesa, a qual se serve precisamente da pomba como alegoria da personificação desse princípio vital, do culto do Paráclito ao nível da religião oficial, aproximando aquele da «mais antiga tradição semita»³⁰. O Espírito Santo popular, vulgarmente designado pelo circunlóquio «O Divino», corresponde efectivamente, segundo o autor, à entidade divina suprema da religião judaica. Note-se que já o Levítico precisa o holocausto de «rolas ou pombos ainda novos» [I, 14], como um dos sacrifícios oferecidos em honra do Senhor, ritual à luz do qual se poderá talvez compreender o sacrifício acima descrito por José Maria Adrião como indispensável se se pretende evitar «grandes perdas na sua fortuna» quando se deixa de ter pombos em casa: o último pombo deve ser «posto em lanço e o seu produto oferecido ao Divino Espirito Santo»³¹. Ter pombos em casa, apelando para a protecção da potência que eles representam, e novamente deixar de os

²⁴ J. M. Adrião, 1900-1901: 101.

²⁵ «Quem não tem pombas em casa não é afortunado (Gaia)» (J. L. de Vasconcelos, 1986: 193). «É azar [...] Ter pombos em casa (até se diz "casa de pombos - casa de tombos")» (J. L. de Vasconcelos, 1985: 25).

²⁶ Não obstante se prestar, tal como todos os columbídeos, como símbolo de fidelidade conjugal, a rola é concebida diferentemente da pomba e, tal como o pombo, evita-se tê-las em casa, sendo o seu canto tido por agoirento: a onomatopeia construída em torno deste [«Põe-te na rua! Põe-te na rua!»] aproxima-o nitidamente do grito do corvo e do piar da coruja, aves anunciadoras de morte em casa.

²⁷ J.P. Clébert, 1971: 304.

²⁸ *Op. cit.*: 305.

²⁹ G. Durand, 1989: 93.

³⁰ M. E. Santo, 1988: 109.

³¹ J. M. Adrião, 1900-1901: 101. Consiglieri Pedroso refere, sem indicação alguma do local da sua proveniência, outra variante: «vendo-se a pessoa forçada a deixar de os ter, deve [...] comprar com o dinheiro do último casal cera para oferecer a um santo» (1988: 255).

ter significaria talvez renunciar à própria divindade, como a bruxa que renega a Deus para se entregar ao culto do Diabo, o que faria assim incorrer a cólera e a vingança da potência rejeitada e humilhada.

Também a interdição de matar as andorinhas ou de destruir os seus ninhos constitui uma notável elaboração conceptual em torno do idioma da casa. A andorinha é indiscutivelmente um animal puro, sagrado (as andorinhas são chamadas de «as galinhas de Nosso Senhor»). Matando um animal divino, o violador da interdição faria cair sobre si e sobre os seus (enfim, sobre a sua *casa*) a cólera do Senhor. A andorinha participa igualmente de toda a simbólica de fecundidade e de regeneração da natureza que anuncia com a Primavera, sendo natural que o ninho construído no beiral da casa comunique, simpaticamente, a fecundidade dos que o habitam à casa escolhida pela ave para nidificar e procriar. Aqui poderá talvez residir a razão pela qual se interdita a destruição do ninho de andorinha, a destruição de uma fonte sagrada de fecundidade cujas repercursões³² se fariam incidir sobre a própria casa daquele que viola o interdito. Além do facto de que a condenação deste acto destruidor constitui uma metáfora da vulnerabilidade da casa e das agressões místicas do exterior a que ela está sujeita [cf. supra], a crença adverte contra a imprudência de atentar contra o lar de uma ave indefesa, contra a destruição de uma casa que depende da nossa casa e que, tal como a *ervilha das virtudes*, é fonte de fecundidade e de fortuna. Destruir a casa desta ave sagrada seria, pois, metaforicamente, destruir a nossa própria casa.

Ainda relativamente à casa, crê-se que «Não é bom morar em casas de esquina. Nunca será feliz quem o fizer»³³, certamente porque as encruzilhadas são terras-de-ninguém, espaços abertos, ontologicamente ambíguos, situados literalmente na encruzilhada entre vários mundos, espaço pelo qual almas penadas e demónios podem penetrar a dimensão terrena e nela introduzir o infortúnio, a doença, a morte, enfim, a desordem.

Do mesmo modo, «Ao mudar-se de residência é bom, na ocasião em que se entra na nova casa — com o pé direito e em dia que não seja terça nem sexta-feira — levar na mão uma moeda de ouro ou de prata, isto para que o dinheiro nunca falte na nova morada»³⁴. Como facilmente se poderá deduzir, o modo como se processa o acto fundador da nova morada determinará necessariamente a fortuna daqueles que a habitarão: inaugura-se um novo estado de coisas e tudo o que se fizer durante o acto de transição operará consequências com correspondência nesse novo estado de coisas. O rito de passagem em que consiste a entrada no novo lar participa, portanto, do simbolismo da *primeira vez*, devendo-se respeitar determinados preceitos, quer para evitar futuros infortúnios, quer para propiciar a existência afortunada na nova residência. Relativamente aos preceitos

³² «Quando na beira do telhado de uma casa há ninhos de andorinha, e alguém os desmancha, é sinal de que se desmancha a casa, porque o ninho da andorinha é sagrado e traz felicidade à casa onde está» (C. Pedroso, 1988: 156 — Informação sem indicação de local de recolha).

³³ M. C. Marthá, 1934: 107.

³⁴ J. M. Adrião, 1900-1901: 102.

negativos, interdita-se, ou, pelo menos, desaconselha-se a entrada na casa com o pé esquerdo (sendo o esquerdo universalmente conotado com o mal, as actividades demoníacas, o poente, a morte, a desordem) e em dia aziago (enquanto a terça-feira é comumente tida por dia em que os lobisomens correm o seu fado, a sexta-feira é, por excelência, o dia em que as bruxas exercem a sua actividade). No que respeita aos preceitos positivos, note-se como o simples gesto de levar na mão uma moeda no acto da passagem ontológica que acompanha a passagem material, e em observância à lei da similaridade da magia, fará com que o indivíduo que carrega a moeda tenha sempre uma moeda (de preferência de ouro e prata) na mão, ou seja, assegurará a existência permanente de dinheiro em casa.

III — ESPAÇO DOMÉSTICO E REPRODUÇÃO SOCIAL

1. O NAMORO: DA SEDUÇÃO À AMARRAÇÃO

*Ter amores é bem bom:
Alcançar-le a vontade,
Dar-le corda, fugir deles,
Deixá-los andar de balde¹.*

Os quinze ou dezasseis anos marcavam geralmente para os jovens de ambos os sexos a entrada na «idade do namoro», período de marginalidade ontológica que, preparando o indivíduo para as múltiplas responsabilidades da maturidade, o separa e torna socialmente distinto não só dos grupos etários inferiores como também dos companheiros do seu grupo de idade ainda não experimentados nas artes amorosas do exibicionismo, da sedução e da conquista. Nesta perspectiva, o fenómeno do namoro apresenta igualmente características de instrumento iniciático, distinguindo, pelo menos em determinados aspectos, iniciados de não-iniciados².

Quando as escolhas dos rapazes se estendiam ao exterior da povoação³, costumavam aqueles parar ao domingo pelas tabernas ou pelas vendas desses

¹ J. L. de Vasconcelos, 1979: 140.

² Atente-se na seguinte quadra recolhida em Alguber em 1989, na qual o termo «padecentes» designa os jovens ainda não iniciados na arte do namoro: «À entrada de Alguber/ Estão duas pedras assentes;/ É uma para os namorados/ E outra para os padecentes» [Cf. em J. L. de Vasconcelos (1988: 190) uma quadra idêntica relativa à povoação da Dagorda].

Sendo vastíssimo o número de estrofes do cancionero popular municipal respeitante ao tema das relações amorosas, limitamos aqui a utilização deste tipo de material etnográfico à ilustração de aspectos muito restritos do fenómeno em questão. Além das várias dezenas de quadras por nós recolhidas durante o trabalho de campo, podem encontrar-se registos deste género da literatura oral sobretudo em G. Felgueiras (1950, 1950a), M. C. Martha (1934), J. L. de Vasconcelos (além das estrofes dispersas um pouco por toda a *Etnografia Portuguesa...*, especialmente 1885, 1975, 1979, 1983, 1988).

³ Cf. *supra*, I, 4.

povoados a comprar tremoços e pevides «para terem um pé de irem namorar as raparigas dessas terras». E se ao nível das relações intercomunitárias, sobretudo entre freguesias, as festas estivais se apresentavam como momentos privilegiados para o encontro de jovens de diferentes povoações, a nível local, intracomunitário, eram os bailes de domingo que, fora do decorrer das actividades agro-laborais, se constituíam como as principais ocasiões para a aproximação entre os sexos⁴. Ainda que organizados pelos próprios jovens, a estes bailes compareciam por vezes também as mães, além de outras parentes das moças, sempre atentas à etologia juvenil. Na ausência de *toques* (música gravada ou conjuntos musicais), cantava-se e dançava-se ao som da gaita de beijos, das castanholas, do bandolim ou da viola. Pelo que nos foi dado a conhecer por parte de diversos informadores, estes encontros evoluíam eventualmente para desgarradas entre rapazes e raparigas, que se ataçavam mutuamente com composições chistosas como as que seguidamente se reproduzem:

• — *Ela: O meu amor é alto,
Eu hei-de o mandar serrar;
Fica-me o amor perfeito
E lenha para queimar.*

• — *Ela: Ó minha rica Santa Suzana,
Que está em cima do seu altar;
Venha acudir este boi
Que está no meio da praça a berrar.*

— *Ele: Tu não me mandes serrar,
Tu não me cortes minha pele;
Se queres lenha para te queimar
Vai buscá-la ao Barro Miguel!*⁵;

— *Ele: Ó minha rica Santa Suzana,
Que está em cima da sua ermida;
O boi que berra na praça
É porque acha a vaca saída...!*⁶.

Depois das primeiras trocas de sinais de cumplicidade, ia o rapaz esperá-la à fonte⁷ ou ao rio⁸, prolongando-se durante um certo período os encontros mais ou menos dissimulados. Sujeito a um grande controle social, especialmente por parte

⁴ Repare-se na seguinte quadra: «Eu tomara já cá sábado/ E domingo logo ao pé,/ Pra falar ao meu amor,/ Qu'a vontade boa é» (Vasconcelos, 1982b: 24). Actualmente, os bailes de domingo cederam lugar aos encontros nas sociedades recreativas, ponto forte na honra e no orgulho da aldeia, e muitos jovens frequentam já alguma discoteca no interior do concelho ou nas vilas mais próximas. O namoro deixou, portanto, de estar sujeito, como na sociedade rural tradicional, ao ritmo dos trabalhos agrícolas. Ademais, os rapazes vêem hoje, com a mobilidade que lhes permite a motorizada, alargado o seu número de parceiras potenciais às raparigas de aldeias outrora inacessíveis, quando os seus pais se viam forçados a percorrer de noite, por caminhos de cabras, vários quilómetros para namoriscar apenas as raparigas das aldeias mais próximas. Curiosa, mas não estranhamente, e, ainda que dependente de outras variáveis, em correlação com o desaparecimento destas visitas nocturnas, desapareceram igualmente os relatos àcerca das bruxas que supostamente assaltavam os rapazes nas encruzilhadas quando do seu regresso a casa.

⁵ Quadras recolhidas na Gouxaria em 1989. «Barro Miguel» designa uma Quinta próxima do lugar onde se recolheu esta composição.

⁶ Quadras recolhidas na Gouxaria em 1989. Cf. em M. C. Martha (1934: 32) uma composição idêntica recolhida no lugar da Murteira.

⁷ «Quim for ó Cadaval,/ vê uma fonte á intrada,/ adonde vai falar às moças/ a bela rapaziada» (M. C. Martha, 1934: 30).

⁸ «Anda amor, qu'eu também ando/ Morrendo por te falar;/ Nem na fonte, nem no rio,/ Nunca te pude encontrar.» Quadra recolhida em 1989 na Gouxaria.

da família da rapariga, o namoro, acto quase público, efectuava-se inicialmente à janela ou à porta da casa. Mais tarde, e conforme as intenções manifestadas pelo rapaz, podia ele começar a frequentar a casa da rapariga, contando, evidentemente, com a vigilância constante dos pais desta. Essencial para o início do namoro, o consentimento dos pais da rapariga via-se apenas recusado quando esta era considerada ainda demasiado jovem, quando se verificava alguma espécie de contenda entre as famílias de ambos os jovens ou em função de diferenças de riqueza, sobretudo de natureza fundiária, entre elas.

Com efeito, a despeito do adágio «Quem namora pelo fato leve o diabo o contrato»⁹, diversas motivações de índole económica orientavam claramente a escolha do parceiro, eventualmente futuro cônjuge.

*«Eu tenbo um barrete novo:
Carapinha nunca a viu,
O forro já está roto
A borla já lhe caiu.*

*Hei-de casar este ano,
Um vendetro anda nisso;
Meu dote é uma castanha,
Se a vingar o ouriço.*

*Mentna, case comigo,
Não tenha medo à fome:
O meu pai tem uma quinta¹⁰
Que sustenta quem não come.*

*Mentna, case comigo,
Que eu sou rico e abonado:
Tenbo um curral sem ovelhas
E uma casa sem telhado.»¹¹.*

Por um lado, a contribuição por parte dos jovens, mediante a entrega aos seus pais da totalidade do salário obtido com a venda da sua força de trabalho, para a subsistência do agregado familiar de origem impedia a sua independência económica efectiva, pelo que muitos jovens encontravam no casamento precoce¹² um pretexto para a antecipação dessa independência, com todas as suas implicações a nível da posição ocupada no interior da família e da comunidade, constituindo um novo lar para o qual pudessem convergir na sua totalidade os proventos de ambos os esposos. Por outro lado, pelo menos até às primeiras décadas do século, além de atenderem ao grau de riqueza das famílias dos jovens, as estratégias matrimoniais assentavam muito frequentemente na tentativa de assegurar a manutenção da riqueza fundiária no interior da família, incentivando-se assim as uniões matrimoniais entre «primos»¹³, ainda que a tal mecanismo obstasse a Igreja

⁹ J. L. de Vasconcelos, 1988: 238.

¹⁰ A quinta-feira.

¹¹ J. L. de Vasconcelos, 1979: 376-377. Quadras recolhidas no Peral.

¹² Este fenómeno parece, aliás, ser corroborado pelas informações de que, para o período considerado, era baixa a idade média do casamento: enquanto para a rapariga se situava entre os dezasseis e os vinte anos, o rapaz esperava normalmente acabar de cumprir o serviço militar para se casar.

¹³ Devemos sublinhar, porém, que perante estas racionalizações populares permanece muda a nossa análise, uma vez que, como explicitámos no Prefácio, as nossas observações não se fundamentaram em inquéritos extensivos a amostras representativas da população com fins quantificáveis, pelo que se nos torna impossível teorizar sobre os critérios que orientaram efectivamente as escolhas matrimoniais para cada uma das gerações actualmente existentes no concelho (se a exogamia, se a endogamia, e a que níveis, se a escolha agâmica) e, por conseguinte, se as explicações populares coincidem de algum modo com a realidade sociológica.

com a obrigação do pagamento de determinados impostos. No entanto, para além das manipulações mais ou menos explícitas de que era objecto, o casamento devia permanecer virtualmente um assunto exclusivo dos *conversados*: «Casamentos, ninguém nos *manche*/ Mas *tamem* ninguém nos faça»¹⁴.

Na mundivisão rural tradicional, fortemente condicionada por séculos de evangelização cristã, o contrato matrimonial adquiria foros de sacramento, apresentando-se, a par do sacerdócio, como o único meio de alcançar a salvação espiritual. O casamento aparecia, aliás, tal como o nascimento do filho primogénito no seio da união consagrada, como sinónimo da maturidade do indivíduo e condição necessária para o seu reconhecimento como membro de pleno direito da comunidade.

Não admira, portanto, que, em íntima conexão com a própria noção de condição humana, do, consoante os casos, ser-se homem ou ser-se mulher, o casamento fosse tradicionalmente objecto de um complexo de práticas relacionadas com a felicidade nos assuntos amorosos, as quais, não se limitando a tentar descobrir que segredos encerrava o futuro nessa matéria, esperavam por vezes poder intervir no próprio curso dos acontecimentos. Além de revelarem que o processo de transmissão dos conhecimentos mágicos se iniciava logo a partir da adolescência da rapariga, estas práticas denunciam o facto de, com raras excepções, serem exclusivas do sexo feminino, pelo que se poderá talvez aventar a hipótese de que esta dicotomia sexual na *praxis* da magia erótica, bem como no complexo de crenças que a fundamenta, se ache em relação com o facto de, tradicionalmente, em virtude de feminidade e maternidade serem tidas como sinónimos uma da outra, o casamento, único meio legitimativo da sexualidade e da fecundidade femininas, aparecer como condição necessária para a realização plena da vocação sociobiológica da mulher¹⁵:

• *Á um hora naci,
às duas fui bautizada,
às três tomê amores;
às quatro 'tava casada;
às cinco dê alma a Dês,
às sêis 'tava sipultada.*¹⁶.

Ademais, esta dicotomia parece confirmar igualmente a elaboração sociológica popular segundo a qual a magia, tal como a religião, é «coisa de mulheres».

A única de entre estas práticas comum a ambos os sexos tomava lugar exclusivamente nos meses de Março e Abril, quando da chegada do cuco. Ao escutar o canto desta ave, costumavam os jovens perguntar-lhe «Ó cuco da banda de

¹⁴ J. L. de Vasconcelos, 1885: 34 (o termo *manche* significa «desmanche»). Veja-se também a seguinte quadra: «Antes que teu pai não queira,/ Tua mãe diga que não,/ Queiras tu, queira eu.../ Isto está na nossa mão» (J. L. de Vasconcelos, 1988: 285).

¹⁵ Cf. § 3.

¹⁶ M. C. Martha, 1934: 37-38 (cf. J. L. de Vasconcelos, 1982b: 13-14).

além do mar,/ Quantos anos me dás tu/ Para me eu casar?»¹⁷, correspondendo o número de vezes que supostamente respondia aquela ao número de anos que se permaneceria solteiro. O papel de oráculo que o cuco desempenha na crença relaciona-se evidentemente com o múltiplo simbolismo de que é investido: anunciador da Primavera — com efeito, o início do Verão rural —, estação da regeneração da natureza e da sociabilidade comunitária, ele aparece naturalmente como anunciador da felicidade e como ave «casamenteira por excelência»¹⁸.

A quadra dos santos populares, e, nesta em particular, a noite sanjoanina, revelava-se especialmente propícia à realização por parte das jovens solteiras de inúmeros sortilégios e práticas divinatórias com o objectivo de determinar a sorte nos assuntos amorosos. Desde já se faz notar que a maior parte destas práticas se acham em relação com a crença nas virtudes de fertilidade atribuídas ao elemento «água» — bem como ao orvalho, seu equivalente simbólico — no curto período compreendido entre a meia-noite e o nascer do Sol na manhã de S. João. Nesta noite, as raparigas casadoiras desejosas de saber «se o seu namoro seguia ou não» chuscavam levemente uma alcachofra na fogueira acesa no largo da aldeia, deixando-a depois ao relento durante a noite. Na manhã seguinte, caso a alcachofra tivesse ou não reflorado, assim a rapariga aí descobria respectivamente um presságio favorável ou nefasto relativamente ao futuro da relação amorosa¹⁹.

Um vasto número de procedimentos rituais específicos desta quadra festiva, licenciosa por definição, dizia unicamente respeito à tentativa de determinar o nome do futuro esposo, quer se tratasse de alguém desconhecido, quer de qual de entre os vários pretendentes conseguiria obter a sua mão. Assim, rapariga que desejasse saber qual o nome do marido aguardava à janela na noite de S. João com um bochecho de água na boca. Depois de anunciada a meia-noite, o primeiro nome de homem que ouvisse mencionado revelar-se-ia como o nome do futuro marido, após o que devia atirar imediatamente o bochecho de água para a rua²⁰. Um processo idêntico fazia substituir o bochecho de água por um cravo: à meia-noite atirava-se um cravo à rua, sendo o nome do homem que o apanhasse o nome do rapaz com o qual se viria a casar. Contudo, caso fosse uma mulher a apanhá-lo, tal pressagiava que a rapariga jamais casaria. De outros *costumes* idênticos, mas dos quais não lográmos obter informação ao longo do trabalho de campo, deixou-nos J. M. Adrião a seguinte descrição:

«Quando uma rapariga solteira tem mais de uma inclinação amorosa, e quer saber qual dos será o possuidor da sua mão, faz o seguinte [...]: córta tres pedaços de papel, em cada um dos quais escreve o nome de um dos namorados, escolhendo para tal effeito os nomes dos tres mais affeçoados, ou dos tres com quem tenha mais probabilidades de casar, se os pretendentes ou os pretendidos excederem aquelle numero.

¹⁷ J. L. de Vasconcelos, 1986: 182.

¹⁸ *Op. cit.*: 181. Cf. J. M. Adrião, 1900-1901: 106.

¹⁹ Informações recolhidas em Pragança em 1990.

²⁰ Informações recolhidas em Pragança e no Peral em 1990.

Em seguida enrola as *sortes*, baralha-as muito bem, e colloca-as ao acaso: uma debaixo do travesseiro, e outra atrás da porta do quarto, lançando á rua a ultima.

Na manhã seguinte abre a *sorte* que está debaixo do travesseiro e encontra o nome do futuro marido.

Colhi também uma variante:

Fazem-se as tres *sortes*, observando-se os preceitos já indicados, e deitão-se em um copo com agua. Na manhã immediata encontra-se aberta uma d'ellas, e o nome que contiver será o nome do futuro possuidor da donzella enamorada.²¹.

Também nesta noite procediam as interessadas a determinadas *sortes* para adivinhar a profissão do futuro marido. Uma delas consistia em se partir um ovo dentro de um recipiente com água, deixado ao relento nessa noite. De manhã, consultava-se o prognóstico oferecido pela forma que o ovo havia tomado dentro de água, na qual se adivinhava a profissão e, como tal, a condição social do esposo que lhe reservava o futuro. Outra prática divinatória do género consistia em deitar alguns pingos de tinta permanente numa folha de papel, dobrá-la ao meio e colocá-la seguidamente debaixo do travesseiro. Na manhã seguinte, ao acordar, a rapariga desdobrava a folha e, nas configurações desenhadas pela tinta, aí entrevia a profissão do futuro esposo. Para determinar do nível de riqueza deste, uma prática augural socorria-se de apenas três favas, que a rapariga escondia por debaixo do travesseiro. Uma das favas, símbolo de marido rico, não devia ser descascada; a outra, que vaticinava casamento com «homem remediado», dever-se-ia retirar apenas metade da casca; finalmente, a última, augúrio de marido pobre, devia ser descascada por inteiro: «o marido estava nu como a fava». De manhã, ao acordar, e sem se olhar, tirava-se uma das favas, determinando assim a sorte da rapariga²². Neste complexo ritual integra-se ainda outra prática recolhida no início do século:

«A solteirinha desejosa de desvendar o seu futuro, deve occultar-se e pedir a outrem que ponha em quatro pratos, separadamente, uma mão cheia de terra, uma chave, um cravo e um rosario, e tapa os pratos de fórma que se não veja o seu conteúdo. Em seguida á *pretendente* vem e descobre um dos pratos: se destapa o cravo, não fica por casar; se lhe sáe a chave, casa rica; se tira o rosario, fica para freira; mas se descobre a terra, ai d'ella, ai da infeliz, que vae fatalmente para a cova naquelle anno, de palmito e capella!»²³.

²¹ J. M. Adrião, 1900-1901: 98 (cf. pág. 102).

²² Informações recolhidas em Alguber, Pragança e Peral em 1990.

É de notar que esta leguminosa, semelhante a um embrião, aparece vulgarmente associada ao poder dos mortos, pelo que, em inúmeros contextos culturais, se integra em numerosos rituais concernentes à fecundidade e à reprodução humana.

²³ J. M. Adrião, 1900-1901: 98.

Além deste conjunto de ritos divinatórios, constavam do sistema de representações popular outras *superstições*, de cariz negativo, que se apresentavam com o objectivo de impedir que a jovem incorresse em acções com implicações nefastas para a sua vida amorosa. Assim, sob pena de não casar, não deveria uma rapariga sentar-se ao canto da mesa, nem comer os cantos do pão²⁴, actos que, agindo segundo o princípio mágico da similaridade, a fariam certamente ficar «ao canto», excluída do curso normal da vida feminina, vocacionada por definição para o matrimónio e a maternidade. Sob pena de incorrer no mesmo perigo, devia a moça descomprometida evitar que lhe varressem os pés.

Outro conjunto de crenças ainda corrente pretende que uma rapariga solteira não deve enfiar aliança no dedo, colocar grinalda na sua cabeça, vestir vestido de noiva nem fazer «o vestido de casamento para uma noiva»²⁵. Do mesmo modo, não casa «aquella que fôr madrinha de um casamento»²⁶ nem os namorados que aceitem serem padrinhos de baptismo de uma criança. Subjacente a estes dois tipos de interditos, sem conexão aparente entre si, está a lei mágica da contrariedade segundo a qual «o semelhante afugenta o semelhante, para criar o contrário»²⁷: nem a jovem pode ousar tocar em objectos que se constituem como emblemas de uma condição ontológica, a de casada, à qual ainda não foi elevada, nem podem os jovens namorados estabelecer entre si antes do tempo uma relação de parentesco que, unindo-os enquanto pais sociais de uma mesma criança, os associa simbolicamente como esposos. Em qualquer dos casos, a violação do interdito antecipa o tempo próprio em que se deve efectuar a passagem da condição de solteiro à condição de casado (e à de progenitor, a qual só se deve verificar no seio de uma união marital reconhecida eclesiasticamente), pelo que o acesso a esse tempo se vê definitivamente vedado.

Da tradição consta igualmente que não casa «a [rapariga] que pozer na cabeça um chapéo de homem; [...] Nem tão pouco a que, a uma mesa, offerecer palitos a outra pessoa, principalmente se fôr a homem»²⁸. Em acção conjunta, como de costume, os princípios da similaridade e da contiguidade: quer pela utilização de uma peça de vestuário masculina, o chapéu, quer, possivelmente, por efectuar um gesto masculino, fállico, a oferta de palitos, a mulher perverte-se, agindo como um elemento do sexo oposto e negando implicitamente a pertença à sua condição sexual. Desrespeitando o interdito que conserva estanques os dois universos sexuais e mantém a ordem das coisas, manipulando símbolos masculinos, a mulher masculinizar-se-ia, tomando-se estéril e, como tal, inapta para as relações conjugais. Classificada simultaneamente nos universos do feminino e do masculino, a mulher veria abater-se sobre si a ambivalência e a impureza que o seu estado de liminaridade acarreta; torna-se num ser com o qual nenhum homem aceitaria casar em virtude de a relação tocar as raias de uma homossexualidade simbólica.

²⁴ Segundo informações recolhidas por J. M. Adrião, «a virtude casamenteira (do pão) está na fatia do meio - a *junção*» (*Op. cit.*: 104).

²⁵ *Op. cit.*: 103

²⁶ *Ibid.*

²⁷ H. Hubert, M. Mauss, 1974: 100

²⁸ J. M. Adrião, 1900-1901: 103.

Do mesmo modo, «Se dois namorados forem juntos a um cemitério podem ficar certos de que jámais se unirão pelos laços matrimoniaes»²⁹. O fundamento desta crença parece-nos assentar no facto de o cemitério se apresentar manifestamente como local de morte, espaço aberto onde não só são depositados os mortos como através do qual podem os seus espíritos penetrar no mundo dos vivos e nele introduzir a doença e a morte. Ademais, o cemitério apresenta-se como espaço marcado por entidades que renegam e que actuam contra a sociabilidade comunitária: espaço visitado pelos lobisomens na noite em que correm o seu fado; espaço propício à invocação dos demónios e dos espíritos dos falecidos, bem como à recolha das substâncias utilizadas para práticas de feitiçaria (ossos de cadáveres, terra de sepultura, etc.). Não admira, portanto, que, sendo o casamento fonte de vida por excelência, a comparência conjunta dos jovens num cemitério, espaço de morte e de negação da vida, da fertilidade e da sociabilidade, possa introduzir a própria ameaça de morte sobre a sua relação e condená-la a tornar-se uma união estéril, contrária à própria noção de casamento.

Muito variadas, as práticas propriamente propiciatórias do casamento estendiam-se do universo da religião popular ao domínio obscuro e privado da feitiçaria. Quando desejosa de abreviar o casamento, devia a rapariga «pregar um alfinete no vestido de uma noiva quando esta vae para a igreja, tirar-lh'o quando ella regressa, e guardá-lo como talisman»³⁰.

Contudo, de entre os vários sortilégios utilizados para esse fim, aquele tido como dotado de maior eficácia terá sido muito provavelmente a pedra-de-ara. O talismã em questão consiste precisamente num qualquer fragmento do altar móvel que se engasta no altar fixo da igreja. Esta pequena pedra, na qual são insculpidas cinco cruzes, evocativas das cinco chagas de Cristo, é apenas de dimensões suficientes para receber a hóstia e a maior parte do pé do cálice por ocasião do sacrificio da missa, incelebrável na sua ausência. Diversos factores concorrem para o poder mágico que lhe é popularmente atribuído: em primeiro lugar, a sua sagração consiste num atributo exclusivo do bispo ou de um representante do Sumo Pontífice; essa consagração vê-se impossibilitada quando a pedra não encerra, numa cavidade denominada «sepulcro», quaisquer relíquias de santos; em caso de profanação do templo, a sagração do altar móvel apenas se perde quando uma fractura na pedra atinge o lugar das unções ou em caso de subtracção das relíquias. Matéria numinosa, simultaneamente fonte de poder mágico e de impureza, a pedra-de-ara era objecto de determinadas precauções relativamente ao seu manejo. Assim, em caso algum devia a pedra ser tocada, sob pena de se incorrer em sacrilégio (mulher que tocar na pedra toma-se estéril) e de a pedra perder a virtude, pelo que se guardava usualmente num saquinho que se trazia ao pescoço, *escondido*. Podendo ser utilizada como amuleto contra o mau-olhado, atribuem-se-lhe sobretudo virtudes no domínio da magia erótica³¹, explicitando

²⁹ *Ibid.*.

³⁰ *Ibid.*.

³¹ «Muita gente traz consigo um fragmento de pedra de ara (altar), que os interessados empregam para atrair as pessoas rebeldes ao amor (M. C. Martha, 1934: 109-110).

a crença que para conseguir o amor de outrem bastaria com ela tocar nessa pessoa, se bem que produzisse efeitos mais poderosos e duradouros quando dada a ingerir, moída, ao indivíduo alvo da fixação objectal. Foi precisamente acerca deste uso para fins de feitiçaria amorosa que em Dom-Durão recolhemos a informação, logo nos primeiros meses do nosso trabalho de campo, a propósito da notícia que então corria de que a pedra-de-ara do altar da capela dessa povoação [Foto 73] havia sido recentemente violada e dela retirados alguns fragmentos, acontecimento que atesta, hoje, a sobrevivência de uma crença desde sempre perseguida pela Igreja.

Particularmente temidos pelos rapazes, ainda que, pelo menos por princípio, estes pudessem agir do mesmo modo, eram os procedimentos encantatórios de que se podiam utilizar as jovens para os «prender» ou «amarrar»³²:

«A rapariga solteira que aspira a ser formosa, deve deixar ao relento durante qualquer das noites de Santo Antonio, S. João, ou S. Pedro, uma bacia ou um alguidar com agua, e lavar-se com esta na manhã seguinte. [...] esta operação faz do mais completo camafeu uma beldade incomparavel aos olhos do seu *conversado*, ou, pelo menos, instilla-lhe no coração sentimentos ultra-amorosos que o fazem vêr na donzela um anjo de formosura»³³.

De entre esses *encantamentos*, destacam-se sobretudo os filtros amorosos e outras beberagens usualmente confeccionadas a partir das «coisas sujas» da mulher (além de «água-do-cu-lavado», «água-do-carapinhado» e sangue menstrual, aqui se incluem matérias como a urina, excrementos, cabelos, unhas, etc.), elementos com que lida uma magia transgressiva apostada em alcançar o poder oferecido àquele que ousa transgredir o universo das regras sociais. Subjacente a todas estas formas de coprofagia ritual, que, mediante o consumo de matérias humanas simultaneamente no plano alimentar e no plano sexual, nos remete para os domínios simbólicos do canibalismo e do incesto, está a concepção do excremento como receptáculo das energias do corpo humano, energias geradas, aliás, nas suas partes mais íntimas. Por outro lado, estas todas estas matérias distinguem-se pelo seu estado liminar, marginal³⁴, simultaneamente produtos do corpo humano mas já desligados dele, sendo nesta qualidade de dejectos, de matérias impuras e rejeitadas pelo próprio corpo, que se tornam em instrumentos privilegiados da feitiçaria e da magia transgressiva. A lógica da prática assenta na crença de que, uma vez ingeridas e assimiladas por outro corpo, essas matérias impuras e, como tal,

³² Note-se que do conhecimento destas práticas negam usualmente os informadores ter conhecimento algum, e, quando afirmam conhecê-las, delas falam apenas muito vagamente e com bastante relutância.

Esta concepção geral acerca da astúcia e das manhas femininas em matéria de amor e sexualidade, analise-se o conto popular recolhido por Leite de Vasconcelos em 1884 no Peral (1885: 18-21).

³³ J. M. Adrião, 1900-1901: 97.

³⁴ Cf. M. Douglas, 1981: 131-137.

dotadas de uma eficácia mágica, colocariam os dois seres, produtor e consumidor, num estado de contiguidade mágica, por sua vez produtora de uma sintonia sentimental, enfim, prendendo-os, *amarrando-os*.

Do mesmo modo, «Para se conseguir a amizade de pessoa que se mostra rebelde em nada conceder, fúrião-se com uma agulha os olhos de uma cobra³⁵, e passa-se a mesma agulha pelo fato da pessoa a que desejamos captar³⁶. Outra prática, com fins idênticos, e da qual encontramos referência no lugar da Murteira, consiste no seguinte: mulher que deseje ser correspondida pelo homem amado, arranja um pedacinho da sua calça, coloca o tecido na boca de um sapo, após o que deve coser a boca deste. À medida que cresce a fome daquele animal demoníaco, assim crescerá a paixão do homem por ela. Contudo, o feitiço encerra o perigo de o homem definhar à medida que definhar o sapo com o qual foi colocado em contiguidade mágica, acabando mesmo por morrer. A utilização do sapo neste malefício decorre do facto de se tratar não só de um animal que, tal como a cobra, que produz a *peçonha*, é considerado como venenoso e fonte de quebranto, como também do facto de ser comumente associado ao diabo, frequentemente representado sob a forma daquele, e utilizado nas suas artes. Ainda que em numerosas sociedades este anuro beneficie do simbolismo lunar e aquático atribuído à rã, no Ocidente, e sobretudo a partir da Idade Média, o sapo tem, de facto, sido geralmente utilizado como o próprio símbolo do Mal.

Aparentemente desligada da feitiçaria, e pertencente ao domínio do religioso, chega-nos a prática de promover o casamento através do roubo, ou, mais propriamente do sequestro ritual da imagem de um santo, usualmente Santo António, com vista à coacção da entidade sagrada a agir em conformidade com os propósitos do indivíduo coactor, que aparece invariavelmente referido como pertencente ao sexo feminino. Ainda que reduzidos, os relatos concernentes à crença na eficácia da acção revelam-se bastante elucidativos dos princípios que lhe subjazem.

Uma dessas informações chega-nos pela mão de Leite de Vasconcelos, o qual transcrevia da edição de 23 de Abril de 1931 do *Diario de Noticias* a notícia do roubo do «Menino Jesus dos braços do Santo Antonio» da igreja do Painho [Foto 74]:

* — Quem quiser casar depressa, tem remedio facil. Rouba o Menino Jesus ao Santo Antonio, da igreja, leva-o para casa, vira-o de pernas para o ar, e, ao cabo dum ano, está casada. Nessa altura volta a pôr o menino nos braços do santo, mas tem de o vestir de novo, porque não fazendo isso nunca será feliz³⁷.

Segundo conseguimos apurar no Peral, em 1990, «antigamente havia aqui o *costume* de as raparigas, quando queriam casar, roubar a imagem de Santo António da igreja, ou apenas a imagem do Menino do colo do santo. E só os

³⁵ Acerca do simbolismo atribuído a este réptil veja-se G. Durand, 1989: 99.

³⁶ *Op.cit.*: 106.

³⁷ J. L. de Vasconcelos, 1982b: 367-368 (veja-se também, do mesmo autor, 1988: 199).

devolviam quando o pedido fosse atendido. Mas, a uma certa altura, a imagem do santo chegou mesmo a desaparecer por completo...». E Leite de Vasconcelos havia já nesta povoação recolhido a informação de que «As raparigas que querem casar atiram ao chão três vezes um Santo António³⁸ ou um Menino Jesus (ora um ora outro) na própria casa»³⁹.

Sendo, tal como S. João⁴⁰, um santo casamenteiro, não admira, portanto, que o Santo António seja, à semelhança daquele, objecto de práticas concernentes à fecundidade e à felicidade na vida sexual. Comum a todas as práticas acima referidas é o facto de, quer a imagem de Santo António, quer a imagem do Menino Jesus, contígua àquela, ser retirada do seu domicílio sagrado, constituindo esse acto numa violação de um interdito, *sacrilégio* condenado por diversas constituições sinodais, e seguidamente mantida reclusa na casa da rapariga. Longe de limitar o seu acto mágico a este roubo ritual, acção propiciadora da fecundidade com vista à apropriação das propriedades casamenteiras do santo, a interessada procedia seguidamente, podendo fazê-lo de diversas formas, ao exercício de uma coerção de ordem física sobre a imagem, virando-a de pernas para o ar ou atirando-a ao chão por três vezes. Note-se, aliás, que estes procedimentos são em tudo idênticos àqueles que visam propiciar, não a fecundidade humana, mas a fecundidade da terra, beneficiando não só o indivíduo como toda a comunidade, para o que se recorre igualmente a uma coerção da entidade sagrada. Com efeito, em tempo de seca, por toda a Europa se amarravam antigamente imagens de santos que depois se deixavam dependuradas dentro dos poços até que caísse chuva, sendo em Portugal também Santo António requerido para este fim.

Ainda que todo o processo seja dominado pela referência a uma entidade sagrada reconhecida pela religião oficial, todo o processo releva nitidamente dos princípios da magia. A começar, o roubo, ou, pelo menos, o sequestro da imagem, acto sacrilégio que se comete para se apropriar do poder do santo; em segundo lugar, a coacção da imagem à acção, procedimento análogo a certas práticas mágicas de invocação dos demónios e dos espíritos dos mortos; finalmente, é de notar que sobre a imagem se exerce uma violência física: além de se formular a ameaça de que a imagem não

³⁸ Note-se como a eficácia simbólica do acto coercivo sobre o santo aparece documentada a nível do conto popular: «Era um jardineiro e tinha uma filha muito linda, e gostava muito do ré e tinha um sant'António no quarto, e disse assim:

*“Ó mê rico sant'Antônio,
Antoninho do coração,
Intendei as minhas préssas
Q'eu as faço com adevoção.*

Ó mê rico sant'Antônio, prumeti q'o rêi olhe cá p'r-á jinella!”
E o rê nunc'olhava.

“Se nã prumeti q'o rêi olhe cá p'r-á jinella, ferro-o das scádias a báxo”.

Depois fez um barulho muito grande, e o rê mandô um camarista perguntar o que vinh-à ser aquelle barulho» (J. L. de Vasconcelos, 1885: 18-19).

³⁹ J. L. de Vasconcelos, 1988: 283.

⁴⁰ É de notar, sobretudo, o facto de que Santo António se integra no contexto das celebrações do solstício de Verão, dominadas precisamente pela personagem de S. João.

retornaria ao templo enquanto o desejo não fosse atendido, a imagem podia ser arremessada contra o chão por três vezes, número mágico por excelência, ou virada de cabeça para baixo, isto é, às avessas, ritual de perversão que pretendia inverter a ordem das coisas, casar quem estava solteiro.

É igualmente de salientar o facto de que a compulsão à acção por parte da divindade se realiza num contexto de comércio com o ente sagrado. Uma vez atendido o pedido, a imagem deve ser reposta no seu devido lugar (devendo esta reposição ser acompanhada de uma oferenda), e, no caso do Menino, vestida de novo, não só para assegurar a regeneração das energias dispendidas pela imagem no processo, mas como sinal de pagamento da dívida contraída. Tal como a promessa deve ser cumprida, honrando assim o contrato implícito estabelecido com a divindade, também o indivíduo deve tornar manifesto o seu agradecimento através da oblação.

2. CASAMENTO E FECUNDIDADE CONJUGAL

*«Namora, casa-te logo,
Não sejas coma o cartaxo,
Que foi namorar a cereja,
Caíu dum tranquinho abaixo»⁴¹.*

«Antigamente ninguém se casava sem ter casa»: assim formulam os velhos uma condição que se revelava essencial para a formação de um novo lar, adiantando que, apenas em casos raros, «quando a noiva já ia adiantada» e os jovens se viam apanhados desprevenidos financeiramente, lhes era permitido permanecer durante algum tempo em casa dos pais de um deles. A casa, arrendada, comprada ou, mais comumente, construída pelo homem, apresentava-se efectivamente como uma das responsabilidades deste, conjuntamente com a compra da mobília, para a formação do novo lar, enquanto, por definição, cabia à mulher fornecer o enxoval. Este, formado por roupa de cama, alguma louça e utensílios de cozinha, não lhe era oferecido pelos pais, mas adquirido à sua custa, e para ele começava a amearhar desde os doze ou treze anos, logo que começava a ganhar algum dia ou meio dia nas mondas, nas ceifas ou noutros trabalhos agrícolas. Quanto ao dote, com o qual deviam supostamente as raparigas poder contar à data do casamento, as quadras que se seguem parecem elucidar com particular humor a sua substância usual entre os estratos mais baixos das classes populares:

*«Minha mãe, p'ra me casar,
Prometeu-me um bom colchão;
Depois que me viu casada,
Mandou-me dormir no chão.*

*«Minha mãe, p'ra me casar,
Prometeu-me uma escudela;
Depois que me viu casada,
Quebrou-me as costas com ela!*

*Minha mãe, p'ra me casar,
Prometeu-me uma panela;
No fim de me ver casada
Partiu-me a cara com ela.*

*Minha mãe, p'ra me eu casar,
Prometeu-me uma galinha;
Depois de me ver casada,
Deu-me as penas que ela tinha.»⁴².*

⁴¹ J. L. de Vasconcelos, 1979: 136.

⁴² *Op. cit.*: 379.

Atente-se agora no seguinte texto, o qual consiste na descrição de uma cerimónia de casamento típica dos membros das classes populares do concelho na segunda metade do século XIX:

«Segundo diz Francisco Antonio de Mattos, os casamentos das pessoas d'aquí, pouco abastadas, fazem-se ás segundas feiras.

Á hora marcada para a cerimonia nupcial, dirigem-se os noivos para a igreja, acompanhados dos competentes convidados, que vão embrulhados em compridos capotes. Durante o acto religioso, é levado para o adro, por duas raparigas, um vistoso arco, formado de cannas verdes, guarnecido com fitas e lenços de sêda, de diferentes côres. As raparigas são sempre das mais novas, bonitas e solteiras, que se apresentam com as suas melhores galas.

No centro do arco vêem-se pendurados emblemas allusivos á occupação dos noivos. Se elle é jornaleiro, é uma enxada de papel, e se ella é tecedeira, um pente de tear, colocado junto da enxada, etc.

Finda a cerimonia, dirigem-se os esposos para casa, passando por baixo do arco; sendo n'esse acto saudados e festejados. Segue-se depois o jantar da vòda, e durante uma boa parte da noite ha baile, ao som de flautas e guitarras.

No fim do bailarico, recebe a esposa um ramo de flôres secas, denominado *ramo matrimonial*, que existia na mão da que ultimamente tinha casado, a qual, desde este momento perde o titulo de noiva.⁴³

Este registo etnográfico, valioso por se tratar da única descrição do género de que dispomos para as classes populares⁴⁴, é, contudo, aqui reproduzido com certas reservas, uma vez que não só se trata de uma informação apresentada em segunda mão, apalavrada por Francisco Antonio de Mattos, como não se menciona, nem o local, nem a data, nem as circunstâncias da sua recolha. Ademais, Pinho Leal é directamente responsável por todas as cautelas com que trabalhamos esta informação em virtude de não haver efectuado qualquer reparo hermenêutico que nos permita estabelecer uma distinção entre a sua fiabilidade e a credibilidade científica que merece o chorrilho de curiosidades, parcialmente forjadas, que apresenta logo de seguida⁴⁵. Mas prossigamos. Se bem que a fonte de Pinho Leal

⁴³ A. P. Leal, 1874: 32.

⁴⁴ Apenas Leite de Vasconcelos nos deixou outra descrição de uma cerimónia nupcial, desta feita um «casamento de luxo» que ele próprio pôde observar no Peral em 1933 (1988: 274-275).

⁴⁵ Eis a passagem: «Em março de 1862, havia no Cadaval, duas lojas, com 2 caixeiros, e duas balanças em cada uma, 2 igrejas, cada uma com 2 sinos, 2 facultativos, 2 tabeliães, 2 cantores, 2 alfaiates, 2 ferradores, com duas bigornas cada um, 2 ferreiros, 2 barbeiros, 2 tabernas, 2 estalagens, 2 cemiterios, 2 sapateiros, bons, 2 pedreiros, 2 carpinteiros, casados, 2 engenheiros (carpinteiros de moinhos); nos paços do concelho, 2 salas para sessões, 2 cadeias, com 2 janellas cada uma, 2 nascentes de optima agua potavel, 2 chafarizes, 2 portas e 2 janellas no theatro, e finalmente 2 moinhos ao norte e outros 2 ao sul» (A. P. Leal, 1874: 32).

refira a segunda-feira como o dia da semana em que costumeiramente se realizava a cerimónia, Leite de Vasconcelos deixou indicações de que «No Peral, igualmente se crê que o casamento se deve realizar em sábado ou quarta-feira»⁴⁶. Em todo o caso, jamais se devia realizar a uma sexta-feira, dia aziago. No entanto, informações por nós recolhidas em diversas povoações apontam para o facto de que, pelo menos na primeira metade do século, os casamentos se realizavam usualmente ao domingo, não tanto por este ser considerado um dia sagrado, o «dia do Senhor», mas por questões práticas, por se tratar do único dia da semana em que não trabalhavam jornaleiros e trabalhadores agrícolas por conta própria. Outras crenças de cariz negativo relativas ao tempo da realização do casamento pretendiam que a cerimónia não devia tomar lugar durante a Quaresma, período marcado pela sobriedade e pelo luto religioso. A teologia cristã prescrevia igualmente que, ainda que o casamento pudesse ser celebrado desde o primeiro domingo do Advento até ao dia de Natal inclusive, a bênção solene não poderia ser concedida à união, pelo que se via desencorajada a realização da cerimónia durante este período.

Ainda que a descrição de Francisco Antonio de Mattos não compreenda referência alguma à presença dos padrinhos dos noivos, informações por nós recolhidas um pouco por todo o concelho apontam para o facto de se privilegiar a escolha dos padrinhos de baptismo para padrinhos de casamento. Estes costumavam antigamente atirar dinheiro ou «confeitos no adro da igreja», deparando, caso não o fizessem, com chufas como a que se segue: «Remoinho, remoinho,/ M... para a madrinha/ E para o padrinho!»⁴⁷. É interessante observar como estas estrofes se mostram em tudo idênticas às imprecações de tónus zombeteiro, uma das dimensões que assumia a vindicta popular, com que se viam defrontadas as casas que negavam qualquer donativo ao peditério cerimonial realizado pelas crianças e pelos reizeiros, respectivamente pelo Pão-por-Deus e pelos Reis. É igualmente de notar que, outrora, por ocasião da realização de um funeral, costumava também a família do falecido oferecer dinheiro a algum pobre que encontrasse pelo caminho, fundamentando-se a observação dessa prescrição na crença de que a alma do morto se poderia encontrar abrigada no corpo do mendigo. Curiosamente, as duas festividades acima mencionadas, o Pão-por-Deus e os Reis, realizadas nas proximidades do solstício de Inverno, parecem apresentar vestígios de antigos cultos dos mortos, próprios desta época do ano. Ora, na visão do mundo campesina tradicional, as almas dos mortos eram concebidas precisamente como fonte e garante da vida e da fecundidade humanas, e o facto de se verificar uma identidade estrutural entre determinadas cerimónias relativas a oferendas que se integram em cultos fúnebres e a prática de os padrinhos atirarem confeitos ou outros bens no adro da igreja, muito possivelmente a crianças ou a pobres, parece-nos indiciar a possibilidade de nos encontrarmos perante algum atavismo ritual ligado à propiciação da fecundidade da união.

Processo ritual de passagem do indivíduo da *communitas* — na qual se havia inserido durante o período de namoro, e, eventualmente, no caso do rapaz, do

⁴⁶ J. L. de Vasconcelos, 1988: 284.

⁴⁷ *Op. cit.*: 266.

cumprimento do serviço militar obrigatório — à estrutura⁴⁸, a cerimónia do casamento acima descrita denuncia claramente a existência de diversos elementos característicos de uma fase ritual de agregação à nova condição social. Temos assim que, além dos gestos litúrgicos de junção das mãos e da entrega recíproca da aliança, bem como do ritual de comensalidade em que consiste a boda, deviam os recém-casados passar por debaixo de um arco, símbolo da união, adornado com um pente de tear e uma enxada confeccionados em papel. Noutros locais do país, um instrumento ligado à tecelagem ou à costura — uma roca, um açafate de costura... — e uma alfaia agrícola — uma enxada, uma tesoura de podar... — pareciam estar sempre presentes na ornamentação destes arcos⁴⁹. Ora, é interessante notar que, do mesmo modo que a tecelagem e a costura aparecem como a própria metáfora das actividades femininas, associadas ao domínio da *casa*, assim os símbolos que gravitam em torno do tema do trabalho masculino se associam invariavelmente ao domínio da *terra*. É também de notar que um dos símbolos utilizados é precisamente a tesoura de podar, sendo a poda concebida popularmente como uma actividade da estrita competência dos membros do sexo masculino, mesmo interdita às mulheres. Parece-nos provável, portanto, que Francisco Antonio de Mattos tenha cometido um equívoco ao encontrar nesses ornamentos apenas «emblemas allusivos á occupação dos noivos»⁵⁰. Não tendo como objectivo último lembrar qual a ocupação específica dos esposos, subjacente ao *costume* estaria antes a utilização desses símbolos, não como emblemas da ocupação profissional concreta de cada esposo, mas como emblemas da sua nova condição ontológica, estabelecendo assim, inequivocamente, no momento vital da sagração religiosa e do reconhecimento social da união, uma diferenciação dos papéis específicos que caberia a cada sexo desempenhar no interior da relação conjugal. É precisamente desta dicotomia sexual e desta diferenciação de papéis «Da mulher, a casa; do homem, a praça» — que a moralidade popular se serve para legitimar a diferenciação estatutária e a hierarquia que apresenta como presidindo ao bom funcionamento do lar: «Em casa manda ela, nela mando eu».

A boda realizava-se após a cerimónia nupcial, quer em casa dos noivos, quer em casa dos pais de um deles, caracterizando-se por uma abundância alimentar que a distinguia da gastronomia quotidiana. De entre o reduzido número de doces que deviam figurar à mesa por esta ocasião, um, em particular, não devia ser esquecido: o «bolo de noiva», também designado por «ferradura» em virtude da sua forma característica⁵¹. Como tivemos oportunidade de verificar⁵², a ferradura é geralmente utilizada como amuleto contra o quebranto, sendo possível que a forma do bolo se destinasse, como sugere Leite de Vasconcelos, a «agourar felicidade»⁵³ e a afastar as *coisas ruins* do casamento. Todavia, o simbolismo de que

⁴⁸ A terminologia e os conceitos são tomados de empréstimo de V. Turner (1969).

⁴⁹ Cf. J. L. de Vasconcelos, 1986: 250, e 1988: 259.

⁵⁰ A. P. Leal, 1874: 32.

⁵¹ A «ferradura» (para cuja confecção se utiliza farinha triga, açúcar, azeite e manteiga, além da canela e da erva-doce que lhe conferem o sabor característico) tem o privilégio de actualmente ser confeccionada para fins comerciais pela mesma empresa que no concelho produz o «Pão-de-Ló» do Painho.

⁵² *Supra*: II, 2.

⁵³ J. L. de Vasconcelos, 1988: 275.

se reveste este manjar cerimonial parece ir mais além. Ainda que indirectamente, através do seu isomorfismo com os cornos⁵⁴, símbolos — especialmente os dos bovídeos — do crescente lunar, a ferradura participa da arquetipologia construída em torno daquela luminária. Ora, no imaginário popular, a Lua é, por excelência, o astro responsável pela ritmicidade cósmica e pela fertilidade vegetal, animal e humana. E, sendo a senhora dos ciclos que regem a biologia feminina, a Lua aparece igualmente presente no complexo simbólico de que se investe o casamento: a *Lua-de-Mel*, expressão que parece designar algo de muito próximo de «mês da fecundidade», coincide de facto com o reconhecimento social da sexualidade dos nubentes e, sobretudo, com a institucionalização do papel da mulher enquanto reprodutora. Não será, pois, de afastar a possibilidade de que à forma de ferradura do «bolo da noiva» pudessem atribuir-se outrora implicações para a fecundidade da união.

A noite de núpcias era geralmente objecto de chocalhadas, podendo este charivari prolongar-se eventualmente por vários dias, usualmente três. Sem que os noivos soubessem, deitava-se-lhes açúcar ou pimenta no leito na noite de núpcias, para lhes «adoçar» ou «apimentar» a vida sexual, e pendurava-se-lhes também um chocalho por debaixo da cama, não só «para não os deixar dormir» como também para afastar os espíritos malignos⁵⁵. Com as suas vozearias e ruídos de chocalhos ou de panelas, esta forma de vindicta popular assinalava assim a iniciação dos noivos à vida de casados, assumindo-se sobretudo como processo de ritualização da sexualidade conjugal.

Especificamente por ocasião do casamento, muniam-se as mulheres de diversos objectos com virtudes talismânicas para promover a felicidade⁵⁶ e a abundância material da nova «casa». Assim, segundo informações por nós colhidas no Painho, devia a noiva, na noite de núpcias, guardar uma porção do ramo de laranjeira com que havia entrado na igreja, se virgem, quando da cerimónia matrimonial para favorecer a sorte e a felicidade no casamento⁵⁷. Do mesmo modo, «para se ter sorte no casamento», o seguinte sortilégio, rico de significação, era confeccionado pela noiva nas vésperas da mudança para o novo lar, podendo igualmente ser-lhe oferecido por outra mulher já casada. Numa caixa de pequenas dimensões guardava-se um frasquinho cheio de azeite, um tostão, um pedacinho de pão, um bocadinho de carvão e um santinho, todas «coisas que nunca devem faltar numa casa». Agindo em conformidade com a lógica mágica da contiguidade

⁵⁴ Tal como a ferradura, os chifres faziam parte do arsenal simbólico utilizado para preservar a casa, na sua acepção lata (aqui se incluindo todo o património do agregado familiar), da acção daninha do mau-olhado.

⁵⁵ Informação recolhida no Painho em 1990. Como vemos, estes procedimentos pareciam revelar-se igualmente como propiciatórios da fecundidade da união.

⁵⁶ A felicidade da futura dona de casa passaria, como pretende a seguinte prática, recolhida em Algeber por uma professora, pela morte do respectivo marido: «A cama da noiva deve ser feita por uma rapariga solteira, por uma casada feliz e por uma viúva, que é para a noiva passar por estes três estados» (M. J. M. Silva, 1986: 86).

⁵⁷ Esta prática encontra possivelmente o seu fundamento no complexo simbolismo de que está investido a laranjeira, árvore geradora de frutos cor de ouro, sinónimo de fortuna e de riqueza. Além disso, a laranja, fruto de sumo generoso é doce, revela-se só por si própria, em virtude de encerrar no seu ventre numerosas sementes, promessa de vida, símbolo de fecundidade e de riqueza biológica.

que estabelece que a parte vale pelo todo, o frasco de azeite favoreceria a existência de azeite («e das batatas...») em casa; o tostão, o dinheiro; o pão, ele próprio, base da alimentação tradicional; o carvão, o lume e o calor. Enfim, certamente invocando a protecção divina sobre o lar, o santinho guarda-se «para ajudar a gente». Depois de tapada, escondia-se a caixinha entre os barrotes, no telhado da casa⁵⁸. É, portanto, como já tivemos oportunidade de verificar⁵⁹, a mulher que se constitui como detentora dos segredos da magia e que vela pela fortuna e pela abundância material do lar.

3. MATRIMÓNIO, MATERNIDADE E CONDIÇÃO FEMININA⁶⁰

*«As mulheres sam n'o diabo,
trazem n-o inferno cunsigo;
quêim me dera ser diabo
p'ra no inferno andar metido»⁶¹.*

Como tivemos oportunidade de verificar pela leitura do texto de Pinho Leal, uma vez terminado o baile, a recém-casada recebia o ramo matrimonial da rapariga que havia casado anteriormente, após o que esta se via privada do título de noiva. Na Murteira, esta cerimónia recebia a designação de «dote à virgindade» ou de «graça à virgindade»⁶². Ora, esta valorização da virgindade da nubente⁶³, condição da honra do seu grupo de parentesco, reflectia-se na vigilância cerrada de que eram objecto os namoros, principalmente por parte da família da rapariga. Assim, o recato e a discrição constituíam-se como as regras pelas quais se devia pautar a conduta da rapariga durante toda a fase de namoro, devendo ela, guardiã da sua própria honra, terminar o namoro logo que o seu *conversado* avançasse com propostas eróticas mais ou menos arrojadas. Porém, não obstante todo este processo de controle social do namoro, o casamento apresentava-se, não raramente, como meio de legitimar as relações sexuais entre os jovens, sobretudo quando a união havia já produzido os seus frutos...

Susceptível de ser entendido à luz destas preocupações é o facto de que uma parte considerável da produção poética das classes populares que se desenvolve em torno do tema das relações amorosas assumir claramente funções pedagógicas, podendo apresentar-se sob a forma de adágios⁶⁴, cantigas ou romances. Além

⁵⁸ Informação recolhida na Gouxaria em 1990.

⁵⁹ *Supra*: II, 2.

⁶⁰ Não tendo sido construído, com excepção para alguns escassos dados, com base em material etnográfico recolhido no concelho do Cadaval, o presente texto foi pensado, porém, para enquadrar aquele leitor mais desconhecedor da realidade cultural popular portuguesa nas informações com que se verá confrontado no § seguinte.

⁶¹ M. C. Martha, 1934: 13.

⁶² M. J. Prata, s.d.: 21.

⁶³ *Vd.* Anexo, Doc.1.

⁶⁴ *Eg.*: «Quim faz filhos im mulher alhêia, perde-l'o fêtio» (M. C. Martha, 1934: 111).

das composições que satirizam relações amorosas entre indivíduos de diferentes raças⁶⁵, uniões adúlteras de mulheres, sobretudo com elementos do clero⁶⁶, e velhas em busca de casamento⁶⁷, aqui se integra a secção da oratura que serve especificamente de veículo a propósitos moralizadores em matéria de sexualidade juvenil. No que respeita a esta última, dois tipos de composições se destacam: as que têm como objectivo advertir os jovens do perigo que podem constituir para a honra, não só da sua pessoa como de todo o seu grupo de parentesco, as relações sexuais não legitimadas pelos sacramentos do matrimónio; as que aconselham prudência às moças solteiras que se vêem perante a sedução e o assédio por parte de homens que, em troca de favores sexuais, nada mais têm para lhes oferecer do que promessas⁶⁸. No entanto, além desta função pedagógica, grande parte da literatura oral popular assume dimensões meramente lúdicas, tendentes por vezes para licenciosidades verbais com alusões eróticas mais ou menos explícitas, as mais das vezes ocultas sob trocadilhos e alegorias de fácil decifração, aos órgãos genitais e mesmo ao próprio coito⁶⁹.

O casamento aparece assim no mundo rural tradicional como único lugar legítimo da sexualidade humana, considerada como impura e pecaminosa *per se*, devendo, como tal, ser orientado, não para o simples prazer carnal, acto de vício e luxúria condenado por dois mandamentos divinos, mas para uma reprodução simultaneamente biológica e espiritual que, além de membros da sociedade civil, gerasse igualmente membros da sociedade eclesiástica — crentes. Nesta visão do mundo em que a sexualidade conduz inevitavelmente a uma situação de impureza, o casamento surge como meio de legitimar o domínio da carne sobre a alma, do corpo sobre o espírito, enfim, do Mundo sobre Deus.

Ora, é sobre a mulher que a doutrina cristã, que associa sexo, pecado e morte, faz recair o pecado original, precisamente o crime que introduz simultaneamente na terra o pecado, a morte e a impureza da sexualidade humana. Não admira, portanto, que, na mundivisão rural tradicional, a mulher apareça como cúmplice do demónio — é com a colaboração de Eva que a Satanás logra introduzir a desordem não só sobre as relações entre os homens como também sobre as relações entre os homens e o Criador — e às suas artes: a feitiçaria.

Esta concepção assenta, contudo, numa rede de oposições que subjaz a todo o capital pensado humano e que coloca, de um lado, a desordem, a feminidade, a impureza, o esquerdo, o Poente, as trevas, a periferia, o poder mágico e não oficial, o sagrado-impuro ou sagrado-esquerdo, e, de outro, a ordem, a masculinidade, a pureza, o direito, o Nascente, a luz, o centro, o poder religioso e oficial, o sagrado-puro ou sagrado-direito. Ora, este maniqueísmo, comum a todos os sistemas mítico-rituais, deu origem no contexto judaico-cristão a uma misoginia e a uma conceptualização do género feminino como particularmente propenso para o Mal, atribuindo-se a impureza da mulher como inerente à sua natureza.

⁶⁵ Cf. M. C. Martha, 1934: 28, 187-188, e J. L. de Vasconcelos, 1969: 100.

⁶⁶ Cf. M. C. Martha (1934: 119-122, 124-127, 197-198, 204-205, 209-210) e J. L. de Vasconcelos (1963: 439-440; 1969: 49-50).

⁶⁷ Cf. J. L. de Vasconcelos, 1988: 281-282 (também reproduzida em 1969: 146).

⁶⁸ *Vd.* Anexo, Docs. 2 e 3.

⁶⁹ *Vd.* Anexo, Docs. 4 e 5.

Legitimada por uma exegese do mito de origem que faz da mulher um ser criado não à imagem do demiurgo mas à imagem do homem, a inferioridade da mulher aparece como simultaneamente biológica e espiritual, justificando assim a sua subordinação ontológica àquele.

A impureza atribuída à mulher aparece assim intimamente ligada à sua fisiologia, estranha a uma mundivisão predominantemente masculina para a qual o corpo feminino transporta as marcas da desordem⁷⁰. Sujeito, tal como a natureza, à ritmicidade lunar, o corpo feminino concebe-se como excessivo, pelo que, desde a menarca até à menopausa, a mulher necessita periodicamente de purgar as suas impurezas. A menstruação aparece efectivamente como uma anomalia fisiológica, e a mulher como um ser ambíguo, simultaneamente saudável e enfermo, permanentemente próximo da vida e da morte, simultaneamente fraca, porque ocupando na sociedade uma posição inferior à do homem, e poderosa, porque próxima dos mortos e beneficiando do poder destes, enfim, um ser em estado de permanente marginalidade ontológica relativamente ao homem.

Na crença que serve de fundamento a esta inferioridade biológica e espiritual do género feminino, o simbolismo nictomorfo de que se reveste o sangue menstrual parece desempenhar um papel fundamental. Isomorfos da Lua, astro concebido por inúmeras sociedades como a morada dos mortos, os fluidos menstruais aproximam-se das matérias fecais, fetais e cadavéricas, todas em proximidade com a morte, sendo, como vimos⁷¹, utilizados na composição de filtros amorosos e malefícios diversos. Ainda que o sangue possa ser concebido como fonte, veículo e símbolo de vida, todo o sangue derramado involuntariamente⁷², e, de entre este, sobretudo o sangue menstrual, surge como sinal de morte, sendo, como tal, percebido como fonte de perigo e de mácula.

Percebe-se, portanto, porque razão, na concepção popular, a mulher é tida como um ser impuro, uma vez que a efusão sanguínea marca, desde a adolescência até à velhice, toda a sua existência, tornando-se particularmente impura após a menopausa, quando o desaparecimento das regras deixa de permitir à mulher regenerar-se periodicamente mediante a purgação das matérias venenosas e putrefactas geradas pelo seu ventre agora estéril. Assim se explica também todo o conjunto de interdições⁷³ que as mulheres regradas deviam observar tradicionalmente na sociedade camponesa, mas do qual dispomos de esparsas informações para o concelho: «Se a mulher menstruada for a uma adegá, levanta-se o vinho»⁷⁴;

⁷⁰ J. Delumeau nota como se concebe que «Só existe verdadeiramente um sexo, o masculino. A fêmea é um macho deficiente» (1988: 408).

⁷¹ *Supra*: § 1.

⁷² Repare-se no adágio «Sãingue p'ra bôca, nim dos dentes» (M. C. Martha, 1934: 113).

⁷³ Em numerosas sociedades verifica-se a interdição das relações sexuais durante o período de regras, bem como a prática de isolar as mulheres regradas, fontes de mácula, do grupo, afastando-as da povoação ou mantendo-as reclusas no interior de uma habitação especialmente concebida para esse fim. Na Bíblia, é o próprio demiurgo quem, dirigindo-se a Moisés e Aarão, estipula: «Quando uma mulher tiver o fluxo sanguíneo, permanecerá separada durante sete dias. Quem a tocar ficará impuro até à tarde» (*Levítico* XV: 19).

⁷⁴ J. L. de Vasconcelos, 1985: 60. Noutros locais do país as «Mulheres menstruadas não podem entrar numa azenha, num moinho, num lagar, numa cozinha, nem em coisa «onde haja desmancho a fazer» [...]. O azeite toma-se vermelho como o sangue, é preciso fervê-lo. A farinha estraga-se [...]. O vinho, se estiver por ferver não ferve; se estiver a ferver, fica sempre *derrancado*» (J. L. de Vasconcelos, 1982a: 14).

A mulher menstruada não deixa levedar o pão e «não deve fazer bolos, porque de certeza lhe vão sair mal»⁷⁵ ou «porque estes não crescem. Não deve também fazer arranjos de flores»⁷⁶, e é crença comum que quando uma mulher está menstruada não deve subir às árvores «para não as secar», como se, nesta condição, a mulher possuísse a capacidade de retirar a seiva (o sémen), a humidade e a vida dos vegetais. Do mesmo modo, o primeiro fruto que uma árvore dá no ano deve ser comido por um homem, caso contrário definha, ou só continuará a produzir frutos ano sim, ano não. Todos estes preceitos decorrem da consequência mais temida em todo o mundo rural português deste estado de impureza, a qual se formula na crença segundo a qual, quando do seu regramento, a mulher adquire poderes maléficos, conotados com a feitiçaria e a associação demoníaca, que lhe permitem, ainda que involuntariamente, constituir-se como fonte de mau-olhado, ameaçando não só pessoas como animais, plantas e bens.

Todas estas elaborações ideo-teológicas, sempre convergentes para o que Mary Douglas designou de «complexo de Dalila»⁷⁷, isto é, uma concepção que pretende que a mulher enfraquece ou trai o homem, apresentam-se como reflexos de uma dominância masculina que por todo o Antigo Regime faz declarar a mulher como ontologicamente inferior pelos teólogos, estruturalmente inferior pelos médicos, e juridicamente incapaz pelos juristas⁷⁸. Ser, senão malévolos, pelo menos fracos⁷⁹, a mulher é tida como cedendo com maior frequência do que o homem às paixões da carne⁸⁰ e às tentações do demónio⁸¹. Neste sentido, cada mulher parece reactualizar em si própria o pecado original, também ele sujeito a um processo de feminização: Eva sucumbindo às tentações da serpente, qual Pandora curiosa que destapa a boceta de onde escapam todos os males que assolam a humanidade; Eva seduzindo Adão com o fruto proibido, pagando com os sofrimentos da gravidez e as dores do parto a Queda da humanidade. Em todo o caso a mulher deve ser posta sob a protecção e a vigilância do homem, moralmente mais puro, biologicamente superior, que refreará os seus apetites sexuais e dominará as suas tentações⁸².

Em suma, verifica-se como, de um lado, o casamento, com a subjugação da mulher ao poder do marido, e, de outro, a maternidade, com a orientação da natureza feminina para fins produtivos, aparecem simultaneamente como mecanismos de controle da feminidade e como condições de salvação espiritual da mulher. Ainda que sejam para o homem fonte de hombridade e de virilidade, casamento e maternidade constituem-se para a mulher como as próprias condições da sua realização ontológica, da sua feminidade, apresentando-se como sinónimos um

⁷⁵ M. J. M. Silva, 1986: 85.

⁷⁶ M. J. Prata, s.d.: 80.

⁷⁷ M. Douglas, 1981: 167.

⁷⁸ J. Delumeau, 1988: 421-436.

⁷⁹ *Vd.* Anexo, Doc. 6.

⁸⁰ Vimos como as acusações de adultério recaem o mais das vezes sobre a mulher. Veja-se também Anexo, Doc. 7.

⁸¹ Todas as acusações de bruxaria e demonolatria por nós identificados para o concelho recaem exclusivamente sobre mulheres.

⁸² Em numerosos relatos sobre bruxas recolhidos no concelho, é o marido que, após violência física contra esta, lhe quebra o *fado*.

do outro: de facto, o termo «matrimónio», que deriva de *matris munus*, designa precisamente «função de mãe». A mulher redime-se assim do pecado ancestral pela única actividade que a dignifica verdadeiramente: a actividade reprodutora, a tarefa de parideira. O trabalho de parto é verdadeiramente um *trabalho*, actividade produtiva especificamente feminina que se constitui como contrapartida válida da actividade laboral masculina.

4. O NASCIMENTO: DA CARNE À ALMA⁸³

« — *Quêim de dois tira um,
q'antos ficam?*⁸⁴»

Do mesmo modo que o fenómeno da menstruação, considerado vergonhoso, era escondido da rapariga, sendo-lhe apenas explicado quando ela própria o experimentava pela primeira vez, também a introdução aos temas da gravidez e do parto, interditos nas conversas comuns entre mulheres e raparigas, apenas eram revelados à mulher após o matrimónio e, muitas vezes, apenas quando esta, casada ou não, anunciava encontrar-se «de esperanças». Usualmente aprendidos com a mãe ou outras mulheres da sua linhagem, os segredos da gravidez e do nascimento faziam com que o facto de dar à luz o primogénito se revestisse de características iniciáticas, permitindo à mãe, uma vez nascida a criança e assim comprovadas as suas capacidades reprodutivas, ser-lhe verdadeiramente reconhecido o estatuto de mulher pela comunidade.

Além do secretismo de que era objecto a gravidez, sobretudo durante o primeiro trimestre, período de maior fragilidade para o feto, prática que visava proteger a mulher e a criança de maus-olhos e invejas que supostamente poderiam provocar o aborto, nados-mortos, partos prematuros ou com complicações diversas, o nascimento de uma criança defeituosa ou mesmo a sua morte durante as primeiras semanas de vida, outros factores contribuíam para que o período respeitante à gravidez e nascimento se caracterizasse pela ansiedade e mesmo, por vezes, pelo dramatismo. Tais sentimentos tecidos em torno deste processo devem-se sobretudo, além do medo da dor que acompanha o parto, signo do pecado original, bem como ao perigo de que possa sobrevir um «desmancho» ou aborto, à angústia que transporta consigo a interrogação acerca se a criança nascerá normal e sã, temores que por sua vez encontram eco nos relatos sobre a possibilidade de o ventre feminino engendrar molas e aberrações, seres monstruosos⁸⁵, em muitos casos serpentiniformes ou pisciformes, ou malformações a meio-

⁸³ Com excepção para as passagens devidamente assinaladas, todas as informações apresentadas nos §§ 4 e 5 decorrem do trabalho de campo por nós efectuado nas povoações de Corujeira, Gouxaria e Painho entre Dezembro de 1989 e Fevereiro de 1990. Deve ainda referir-se o facto de que a totalidade destes dados foi recolhido apenas junto de informadores do sexo feminino.

⁸⁴ «Decif.- Três: de dois casados nasce um filho» (M. C. Martha, 1934: 76).

⁸⁵ Crê-se popularmente que o mesmo fenómeno pode verificar-se entre os animais domésticos, sendo, entre outros, comuns os relatos acerca de cabras que dão à luz polvos e, ainda que a Biologia explique hoje essas malformações em função de anomalias cromossómicas, diversas concepções pretendiam outrora que essas molas semi-humanas derivavam da retenção dos fluidos menstruais no ventre da mulher e da sua posterior degeneração, da introdução de espíritos malignos no ventre feminino ou da fecundação deste pelo demónio no decurso de «coitos danados».

-caminho entre a animalidade e a humanidade e que, constituindo-se também como metáforas do nascimento de crianças disformes, defeituosas ou portadoras de qualquer enfermidade, exercem certamente uma acção perturbadora sobre o estado emocional das futuras mães.

Não admira, portanto, que o processo de formação do ser humano, constituindo-se por excelência como o território que coloca o homem simultaneamente perante si próprio e perante o desconhecido, se apresente como fonte de angústias e de temores e se revele triplamente misterioso — desenrolando-se fora da observação e, como tal, fora dos limites da compreensão humana, deixando entrever a possibilidade de nascimento de seres monstruosos ou de crianças defeituosas, decorrendo entre dois planos da existência, o da morte, do Além, de onde provêm as almas que encarnam nas crianças, e o da vida e do nascimento. Assim se entende também que o processo de reprodução humana se revista da impureza e da perigosidade próprias da fase de liminaridade dos ritos de passagem e que se reflectem não só na condição anormal que caracteriza a mulher desde o início da gravidez até ao fim do resguardo como na condição ambígua, e, por isso, anormal, do próprio ser que cresce no ventre materno e que, existindo já, não existe ainda como ser humano, não estando morto — pois não o sente a mãe, pois não aumenta de volume o seu ventre, anunciando algo que cresce no seu interior? —, não pertence propriamente à comunidade dos vivos, a que apenas será efectivamente agregado após o baptismo. Vivo-morto, no cruzamento entre o Além e o mundo terreno, simultaneamente vulnerável e perigoso, sexualmente indiferenciado, enfim, de estatuto indefinível, sem lugar na ordem social, a criança transporta consigo no decorrer do seu processo gestacional as marcas de uma ambiguidade e de uma marginalidade ontológica que fazem dela fonte de perigo e de ameaça de introdução da desordem no universo social.

Misterioso, fora dos limites do conhecimento e do controle humanos e, como tal, constituindo-se como fonte de angústia, não surpreende, portanto, sobretudo numa época e num meio social caracterizados por elevadas taxas de mortalidade infantil⁸⁶, que a gravidez fosse tradicionalmente objecto de um complexo de crenças e de práticas que traduziam claramente a preocupação da futura mãe em controlar o desenvolvimento do nascituro no interior do seu útero. Duplo, este processo passava, por um lado, pelo recurso aos conhecimentos de mulheres «de virtude» em matéria de diagnóstico de eventuais complicações na gravidez bem como pelo recurso a determinados procedimentos divinatórios destinados a determinar o sexo da criança. Destas práticas, inúmeras e variadas, lográmos apenas descobrir duas, na freguesia de Alguber. Uma consiste na adivinhação do sexo da criança quando, sem suspeitar das intenções do observador, a futura mãe sobe uma escada: caso a mulher avance em primeiro lugar o pé direito, a criança será menino; caso avance o pé esquerdo, será menina. A outra consiste em pedir à mulher grávida, igualmente sem que esta suspeite das intenções do interlocutor, que mostre o que guarda nas mãos: caso as apresente de costas para cima, é sinal de que terá um rapaz; se as mostrar com as palmas para cima, terá uma rapariga. Parece ser sobre a rede universal de oposições mencionada na alínea anterior as dicotomias direito/esquerdo e alto/baixo⁸⁷ que assentam respectivamente

⁸⁶ A taxa de mortalidade infantil desce em Portugal de 144.6‰ em 1930 para 10.8‰ em 1991.

⁸⁷ Noutras práticas, prevalece a dicotomia forte/fraco [Cf., e.g., J. L. de Vasconcelos, 1986: 332 (§ 335.e)].

as duas práticas, associando masculinidade ao lado direito e ao cimo — e, leia-se, ao bom —, enquanto feminidade se traduz no esquerdo e no baixo — e, como tal, no nefasto. Por outro lado, devia a futura mãe observar um conjunto de prescrições rituais que pretendiam favorecer um parto isento de complicações bem como providenciar o nascimento de uma criança sã, isenta de quaisquer anomalias físicas. Assim se devem entender, respectivamente, a interdição de a mulher fiar, usar fios ou colares durante toda a gravidez ou ainda de saltar sobre a corda que prende um animal, sob pena de o cordão umbilical se enrolar em torno do pescoço da criança, dificultando o trabalho de parto e colocando em risco de vida não só a criança como a própria mãe, e o se desaconselhar a futura mãe de usar chaves e tesouras ou quaisquer objectos metálicos junto ao seu corpo, podendo a criança vir a nascer com sinais ou manchas cutâneas com a forma desses objectos, bem como presenciar quaisquer seres, humanos ou animais, portadores de deficiências físicas, crendo-se poder a criança nascer enferma da anomalia observada. Do mesmo modo que, como vimos anteriormente, não deviam dois namorados ser padrinhos de baptismo da mesma criança, não devia a mulher grávida aceitar tornar-se madrinha de baptismo, sob pena de uma das duas crianças vir a morrer, advertindo contra os perigos de se pretender ser simultaneamente *mãe de duas crianças* e de se pretender igualmente antecipar a condição de mãe.

Encontramo-nos, portanto, perante um sistema de interditos cujo mecanismo ilustra claramente de que modo o não respeito pelas proibições de natureza mágico-religiosa fazem cair o transgressor no domínio da impureza, da desordem e da Natureza. Ora, se é sobre a mulher que recai usualmente a responsabilidade pela infecundidade de uma união matrimonial, acusado-se normalmente a mulher de «ter a madre seca» e declarando-a incapaz para o casamento, não admira também que, imputando-se à futura mãe a responsabilidade pelo controle do seu corpo e a vigilância sobre o processo de crescimento da criança no seu ventre, a não-observância destas «superstições» ganhe foros de verdadeira transgressão ritual. Desta violação do interdito, produto da incúria e da irresponsabilidade femininas, resulta assim o nascimento de uma criança com as marcas da animalidade ou de uma humanidade imperfeita, inacabada, marcas explícitas numa deficiência física ou mental, no facto de uma criança nascer com manchas sobre o corpo, com o beijo rachado, desprovida de ossos, etc.. Sendo, na concepção popular, o sexo fraco fortemente sujeito ao desejo genital⁸⁸, não admira também que se conceba popularmente que, durante a gravidez, a mulher seja súbita e frequentemente assaltada por desejos alimentares estranhos e incontroláveis, os quais, não sendo satisfeitos, podem fazer com que a criança nasça morta e — «de boca aberta», em sinal desse desejo insatisfeito — ou com maus-olhos — expressão de uma inveja e de uma cupidez desenfreadas —, crenças que, por seu turno, nos remetem para a irrupção da oralidade durante a fase da gravidez e para a herança de uma Eva sôfrega e voraz responsável pela Queda da Humanidade por ter cometido um pecado, isto é, por ter violado um interdito de origem divina, assente num desejo de natureza oral, simultaneamente sexual e alimentar. Não será, talvez, de rejeitar antecipadamente outra explicação, não etno-antropológica e assente nas

⁸⁸ Cf. *supra*: § 3.

referências mitológicas do grupo mas de carácter psicanalítico e centrada sobre a ontogénese libidinal, que nos chamaria a atenção para o facto de, durante a gravidez, os corpos de mãe e filho serem um e de, durante este período, os desejos maternos se constituírem como meros reflexos das necessidades experimentadas pela criança no decorrer do seu crescimento — daí que, vendo negados os seus desejos, a criança venha ao mundo morta e de boca aberta ou invejando o alheio, ou seja, com as marcas de uma gula, de uma insaciedade que novamente nos remete para os domínios simbólicos da impureza e da animalidade. Ora, se o corpo da criança, nutrido por intermédio do cordão umbilical, se assume, na protecção uterina, como grande boca e experimenta já os desejos da oralidade mesmo antes de vir ao mundo e conhecer o contacto com essa fonte de alimento indistinta nos primeiros meses de vida⁸⁹ que é a mama/mamã, a acusação dessa sofreguidão e dessa cupidez deveria recair, não sobre a mulher mas sobre a natureza volitiva da própria criança, não o sendo, contudo, provavelmente por se perceber a criança, não obstante a possibilidade de ela se constituir como fonte de impureza e de perigo para o grupo, como um ser frágil e vulnerável⁹⁰.

Todavia, e a despeito deste grande número de interditos, com excepção para os casos que merecessem maior atenção, os meses da gravidez não eram objecto de cuidados particulares por parte da mulher das classes populares, a qual efectuava todas as tarefas domésticas e participava nas actividades agrícolas até surgirem os primeiros sinais do trabalho de parto. E assim, do mesmo modo que durante a gravidez a futura mãe beneficiava apenas do conhecimento das outras mulheres que haviam já conhecido o drama da maternidade, também o parto permanecia um «assunto de mulheres», sem a intervenção do médico, ao qual se recorria apenas quando o parto chegava a mau termo e se necessitava do seu aval para certificar o óbito da criança, da mãe, ou mesmo de ambas. Na ausência de hospitais, o parto decorria até há poucas décadas em casa, sendo a parturiente assistida por uma «parteira», comumente uma mulher de virtude que juntava às suas funções a de obstetra, e por algumas mulheres da sua família, usualmente a mãe ou alguma tia materna. O parto decorria sem a assistência do marido ou de quaisquer homens, do mesmo modo que se instigavam as crianças, se já as houvesse, a se afastarem de casa durante o parto. Na vila do Cadaval, quando as mães entravam em trabalho de parto mandavam os filhos para o Alto do Bacalhau esperar a cegonha. À noite, quando os miúdos regressavam a casa, perguntavam-lhes se a tinham visto, e à resposta negativa das crianças retorquia-se-lhes que ela já viera e mostrava-se-lhes o bebé.

⁸⁹ A este período corresponde efectivamente, no quadro teórico psicanalítico do desenvolvimento da libido, a fase oral, sendo igualmente aí que, entre outros traços de carácter, a inveja é integrada pela Psicanálise.

⁹⁰ De qualquer modo, ambas as perspectivas, antropológica e psicanalítica, se encontram na verificação de que estas crenças se edificam sobre símbolos que Gilbert Durand designou por «catamorfos», os quais, por sua vez, giram em torno da angústia da perda do Éden utópico e de uma Queda, derivada de uma gulodice simultaneamente alimentar — ou digestiva — e venial, que encontra no intestino — ventre digestivo — e no ventre propriamente sexual as imagens preferenciais do abismo em que se despenhou a Humanidade.

Com o objectivo de facilitar o trabalho de parto, «apegava-se» a parturiente a santos advogados do parto — Nossa Senhora do Ó, Nossa Senhora das Dores, e.g. —, invocados para os constringer a fazer recair as suas graças e a sua protecção sobre a mãe e a criança. Para propiciar uma «boa hora» rezava-se igualmente a seguinte oração a Santo António, de que recolhemos em Pragança a seguinte versão:

*«Santo António despachat,
Santo António despachat;
Santo António pedi,
Por alma de sua tia madrinha,
Que esta senhora
Tenha uma boa hora.»*

Em certas povoações, recorria-se, porém, à utilização de determinados objectos sagrados tomados de empréstimo dos santuários locais. Assim, em Vale-Canada «tomava-se emprestado» da capela da aldeia o rosário da imagem da Nossa Senhora das Mercês [Foto 75], enquanto em Pragança se recorria ao cordão franciscano do hábito de Santo António, utilizado também em caso de enfermidade. O rosário e o cordão costumavam ser retirados das imagens a que pertenciam alguns dias antes de se esperar o nascimento, sendo posteriormente devolvidos acompanhados de diversas oferendas em acção de graças à divindade e que consistiam usualmente em garrafas de azeite, velas ou mesmo, sobretudo mais recentemente, ofertas pecuniárias. Ainda que não o explicitem os nossos informadores, consideramos provável a hipótese de esta prática assentar na convicção de que, manipulando o rosário ou o cordão durante o parto, providencia a mãe para que se desenrole o cordão umbilical do pescoço da criança, permitindo assim a sua fácil libertação do seu ventre, sem dores e perigo de vida para si própria e para a criança. Certamente em relação com estas crenças estão outras interdições, exclusivas da gravidez, que julgámos conveniente apenas referir agora e que seguidamente reproduzimos. Assim acreditava-se outrora que, «Dando-se pontos no fato de uma mulher grávida traz vestido, o parto será difícil se antes d'elle não forem desmanchados os mesmos pontos»⁹¹, como se, por um processo mágico de simpatia, a criança permanecesse cosida à mãe e se visse impossibilitada de nascer. Também, tal, como vimos há pouco, não deve fiar, usar fios, colares ou adornos similares, quando uma mulher grávida passa por cima de uma corda que prende um animal deve pisar essa corda para que o cordão umbilical não se enrole à volta do pescoço do nascituro. Do mesmo modo, não se deve saltar sobre uma criança, sob pena de se lhe «tolher», impedir o crescimento e padecer a criança de raquitismo, devendo, para se desfazer o mal, passar a mesma três vezes por sobre a criança.

Outra prática, que parece apresentar algumas semelhanças com os ritos de couvade⁹², podia ser também adoptada tradicionalmente para facilitar um parto

⁹¹ J. M. Adrião, 1900-1901: 100.

⁹² Em determinadas povoações, sobretudo no Minho, é ao marido a quem cabe a tarefa que no ritual aqui apresentado cabe à rapariga (Cf. J. L. de Vasconcelos, 1982a: 13).

trabalhoso, consistindo simplesmente em ir «uma creança chamada Maria tocar nove badaladas seguidas no sino de uma igreja da localidade»⁹³. Ainda que complexo e multifacetado, o significado do ritual parece-nos claro: se o sino, tal como o trovão e outras manifestações celestes e uranianas de que nos ocuparemos adiante⁹⁴, é popularmente concebido como a voz através da qual Deus faz conhecer os seus desígnios, é possível que ele fosse entendido, como parece deixar entrever este rito, como modo de comunicação com Deus, clamando, com a sua voz sonante, para a intervenção do poder divino num fenómeno fora do controle humano. O sino deve, contudo, ser tocado nove vezes, tantas quantos os meses da gravidez, esperando-se que ao fim do nono toque nasça a criança, tal como é natural que o faça findo o nono mês da sua presença no ventre materno. Como intermediário na comunicação com as potências divinas cujo favor se pretende fazer recair sobre a mãe e a criança em perigo, propiciando-as e apelando para que o parto chegue a bom termo, socorre-se este rito de passagem de uma personagem que deve preencher dois requisitos — ser «creança» (virgem, leia-se) e chamar-se «Maria» — que nos remetem, respectivamente, para a exigência de um agente sacerdotal moralmente puro, sexualmente incorrupto, ainda não tocado pelo pecado e pela impureza inerentes ao acto sexual de que o parto se assume como signo em extremo, e para a invocação do poder dessa outra Maria, grande-deusa-mãe, parideira suprema que trouxe o filho de um deus ao mundo.

De acordo com a teorização popular, sendo rapaz, a criança nasce «de braços», enquanto a rapariga nasce «de barriga para cima», numa antecipação da posição que a caracteriza, quer no momento em que concebe, quer no momento em que dá à luz. Esta polarização sexual, cuja marca se faz incidir sobre o indivíduo logo desde o seu nascimento, revela-se igualmente na prática, hoje perdida, de dar diferentes destinos à água do primeiro banho da criança segundo o sexo a que pertence. Assim, sendo menina, essa água deve ser lançada no quintal, a parte da casa mais resguardada dos olhares do exterior, enquanto a água do primeiro banho do menino deve ser lançada para a rua, pela porta principal da casa. A própria explicação popular do costume torna explícito que a felicidade do homem está fora de casa, no campo e nos trabalhos agrícolas, enquanto a felicidade da mulher reside precisamente na casa e nas tarefas domésticas⁹⁵ — no trato das roupas («o homem que lavar a roupa não lhe cresce o bigode», diz-se ainda hoje), na confecção dos alimentos, nos cuidados a dispensar às crianças e aos animais de criação. Não admira, portanto, que, como vimos relativamente à habitação, apenas o homem pode cair as paredes exteriores, enquanto é da responsabilidade da mulher cair as paredes interiores, se essa oposição, ainda que possivelmente mais vincada no domínio simbólico e das ordens concebidas do que no domínio sociológico e das ordens vividas, e essa vocação do masculino para o espaço público da aldeia e a exterioridade («do homem, a praça») e a vocação do feminino para o espaço privado da casa e a interioridade («da mulher, a casa») marcam o indivíduo desde o seu próprio nascimento.

⁹³ J. M. Adrião, 1900-1901: 100.

⁹⁴ *Infra*: Parte II, I.

⁹⁵ Informações recolhidas em Pragança e no Vilar.

Se a prática que acabamos de referir, cujo objectivo é claramente a diferenciação sexual do recém-nascido, se assume como um instrumento de moldagem do indivíduo ao padrão cultural do grupo, há que notar, porém, que, pelas condições em que se processa o seu nascimento, certos indivíduos permanecem inevitável e irremediavelmente, ainda que mais ou menos tolerados, numa situação de liminaridade relativamente à estrutura social. Integra-se neste conjunto o nascimento do sétimo filho de um casal que, sendo rapariga e última de sete irmãs, é bruxa, ou, sendo rapaz e último de sete irmãos varões, se torna lobisomem. Estes mitos exploram, por um lado, o facto de a mesma mulher dar à luz, contra a tendência natural das coisas, apenas crianças de um só sexo, e, por outro, o número sete, privilegiado na aritmologia do sistema de crenças popular tradicional e em torno do qual se tece uma ambivalência que faz dele simultaneamente número fasto e nefasto, emblema não apenas da divindade como também do Mal e do Apocalipse. Não admira, portanto, que estas crianças sejam popularmente investidas de atributos mágicos, fundando-se o seu poder não só no carácter anormal do seu nascimento, o sétimo de sete irmãos do mesmo sexo, como igualmente no poder mágico inerente ao número que marca esse nascimento. Outro nascimento usualmente temido é o nascimento com apresentação pélvica, um tipo de apresentação anómalo⁹⁶ que faz com que a entrada da criança no mundo seja concebida como tendo sido efectuada «às avessas», num sentido contranatura, dado ser nessa posição, com os pés para a frente, que o defunto deve deixar o quarto onde morre e a igreja onde o seu corpo é velado para repousar no berço ctónico da terra, essa terramãe a que o pó ciclicamente regressa.

É, contudo, acerca do nascimento de gémeos, universalmente temido ou, pelo menos, investido de características ambíguas, de que dispomos de mais informações para o concelho, sendo vulgar em todas as aldeias a crença nas virtudes terapêuticas da mulher que dá à luz irmãos gémeos do sexo masculino, sobretudo na cura de entorses e distensões musculares que a terminologia popular designa por «maus jeitos», pés e pulsos «abertos», etc., acreditando-se bastar-lhe colocar o seu pé sobre a parte do corpo que padece da enfermidade. Ora, por um lado, o parto humano duplo evocamos a lembrança da «ervilha das virtudes», acima referida⁹⁷, que propiciava com o excesso de fecundidade e de abundância biológica expresso nos seus nove grãos a riqueza material da casa que a guardava, separava, enfim, sacralizava. Tal como a ervilha das virtudes, a mulher que dá à luz gémeos é, por excelência, signo de fecundidade e de superabundância, qualidades que lhe permitem exercer um poder curativo sobre os doentes. Por outro lado, porém, como parece sugerir um relato recolhido por Leite de Vasconcelos fora do concelho, é provável que o fundamento da crença de a mulher curar as partes do corpo afectadas pela simples imposição do seu pé assente no facto de, durante o parto, momento de transição simultaneamente biológica, ontológica e social, a mãe de gémeos estar «aberta» durante mais tempo a mãe que dá à luz apenas um filho⁹⁸, o que por sua vez nos remete para os conceitos

⁹⁶ Trata-se, com efeito, de um fenómeno insólito não apenas no domínio simbólico como também no domínio clínico, correspondendo-lhe uma taxa de 2% a 3% contra os cerca de 96% de nascimentos com apresentação cefálica.

⁹⁷ II, § 2.

⁹⁸ J. L. de Vasconcelos, 1988: 161.

populares de corpo *aberto*, pessoa possuída por um espírito e que comunica com o mundo dos mortos, de horas *abertas*, momentos do dia (a aurora e o pôr-do-Sol, o meio-dia e a meia-noite) que permitem a comunicação com o Além, assim como o permitem as encruzilhadas, espaços que poderíamos igualmente adjectivar de *abertos*. Ora, se as encruzilhadas e as horas abertas se constituem simultaneamente como terras-de-ninguém e como tempos-de-ninguém, também o momento do parto, tempo iniciático que, ainda que exprima a imposição momentânea da Natureza sobre a Cultura, da animalidade sobre a humanidade, se assume, enquanto tempo de transição, de ruptura, de corte ontológico com uma condição anterior, como um rito de passagem e, como tal, como um tempo-de-ninguém durante o qual a inicianda se encontra numa situação de liminaridade, fora da ordem social. Nesta condição, a mulher apresenta-se, todavia, tal como o violador de interditos, como fonte de perigo e de desordem, nos quais encontra, por seu turno, o fundamento mágico para o poder curativo que exerce.

Esse perigo da irupção da impureza da carne e da sobreposição da Natureza sobre a Cultura, que faz do nascimento gemelar um acontecimento insólito e inquietante, revela-se igualmente no facto de aproximar a mãe e os seus filhos do processo de reprodução característico da maior parte dos animais, entre os quais, com excepção para algumas espécies, das quais se destacam especialmente alguns *primata*, predominam a estratégia de reprodução «R», os nascimentos múltiplos e um baixo grau de epimelese⁹⁹. Não surpreenderá, portanto, que se conceba o nascimento único como mais próximo da Cultura, ao mesmo tempo que se aproxima a gemiparidade do domínio da Natureza, sendo visível o modo como todas as sociedades exploram o carácter anómalo da sua manifestação no processo de reprodução humana. É de notar igualmente como o nascimento de gémeos se aproxima da Natureza e da animalidade não só em virtude da forma de reprodução superabundante de que são testemunho como também pelas marcas da relação incestuosa e/ou homossexual¹⁰⁰ pré-natal que sugere a imagem da sua presença simultânea no ventre materno durante os nove meses da gravidez. Também nesta perspectiva a gemeidade, transgressão, ainda que involuntária, das regras sociais, se revela impura e perigosa, sendo nesta poluição ritual que mãe e filhos encontram a fonte para a eficácia do poder mágico de que são investidos.

Fora do universo de regras da sociedade, o nascimento gemelar afasta-se da Cultura não só, porém, por se aproximar de uma dimensão que lhe é inferior, a Natureza, como por se aproximar de outra, o próprio Sagrado, que a transcende, apresentando-se frequentemente, enquanto evento subversivo da ordem social, como marca divina. Nada melhor, de facto, do que a gemiparidade para se

⁹⁹ A Etologia chama-nos a atenção para o facto de, entre as espécies desta ordem, ser norma a fêmea dar à luz apenas uma cria, ao mesmo tempo que a medicina confessa a maior parte das gestações humanas múltiplas dever-se por vezes, nas últimas décadas, aos tratamentos da esterilidade à base de gonadotrofinas.

¹⁰⁰ Homossexualidade (que nos remete para uma androginia original, de cujas marcas são frequentemente investidos os gémeos) e incesto revelam-se, como notou Pierre Clastres para o pensamento Guayaki (1985: 219-220), estruturalmente equivalentes no sentido em que excluem a troca entre os homens. Além do mais, a gemeidade figura a par das sexualidades desviantes entre o conjunto de impurezas «congénitas» que podem conferir poder mágico a um indivíduo (Cf. J. Cazeneuve, s.d.: 156-157).

confundir com a fecundidade e a produtividade, de que são emblema, em contextos socioculturais muito diversos, as personagens que, revelando-se, ora idênticas, inseparáveis e actuando em conjunto, ora antagónicas, rivalizando entre si como se se tratassem efectivamente de facetas complementares da mesma entidade, mantêm entre si relações de gêmeidade¹⁰¹. Dotados em inúmeras sociedades de poderes mágicos em domínios tão vastos como a guerra, o comércio, a adivinhação e a profecia, a medicina e o controle dos elementos atmosféricos, no nosso país é generalizada a crença de que, além da mãe, ambos os gémeos, mas sobretudo o mais novo, têm o poder de curar enfermidades musculares, bem como a de que um de dois irmãos gémeos é adivinho¹⁰². Ora, esta característica de apenas um dos dois irmãos estar investido de virtudes terapêuticas e divinatórias — ou de um dos irmãos ser mais poderoso do que o outro — parece-nos relacionar-se com a crença de que apenas um dos dois gémeos sobrevive — a par do facto de, em certas sociedades, se praticar sobre um dos dois irmãos um infanticídio ritual — bem como com a de que, como vimos, a mulher grávida que aceita ser madrinha de baptismo coloca em risco a vida de uma das duas crianças uma vez que, por intermédio desse sacramento as liga por uma relação de gêmeidade mais forte do que o simples laço biológico. Contudo, crenças como a de que apenas um dos gémeos sobrevive ou de que de duas crianças entre as quais se estabelece um parentesco de gêmeidade espiritual apenas uma sobrevive, e práticas como a de sujeitar um dos gémeos a uma morte ritual, poderão talvez ser igualmente entendidas como tentativas, operadas sempre através da morte, real ou simbólica, de uma das crianças, de reposição de uma ordem ameaçada ou subvertida.

Se, no enquadramento teórico dos ritos de passagem, o parto não se constitui, como desde logo notou A. Van Gennep, como o término da fase de liminaridade, a crer nos relatos de que, com excepção dos casos que aparentavam perigo de vida, quer para a mãe, quer para a criança, a mulher permanecia activa até muito próximo do parto, desempenhando normalmente todas as tarefas domésticas e participando nos trabalhos agrícolas, é possível que entre as classes populares da sociedade portuguesa tradicional apenas o momento do parto marcasse o início de uma fase de verdadeira liminaridade para a mulher. Esta fase, popularmente designada de «resguardo» ou «regimento», caracterizava-se pela permanência da mulher no lar durante a maior parte do tempo e prolongava-se por trinta dias, sendo do sexo feminino a criança, ou quarenta dias, sendo ela do sexo masculino.

¹⁰¹ É o caso, no mito e na epopeia hindus, dos gémeos Ashvin ou Nasatya e de seus filhos, igualmente gémeos, Nakula e Sahadeva (Cf. G. Dumézil, 1968 e 1971). Como nota Mircea Eliade, muitas vezes o nascimento de gémeos pressupõe a união de um mortal e de um deus, e sobretudo uma divindade do Céu (1977: 131), podendo igualmente, como sucede entre os Moundang do Tchad, os gémeos ser investidos dos atributos mágico-sacerdotais da realeza (Cf. A. Adler, 1982: 230-258).

¹⁰² Também a criança que chora no ventre materno ou que tenha uma cruz, marca da vontade divina, no céu da boca tem o dom de curar, assim como está investida de poderes divinatórios relativamente a acontecimentos futuros (informações recolhidas em Pragança).

Correspondendo aproximadamente este período no plano na biologia feminina às seis semanas que medeiam entre o parto e o reaparecimento da menstruação à mulher, acompanhado, em certos casos, do fim do período de aleitamento, ao nível das estruturas do imaginário humano, o psicodrama do parto despoleta um processo simbólico que faz com que a condição de impureza ritual ordinária da mulher se veja acrescida com a efusão do sangue que caracteriza o parto e com que a mãe seja especialmente percebida como fonte de perigo para o grupo, razão pela qual deve ser mantida em reclusão, numa espécie de quarentena ritual durante a qual é sujeita a um determinado número de interdições rituais. Ora, se, após o parto, a mãe, e, com ela, a criança, atravessa uma fase de liminaridade, tal deve-se ao facto de o parto se apresentar como uma irupção da feminidade e, como tal, de perigosidade, não só no plano biológico e individual como igualmente no plano social e grupal. Não admira, portanto, acaretando o parto uma inflação da impureza de que são investidos durante todo o decorrer da gravidez, que mãe e filho sejam submetidos a um processo de separação e de afastamento temporário cujo objectivo se assume simplesmente como a tentativa de evitar contaminar o grupo e que terminará, para ambos, com um ritual de purificação: para a primeira, com o regresso das regras e o regresso a um estado fisiológico (feminino) normal; para o segundo, com o reconhecimento cultural do facto biológico do seu nascimento e a atribuição de uma posição no seio da estrutura social.

Ainda que, de acordo com as opiniões de algumas informadoras, não se verificassem «cuidados especiais com a mulher» após o parto e durante todo o período de resguardo, ficava usualmente sujeita a mulher a um determinado número de interdições do foro sexual, alimentar e laboral, sendo-lhe interditas as relações sexuais até ao ressurgimento da menstruação, o consumo de determinados alimentos — pelo menos a carne de porco — bem como o desempenho de determinadas tarefas — lavar a roupa e todas aquelas que implicassem baixar-se ou pegar em pesos¹⁰³ —, sob pena de a mulher ficar «escangalhada» ou de lhe «subir o parto à cabeça». Durante este período contava a mulher com o auxílio das mulheres da sua família nas lides domésticas e com uma alimentação melhorada, sobretudo com galinha, alimento reservado para dias «alumiados», acreditando-se dever igualmente «temperar a comida com muito azeite para ter muito leite». Contudo, certas precauções, que visavam proteger a mulher nesta fase biológica e ritualmente perigosa, eram também tomadas, sendo delas exemplo o costume de untar a sua barriga com óleo de amêndoas-doces, enfaixando-a de seguida, para que esta não ficasse descaída com o parto, e, para não lhe sobrevirem as «dores-tortas», violentas cólicas uterinas pós-natais, a colocação de uma tesoura aberta «em cruz» debaixo do colchão da sua cama, certamente por se crer que, estando ainda abertas as carnes da mulher, mais facilmente o seu corpo se tornava vulnerável à penetração de entidades malignas. Do mesmo modo, devia a criança, especialmente vulnerável aos ataques das bruxas desde o nascimento até ao baptismo em virtude do seu estado de impureza, ser protegida mediante certas

¹⁰³ Não devia igualmente mexer em água fria, como se, na sua condição pós-parto, a mulher, tal como um forno que acaba de cozer o pão, devesse arrefecer lenta e gradualmente, sem comprometer a sua capacidade reprodutora.

medidas profiláticas de carácter simbólico de que se destacam a conservação durante este período de uma luz permanentemente acesa no seu quarto e de uma tesoura aberta em cruz escondida debaixo do seu travesseiro. Verifica-se, portanto, que, tal como a mãe, a criança entra logo após o parto numa espécie de «resguardo», numa fase de liminaridade, durante o qual o seu corpo, tal como o da mãe, com as carnes abertas, se aproxima marcadamente da concepção de «corpo aberto», que se estende até ao dia do baptismo, não surpreendendo igualmente que se desejasse que este se efectuasse o mais rapidamente possível.

Com efeito, era costume baptizarem-se as crianças ainda muito novas, com apenas algumas semanas ou, no máximo, meses de vida, com receio de morrerem sem haverem recebido os sacramentos do baptismo, sendo ainda hoje causa de espanto e comentários condenatórios a decisão de certos casais em não baptizar os seus filhos ou de o fazer apenas muito tardiamente. Como vimos anteriormente, o parto decorria entre mulheres, sendo normalmente, segundo conseguimos apurar em inúmeras povoações, a parteira que, quando o recém-nascido aparentava risco de vida, se encarregava, segundo as instruções da própria liturgia cristã, de ministrar o sacramento do baptismo para não comprometer a sua salvação espiritual e para que, na terminologia popular, a criança não morresse «moura», «pagã» ou «bicho», isto é, ainda do lado da Natureza e da animalidade, e pudesse ser enterrada «em [solo] sagrado», no cemitério e não em alguma fazenda¹⁰⁴ fora da aldeia. Ao invés destas crianças; falecidas ainda na condição de marginalidade em que permaneciam desde a sua concepção, ou, pelo menos, desde o seu nascimento, que permaneceriam eternamente no limbo e na escuridão espiritual, aquelas que sucumbissem apenas após terem sido baptizadas e lhes ter sido insuflada a alma morreriam na condição de «anjinhos», transformando-se em pirilampos ou estrelas cadentes.

Jamais devendo furtar-se ao pedido de baptizarem uma criança, os padrinhos de baptismo viam recair igualmente sobre si a responsabilidade de tomar a seu cargo o sustento do afilhado em caso de morte dos pais deste. Contudo, como observavam os nossos informadores, esta prescrição raramente era observada, recaindo efectivamente essa obrigação sobre os parentes «de sangue» da criança, normalmente os avós ou alguns tios. Aos padrinhos cabia igualmente a escolha do nome do afilhado, feita o mais das vezes com a consulta dos pais deste mas que obedecia com frequência ao respeito pelo «direito» da criança de ser baptizada com o nome do santo do dia do seu nascimento, uma escolha que assentava não só na recomendação da própria Igreja em dar preferência à atribuição às crianças de nomes de santos sobre os nomes «pagãos» como também, muito provavelmente, na esperança de que, no estabelecimento dessa relação de parentesco espiritual entre a criança e o patrono do dia do seu nascimento, se propiciassem as graças da entidade sagrada, intermediária entre Deus e os homens, e se compelissem esta a reconhecer as suas obrigações para com o seu «afilhado», fazendo assim recair sobre ele a sua protecção.

Ao baptismo assistiam apenas os padrinhos, pais sociais da criança que, como vimos, estabeleciam entre si um parentesco espiritual e se tomavam «compadres»

¹⁰⁴ Denominação comum no concelho para os terrenos de cultivo, sobretudo dos vegetais e tubérculos de consumo doméstico.

e, eventualmente, a mulher, também designada por «comadre», que havia ajudado a dar à luz a criança. Nesta ausência dos pais biológicos na cerimónia de baptismo da criança entrevê-se já a tentativa, presente em todo o ritual, de culturizar um fenómeno eminentemente de ordem natural, de transformar o nascimento biológico, de facto, num nascimento social, de direito. Com efeito, esta ritualização — simultaneamente processo iniciático e purificador — do nascimento biológico assume-se, antes de mais, como esforço classificatório de integração no esquema conceptual do grupo de um elemento desconhecido e, como tal, fonte de perigo.

5. QUEBRANTO E MALES DE INFÂNCIA

É, contudo, sobre a própria criança que recai o maior perigo durante o período de liminaridade que medeia entre o seu nascimento fisiológico e o seu nascimento social, precisamente o período em que a criança, em virtude de não haver ainda recebido o sacramento do baptismo, se encontra mais vulnerável aos ataques do Demónio e seus auxiliares [Foto 76]. Por ocasião do baptismo, e sendo o bebé muito «bravo», deve-se também rebolá-lo no altar da igreja e deixá-lo depois dormir vestido com a roupa que vestia na cerimónia, ritualizando, pelo seu envolvimento nessa nova placenta, imbuída do poder sacro de um local de acesso restrito ao ministro da Igreja, intermediário entre Deus e os homens, uma nova gestação e a sua protecção pelo domínio securizante da Cultura.

Não admira, portanto, que, até ao baptismo, ocasião pela qual o pároco exorciza o Demónio do corpo do novo membro da comunidade dos crentes e lhe insufla o Espírito Santo, conceba o imaginário colectivo popular que a criança permanece especialmente vulnerável aos ataques das bruxas, entidades maléficas com pacto estabelecido com o próprio Demónio. Enquanto não é baptizada, não deve a criança sair de casa, ou, saindo, deve dizer-se que «vai a casa da madrinha» e deve a mãe levar sobre o peito um pedacinho de pão, substância benta. Para manter afastadas as bruxas deve igualmente conservar-se no quarto onde dorme a criança, usualmente o dos pais, onde permanecia geralmente até aos dois anos de idade, uma luz permanentemente acesa até ao dia do seu baptismo¹⁰⁵, ocasião pela qual a criança passa a contar com a luz e a protecção divinas. De facto, a mitologia popular portuguesa faz recair sobre a personagem da bruxa a responsabilidade por actos de infanticídio, acusando-as de entrarem pelas fechaduras das portas nas casas onde há crianças por baptizar, atirando-as abaixo dos berços e chupando-lhes o sangue com o qual confeccionam determinados untos ou unguentos¹⁰⁶, acreditando-se igualmente que o facto de uma criança não medrar, aparentando estar «chupada das bruxas», deriva do facto de ela ser alvo do assédio dessas entidades maléficas.

¹⁰⁵ «Deve ter-se sempre a luz acesa, desde que uma criança nasce até que seja baptizada, para que as bruxas se não metam com ela (Pragança)» (J. L. de Vasconcelos, 1982a: 34).

¹⁰⁶ «As bruxas atiram as crianças das camas e dos berços abaixo e ás vezes chupam-lhes o sangue chegando a matá-las: mas é só ás que estão por baptizar; não «entram co'as cristãs»» (M. C. Martha, 1934: 86).

Para além da luz ininterruptamente acesa, símbolo do combate permanentemente travado entre o Bem e o Mal, a Luz e as Trevas, para proteger a criança dos ataques das bruxas diz-se ter sido igualmente outrora comum recorrer-se à prática de esconder uma tesoura aberta em cruz debaixo do travesseiro do berço, amuleto que participa de (pelo menos) um quádruplo simbolismo e cuja virtude não reside apenas no metal de que é feito¹⁰⁷, como insistentemente sublinharam numerosos etnógrafos, nem na evocação do poder que se reconhece à cruz de Cristo para esconjurar entidades demoníacas, nem mesmo no facto de, enquanto lâmina cortante, ser utilizada para talhar ou cortar o mal, como a navalha ou a faca de que se socorrem inúmeros rituais para talhar maus ares. De facto, quando fechada, a tesoura parece-nos sugerir muito claramente a imagem dos órgãos genitais masculinos, escroto incluído, participando assim do simbolismo fálico de que estão investidos outros amuletos, pontiagudos (isto é, penetrantes), evocadores do ou que estejam em contacto com o membro viril, utilizados contra as bruxas: o corno, a figa e as calças do pai, que substituem em numerosas aldeias do nosso país a tesoura sob o berço da criança¹⁰⁸. Ora, é notar que a figa (de preferência preta, de azeviche) e o corno fazem também parte do conjunto de amuletos que, logo nos primeiros dias de vida da criança, se prendiam, geralmente por um alfinete, na camisinha interior, ou «de baixo», da criança, ocultando-os, portanto, do olhar de que pode provir o quebranto.

«Os melhores defensivos contra bruxas são a *figa de azeviche*, o *sino-saimão*, o *cornicho*, a *cruzinha*, etc. O conjunto destes amuletos postos ao pescoço das crianças, é o que se chama “cambulhada”»¹⁰⁹;

«Arreliques: nome que no Cadaval dão a um certo número de amuletos (verónica, meia-lua, uma moeda furada, figa, etc.) que as crianças trazem à cinta ou ao pescoço»¹¹⁰.

Ainda que actualmente permaneça o uso pela crianças de tenra idade deste conjunto de amuletos, ele transporta-se agora, já não escondido, mas, sendo de ouro, como hoje é frequente (permanecem por vezes o azeviche da figa e o marfim encastoados no metal nobre), numa pulseirinha ou num fio dependurado ao pescoço. É, portanto, o poder masculino, solar, benéfico, que actua contra o poder feminino, nocturno, maléfico da bruxa, razão pela qual se entende que para curar uma criança que padeça de mau-olhado se deva fazê-la passar «por

¹⁰⁷ Acredita-se que o ferro e o aço têm o poder de afastar as bruxas, razão pela qual, noutros locais do país, se substituiu outrora a tesoura aberta em cruz por uma espada colocada à cabeceira do berço da criança e, ainda hoje, se escondem ferraduras por detrás das portas das casas e dos currais.

¹⁰⁸ Do mesmo modo, quando se crê que uma vaca ou outro animal se recusa a andar por acção do mau-olhado, voluntário ou involuntário de uma mulher, deve um homem despir as suas calças e colocá-las sobre o dorso do animal, após o que este retomará a marcha (informação recolhida em Pragança em 1990).

¹⁰⁹ M. C. Martha, 1934: 92-93.

¹¹⁰ J. L. de Vasconcelos, 1985: 202.

baixo das pernas abertas e suadas — do pai ou de um parente próximo¹¹¹—, constituindo-se a exudação genital masculina como excelente substituto simbólico dos artefactos de carácter místico acima referidos.

Ainda relacionado com o quebranto proveniente da acção bruxeril, é ainda hoje costume em todo o concelho, como, aliás, em todo o país, fazer acompanhar o elogio da beleza de uma criança pela expressão «benza-a Deus!» ou «Benza-te Deus,/ Bons olhos te veção,/ E os maus cegos sejam»¹¹². Pretende-se deste modo afastar suspeitas de que esse elogio trai algum sentimento de inveja pela beleza da criança ou pela fortuna dos seus pais, sentimento esse que, sendo na concepção popular o motor do quebranto, poderia fazer recair sobre o autor do elogio acusações de ter lançado mau-olhado sobre a criança em caso de esta adoecer, sendo as enfermidades que afligem as crianças, tal como aquelas de que padecem os animais, usualmente classificadas como devendo-se a «mal-de-inveja». Igualmente para afastar o quebranto, queimam-se lascas do chavelho *esquerdo* de carneiro, «de preferência de lã preta»¹¹³ e, contra as bruxas, benzem-se as crianças e «Fazem-se cruces sobre elas, com esta oração:

*Deus adiente, paz e gula,
Deus esteja na tua companhia,
S. Joaquim à conquista,
S. João Evangelista,
S. Francisco no meio,
Jesus, credo!*

E reza-se o credo “em cruz” sobre elas a seguir (Peral)¹¹⁴. Em Pragança observou também Leite de Vasconcelos em 1893 que se curava o quebranto do seguinte modo: «pegava a benzedeira numas contas, tendo ao pé uma candeia apagada, por ser de dia, e fazia nove cruces no ar sobre uma malguinha com água e dizia nove vezes:

*F. [...] (menino ou mentna ou animal),
Deus te fez, Deus te criou,
Mal haja quem pra ti mal olhô.
Sant'Ana partu a Virgem
E a Virgem a Jesus Cristo,
Assim com'isto é verdade,
Haja misericórdia e piedade.*

Tira-se da candeia com um dedo um pinguinho de azeite, deita-se na malguinha, e, se o azeite se sumir, a criança tem quebranto, se andar ao de cima,

¹¹¹ G. S. Catarino, 1984: 69.

¹¹² J. M. Adrião, 1900-1901: 105.

¹¹³ J. L. de Vasconcelos, 1982a: 416.

¹¹⁴ *Op.cit.*: 35.

não tem. Faz-se isto nove dias a fio e nove vezes por dia»¹¹⁵. Para curar crianças enfermas de mau-olhado ou mal-de-inveja outra prática consiste em, a uma hora aberta, usualmente o meio-dia ou o crepúsculo, colocar a criança à porta de casa e, acompanhando o pronunciamento da fórmula «Se trazes ar ou arejo, para trás das costas o despejo», despejar para trás das costas a água de uma tijela, procedimento que deve repetir-se por nove vezes durante nove dias seguidos. A fase final do ritual compreende ainda a purificação da criança, que se processa fazendo-a passar, num movimento em cruz, nove vezes sobre o fumo de um defumadouro em cuja composição entram o sal, o alecrim, a aruda e palhas-alhas¹¹⁶ queimados sobre brasas, ao mesmo tempo que o procedimento é acompanhado pela récita de nove padre-nossos. A criança ficará finalmente liberta da enfermidade após a colocação da vasilha utilizada no defumadouro numa encruzilhada, um espaço aberto, transmitindo-se o mal à primeira pessoa que por aí passar¹¹⁷.

Todavia, para além das bruxas, outra entidade, a Lua, vulgarmente designada por «madrinha do Céu», se apresenta como responsável pelo quebranto que a etiologia popular apresenta como causa das enfermidades de que padecem as crianças de tenra idade. Não admira, contudo, que a Lua se constitua como fonte de quebranto se em numerosas sociedades o astro se constitui como o olho mau do Céu¹¹⁸ e se a própria etnografia portuguesa explicita que a Lua não deve *ver* o enxoval da criança ou a água do seu primeiro banho¹¹⁹. Assim, do mesmo modo que as crianças trazem, como vimos, a «cambulhada» ou os «arreliques» para proteger o seu corpo do quebranto das bruxas, Leite de Vasconcelos refere-se igualmente a um «Cinto de pano destinado a ser trazido pelos meninos e que contém, entre outros elementos, *sacolinha* ou *saquinha* com aroeiro [sic.], contra a *lua* (Cadaval, Pragança)»¹²⁰. Do mesmo modo, «No Peral, para as criancinhas se

¹¹⁵ J. L. de Vasconcelos, 1988: 145. Na mesma página refere ainda a seguinte variante da fórmula acima transcrita. acrescentando que «Há também quem reze o *Creio em Deus Padre* em cruz:

F. [...],
Quando tu nasceste,
Já Deus era nado.
Deus te fez, Deus te criou,
Mal haja quem pra ti olhou!
Santa Ana teve Maria,
Maria teve Jesus,
Santa Isabel, S. João Baptista,
Assim como isto é verdade,
Haja misericórdia e piedade,
Te livre daquele mau olhar excomungado,
Cabeça e pés e todas as conjuntas do corpo,
Se queixa, lançando ao mar por tudo igual.
Amém.»

¹¹⁶ Note-se como o alho é popularmente considerado um excelente protector contra as bruxas.

¹¹⁷ Informação recolhida na vila do Cadaval em 1990.

¹¹⁸ Cf. *infra*: II, I, 1.

¹¹⁹ Cf. J. M. Adrião, 1900-1901: 104.

¹²⁰ J. L. de Vasconcelos, 1985: 281.

não tomarem de lua trazem ao pescoço uma meia-lua feita de aroeira, mas só quando se passar, por acaso, ao pé dela e não indo de propósito para isso¹²¹ e, de acordo com informações de J. M. Adrião, «Para preservar as creanças de quebranto» deve «Conservar-lhes debaixo da cama um pedaço de chavelho, um ramo d'aroeira e um ramo de alecrim»¹²². A eficácia mágica, não só profiláctica como também terapêutica, da folha de aroeira deriva claramente de uma relação de similitude entre a sua forma e o quarto lunar, tendo-se já verificado como a meia-lua de metal entrava frequentemente na composição de amuletos com que se visava proteger a criança desde o seu nascimento.

Crê-se ainda hoje que, quando uma criança de berço deixa de mamar, se torna brava, revira os olhos, faz esgares e produz gargalhadas ou risos impróprios de crianças ainda desprovidas de razão, «guinchando como animaizinhos», quando apresentam uma tez amarelada ou as suas fezes se mostram esverdeadas, como as ervas cujo crescimento é regido pela Lua, supõe-se que a criança está «tomada de Lua», atribuindo-se esses efeitos ao facto de a mãe haver deixado a roupa da criança a secar depois de anoitecer ou de ter a criança olhado para o astro pela janela ou saído à rua em noite de luar, devendo igualmente evitar-se «que a lua veja a água em que foi lavada a creança recém-nascida», devendo apenas «a mãe d'esta [...] deitar fóra a mesma agua»¹²³. Do mesmo modo «Não deve bater-se a sua *fardinha* nas pedras do lavadoiro, porque aí bate o luar e comunica-se à roupa e ao menino [...]. Também por isso se não deve deixar entrar o luar em compartimento onde esteja uma criança no berço»¹²⁴.

Como seguidamente teremos oportunidade de verificar, o procedimento geralmente utilizado para curar as crianças afectadas do quebranto da Lua aproxima-se parcialmente do ritual, atrás descrito, para as curar do mau-olhado das bruxas: recorre-se, como assaz frequentemente o faz a medicina popular, às virtudes terapêuticas do fogo do defumadouro onde se incineram, além do alecrim, folhas de aroeira — também designadas por «meias-luas» —, dirigindo-se à Lua uma prece como a que seguidamente reproduzimos, três vezes repetida e seguida da *récita* de um Padre Nosso:

*«Lua que aqui passastes,
A cor do meu menino levastes,
Eu te peço e torno a pedir,
Quando aqui passares a tua cor levarás
E a do meu menino deixarás»*¹²⁵.

Segundo os registos de Leite de Vasconcelos, na composição do defumadouro podem incluir-se igualmente «lasquinhas de como de carneiro preto»¹²⁶, acrescentando

¹²¹ *Op. cit.*: 253.

¹²² J. M. Adrião, 1900-1901: 104.

¹²³ *Ibid.*.

¹²⁴ J. L. de Vasconcelos, 1988: 123-124.

¹²⁵ Ou: «Quando aqui passares/ a cor do meu menino deixarás/ E a tua levarás». Fórmulas recolhidas na Gouxaria em 1990.

¹²⁶ J. L. de Vasconcelos, 1988: 123.

que, «No Cadaval, uma criança tomada da lua defuma-se com *aroeira, alecrim, fulgado* e diz-se, sem que veja a Lua, antes, cinco vezes, fazendo cruces com a mão ou um crucifixo sobre ela:

*Menina (ou o nome da criança),
A Lua por ti passô
E a tua cor luô
E a sua dêxô;
Ela por aqui tornará a passar
E a tua tornará a dêxar
E a sua tornará a luvar,
Em lôvor de N.S. da Conceção,
Pois ela a tem na sua mão.*

E ao defumar, passando-a em cruz por cima do fogo, depois de ela estar benzida:

*Assim como a Virgem Maria
Defumô o sê amado filbo
Para bem chêrar,
Defumo-t'eu a ti para o mal se tirar.¹²⁷*

Como podemos observar, este exorcismo ritual da influência nefasta da Lua sobre a criança denuncia uma característica essencial da religião popular portuguesa, a saber, o sincretismo entre elementos da religião oficial e elementos de um substrato mitológico arcaico, aqui patente na prece simultânea a uma entidade pagã, a Lua, a quem se pede que deixe a criança medrar, e a uma entidade central do panteão cristão, a Virgem-Maria/Nossa Senhora da Conceição, tal como a Lua uma deusa-mãe, cujo nome se invoca por uma dupla razão: em primeiro lugar, pelo facto de, como sugere por vezes a sua iconografia, a Virgem dominar a Lua, sendo frequentemente representada com o astro aos seus pés; em segundo lugar, o rito de que se serve a mulher reactualiza, dele extraindo o seu poder mágico, o mito da «Virgem Maria [que] Defumou o seu amado filho».

Não obstante este investimento da Lua de atributos femininos e maternos, considera-se como nefasta a influência que o seu olhar, um mau-olhado, produz sobre seres tão vulneráveis como as crianças de berço, sendo o seu quebranto em tudo idêntico ao quebranto produzido pelas bruxas: trata-se em qualquer dos casos de um olhar excessivamente forte cuja terapia é basicamente a mesma. Neste sentido, a Lua é conotada, tal como a imagem da bruxa/velha, como uma má mãe¹²⁸. Não nos admiremos, porém, que se dirijam orações à Lua pedindo-lhe que não tolha o crescimento das crianças se, como veremos, se atribui à luminária a responsabilidade pelo crescimento de todos os seres vivos.

¹²⁷ J. L. de Vasconcelos, 1982a: 32. Outras fórmulas podem consultar-se em J. M. Adrião, 1900-1901: 106-107 e J. L. de Vasconcelos, 1988: 122-124.

¹²⁸ Assim o entende a perspectiva etnopsicanalítica em que se filiam G. Durand (1989: 74) e, entre nós, M. E. Santo (1990: 58-59).

Além dos procedimentos mágico-rituais relativos à protecção da criança do quebranto de origem bruxeril ou lunar, recaíam igualmente as preocupações das mães sobre a amamentação da criança, devendo observar-se cuidados especiais sob pena de perderem o seu leite e comprometerem, não tanto a sobrevivência da criança, a qual sempre poderia ser entregue a mulher que pudesse amamentar, a uma «ama de leite», quanto parte essencial da sua função materna, a função nutridora, como sugere a crença na possibilidade de que uma «criança que mame em outras mulheres pode ficar *ougada*: olhos espantados, cabelo em pé»¹²⁹. Como tratamento desta afecção,

«cortam-se cinco ou nove bocadinhos de toucinho, deita-se o menino de bruços no colo e esfrega-se com cada um dos bocados o menino da nuca ao sacro, dizendo-se de cada uma das vezes:

*Em louvor de S. Romão
Melborai, meu mentno,
E seco seja o cão.*

Vai-se, em seguida, à janela e ao ver-se passar um cão diz-se o mesmo, dando ao cão de cada vez também um bocadinho de toucinho; o cão fica seco e o menino sara. Crê-se ainda aqui [Peral] que criança que veja uma pessoa a comer ou outra a mamar, sem o poder fazer, fica *ougada*¹³⁰.

Deve também tomar cuidado a mulher para não deixar cair algum pingo do seu leite sobre o lume, o qual, por um processo de contiguidade mágica, o faria secar e, do mesmo modo, duas mulheres aleitantes não devem também beber pelo mesmo recipiente, sob pena de a primeira que o fizer tirar o leite à segunda. Outra crença, também registada por Leite de Vasconcelos, pretende que «Quando uma mulher dá de mamar ao filho de outra, acabado de nascer, não deve, depois, debruçar-se sobre a puérpera, ao colocar a criança na cama, e sim pô-la do seu lado: se se debruçar, faz perder o leite à outra»¹³¹.

Não nos admiremos, pois, que subjacente a estas crenças se encontre permanentemente, ainda que de modo mais ou menos explícito, a advertência da mãe em prestar atenção especial à alimentação do seu filho, uma vez que o leite

¹²⁹ J. L. de Vasconcelos, 1988: 156.

¹³⁰ J. L. de Vasconcelos, 1988: 156. Relativamente à fórmula verbal que acompanha este procedimento note-se ainda como S. Romão é a entidade que, juntamente com Santa Quitéria, mais frequentemente se invoca nos encontros com cães raivosos.

Segundo conseguimos apurar no Painho, quando uma criança apresentava sintomas de estar «augada», cozia-se uma posta de bacalhau e fazia-se a criança comê-la atrás de uma porta até ficar saciada, dando-se depois os restos a comer a um cão preto, personificação demoníaca ao qual se transmitia o mal. Do mesmo modo, «O defluxo asthmatico cura-se mastigando um pedaço de pão, e collocando-o depois na toca de um sardão; este come o pão e fica com o mal» (J. M. Adrião, 1900-1901: 100).

¹³¹ J. L. de Vasconcelos, 1982a: 56.

materno se constitui nesse alimento primordial e singular de que depende a sobrevivência da criança nos primeiros meses de vida, advertência que, por seu turno, nos remete para outro conjunto de crenças, mais rico e incomparavelmente mais complexo, também relacionado com o trabalho materno e os cuidados a ter com a amamentação da criança e sobre o qual nos passamos a debruçar.

Faz notar a crença popular, não só em Portugal como em demais contextos culturais, que as cobras nutrem um gosto especial por leite, introduzindo-se, para o obterem, nos estábulos e nos currais para mamarem, tal como o faz a doninha, um mamífero que nos parece participar do simbolismo ofidiano, nas vacas, nas cabras e nas ovelhas. Porém, longe de se considerarem estes casos como «lendas» ou «anedotas», têm-nas os informadores por verdadeiras, referindo-se com relativa acuidade a data («há cerca de três anos»; «vai para vinte anos»; «no tempo da mãe da minha mãe...») e o casal ou a aldeia onde se verificou o sucedido e nomeando-se o vizinho («o Zé Borrvalho», «o José», «o António do Gato...») ou o parente («a minha mãe», «o meu marido», «o meu primo...») com quem se verificou o caso, quando a descrição não se faz mesmo na primeira pessoa do singular. Desmente-se, por vezes, como tivemos por vezes oportunidade de verificar ao longo do nosso trabalho de campo, que estes fenómenos se verifiquem na povoação onde se vive, indicando que «noutros casais [ou aldeias] sim!», do mesmo modo que se nega eventualmente a existência de bruxas na aldeia, acusando, porém, o facto de aldeias próximas as terem.

De acordo com informações recolhidas em 1990 junto do Sr. António Morais, um antigo pastor de Pragança, as cobras têm um mamar macio (diz-se «tem um mamar como uma cobra») e, de noite, procuram as fêmeas dos animais para lhes roubarem o leite, tendo-nos revelado que soubera uma vez de uma vaca que parara de dar leite, encontrando-lhe o dono os tetos vazios logo pela manhã, quando a ordenhava. Certa vez, pôs-se o dono à espreita e viu uma cobra subir pela perna da vaca, que, inquieta, começara entretanto a mugir. Matou a cobra e, desde então, recomeçou a vaca a produzir leite normalmente, havendo-se assim concluído que era a cobra que o roubava. Relatou-nos Felicidade Domingues, que havia já escutado este relato à sua mãe, que, no Painho, na fazenda onde um pastor guardava o seu rebanho de cabras, aparecia com frequência uma cobra pequenina que ele deixava ir mamar nos animais, tendo, com o passar do tempo, ganho a cobra o hábito de aparecer logo que a chamava o homem com o seu assobio. Depois, a certa altura, vendeu o cabreiro o rebanho e partiu para o estrangeiro, tendo voltado passados muitos anos acompanhado de um amigo. Um dia, revisitando na companhia deste a fazenda onde costumava guardar as cabras, contou-lhe do seu passado, que tinha tido um rebanho em cujas cabras se havia acostumado a vir mamar uma cobra, e, pretendendo saber se a cobra estaria ainda viva, meteu os dedos à boca e assobiou. A cobra, entretanto crescida, muito grande, «diz que até tinha castanholas¹³², veio e conheceu o homem e abraçou-o tanto que o matou¹³³. Na Corujeira, tinha há aproximadamente seis anos Maria

¹³² Trata-se de uma possível alusão ao ruído produzido por espécies como as cascavéis.

¹³³ Na sua perspectiva psicanalítica, J. G. Pereira Bastos entende a ingratidão da cobra para com o homem nestes relatos como sendo feita despoletar pelo próprio homem, um homem maternal que «dá à cobra, voluntária e amorosamente, de dia (às claras) o leite que [...] as cobras só obtinham das mulheres, de noite, sem que elas dessem por isso ("roubado")», e que, após um processo de tentativa de submissão, domesticação e abandono, termina por se gabar «dessas aventuras a outros homens, [...] o que toma a cobra *viril*, agressiva e "matadora" de homens» (1988: 22).

Helena Marques no seu curral uma vaca que andava a dar menos leite de um teto, supondo o seu marido que andaria o animal a ser chupado por alguma cobra. Um dia, ouvindo grande alarido ao pé do curral, larga a nossa informadora os seus afazeres e encontra um primo seu a bater com um pau numa cobra que havia visto a entrar para o curral, tendo, a partir daí, a vaca recomeçado a dar leite daquele teto, e havendo-se concluído que era de facto a cobra que lho roubava.

Crê-se, contudo, que não só nas fêmeas dos animais mamam as cobras como também na própria mulher, como atestam vários relatos por nós recolhidos e dos quais reproduzimos apenas dois, ouvidos respectivamente a mãe e filha:

A: «Eu andava a criar a minha filha e [...] sentia um peso aqui no peito. E sentia mesmo aquilo [a cobra] a andar por mim acima. Mas não podia falar. Eu falava! Eu falar por dentro falava, mas como estava com a coca, que elas dão coca à gente, nem o meu marido nem eu podíamos falar. Eu dizia assim: “Ai, ai, tira-me este peso daqui”, eu dizia, mas ele não me ouvia. Então, diz que elas quando vão mamar na gente tiram a peçonha — que elas sem a peçonha não podem viver —, tiram a peçonha na rua, lá num sítio qualquer, e depois vão, metem o rabo delas na boca da criança, que é para elas não chorarem, e elas mamam o leite da gente. E eu, comia muito bem [...], eu dizia para o meu marido: “Ai, eu não me aguento assim, uma fraqueza tão grande que eu tenho”. E ele dizia assim: “Eu levava-te ao médico, mas tu comes tão bem...” [...].

Um dia houve uma festa num sítio que lhe chamam a Abexana, ao lado de Rio Maior, e fizeram lá uma festa a pé da ermida. E eu fui a casa da minha sogra mais o meu marido, e demorámos lá mais um bocado, à hora que elas costumavam ir mamar. Quando o meu marido abre a porta, ela já vinha lá de me procurar, não me achou, ia-se embora. Abriu a porta, e eu fui, e entrei, e fechei a porta e entalei-a e ela bufou. E digo assim: “Olha, agora matei o gatinho, ó Tomás”. Eu vou, abro a porta, para ver se era o gatinho, e ela vai, dá-me aqui duas verdascadas. E eu digo assim: “Ai, Jesus, Tomás, não é o gatinho, é uma cobra!”, [...] e ela foi e enrolou-se toda debaixo de uma arca que eu tinha atrás da porta [...]. Ele foi buscar a roçana, e foi, e partiu-lhe a espinha. Quando puxou, tinha sete palmos e meio. Gorda, era verde, verde, como as ervas. Era da grossura aqui do meu braço, grossa [...]. Esteve ali em cima de uma espinheira, à minha porta, uns dias. Foi muita gente lá ver, até da Corujeira. Diziam assim: “Olha filha, se isto é o cobrão, e se é casal, ainda te falta a cobra. E se é cobra, falta o cobrão”.

Um dia, estava eu à porta de manhã, estava a porta aberta, e depois vinha então a companheira dela para ir lá para minha casa. Vinha um rapaz, chamado José, que ia ceifar. Digo assim: “Ai, José, corre aqui, filho, corre aqui com a tua foice; vê se cortas esta cobra. Ah, que ela vinha para aqui para vir para minha casa”. [...] ele vai com a foice e quebrou-a pela espinha. Outros sete palmos e meio! [...] Que ó depois eu soube que eram elas [...]. Passou-se, era as cobras. Depois passei a comer menos, passei a ter menos fraqueza. A minha menina começou a medrar mais¹³⁴;

¹³⁴ Da entrevista realizada a Amélia Maria Marques, Gouxaria, Dezembro de 1989.

B: «Noutros tempos também ouvi [a] um homenzinho aqui do Adro, ao pé da igreja, um homezito que também tinha a mulher a ideia de que uma cobra a mamava, *ela é que tinha a ideia*. Dizia para o marido. “Olha, há-de certeza uma cobra de me ir mamar”, e dizia o homem: “Não, isso é impressão tua”; “Não..., hás-de ver... que um dia a gente ainda há-de tirar essa experiência”. E entretanto o marido fez uma espreita, pôs-se do lado de fora da casa, e esteve ali assim a ver se alguma coisa de anormal se passava. Viu a cobra chegar à porta, no pial da porta, largar ali qualquer coisa [...]. Entretanto entrou para dentro, esteve lá na mulher, e então, ele, que é que ele viu?, era assim uma espécie dum pó, que lhe chamam cá, que lhe usam dizer que é a coca, mas que deve ser qualquer veneno que elas têm, e ele foi com um papel e com uma coisa e apanhou aquilo [...]. Ela quando veio lá de dentro de mamar a mulher — ela ia lá dentro mamar na mulher, mas não lhe levava o veneno, não fazia mal nenhum, nem à criança nem à mãe — e quando veio para fora, chegou lá, viu que não tinha lá aquele pó, porque ela sem aquilo não podia viver, bateu, bateu, bateu na pedra, no pial da casa, acabou por se matar a ela mesma. Isto já foi há muitos anos, já foi antes da minha mãe, que eu sempre ouvi esta estória»¹³⁵.

Podendo variar em determinados aspectos, o esquema de base destes relatos revela-se, contudo, quanto ao essencial, invariavelmente o mesmo: em cena entram inicialmente duas personagens — uma mulher, aleitante, e o seu filho, ainda de mama. Verificando a existência de uma contiguidade temporal entre dois fenómenos, o facto de encontrar «despejado» o seu peito e de o seu filho não medrar e se apresentar «enfizado» e de tez amarelecida, a mulher, suposta ou explicitamente em diálogo com o marido, procura uma explicação para a correlação que supõe existir entre ambos os factos e encontra-a na possibilidade de que uma cobra roube o leite destinado à criança, possibilidade para a qual parecem apontar determinados factores: ouve-se de noite o barulho de algo que se desprende dos ferros da cama e desce para o soalho; a mulher sente um peso no peito e uma fraqueza permanentes, apesar de se alimentar convenientemente, acordando, inexplicavelmente, com a cara lambuzada por uma substância estranha e tem a sensação de estar acordada e de chamar pelo marido, o qual, porém, não a ouve. Perante a dúvida ou a incredulidade do marido (note-se como no texto B a informadora refere que a mulher «é que tinha a ideia» de que a responsabilidade do sucedido cabia certamente a uma cobra), a mulher insiste por vezes em que se «há-de tirar a experiência» e é normalmente o marido quem, depois, após uma noite de vigília (ou, como sucede em certos casos, quando regressa do *trabalho* no campo), descobre a cobra e a mata, usualmente com uma enxada, alfaia emblemática da actividade produtiva masculina¹³⁶.

Há, contudo, em todos estes relatos um facto que, longe de ser menosprezado, deve, pelo contrário, merecer a nossa melhor atenção. Trata-se efectivamente,

¹³⁵ Da entrevista realizada a Maria Helena Marques, Corujeira, Dezembro de 1989.

¹³⁶ Como vimos (§ 2.), a enxada simboliza o trabalho masculino no arco sob o qual devem os noivos passar ao saírem da igreja após a cerimónia nupcial.

como todos os relatos parecem deixar subentendido, do facto de a mulher não estar vigilante enquanto amamenta o seu filho, o que, por sua vez, nos remete para a possibilidade de que, se ela não consegue explicar em termos plausíveis ao marido a razão pela qual, não tendo ela leite, não o recebe e não cresce a criança, a mulher dá o leite a outrem, tentando enganar o marido e em detrimento voluntário do filho, ou que, por estar a dormir quando devia prestar atenção à amamentação da criança, não ter a certeza do destino dado ao leite. Em qualquer dos casos tudo se passa, porém, como se a mulher tentasse ludibriar o homem, quer no que respeita à sua infidelidade alimentar para com o filho, possível mascaramento de uma infidelidade sexual ao marido¹³⁷, quer no que concerne à negligência com que desempenha as tarefas que lhe competem, tentando fazer recair a responsabilidade do sucedido para a suposta existência da cobra mamona. Nesta dimensão dos relatos entrevê-se um reforço da crença na aliança proverbial, contra o homem, entre a serpente e a mulher, simétrica daquela que se supõe existir, contra a mulher, entre o homem e o sardão [Fotos 78 e 79]. Assim se entende que «sonhar com cobras é sinal de mulher grávida na família» e, ainda que «Cobra dentro de casa não deve matar-se, porque é sinal de felicidade, boa-sorte¹³⁸», «Uma cobra que se mate, ou que se encontre, estraga [...] a caçada¹³⁹», uma vez que a caça, tal como a guerra, se apresenta como actividade viril por excelência.

Penetrando sornateiramente em casa, a cobra ilude facilmente a mulher, que se deve conservar permanentemente vigilante na protecção do espaço doméstico, e, enfiando a sua cauda na boca do bebé para evitar que este chore, maima, docemente, na mulher, acrescentando certos informadores que a cobra lhe dá «coca» ou «quebranto» para ela a não sentir roubar o leite. Como resultado, define, pois, a criança, e por vezes também a mãe, que instiga o marido a crer em que cabe a responsabilidade do sucedido a alguma cobra. É ao marido, ou a outro homem, que cabe encerrar, de facto, o drama, descobrindo, casualmente ou ao fim de um período de vigilância, uma cobra a entrar ou a sair de casa, sem, contudo, jamais a observar no acto em que rouba o leite à mulher e permitindo sempre a obtenção de uma correlação entre os dois fenómenos apenas por dedução. É, portanto, o homem que, em pouco tempo, logo após a sugestão por parte da esposa, que «tem a ideia» de que uma cobra a anda mamando e que insiste em que se «há-de tirar a experiência», reestabelece o equilíbrio perdido pela falta da mulher, em virtude de esta haver descansado e dormido quando deveria cumprir o seu dever. E se esta leitura nos permite entrever estes relatos como fruto de uma ideologia do trabalho que insiste no facto de não se dever descansar quando o tempo é de trabalho, apenas ilusoriamente nos permite considerá-los como produto da ideologia popular da dominância masculina, uma

¹³⁷ Recorde-se novamente a identidade que o inconsciente humano estabelece entre o acto sexual e o consumo alimentar, que o vocabulário calão reúne num mesmo termo: «comer». Por outro lado, segundo J. G. Pereira Bastos, «Quando, em termos simbólicos e de mitologia geral, se pensa na mulher e na cobra, esta surge fantasiada em termos fálicos, como marido, amante ou violador da mulher, parcialmente atraída, parcialmente atemorizada» (1988: 22).

¹³⁸ M. C. Martha, 1934: 110. Sonhar com cobras é também sinal de que se vai receber dinheiro, crença que se acha certamente em relação com o facto de por todo o país as mouras encantadas, mulheres-serpentes, se constituírem como guardiãs de tesouros.

¹³⁹ J. L. de Vasconcelos, 1982a: 342.

vez que, se é o homem que descobre a cobra e a mata, é apenas porque a procura, obedecendo à explicação oferecida pela mulher¹⁴⁰, e porque, enfim, procura apenas o que a mulher deseja que ele procure, ocupando o espírito e não pensando assim noutras razões, possivelmente do foro sexual, para o facto de a esposa descurar na atenção que deve dedicar ao filho... Nesta perspectiva, o homem, supostamente herói do drama, vencedor da batalha com as potências do Mal e das Trevas, revela-se, afinal, facilmente ludibriado pela argúcia demoníaca feminina, ao mesmo tempo que a cobra, de potência maligna que parece manter com a mulher uma relação erótica oral, termina as suas incursões nocturnas em casa alheia, próprias dos amantes audaciosos que sucumbem a amores proibidos, como bode expiatório ou cordeiro conduzido ao engano sacrificial, obscurecendo e resgatando com a sua morte a traição feminina.

Atente-se, enfim, como, produzindo sempre os mesmos efeitos sobre a criança — amarelidão, debilidade física — o mau-olhado, quebranto, ou, no linguajar popular, «*cobranto*», influência nefasta, pode provir de três entidades feminóides mas dotadas igualmente de traços fálicos: as bruxas (usualmente velhas, isto é mulheres incapazes para a reprodução e, como tal, masculinas), a Lua (astro que se assume como o elemento feminino da hierogamia celeste que domina o sistema cosmológico popular tradicional e que rege a fisiologia feminina) e as cobras (réptil cuja polivalência simbólica lhe permite, não obstante se apresentar solidário das mulheres contra os homens, assumir igualmente características fálicas ou assexuadas).

Mas outras identidades, para além do carácter nefasto e dessa sexualidade ambígua, se verificam existir entre estas três personagens do imaginário popular português. Debrucemo-nos inicialmente sobre a relação entre as cobras e as bruxas e verifiquemos como um mesmo rito serve igualmente para afugentar as cobras de casa como para dela expulsar as bruxas: queimar chinelos velhos, «solas ou outros cabedais de calçado velho»¹⁴¹, medida terapêutica tida como eficiente pela nossa informadora da Gouxaria que, no texto A acima transcrito, relata a sua experiência pessoal com as cobras mamadeiras. Além disso, os sintomas de que padecem as crianças chupadas das bruxas e às quais as cobras roubam o leite são idênticas: debilidade, fraqueza, amarelidão. E se as bruxas chupam directamente as crianças, as cobras fazem-no indirectamente, chupando, à mãe, o leite que lhes é destinado, ao mesmo tempo que as iludem colocando-lhes o rabo na boca para não frustrar o seu instinto de sucção, impedindo-as assim de chorar, alarmando a mãe e colocando em risco a audaciosa empresa reptiliana. Do mesmo modo, se as bruxas chupam as crianças e as cobras roubam o seu alimento mamando, chupando as mães, também a Lua rouba, isto é, chupa a cor às crianças: «Lua que aqui passastes,/ A cor do meu menino levastes...». Note-se ainda como, à luz do que acima deixámos escrito, a própria mulher que amamenta se aproxima da tríade bruxa-lua-cobra, infanticida e produtora de quebranto, na medida em que parece por vezes ser com a colaboração da mulher, ou pelo menos aproveitando a sua negligência, que a cobra logra introduzir-se em casa e mamar-lhe o leite, apresentando-se assim a mulher, à semelhança da bruxa e da lua,

¹⁴⁰ É a mulher que justifica a cobra como razão para o seu peito sem leite e a criança enfezada; é ela que pretende querer falar com o marido e não consegue; é ela quem diz acordar com o peso sobre o peito e o rosto lambuzado.

¹⁴¹ M. C. Martha, 1934: 107.

como uma má-mãe¹⁴². Ademais, se as cobras roubam o leite às mulheres, podem, como vimos, as mulheres aleitantes fazê-lo umas às outras, facto que reforça novamente a sua imagem como aliado do Demónio e da serpente (animal sob cuja forma aquele se apresentou à mulher no Éden) e a inclui naquela tríade nefanda.

Mas não só para o quebranto como também para outras enfermidades se recorriam a procedimentos terapêuticos de tipo mágico-ritual, crendo-se, por exemplo, ser benéfica a acção do azeite no tratamento do «bucho virado» ou «pendido» das crianças, devendo untar-se com essa substância a parte afectada e ligando-se de seguida.

«Vira-se o bucho às crianças de darem voltas, brincando, e aos adultos de quedas que dêem. Diagnostica-se o mal deitando-se o doente na cama, de costas, e puxando-se-lhe as pernas: se um dos pés estiver mais atrás, está o bucho virado; ou deitando-se de bruços e puxando-se-lhe de igual modo as pernas: se as curvas não acertarem uma com a outra, aconteceu o mesmo. Sintomas do mal: soltura esbranquiçada, perda de apetite, olheiras, vómitos, nas crianças; canseira, pouco apetite, vómitos, nos adultos. Tratamento: a) Unta-se a barriga com azeite quente, põe-se um papel pardo por cima e ata-se com atadura bem apertada. Vêm, às vezes, melhoras de um dia para o outro. b) Unta-se o ventre com azeite em que se ferveu losna, puxa-se-o de modo a que não suba nem desça de mais e liga-se com uma ligadura; não deve o adulto subir nem descer escadas depressa; a criança tem-se deitada. A cura vem, em regra, ao fim de cinco dias. c) Emplastro de losna, cabeças de marcela (4 ou 5) e azeite. Unta-se com o sumo do emplastro a barriga, coloca-se o emplastro por cima e liga-se com toalha ou ligadura. A dieta é leite e caldo de farinha triga»¹⁴³.

Para outras afecções recorre-se, não a substâncias «profanas», mas a alfaías litúrgicas ou a parte dos seus acessórios como a chave do sacrário ou tabernáculo (empregue na protecção contra práticas de feitiçaria) à qual se reconhece comprovada virtude na cura dos «sapinhos das creanças» que se expulsam «levando estas á igreja e esfregando-lhes aquellas vesículas com a chave do sacrario. Obtem-se o mesmo resultado mettendo aquella chave na bocca da creança durante alguns minutos»¹⁴⁴. Invocam-se igualmente os santos, como S. Mamede, para favorecer a produção de leite pela mãe, ou S. Luiz, «Se a falla tarda a uma creança», devendo «qualquer pessoa — mas de preferencia a mãe — pegar-lhe ao collo e gritar-lhe ao ouvido:

*S. Lutz, S. Luiz
Dae falla ao meu menino
Para eu saber o que elle diz»*¹⁴⁵.

¹⁴² J. G. P. Bastos, 1988: 22.

¹⁴³ J. L. de Vasconcelos, 1988: 80 - Informação recolhida no Peral.

¹⁴⁴ J. M. Adrião, 1900-1901: 100.

¹⁴⁵ *Op. cit.*: 102.

Reconhece-se igualmente a eficácia terapêutica da noite de S. João, uma noite aberta para o outro mundo, na cura das hérnias escrotaís e umbilicais infantis a que se dá vulgarmente a designação de «quebraduras». Pouco complexo, o procedimento ritual consiste, como podemos observar, na tentativa de regeneração do seu corpo doente através de um processo duplo que passa, primeiramente, pela *encenação* de um novo processo de fecundação e de nascimento, e, em segundo lugar, pelo estabelecimento, por um processo mágico, de uma contiguidade biológica entre a criança, cujo crescimento se encontra comprometido pela doença, e uma entidade vegetal de cujo crescimento e vigor se espera fazer participar a criança. Ainda que noutros locais do país se possa fazer passar a criança pelo buraco, propositadamente escavado para o ritual, de um carvalho, usualmente um carvalho cerquinho, ou um olmo, relativamente ao concelho do Cadaval conseguimos recolher apenas duas informações, uma, directamente recolhida em Pragança em 1990, e outra, que abaixo reproduzimos, indirectamente, através de M. Cardoso Martha, mas que se referem ambas ao estabelecimento de uma relação homeopática entre a criança doente e um vimeiro:

«As crianças quebradas, ou sentidas, são levadas na madrugada do dia de S. João junto dum vimeiro em que previamente foi fendida uma haste, de lado a lado, no sentido longitudinal.

Dum lado da haste está um rapaz chamado João, do outro duas Marias. A uma destas, diz João passando-lhe a criança a travez do vimeiro:

- Toma lá, Maria!
- Que me dás, João?
- Dou-te um menino pôdre. E dá-mo cá são.

Em seguida a outra Maria, com uma tira de pano que rasgou da camizinha da criança, liga muito bem a haste fendida, que ninguém deve cortar. Se a haste reverdece, a criança vinga, e não se cura no caso contrário¹⁴⁶.

* * *

Do mesmo modo que a protecção, não apenas profiláctica como também terapêutica, da influência perigosa das entidades malignas sobrenaturais acima analisadas, também a educação da criança se apresentava como responsabilidade exclusiva da mulher, neste sentido se entendendo o adágio «O futuro dos filhos é obra das mães». Assim, concordam todos os informadores que, outrora, na ausência da televisão, as crianças passavam os serões, de Inverno, em torno da

¹⁴⁶ M. C. Martha, 1934: 97-98.

lareira, de Verão, assistindo ou participando já nas escamisadas do «escarpeladas» do milho ou no enchimento de colchões com os «capelos» do cereal, escutando dos mais velhos, sobretudo das mães e das avós, contos, adivinhas, anedotas, provérbios, muitos dos quais lhes visavam incutir a responsabilidade do trabalho [Anexo, Doc. 8], sendo igualmente logo desde tenra idade iniciadas na oratura de carácter religioso, de que são exemplo orações como a Salvé-Rainha e o Padre-Nosso pequeninos que reproduzimos em anexo [Doc. 9], e que se contavam aos filhos para «serem bonzinhos».

Esta função pedagógica e moralizadora de boa parte da literatura oral popular tradicional pode entrever-se igualmente nas advertências, mais ou menos explícitas, de inúmeros relatos contra os inúmeros perigos que espreitam o indivíduo que se afasta do Grupo e das coordenadas espaço-temporais em que se processam as actividades laborais: o dia e o espaço aldeão. Nesta perspectiva se permitem entender os contos àcerca de homens que, voltando do acerto de um negócio, ou os dos rapazes que, buscando namoro em aldeias vizinhas onde as raparigas são por vezes reputadamente feiticeiras, são assaltados no caminho de regresso a casa por lobos ou enormes cães negros, personificações demoníacas, por lobisomens que se metamorfoseiam em burro esponjando-se nas encruzilhadas, pela «menina branca» e outras almas penadas, por bruxas metamorfoseadas numa porca com pintos ou numa galinha com bacorinhos e que molestam homens e rapazes, arranhando-os e fazendo-os perder-se a alta noite nos matos. Por seu turno é nas fontes, como a da Quinta de S. Lourenço, no Peral, e nas grutas da Serra de Montejunto que, como os bichos, habitam as moiras encantadas, seres fantásticos que reúnem no seu corpo o terrífico do simbolismo feminino e do simbolismo ofídio e que seduzem os homens que as buscam de noite por via dos tesouros por elas guardados, pretendendo enriquecer por outro meio que o trabalho purificador. Como podemos verificar, contra o domínio entrópico da Natureza constituído pelo espaço Outro, exterior à aldeia, e que compreende não só o território das comunidades rivais como a terra-de-ninguém dos bosques e dos matos onde se acoitam os animais bravios e os seres tenebrosos, demónios, bruxas, lobisomens, moiras encantadas, assaltam aqueles que se atrevem a penetrar no domínio das Trevas, o território aldeão é apresentado como o domínio securizante, protector, da ordem, da Cultura, enfim, da Humanidade.

Logo desde cedo iniciada na ideologia da virtuosidade do trabalho, é-o igualmente a criança nas competências laborais específicas do seu sexo, não só através da constatação empírica dos cuidados que lhe dispensa a mãe no que respeita à alimentação e ao vestir, contra o alheamento generalizado do pai, como da observação quotidiana do facto de que, tal como no espaço euclidiano da igreja, na vida comunitária homens e mulheres ocupam diferentes lugares e desempenham diferentes papéis. A aprendizagem desta clivagem de base entre os sexos faz-se logo desde a mais tenra infância através de advertências como a de que «os rapazes não choram; quem chora são as meninas» ou a de que «as meninas não jogam à bola; isso é jogo de rapazes». É precisamente através do jogo e da aprendizagem do seu lugar no grupo de brincadeiras, que o indivíduo aprende assim o seu lugar, sexual inclusive, no grupo comunitário, operando as próprias crianças a distinção entre «jogos de rapazes» e «jogos de raparigas». Entre os primeiros incluem-se o *salto ao eixo*, a *carica*, o *berlinde*, o *pião*, o *futebol*, e o *jogo do*

pote, que estimula os rapazes para a convivência nos assuntos de homens e para a liderança e eficiente interação no contexto de relações comerciais:

•Entram neste jogo muitos rapazinhos, sem número certo. Uns fazem de pote e dois, respectivamente, de vendedor e comprador. Os rapazes que fazem de potes estão de cócoras a um lado, encostados a uma parede, e o dono chega ao pé. Chega o comprador [...] e, aproximando-se do vendedor, diz:

— Boas tardes!

— Boas tardes, senhor, responde o vendedor, Então que deseja?

— Desejava saber se tem potes.

— Tenho.

Nisto o comprador vai escolher um pote qualquer.

— Quanto custa este pote?

— Tanto.

O comprador pode achar caro e ambos discutem o preço até se ajustarem. Se não acha caro, compra logo, Em qualquer dos casos, levam ambas [sic.] pelos braços o pote, isto é, o rapaz para junto de outra parede que fica a uns cinco metros de distância.

Se o preço do primeiro pote não convém, o comprador ajusta outro, mas afinal, por concordância, sempre os vem a comprar a todos, passando, portanto, os rapazes para junto da segunda parede. Continua, depois, o jogo, mudando o que era vendedor para comprador¹⁴⁷.

Mais tarde, na adolescência, iniciava-se o rapaz na *malba*, *chinquilho*, ou *jogo dos paulitos*, e no *jogo do pau*, essencial, como vimos, quando algum rapaz se aventurava a cortejar uma rapariga de aldeia rival. Entre os jogos femininos contam-se as *mães-e-filhas*, o *jogo dos eixos* ou *dos cinco cantinhos*, a *neca*, a *macaca*, a *apanhada*, o *ô comadre dê-me salsa*, o *salto-à-corda* e o *jogo da triste viuvinha*, entre outros. E, mesmo que os rapazes possam ser admitidos em determinados jogos femininos (a apanhada, as escondidas e a macaca) e as raparigas em jogos masculinos (o berlinde e o pião), estabelecem-se por vezes diferenças entre o modo como são jogados por uns e por outros. É assim que, no pião, segundo se enrola a cordina por cima ou por baixo, assim se atira, respectivamente, «à menino» ou «à menina». Do mesmo modo, no *jogo das fitas*, rapazes e raparigas jogam com fitas de cores diferentes segundo o sexo a que pertencem.

Inerente ao processo de mitose social, iniciado com o namoro, o casamento e o nascimento, e terminado com a ascensão do indivíduo à maturidade e à constituição de um novo lar, e para além da preocupação em assegurar a descendência biológica, a sobrevivência do nome da família como marca reprodutora de sucesso, de que é também signo a transmissão dos bens patrimoniais herdados da geração anterior, sobretudo quando acrescentados de outros bens entretanto adquiridos, encontramos, portanto, a preocupação de fornecer à sociedade indivíduos, não só reprodutivos do padrão cultural do grupo, mas que logrem

¹⁴⁷ J. L. de Vasconcelos, 1982a: 104.

igualmente, pelo recurso à sua força de trabalho, assegurar a sua sobrevivência biológica e a daqueles que dela dependem. Neste sentido, a (re)produção biológica é, pois, orientada para a produção económica, e entre os objectivos do trabalho parental conta-se certamente a produção de indivíduos economicamente produtivos, condição essencial para a reprodução da célula familiar.

Não admira assim que, longe dos contemporâneos, urbanos conceitos condenatórios do trabalho infantil, logo após um período variável que medeia entre os oito e os dez anos, a criança passasse a ser outrora entendida, de simples boca a alimentar, a força de trabalho activa, participando desde logo nos trabalhos agrícolas e, se rapariga, nas tarefas domésticas que implicassem menor dispêndio de esforço. Não nos poderá surpreender igualmente o facto de que, não tendo uma família filhos, ou, tendo-os, mesmo em número elevado, os considerava insuficientes relativamente à força de trabalho necessária para a subsistência do agregado familiar, se recorresse igualmente à roda dos enjeitados¹⁴⁸. Acerca deste tema, que mereceria justamente uma mais aprofundada exploração na medida em que faz cruzar os domínios da economia agrária e das estratégias de reprodução das classes populares camponesas concelhias, dispomos, contudo, de escassos elementos. Todos eles apontam, porém, para o facto de que o recurso a crianças abandonadas pelas mães e entregues à roda e aos cuidados das Misericórdias se devia invariavelmente a questões económicas. Assim, segundo António Morais (*1892), um «exposto» ou «imposto»¹⁴⁹, os seus pais adoptivos recebiam da Misericórdia «alguma coisa», um subsídio, pela sua adoção, afirmando o mesmo que, logo que «pude abotoar as botas comecei a guardar gado na Serra [de Montejunto]». Segundo conseguimos apurar em Vale-Canada em 1987, há cerca de cinco décadas atrás existiam nesta povoação diversas crianças provenientes da roda, afirmações que parecem corroboradas pelo testemunho de Leite de Vasconcelos, segundo o qual «Na Estremadura é vulgar, por exemplo, no Cadaval e concelhos vizinhos, ir uma família que não tem filhos buscar à roda uma criança e tratá-la, depois, como filho. A estes enjeitados dão-se nomes esquisitos, seguidos frequentemente do apelido dos santos: Etlvino, Evandro, Castor. Também famílias que têm filhos vão buscar do mesmo modo meninos à roda para, depois, os terem como criados»¹⁵⁰.

Assim passamos, pois, quase imperceptivelmente, do domínio da família, do parentesco e das estratégias de reprodução para o domínio do trabalho e da produção económica, transportando-nos o presente capítulo, com a sua abordagem circularista do papel do indivíduo no processo de reprodução da célula social, à marca da ciclicidade da vida comunitária que se encontra na raiz da concepção da Parte II deste Segundo Livro, que se debruça sobre o arquétipo do trabalho, sobre o processo de produção económica.

¹⁴⁸ Medida oficializada, em vista do constante recurso de que eram objecto, por Pina Manique, intendente-geral do Reino, em circular de 24 de Maio de 1783.

¹⁴⁹ J. L. de Vasconcelos, 1982a: 481, n.1.

¹⁵⁰ J. L. de Vasconcelos, 1982a: 43.

ANEXO

Doc. 1

•Tud'é rosa, minha rosa,
inq'anto 'stá infolhada:
tm as fôlhas le caíndo
ó rosa nam vales nada!

A 'nba mãe pôs-me Rosa,
Dês me guarde bem górdada;
Dês me livre da desgrácia
de vir a ser desfolhada.¹⁵¹;

•Ele:

No alto de Santa Cat'rina
tenb'eu uma rosa aberta;
adês, ó Joqum Caxêro,
adês, ó Ana Roberta.

Ela:

Caí na marotêra,
que quer's, amor, que t'ê faça?
Tirastes-m'o milhor q'ê tinha,
já perdi a m'nba graça.¹⁵²

Adês, ó Ana Roberta,
uma flor que tam bêim chêra;
eras tam sêriazinha,
caístes na marotêra.

Doc. 2

— Ela: Eu venho d'além do rio
De regar um laranjal,
Ainda trago uma folha
No laço do avental.

— Ela: Não entras p'lo escuro,
Não sais p'la madrugada;
Eu sou rapariga nova
Não quero ficar desafamada.

— Ele: No laço do avental,
Na gola do teu vestido;
Querida amada, vou p'rá guerra
Deixa-me ir dormir contigo.

— Ele: Não quer ficar desafamada
Por um homem que te quer bem;
Se eu fosse dormir contigo
Não dizia nada a ninguém.

Deixa-me ir dormir contigo,
Uma noite não é nada;
Eu entro p'lo escuro
E saio pela madrugada.

— Ela: Ai, agora é que m'eu maneto,
É que m'eu maneto, é que m'eu maneto;
Nos braços do meu amor
Eu brinco sem arreceio.

Ai, agora é que m'eu maneto,
É que m'eu maneto, é agora, agora;
Nos braços do meu amor,
Adeus que me vou embora.¹⁵³

¹⁵¹ M. C. Martha, 1934: 21-22.

¹⁵² M. C. Martha, 1934: 33-34.

¹⁵³ Cantiga recolhida na Gouxaria em 1990.

·MENINA QUE VAI PASSANDO

- *Menina que vai passando — com a sua canastrinha,
Deixe ver a sua fruta, — se ela é boa, madurinha.*
- *Minha fruta, ela é boa, — bem lho posso afiançar;
Se o senhor duvida disso — até lha dou a provar.*
- *Dê-me três vinténs delas, — contadas pela sua mão;
No meio das laranjas — dê-me também um limão,
Que é para tirar uma nódoa — que tenho no coração.*
- *Eu não tenho limoetros, — nem macetras, nem pereiras;
Se o senhor quer limões, — pode ir comprá-los às feiras.*
- *Por amor dum limão — não se esteja a escamar;
Isto é um pé de conversa — que eu aqui queria arranjar,
Diga-me, ó minha menina, — que lbe quero perguntar,
Como é o seu nome, — para por ele lbe chamar.*
- *Sou uma triste vendedeira, — ando dando ordem à vida;
Se quer saber como me chamo, — chamo-me Margarida.*
- *Margarida, linda moça, — a quem eu tanto estimo,
Se queres saber como me chamo, — chamo-me Bernardino.*
- *Ó meu senhor Bernardino, — não temos mais que falar,
Eu vou lavar uns vestidos — para mandar engomar.*
- *Diga-me onde é a sua casa, — que lbe quero lá ir falar;
Se lá chegar muito tarde, — até posso lá ficar.*
- *Para o senhor, lá ficar, — isso é muita confiança;
É vergonha para mim — e para a minha vizinhança.*
- *Deixa falar os vizinhos, — que eles falam sem razão,
Que eu prometo de ser seu, — de lbe dar a minha mão.¹⁵⁴*

¹⁵⁴ J. L. de Vasconcelos, 1960: 438-439 - Romance recolhido em Algarve.

•O CEGO

- Abra-me a porta, — chegue-se ó postigo,
Aitre-me c'um lençinho, — qu'eu venho todo ferido.*
—*Se vem todo ferido, — isso muito embora,
O meu postiguinho — não se abre agora.*
—*Se não se abre, — para mim se há-de abrir,
Sou um pobre — que venho pedir.*
—*Levante-se, minha mãe, — do seu doce dormir,
Se quer ouvil'o cego — cantar e pedir.*
—*Se ele canta e pede, — dá-le pão e vinho,
Para o pobre cego — seguí'lo caminho.*
—*Eu não quero o pão, — nem tão-pouco o seu vinho,
Só quero que a Anica — me ensine o caminho.*
—*Alevanta-te, Anica, — pega na roca e no lino,
Vai ensinar o cego — por esse caminho.*
—*Adeus, meu pai, — adeus, minha terra,
Adeus, minha mãe, — que tão falsa me era!
Valha-me Deus — e a Virgem Maria:
Nunca vi peças — d'artilharia!*
—*Se nunca vistes, — tás agora a ver:
Minha condessinha, — dá-te a conhecer.*
—*De condes e marqueses — me vi perseguida:
A um triste cego — me vejo rendida!*¹⁵⁵

¹⁵⁵ J. L. de Vasconcelos, 1960: 101. Romance recolhido em Pragança.

Doc. 5

- — *Q'al é a coisa q'al é ela:*
— *Ó 'nba comadre, dêxa-me meter o mê desejoso no sê panascoso?*
- — *Q'al é a coisa, q'al é ela, q'é verde esverdinhada, antre as pernas atacada?*¹⁵⁶;
- *Não, mê cumpadre, q'ainda 'stá rapado; 'stando encabelado le mandarê recado.*¹⁵⁷;
- — *Q'al é a coisa q'al é ela: Incosto a minba barriga à tua ttro um bocado de carne crua?*¹⁵⁸;
- — *Im riba de ti me ponho, tm riba de ti me tenho, sim dar ó c. am te meto o que tenho.*¹⁶⁰;
- — *Barriga c'um barriga, c. p'ra baxo, c. p'ra riba, no met' stá o gôsto.*¹⁵⁹.

Doc. 6

•A MULHER QUE CHAMAVA PRA MORTE

Era duma vez um individuo e a mulher dizia dêle mundos e fundos e que nim cobria a rosa do sol um home que chigasse ós calcanhares do sê home./ Um dia êle adoeceu e vai ela passava o tempo a quêxar-se da sua triste sorte e que ia perder o sê rico maridinho e más isto e más aquilo. E desatava a chamar pra Morte:

— Ó Morte, vêim e leva-me, im vez do mê rico marido!

Nisto apareceu a Morte, na figura dum escalete inrodilhada num grande alinçol qu'arrastava pra casa fóra.

E vai a Morte:

— Aqui 'stou, Pra que é que tu 'me mandastes chamar, mulher?

Se vissem com'ela ficou, passadinha, a tremer de mêdo! E disse logo im voz munto baxo, não a oivisse o marido, mas a apontar p'ró quarto onde êle estava deitado:

— Olha, é p'ra luvares aquele q'ali 'stá dentro!

Nam, qu'isto de morrer por morrer...¹⁶¹.

¹⁵⁶ •Decif.- O varredoiro do forno que a forneira ata segurando-o entre as pernas (M. C. Martha, 1934: 66-67).

¹⁵⁷ •Decifração.- Era um homem que tinha uma junta de bois e queria pô-los a pastar (desejoso) nas terras duma comadre (panascoso); mas, como o terreno ainda não tinha pasto (encabelado), ela lhe mandaria recado logo que o tivesse (Op. cit.: 65). Em Janeiro de 1990 tivemos oportunidade de verificar no Casal Cabreiro que esta anedota ainda hoje pode ser lembrada por alguns velhos.

¹⁵⁸ •Decif.- A mulher, tirando um bocado de carne do salgador. (Op. cit.: 68).

¹⁵⁹ •Decif.- Duas tigelas, uma emborcada sôbre a outra. No meio está a comida (Ibid.).

¹⁶⁰ •Decif.- O calçar do sapato (Op. cit.: 69).

¹⁶¹ Op. cit.: 165-166.

•O DIAB' A GÒRDAR MULHERES

Era duma vez um home qu'era pintor e andava a pintar o tecto duma capela.

Q'ando se vêi' imhora dêxou a sua esmola a cada santo da capela; chigou à porta da rua e no mêi' das feaduras de pedra qu'infêtavom a porta viu uma do mafarrico./ E vai êle:

— Ai, tamêm aqui estás? Tu qu'estás aqui, num és menos qu'ós outros. Ora toma lá...

E botou uma moeda de cobre ò pé da feadura do diabo./ Foi andando, andando, e p'ro caminho a magecar na sua vida, porque tinha qu'ir num sê adonde satisfazer umas incomendas e tinha mêdo de dêxar a mulher sòzinha./ Nisto aparece-le o diabo, im feadura de gente, que le disse assim:

— Olhe lá, ó homezinho, que diab'ê isso, que vai tão macambuzo qu' inté parece que têm morte d'home às costas?

O outro contou-le a sua vida e vai o mafarrico:

— Pois num s'apoquente, que tudo s'hade arrenjar. Ê cá sou o diabo e já sê que voce me deu esmola na capela de tal. Quim le fica a gòrdar a mulher sou eu.

O pintor agardecê-le munto e foi descaçado tratar da sua vida lá p'rá tal terra./ Aqui é que forom elas!/ Mal o marido virou costas, a mulher, que tinha costela de desanvergonhada, pegou a dar-se c'um vezinho e cumbinou esperá-lo uma certa noite às tantas./ O outro chigou á hora cumbinada e pôs-se logo òs bêjos e òs abraços co ela, mais o diabo, lá na cozinha, pegou a arrastar mesas e a partir loiça da cantarera e fêz uma alambança tão grande que num puderom fazer nada./ Daí a dias cumbinaram oitra coisa, que foi incontrar-se no campo, no mêi' duma seara de trigo qu'a mulher lá tinha./ Q'ando iom os dois a intrar p'ra lá, o diabo apar'ceu no alto dum cabeça ali ó pé, vestido de caçador e a gritar p'rós cães que trazia:

— Eh! Eh! Boca! Pega, qu'anda aí caça grossa!

Tambêm desta vez, já se vê, num puderom fazer nada, e ajustaram antão meter-se num barco e irem p'ra uma lagoa, porqu' ali é que tinham a certeza de num ser incomodados./ Lá remarom pr'ó mêi' da lagoa, mas de repente o bote imbarça-se numas redes qu'o diabo ali tinha posto, vira-se, e lá vai tudo p'ró charco./ Apar'ceu antão o diabo vestido de pescador, que os salvou da inrascada e os pôs im terra a são e salvo./ Antão é qu' os dois desanimarom e desestirom da pouca vergonha que p'ros modos traziaom là nas indêias.

Passados dias torna o marido da viaje e topa-se co diabo. Agradece-le munto e o diabo antão disse-le:

— Oilhe, nim que você se vindesse im praça chigava p'ra pagar o trabalho qu'ê tive a gòrdar-le a mulher. Só le digo que sim fazer loiça fui òlero, sim caçar fui caçador, sim pescar fui pescador. Tudo q'anto quiserem, mas gòrdar mulheres, nunca más! Que as guardem os maridos!¹⁶².

¹⁶² *Op. cit.*: 200-203 (veja-se também o conto reproduzido por este etnógrafo a pp. 164-165).

•A HISTÓRIA DO JOÃO-PATETA•

«A mãe do João Pateta entregou-lhe dinheiro e mandou-o à feira comprar um porco. O rapaz chegou à feira, comprou o porco, e perguntou-lhe se sabia o caminho para casa. O porco grunhiu, acenando com o focinho, e o João Pateta mandou-o embora. Andou lá pela feira e, ao chegar a casa perguntou à mãe:

— Ó mãe — perguntou o João Pateta quando chegou a casa — o porco veio cá ter?

— Oh, filho! Então como é que o porco cá vinha ter?

— Eu perguntei-lhe se ele sabia onde era a casa, e ele disse que sim.

— Oh, filho... Atava-se uma cordinha à perna ao porco e trazia-se assim...

— Ah, então para a outra vez já sei! — respondeu o João Pateta.

Daí a dias tornou a haver feira e a mãe do João Pateta pediu-lhe para ele lhe trazer um cântaro. Ele assim fez. Chegou à feira, comprou o cântaro, atou-lhe um cordel à asa, e chegou a casa apenas com a asa do cântaro agrarrada ao cordel. A mãe viu aquilo e perguntou-lhe:

— Então, filho, é assim que me trazes o cântaro?!

— A mãe não dizia que era para vir atado a um cordão?

— Isso era o porco! Agora o cântaro... Pedias ao nosso vizinho que tem o carro onde traz os alguidares de barro da feira, punhas o cântaro dentro da palha e ele vinha aconchegadinho até casa!

— Pronto! Para a outra vez eu já sei! — respondeu o João Pateta.

Passado algum tempo tornou a haver feira e a mãe pediu-lhe que trouxesse agulhas. O João Pateta comprou as agulhas, enfiou-as entre a palha do carro de bois do vizinho e, quando chegou a casa, ouviu das boas:

— Na palha?! Como é que agora vamos encontrar as agulhas?... As agulhas vinham muito bem era ferradas na parte de trás da tua gola do casaco, e assim já não se perdiam...

Quando tornou a haver feira, a mãe mandou-o comprar pregos para arranjar a coelheira. E o João Pateta, lembrando-se do que lhe tinha dito a mãe, enfiou os pregos na gola do casaco.

— Ai, filho! — exclamou a mãe — Tu nunca mais aprendes nada... Rasgaste o casaco todo! Pois os pregos vinham muito bem na mão, embrulhadinhos num papel...

— Está bem, mãe. Para a outra vez eu já sei.

Passado algum tempo, a mãe mandou-o à feira comprar uns hortos [couves] para os dispôr [plantar]. Depois de comprar os hortos, o João Pateta embrulhou-os num papel e partiu-os todos.

— Partiu isto tudo! — disse a mãe, quando ele chegou a casa — Os hortos eram para trazer na mão, atados com um cordel e, se fosses esperto, pelo caminho molhavas-lhes as raízes de vez em quando...

Da outra vez, a mãe mandou-o à feira comprar um quilo de açúcar. Ele assim fez. Comprou o açúcar, amarrou-o com um cordel e todo o caminho veio a molhá-lo em água, pelo que chegou a casa sem açúcar algum.

— Ai, filho... — lamentou-se a mãe — Nunca mais aprendes nada. Agora quem vai à feira sou eu! Tu ficas aqui em casa. Não faças disparates! — advertiu ela

—Olha, a galinha está no choco, com os ovos. Lá mais para a tarde, tiras a galinha, pões-lhe milho no chão, e depois de a galinha comer voltas a pô-la no choco.

— Está bem, mãe — respondeu o João Pateta.

A mãe foi à feira e, quando chegou a casa, não encontrava o filho em parte alguma. — João! — chamou ela — Ó João, ó João!

— Olhe — respondeu o João Pateta — Cró-có-có! Estou no choco! — estava em cima dos ovos e tinha-os partido todos!¹⁶³.

Doc. 9

*• Padre-Nosso pecantino;
set' enjinbos vão contigo,
sete meninos a lêr,
sete candêias a arder,
e uma cruz que vai defronte;
que o demónho nã' m'incontre
nîm de noite nîm de dia,
Padre-Noss' Ave-Maria.¹⁶⁴*

*• Saké-Rainha pecantina,
Rosa devina,
cravo d'amor,
Mãi do Senbor,
dal-me jutzo e tintindimento
cum q'ê possa areceber
o Santissimo Sacramento.
Lá na hóstia consagrada
'stá o Menino Jásus
pregadîmbo numa cruz
cum três cravos e três 'spinbos
fêto im três comarîmbos.
Quîm n-a sabe nam n-a diz,
quîm n-a olve nam n-a aprende,
lá no dia de jutzo
verá cumo s'arrepênde.¹⁶⁵*

¹⁶³ Conto recolhido em Dezembro de 1989 junto de Maria Helena Marques, Corujeira.

¹⁶⁴ M. C. Martha, 1934: 58. Vejam-se nesta recolha mais duas versões desta oração.

¹⁶⁵ *Op. cit.*: 1934: 59.

PARTE II

O QUOTIDIANO ALDEÃO: ESPAÇO DOMÉSTICO E PRODUÇÃO ECONÓMICA

I — O DOMÍNIO DO TEMPO

1. UMA COSMOLOGIA ARCAICA

*«Curral grande,
gado miúdo,
môça fermosa,
cão gadelbudo»¹*

Não obstante serem já volvidas mais de duas décadas desde que a Apollo 11 alunou no Mar da Tranquilidade, continua a surpreender-nos o facto de não poucos velhos persistirem na recusa de que o homem possa alguma vez ter visitado a Lua. Os argumentos sobre os quais se fundamenta este discurso reduzem-se normalmente à recusa da autenticidade das imagens e dos relatos veiculados pelos *media*, especialmente pela televisão, sendo esses documentos tidos invariavelmente como artifícios da técnica, forjados com o propósito de ludibriar os espectadores ou de colocar à prova o seu bom-senso e a sua credulidade. É o que nos revela o diálogo que seguidamente reproduzimos, transcrito de uma entrevista por nós realizada em 1990 a um velho pastor de Pragança, nascido em 1892:

« — Então eles foram à Lua e não trouxeram nada?!

— Mas, sim, trouxeram...

— O que é que trouxeram?

— Trouxeram pedras, rochas.

— Obrigado... E onde é que estariam essas pedras, estavam na Lua? [...]

Se lá tivessem ido traziam uma coisa desconhecida de cá; traziam um homem, uma pessoa, um bicho...».

Susceptível de ser entendido como fruto de uma mentalidade pré-lógica, irracional, de uma epistemologia defeituosa e incapaz, características que um discurso urbano e pretensamente iluminado aponta não raramente ao sistema de pen-

¹ «Decif. — Céu, estrêlas, lua e nuvens» (M. C. Martha, 1934: 76).

samento das populações rurais, este discurso deve, para se tornar inteligível, ser antes de mais entendido como produto de um complexo sistema de crenças que exclui aprioristicamente a hipótese de o Homem poder alguma vez alcançar a Lua. Se, contra a evidência das imagens e dos relatos e a maravilhação generalizada dos mais jovens com os prodígios da tecnologia da Era Espacial, alguns homens persistiram na negação de que Armstrong, Aldrin e os que se lhes seguiram não possam ter evoluído sobre o solo lunar, é simplesmente porque a sua crença encontra fundamento e coerência num sistema cosmológico dominado por uma concepção geocêntrica do Universo, um sistema predecessor da moderna cosmologia ocidental e destronado há já quatro séculos, desde Galileu e Copérnico, mas que, ao invés do que poderíamos supor, sobrevive ainda na Europa do ocaso do século XX.

Com efeito, não raramente os mesmos homens que se recusam a conformar com o facto de que o Homem tenha ido à Lua surpreendem-nos igualmente com afirmações que contradizem princípios que um senso-comum contemporâneo nem sequer ousaria questionar. Ainda que divirjam entre estes últimos cépticos as opiniões acerca da esfericidade da Terra, a qual de facto alguns desmentem, partilhando de uma concepção muito próxima da de Tales de Mileto, todos consideram falsas as proposições de que a Terra descreve um movimento de rotação sobre si própria e um movimento de translacção em torno do Sol, contrapondo-se invariavelmente, como fez o pastor que acima havíamos citado, a constatação empírica, quotidiana, do movimento aparente do Sol:

« — Então, nós estamos sempre no mesmo sítio. O Sol nasce dacolá — disse, apontando para Nascente — põe-se daqui... — continuou, apontando para o Poente. Faz-me confusão isto [de se afirmar que é a Terra que gira em torno do Sol]!».

E acrescenta o mesmo informador, quando a persistência do inquiridor em descobrir novas pistas parece querer contrariar a evidência aparentemente indesmentível dos sentidos: «*se o Sol não anda, a Lua também não!*», o que indicia a possibilidade de que no sistema cosmológico tradicional das classes populares devia encontrar coerência a ideia de que a Lua descreve em torno do Sol o movimento de translacção que esse mesmo sistema nega ao nosso planeta. E, para nossa surpresa, como prova de que «a Lua anda na carreira, no giro do Sol», o mesmo pastor oferece-nos uma teoria da moderna astronomia, mais precisamente o mecanismo responsável pelo eclipse do Sol: «a Lua encobre o Sol porque passa à frente dele, pondo-se entre ele e a Terra», assegurando-nos que, do mesmo modo que o Sol e a Lua «andam» também as estrelas «correm» no firmamento, como se apenas a Terra permanecesse fixa e imóvel no céu.

Não só o mecanismo responsável pelo movimento dos planetas e das estrelas, mas muito do sistema cosmológico popular tradicional releva da experiência quotidiana e de uma avaliação empírica e directa dos fenómenos naturais, pelo que a avaliação das dimensões e das características dos astros se revela assaz distante das constatações astronómicas. Assim, segundo essa concepção, o Sol aparenta ser apenas um pouco maior do que a Lua. Concebe-se igualmente que o Sol «não incendeia nada; seca e resseca mas não queima, não arde em labareda.

Esteja perto, esteja longe. Porque, com o andamento que leva, o Sol não tem tempo de incendiar. Dia que o Sol pare, então é que incendeia tudo!», diz-nos também o mesmo pastor. E compara-se o movimento do Sol em torno da Terra com o de uma vela acesa sob uma folha de papel: enquanto se mantiver a vela em movimento, não se queima o papel. Por seu turno, à Lua, concebida simplesmente como «uma luz, uma claridade», não como um planeta sobre o qual se possa pular, atribuem-se predicados opostos aos do astro-rei: a Lua é tida por fria, como a luz que dela emana, e húmida, opondo-se ao calor e à secura do Sol. Ora, se bem que esta representação dos astros aparente derivar apenas de uma observação atenta da realidade física, ela revela-nos, não obstante, a marca de um esquema conceptual universal que por quase todo o lado faz a dualidade Sol/Lua recobrir as oposições seco/húmido, luz/trevas, masculino/feminino, direita/esquerda, fasto/nefasto, vida/morte² e bem/mal³, o que nos faz suspeitar que este sistema cosmológico nos transporta mais profundamente, ao âmago de uma das dimensões do sistema mítico-religioso popular, com a qual lidávamos já, ainda que insuspeitadamente, desde o início deste capítulo.

Se em numerosos contextos culturais o par Sol/Lua é explicitamente concebido, à semelhança do que sucede com o par Céu/Terra, como um par divino, objecto de uma hierogamia, há que notar como também no nosso país o Sol se reveste de atributos masculinos — recebendo por vezes a designação de «Manuel», «Luís» ou «Lourenço»⁴—, paternais, celestiais e potestáticos⁵, enquanto a simbólica da Lua, como já tivemos oportunidade de observar, se constrói em torno de valores maternais — em inúmeros procedimentos rituais ela é designada de «Madrinha» —, femininos — por vezes recebe a denominação de «Maria»⁶—, aquáticos, ctónicos e funerários⁷. Esta concepção não é, aliás, estranha à própria iconografia cristã, que faz representar frequentemente Cristo como um Sol e a Virgem-Mãe com uma Lua a seus pés. Patente na etnografia portuguesa está a atribuição à relação entre os dois astros características de uma relação conjugal, no interior da qual a Lua é percebida como fêmea e elemento fraco do par, enquanto o Sol é concebido como macho e elemento dominante da relação⁸. Longe de nos encontrarmos perante um casamento talhado no Céu, esta é, contudo, uma união problemática, porque de contrários, em que são constantes as desavenças e os antagonismos entre os

² Veja-se o seguinte relato: «O Sol é irmão da Lua e deseja que o mundo dure sempre; a Lua não, porque está constantemente a ser retalhada (fases da Lua)» (J. L. de Vasconcelos, 1986: 40 - informação recolhida em Mogadouro).

³ Segundo uma crença referida por Leite de Vasconcelos como tendo sido recolhida em Famalicão, no processo de uma demanda entre Deus e Lúcifer, o Sol terá jurado verdade, enquanto a Lua, de par com a Água (e cuja razão veremos adiante), terá cometido perjúrio, pelo que Deus castigou a Lua, então tão bela quanto o Sol, tirando-lhe os raios para os dar a este (1986: 40). Note-se também que noutras sociedades, a Lua representa o olho mau do Céu, enquanto o Sol representa o seu olho bom,

⁴ Cf. J. L. de Vasconcelos, 1986: 42-43 e 1980c: 545, 548.

⁵ De entre os atributos divinos (e paternais) do Sol destacam-se os da onipotência, da soberania (ele é o «Astro-Rei», confundindo-se na visão popular com Cristo-Rei) e da justiça.

⁶ J. L. de Vasconcelos, 1980c: 402.

⁷ Cf. *infra*: § 2.

⁸ Atente-se no seguinte relato, recolhido na Maia no último vinténio do século passado: «O Sol tem cara de homem e grandes barbas, que são os raios; a Lua tem cara de mulher e por isso é mais pálida, por ser mais fraca» (J. L. de Vasconcelos, 1980c: 406; 1986: 44).

esposos ou, como por vezes são também concebidos, os irmãos. Esta rivalidade entre os dois astros apresenta-se sob a forma de medições de forças e processos de afirmação de poder que se traduzem, o mais das vezes, em disputas sobre questões de beleza: argumentando sobre qual dos dois é o mais belo, a questiúncula entre o Sol e a Lua termina com ele a atirar-lhe com terra, areia, lama, ou cinza à cara, daí derivando as manchas da Lua, e ela a atirar-lhe com os alfinetes, as agulhas da costura ou, ainda, com sal, fazendo-lhe nascer os seus raios de luz. Vistos como reactualizando este mito de origem, os eclipses eram popularmente concebidos, como em contextos culturais muito diversos do nosso, como resultado de batalhas travadas entre os dois astros.

Marcas desta relação hierogâmica, conflituosa mas fecunda, parecem-nos também presentes nas crença de que quando chove e faz sol «as bruxas estão a pentear-se» ou a «dançar com o diabo», ou que «está o diabo a bater [ou “a dar”] na mãe [ou na mulher]», ou ainda, segundo a expressão recolhida por Leite de Vasconcelos no Peral, «Tá xover e a fazê’ sol/ E as belhas a bálhar em Ru Maior»⁹. Para além de uma simples colisão de categorias e princípios de sinal contrário, susceptíveis de fazer irromper a desordem no cosmos, este fenómeno da coexistência do Sol e da chuva remete-nos indubitavelmente para questões relacionadas com a regência pelos astros da fecundidade da terra, fecundidade que depende, precisamente, da luz solar e da água da chuva.

Ora, a Lua é, de facto, por todo o lado concebida como a senhora das chuvas e das águas em geral — ela rege as marés, e por toda a Europa a meteorologia popular observa que as mudanças de Lua são caracterizadas pela queda de chuva, que «Lua Nova trovejada, trinta dias é molhada»¹⁰ e que «circo [círculo] na Lua, água na rua». E assim este antagonismo inerente ao par Sol/chuva parece traduzir-se e duplicar-se na relação conflituosa entre o Diabo e um dos termos da tríade mulher/mãe/bruxa¹¹ — que nestes mitos se constituirão possivelmente como personificações da chuva¹² —, relação sob a qual a Etnologia descobre, no plano das potências maléficas, à semelhança do que sucede a nível cósmico entre o Sol e a Lua, ou a nível atmosférico entre o Sol e a chuva, uma relação genésica, actividade reprodutora com implicações de fecundidade para a terra e os seres vivos, e a Psicanálise facilmente entreveria os aspectos sexuais da semântica de que se socorre o mito, surgindo o acto de pentear (as bruxas penteiam-se), a dança (as bruxas dançam com o diabo; as velhas bailam em Rio Maior¹³, etc.) e a violência sexual (o diabo bate/dá na mãe ou na mulher) como sinónimos de coito¹⁴.

⁹ J. L. de Vasconcelos, 1885: 27.

¹⁰ Adágio que segundo a explicação oferecida em diversos locais do concelho significa que, caso chover nesta fase da Lua, choverá durante todo o mês.

¹¹ Note-se como o próprio diabo e a sua mãe mantêm relações com diversos elementos atmosféricos: enquanto aquele é frequentemente identificado com os redemoinhos de vento, a sua mãe recebe a designação de «Faisca velha» (J. L. de Vasconcelos, 1885: 31). É igualmente de considerar o facto de a Lua, país dos mortos em inúmeras sociedades, ser identificada com a má mãe e a bruxa velha ou feiticeira, todos seres das trevas.

¹² Ela própria personificada sob as designações de «Maria-molha» e de «Maria-das-pemas-compridas».

¹³ Ou no Babarrol, como se diz no Vilar

¹⁴ Cf. J. G. P. Bastos, 1988: 64.

Senhora das chuvas e das marés, a Lua assume-se como símbolo agrário por excelência por reger não só todas as águas¹⁵ — inclusive os fluidos menstruais (o período da menstruação é considerado como o momento em que as mulheres ficam *ahuadas*) e o líquido amniótico no qual se desenvolve o feto —, a actividade sexual¹⁶, o parto e o crescimento das crianças, mas o crescimento de todos os seres vivos, animais e vegetais, factores que fazem da Lua não só uma grande deusa como também uma grande mãe. É ainda comum a crença segundo a qual todas as crianças que nascem em Lua cheia são do sexo masculino, assim como o são aquelas que forem geradas em quarto crescente, enquanto as raparigas são geradas durante o período de quarto-minguante.

Se se desejava que o cabelo crescesse com vigor e com a «força da Lua», devia cortar-se na fase de crescente; se, pelo contrário, se desejava que crescesse devagar, então cortava-se em minguante, correndo, porém, o risco de enfraquecer e de cair¹⁷. Do mesmo modo, as orelhas das meninas deviam ser furadas no quarto minguante «para a ferida não criar», não infectar¹⁸. Neste sistema de ideias se entendia também que a matança do porco se devesse efectuar durante o crescente da Lua, para, por um processo de imitação, a sua carne «crescer», aumentar de volume; caso fosse abatido durante a Lua minguante, a carne «minguava» no salgadoiro. Enquanto as colheitas se deviam efectuar pelo minguante da Lua, para não retirarem a força à terra, devia proceder-se às sementeiras em fase de Lua-crescente, para as sementes germinarem e os vegetais e os cereais medrarem nas hortas e nos campos. Por seu turno, a cada espécie de árvore de fruto corresponde uma fase da Lua em que se torna mais propício proceder às operações de poda e de enxertia, trabalhos que, contudo, jamais se deviam efectuar pela Lua-Cheia: «Pela Lua-Cheia, não cortes pau nem piques veia». Pela Lua-Nova, a fase em que a luminária desaparece do céu, plantavam-se apenas as espécies que se desenvolvem «às escuras», debaixo da terra, como as batatas, os nabos e as cenouras. Esta crença na influência da Lua no crescimento das espécies vegetais é também patente na crença de que se houver luar na noite de Natal o ano seguinte será farto em azeitona¹⁹. Contudo, segundo informações recolhidas em Algeber, a Lua só exerce influência sobre a cultura do cebolo, que deve ser «desposto» (plantado), mondado, «augado» (regado) e apanhado sempre pelo quarto-minguante²⁰. Segundo a compilação dos *costumes* concelhios efectuada por J. M. Adrião,

¹⁵ No isomorfismo entre a Lua e a água, elementos por vezes confundidos na mesma divindade por diversos sistemas mitológicos, encontra-se certamente a chave para a sua associação no mito recolhido em Famalicão, atrás referido (nota 3), segundo o qual, além de ter valido à Lua a perda da sua beleza e dos seus raios, condenou a água a correr sem nunca parar (J. L. de Vasconcelos, 1986: 40).

¹⁶ Cf. M. C. Martha, 1934: 199-200.

¹⁷ O cabelo feminino é também, por intermédio do poder geracional da água, esse instrumento terrível de que se socorre a feiticeira portuguesa nos seus propósitos maléficos, sendo ainda corrente a crença de que «de um cabelo de mulher, arrancado com a raíz e mergulhado num copo de água, nasce uma cobra» (Painho, 1991), precisamente o animal, sauróctone e aquático, mais importante do bestiário lunar da cultura portuguesa (Cf. *supra*: I, III, 5).

¹⁸ J. L. de Vasconcelos, 1982a: 33.

¹⁹ Informação recolhida no Painho em 1990. Cf. *infra*: § 2.

²⁰ M. J. M. Silva, 1986: 77.

à Lua-Nova dirigiam-se também preces propiciatórias²¹ com o objectivo de prover a abundância material no lar durante todo o mês, isto é, durante um ciclo lunar: «Por ocasião da lua nova, olhando-a fixamente [dirige-se-lhe a seguinte prece]: Mimososa de Deus, tres dons te peço eu: paz, saude e amor de Deus [...]. Pega-se em uma moeda de prata, *mostra-se* á lua, e diz se tres vezes: Lua, tu bem me vês,/ Dá-me d'este para hoje/ E para todo o mês»²². E, segundo informações recolhidas por Leite de Vasconcelos, «Quando se vê a Lua-Nova a primeira vez, reza-se a Santa Apolónia, que é advogada dos dentes»²³. Se a hagiografia da virgem santa ilucida o facto de se ter tomado advogada dos dentes, em virtude dos suplícios que lhe inflingiram os seus algozes na boca, quebrando-lhe todos os dentes, nem por isso lança alguma luz sobre a associação estabelecida entre essa Santa e a Lua-Nova. Contudo, é o facto de lhe estar consagrado o dia 9 de Fevereiro que parece permitir decifrar parcialmente o enigma: esse dia situa-se nas imediações na última Lua-Nova de Inverno, que por sua vez é celebrada pelo complexo ritual das festas do Entrudo e da Candelária, precisamente quarenta dias após o Natal, isto é, o ciclo lunar e meio no qual Claude Gaignebet²⁴ encontra a duração, de fundamento lunar, que serve de base ao calendário popular tradicional europeu.

Longe de conceber apenas quantitativa e abstractamente os astros e o firmamento, a cosmovisão popular tradicional percepção-os, pelo contrário, qualitativamente, emocionalmente, dramaticamente, deificando os corpos celestes e personificando os elementos atmosféricos. É assim que, além das designações humanas que recebem o Sol (Manuel, Lourenço, Luís), a Lua (Maria, Madrinha) e a chuva (Maria-Molha, etc.), a mãe do Diabo recebe a designação de «Faísca-Velha»²⁵ e se crê que o próprio Diabo «anda nos redemoinhos de vento». Também acerca das estrelas, às quais se recorre para diversas práticas divinatórias e propiciatórias relacionadas o mais das vezes com o casamento e a felicidade nos assuntos amorosos, se crê que se forem contadas fazem nascer cravos nas mãos. Ora, tal como as entidades sagradas reconhecidas oficialmente pela Igreja, as principais destas potências sobrenaturais de cariz celeste ou atmosférico parecem ter formado ancestralmente a base de um sistema cultural coerente, muito mais forte e enraizado na cultura popular do que os simples resquícios rituais que sobreviveram até ao início do século, quando ainda se mantinha a evidência de que, tal como Deus, a Virgem e os Santos, essas potências eram objecto de relações de empatia, de temor e de reverência por parte das populações e, com eles, de um comércio mágico-

²¹ À semelhança do que sucedia com a Lua, também o Sol era tradicionalmente objecto de orações e outras fórmulas rituais verbais que se lhe dirigiam sobretudo pela aurora: «Diz-se no Peral, ao nascer do Sol:/ Rosa Divina,/ Cravo de Amor,/ Mãe do Senhor» (J. L. de Vasconcelos, 1980c: 547). Era costume descobrirem-se os camponeses, num acto de reverência, quando do nascer heliaco — fazendo-o também quando avistavam a Lua-Nova pela primeira vez no mês —, podendo estes ritos ser acompanhados da genuflexão, da persignação e da récita de um determinado número, usualmente três, de Pai-Nossos e Avé-Marias.

²² J. M. Adrião, 1900-1901: 104.

²³ J. L. de Vasconcelos, 1980c: 399.

²⁴ C. Gaignebet e M.-C. Florentin, 1979.

²⁵ Cf. J. L. de Vasconcelos, 1885: 31. Esta denominação parece mostrar a existência de uma associação desta potência com os fenómenos da tempestade e, mais especificamente, do raio.

-religioso relacionado com o domínio do tempo meteorológico²⁶. Todavia é importante notar que o que a cosmologia popular tradicional postula fundamentalmente é — à semelhança da moderna Astrofísica — a existência de uma ordem inerente ao mecanismo da natureza e do cosmos.

«Era uma vez um homem que estava a dormir debaixo de um sobreiro. Olhou para o sobreiro e disse: “Diz que Deus que tudo quanto faz é bem feito, mas isto não está bem feito! Então uma abóboreira tão pequenina dá uma abóbora tão grande e um sobreiro deste tamanho dá uma boleta tão pequenina...”. Daí a pouco, enquanto estava a dormir, pumba!, cai uma boleta em cima da cabeça do homem. Vai ele e diz: “Porra p’ra isto! Olha que é uma boleta... Se fosse uma abóbora tinha-me aberto a cabeça ao meio”. Moral da estória: tudo quanto Deus faz está bem feito!»²⁷.

Tal como o Universo que nos é apresentado pela Física, o Universo popular está também ele sujeito a leis: o Sol orbita a Terra, imóvel no centro do cosmos, concebendo-se por vezes que a Lua orbita o Sol e que as estrelas «correm» no firmamento. Os astros, as estrelas e demais corpos celestes ocupam uma posição determinada, imutável, fixada *ab origine*, não devendo abandonar esse lugar que lhes foi atribuído sob pena de se constituírem como fonte de entropia e de fazerem irromper a desordem no cosmos.

Signo por excelência desta ordem cósmica é o Arco-Íris, Arco-Celeste, ou, na sua designação mais popular, Arco-da-Velha. Certamente por influência do processo secular de evangelização cristã e da difusão das Escrituras, o Arco é por todo o território nacional tido como sinal divino de ordem cósmica e de que Deus está bem com os homens; ele é materialização da Aliança estabelecida entre Deus e os homens, concebendo-se que enquanto o Arco aparecer o mundo não se acaba.

É interessante notar como o Arco, refração e reflexão da luz do Sol na água da chuva, é normalmente concebido como anúncio da bonança que se sucede à tempestade e à chuva, tal como no mito aparece como signo de bonança a seguir ao cataclismo diluviano, como se de cada vez que se verificasse o fenómeno se reatualizasse o mito bíblico. Igualmente de atentar é a crença nacional, mas de que comungam também outras culturas, de que o Arco-Íris vai ao mar ou aos rios beber água para as nuvens²⁸, concebendo-se por vezes o Arco como uma serpente que vem à Terra beber água. Por se integrar na hierofania das chuvas, esse sémen celestial, o Arco aparece, portanto, como signo e fonte de fecundidade, de riqueza biológica e de prosperidade em geral, o que nos permitirá entrever parcialmente a inteligibilidade da crença, disseminada por todo o mundo anglo-saxónico, no pote de ouro que se encontra no fim do Arco-Íris e cujo equivalente nacional é a crença segundo a qual de cada extremidade do Arco-Íris «cai um pinto de prata»²⁹ ou de que, «onde o arco-da-velha pousa, aparece um pinto de prata»³⁰.

²⁶ Cf. § 2.

²⁷ Conto recolhido na Gouxaria em 1990.

²⁸ Vejam-se as seguintes quadras, recolhidas em Basto e em Baião, respectivamente: «Arco-da-nova,/ Arco-da-velha,/ Não bebais aí,/ Que mijou a velha»; «Arco-da-velha, não bebais aí,/ Que velhas e novas mijaram aí» (J. L. de Vasconcelos, 1980c: 87, 85).

²⁹ J. L. de Vasconcelos, 1980c: 83.

³⁰ J. L. de Vasconcelos, 1986: 96.

Se por um lado o Arco-Íris é tido como sinal divino, de bom augúrio, muitas vezes é concebido como sinal celeste nefasto ou uma potência maléfica, sendo que também em Portugal a cultura popular mantém com o Arco uma relação ambígua, contraditória: se, por um lado, é considerado como um sinal fasto, signo da Aliança estabelecida entre Deus e os homens, por outro lado a ele se dirigem fórmulas rituais que muito se aproximam dos esconjuros das entidades demoníacas, sendo nesta perspectiva que julgamos ser legítimo entender as quadras que costumavam antigamente recitar os rapazes, ao o avistarem, para o Arco desaparecer: «Arco da Velha,/ Fita Amarela,/ Cordão de retroz/ Meninas vão para vós»³¹. É provável, todavia, que a expressão correcta, não deturpada, não seja «Meninas vão para vós», como aparece nesta quadra recolhida na Murteira, mas sim «Meninas não são para vós», como surge em numerosas quadras do mesmo género, fazendo-nos supor que os rapazes esconjuram o Arco como se de uma entidade maligna, uma Velha ou uma Bruxa que quisesse roubar as meninas da aldeia, se tratasse³².

Note-se que já os nossos etnógrafos oitocentistas aludiam à hipótese, difusionista e evolucionista, de que a Velha podia substituir «um nome pagão, por ex. Ísis»³³ e que «Íris (o mesmo que Estrada de Santiago) era a mensageira dos deuses e o arco-Íris era o caminho por onde descia»³⁴. Ora, com efeito, os atributos do Arco-Íris aproximam-se marcadamente daqueles de que é investida a Via-Láctea. Um nocturno, outro diurno, ambos se apresentam como mediações entre o além, o Céu, morada dos mortos, e o mundo terreno: enquanto a Estrada de Santiago, que também é um arco, uma ponte nocturna, é concebida como o caminho por onde o santo ascendeu ao Céu e pelo qual as almas dos mortos vão para junto de S. Tiago, o Arco-Íris, com as suas *sete cores* (na verdade apenas seis), assume-se como escada que permite ascender aos *sete céus* e pela qual descia Íris, a mensageira dos deuses. Ora, se o Arco-Íris é ponte e mediação entre dois mundos e se a Terra depende do Além na medida em que aqui habitam os mortos que asseguram a sua fertilidade através da dádiva da chuva, há que notar que ele surge também frequentemente nesses tempos abertos onde o Além e a Terra se interpenetram, nesses tempos de colisão de contrários, aos quais já nos referimos, em que simultaneamente chove e faz sol, em que coexistem o *bom* tempo e o *mau* tempo, e durante os quais as *velhas* dançam e as bruxas bailam com o Diabo³⁵. De qualquer modo, estes esconjuros do Arco devem reportar-se à verificação de que, podendo ser sinal de bonança, ele pode igualmente anunciar chuva e, com ela, o excesso da trovoada e da tempestade, apresentando-se, portanto, como sinal da irrupção da desordem na Natureza. Por outro lado, os esconjuros que se fazem ao Arco permitem-nos pensar na possibilidade desta Velha se apresentar como reminiscência de alguma entidade pagã aparentada com essa personificação popular do Inverno investida de atributos maléficos e anti-sociais que se pretende exorcizar na «Serração da Velha» ou noutras festi-

³¹ J. L. de Vasconcelos, 1980c: 90.

³² Pensamos dever-se sublinhar o facto de que no Cáucaso «se exortam as crianças a tomar cautela para que o Arco-Íris não as leve para as nuvens» (J. Chevalier, A. Gheerbrant, 1990: 72).

³³ A. Thomaz Pires cit. in J. L. de Vasconcelos, 1980c: 83.

³⁴ J. L. de Vasconcelos, 1980c: 91.

³⁵ Note-se que «fazer coisas do Arco-da-*velha*» significa «fazer coisas do *Diabo*».

vidades do mesmo complexo cerimonial. Além disso, a crença segundo a qual onde pousa o arco «está uma *Velha* a coser, tendo ao pé um novelo de linhas e umas tesouras»³⁶ permite-nos entrever relações entre o Arco-Íris e a Lua, astro que, como tivemos oportunidade de verificar, regula o tempo. Sendo os instrumentos e os produtos da fiação e da tecelagem transculturalmente percebidos como símbolos do devir, esta *Velha* aproxima-se dessa epifania do Tempo por excelência que é a Lua na medida em que esta se constitui precisamente como a deusa que trama a morte e urde a vida de todos os seres, enfim, na medida em que o astro fia não só o Tempo cronológico como também o tempo meteorológico³⁷.

Se, podendo ser concebido como sinal de desordem, o Arco-Íris não era verdadeiramente tido entre nós como sinal de mau augúrio, noutras sociedades ele podia, contudo, assumir dimensões verdadeiramente funestas, anunciando a guerra, a doença, a morte e a queda de reinos, catástrofes para as quais a cultura popular portuguesa reserva outros outros augúrios, acerca dos quais, alguns deles até muito recentemente temidos, perdura ainda a memória no concelho.

Entre esses fenómenos apresenta-se a Aurora-Boreal, supostamente identificada no concelho há várias décadas e acerca da qual pensamos dispor de dois testemunhos referentes à mesma data. Assim, em Alguber, num ano que uma memória anciã de oito décadas já não pôde precisar, «há muitos anos», apareceu na ponta da Serra de Todo-o-Mundo um grande clarão de luz encarnada que começou de dia e perdeu-se noite dentro: «Era um mistério!». O fenómeno foi tido como sinal da aproximação do Fim-do-Mundo, tendo igualmente corrido rumores na altura de que se tratava de um país longínquo, a Finlândia, onde o Sol só nascia uma vez em cada cem anos, numa alusão deturpada da realidade que associa o fenómeno ártico do Sol-da-meia-noite ao fenómeno, também característico dos países nórdicos, da aurora boreal³⁸. Em Vale-Canada, nas vésperas da II Guerra Mundial, segundo uma informadora de Vale-Canada nascida em 1904, viu-se aparecer a Nascente, e não do Poente, como seria de esperar, pois nesse lado do horizonte se encontrava então o Sol, «uns sinais muito encarnados, que era a aurora boreal, e [que] era sinal de guerra. E», comenta a observação de meio século de guerras, «desde aí nunca mais houve descanso, tem havido sempre guerras. Se não é num país é noutra»³⁹.

De acordo com informações recolhidas junto de António Morais (*1892) em Pragança, pôde-se observar no princípio do século um fenómeno estranho com o Sol: «Durante três dias [...] via-se o Sol sempre com a mesma côr; via-se o Sol nascer, pôr-se e brilhar durante todo o dia que não fazia mal olhar para ele. Era o mesmo que olhar para uma lâmpada. Passados vários dias mataram o Rei» (a

³⁶ J. L. de Vasconcelos, 1986: 96 Informação recolhida em Vouzela.

³⁷ *Vd.* § 2.

³⁸ Informações recolhidas na Gouxaria em Dezembro de 1989.

³⁹ Ao invés da ordenação a que as cores do espectro visível estão sujeitas no Arco-Íris, esférico e sinónimo de perfeição, as cores da aurora-boreal têm normalmente servido de fundamento ao facto de este fenómeno atmosférico ser concebido como algo de inverso à Aliança de que o Arco é signo, sendo temida desde a Idade Média por se entrever nessas colorações disformes, ofidianas, sinais de guerra, lanças flamejantes ou sangue derramado.

crer-se no relato, está-se, portanto, em 1908), acrescentando o nosso informador que é costume o Sol, tal como o cometa, «dar sempre um sinal dessas coisas: da morte de um Rei ou de outros graúdos».

Além destes sinais, sobretudo outros distúrbios no *Astro-Rei*, os eclipses, auguram distúrbios sobre a Terra, tendo sido outrora concebidos como tendo graves implicações a nível social, anunciando guerras, mortes de reis, quedas de reinos e outros acontecimentos funestos, além de se constituir, certamente por influência da difusão do Evangelho, como presságio milenarista da iminência do Julgamento Final. Acontecimento de proporções dramáticas para numerosos povos, o eclipse parece ser quase universalmente objecto de um temor que também terá sido partilhado pela cultura portuguesa até há bem pouco tempo, pelo menos até às primeiras décadas do presente século⁴⁰. Como tivemos oportunidade de verificar, os dois astros em questão no mecanismo dos eclipses são invariavelmente conotados com princípios antagónicos que se encontram na base de um esquema conceptual de características possivelmente universais — masculino/feminino, fasto/nefasto, vida/morte, bem/mal, etc.—, não admirando, portanto, que o eclipse, ao fazer coexistir esses princípios nas mesmas coordenadas espaço-temporais, se constitua como acontecimento dramático e seja concebido como causa de acontecimentos funestos. É fundamentalmente devido a esta ambiguidade de valores e à irrupção da desordem que introduz num universo pautado por regras, onde o dia e a noite se alternam indefinidamente e onde nenhum pode tentar invadir o domínio alheio, que os eclipses são temidos e por todo o lado se constituem como fonte de angústia para os homens. Além disso, é enquanto causador do desaparecimento súbito da luminosidade diurna, como se inadvertidamente a ordem das coisas, fixadas *ad infinitum*, se invertesse, que esse sinal de desregramento cósmico se constitui igualmente como prenúncio de um desregramento microcósmico e das guerras, das mortes de reis e demais desgraças que se lhes são supostos seguir. O eclipse é responsável pelas trevas e potências demoníacas que tentam invadir o dia e o domínio da ordem, anunciando o Milénio que chega e, com ele, o anticristo e o Fim-do-Mundo. Quando nem os astros, que estão no Céu com Deus, a Virgem e os Santos, parecem obedecer aos mandamentos divinos, quando a noite e o mal tentam impor-se ao dia e ao bem, quando a Lua pretende invadir o domínio do Sol e substituir a luz quente e benéfica do astro-rei pela sua luminosidade fraca, fria e fonte de quebranto, algo de profundamente errado se passa com o Universo, como se de repente, na aldeia, a mulher abandonasse a casa para reclamar o direito à praça.

Mas nem só através dos fenómenos raros relacionados com a Lua e o Sol se julgava outrora poder entrever sinais da cólera de um Deus descontente com os

⁴⁰ Por ocasião do eclipse solar era costume, segundo J. L. de Vasconcelos, fazer «muito barulho» (1985: 77), uso que noutras sociedades se relaciona com a tentativa de afugentar o monstro que se pretende engolir o astro. Segundo informação recolhida pelo mesmo etnógrafo em Vila Cova de Carros relativamente ao eclipse da Lua, o desaparecimento da luz deriva do facto de a Lua se encontrar doente: «A Lua aparece amarela porque está doente da icterícia, e a pessoa que então olhar para ela arisca-se a que se lhe pegue a doença» (1986: 60). Por outro lado, tal como em sistemas mitológicos muito diversos, também o mecanismo do eclipse parece entre nós ser entendido como uma batalha travada entre os dois astros: «um eclipse “é como uma batalha, a lua quer vencer o sol”. Mas o sol é, e deve permanecer, o mais forte dos dois. Se a lua ganhasse a “batalha”, seria o fim do mundo: o caos completo» (J. P. Cabral, 1989: 144 - informação recolhida no Minho).

homens, podendo também outros astros constituir-se como fontes de inquietação e de temor para as populações do concelho. Relativamente às estrelas-cadentes referiu-nos o velho pastor pragantino que nos acompanha desde o início deste capítulo que, em determinada ocasião que não pôde ser precisada, ocorreu um fenómeno estranho no Céu, uma «chuva de estrelas»: em grande quantidade, as estrelas desciam do Céu até determinada altitude, sumindo-se depois, sem se verem atingir o solo. Atemorizados, receando que as estrelas destruíssem a Terra, grande parte dos habitantes de Pragança, sobretudo «as mulheres e as crianças», ter-se-ão refugiado na capela de Santo António, tentando aplacar com as suas orações um Céu furioso que parecia querer despenhar-se sobre as suas cabeças. Em Alguber, segundo outro informador aí residente, também «por umas vindimas, há mais de cinquenta anos» se viram «as estrelas correrem todas» pensando-se que «o mundo ia acabar», e também nesta povoação a população temerosa procurou refúgio nas igrejas e consolo nas orações. Note-se que as estrelas-cadentes têm sido desde sempre objecto de um processo de sacralização, concebendo-as, quer, como sucedia já na Bíblia, como prognósticos dos designios divinos⁴¹, quer como «alminhas» de crianças⁴², moradas das almas do Purgatório ou como almas abandonando o Purgatório.

Esta incursão prévia pelo domínio dos medos construídos em torno da simbólica das estrelas-cadentes abre-nos, contudo, o horizonte para um fenómeno que ocupa no sistema cosmológico popular tradicional que temos vindo a analisar um lugar de suma importância: o cometa. A semelhança entre os dois fenómenos é, contudo, de ser considerada. Com efeito, o cometa é popularmente denominado «estrela com rabo» ou «estrela de rabo», isto é, como uma estrela anómala, sendo possível a associação, inconsciente ou não, da sua cauda com a cauda do diabo, também designado por «rabudo», fonte por excelência da desordem cósmica e social. Etelvina do Carmo Martinho, falecida aos 86 anos, terá observado uma vez em Vale-Canada um cometa que designou como «uma *espada no Céu*», à qual na altura se referiram os antigos dizendo «que aquilo é sinal de guerra. E, afinal, foi!». Ainda que a nossa informadora tenha referido 1914, o ano em que tem início a I Guerra Mundial, como a data do aparecimento do cometa, é provável, porém, que o relato se reporte efectivamente a 1910, data do primeiro aparecimento neste século do Halley, cometa que tão grande comoção provocou entre nós entre os meses de Abril e Maio, quando se tomava visível entre as três e as quatro horas da madrugada e arastava consigo o temor das populações por todo o país⁴³.

⁴¹ Facto que conduz a que, podendo ser objecto de um pedido de satisfação de um desejo, a observação de uma estrela cadente fosse usualmente acompanhada, da expressão «O Senhor te guie! - para evitar que caia na terra, que a arrasaria toda» (M. C. Martha, 1934: 106).

⁴² Também designadas de «anjinhos» Cf. *supra*: I, III, 4.

⁴³ Este temor, que se fazia sentir um pouco por todo o Ocidente, avolumava-se à medida que se aproximava o dia 18 de Maio desse ano, data em que a Terra passaria pela cauda do cometa, terror que não se restringia, todavia, ao nosso país, fazendo-se sentir um pouco por todo o mundo, e temendo-se então que a Terra fosse incinerada pela cauda do cometa ou que toda a Humanidade perecesse com o cianogénio, recentemente descoberto como entrando na constituição da cauda dos cometas, e tendo então proliferado nas grandes capitais mundiais a venda de pílulas anticometa e de máscaras de gás. É possível que na origem desta atmosfera emocional e simbólica tão peculiar se encontrasse ainda a memória do virar do século e, com ele, da angústia da possibilidade da aproximação de um Fim-do-Mundo explorado não só pelos sectarismos religiosos recém-formados como também por uma Igreja que frequentemente se socorria de uma pastoral do medo, assente numa concepção demotista da condição e do futuro humanos, para veicular a propaganda do credo.

Sendo transculturalmente concebidos como presságios de acontecimentos funestos, os cometas têm na Europa, pelo menos desde a Idade Média e por todo o Antigo Regime, sido percebidos sob múltiplas formas — espadas flamejantes, adagas, crucifixos, etc. — e temidos por augurarem guerras e mortes de reis, causarem a peste e outras doenças, envenenarem as águas, engendrarem monstros nos ventres das mulheres e provocarem cataclismos vários, entre os quais tremores de terra e modificações climatéricas, nomeadamente secas, além de se crer que, tal como as estrelas-cadentes, pudessem destruir totalmente a Terra⁴⁴. Contudo, os únicos atributos funestos dos cometas que ainda perduravam na memória local do concelho à data da nossa recolha etnográfica eram o presságio de guerras e o presságio da morte de gente de casta real. Estes dois perigos são, aliás, não só augurados por cometas mas também, como temos vindo a verificar, por auroras-boreais, ocorrências anómalas com o Sol e eclipses do Sol⁴⁵.

De acordo com as referências temporais, sempre imprecisas, implícitas nos relatos dos nossos informadores, verifica-se a existência de um esforço por parte da consciência colectiva de racionalização desta súbita irrupção da desordem no universo cósmico e no universo social: um distúrbio no Sol parece anteceder em vários dias o assassinato do Rei (1908), a aparição de uma «espada no Céu» (provavelmente o Halley, em 1910 e não em 1914) é entendido como prenúncio da I Guerra Mundial, e, nas vésperas da II Guerra Mundial, a observação de uma aurora-boreal, é concebida como presságio de guerras. É, portanto, um fenómeno de contiguidade espaço-temporal que se constitui como um dos fundamentos deste processo de verificação da correlação entre os dois tipos de fenómenos: coexistindo nas mesmas coordenadas tempo/espaco, fenómenos cósmicos anómalos — cometas, auroras-boreais, anomalias solares — e fenómenos sociais insólitos — guerras, mortes de reis — são associados por um processo de causa-efeito que subjaz, grosso modo, a todo o tipo de causalidade mágica. É provável, todavia, que este processo de racionalização dos fenómenos se faça em dois sentidos: numa primeira fase é a crença que explica, *a priori*, os fenómenos cósmicos anómalos como produtores de entropia a nível social, microcósmico, enquanto, numa segunda fase, o processo popular de racionalização dos fenómenos procura na memória colectiva do grupo as causas (insólitas) para um dado efeito (igualmente insólito), corroborando assim a crença que lhes serve de fundamento. Assim, são vários os acontecimentos que concorrem para que os nossos informadores encontrem na conjuntura histórica do primeiro vinténio do presente século um forte fundamento para os seus relatos e para as crenças que lhes subjazem. Senão, vejamos: supostamente antecedido em alguns dias pela estranha ocorrência do Sol relatada por António Morais, a 1 de Fevereiro de 1908 dá-se o assassinato do rei D. Carlos I e do príncipe herdeiro D. Luís Filipe; em Maio de 1910 aparece uma «espada no Céu», e em Outubro seguinte instaura-se a República, e se bem que o cometa não provoque a morte de um rei, ele testemunha, contudo, a

⁴⁴ Assim, em Roma um cometa precede a morte de César; aos Aztecas e aos Incas é um cometa que anuncia a chegada do invasor espanhol e a queda do Império; e o regresso do Halley em 1466, associado à tomada de Constantinopla pelos Turcos, faz os cristãos recearem que Deus se tenha passado para o lado do Infiel. Entre nós, também o cometa de 1577, estudado por Tycho Brahe, é suposto ter anunciado o desastre de Alcácer-Quibir e a morte do Rei D. Sebastião.

⁴⁵ Noutros contextos culturais é-o também, como vimos, o Arco-Íris.

partida para o exílio da família real, a queda da monarquia e, com ela, a morte simbólica da realeza e da nação enquanto reino, iniciando-se então um período de constante instabilidade política e crise económica que se arrasta até à Ditadura do Estado Novo; em 1916 a Alemanha declara guerra a Portugal, desembarcando em França os primeiros contingentes do Corpo Expedicionário Português no início de 1917; entre 1918 e 1919 a pneumónica assola as populações de todo o país, ceifando para cima de cem mil almas. Eis, em suma, o que agouram os eclipses de 1900 e 1912, a estranha ocorrência com o Sol em 1908 e o cometa Halley em 1910: morte de um rei e de um príncipe, queda de um rei e do seu reino, «fomes», «pestes» e guerras.

Note-se, porém, que esta associação entre o aparecimento de fenómenos cósmicos estranhos, por um lado, e a morte de reis, a queda de reinos e a trilogia fomes/pestes/guerras, por outro, não é acidental. Aprofundemos esta equação: num dos termos, o rei, símbolo da unidade nacional, aparece como senhor da terra e como garante de estabilidade (da inexistência de guerras e de conflitos sociais) e da fecundidade (da inexistência de fomes e de doenças) do reino, assumindo-se, neste sentido, à imagem do Deus que governa o Universo, como *axis mundi*, eixo do universo social e territorial que é o reino; por seu lado, o outro termo da equação enuncia fenómenos cósmicos insólitos que aparecem normalmente como reflexo de distúrbios sociais. Adivinha-se aqui, portanto, uma relação de contiguidade entre os dois planos, macrocósmico e microcósmico, da realidade, aparecendo o primeiro quer como reflexo do segundo, como sucede em numerosas sociedades, quer, como o testemunha a etnografia portuguesa, como presságio de catástrofes de que o microcosmos social será objecto num futuro mais ou menos próximo.

Sem pretendermos aprofundar aqui um tema querido, de estatuto quase cosmogónico, à Antropologia Política, desviando-nos do cerne do nosso problema, gostaríamos, contudo, de fazer notar que a autoridade do rei na Terra surge apenas enquanto ele se constitui como depositário do poder das divindades celestes e uranianas, das quais pretende mesmo por vezes descender. No caso das monarquias europeias desde a Idade Média é também de Deus todo-poderoso, cosmocrata, *Rei* do Universo, que o rei extrai a autoridade que torna legítimo o poder que exerce sobre o povo, poder esse que se torna sancionado e sustentado pela estrutura eclesiástica. O rei é, portanto, um teocrata, e o seu poder, de origem divina, sagrado, não surpreendendo, como tal, que a própria pessoa do rei se revestisse de atributos celestiais, sagrados, divinos e mesmo mágicos. Entre os traços da identificação a que a soberania real está sujeita com a soberania celeste conta-se a utilização de símbolos cósmicos para ilustrar a origem divina da sua realeza.

Note-se, por exemplo, o papel primordial desempenhado pela coroa entre os *regalia*: inspirada na coroa solar, na manifestação de poder do astro-rei, a coroa real equivale, no plano da simbólica política, ao papel desempenhado pela auréola que nimba os santos e à tonsura imposta aos clérigos no plano do simbolismo religioso. E, conforme podemos observar no conto recolhido por M. Cardoso Martha na Murteira e por nós reproduzido em Anexo [Doc. 1] a este capítulo, o Sol e as estrelas são concebidos entre as classes populares como signos, como *marcas da realeza*. Entre o soberano e os astros verifica-se frequentemente a existência de uma sintonia que faz com que em numerosas sociedades dele dependa a sucessão normal dos ritmos cósmicos, sendo natural que numerosos

sistemas políticos assentes no princípio da realeza sagrada confirmam ao soberano, muitas vezes considerado como grande reprodutor e centro numinoso do universo, poderes mágico-sacerdotais que lhe permitem produzir a chuva, sêmen celestial de que depende a fecundidade e a prosperidade do reino, bem como causar secas, tempestades, pragas de gafanhotos e doenças várias. Enfim, transcendente numas sociedades, desviante noutras, o rei sagrado aparece sempre como senhor das forças da Natureza, as quais controla enquanto detentor de conhecimentos mágico-rituais, e como mediador entre o macrocosmos e o microcosmos, entre o natural e o social.

Incompreensível apenas à luz dos dados, extraordinariamente escassos, da etnografia portuguesa, o investimento simbólico de que entre nós é rodeada a ocorrência de um eclipse poderá, talvez, tornar-se mais facilmente inteligível se considerarmos que, enquanto no nosso país a ocorrência de um eclipse *prenuncia* a morte de um rei, noutros contextos socio-culturais, sendo concebido como uma disjunção entre o Céu e a Terra, o fenómeno *prescreve* a morte prematura, sacrificial, do soberano⁴⁶. Menos nos surpreenderá agora, portanto, a verificação dessa correlação entre o aparecimento de fenómenos cósmicos extraordinários — eclipses, cometas, anomalias solares — e a morte de reis e a queda de reinos. De facto, enquanto numerosas sociedades concebem esses sinais cósmicos anómalos como reflexos de uma desordem social provocada pelo facto de o soberano, centro dinâmico do universo, garante da prosperidade do reino, se encontrar numa condição de impureza e de mácula ou apresentar sinais de senilidade, ameaçando assim o declínio das forças da natureza e do reino, em Portugal a cultura popular aparenta inverter o processo, encontrando nos sinais estranhos do Céu os presságios do declínio futuro do rei e do reino, sendo o plano microcósmico que reflecte o plano macrocósmico e não o inverso. Por outro lado, enquanto entre nós a morte de um rei aparece como sinal e fonte de instabilidade para o reino, acarretando eventualmente consigo o fenómeno tríplice fomes/pestes/guerras, as formas de governo centralizado que fazem dos atributos mágicos, sagrados ou divinos do seu soberano o próprio motor da vida social concebem, pelo contrário, o rei velho e decrépito fundamentalmente como fonte de desordem e causador de inúmeras calamidades, enquadradas na referida tríade, pelo que deve ser ritualmente morto ou deve, ele próprio, cometer um suicídio ritual, assegurando assim, com a entronização do jovem rei, na plenitude das suas forças, a regeneração do reino e das forças da natureza.

2. A PREVISÃO DO TEMPO: KRÓNOS E MÉTÉOROS

*«Sou gigante e gigantão,
Tenho doze filhos no meu coração,
De cada filho trinta netos,
Metade brancos, metade pretos?»⁴⁷*

Além de controlar, ao nível do ciclo anual, os tempos de ruptura da sociedade, sancionando-os e legitimando-os (talvez com excepção apenas para o complexo festivo do Entrudo, e ainda que numerosas festas hoje consideradas como

⁴⁶ Cf., e.g., L. De Heusch, 1982: 164.

⁴⁷ A solução do enigma é a seguinte: «O anno. doze mezes, trinta dias» (J. M. Adrião, 1900-1901: 113).

crístãs sejam de origem pagã) como celebrações de uma ordem social que é também aquela à qual pretende presidir, também no plano da curta duração e da vivência quotidiana a Igreja imprimia a marca do seu sagrado sobre a sociedade civil, submetendo o tempo laico a uma periodização orientada segundo os seus dogmas.

Assim se deve entender a consagração do domingo ao culto da divindade, interditando o trabalho neste dia como meio de distinguir entre o seu carácter sagrado, «dia santo» ou «dia do Senhor», como se lhe referem as populações, e o carácter profano dos restantes dias da semana⁴⁸. Por outro lado, enquanto unidade mínima de tempo, também sobre o dia a Igreja operou uma periodização que pretendia de algum modo ordenar o tempo secular, imprimindo-lhe uma ordem que releva do sagrado. Esta estruturação do tempo quotidiano-profano segundo os parâmetros ditados pelo poder eclesiástico toma-se manifesta na divisão do dia em horas canónicas, horas determinadas pela Igreja como especialmente consagradas à prece pública e que deviam ser acompanhadas pela recitação de orações específicas do Breviário. Assim, segundo a doutrina católica, e conforme o diagrama abaixo reproduzido, regulava-se a divisão do dia pelo ofício divino, o qual se dividia em ofício da noite, constituído pelas Matinas e pelas Laudes, e em ofício do dia, constituído pelas Horas Menores (Prima, Tércia, Sexta e Noa), Vésperas e Completas.

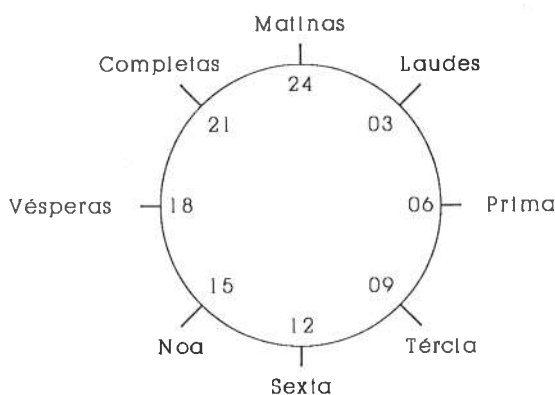


Fig. 1 — Periodização do dia segundo a divisão em horas canónicas

Longe de se pautar por esta periodização complexa do tempo diário, pelo início do presente século o devir tempo aldeão era assinalado apenas três vezes ao dia, quando o repicar do sino tocava as Trindades pela alvorada, ao meio-dia e ao pôr-do-sol, momentos aos quais correspondiam respectivamente o início do trabalho nos campos, a pausa para almoço e o fim do dia de trabalho. Contudo, é de notar o facto de os crepúsculos e o meio-dia se constituírem como horas abertas, interstícios abertos no tempo que permitem o contacto com o mundo por onde irrompem «sustos» e «coisas ruins», constituindo-se igualmente o sino como alarme do perigo representado por esses momentos e que o próprio sino pretende afastar, fechando esse tempo de anarquia com o seu poder sagrado e esconjuratório⁴⁹. Enquanto marca do domínio da

⁴⁸ Note-se que outrora os dias da semana eram designados por nomes de origem pagã, tendo sido posteriormente sujeitos a um processo de cristianização, que não conseguiu, todavia, fazer a cultura popular esquecer as conotações fastas ou nefastas de que ela própria os havia investido. Em anexo [Doc.2] reproduzimos um conjunto de quadras recolhidas há aproximadamente sessenta anos e que fazem dos dias da semana o ponto de partida para uma declaração amorosa.

⁴⁹ *Vd. supra*: I, I, § 3.

temporalidade religiosa na comunidade aldeã a omnipresença acústica e visual do sino no quotidiano das populações rurais subsiste ainda hoje, transmutada, contudo, na forma dos relógios electrónicos cujos altifalantes troam em cada meia-hora, anunciando o devir aldeão do alto dos campanários

Além do sino, a Igreja socorria-se igualmente de quadrantes solares, situados no exterior dos templos, como instrumentos de controle do tempo, sendo possível observar no concelho um destes exemplares apenas na Igreja da Nossa Senhora da Purificação, popularmente referida como Igreja do Espírito Santo, em Alguber [Foto 80]. Relógios de sol podem encontrar-se também na Quinta do Vale, à saída do Peral em direcção à Dagorda, nele se encontrando inscrita a data de 1797, e na face interior do frontão que encima a porta principal da Quinta de Santo António, entre a Sobrena e o Cercal. Ainda que nestas explorações agrícolas o relógio de sol, fixo e de pedra, se assumisse como símbolo de prestígio, fazendo do proprietário o senhor do tempo na quinta, é possível que, além deste papel simbólico, servisse propósitos especificamente utilitários, aventando-se a hipótese de ser utilizado para controlar o trabalho da mão-de-obra empregue na exploração agrícola.

Ao invés do seu uso generalizado nos nossos dias, outrora o uso do relógio pessoal restringia-se aos homens das famílias mais abastadas, limitando-se os homens das classes populares a adquirir, por ocasião de mercados e feiras ou nos estabelecimentos comerciais locais, pequenos quadrantes solares de bolso. De reduzidas dimensões, estes consistiam simplesmente, como aquele que reproduzimos na Foto 81, numa pequena caixa de madeira com um mostrador horário pirogravado em torno de uma rosa dos ventos, ao centro da qual um pequeno gnómon indica, pela sombra projectada pelo Sol, o Norte. Uma vez orientado o mostrador para Sul, a sombra projectada sobre o fio — que deve estar correctamente esticado — preso entre a caixa e a tampa indica no mostrador a hora solar. No entanto, as classes populares revelavam capacidade de produzir, por métodos simples e expeditos, os seus próprios instrumentos de medida e controle do tempo. Assim, em Alguber, para além de consultarem o relógio de sol existente na parede da Igreja do Espírito-Santo e de avaliarem as horas pela altura a que se encontrava o Sol, orientavam-se os habitantes locais pela incidência da luz do Sol na parede de uma casa ou pela sombra produzida por um edifício ou uma determinada árvore. Em Pragança, um método peculiar de determinar as horas durante o dia, enquanto se andava no trabalho do campo, consistia na observação de determinadas rochas da encosta da Serra de Montejunto sobranceira à povoação. Assim, uma penha, designada como «o cordeiro», indicava as nove horas da manhã; outra, a «ovelha», as dez; outra, o «carneiro», as onze horas; e, finalmente, a «penha do meio-dia», assinalada com esta designação na curvã-de-nível dos quinhentos metros nas cartas topográficas da Serra, as horas que lhe conferem o nome.

Se, pretendendo este capítulo incidir especificamente sobre o tema da meteorologia popular e da previsão do tempo, abrimos este segundo parágrafo com uma adivinha relativa à divisão do ano e temos vindo a tratar apenas do tempo cronológico, tal deriva do facto de um sem-número de crenças populares encontrar no tempo cronológico o fundamento para o conhecimento, mediante processos de tipo usualmente divinatório, do tempo meteorológico. O domínio do tempo está, porém, na concepção das populações rurais, sujeito a uma dicotomia sexual que atribui o conhecimento desse tema à competência específica do género

masculino, uma distinção que parece recobrir as oposições masculino/feminino e trabalho doméstico/trabalho do campo manifestas no adágio, já diversas vezes referido, «Do homem, a praça; da mulher, a casa». Como muito bem formulou uma septuagenária do Peral em 1990, «Os homens é que percebem mais do tempo [meteorológico]; as mulheres sabem pouco disso...».

Como exemplo de que *krónos* e *metéoros* se entrelaçam, se imbricam, e que este pode ser previsto e dominado pelo conhecimento daquele se devem entender as seguintes palavras de um moleiro do Pereiro: «O Natal, o Ano Bom, os Reis e S. Vicente *mandam no tempo* listo é, são datas fundamentais para a determinação do tempo que caracterizará o ano». Assim, a versão cadavalense de processos divinatórios do tempo como as tēporas — os doze dias contados a partir do dia de Santa Luzia, a 13 de Dezembro — e as arremedilhas — os doze dias que medeiam entre 20 e 31 de Dezembro ou entre o dia de Natal e os Reis —, processos idênticos usados outrora um pouco por todo o país e através dos quais o espírito científico popular procurava entrever o tempo que faria no ano que se avizinhava, consistia, porém, segundo informações recolhidas na Murteira e no Pereiro, na observação do tempo que caracterizava os primeiros doze dias do ano, equivalendo o dia 1 ao mês de Janeiro, o dia 2 ao mês de Fevereiro e assim sucessivamente. Encontramo-nos, pois, perante um processo que releva simultaneamente das leis da magia, tomando a parte pelo todo, e que faz dos primeiros doze dias do ano⁵⁰ uma antevisão meteorológica dos meses do ano.

Não nos surpreenderá que seja à Lua que os camponeses recorram para tentar controlar o tempo⁵¹, se ela se assume, como temos verificado, como senhora dos ritmos biocósmicos, se é ela que engendra o tempo e se é dela que, com o seu controle sobre o poder germinativo da água da chuva, depende a fecundidade da terra, das sementeiras e dos animais. Assim se entende que a cultura das classes populares do concelho postule que se fizer luar na noite de Natal o ano seguinte será farto em azeitona, ou que, como acabámos de verificar, o prognóstico do tempo de cada um dos meses do novo ano seja oferecido pela análise de um ciclo de doze luas cujo ponto de referência se encontra usualmente na meia-noite (e não no dia, note-se) de Natal, situe-se ela no início, no meio ou no fim desse ciclo.

Se por toda a Europa se socorriam outrora os camponeses da Lua para inúmeras previsões do tempo é precisamente em virtude de ela se constituir como grande epifania do tempo, sendo graças à Lua e às suas fases, regulares, que se mede o tempo, relação atestada pela Linguística no facto de *me*, a raiz indo-europeia do termo que designa a Lua, servir igualmente para designar o acto de medir⁵². Manifestação arquetípica do devir temporal e instrumento primeiro da

⁵⁰ Ou ainda de um período de doze dias centrado na noite de Natal. Mas quer se trate da celebração do nascimento de Cristo, quer do Ano Bom, é, enfim, o solstício de Inverno, anunciador de um novo ciclo de regeneração cósmica e social que se inicia, que se apresenta como fenómeno central em ambos os esquemas divinatórios.

⁵¹ Atente-se no adágio, recolhido no Vilar, «Conforme foi a Lua setembrina,/ Assim o tempo se vindima».

⁵² Daí derivaram também o sânscrito *mas*, o avéstico *māb*, o velho prussiano *mab*, o lituano *menu*, o gótico *menā*, o grego *mene* e o latino *mensis*.

Note-se que no concelho os camponeses servem-se ainda da Lua enquanto instrumento de medida, efectuando a «contagem das luas» para determinarem do momento em que parem os animais (M. J. Silva, 1986: 77).

mensuração cronológica, é a Lua que serve igualmente, em virtude da hipotipose e da repetição cíclica do tempo que sugerem as suas fases, de fundamento à periodicidade sob a qual se ergue a grande maioria dos calendários cerimoniais. Ademais, esta associação torna-se patente na relação de parentesco entre os termos *annus* e *annulus*, constituindo-se a espiral⁵³, excelente representação do devir, pelo menos desde o Neolítico, como um dos símbolos da Lua, além de o próprio luminar, sobretudo na fase de Lua-Cheia, se apresentar como um círculo, símbolo da totalidade do tempo e do eterno retorno. De qualquer modo, o investimento de todo este simbolismo sobre a luminária decorre sobretudo do facto de o seu desaparecimento do firmamento durante três dias sucessivos sugerir como causa do fenómeno a sua morte, ao invés do pôr-do-Sol, que, ainda que seja percebido em diversas culturas como uma descida do astro ao país dos mortos ou das potências infernais, não é concebido como sinal da sua morte: «Là vem o sol nascendo/ antr'as as nuves sombrias;/ cumo pod'o o sol ser velho/ s'êl nace todos os dias»⁵⁴.

Por estar ela própria sujeita à morte, é também a Lua investida de um conjunto de símbolos ctónico-funerários, daí derivando em parte a ambiguidade que a caracteriza. Como tal, esta potestade celeste aparece associada também às almas dos mortos que a habitam e que promovem a fecundidade cósmica e social, constituindo-se a sua propiciação periódica como garante de boas colheitas um pouco por todo o mundo. É, portanto, dos antepassados e das potências do reino da morte que depende a vida. Esta associação entre Lua e morte parece duplicar-se no simbolismo de que são investidas as personagens em tomo das quais se edificam as grandes mitologias do Mediterrâneo, divindades que se encontram no centro dos grandes dramas agrários e cujo percurso individual termina não raramente num processo de morte e ressurreição que se constitui como fonte de fecundidade e de prosperidade para a sociedade. Neste sentido se aproximam entre si Átis, Osiris, Tammuz, Adónis, Dioniso e Cristo, apresentando-se todos sob o signo de uma dupla ambiguidade: são, por um lado, personagens divinas que logram, porém, através da morte violenta a que são sujeitos, tocar a condição de humanidade; por outro lado, todos se assumem como seres andróginos, hermafroditas, reunindo atributos aquáticos e telúricos da Deusa-Mãe. Desta ambiguidade participa também a Lua uma vez que, sendo feminina, se lhe reconhecem igualmente propriedades masculinas.

Mas regressemos à etnografia concelhia e às pistas que ela nos fornece acerca da previsão do tempo entre as classes populares. A necessidade desta previsão fundamenta-se muito simplesmente no facto de que do tempo depende a fertilidade da terra, a abundância das colheitas e a prosperidade do lar, não surpreendendo assim que o agricultor dedique uma atenção muito especial ao tempo, tentando decifrar os seus segredos para, em certa medida, o poder controlar. Contudo, adianta-se por vezes que «isto já não se adivinha nada [do tempo]; agora há muito pouco quem atine com o tempo», atribuindo-se esta falta de acuidade da futurologia meteorológica popular ao facto de que «os foguetões têm estragado

⁵³ E, com ela, animais investidos de um forte simbolismo lunar e aquático como a cobra (*vid. supra*: I, III, 5), e a rã, que segundo apurámos em Pêro Moniz, se concebe como anunciadora da aproximação de chuva. Entende-se, de facto, que a rã pede água, traduzindo-se o seu coaxar na onomatopeia «quer'água, quer'água...».

⁵⁴ M. C. Martha, 1934: 20.

tudo⁵⁵. De facto, atribuem-se às «Viagens à Lua», aqui se incluindo as actividades dos vai-véns espaciais norte-americanos bem como o entulhamento da órbita terrestre com o lançamento de satélites artificiais, as alterações climatéricas e a modificação no ritmo «natural» das estações do ano, como se esse intrometimento do engenho humano num domínio que ultrapassa a sua condição precária provocasse uma alteração do equilíbrio entre os astros, equilíbrio que, como vimos, se assume como condição e garante da sucessão normal das estações, da regularidade do clima terrestre e da fecundidade da terra.

Ainda que, como temos pretendido demonstrar, assentem num sistema cosmológico de raízes culturais arcaicas, os vários processos de previsão meteorológica adoptados pelas classes populares resultam indubitavelmente da observação profunda por parte do homem do campo, iniciado no trabalho da terra desde a infância, das estações e da verificação da caracterização de cada fase do ciclo agrícola por uma conjuntura meteorológica particular, verificações que, de conteúdo mais ou menos substantivo, de intervalo semântico mais ou menos aberto, se materializam em expressões como as que pretendem que «Vento xarouco promete muito e dá pouco/ Mas se porfia, chove de noite e de dia», «Águas paradas, vento de corrente», «Sol de inverno muito quente traz o Diabo no ventre», «Nossa Senhora da Conceição é mijona⁵⁶, que «Q'ando chove p'la Assenção/ inté as pedras dão pão⁵⁷ ou ainda que «Setembro, ou seca as fontes/ ou leva açudes e pontes⁵⁸».

Deste conhecimento, que o agricultor herda dos seus pais e aperfeiçoa à medida que o tempo o torna mais íntimo da terra e dos seus ritmos, terá resultado a acumulação de um saber de fundamento empírico que se afere e se actualiza, sujeitando-se sem dúvida a um processo de selecção segundo parâmetros de eficácia em cada árvore que se poda, em cada sementeira que se faz, em cada fruto que se colhe. Assim, além das tēmporas e das arremedilhas, outro processo divinatório dirigido para a previsão das características meteorológicas do novo ano consistia na observação atenta das condições atmosféricas do dia de S. Vicente, a 22 de Janeiro. Com efeito, segundo informações recolhidas no Painho, por se entender que o dia em questão determinaria qual o vento que seria dominante durante o resto do ano, neste dia observava-se atentamente o pano dos moinhos da Serra de Todo-o-Mundo e, como tal, a direcção de onde soprava o vento. Também segundo um moleiro do Pereiro, «pelo S. Vicente, de onde estiver o tempo [isto é, o *vento*], esse será o vento *dominante* durante o ano». Por outro lado, à semelhança do que sucedia com a noite de Natal, também a meia-noite do dia de S. Vicente prognosticava, conforme a noite estivesse clara ou escura, isto é, consoante houvesse ou não luar, abundância ou falta de azeitona nesse ano. O processo deriva possivelmente da associação entre a luz da lua e a luz que, indirectamente, através do azeite, única fonte de iluminação dos lares do concelho até inícios do século e ao aparecimento do petróleo, a azeitona proporciona. Trata-se, portanto, de um processo mágico de cariz imitativo, ainda que, como veremos, mantenha igualmente relações com o universo da religião popular, aquele que associa luar e noites claras à abundância de azeitona e noites escuras à escassez do fruto.

⁵⁵ Informações recolhidas na Gouxaria.

⁵⁶ Adágio recolhido em Vale-Canada e que pretende afirmar que é costume chover no dia 8 de Dezembro.

⁵⁷ M. C. Martha, 1919: 23.

⁵⁸ Em anexo [Doc. 3] apresentam-se outros exemplos deste género de literatura oral.

Também nesta perspectiva supomos ser legítimo entender a crença de que no dia 2 de Fevereiro, dia consagrado a Nossa Senhora das *Candeias* (ou Nossa Senhora da Purificação ou, ainda, Nossa Senhora da *Luz*), «encandeiam», isto é, florescem as oliveiras [Foto 82]. Ora, como vimos⁵⁹, a Candelária celebra-se nas imediações da última Lua-Nova de Inverno, uma fase em que a Lua morre, desaparecendo do firmamento, sendo possível que a prática de proceder à frigidura de qualquer alimento («basta fritar um ovo...», asseguram os informadores) em azeite se constitua como prática propiciatória do regresso, do renascimento da Lua⁶⁰, aqui se descobrindo novamente uma associação entre o luar e a luz produzida pelo azeite, ele próprio símbolo de luz e de prosperidade, que serve de combustível às candeias. O raciocínio poderá traduzir-se na seguinte equação: Frigidura em Azeite => Propiciação do Luar => Abundância de Azeitona. Trata-se, portanto, como evidencia este pensamento circular, de um acto mágico que visa propiciar a abundância de azeitona⁶¹ e, com ela, a prosperidade económica do lar, com recurso ao astro que rege a fecundidade terrestre e do qual depende o crescimento das espécies vegetais.

Ora, também as condições atmosféricas que caracterizam este dia são entendidas por toda a Europa como prognóstico de uma situação meteorológica que irá perdurar e que, segundo os casos, anuncia a chegada definitiva do «bom tempo» ou, pelo contrário, o prolongamento do Inverno. Daí que «Candeias a chorar, o Inverno a acabar, Candeias a rir, o Inverno por vir», adágio repetido por todo o concelho e que encontra equivalentes noutros países europeus. Provérbios ou máximas semelhantes dizem respeito a Santa Brígida, também celebrada a 2 de Fevereiro⁶², e a S. Brás, ao qual se consagra o dia seguinte, sendo muito difundida a crença de que «Pelo S. Brás, o Inverno vai à frente ou fica atrás», sendo vários os autores que partilham a convicção de que todas estas festividades se constituem como reminiscências, cristianizadas, das *Lupercalia* ou de outras celebrações outrora designadas como «pagãs».

Neste complexo ritual da Candelária, em que se integram as festividades do dia de S. Vicente, de Nossa Senhora das Candeias, de Santa Brígida e de S. Brás, concebido tradicionalmente como uma espécie de barómetro cerimonial, devemos integrar igualmente o Entrudo, festa móvel cuja determinação depende das fases da Lua e que, tal como a Candelária, é celebrada nas imediações da última Lua-Nova de Inverno. Assim, crê-se que, chovendo em quarta-feira de cinzas, choveria durante toda a Quaresma⁶³, crença que se assemelha, aliás, a outras duas recolhidas no município de Cadaval: de acordo com informações registadas por uma professora do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho, uma consiste em que, «se chover na feira de 8 de Dezembro, chove na festa em honra da N. Senhora da Purificação em Famões⁶⁴, enquanto a outra pretende que se chover ao domingo antes da missa do dia, choverá durante toda a semana⁶⁵.

⁵⁹ § 1.

⁶⁰ Veja-se a hipótese colocada por Claude Gaignebet a propósito da possibilidade da existência de uma relação entre a prática de consumir crepes (figurações da Lua-Cheia, segundo o autor, que equivalem no plano simbólico ao ovo, ele próprio promessa de ressurreição, símbolo do eterno retorno e da regeneração periódica da natureza, que entre nós se fritam neste dia) e a evitação do eclipse lunar (1979: 52-53).

⁶¹ Outro rito com o mesmo fim toma lugar, como teremos oportunidade de verificar (II, § 4), por ocasião da Quinta-Feira de Ascensão.

⁶² Cf., e.g., J. L. de Vasconcelos, 1982b: 136.

⁶³ O que não implica, especificam alguns informadores, que chovesse continuamente durante esse período, mas apenas que choveria «em todas as semanas da Quaresma».

⁶⁴ E. Prieto, s.d.: 147.

⁶⁵ J. M. Adrião, 1900-1901: 102; J. L. de Vasconcelos, 1982b: 20.

Contudo, para além destes processos divinatórios centrados numa relação com a Lua, socorria-se a sabedoria popular de outros indícios da Natureza nos quais lograva adivinhar o tempo que faria brevemente. Assim, de Inverno, um pôr-do-sol muito avermelhado prefigura por vezes geada para o dia seguinte, enquanto, de Verão, o mesmo sinal prognostica muito calor. Outras vezes, como nota Leite de Vasconcelos, «O povo toma prognósticos do tempo pelo som dos sinos. Por exemplo: em Figueiros, Vermelha e outros lugares daqueles lados, ouvir-se o sino do Cadaval é sinal de chuva [...]; os de Adão-Lobo, pelo contrário, dizem que é sinal de bom tempo»⁶⁶. É provável que esta informação ateste a sobrevivência no concelho da crença, difundida um pouco por todo o continente europeu, no carácter bento do sino e na eficácia do poder da sua sonoridade no esconjuro de trovoadas e tempestades, colocando em evidência o relato de Leite de Vasconcelos a integração do sino numa constelação de imagens que o associam às potestades uranianas que controlam a tempestade, sendo que em diversas culturas o sino se apresenta como a voz através da qual elas se fazem ouvir. Em todo o caso, é o vento, que, no relato acima reproduzido, transporta o som dos sinos, e não estes em si, que se constitui como anunciando o tempo que irá fazer, tal como é o vento que desempenha o papel central na previsão do tempo implícita no seguinte agouro meteorológico: «Se as nuvens correm da serra para o Cercal, agarra os bois e mete-os no curral [...], se as nuvens correm do Cercal para a Serra, agarra nos bois e mete-os na terra»⁶⁷. Ainda relativamente à Serra de Montejunto recolhemos dois relatos concernentes à previsão do tempo. Assim, segundo o Sr. Júlio de Sousa, outrora guarda-florestal na Serra, «sabia-se» que, no Inverno, quando gelava o lago do Arieiro, no pequeno planalto onde se localiza o Quartel da Esquadra n.º 11 da Força Aérea, choveria dentro de três dias. Por seu turno, em Pragança há um pequeno curso de água, a «Maria-Magra», que fazia antigamente rodar as azenhas que se estendem ao longo das suas margens desde esta povoação até à Correira, sendo necessário, segundo informações do Capitão Eugénio Couto, um mês de chuva para o fazer rebentar, após o que corre durante três a quatro meses. Contudo, de acordo com o nosso informador, se o riacho pára repentinamente de correr, «de um dia para o outro», tal é entendido pelos habitantes locais como sinal de aproximação de chuva e mau tempo. Outros sinais de alteração do tempo referem-se igualmente às actividades dos animais, crendo-se que o espiolharem-se muito as aves e o canto insistente dos galos e das galinhas prenunciam chuva e que quando o estorninho assobia muito é sinal de que se aproxima grande tempestade. Do mesmo modo, são sinais da vizinhança de mau tempo dores nos calos (assim como algum osso que se tenha alguma vez quebrado), ouvir o comboio do Bombarral ou ouvir o som da gaita do amolador⁶⁸, que se crê aparecer apenas em dias nublados.

Vasto é, de facto, como temos verificado, o arsenal de instrumentos de que dispõem as gentes do concelho para a previsão do estado do tempo. Todavia, não se limitando a sua acção sobre o domínio do tempo à previsão e à geomancia, recorrem as populações locais a determinadas práticas que têm como objectivo a eclosão de determinado estado atmosférico, o qual se pretende promover pelo

⁶⁶ J. L. de Vasconcelos, 1980c: 180.

⁶⁷ E. Prieto, s.d.: 11.

⁶⁸ *Op. cit.*: 92.

recurso a ritos, não periódicos mas ocasionais, e que, podendo revestir-se de um carácter propiciatório ou esconjuratório, pretendem sempre, pelo recurso ao sagrado, seja ele esquerdo ou direito, reestabelecer uma ordem ameaçada ou quebrada. Não admira também que a tentativa de propiciar a queda de chuva passasse normalmente pela lógica do sacrifício e pelo recurso ao comércio com os entes divinos, dos quais supostamente depende a dádiva dessa substância vital para a fecundidade dos campos e a subsistência do lar.

Sem se limitar ao exercício de uma coerção directa sobre os santos, que já anteriormente havíamos referido⁶⁹, mediante o infligimento de suplícios às suas imagens, esse comércio, podendo revestir-se de um carácter individual ou colectivo, assentava sobretudo na súplica e na prece propiciatória, eventualmente acompanhadas de oblações e oferendas diversas, e participando assim de uma lógica do sacrifício que pretende tornar manifesta a dependência do homem para com a divindade e a constringir esta a agir em benefício daquele, reatando assim uma aliança quebrada de que a falta de chuva se constitui como signo.

Quando esta relação de reciprocidade com as entidades sagradas se efectua em nome individual, ela aproxima-se do mecanismo subjacente ao processo contratual de promessa/dádiva/contra-dádiva que se mantém com o santo, usualmente para beneficiar com a dádiva da saúde um parente ou um animal doentes. Será assim que devemos entender, sem procedermos a uma distinção excessivamente rígida entre ofertas propiciatórias e ofertas em acção de graças, a informação, por nós recolhida no Painho, relativa a uma personagem local já falecida, o «Xôtra», que «quando faltava a água nos campos [...] dizia que ia à Senhora da Encarnação levar uma almotoliazinha de azeite para que a santa mandasse chuva», recorrendo ao mesmo processo quando a chuva se tornava demasiada e pretendia que voltasse o bom tempo, dizem, gracejando, os informadores. Ao invés do que sucede com a promessa, processo no qual o ente sagrado só é agraciado com a contra-dádiva após a sua acção positiva, neste caso verifica-se, porém, que a santa recebe adiantadamente, antes de concedido o favor, o pagamento pela sua prestação de serviços, razão pela qual poderíamos entrever aqui, mais rapidamente do que relativamente ao mecanismo cambista que a promessa torna explícito, uma intenção de chantagem ou de coerção da divindade à acção em conformidade com o pedido efectuado.

Outro exemplo desta troca diferida em que a oferenda parece antecipar o atendimento da súplica por parte do ente divino parece consistir, ainda que mais dificilmente se revele perceptível, na realização de círios ao Senhor Jesus do Carvalhal, no vizinho concelho do Bombarral⁷⁰ e na oferenda ao «santo», como por vezes se lhe referem, de velas e círios. Com efeito, segundo conseguimos apurar em diversas povoações, além da prática de recorrer ao pároco para se proceder no templo local à realização de preces *ad petendam pluviam*, preces

⁶⁹ I, III, § 1.

⁷⁰ Relativamente à origem dos círios ao Senhor Jesus, representado sob a forma de um Cristo Crucificado, imagem à qual se referia já em 1712 o Padre António Carvalho da Costa na sua *Corografia Portuguesa* como obrando Deus por ela «muytos milagres» e sendo muito frequentada por «devotos Romeyros das Villas circumvisinhas», afirma a crença popular que terão começado em virtude de a imagem, encontrada junto ao mar em Peniche por um pescador, ter manifestado ela própria, por um milagre, fazendo-se pesada uma vez chegado à povoação, a vontade de ficar no Carvalhal (*Povo do Carvalhal...*, p. 6).

colectivas «para que chovesse, para que as searas não se estragassem»⁷¹, era também outrora comum, em tempo de seca, dirigirem-se círios ao santuário acima referido para «pedir chuva». «E», acrescentam determinados informadores, «resultava: uma vez, no regresso do Carvalhal, levantou-se uma trovoadas e começou logo a chover!», episódio tido como atestando o poder milagreiro do «santo». Note-se, porém, como nesta procissão, rito de ocasião determinado na restauração de um equilíbrio rompido, a dimensão lúdica que caracteriza fenómenos idênticos inscritos no quadro das festividades cíclicas parece desaparecer em virtude de a cerimónia testemunhar um momento de angústia para toda a comunidade, empolando assim a sua dimensão estritamente religiosa. Enquanto movimento comunitário, uma vez que a aldeia em peso se desloca ao santuário, chegando por vezes a encontrarem-se no caminho círios provenientes de diversas povoações do concelho, a procissão assume-se, note-se, como reafirmação dos laços entre a comunidade e a divindade, manifestando, tal como no mecanismo subjacente à promessa e à oferta propiciatória, a dependência daquela para com esta.

Em caso de falta de água, podem igualmente recorrer as gentes de concelho, além destes processos cambistas de atributos místicos, ao vedor, um especialista na procura dessa substância primordial cujos métodos relevam também de princípios simbólicos. De facto, atribui-se a este hidrogeólogo popular a capacidade de, mediante o recurso a uma «força» ou vara bifurcada, usualmente de salgueiro ou de marmeleiro, conseguir localizar lençóis de água subterâneos. De acordo com as informações recolhidas em 1987 em Vale-Canada⁷², dois ou três anos antes, «época de seca», um habitante do lugar cujo poço havia secado requereu os serviços de «técnicos» para efectuar um furo artesiano na sua exploração agrícola. No local indicado, procedeu-se então à perfuração, e, como a broca alcançasse os sessenta metros de profundidade sem descobrir água e novas tentativas se revelassem igualmente infrutíferas, chamou o dito proprietário um vedor às suas terras, e, no local onde a força se contorceu e apontou para o solo, fez-se novo furo e a água jorrou. Conscientes da probabilidade de nos referirmos aqui a um caso excepcional que, por se ter revelado eficaz, se tenha tornado emblemático para a memória colectiva da população local, fazemos notar, contudo, como apenas se recorreu ao processo tradicional, fruto de um conhecimento que se transmite de pai para filho e cuja tendência actual é o desaparecimento absoluto, após as modernas técnicas e tecnologias se terem revelado inoperantes.

É nítido, todavia, o *volte-face* que se opera quando, das práticas propiciatórias concernentes à produção de chuva, manipuladoras da face direita do sagrado, nos deslocamos para o domínio das práticas esconjuratórias do mau-tempo. Aqui, ainda que se recona a personagens reconhecidas como pertencendo ao panteão da religião oficial (é o caso de Santa Bárbara, S. Custódio e S. Bento) e se utilizem como matéria para os procedimentos rituais elementos «bentos», sagrados (o tronco de Natal, os palmitos benzidos na igreja no domingo de Ramos, etc.), a invocação das potências sobrenaturais ganha foros de prática mágica, sendo, porém, tal como no caso da propiciação de chuva, o exorcismo de um excesso o que antes de mais se pretende.

⁷¹ Da entrevista a Etelvina do Carmo Martinho, Vale-Canada, 1990. O ressurgimento deste fenómeno, sobretudo em povoações do Alentejo, pôde ser atestado em 1992, por ocasião de seca prolongada.

⁷² A única informação de que dispomos no respeitante a esta matéria foi recolhida por nós nesta povoação ainda antes de se haver procedido ao *Levantamento* que deu origem a esta monografia.

Entre os fenómenos atmosféricos que se constituem popularmente como objecto destas práticas esconjuratórias, encontra-se o nevoeiro, que caracteriza toda a região Oeste sobretudo durante o Verão⁷³ e ao qual se dirigiam antigamente diversas fórmulas com o objectivo de o afastar ou dissipar, fórmulas de que reproduzimos abaixo dois exemplos recolhidos em zonas serranas do concelho (textos A e B), sendo de notar que este temor de que o nevoeiro está investido relaciona-se certamente com a crença, comum a diversas regiões do nosso país e com equivalentes noutros países europeus, de que onde ele pousa no primeiro domingo de Agosto «haverá moléstia»⁷⁴.

A

--Arreia, arreia, nevoeiro,
 Já lá vem o Zé Ferreiro
 Com a cadelinha queimada.
 - Quem n'a queimou?
 - Foram as moitas.
 - Que é das moitas?
 - Roeram-nas as cabras.
 - Qu'é das cabras?
 - Estão feitas em odres.
 - Qu'é dos odres?
 - Estão cheios de vinho.
 - Qu'é do vinho?
 - Bebeu-o a velha.
 - Qu'é da velha?
 - Está a cardar lã.
 - Que é da lã?
 - Espalharam-na as pitas.
 - Qu'é das pitas?
 - Estão a por ovos.
 - Qu'é dos ovos?
 - Bebeu-os o clérigo.
 - Qu'é do clérigo?
 - Está a dizer missa
 No altar da Carriça;
 Vai lá, que lá acharás
 A escrita.⁷⁶

B

•Arreia, arreia, nevoeiro,
 Lá pra trás daquele oiteiro,
 Que lá vem teu pai carneiro
 E uma vaca c'um reboleiro.⁷⁷

C

--Santa Bárbara se levantou
 Seu pé direito calçou,
 Seu bordão na mão tomou,
 Seu caminho deu a andar,
 Nosso Senhor encontrou,
 E Jesus lhe perguntou:
 - Onde vais tu, Bárbara?
 - Vou apagar a trovoada
 Que anda no Ceu armada.
 - Afasta-a bem para longe!
 Onde não haja pão na eira,
 Nem tranquinho de oliveira,
 Nem flor de rosmaninho,
 Nem mulher com menino,
 Nem vaca com bezerrinho,
 Nem gadelinho de lã,
 Nem bafo de alma cristã.⁷⁵

D

• Magnífica bendita;
 Engrandeceu o Senhor [sic],
 Meu Deus, meu salvador.
 Santa Bárbara se levantou,
 Seu pé direito calçou
 Nossa Senhora [sic] lhe perguntou:
 Onde vais tu, santa Bárbara?
 Vou abrandar a trovoada,
 Que anda no céu armada.
 Abranda lá para bem longe
 Onde não haja meninos na eira,
 Nem folhas de figueira,
 Nem bois no arado,
 Nem trigo no prado.⁷⁸

⁷³ Consulte-se o § 2 da Introdução (Enquadramento Natural do Concelho) desta monografia.

⁷⁴ J. L. de Vasconcelos, 1980c: 481.

⁷⁵ G. Felgueiras, 1949: 398 - oração recolhida na Ventosa pela professora Adelaide Pereira Rato.

⁷⁶ *Op. cit.*: 396 - esconjuro recolhido em Alguber pela professora Maria do Rosário Virgílio.

⁷⁷ J. L. de Vasconcelos, 1985: 487. Noutro vol. desta obra, e a propósito do mesmo esconjuro, recolhido em Pragança, refere este etnógrafo que «reboleiro» designa um chocalho grande e que «O nevoeiro tem ouvidos, e ouve isto e foge» (1980c: 484). Veja-se também M. J. Silva, 1986: 79-80.

⁷⁸ E. Prieto, s.d.: 93. Esta professora acrescenta que, «Por vezes, recita-se uma reza mais curta:/ Nossa Senhora [sic],/ espalhe esta trovoada/ «adonde» não haja,/ pão nem vinho,/ nem tranquinho de rosmaninho».

Padroeira, entre outros, dos arcabuzeiros, artilheiros e mineiros, Santa Bárbara é também, entre as classes populares, a entidade divina mais frequentemente invocada contra a morte repentina e o raio, sendo igualmente a ela que se dirigem a maior parte das fórmulas mágico-rituais esconjuratórias da tempestade, das quais acabámos de reproduzir dois exemplares recolhidos em terras cadavalenses (textos C e D). O investimento da santa, acerca da qual se diz que só é lembrada quando troveja, destes atributos deriva certamente da sua hagiografia, segundo a qual teria, por haver abraçado a fé cristã em detrimento dos cultos pagãos, mandada ser supliciada e decapitada por seu pai, o qual, por seu turno, teria acabado sendo fulminado por um raio, pelo que este fenómeno natural é conotado como teofania, manifestação de uma vontade divina de vingança e justiça. De atentar nas duas orações acima transcritas é, em primeiro lugar, o facto de o poder esconjuratório que se outorga a mulher que as recita ser exercido, não em nome próprio, mas em nome da santa, a qual, por sua vez, executa uma ordem proveniente de instâncias mais altas: Cristo ou a Virgem Maria. Em segundo lugar, é de notar a função de sobrevivência do ritual, explícita, por um lado, na preocupação de esconjurar a trovoada (para onde não haja «pão na eira», «tranquinho de oliveira», «pão nem vinho», «bois no arado», «trigo no prado») em virtude de ameaçar as bases materiais de que depende a prosperidade do lar aldeão e a reprodução social, sendo que, por outro lado, se esconjura a trovoada (para onde não haja «mulher com menino,/ Nem vaca com bezerrinho») por ameaçar interferir no processo de reprodução biológica humana e animal, temendo-se que os trovões e os relâmpagos assustem as mulheres e animais, provocando abortos ou complicações no parto, pela mesma razão que, como nós próprios tivemos oportunidade de verificar, por ocasião das festas locais se evita o lançamento de foguetes nas imediações de vacarias ou do estábulo de algum vizinho que tenha animal prestes a parir.

É possível, contudo, que estes esconjuros da tempestade se fundamentem na associação, já referida, entre o demónio e os redemoinhos de vento⁷⁹, aos quais também se dirigiam diversas fórmulas com o fim de os esconjurar. Assim, segundo J. M. Adrião, «Nas ocasiões de grande temporal [...] reza-se a oração de S. Custodio, ou diz-se repetidas vezes aos cantos da casa:/ S. Bento, S. Bento,/ Abrandai este vento!»⁸⁰.

Para esconjurar a tempestade era também costume antigamente, segundo informações por nós colhidas no Painho, queimar o alecrim apanhado em Sábado de Aleluia e benzido na igreja no dia seguinte ao mesmo tempo que se orava a Santa Bárbara para «espalhar os trovões», e já Leite de Vasconcelos havia anotado para a sua *Etnografia* que «As trovoadas secas são muito perigosas. Para as afastar queimam folhas de palma benta [benzidas na igreja no domingo *de Ramos*], à porta de casa, em perfumadores ou em telhas, na rua. Nas trovoadas molhadas faz-se isto, naturalmente, dentro de casa»⁸¹. Na composição destes defumadouros entravam igualmente, para além do alecrim e do rosmaninho, o louro, planta na qual postula a sabedoria popular que não cai o raio. Investidos de virtudes

⁷⁹ Veja-se como aprofundamos esta relação existente entre as potências demoníacas e os fenómenos atmosféricos do vento e da tempestade no § 3 do capítulo seguinte.

⁸⁰ J. M. Adrião, 1900-1901: 102.

⁸¹ J. L. de Vasconcelos, 1980c: 578 - informação recolhida no Peral.

profilácticas contra as trovoadas e as tempestades apresentavam-se também as velas acesas na igreja em Sexta-Feira Santa ou que tivessem sido utilizadas na iluminação de um presépio, bem como as pinhas queimadas na lareira na noite de Natal. Do mesmo modo, conservava-se o tronco de carvalho utilizado na lareira de Natal para queimar por ocasião de trovoadas, crendo-se no poder do seu fumo em afastar a tempestade⁸². Contudo, ao invés do loureiro, no qual é suposto jamais cair o raio, razão pela qual entrava ele na composição dos referidos defumadouros, o carvalho é popularmente concebido como a árvore mais frequentemente atingida pelo raio⁸³.

Curiosamente, enquanto noutros países europeus se crê que o tronco de Natal protege a casa do raio e dos incêndios, entre nós, esse papel é atribuído à *pedra-de-raio*, por se acreditar que onde cai um raio não voltará a cair outro e que, como tal, local onde se verifique existir já uma pedra destas não poderá cair outra. Assim, conserva-se em casa, no telhado ou «na tranqueira da porta de entrada» da casa⁸⁴, uma pedra destas, atestando assim, segundo princípios de uma lógica simbólica, o facto de que já aí terá caído um raio, ao mesmo tempo que se faz o mesmo repelir o igual. Pelo que pudemos apurar, é rara a família que não possua em casa uma pedra destas, certamente também em virtude da abundância de que se reveste este material no concelho. De facto, as pedras-de-raio são encontradas frequentemente durante os trabalhos agrícolas, ao revolver a terra, e, ainda que algumas pessoas se lhes refiram como assemelhando-se a uma «machadinha», a grande maioria da população desconhece o facto de se tratarem na sua grande maioria de machados de pedra pré-históricos, de que Leite de Vasconcelos recolheu no concelho inúmeros exemplares.

Ainda que a grande parte dos informadores reproduza simplesmente a crença segundo a qual a pedra-de-raio se constitui como uma pedra que efectivamente cai do Céu, constituindo-se ela como o próprio raio ou simplesmente acompanhando o raio na sua descida vertiginosa, e que quando cai se afunda no solo durante sete anos à velocidade de um metro por ano, após o que inicia nova viagem de sete anos à mesma velocidade, até aflorar à superfície da terra, alguns informadores operam, todavia, uma distinção entre o raio ou «corisco» e a «fáisca». Assim, enquanto esta, que apenas cai sobre o solo, «em caindo some-se»⁸⁵, sem produzir pedra alguma, o raio ou corisco é sempre desferido contra algum objecto, pedra, árvore, habitação, animal ou mesmo pessoa, e nunca sobre o solo, sendo apenas ele a produzir a pedra-de-raio. Ainda que, como avançou um informador da Murteira, esta explicação popular do raio como sendo constituído por uma pedra seja compatível, «para os antigos», desconhecedores da violência

⁸² Noutros países europeus, além de se constituir como medida profiláctica contra a tempestade, o tronco de Natal é igualmente investido do poder de afastar o mau-olhado, as doenças dos animais e o míldio das colheitas, além de, uma vez espalhadas pelos campos, as suas cinzas tornarem a terra fértil [J. G. Frazer (1922) 1990: 636-637].

⁸³ Tendo sido na Antiguidade investido «dos prestígios da divindade suprema» (Eliade, 1977: 82), o carvalho foi consagrado a Zeus e a Júpiter, ao nórdico Thor e ao eslavo Perun [J. G. Frazer, (1922) 1990: 159-161], todos deuses da chuva, da tempestade e do trovão.

⁸⁴ J. L. de Vasconcelos, 1982a: 232.

⁸⁵ Da entrevista realizada em 1990 a António Morais, que, só no «Castelo», como é popularmente designado o castro de Pragança, terá encontrado para cima de duas dezenas de «pedras-de-raio».

de uma descarga eléctrica de alta voltagem, com a verificação do poder do fenómeno em destruir uma casa ou rachar uma árvore em duas, torna-se visível o facto de que todo o simbolismo que se tece em torno do raio e da pedra que supostamente ele produz se integra num complexo de imagens que o associam ao carvalho e às divindades uranianas «pagãs» que se manifestam como detentoras do poder sobre o fenómeno duplo raio/trovão, integrando-se por sua vez este complexo imagético num sistema mitológico mais vasto em torno do qual se construiu, pensando naqueles dois que o seguirão, este capítulo.

ANEXO

Doc. 1

HISTÓIRA DOS DOIS PRINCEPES C'O SOL E UMA 'STRÊLA

Era duma vez três manas casadoiras q'havia lá im certa terra; e vai o rê daquel' país agardou-se da más bonita e arreceberom-se. As oitras duas ficaram o que se chama danadas cum raiva; e q'ando ó fim de nove meses a rainha ficou de parto, forom p'ró pé dela co pé de ajudarem no que fôsse perciso. E q'ando a rainha teve um menino e uma menina, que fazerom elas? Forom-se às criencinhas e trocaram-nas pr'um casal de cãesitos.

O menino tinha nacido c'um sol na testa e a menina c'uma esterlinha. O rê quis ver os filhos, e q'ando lá chigou e se dê c'um casal de cães, ficou fulo cum'a bicha e mandou pô-la rainha de baxo duma escada, adonde quim por 'li passava todos l'haverom d'escarrar im riba.

As malvadas irmãs da rainha tinham mandado matar os meninos; mais o home que os acêtou num teve coraige p'ra tanto e deu-os ò casero do palácio do rê p'rós criar im segredo. Traziam antão assim a modos cum a um bôné na cabeça, qu'incobria ò menino o sol e à menina a esterlinha.

Passarom-se muntos anos e um dia foi o rê e encontrou lá os dois irmões; êle era já um homezinho e ela uma mulher fêta. Gostou munto dêles, prêcurou-le s'êles q'riom vir p'ra palácio co êle e êles que sim, q'iom.

Q'ando o rê chigou a palácio, passou co êles ò pé da escada adonde estava a mãe e o rê quis qu'êles l'escarrasse im riba e êles num quiserom, que sabiam q'era a mãe; estavom insinados p'lo casero de quim erom e de quim n'o erom. A tarde, o rê deu um grande jentar òs dois, e cunvidou toda aquela fidalgaria p'ra assestir ò jentar, mais os dois irmões disserom que num s'assintavom à menza nim tiravom o bôné, sim vir tamêm comer aquela mulherzinha que estava debaxo da escada.

O rê num quis, nim as duas irmãs da rainha, já se dêxa ver, mas os rapazes tanto atêmarom, tanto atêmarom, qu'infim o rê sempre deu as suas ordens p'ra mandar lavar e vestir a mulhersinha e ela vêo p'rá menza comer.

Q'ando estava a acabar o jentar, alavanta-se o rapaz e vai assim:

Sabam todos q'antos aqui estão qu'esta mulher é a rainha e ê som filho dela, má-la 'nha irmã q'aqui está; ela está iacente e as malvadas são estas 'nhas tias q'inganarom a mastada al-rê p'la enveja que tinham à rainha.

E cuntou antão tudo q'ant'era passado e no fim tirou o bôné, má-la irmã e foi antão q'ando virom todos q'êles tinha um sol na testa e ela uma esterlinha.

Antão o rê ficou danado e mandou matar as duas malvadas envejosas e a mãe dos rapazes torneu a ser rainha, cum' era intigamente.⁸⁶

⁸⁶ M. C. Martha, 1934: 206-208.

Doc. 2

OS DIAS DA SEMANA

Os sês dias da semana
é l'os vou construir;
palaurinbas incelentes
escuita, amor, se quer's oívir.

A sigunda é do trevo,
nace da ingartidão,
p'ra que tu sabas, amor,
se t'ê quero bêim ó não.

A têrça é da soidade,
é uma flôr tam incelente,
a todos fala verdade
só a mim tanto me mente.

A quarta é da auga,
que rega toda a verdura,
só nam regam os tês óilbos,
a m'nba pouca vinhura.

A quinta, q'ê más venero,
é a flôr do tê jardim;
diz, amôr, quim l'a adverte,
q'ando l'apartas de mim.

A sêsta é da prepêua
têim n'a flor à rés-do-chão,
p'ra tirar um raminbo
qu'ando for ó dar da mão.

Sábad'é de alecrim verde
tod'ó ano dá felor;
só por morte tará fim
este nosso tant' amor.

Lá vêim n'o demingo ó pé,
dia de tanta alegria;
só por morte tará fim
esta nossa cumpanbia.⁸⁷

Doc. 3

Março marcêja,
Pela manbê chove,
De tarde calmêja⁸⁸

ou

Março marçagão,
manbãs de Inverno, tardes de Verão⁹⁰

Feverêro
Leva a uvêlha e o carnêro,
E inda entra pelo pigurêro.⁸⁹

Em Abril,
Vai a velha aonde bá-de ir,
Queima a canga e o canguil
E inda torna para o seu covil⁹¹

⁸⁷ *Op. cit.*: 46-47. Compare-se a última quadra com aquela apresentada por Leite de Vasconcelos no Vol. VIII. da sua *Etnografia Portuguesa* (p. 24) e já acima reproduzida por nós (I, III, § 1).

⁸⁸ *Ibid.*

⁸⁹ J. L. de Vasconcelos, 1885: 27.

⁹⁰ Quadra recolhida no Cadaval em 1989.

⁹¹ J. L. de Vasconcelos, 1982b: 244.

II — O CICLO DO PÃO

1. INTRODUÇÃO

*«Não cortes a parra à cepa,
Nem o troço à serralba,
Que é o sustento do homem
No ano em que não há palha»¹*

Na concepção que tem hoje do seu passado a generalidade dos indivíduos pertencentes às gerações com mais de quarenta anos verifica-se a existência de uma contradição fundamental que ressalta mesmo perante uma abordagem epitelial da mentalidade das classes populares do concelho: ao mesmo tempo que se afirma que «antigamente o bicho não entrava na fruta», que «As pessoas eram mais fortes, mais resistentes às doenças», que «viviam melhor [isto é, com melhor qualidade de vida] e [durante] mais tempo», que «a comida era mais saudável», sem estar contaminada pelos produtos químicos hoje comumente usados na produção agrícola, classificam-se esses tempos como «tempos de muita dificuldade, de miséria». Para ilustrar esses «tempos de fome», caracterizados por uma alimentação deficiente que fazia grande parte da população roçar o limiar da subnutrição², recorrem os informadores a referências a famílias cujas refeições consistiam frequentemente num naco de pão barrado com alho ou banha ou acompanhado de uma cebola crua com sal, de umas poucas azeitonas que se apanhavam andando ao «rabisco»³, de alguns pedaços de maçãs secas ou de uma sardinha dividida por duas ou três pessoas, a indivíduos que roubavam uma batata para cozer, a mulheres grávidas que, pouco ou nada tendo para comer, permaneciam deitadas nos dias anteriores ao parto, reunindo todas as energias para esse momento.

¹ Quadra recolhida na Gouxaria.

² Na ausência de outros dados que não as informações orais recolhidas por todo o concelho é apenas este o cenário que podemos entrever.

³ Entre Novembro e Dezembro era outrora costume andarem as mulheres e as crianças das famílias mais pobres ao rabisco, apanhando do chão a azeitona que caía com a chuva e que ficava nos olivais finda a apanha da azeitona.

Na alimentação quotidiana das classes populares entrava com regularidade, além das clássicas «sopas de cavalo cansado», feitas apenas de pão abundantemente demolido em vinho no qual se misturava, quando o havia, açúcar, a «Ti-Borna», prato confeccionado esfregando simplesmente alho no pão, de preferência acabado de cozer, que se partia depois e sobre o qual se lançava, numa tijela, água quente, temperando de seguida com sal e alguns pingos de azeite e vinagre. Na representação que têm hoje os indivíduos da sua alimentação de outrora entra também a «misturada», que Leite de Vasconcelos refere como estando «muito em uso no Cadaval» e que consistia apenas num «Caldo de couves e outras hortaliças com feijão branco»⁴, eventualmente melhorado com batatas e bacalhau. Perante a escassez de alimentos como a carne, o peixe, e, especialmente no Inverno, os tubérculos e outros vegetais, na alimentação de inúmeras famílias dos estratos mais pobres das camadas populares do concelho entravam assim com grande assiduidade, pelo menos até há aproximadamente quatro décadas, as plantas «bravas», que, por vezes ajudadas pelas filhas mais velhas, as mulheres recolhiam nas terras incultas em redor da aldeia e com as quais, segundo o seu género, confeccionavam açordas ou sopas e saladas que, acompanhadas de um pedaço de pão de milho, constituíam muitas vezes o todo da refeição. Dessas ervas bravas, menosprezadas em virtude de se aproximarem do domínio de uma não-comida, contam-se as seguintes espécies: cogumelos, «ineixas», «saramagos», «borralho», «alfacinha-do-campo» ou «do monte», «rabaças», «nagabelha» ou «pé-de-burro», «beldroegas», «cardos-de-comer», «tengarrilhas», «almeirões», «celcas», «corelhão» ou «corilhão», «túberas», entre outras.

Por seu turno, os pastores, sobretudo aqueles que guardavam o gado nos baldios da Serra de Montejunto, permitiam-se geralmente acrescentar à sua alimentação diária, na qual entravam também essas ervas bravas e bagas silvestres, um suplemento proteico obtido com a caça, como teve oportunidade de verificar Leite de Vasconcelos: «Em Pragança os alimentos dos pastores são: pão de milho, *pata d'égua* ou *pata-de-burro* (espécie de cebola brava), que arrancam com o cajado [...]; baga de murinho; pútegas; medronhos; batatas assadas; carne (de coelho, pardais, etc.). Assam caracóis (marisco do mato) ou comem-nos crus»⁵. Do mesmo modo que não se desdenhava qualquer lebre ou perdiz que os homens e os rapazes pudessem levar para casa durante a época de caça⁶, e ainda que não aparentasse existir o costume de se pescar regularmente nos cursos de água do concelho⁷, não se desprezava alguma oportunidade de apanhar o pouco peixe que habitava os poços e ribeiras, não só através da pesca à linha⁸, prática exclu-

⁴ J. L. de Vasconcelos, 1983a: 362.

⁵ J. L. de Vasconcelos, 1980a: 519-20.

⁶ Repare-se nas seguintes quadras, alusivas à actividade da caça: «Caçador, que vai à caça/ E não mata o que deseja,/ Torna as culpas à espingarda,/ Muito boa que ela seja. || Fui fazer uma caçada/ No sítio duma arroteia,/ Vi estar a lebre deitada,/ Fui cum pé, alevantei-a; || Meti a espingarda à cara/ Di (dei) ao gatilho, matei-a;/ Levei-a logo pra casa,/ Fui fazê-la para a ceia» (J. L. de Vasconcelos, 1982a: 348-349).

⁷ De 1758 chega-nos, pela pena do pároco de Pêro-Moniz, Manuel Rodrigues da Fonseca, a informação de que se criavam no rio Real «alguns peixes miudos, q. sam enguias e muitos ruivaços, e câgados, e rans», referindo, porém, o mesmo pároco que «Nam ha nelle pescarias publicas, nem particulares; so sim algumas de curiosidade, e de pouco lucro, e por esta Razam» (*Dicionario Geographico*, Vol. 29, nº 152).

⁸ Acerca da pesca das enguias nos poços e nos ribeiros do concelho *vd.* J. L. de Vasconcelos, 1980a: 354-355.

sivamente masculina, mas também à mão, como, por ocasião das pulverizas, faziam algumas mulheres em Alguber após lançarem à água do Arnóia uma cabaça de sulfato com que se tratavam as videiras e as árvores de fruto e deixando que os peixes, usualmente enguias e rabaços, subissem à tona de água, atordoados⁹.

O fornecimento de peixe às diversas povoações do concelho¹⁰ efectuava-se apenas em alguns dias da semana e por intermédio de almocreves que iniciavam o seu trajecto na madrugada do dia da venda nas praias de Peniche. O transporte do peixe, na sua maior parte sardinha e petinga, fazia-se de carroça, fazendo o peixeiro anunciar a sua chegada a uma povoação com pregões característicos e o som de uma cometa de latão de que um habitante da Murteira guarda ainda dois exemplares. Ainda que, de acordo com as informações recolhidas oralmente, se consumisse mais peixe do que carne, esta era, contudo, valorizada enquanto se depreciava aquele, como o parecem denunciar os seguintes exemplares da poesia popular concelhia:

*«Eu deitei a rede ao mar,
A fita da mesma linba,
Para apanhar a fataça
E juntamente a tainba.
Para comer, a pescada,
Para governo, a sardinba,
Para gosto, carne assada,
Para caldos, a galinba.
Se a doença for delatada
Receita-se uma mezinba»¹²*

*«Ó rapaz da Borda d'Água,
Comer peixe não é fôrça:
Pelas notícias que eu tenbo,
O rapaz não leva a moça!»¹¹*

O consumo de carne¹³, muito escasso, assentava sobretudo no coelho e nas aves de criação caseira, reservados para os dias «alumiados», e no porco¹⁴, cuja carne era consumida fresca quando da sua matança [Foto 84], sob a forma de «serrabulho» e «golada», e salgada ou fumada até à seguinte matança do porco, evento de especial relevância na sociabilidade e economia familiares de todas as aldeias que deve efectuar-se desde os Santos até ao S. Vicente e estando a Lua em fase de quarto-crescente para que, por um processo mágico-imitativo, a carne cresça no salgadoiro.

O trabalho da terra, feito de sol a sol, fazia-se preceder, ao levantar, aproximadamente pelas seis horas, pelo «matabicho», constituído apenas por um copo de aguardente, vinho ou água-pé a empurrar, quando o havia, um naco de pão barrado com alho ou acompanhado de peixe frito na véspera, toucinho, banha ou azeitonas, sendo que, mais recentemente, tendo-se o café introduzido nos

⁹ Informação de Amélia Maria Marques, Gouxaria.

¹⁰ Em *A Hora - Revista Ilustrada* de 1934 (Ano I, nº 11) apenas um estabelecimento comercial, na Vila Nova, de propriedade de Luiz Ramos Junior, anuncia vender peixe (p. 6).

¹¹ J. L. de Vasconcelos, 1980b: 470.

¹² J. L. de Vasconcelos, 1979: 188.

¹³ Em 1934 *A Hora - Revista Ilustrada* anuncia apenas a existência de um talho em Pragança (p. 23) e um estabelecimento de comércio de carnes verdes na Sobrena (p. 16).

¹⁴ Acerca da matança do porco consultem-se as descrições constantes de: G. Capinha, 1984: 22-24, E. Lemos, 1984: 38-43 e, em especial, E. Prieto, s.d.: 76-80.

hábitos alimentares da população, generalizaram-se as «sopas» de pão demolhado em café. Pelas 10h00 da manhã fazia-se uma pausa de aproximadamente meia-hora para o almoço, o qual repetia por vezes o matabicho, para logo de seguida retomar o trabalho até, pelas 13h00 ou 14h00, ao jantar ou «janta», refeição quente e melhorada em cuja composição entrava usualmente uma «misturada» ou outra sopa substancial, a que se podia seguir um naco de pão acompanhado de uma petinga ou de uma sardinha frita, de um pedaço de bacalhau, de algumas rodelas de chouriço, etc.. Depois, eventualmente com um pequeno intervalo para a «merenda» ou «bucha», normalmente constituída por um copo de vinho ou água-pé¹⁵, retomava-se o trabalho até ao pôr-do-Sol, anunciado pelo toque das Trindades. Finalmente, após o regresso do campo, mais cedo de Inverno do que no Verão, a ceia esperava os trabalhadores com uma variedade alimentar semelhante àquela que havia caracterizado as refeições anteriores.

Não só a preparação das refeições, que por vezes a mulher levava ao marido quando o trabalho o retinha na fazenda, como todas as outras tarefas domésticas eram, como temos tipo oportunidade de verificar desde o início deste Livro II, da exclusiva responsabilidade feminina. Entre essas tarefas incluem-se o cuidado com os filhos, a recolha e a confecção da alimentação destinada aos animais de criação, a apanha da lenha, a recolha das «ervas bravas» que constituíam por vezes a base da alimentação da família, a limpeza da casa, a lavagem da roupa, a confecção do vestuário, inclusive a fiação e a tecelagem dos tecidos, tarefas para as quais o acto mítico-ritual de lançar o primeiro banho da menina para o quintal, ao contrário da água do banho do menino, lançada para a rua pela porta principal de casa, pretendia logo desde o nascimento vocacionar a mulher¹⁶.

Todavia, ao invés do que pretende o adágio «enquanto o marido cavar, a mulher deve fiar», verifica-se, de facto, que a mulher participa activamente no trabalho da terra, especialmente na horta. No entanto, e como sucede ainda hoje, no trabalho à jorna a mulher recebe invariavelmente menos do que o homem, facto que o argumento de a mulher trabalhar menos do que o homem comumente pretende explicar, independentemente de a taxa de produtividade do seu trabalho ser equivalente ou superior à do parceiro masculino. As tarefas agrícolas da competência feminina são, porém, pelo menos ao nível das ordens concebidas, distintas das tarefas agrícolas reservadas aos homens. Assim se verifica que, sob as desculpas de exigirem «maior esforço físico», de que «as mulheres não sabem dar conta do trabalho» ou de que «os homens gostam mais de fazer isso», as operações agrícolas fecundantes como a poda, a empa e a enxertia são feitas apenas pelos homens. As mulheres podem, contudo, juntar as vides depois da poda e acarretá-las para fora das vinhas, bem como procederem à cava da terra para estrumar as videiras é acarretar à cabeça os cestos da vindima para o lagar. Ao invés das mondas, da estrita competência feminina, competem exclusivamente aos homens as «pulverizas» das videiras e das árvores de fruto, ainda que em tais operações as mulheres possam dar serventia aos homens, acarretando para as fazendas a água em que dissolvem os produtos químicos com que se procede a

¹⁵ «Posto que os trabalhadores andem a sêco, isto é, comam á sua custa, e não á do dono da fazenda, este dá-lhes agua-pé para beberem durante o trabalho. Bebem geralmente por um copo de como» (J. L. de Vasconcelos, 1929: 47).

¹⁶ *Vd. supra*: I, III, § 4.

essa operação. Na apanha da azeitona, os homens varejavam as oliveiras, enquanto as mulheres apanhavam o fruto dos panais dipostos sob a a copa das árvores.

De um lado, na representação da divisão do trabalho que deriva da actividade cinegética, opõe-se, portanto, masculino e *caça* a feminino e *recolecta*: a pesca e a caça à linha são actividades caracteristicamente masculinas, enquanto as actividades recolectoras são exclusivamente femininas: é a mulher que apanha a forragem para o gado miúdo, é a mulher que apanha as plantas e os tubérculos «bravos» que entram na alimentação familiar¹⁷ e é a mulher que recolhe, muitas vezes como fruto do roubo, a lenha¹⁸ para o forno e a lareira. Do mesmo modo, na representação popular da divisão sexual do trabalho agrícola, o masculino associa-se, portanto, ao *alto* (são eles que podam as árvores, varejam as oliveiras, etc.) e ao *pesado* («os homens fazem os trabalhos mais pesados»: a cava da terra, a lavra, a fresa), enquanto o feminino se assume como sinónimo do *baixo* (as mondas, a recolha das vides, a apanha de forragem para o gado miúdo, a vindima, a apanha da fruta e da azeitona) e do *leve* («as mulheres fazem os trabalhos mais leves»), o que não nos surpreenderá se, como vimos, determinados procedimentos divinatórios respeitantes ao sexo de uma criança antes do seu nascimento assentam numa rede de oposições que associa masculino ao alto e ao forte (e ao direito) e feminino ao baixo e ao fraco (e ao esquerdo).

2. DA TERRA À EIRA

*«Por cima, se ceifa o trigo,
por baixo fica o restolho,
ó menina, não se leve
no rapaz que pisca o olho.*

*A minha foice sagrada,
é herança do meu avô,
ela aceifou todo o pão
com que minha mãe se criou.»¹⁹*

Ainda que, como veremos²⁰, a produção vitivinícola se constituísse certamente como a principal fonte de rendimento dos grandes proprietários já nas últimas décadas do século passado, parece-nos indubitável, contudo, o facto de, até meados do presente século, o grosso da produção agrícola com origem nas explorações agrícolas de carácter familiar do concelho corresponder à produção cerealífera, sobretudo trigo, o que não surpreenderá se tivermos em conta que a agricultura doméstica tradicional, com uma produtividade castrada não só pelo arcaísmo das

¹⁷ Nesta perspectiva poderíamos permitimo-nos também opôr feminino e comida «natural» ou silvestre, resultante da actividade de recolecta feminina, a masculino e comida «cultural», resultante do esforço «masculino» de trabalho (fecundante) da terra.

¹⁸ Segundo Leite de Vasconcellos, «Em Adão-Lobo, as mulheres roubam as pinhas dos pinheiros bravos [...]. Só as mulheres fazem isto» (1982a: 195). Também segundo um antigo guarda-florestal no Montejunto, eram as mulheres que, contra a lei, se aventuravam outrora nos pinhais da Serra para roubarem lenha.

¹⁹ E. Prieto, s.d.: 57 — trecho de cantigas próprias das ceifas.

²⁰ *Infra*: III.

técnicas como igualmente pela propriedade de dimensões reduzidas²¹ cuja exploração se fazia em muitos dos casos em regime de contrato de parceria, se apresentava estruturalmente vocacionada para o autoconsumo e a subsistência do agregado familiar, simultaneamente unidade de produção e unidade de consumo.

É curioso observar, aliás, como nas Armas do Concelho reproduzidas em 1934 no número 11 de *A Hora — Revista Ilustrada* se simbolizava a produção cerealífera por um moinho com as velas desfaldadas ao vento no cimo de uma colina, parecendo este testemunho ergológico apoiar-nos na suposição de que a produção cerealífera se encontraria certamente entre as três de maior importância no concelho, a par do azeite²² e do vinho, as quais, neste brasão, se encontram respectivamente simbolizadas por duas oliveiras e pelo que pensamos tratar-se de uma vinha que se estende até ao curso de água pela vertente da colina no cimo da qual se encontra o moinho [Fig. 1]. Actualmente, as Armas do Concelho²³ perpetuam a memória do lugar central que ocupava a produção cerealífera na economia agrícola concelhia até às primeiras décadas deste século representando-a por oito espigas de trigo douradas que circundam um cacho de uvas púrpura, ao centro, símbolo da principal fonte de riqueza económica do município na actualidade [Fig. 2].



Fig. 1



Fig. 2

²¹ Como vimos (Livro I, Parte I, V, § 5), em 1979 51.9% das explorações agrícolas do concelho não atingiam os 2 ha de superfície, enquanto 31.9% contavam entre 2 ha e 5 ha de superfície.

²² Com excepção para a Serra de Montejunto, a cultura da oliveira era abundante por todo o concelho até às primeiras décadas do século, tendo existido manchas relativamente grandes de olival na parte Norte e Sudeste da Serra de Todo-o-Mundo e entre Rochaforte e o Cercal. Como vimos no Livro I (Parte I, V, § 5), parece ter sido sobretudo na década de 1970, caracterizada por valores abaixo dos 100 hl/ano, que se verificou a drástica descida da produção de azeite no concelho, quando nos decénios de 1950-1959 e 1960-1969 a produção média ultrapassava os 1000 hl/ano.

²³ Acerca das actuais Bandeira e Armas do Concelho veja-se a descrição pormenorizada na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. V, pp. 365: «A Associação dos Arqueólogos Portugueses sôbre as armas e bandeira do Cadaval formulou o seguinte parecer: Armas: de prata com um cacho de uvas púrpura, folhado e troncado de verde. Bordadura de negro com oito espigas de trigo seguidas de ouro folhadas do mesmo. Coroa mural de prata de quatro tóres. Bandeira: esquartelada de amarelo e de púrpura.»

A crer nas informações recolhidas junto de numerosos informadores por todo o concelho, era sobretudo com a maior parte, senão mesmo com a sua totalidade, da produção doméstica de trigo que se saldavam as dívidas contraídas nos estabelecimentos comerciais, sobretudo da sede de concelho, ao adquirir durante todo o ano os factores de produção (enxôfre, adubos, sulfatos, alfaias, etc.) e demais produtos (géneros alimentícios, louças, calçado, vestuário, tabaco, ferragens, petróleo, etc.²⁴) que, como vimos já na Introdução a este Livro II, a unidade produtiva agrícola consumia mas não produzia, de tal modo que, muitas vezes, entregue todo o trigo, restava apenas o milho para fazer o pão à base do qual subsistia a família até à seguinte colheita.

Para o cultivo do trigo reservavam-se as terras mais férteis e menos acidentadas, enquanto para o milho, semeado em menor quantidade, se escolhiam usualmente as terras «mais frescas», se possível nas proximidades de algum curso de água que permitisse a sua rega chegados os calores de Maio e Junho. Em Pragança eram, contudo, as terras do cimo da Serra as escolhidas para semear o milho e a batata. Em quantidades inferiores a estes cereais panificáveis semeavam-se também, nas terras mais secas e menos produtivas, cereais menos nobres destinados à alimentação dos animais: cevada, aveia e, apenas em áreas reduzidas do concelho, centeio e milho-painço, que toma no concelho a designação de «milho-painho».

O ciclo do *pão*, como é geralmente designado o trigo, cereal panificável por excelência, nos seus variados estados (planta, farinha, alimento), inicia-se por volta de Novembro [Anexo, Doc. 1], com a limpeza da terra [Foto 85], livrando-a do mato ou dos restos do restolho com o auxílio da enxada²⁵, e a sua posterior lavra, que pode ser realizada a sangue, por meio de arado ou, desde as primeiras décadas deste século, de charrua traccionados por bois ou por burros, ou a poder de braço e enxada quando a parcela de terra se revela demasiado pequena ou a casa não tem posses suficientes para possuir animais de tracção. Ao invés do milho, a cuja sementeira se procedia entre Março e Abril, semeia-se o trigo entre Dezembro e, conforme o adágio, o «Janeiro sementeiro», operação usualmente precedida do alisamento da terra com o recurso à grade, alfaia puxada por gado bovino ou asinino e que consiste muito simplesmente num conjunto de barotes, em regra quatro, unidos em cada uma das extremidades por uma travessa, também de madeira, onde são encabados. Nos barotes entalham-se vários dentes, de madeira ou, mais recentemente, em ferro, com os quais se rasga o solo para proceder ao desterroamento. Pelo contrário, quando se pretende alisar a terra, antes ou depois da sementeira, volta-se a grade com os dentes para cima, colocando-se sobre ela algumas pedras de dimensão suficiente para fazer pressão sobre o solo. Necessitando de se efectuar a braço o desterroamento da terra (isto é, o esboroamento dos torrões de terra de um campo) antes da sementeira, utiliza-se o «maço» ou «malho», alfaia constituída apenas por dois pedaços de madeira dispostos transversalmente, um encabado no outro, e que se assemelha a um grande martelo²⁶, que se tratará de «um velhíssimo instrumento, contemporâneo do

²⁴ *Vd., e.g.*, os anúncios publicados em *A Hora - Revista Ilustrada*, Ano I, nº 11, 1934.

²⁵ Vejam-se reproduções de exemplares desta alfaia observados no concelho em J. L. de Vasconcelos, 1929: 37-38 e 1982a: 544

²⁶ J. L. de Vasconcellos reproduz, a pp. 548 do volume V. da sua *Etnografia Portuguesa*, um exemplar desta alfaia observado no concelho.

mais antigo uso do arado» e que hoje «subsiste apenas na região de Alcobaça, indo até perto do Cadaval e Alenquer, e, no Algarve, em Aljezur»²⁷.

Após a sementeira do grão²⁸, que se faz «a lanço», devendo atirar-se invariavelmente a semente à terra com a mão *direita*, procede-se, como acabámos de verificar, ao alisamento da terra com o auxílio da grade, em cuja ausência ou devido à pequenez da parcela de terra se recorre, como por ocasião da lavra, à enxada e à força do braço humano. Logo após a germinação do trigo procede-se, entre Março e Abril, à monda, tarefa que se encontra hoje desaparecida em virtude do uso generalizado dos herbicidas e dos pulverizadores manuais ou motorizados mas que estava outrora reservada às mulheres, as «mondadeiras» ou «mondinas», que, à mão ou auxiliadas apenas de uma pequena sachola, arrancavam de entre o cereal as ervas daninhas.

*«Apanhar o trigo,
o trigo no ar
apanhar o trigo, numa
noite de luar.*

*Apanhar o trigo
o trigo no chão
apanhar o trigo numa
noite de S. João.»²⁹*

*«Eu venho de Trás da Serra
De apanhar cevada à mão,
Venho fugindo ao calor.
Correndo pr'á fresquidão.»³⁰*

Como sugerem as duas primeiras quadras que acabamos de transcrever, a festa solsticial de S. João anuncia, de facto, o início do tempo das ceifas [Foto 88]. Inteiramente dependentes até às quatro ou cinco primeiras décadas deste século do esforço humano, com o recurso à foice, as ceifas efectuam-se hoje, quando o permite a dimensão do terreno, com o auxílio de ceifeiras-debulhadoras mecânicas [Fotos 90 e 91] que ceifam, debulham o cereal e enfardam a palha. Em determinados locais, sobretudo nos terrenos mais acidentados na Serra de Montejunto e áreas limítrofes, o cereal é ainda apanhado à mão ou ceifado com foice ou roçadeira, iniciando-se a tarefa ainda manhã cedo, quando a palha se encontra ainda macia do orvalho nocturno. Junto em molhos ou «medas», atados com um negalho das gavelas do próprio trigo, o trigo permanece alguns dias sobre o campo de restolho, o qual é aproveitado depois para alimentação de rebanhos de cabras e ovelhas, sendo posteriormente carregado em carroças para

²⁷ E. V. de Oliveira, *et al.*, 1983: 228-229.

²⁸ A sementeira do trigo era, tal como a sua ceifa [Anexo, Doc. 1], ocasião de cantigas e desgarradas, as quais tomavam por vezes, quando trabalhavam à jorna, a forma de quadras jocosas relativas ao patrão.

²⁹ E. Prieto, s.d.: 58 - trecho de cantigas próprias das ceifas.

³⁰ J. L. de Vasconcelos, 1983: 162.

as eiras, preparadas semanas antes das ceifas, primeiro com a limpeza das ervas que aí germinaram desde a debulha do ano anterior, depois com a calcagem do solo, com o auxílio de gado ou a poder de braço humano e maço. Parcelas de terreno suficientemente amplas e planas para permitirem o desenrolar da operação da debulha dos cereais, as eiras comuns por todo o concelho são as «eiras de chão», de terra batida. A sua preparação, efectuada usualmente nos princípios de Junho, inicia-se com a picagem, com o auxílio de enxadas, e a rega do solo. Depois, estando a terra suficientemente amolecida, conduz-se gado (de preferência asinino ou bovino, mas, na sua ausência, algum rebanho de cabras ou ovelhas) para a eira, para calcar o solo, o qual é finalmente alisado com a grade, devendo, porém, quando da debulha, encontrar-se totalmente seco.

Uma vez desatados os molhos e espalhado o cereal sobre a eira, a debulha pode efectuar-se com o mangual, «a sangue» ou «a pé-de-gado», com vários burros³¹ «atrelados» uns aos outros e que se fazem andar sobre o cereal, ou ainda com o auxílio de um trilho³² puxado por uma junta de bois ou de burros, devendo dar-se ao gado ração, água e descanso apenas uma vez durante todo o dia. A malha, debulha braçal, é feita com o auxílio do mangual, estando normalmente, por se tratar de uma tarefa esgotante, reservada aos homens, que, em síncrono, fazem cair ritmadamente a alfaia sobre o cereal disposto na eira. O mangual ou «malho», utilizado não só na debulha do trigo como também na do milho³³, é composto pelo cabo ou «moira», pelo pítigo ou «pitro», o cilindro de madeira que, caindo sobre o cereal, o desgrana, e, finalmente, por uma correia de cabedal que liga o cabo ao pítigo. Depois da debulha ou da malha do cereal, e aproveitando a brisa estival do fim da tarde, procede-se à limpeza do grão, tarefa árdua não tanto pelo esforço despendido quanto pelo facto de o contacto da moinha do cereal com os olhos e o corpo suado se revelar difícil de suportar e que, como tal, se encontra, à semelhança da malha, usualmente reservada aos homens. Com o auxílio de forquilhas, ancinhos³⁴, gravações³⁵ e mesmo pás, atira-se a palha ao ar, encarregando-se o vento de separar a moinha do grão, que, em virtude do seu peso, cai aos pés dos homens que procedem à operação. Com o auxílio de vassouras, de milho painço ou outro material vegetal, reúne-se o grão num monte, ao centro da eira, sendo depois guardado em arcas de madeira previamente lavadas com água e vinagre para o bicho «não entrar nele».

Como vimos, o milho pode também, à semelhança do trigo, ser debulhado com mangual, operação que é, contudo, precedida de uma outra, a escamisada, que se efectua entre Agosto e Setembro, algumas semanas após o cereal ser apanhado e se separarem as maçarocas da palha, destinada à alimentação dos

³¹ Num número que, pelo menos em Pragança, poderia chegar aos dez animais.

³² O trilho usado no concelho, do tipo *plostellum*, conhecido pelos romanos, parece ser de difusão recente na Estremadura (E. V. de Oliveira, *et al.*, 1983: 307).

³³ Segundo Leite de Vasconcellos, «no malho dos cereais [o pitro] é mais delicado que no do milho» (1982a: 598).

³⁴ Leite de Vasconcellos descreve o ancinho como podendo ser de ferro e ter cinco dentes, ou de pau, com seis a oito dentes, «para juntar nas eiras a moinha, o trigo, etc.» (1982a: 550), indicando que, para voltar os «*calcadoiros* (trigo por debulhar, espalhado na eira)» (*Ibid.*), se utiliza um forcado de salgueiro como o que reproduz a pp. 551 da mesma obra e que consiste apenas numa peça inteiriça bifurcada numa das extremidades.

³⁵ Cf. J. L. de Vasconcelos, 1982a: 552 e 553.

animais [Foto 89]. Ao invés do que sucede actualmente, a escamisada de cada casa contava até há algumas décadas não só com a participação de toda a família como também de inúmeros vizinhos, em cujas escamisadas se participava depois. A escamisada tomava lugar à noite, depois da ceia, consistindo a operação simplesmente em rasgar o capelo que cobre a maçaroca de milho, arrancando-o depois à mão e deixando apenas o carolo coberto pelo grão, posteriormente submetido à debulha com o mangual. Ainda que possa fazer-se à mão, a separação do capelo efectua-se usualmente com o auxílio de um esfolhador ou «bico de escamisar» e que, consistindo usualmente num simples graveto aguçado a canivete numa das extremidades, podia ser «De osso ou de pau» e, sobretudo quando oferecido à rapariga pelo namorado, «enfeitado»³⁶, isto é, entalhado. Ora, mais do que simples operação agrícola, a escamisada do milho aproxima-se fortemente do ritual de primícias do «Dia da Espiga», sendo entendida como acontecimento festivo em que tomavam lugar danças e desgarradas e em que, a pretexto da descoberta de uma maçaroca de «milho-rei»³⁷, cada jovem se reclamava o direito de exigir um beijo a todos os parceiros de escamisada do sexo oposto.

Após este breve esboço do complexo ciclo agro-laboral que se desenha em torno do cultivo dos cereais e, de entre eles, sobretudo do trigo, passemos agora, pois, à matéria central que dá corpo ao presente capítulo — os sistemas tradicionais de moagem característicos do concelho entre, pelo menos, meados do século XIX e as primeiras décadas do presente século. Acerca desta matéria foram nossos principais informadores três moleiros residentes na freguesia de Vilar: José Fernando Mateus, residente no Pereiro, que herdou o ofício por via paterna (já o seu avô era moleiro) e que é proprietário do moinho que mais minuciosamente estudámos, na Serra da Costa; José Sebastião, residente na Tojeira, proprietário de uma azenha na Comieira e de um moinho no Alto da Lagoínha; José Tavares Soares, proprietário da azenha do Vilar e de um moinho na Serra da Costa, cujo bisavô era já moleiro e a partir do qual se transmitiu o ofício na família. Imprescindíveis foram igualmente as informações obtidas junto de Engrácia de Jesus, esposa de José Fernando Mateus, do Pereiro, e de Albertina Tavares Soares, mãe de José Soares, do Vilar.

3. DO GRÃO À FARINHA

*Q'al é a coisa, q'al é ela, q'anda
sempre a andar e nunca chega
a casa do dono?*³⁸

Não só em virtude do lugar central ocupado pela produção de cereal panificável na economia do concelho, como igualmente da suprema importância do pão na alimentação quotidiana das camadas populares da sua população, não nos surpre-

³⁶ *Op. cit.*: 598.

³⁷ Do milho normal, amarelo, distingue-se igualmente no concelho o «milho-penicão», não inteiramente vermelho, como o «milho-rei», mas com fiadas de milho vermelho a entremear o milho normal.

³⁸ «Decif. - Moinho» (M. C. Martha, 1934: 66).

enderá, pois, que, num período que oscila entre o finais do século XVIII e finais do século passado, e tomando proveito das próprias características geomorfológicas do concelho, em especial as colinas mais elevadas e as cristas topográficas da Serra de Todo-o-Mundo e da Serra de Montejunto, tivessem prosperado no Cadaval os moinhos de vento.

É de notar, porém, que, ainda que a presença dos engenhos de farinação accionados pela energia eólica se ateste no nosso país desde aproximadamente o ano 1000 da nossa Era, a sua presença aparenta haver-se mantido rara até ao século XVI, contra o predomínio, até então, dos moinhos de água de rodízio, os quais teriam constituído as «instalações moageiras mais usuais, contando-se por milhares em todas as regiões rurais do país»³⁹. Essa primeira referência a um moinho de vento no território actualmente correspondente a Portugal continental reporta-se a um poema de Ibn-Mucane, que «aponta para moinhos de eixo vertical, representando certamente uma corrente de raís islâmica»⁴⁰, dispondo-se igualmente «de menções de moinhos de vento, em textos já da época portuguesa, a partir do século XII», uma das quais, datada de 1262, relativa a um moinho no termo de Óbidos⁴¹. Ao invés desses moinhos de vento de eixo horizontal, com origem no médio-oriente⁴², o moinho de vento característico do nosso país é, todavia, o moinho de eixo horizontal, aparentemente um invento europeu que faz a sua primeira aparição na Normandia no século XII, afirmando-se provável que

«o moinho mediterrâneo, e nomeadamente na Península Ibérica, prolonga talvez a tradição irano-afegã [sic.], e teria então vindo para aqui do Próximo Oriente entre os séculos VIII [...] e X [...], via Califado de Córdova, sofrendo seguidamente, durante o século XII, a influência do novo engenho recém-inventado no Norte da Europa a que se ajustou o velame “à latina” da nossa tradição náutica»⁴³.

Ainda que o moinho de vento dominante no concelho seja, tal como por toda a Estremadura, o moinho de alvenaria, fixo e de torre, de tipo mediterrâneo, atesta-se igualmente a existência na secção norte do município do moinho de torre de madeira — um ou dois exemplares nas Barreiras (freguesia do Peral) e um exemplar na Palhoça (freguesia de Figueiros). Ao invés desses dois moinhos de madeira nas Barreiras, cujo relato da sua existência nos chega apenas por via oral, a comprovação da existência do engenho na Palhoça, o «Moinho da Cabeça do Assento», chega-nos não apenas por intermédio das informações orais por nós registadas nessa povoação como igualmente por registos fotográficos. Destes, o primeiro aparece reproduzido na capa de *A Hora* em 1934 [Foto 92], retratando um moinho com o tabuado, quer da torre, quer do capelo, em avançado estado de degradação. O mesmo registo aparece reproduzido em 1963, em novo número deste periódico dedicado ao Cadaval, referindo-se haver sido «Devorado pelo

³⁹ E. V. de Oliveira, «Moinhos», in *Dicionário Ilustrado...*, Vol. 1, p. 487.

⁴⁰ E. V. de Oliveira, *et. al.*, 1983a: 242. Apenas por curiosidade, porém, refira-se aqui que segundo alguns moleiros do concelho, reproduzindo o que já haviam ouvido aos seus pais e avós, os seus moinhos «já moiam para os mouros».

⁴¹ *Ibid.*

⁴² *Op. cit.*: 217-241.

⁴³ *Op. cit.*: 248.

fogo⁴⁴ — sem, contudo, se indicar a data ou a razão do sucedido — e reproduzindo-se um pouco adiante outra fotografia, do «Novo moinho da Cabeça do Assento»⁴⁵. Outro registo do moinho após a sua reconstrução pode observar-se a pp. 48 de *Arquitectura Popular em Portugal*, dado à estampa em 1961 [Foto 93]. Tanto nesta como na fotografia publicada em *A Hora* dois anos depois, pode observar-se a torre e o soco, em pedra, caídos de branco, enquanto, à semelhança do que parecia já suceder em 1934, o capelo se apresenta de cor negra, provavelmente em virtude da sua protecção com alcatrão. Conforme se pode observar no local, depois de desaparecida esta última construção em madeira, a sua estrutura exterior foi, possivelmente na década de setenta ou já em inícios da de oitenta, reconstruída em cimento armado, havendo-se tido, porém, a preocupação de, dos modelos originais, reproduzir o desenho do tabuado, tanto na torre como no capelo. Segundo a obra de síntese do estudo do património moageiro nacional a que temos vindo a fazer referência, o moinho de torre de madeira revela-se característico da região de Alcobça⁴⁶, pelo que nos parece possível que os referidos exemplares do concelho de Cadaval, mais especificamente no norte do município, se constituam como uma das manifestações mais meridionais deste tipo de engenhos eólicos.

A crer que este moinho corresponderia, grosso modo, ao protótipo considerado em *Tecnologia Tradicional Portuguesa — Sistemas de Moagem*⁴⁷, possuiria, tal como os moinhos de alvenaria do concelho, três pisos, todavia de menores dimensões. Destes, dois seriam sobradados, assentando um, dotado de moenda, no muro circular de pedra que serve de base à estrutura de madeira e elevando-se até aproximadamente meia-altura do moinho, enquanto o outro, igualmente dotado de moenda, corresponderia à parte da torre compreendida desde esta altura até ao frechal de baixo sobre o qual desliza o capelo. O piso térreo, muito baixo, provavelmente designado, como nos moinhos de alvenaria do concelho, por «inferno», compreenderia apenas o espaço compreendido entre o soalho do piso que assenta sobre o muro e o solo, eventualmente um pouco escavado se a geomorfologia do local o permitisse.

A análise dos referidos testemunhos fotográficos revela-nos, contudo, apenas a estrutura exterior do moinho, que assenta num soco de pedra com aproximadamente 80 cm de altura e no qual estariam certamente cravados os prumos da armação do edifício. Sobre a torre de madeira, com pouco menos de 3 mts⁴⁸, eleva-se o capelo, que não surge dentro do capeado de madeira, como nos moinhos de alvenaria, formando um beiral. Também de madeira, o capelo aparenta estar sobre a roda de ponto, assim como sobre o frontal, coberto a chapa, provavelmente folha de zinco, material cuja utilização se vulgarizou igualmente na

⁴⁴ *A Hora* — *Jornal Ilustrado*, II Série, Ano XXXI, nº 4, p. 14.

⁴⁵ *Op. cit.*: 17.

⁴⁶ «Os moinhos de torre de madeira [...] ocorrem numa área limitada do Centro do País, correspondendo aos concelhos das Caldas da Rainha e limítrofes, Peniche, Óbidos, Bombarral, Cadaval, Alcobça, Rio Maior e Vila Nova de Ourém [...], e a escolha daquele material para as paredes do edifício acusa talvez a influência dos moinhos giratórios que se encontram nas vizinhanças» (E. V. de Oliveira, *et al.*, 1983a: 295).

⁴⁷ Pp. 295-297.

⁴⁸ Este moinho revela-se consideravelmente mais pequeno do que o geral dos moinhos de alvenaria de que trataremos seguidamente.

cobertura dos moinhos de alvenaria em todo o concelho. Além de nos revelar apenas como aberturas do edifício a porta, no piso que assenta sobre o soco, e um exíguo postigo, no piso superior, os mesmos testemunhos fazem-nos pensar que, como nos restantes moinhos de alvenaria do concelho e no protótipo deste tipo de engenhos eólicos acima considerado, a tracção do moinho da Cabeça do Assento se fizesse internamente, por meio de sarilho.

Com excepção dos poucos exemplares do moinho de torre de madeira que acabamos de referir e dos moinhos, mais recentes, de armação metálica, vulgarmente designados por «moinhos americanos»⁴⁹, de que trataremos oportunamente, verifica-se, contudo, o predomínio no território concelhio, bem como em toda a área circundante, do moinho de vento de tipo mediterrâneo, tecnicamente mais desenvolvido⁵⁰ do que aquele que domina na região Norte do país: fixo, de torre em alvenaria, caracterizado pelo facto de o sistema de tracção do conjunto capelo/mastro se fazer por meio de sarilho, accionado a partir do interior do moinho [Fotos 94 e 95]. Ainda que noutros locais de Estremadura (Torres Vedras, Bombarral, Peniche, etc.) se verifique a existência de grandes moinhos de vento, por vezes com 7 mt de altura, o moinho característico do concelho é relativamente baixo, com pouco mais de 4 mt desde o nível do solo até ao cimo da torre, de tal modo que, em tempos recentes, se registou o alteamento, não em pedra mas em cimento, das paredes de alguns exemplares.

De forma cilíndrica, por vezes ligeiramente cónica ou abaulada, este tipo de moinho é construído em alvenaria e dotado de paredes tão grossas que por vezes se torna exíguo, acanhado o espaço disponível para o moleiro operar no seu interior e desempenhar com desembaraço uma das tarefas inerentes à sua função: a picagem das mós. As paredes jamais se apresentam nuas, mas rebocadas com argamassa e caiadas, tanto no interior como no exterior⁵¹. Apenas muito raramente o exterior do moinho é decorado, tal como algumas casas de adobe do concelho, com uma barra colorida que guarnece portas e janelas e o soco, espécie de rodapé que circunda toda a base do edifício. Para iluminação, a torre do moinho conta, além da porta, aberta ao nível do solo e preferencialmente voltado ao quadrante oposto daquele de onde sopra o vento dominante no local e para o qual se volta o velame, com apenas mais duas ou três aberturas: um postigo no primeiro piso e um ou dois postigos no segundo piso, um aproximadamente no alinhamento da porta e o outro na direcção oposta⁵².

⁴⁹ Existe, porém, na vila, um exemplar único no concelho de outro tipo de engenho: muito pequeno, com aproximadamente 1,5 mt de diâmetro na base e cerca de 2,20 mt de altura desde o nível do solo até ao frechal de baixo, construído em cimento como toda a torre, este engenho parece uma miniatura do moinho de pedra característico do concelho, com um postigo por cima da porta, com o capelo rotativo e com o mastro no qual se encastram oito varas. Contudo, ainda que faça uso da energia eólica, essa força motriz é transmitida pelo mastro não a um mecanismo característico de madeira, como o conjunto entrosga/carreto característico dos moinhos de torre de pedra, mas a um sistema de rodas dentadas em ferro.

⁵⁰ E. V. de Oliveira, *et. al.*, 1983a: 251.

⁵¹ Além de ser mantido permanentemente limpo e asseado, o moinho devia ainda ser caiado regularmente, usualmente uma vez por ano. Por questões de higiene devia ainda o moleiro ter no seu moinho um gato para caçar os ratos e afastá-los dos talegos do grão.

⁵² Tal como nas casas do concelho, a porta e as janelas do moinho são por vezes guarnecidas a pedra.

Em regra, o moinho é dotado de três pisos, um dos quais, o «inferno» [Foto 107], efectivamente mais próximo de uma cave do que de um rés-do-chão, escavado um pouco abaixo do nível do solo, onde se processa a limpeza do trigo e do milho e onde se guardam, para além das arcas e das sacas com o grão, dos talegos dos fregueses por aviar e daqueles prontos a entregar, os crivos, as peneiras, o peneiro mecânico, quando existe, os maqueiros, a balança decimal, de introdução mais recente, as vassouras, as ferramentas necessárias para reparar alguma peça que se danifique, os instrumentos de picagem das mós, os cavalos, as esperas, etc.. Ao invés do «inferno», cujo piso é quase sempre empedrado, os dois pisos superiores, onde se localizam as moendas, são sobradados e assentes em vigas de madeira encastradas nas paredes, fazendo-se o acesso a eles por meio de uma escada, em madeira ou pedra, que acompanha a curvatura do moinho. E, enquanto no primeiro piso o número de casais de mós pode variar entre a unidade e o par — destinando-se neste caso uma mó para o trigo e outra para o milho, — no segundo piso, que também recebe a designação de «mó-de-cima», existe apenas uma mó, normalmente destinada à moagem de trigo.

Sobre as paredes em alvenaria ergue-se, independente da torre, o «capelo», um telhado de forma cónica que, ao invés do moinho de madeira acima referido, não se prolonga para além das paredes do edifício e, como tal, não forma beiral. A sua forma cónica, não alterada pela «trapeira»⁵³, espécie de clarabóia que existe por vezes diametralmente oposta ao frontal, alteia-se apenas sobre este, o qual consiste na abertura pela qual o mastro irrompe para fora do edifício, e onde ganha a aparência de um telhadozinho de quatro águas. Outrora constituído apenas por tábuas de pinho⁵⁴, as quais eram depois revestidas a lona e pintada com alcatrão, que se uniam na roda de ponto, o capelo da maior parte dos moinhos do concelho apresenta-se hoje, contudo, formado por uma estrutura de barrotes assentes, em baixo, no frechal de madeira e, no topo do moinho, na roda de ponto ou «carapuça». Comumente de pinho, estes barrotes apresentam-se unidos entre si, aproximadamente até meia-altura do capelo, por «barrotes» que os escoram, sendo toda a estrutura revestida apenas a folha de zinco, mais durável do que a madeira, e a lona, também pintada a alcatrão.

O capelo assenta sobre o «frechal de cima» ou «frechal de madeira», um robusto anel de madeira constituído por diversas cambas encastradas umas nas outras, aparafusadas e, em certos casos, cintadas por arcos de ferro, e atravessado diametralmente pela «ponte», uma viga de madeira cujas extremidades se encontram emalhetadas no próprio frechal e que se liga ao frechal por quatro escoras, os «pontaletes»⁵⁵, dois para cada lado, que desenham entre si e o frechal um ângulo de 90° ou, noutros casos, de aproximadamente 80°. Por sua vez, o frechal de cima e, com ele, o capelo, assenta e gira sobre o «frechal de baixo» ou «frechal de pedra», cuja calha se escava na alvenaria ou, em caso de alteamento recente das paredes do moinho, se molda no cimento⁵⁶. A rotação do capelo sobre o

⁵³ Alguns moleiros designam, contudo, por «trapeira» o frontal.

⁵⁴ Segundo E. V. de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, este telhado de madeira coberto de lona, que pudemos observar ainda num moinho no Alto da Lagoinha, deveria ter provavelmente aparecido a determinada altura como substituto da cobertura de palha (1983a: 286).

⁵⁵ Os pontaletes podem também ser designados por «escoras», «entroncas» ou «esperas».

⁵⁶ Pelo que nos foi dado a observar em pelo menos um moinho, tenta-se por vezes impedir que o frio, o vento e a chuva entrem pela pequena fresta que separa os dois frechais pregando-se a toda a volta do frechal de madeira uma barra de tela plástica suficientemente larga para cobrir parte do frechal de pedra.

frechal de baixo faz-se por meio de diversas — em regra dezasseis — rodas de madeira rija — cerejeira, sobro, etc. — que, a espaços regulares, assentam sobre a calha do frechal de pedra e cuja introdução no frechal de cima, ao qual estão ligadas no seu eixo por uma cavilha de madeira ou ferro, se faz na «casa da roda», uma pequena abertura no frechal de pedra concebida para esse fim. À semelhança do que sucede com o frechal de madeira, encontram-se cravados no frechal de pedra, a espaços regulares, diversos «andorinhos», em pedra ou ferro, nos quais, como veremos seguidamente, se prende um dos ganchos da corda ou corrente do «sarilho».

Para rodar o capelo, serve-se o moleiro do «sarilho», um mecanismo característico deste tipo de moinho e que consiste num cilindro de madeira montado entre o frechal de madeira, no alinhamento do bonecral e exactamente por sob o mastro, e a «ponte do sarilho», uma pequena viga de madeira com a forma de uma canga invertida colocada entre os pontaletes. Rodando sobre um espigão de ferro colocado em cada uma das suas extremidades, o sarilho é accionado por quatro braços de madeira dispostos em cruz e encastrados no lado do cilindro que mais próximo fica da ponte do sarilho, sendo a um destes braços que se amarra uma das extremidades da corda ou corrente com que se faz rodar o capelo, a qual corre numa roldana cujo eixo gira por sua vez num forte gancho de ferro com o qual se prende a corda ou corrente a um andorinho na parede. A outra extremidade da corda ou corrente termina num outro gancho utilizado para a prender a um andorinho do frechal de cima. «Dando ao sarilho», semelhante a uma manivela, faz-se com que a corda — ou corrente metálica, — presa simultaneamente ao frechal de cima e ao frechal de baixo, corra na roldana e se enrole em torno do eixo do sarilho, encurtando e fazendo a tracção do capelo. Quando imobilizado, além de preso pelos ganchos da corrente a um andorinho de cada um dos frechais, fica também o sarilho seguro por uma corda que liga um dos seus braços a um dos pontaletes [Foto 96].

Mas deixemos o interior do moinho, a que voltaremos brevemente, e debrucemo-nos agora sobre o seu mecanismo motor externo, que, como mesmo o observador mais despreocupado facilmente descobre, se limita ao complexo mastro/varas/velame [Foto 97]. O mastro, cintado a espaços regulares com anéis de ferro, é de madeira rija, exótica («pau-arco» ou «pau-de-fora»), e constituído por uma peça única, sólida, com aproximadamente 7,5 mt de comprimento e de secção quadrangular por toda a sua extensão com excepção para o segmento, arredondado, que roda sobre a castanha e para a parte compreendida desde o local em que nele se encastra o par mais recuado de varas da frente até à sua extremidade, onde se apresenta sextavado ou, mais raramente, também de secção circular.

As varas, de pinho ou, mais recentemente, de eucalipto, num total de oito, atravessam o mastro a espaços mais ou menos regulares em quatro grupos de duas e de tal modo que as extremidades de cada par de varas ficam totalmente encostadas uma à outra, prolongando-se em direcções opostas para além da face do mastro. Relativamente às varas podemos distinguir o grupo das quatro varas da frente, nas quais se prendem as velas, do grupo das quatro varas de trás, às quais se prendem os cabos ou escotas das velas, pintados, tal como o mastro⁵⁷, as varas e as cordas dos «travadoiros», com alcatrão para os proteger da água da

⁵⁷ Em certos casos, e a substituir o alcatrão, este é caiado.

chuva. Dando unidade e firmeza ao conjunto das varas, apresentam-se os «travadoiros» que acabamos de referir e que são constituídos pelas cordas que unem a extremidade de uma vara da frente à extremidade de uma vara de trás, de tal modo que, quando trabalha o moinho e as escotas das velas se encontram presas às varas de trás se desenha um octógono. Do mesmo modo, também a extremidade do mastro está unido por travadoiros de arame às extremidades de cada uma das varas da frente.

Por seu turno, as velas apresentam-se com a forma de um triângulo-rectângulo ou de um trapézio e são dispostas na vara posterior de tal modo que o seu vértice ou o seu lado mais pequeno, respectivamente, fique próximo do mastro enquanto a sua base se estende entre a vara anterior e a vara posterior, à qual está ligada pela escota. Feitas de lona, a tarefa do fabrico da «roupa do moinho» apresenta-se, ao invés do serviço de madeiramento (mastro, entrosga, carroto, tegão, vigas, etc.), para o qual o moleiro recorre aos préstimos de carpinteiros ou «engenheiros de moinhos», da estrita competência do moleiro, sendo este que, por vezes auxiliado pela esposa, corta a lona a poder de tesourão e a cose com o auxílio do dedal e da agulha «de marinheiro» ou «de pescador». Esta terminologia náutica, que curiosamente caracteriza o ofício de moleiro, não se limita, porém, a estes instrumentos mas estende-se igualmente a determinadas operações («largar o moinho», «arrear roupa», etc.) e mesmo a determinados constituintes do moinho (a «ponte», o «mastro», o «velame»⁵⁸, a «escota», os «andorinhos», etc.).

Ora, tal como na arte de navegar, o bom desempenho do ofício de moleiro depende sobretudo do conhecimento dos ventos⁵⁹, sem o qual fica o moinho desgovernado, sem capitão, poderíamos dizer, quando enfrenta a borrasca, alguma «arribação» (isto é, uma mudança brusca de vento) mais violenta e ciclones, como o de início da década de 1940, que em mais de um moinho do concelho levantou capelos e quebrou mastros. No dizer dos moleiros, cada moinho «mói melhor» com determinado vento, e cada moleiro afirma conhecer as idiossincrasias do seu moinho e os «truques» que permitem fazê-lo moer mais depressa e dele tirar maior rendimento [Foto 103]. Assim, enquanto alguns moinhos «trabalham melhor» quando totalmente voltados de frente para o vento, o mastro de outros ganha maior rotação quando colocados um pouco de lado relativamente ao quadrante de onde sopra Éolo, e, do mesmo modo, alguns revelam maior produtividade quando trabalham em «tempo macio», a adivinhar chuva, enquanto outros «desenvolvem melhor» com tempo seco⁶⁰.

⁵⁸ Como observam E. V. de Oliveira, F. Galhano e B. Pereira (1983a: 248), a própria forma do velame deste tipo de moinhos aproxima-se da tradição náutica latina.

⁵⁹ Chegam mesmo acusar alguns moleiros que a floresta da Serra de Montejunto que há várias décadas atrás substituiu com pinhal a cobertura primitiva de chameca, alterou o regime de ventos que outrora caracterizava o concelho.

De entre as designações populares dos ventos conta-se o «xarôco», referente ao vento fresco que sopra de sudeste, entre o sul e o «suão». Por seu turno, do vento norte diferencia-se o «norte-alto», que sopra de noroeste, e o «norte-baixo», que sopra de nordeste.

⁶⁰ José Fernando Mateus afirma que o seu moinho «envergonha os outros» quando fica um pouco fora do vento (isto é, um pouco de lado), quando o tempo se apresenta «fresco» ou «macio» e/ou quando o vento sopra vindo de Norte.

É, enfim, o vento que determina como se «larga o moinho», isto é, o modo como se põe o moinho a trabalhar, com o velame mais ou menos recolhido consoante a intensidade com que sopra o elemento. Assim, quando está o vento «manso», deixa-se o moinho a «roupa larga» ou «a todo o pano», desenrolando-se as velas por inteiro. Pelo contrário, quando o vento «espingarda», recolhe-se mais o velame, deixando o moinho a andar a oito, a doze ou a dezasseis voltas: a «oito voltas» cada vela dá apenas duas voltas em torno da vara (4 velas x 2 voltas = 8 voltas), a «doze voltas» cada vela dá três voltas em torno da vara (4 velas x 3 voltas = 12 voltas), e a «dezasseis voltas» cada vela dá quatro voltas em torno da vara (4 velas x 4 voltas = 16 voltas). Uma vez parado o moinho, ata-se uma corda, o «cabresto», às duas varas que mais próximas ficam do solo e prendem-se a outros tantos cabeços de pedra alicerçados em redor do moinho. A roupa é arreada [Fotos 98, 99, 100 e 101] com o auxílio de uma vara dotada na extremidade de um gancho de ferro, enrolando-se depois inteiramente as velas em torno das respectivas varas e amarrando-as com as próprias escotas de modo a que não as desfralde o vento nem as molhe a chuva.

Do mesmo modo que se larga mais ou menos roupa de acordo com a força do vento, também se vira o mastro mais ou menos de frente para o vento, tendo sempre em atenção que o moinho não deve «fechar volta», isto é, não deve o moinho andar tão depressa que o velame desenhe um octógono perfeito, sob pena de a rotação transmitida à mó ser tão grande que dê azo a que esta se quebre. Deve, pois, estar o moleiro sempre vigilante no que respeita aos ventos, aproveitando a sua interrupção para fazer as entregas aos clientes dos talegos já aviados com a farinha ou para recolher talegos com grão para moer e despachando o serviço se o vento estiver de feição. Ainda que a experiência continuada do ofício baste ao moleiro para, com um simples assomar à janela ou à porta do moinho, determinar da proveniência e da intensidade do vento, pode o moleiro utilizar-se para esses fins de dois instrumentos — em primeiro lugar, o ponteiro ou «seta» que gira por sob a roda de ponto⁶¹ e que, estando ligada pelo mesmo eixo ao catavento, o qual quase invariavelmente, representa um galo, indica o quadrante de onde sopra o vento, e, em segundo lugar, os «búzios» de barro, que advertem com a sua zoadá característica e contínua do «passo» que o vento imprime ao moinho. De dimensão variável (meia-canada, uma canada, duas canadas, etc.) e sendo cada tamanho dotado do seu som próprio (tanto mais forte quanto maior fôr o búzio), os «búzios», «buzinas» ou «canadas» são amarrados aos «travadoiros» e às próprias varas de trás do mastro por ordem decrescente de tamanho a partir da extremidade da vara ou do início do travadoiro. Geralmente considerados como o «brio do moleiro», estes instrumentos de sopro parecem, contudo, mais do que uma finalidade funcional, estar investidos de uma função lúdica⁶² [Foto 102].

Note-se, porém, que, mais do que a breve referência acerca da sua tecnologia e do seu *modus operandi* a que aqui nos limitamos mereceria o aparelho motor externo dos moinhos de vento uma análise semiótica detalhada. Com efeito, socorriam-se tradicionalmente os moleiros do conjunto das varas e do velame

⁶¹ Quando chove, coloca-se, suspenso da roda de ponto e por baixo do ponteiro, uma vasilha, de lata ou plástico, de modo a aparar os pingos de água que escorrem pelo eixo do catavento.

⁶² E. V. de Oliveira, *et. al.*, 1983a: 341.

para codificar diversas mensagens. Assim, anunciando que faltava o grão no moinho e que este estava disponível para moer, desfraldava-se apenas uma das velas, que depois se dispunha ao alto. Também por ocasião de luto por um familiar e querendo indicar a suspensão temporária da sua actividade profissional, puxa o moleiro o mastro à porta e, com o velame recolhido, forma com o conjunto das varas de trás uma cruz com duas varas dispostas na horizontal e as outras duas na vertical enquanto as varas da frente ficam dispostas obliquamente relativamente ao solo. Mas não só em função da observação de luto deve o moleiro suspender a sua actividade profissional, devendo-o fazer igualmente nos dias santos — pelo menos pelo Natal, Sexta-Feira Santa, Quinta-Feira de Ascensão⁶³, Dia de Corpo de Deus e no dia da festa do lugar — e no Dia de S. Bartolomeu, a 24 de Agosto, certamente porque pretende a crença popular que neste dia anda o Diabo à solta.

Segundo Moisés Espírito Santo, S. Bartolomeu apresenta-se como a versão nacional do Poséidon grego, divindade terrífica provocadora de vendavais e tempestades, vendo o mesmo autor no demónio que o Santo tem acorrentado a seus pés um descendente de Cila, o rochedo que, juntamente com o vértice de Caríbdis, atormentava os Argonautas⁶⁴. Verificando como o Santo «Tem poder e mando sobre as tormentas e os vendavais. Por isso mesmo, protege contra os movimentos dos rios e as tempestades dos mares»⁶⁵, observa ainda que, «Segundo os seus fiéis, o santo guarda o Diabo-mau durante todo o ano, mas deixa-o em liberdade durante o dia 24 de Agosto»⁶⁶. Ora, ainda que S. Bartolomeu seja considerado pela tradição cristã como um dos apóstolos, o seu culto denuncia os traços demoníacos de que a divindade é, popularmente, investida entre nós. Dessas características destaca-se o costume de, no dia em que se celebra o Santo, se lhe oferecerem galinhas pretas com vista a curar crianças raquíticas ou tolhidas, gagas, com medo e pessoas enfermas de epilepsia, doença tradicionalmente associada à possessão demoníaca, ou endemoninhadas⁶⁷. Sendo todas estas enfermidades comumente associadas à acção demoníaca, é de notar que, do mesmo modo que se concebe que o raquitismo se deve a nós de origem maligna que tolhem o crescimento ósseo da criança⁶⁸, afirma a crença popular que os redemoinhos de vento se apresentam como manifestações do Diabo⁶⁹, além do facto de que o domínio dos ventos, sobre os quais S. Bartolomeu tem mando, se faz frequentemente

⁶³ *Vd.* § 4.

⁶⁴ M. E. Santo, 1988: 169-171.

⁶⁵ *Op. cit.*: 170.

⁶⁶ M. E. Santo, 1990: 125-126.

⁶⁷ *Cf.*, *eg.*, E. V. de Oliveira, 1984: 239-250, e J. L. de Vasconcelos, 1982b: 451-454.

⁶⁸ O próprio termo francês «noué», que se traduz por atado ou ligado, designa também uma criança enfezada ou raquítica. Ora, o nó aparece também frequentemente entre nós como uma representação do Diabo, e, como vimos, dar pontos (isto é, nós) na roupa que uma mulher grávida traz vestida dificulta o parto, não devendo igualmente uma mulher fiar ou usar colares ou fios durante a gravidez sob pena de o cordão umbilical se enrolar, isto é, dar um nó, em torno do pescoço da criança. Também quando se perde algo que se deseja encontrar manda a crença popular amarrar um lenço, dando-lhe um nó, à pema de uma cadeira para prender o rabo (ou, conforme as versões, os testículos) ao Diabo, forçando-o a entregar o objecto.

⁶⁹ *Vd. supra*: I, § 1.

por via da invocação, muito semelhante à invocação demoníaca, e por recurso a nós mágicos⁷⁰.

A crer na relação aparente entre S. Bartolomeu e as potências demoníacas que dominam os ventos de que, como vimos, dependem igualmente marinheiros e moleiros, somos conduzidos, pois, a considerar a hipótese de que o facto de o moleiro não dever trabalhar no dia deste Santo poder derivar de alguma velha interdição ritual que jamais deveria o moleiro violar sob pena de, desafiando a divindade — simultaneamente o Santo que um dia por ano solta o demónio que tem acorrentado aos pés e o demónio que habita os redemoinhos de vento —, fazer insurgir a sua cólera verdadeiramente tempestiva.

Mas regressemos ao moinho e, mais concretamente, ao interior do capelo, para nos ocuparmos do modo como o moleiro orienta o velame de acordo com a direcção de onde sopra o vento e se adapta ao carácter variável deste. Para tal, analisemos em primeiro lugar o mastro, que roda sobre o frechal de madeira em duas chumaceiras: a castanha do bonecral, situado sob o frontal, e a rela, cravada no extremo oposto do frechal.

Suficientemente alto para fornecer ao mastro uma inclinação de aproximadamente 10°, o «bonecral» é formado por dois «malhais», vigorosos blocos de madeira que assentam no frechal de madeira, um pouco mais alto nesta secção, formando com este uma estrutura trapezoidal. De tamanhos diferentes, os malhais apresentam-se emalhetados um no outro⁷¹ e ligados ao frechal por duas fortes barras de ferro presas cada uma por três cavilhas. Ladeada por dois paralelepípedos de madeira e emalhetada no malhal de cima encontra-se a «castanha», em pedra. É sobre esta chumaceira anterior que roda o mastro, o qual, como vimos, sendo de secção quadrada até ao momento em que nele se entalha o par mais recuado das varas dianteiras, se apresenta aqui de secção circular, com encasques de madeira em torno da peça maciça a que se dão forma circular e se cintam depois com duas aduelas de ferro. Por seu turno, a chumaceira posterior do mastro é constituída pela «rela», uma caixa de ferro lubrificada com azeite, óleo ou sebo, encastrada na secção do frechal de madeira diametralmente oposta àquela sobre

⁷⁰ Com efeito, um pouco à semelhança da tradição grega fixada pela escrita na *Odisseia* que refere como Ulisses recebera de Éolo um saco de couro no qual estavam guardados todos os ventos da tempestade, a crença no domínio dos ventos por parte de certos marinheiros, precavidos e que se aviam em terra, apresenta-se comum a diversos sistemas mítico-rituais:

•A arte de atar o vento em três nós, de tal modo que quanto mais nós se desfizerem mais forte soprará o vento, tem sido atribuído a feiticeiros na Lapónia e a feiticeiras nas Ilhas Shetland, Lewis e de Man. Os marinheiros da Ilha Shetland ainda adquirem ventos sob a forma de lenços ou fios atados a velhas que afirmam comandar as tempestades» [J. G. Frazer (1922) 1990: 81];

•Os marinheiros do Báltico traziam consigo um pedaço de corda ou um lenço atado três vezes: a crença pretendia que o primeiro nó desfeito traga o vento bom, o segundo a tempestade, o terceiro a calma; na Estónia, o primeiro nó trazia também o vento bom, o segundo a boa pescaria e o terceiro, guardião das tempestades, jamais deveria ser desfeito» (J. Chevalier, A. Gheerbrandt, 1990: 669).

⁷¹ Também o bloco inferior, que assenta directamente sobre o anel do frechal, se encontra emalhetado no frechal.

a qual se ergue o bonecral, e sobre cuja placa de aço roda o «espigão» do mastro, um eixo de ferro inserido um pouco para o interior da extremidade posterior do mastro.

Assim se entende, pois, como, em virtude de assentar apenas nestes dois pontos opostos do frechal de madeira, pode o mastro, e, com ele, o sistema de captação da força do vento, mover-se, acompanhando a rotação do capelo, feita através do accionamento do sarilho, e permitindo assim ao moleiro acompanhar a variabilidade do elemento, moendo o grão ininterruptamente enquanto aquele soprar. Vejamos agora como, uma vez captada pelo velame para imprimir ao mastro o seu movimento de rotação, a força motriz do vento é depois transmitida por este ao aparelho de moagem propriamente dito através da «entrosga» e do «carreto».

A entrosga, um robusto aro de madeira denteado e que se encontra ligado ao mastro por quatro grossos raios, roda muito próximo da ponte, fazendo-o obliquamente em virtude da inclinação fornecida ao mastro pela altura do bonecral, e engrenando os seus trinta e dois dentes, também de madeira, no carreto. Por seu turno, este roda por sob a ponte e consiste numa peça formada por duas rodas compactas de madeira cintadas cada uma por sua aduela de ferro e ligadas entre si por sete cilindros, também de madeira, designados por «fuséis» e em cujos intervalos entram os dentes da entrosga. O centro do carreto é atravessado por um forte veio de madeira cuja extremidade superior se prolonga num sólido vergalhão de ferro que gira no olhal da «boneca», uma peça de madeira que nos moinhos por nós visitados não é emalhetada na ponte mas apenas aparafusada e vigorosamente presa a ela com porcas, com ou sem orelhas. A parte inferior do veio do carreto encaixa na «segurelha», uma peça de ferro que encaixa num rasgo cravado na face inferior da andadeira e faz rodar esta pedra da mó, prolongando-se depois pelo centro do poiso, onde é envolvido pela bucha de madeira que preenche o olho desta pedra e evita assim que o grão caia por ele, e atravessando finalmente o soalho até ao «urreiro» ou «ponte», no primeiro piso, em cuja rela gira⁷². Aqui, nesta ponte, o veio serve também de eixo a um «tambor» de madeira no qual engrena uma forte correia de cabedal que transmite o movimento de rotação a outro tambor e, com ele, ao veio da mó segundeira que opera no primeiro piso. A parte inferior do veio desta mó prolonga-se também pelo soalho, até ao «infemo», onde faz girar outro tambor onde engrena nova correia que, por sua vez, faz trabalhar o «aliviador» ou «peneiro» mecânico que mais recentemente se veio a utilizar para joeirar grandes quantidades de grão recorrendo à energia eólica e não à energia animal humana.

Em resumo, captado pelo velame, armado nas oito varas que irradiam do mastro, a força do vento faz rodar o mastro e, com ele, a entrosga, cujos dentes, por sua vez, encaixam no carreto, cujo veio gira entre o olhal da boneca e a rela do urreiro, fazendo-o girar e, com ele, a andadeira.

Ocupemo-nos agora, pois, do aparelho de moagem propriamente dito do moinho de vento, muito semelhante ao que se utiliza nos moinhos de água e

⁷² Tal como a rela onde gira o espigão da extremidade posterior do mastro, esta rela é lubrificada com azeite, óleo ou sebo. Do mesmo modo se untam com sebo a bucha do olho do poiso bem como os dentes da entrosga e os fuséis do carreto para evitar o atrito provocado pelo contacto entre as duas rodas dentadas.

cujos mecanismo central é constituído pelo casal de mós. Este consiste em dois grandes cilindros de pedra totalmente planos e que assentam um em cima do outro, recebendo a pedra superior, móvel, a designação de «andadeira» ou, mais genericamente, de «mó», enquanto a pedra inferior, fixa e sobre a qual assenta a andadeira, é designada por «poiso». Quando pronta a operar a mó, andadeira e poiso, distantes apenas cerca de um escasso milímetro uma do outro, não devem jamais tocar-se, sustentando-se a andadeira sobre a segurelha que lhe imprime a rotação. No centro, ambos os discos de pedra apresentam um grande orifício, o «olho da mó», no centro do qual gira o veio do carreto, envolvido pela bucha de madeira que preenche o olho do poiso, evitando que o grão e a farinha se escapem pelo orifício. Além de serem protegidas por «cambeiros» de madeira⁷³, os quais assentam por sua vez nos «peais» ou «poiáis», também de madeira, as mós, mas sobretudo a andadeira, apresentam-se igualmente cintadas em todo o seu perímetro por aduelas de ferro, designadas por «cintas da mó», que se destinam a proteger o moleiro em caso de a andadeira se quebrar enquanto roda⁷⁴.

Como a sua própria designação indica, o «*casal de mós*», também designado por «moenda», é investido de uma conotação explicitamente sexual também presente, como veremos, no processo de fabrico do pão. De facto, concebe-se que «para combinar melhor, para a farinha sair melhor», devem as duas pedras da mó ser de natureza diferente — o «poiso», ou «mó de baixo», deve ser mais «rija» e a «andadeira», por vezes simplesmente designada por «mó», mais «tenra» — e devem ser «acasaladas» quando ambas, ou apenas uma delas, moem pela primeira vez. Tudo se passa, portanto, como se o poiso, áspero, rude, fosse concebido como masculino e a andadeira, mais macia, como feminina, e a farinha, que cai para a madeira do soalho pela estria existente entre a andadeira e o poiso, como o produto de um acto fecundador⁷⁵.

Classificando-se as mós em «trigueiras» (ou «alveiras») ou em «segundeiras» consoante a sua especialização em moer trigo ou milho⁷⁶ respectivamente, distinção que se observa já no século XVI⁷⁷, a sua largura varia em função das dimensões internas do moinho, sendo porém, no próprio dizer dos moleiros, de aproximadamente cinco palmos de diâmetro para as alveiras e de cinco palmos e meio de diâmetro para as segundeiras⁷⁸. A altura do poiso é, contudo, tanto nas mós alveiras como nas segundeiras, sempre maior do que a da andadeira, sendo

⁷³ Como vimos relativamente ao capelo, também a madeira dos cambeiros (que envolvem toda a andadeira mas apenas a parte superior do poiso) tem vindo a ser substituída em tempos mais recentes pela folha de zinco.

⁷⁴ Ao invés do mastro e da entrosga, que rodam no sentido inverso ao dos ponteiros do relógio, o carreto e a andadeira rodam no sentido dextrorso.

⁷⁵ Outros moleiros concebem, contudo, que deve a pedra do poiso ser a mais macia e a da andadeira mais rija. Outros, ainda que prefiram também pedras de diferente natureza para a andadeira e para o poiso, não distinguem, porém, qual deve rodar sobre a outra (E. V. de Oliveira, *et al.*, 1983a: 349).

⁷⁶ Pelos elementos por nós recolhidos os moinhos do concelho moiam indistintamente, ainda que em diferentes moendas, trigo e milho, não se especializando na farinação de apenas uma espécie de cereal.

⁷⁷ *Vd.* E. V. de Oliveira, *et al.*, 1983a: 91.

⁷⁸ As dimensões da mó alveira principal do moinho da Serra da Costa por nós melhor estudado são as seguintes: 46 cm desde a «beira» ao «terço do meio», não incluindo o «olho da mó», tendo o poiso 45 cm de espessura e a andadeira apenas 22 cm. Como observa E. V. de Oliveira, «a andadeira é sempre mais delgada que o poiso [...] para não pesar excessiva e desnecessariamente» (*Op. cit.*: 349).

que, por vezes, para produzir o alteamento necessário mesmo quando o poiso está demasiado desgastado este é assente com argamassa sobre alguma pedra de mó inutilizada ou, como em casos mais recentes, produzindo-se o alteamento desejado com o recurso ao cimento.

De natureza diferente, a pedra das mós segundeiras é geralmente uma pedra escura, mais dura e granulosa, enquanto para as mós trigueiras se utiliza invariavelmente o calcário proveniente das faldas da Serra de Montejunto, sobretudo do Charco e de Rochaforte, ou de Alcobaça e Pêro Pinheiro, jamais tendo utilizado nenhum dos moleiros por nós entrevistados a *pedra francesa*, proveniente do país que a sua designação indica, a qual, embora de mais longa duração, se apresentasse consideravelmente mais cara do que o calcário da região⁷⁹. Encomendadas com a devida antecedência, as mós, já prontas, eram transportadas pelos próprios canteiros até aos moinhos em carroças puxadas por uma ou, consoante a carga, duas juntas de bois. Com maior dificuldade se faziam subir, porém, as mós ao primeiro ou ao segundo piso do moinho, para o que eram exigidas respectivamente duas e três pessoas e necessitando o moleiro de se socorrer da ajuda de companheiros de ofício ou mesmo de pagar a jorna de um ou dois homens. Rodando-as, as mós eram transportadas em primeiro lugar até ao primeiro piso. Quando destinadas à moenda do segundo piso, as pedras eram colocadas por sob o alçapão deste e içadas fazendo rolar, à mão ou com o auxílio do vento, as varas do mastro e enrolar assim em torno deste o cabo que se havia feito passar previamente pelo olho da mó e, passando-o pelo alçapão, engatado ao mastro.

Uma vez assente sobre o poiso e antes de moer grão pela primeira vez, deve a mó ser posta a moer areia, primeiro um areão mais grosso e depois uma areia mais fina, para «casalar» poiso e andadeira. Após esta operação, procede-se à picagem da mó com o auxílio do picão e da picadeira com o fim de «fazer o dente» na pedra, uma vez que, sendo lisa a pedra, o atrito entre a andadeira e o poiso não é suficiente para desfazer convenientemente o grão, produzindo-se assim uma farinha demasiadamente fina.

Variável não só em função da qualidade da pedra e do modo como ela é picada pelo moleiro como igualmente do tempo de laboração e da velocidade e ritmo de rotação da mó, o «dente» desta deve ser periodicamente renovado através de nova operação de picagem⁸⁰, notando o moleiro que a mó «perde a picadura» pela espessura da farinha. Para efectuar esta operação, que, entre remover a andadeira da mó, picar as pedras e recolocar a andadeira sobre o poiso, demora aproximadamente duas horas, há em primeiro lugar que «aliviar» a mó, desapertando um pouco a rosca do «aliviadouro» que se situa no chão, junto à mó⁸¹, permitindo assim «aliviar» também a extremidade inferior do veio que gira

⁷⁹ Como justificativo para a sua não utilização afirmou-nos também um moleiro que a pedra francesa, «que se aguenta com muito trabalho», exigia também um «passo certo» a que os moinhos no concelho não podem corresponder em virtude da variabilidade da intensidade do vento não conferir ao mastro uma rotação certa.

⁸⁰ Segundo as informações de José Fernando Mateus, há cerca de cinco ou seis décadas, «quando havia grão à vontade» e o seu moinho operava em pleno, eram as mós do seu moinho picadas aproximadamente duas vezes por semana.

⁸¹ Este «aliviador» é igualmente utilizado para «acachapar» a mó quando a farinha sai muito grossa ou, pelo contrário, quando a farinha sai demasiadamente fina, para «aliviar» a mó.

na rela do urreiro no piso inferior, após o que se desmonta a boneca, no centro da qual gira a extremidade superior do veio do carreto, e soltar o veio, juntamente com o carreto, da boneca e da segurelha. Depois, com o auxílio de uma cunha de madeira e de dois rolos, também em madeira, designados por alavancas, faz-se deslizar a andadeira sobre o poiso, tombando-a seguidamente para o soalho, onde fica em posição vertical, e daí para cima de um «cavalo», sobre o qual permanece horizontalmente, escorada com duas «esperas», uma de cada lado. Em cada operação de picagem poiso e andadeira devem, contudo, ser picados de modo diferente e alternadamente. Assim, quando, numa primeira operação, a andadeira é picada «a direito, do olho para a beira»⁸², o poiso é picado «à volta», em círculos concêntricos, invertendo-se o modo como cada pedra da mó é picada na operação seguinte. De notar igualmente é o facto de que, enquanto a picagem das mós alveiras é feita com o recurso ao picão e à picadeira, o primeiro para produzir sulcos na pedra, a segunda para abrir estrias, para a picagem das mós de milho recorre-se, porém, apenas ao picão, uma vez que esta pedra, mais rija do que o calcário, dificulta a abertura de estrias sobre a sua superfície com o simples recurso a estes instrumentos.

Além das pedras, poiso e andadeira, da mó, no mecanismo de moagem deve ainda incluir-se ainda a «moega», um aparelho em madeira que se suspende por cima da andadeira e que é constituído basicamente pelo «tegão», uma pirâmide invertida de base quadrilátera e pela «quelha», uma pequena caleira, fechada na extremidade posterior, que se prolonga desde o vértice do tegão, aberto e suspenso sobre ela, até ao olho da andadeira. A quelha apresenta por vezes, na sua extremidade anterior, um prolongamento em folha de zinco destinado a encaminhar o grão para o local devido, que lhe é acrescentado quando o desgaste das mós faz aumentar a distância que separa a quelha da andadeira e o grão cai fora do olho da mó [Foto 104].

Para suspender a moega por cima da mó faz-se assentar o tegão sobre uma armação formada de quatro pequenas ripas de madeira, emalhetadas e/ou pregadas umas às outras, que se suspende de um prumo situado por detrás da moega. Ainda que no segundo piso este prumo se fixe ao soalho, sucede por vezes, porém, que, conforme lográmos observar em alguns moinhos, no primeiro piso o prumo da armação da moega não se prolonga até ao soalho mas, pelo contrário, para cima, até ao tecto, do qual se suspende dada a sua pouca altura.

À semelhança da sua extremidade posterior, suspensa por meio de cordões de material diverso (vegetal ou, mais recentemente, sintético) que pendem das duas ripas laterais da armação da moega⁸³, a quelha é também suspensa na sua extremidade anterior, dirigida para o olho da andadeira, por meio de um cordão bifurcado que prende ambos os bordos da quelha à travessa dianteira da armação onde assenta o tegão, permitindo assim este regulador controlar a inclinação da quelha e, por consequência, a queda do grão e a qualidade da farinha: «se fôr demais o grão a farinha sai toda grossa, e se fôr de menos também sai fininha,

⁸² A superfície de trituração das mós divide-se em dois sectores: o «terço do meio», que rodeia o olho da mó, e a «beira», que envolve o «terço do meio» e se prolonga até à periferia da pedra, protegida pelos cambeiros.

⁸³ Esta extremidade da quelha pode, contudo, apresentar-se pregada ao próprio tegão.

fininha, também não dá para fazer pão⁸⁴. A queda do grão é, aliás, controlada igualmente pelo «cadêlo», um acessório constituído apenas por uma travessa e por um martelo, ambos em madeira. Enquanto a travessa se encontra disposta paralelamente em relação à quelha e suspensa desta e da travessa lateral da armação da moega por meio de cordões, o cadêlo⁸⁵ apresenta-se emalhetado na extremidade anterior da travessa e limita-se a um pau grosso, muitas vezes tosco, entalado por uma das extremidades no bordo da quelha, enquanto a outra extremidade, curva e livre, assenta sobre a face superior da andadeira, fazendo vibrar a quelha e deslizar por ela o grão em direcção ao olho da andadeira. A vibração provocada pelo atrito do cadêlo nos sulcos da andadeira controla-se fazendo-se suspender da extremidade posterior da travessa pesos, usualmente pedras, em número diverso segundo a velocidade à qual se deseja que o grão corra da quelha para a mó.

Depositado pelo moleiro no interior do tegão, o grão escorre pelo vértice deste até à quelha e, daqui, para o olho da andadeira. No interior da mó, o grão é então submetido à força centrífuga produzida pela rotação que o veio do carreto imprime à andadeira, passando sucessivamente do olho da mó para o terço do meio e, daqui, para a beira, sendo sucessivamente «quebrado e esmagado, [...] estraçoado e desfeito; e [...] propriamente farinado»⁸⁶ e depois expelido para fora da mó. Para evitar que a farinha se espalhe ao ser projectada para o exterior uma vez chegada à beira da mó, coloca-se o «aventil», que noutros locais do país recebe a designação de «panal», sobre os cambeiros de madeira. Aí, sobre o «tremonhado», a parte do soalho defronte da mó onde se amontoa ao deixar a fina estria que separa a andadeira do poiso, a farinha é periodicamente amontoada pelo moleiro com o auxílio de um rodo, de uma vassoura de milho painço ou «painho» ou de ambos, sendo depois ensacada com uma pequena pá⁸⁷ [Foto 105].

Além de, como vimos, se esmerarem na limpeza dos respectivos moinhos, caiando-os e limpando-os regularmente, rivalizavam também os moleiros entre si no que respeita à qualidade da farinha, tentando apresentar aos fregueses a farinha o mais alva possível. Assim, antes de ser submetido ao processo de farinação, o grão, sobretudo o trigo, necessitava o mais das vezes de ser limpo de alguma «moira», um bago de trigo negro que depois de moído suja a farinha, e de areias e demais impurezas das quais a limpeza ao vento na eira não o conseguia libertar. Primeiramente lavado⁸⁸, para o que o moleiro acarretava água em mueres até

⁸⁴ Albertina Tavares Soares: Vilar, 1990.

⁸⁵ Contudo, designa-se por vezes por cadêlo o conjunto formado à travessa e ao martelo, recebendo então este a designação de «cadeleira».

⁸⁶ E. V. de Oliveira, *et al.*, 1983a: 350. Note-se, contudo, que esta descrição se refere a dados etnográficos especificamente recolhidos em Torres Vedras. Aqui a terçagem da mó é verdadeiramente tripla, dividindo-se a superfície de trituração das pedras em três sectores: o «coração» ou «goela», o «meio» e a «borda» (*Ibid.*).

⁸⁷ A pp. 389 de *Tecnologia Tradicional Portuguesa - Sistemas de Moagem* reproduz-se um exemplar destas pás observado no concelho.

⁸⁸ Em função não apenas da dureza do grão como também do estado do dente da mó devia igualmente fazer-se o «tempero do grão», deixando-se o trigo demolido em água de um dia para o outro. Este tempero dependia, contudo, não só da dureza do trigo como igualmente do estado da picadura das mós.

ao moinho, o grão era depois joeirado, com o crivo, e bandejado [Foto 106], com a bandeja⁸⁹, operações que em décadas mais recentes se viram, contudo, substituídas com o recurso ao «aviador». Este aparelho, também designado por «peneiro mecânico», de produção industrial, consiste numa série de vários crivos de diversos calibres pelo qual o grão passa sucessivamente até sair liberto de qualquer impureza. Usualmente localizado no «inferno» [Foto 107], este aparelho de limpeza e selecção do grão é, como vimos, movido com o recurso à própria energia eólica, deixando assim o moleiro liberto para efectuar outras tarefas.

Ao invés do que sucedia no vizinho concelho de Alenquer⁹⁰, no concelho do Cadaval era o moleiro que, por vezes apenas com a colaboração de um elemento da família, usualmente um filho, se encarregava não apenas da operação e da manutenção do engenho como igualmente da tarefa de percorrer as povoações circunvizinhas, acarretando no dorso de jumentos os talegos de farinha para os clientes e os de grão para moer na volta ao moinho, sucedendo em certos casos, porém, que os fregueses iam ao moinho entregar o grão esperando que o moleiro lhes entregasse depois a farinha em casa.

O «talego», uma determinada quantidade de grão, usualmente um alqueire (11Kg), transportado num saco (de algodão, sarja, linho, ou, mais recentemente, ráfia) era, em tempos mais recentes e quando o freguês se deslocava ao moinho para o entregar ao moleiro, pesado por este numa balança decimal defronte para ambos conferirem da quantidade de grão realmente entregue pelo freguês. De cada talego de grão moído retirava depois o moleiro a «maquia» 1Kg ou 1,5Kg por cada 11Kg. Todavia, em tempos «mais antigos», até à segunda ou terceira década deste século, o grão não era pesado, sendo que o moleiro retirava a maquia que lhe cabia com um «maqueiro», «cacifo» ou «cacifro» de ferro⁹¹, tendo observado um dos moleiros por nós entrevistados que «Tirava-se uma vez ou duas [maquias], e, se fosse três, melhor, melhor se pagava». Fundamentalmente devido a este facto⁹², por se pagar pela própria mão e, conforme a acusação generalizada, pagar-se mais do que lhe era devido, e ainda que se revelasse de suprema importância no contexto

⁸⁹ Muitos moleiros conservavam numa capoeira fora do moinho aves de capoeira, sobretudo galinhas, que alimentavam fundamentalmente com o produto da limpeza do trigo e do milho e ao qual juntavam alguns grãos de cereal.

⁹⁰ Segundo A. Melo, A. Guapo e J. Martins aqui, em «moinhos de dois a três “casais de mós”, havia três homens: o “homem dos ventos”, o “carreteiro” e o “mão-de-mó”. Um assistia ao engenho, outro ao transporte e outro picava as mós» (1985: 141).

⁹¹ De um destes «cacifos», segundo Leite de Vasconcelos uma «medida própria utilizada pelos moleiros — [...] feito de ferro e aferido neste local» (1983a: 34), reproduziu este etnógrafo (1924: 28) a imagem de um que recolheu para o Museu Etnológico, actual Museu Nacional de Arqueologia.

⁹² É possível que este sentimento assente igualmente nas mesmas razões que conduziram a que, nos Açores, a Igreja houvesse interditado às mulheres as idas aos moinhos (E. V. de Oliveira, *et al.*, 1983a: 486), outra coisa pretendendo, porém, a seguinte quadra, recolhida no concelho: «Nã quero amor moleiro/ Que está sempre no moinho:/ Antes quero amor boêro./ Que s'incontra no caminho.» (J. L. de Vasconcelos, 1975: 242).

económico dos aproximadamente dois últimos séculos, o ofício de moleiro era, contudo, numa concepção popular mais ou menos difundida, depreciado⁹³:

*-Deus te sake, saco!
Dots te tiro e dots te papo.
Vai aí para o canto,
Senão ainda tiro outro tanto.
E se não fosse pelo dono temer,
Nenhum saco havia de ver.*⁹⁴

* * *

Ainda que, em virtude da idade avançada dos seus proprietários, do facto de estes não terem descendência ou de, ao invés do que sucedia mais comumente, o filho não seguir o ofício do pai, alguns engenhos operassem em regime de arrendamento, à semelhança do que sucedia com os moinhos de vento, todas as azenhas do concelho eram de propriedade privada, sendo a exploração levada a efeito pelos próprios proprietários. Alguns moleiros exploravam, contudo, não apenas um tipo de engenho de moagem mas ambos, moleirando mais intensamente no moinho de vento quando os calores estivais faziam diminuir o caudal dos riachos e imobilizar as rodas das azenhas.

Aquela que supomos tratar-se da informação mais antiga referente à existência de moinhos de água no concelho chega-nos pela mão do pároco Manuel Rodrigues da Fonseca que, respondendo em 17 de Julho de 1758 ao inquérito paroquial de âmbito nacional que se seguiu ao terramoto de 1755, indica que o rio Real «Tem alguns moinhos de farinha; sem outro algum engenho, e aquelles sam quatro somente»⁹⁵. Ainda que esta informação não nos indique de que género de moinhos de água se trata, é provável que nos deparemos com uma referência a azenhas de propulsão superior e não de azenhas de propulsão inferior nem de moinhos de rodízio não apenas em virtude do actual⁹⁶ caudal deste curso de água como igualmente do quadro orográfico concelhio no qual se insere.

⁹³ Em determinados casos, este mister é, porém, valorizado (Vd. J. L. de Vasconcelos, 1986: 278-279).

⁹⁴ Parlenga do moleiro recolhida em Pragança por Leite de Vasconcelos (1979: 381). Segundo este etnógrafo, «O moleiro, em geral, é considerado com desprezo pelo povo [...]. Tão inoculada está a ideia do que êle rouba, que se fez o verbo *maquiar* (que significa desfalcicar, subtrair, etc.), tirado de *maquia*, que é a medida de que os moleiros ainda usam por muita parte [...] para se pagarem com a farinha que moem» (1938b: 1295).

⁹⁵ *Diccionario Geographico*, Vol. 29, nº 152.

⁹⁶ Recordemo-nos (Vd. Introdução: enquadramento natural do concelho, § 2), contudo, que o pároco acima citado se referia também ao Rio Real como nascendo «logo caudaloso, isto he, abundante de aguas, especialmente no Inverno em que tem grandes cheias; e todo o ano corre ainda que de Veram seja em poca quantidade a agua, que leva [...] He de curso rapido especialmente no Inverno, em que todas as partes se faz formidavel em suas enchentes furiozas por decerem da Serra em distancia de meia Legoa de altura» (*Ibid.*).

No concelho do Cadaval existem actualmente apenas sete azenhas, todas de propulsão superior⁹⁷, sendo que, com excepção de uma, no Vilar, todas se encontram devolutas e muitas já em avançado estado de degradação. As outras azenhas localizam-se ao longo de um mesmo curso de água, a «Maria Magra», existindo quatro engenhos em Pragança e dois na Corrieira. Além destas e de uma outra que, de acordo com as informações de José Fernando Mateus, moleiro no Pereiro, teria outrora existido entre a Tojeira e o Pereiro mas da qual só restam hoje as paredes do edifício, as cartas militares dos Serviços Cartográficos do Exército fazem ainda menção a uma azenha nas imediações da Quinta do Gradil (freguesia de Vilar).

Distinguindo-se dos moinhos de rodízio e das azenhas de propulsão inferior pelo facto de a roda se situar a um nível inferior à queda da água, as azenhas de propulsão superior, caracterizam-se igualmente por poderem operar apenas com um pequeno volume de água. À semelhança do que se sucede nos sistemas de moagem eólica acima descritos, o aparelho motor deste tipo de engenhos consiste basicamente numa roda, equivalente ao sistema formado pelo velame e pelas varas do mastro nesses moinhos de vento, sobre a qual cai a água, fazendo assim rodar o mastro e, com ele, a entrosga cujos dentes engrenam nos fuséis do carroto. Tal como nos moinhos de vento, é o veio do carroto que, encaixando na segurelha, transmite finalmente o movimento de rotação ao aparelho de moagem constituído pela moenda, em tudo idêntica à que acima referimos para os moinhos de vento, não fosse o facto de, exceptuando o caso da azenha do Vilar, acima do casal de mós não operar nenhum mecanismo motor.

Algumas diferenças entre os dois sistemas motores são, contudo, de apontar. Assim, note-se primeiramente que, ainda que, tal como sucede com o conjunto varas/velame nos moinhos eólicos, a roda se situe no exterior do edifício onde tem lugar o processo de farinação do cereal, os restantes elementos do aparelho motor não se situam no piso superior do edifício mas, pelo contrário, no «inferno», aqui verdadeiramente uma cave à qual, por um alçapão aberto no soalho, o moleiro desce apenas poucas vezes para lubrificar com azeite o aguilhão do mastro e com sebo os fuséis e os dentes da entrosga ou ainda para reparar alguma peça danificada. No mastro, que, ao invés do que sucede nos moinhos de vento, não roda obliquamente mas em posição horizontal, emalhetam-se, pois, junto à sua extremidade anterior, ainda fora do edifício da azenha, os quatro braços da roda motriz, enquanto mais próximo da sua extremidade posterior, no «inferno», se emalhetam os braços, também quatro, da entrosga, em tudo semelhante à que acima descrevemos para os moinhos de vento, sendo que também aqui se privilegia o «pau-de-fora» para a construção do mastro e dos braços da roda motriz enquanto para os fuséis do carroto e a entrosga se explicita que se deva utilizar o olmo ou «ulme».

⁹⁷ Sem outra designação no concelho do Cadaval que não a de «azenha», no nosso país este tipo de engenho recebe ainda a designação de azenha «de copos», «copeiras» ou de «queda» (E. V. de Oliveira, *et al.*, 1983a: 170). Menos numerosas no nosso país, com excepção do Noroeste, do que os moinhos de rodízio, as azenhas são consideradas por determinados autores como tendo sido difundidas no território que actualmente corresponde a Portugal continental pela civilização árabe, enquanto a presença daquele tipo de engenho teria origem romana (*Op. cit.*: 80).

O movimento de rotação que a água imprime à roda e, com ela, ao mastro, é, pois, transmitido pela entrosga ao carreto. Em tudo semelhante àquele que se pode observar nos moinhos de vento, o carreto do mecanismo motor das azenhas situa-se, como referimos, não por sobre o mecanismo de moagem mas sob o mesmo, sendo que o seu veio, cuja extremidade inferior roda sobre uma rela aposta no «urreiro», uma pequena viga disposta horizontalmente entre dois fortes prumos acima do mastro, atravessa o soalho e o olho da mó, em cuja segurelha engrena. Esse urreiro, também muito semelhante ao do primeiro piso dos moinhos eólicos, apresenta, porém, apenas uma das extremidades fixas a um dos prumos enquanto a outra extremidade sobe e desce numa fenda efectuada no interior do outro prumo por intermédio do «aliviador». Este consiste numa peça de ferro, de secção rectangular ou, mais comumente, circular que termina no soalho, acima do «inferno», junto da mó, preso por uma cunha quando de secção rectangular, ou por uma porca de orelhas, quando de secção circular. Retirando a cunha ou desapertando a porca, «alivia-se», pois, a mó, fazendo descair o urreiro⁹⁸ e libertar o veio do carreto que gira na rela ao centro daquele e permitindo assim substituir as pedras da mó e proceder à sua picagem.

Sucedee, porém, que na azenha do Vilar [Fotos 108, 109 e 110] se optou em 1963, quando do acrescento de uma nova moenda alveira, por uma solução adoptada do mecanismo característico dos moinhos, do qual aliás o seu proprietário tinha conhecimento por também ter um engenho na Serra da Costa, de frente do Avenal. Conservando o urreiro móvel e o aliviador como mecanismo original de libertação do veio, acrescentou-se por cima da mó uma viga onde, à semelhança da ponte do capelo dos moinhos de vento, se aparafusou uma «boneca», em cujo olhal roda a extremidade superior do veio. Por sua vez, este, facto inédito quando consideradas as demais azenhas concelhias, serve de eixo a um tambor onde engrena uma forte correia de cabedal que o liga ao veio de outra mó, transmitindo-lhe assim o movimento de rotação. Note-se, aliás, que esta azenha distingue-se das demais azenhas do concelho pelo facto de ser dotada de duas e não apenas de uma roda motriz. Destas, uma transmite o seu movimento apenas a uma mó enquanto a outra faz rodar dois casais de mós em função desse mecanismo de tambores e correias que acabámos de descrever.

À semelhança do que sucedia com a azenha do Vilar, também as azenhas de Pragança [Foto 111] e da Corieira [Fotos 112 e 113] eram servidas por represas no interior das quais se armazenava água desviada dos respectivos cursos de água em quantidade suficiente para produzir o caudal necessário para permitir a laboração dos engenhos, o que sucedia apenas entre o Outono e o princípio do Verão. Contudo, enquanto a azenha do Vilar garantia a abundância aquífera necessária à sua laboração com base numa represa particular que a ela servia unicamente, em Pragança e na Corieira várias azenhas utilizavam-se das mesmas represas. No primeiro caso, uma grande represa, localizada próximo dos lavadouros públicos da povoação, acumulava a água que servia as quatro azenhas de Pragança, distantes aproximadamente 100mt umas das outras ao longo do declive acentuado pelo qual corre a Maria Magra. No que respeita às duas azenhas da Corieira, ambas eram servidas por um açude, mais pequeno do que o de Pragança, construído em anexo àquela que fica mais para montante.

⁹⁸ Ao invés do que sucede nas azenhas do concelho, nos moinhos de vento por nós observados o urreiro é, porém, fixo.

Armazenada nos açudes ou represas, dos quais no caso de Pragança e da Correira os vários moleiros cuidavam em conjunto, a água era depois conduzida até às rodas dos engenhos por meio de «levadas», lajeadas a pedra ou a tijolo e ladeadas por pedras, que, no espaço compreendido pelo menos entre duas azenhas de Pragança, e dado o grande desnível entre elas, se transforma num verdadeiro aqueduto. Um pouco antes de chegar à azenha, a levada é dotada de uma calha onde corre uma tábua de madeira que regula a passagem da água, cujo volume o moleiro «tempera» para obter a desejada farinação do grão. Da levada, a água corre em seguida para uma caleira, assente em duas cunhas de madeira inseridas na parede e que se afasta para o lado quando se pretente fazer parar a roda, e daí cai sobre os «cuvos» ou pás da roda, imprimindo ao mecanismo motor da azenha o movimento de rotação finalmente transmitido à andadeira. Para a protecção da roda devem tomar-se determinadas precauções, nomeadamente a plantação de árvores junto à azenha, para protegerem com a sua sombra a madeira da acção nefasta do Sol, e a lubrificação do aguilhão do mastro não com água mas com sebo ou azeite para evitar o rápido desgaste da castanha, quando de calcário, ou o seu apodrecimento, quando de carvalho, devendo igualmente tomar-se o cuidado de o cobrir com uma ou mais telhas para evitar que grãos de areias e demais impurezas se infiltrem e aumentem o atrito.

* * *

O cenário que se desenha hoje em torno do processo produtivo do pão é, contudo, radicalmente diferente do de inícios do século ou mesmo de há três ou quatro décadas atrás. Ainda que inúmeras famílias do concelho consumam pão cozido em casa e não recorram às padarias ou às vendas ambulantes, a farinha é, porém, adquirida actualmente no Grémio da Lavoura do Cadaval, espoada e ensacada, e não produzida a partir do grão, entretanto abandonado em favor de culturas mais rentáveis como a vinha ou o pomar, semeado pela própria família, e depois moído nas azenhas ou nos moinhos do concelho, os quais, fugida a clientela para as moagens industriais, para Lisboa ou além-fronteiras, abandonadas as searas de trigo e os milharais às silvas e aos eucaliptos⁹⁹, deixaram entretanto de funcionar e jazem hoje na sua grande parte abandonados, respectivamente, ao longo das margens dos cursos de água e nas encostas ou nos cumes dos montes e das serras.

Abandonados pelos próprios moleiros, que buscavam melhor sorte noutro ofício e, por vezes, noutro país, ficaram também os engenhos abandonados a temporais que quebram traves, derrubam cataventos, levantam o zinco do capelo e infiltram a água da chuva na alvenaria, apodrecendo os madeiramentos, as velas e os cordames e corroendo os metais e que, a prazo, deixa os moinhos agitando

⁹⁹ Notam com mágoa os velhos de Pragança, por exemplo, que actualmente «estão as terras amanhadiças da Serra [de Montejunto] todas plantadas de eucaliptos», culpando desta situação não só a vaga de emigração da década de sessenta como igualmente a geração mais jovem, já escolarizada, que despreza o trabalho da terra: «Hoje já não há ninguém para amanhara a terra. Estudam todos...».

os seus braços nus ao vento, com uma aparência de gigantes cadavéricos que decerto não constituiriam hoje ameaça para Dom Quixote [Foto 115].

Do reduzidíssimo número de moleiros que cuida ainda minimamente do seu moinho, a maior parte limita-se a caíá-lo uma vez por festa, literalmente, ou a subir aos montes depois de dias intensos de chuva para soltar as velas ao moinho e deixá-las enxugar, evitando que apodreçam rapidamente, cuidado a que outros se excusam, retirando definitivamente as velas das varas. Com raras exceções, quando a nova geração ou algum cidadão mais bucólico empreende a sua recuperação, transformam-se os moinhos em refúgios de fim-de-semana ou de férias¹⁰⁰, despojando-os das velas, do aparelho de moagem e ficando as pedras das mós encostadas às paredes do moinho ou servindo para calcear o terreiro em torno deste.

De acordo com o recenseamento [Anexo, Doc. 2] por nós efectuado a partir das cartas militares editadas entre 1970 e 1971 pelos Serviços Cartográficos do Exército, à data do levantamento topográfico destinado à realização dessas cartas o concelho contava com 66 moinhos de alvenaria. Destes, apenas 39 se encontravam em «bom estado», apresentando-se os restantes 27 em ruínas, 7 dos quais servindo de suporte a marcos geodésicos. Pelo que nos foi dado a observar entre 1989 e 1991, o número de moinhos em bom estado de conservação ter-se-á entretanto reduzido drasticamente nas últimas duas décadas e meia, de tal modo que hoje esse número deverá rondar a dezena. Mesmo os moinhos de armação metálica¹⁰¹, vulgarmente designados por «moinhos americanos» [Foto 114], que a determinada altura pretenderam rivalizar com as azenhas e os moinhos de alvenaria e que se contavam em número de 17 à data do levantamento topográfico para a realização das referidas cartas militares, se apresentam hoje na sua quase totalidade parados, e muitos deles mesmo totalmente arruinados.

Pelo que conseguimos apurar junto de diversos informadores, cerca de 1940 operava ainda em pleno a grande parte dos moinhos de alvenaria do concelho. Todavia, não apenas devido à feroz concorrência das moagens industriais e dos moinhos «americanos» mas sobretudo em função da emigração e da consequente diminuição da produção cerealífera panificável, em finais da década de sessenta o panorama havia sofrido alterações profundas, operando apenas dois moinhos de vento no Montejunto e dois na Serra da Costa e uma azenha no Vilar com fins lucrativos. Volvidos dez anos todos os moleiros haviam deixado de exercer a sua actividade profissional, sendo que, actualmente, apenas dois moleiros, um no Pereiro e outro no Vilar, produzem regularmente farinha para consumo próprio.

Com excepção dessa dezena aproximada de moinhos e de uma azenha, todos os engenhos de moagem tradicionais do concelho se encontram devolutos e todo este património molinológico ameaçado de um processo de degradação que

¹⁰⁰ Como exemplos mais recentes deste facto refiram-se dois moinhos, um no Alto da Lagoinha e outro na Serra da Costa, sobranceira ao Pereiro e ao Avenal.

¹⁰¹ «Ao passo que durante as primeiras décadas do século, iam desaparecendo os moinhos de armação de madeira [...], difundiam-se por algumas áreas da Estremadura e da Beira Litoral uns moinhos de armação de ferro [...] de fabrico industrial. A sua difusão foi relativamente densa em certas zonas, como na Murtosa e entre Cadaval e as Caldas da Rainha, aparecendo ainda esporadicamente noutras partes» (E. V. de Oliveira, 1983a: 324 - A pp. 325 desta obra reproduz-se a fotografia de um destes moinhos existentes no concelho).

uma arqueologia industrial apoiada etnograficamente deveria rapidamente tentar travar antes que se revele irremediável a perda da visão de uma Serra da Costa e de um Montejunto, desde o Alto da Lagoínha até à Rechaldeira, com as suas coroas de moinhos de vento, alguns dos quais, segundo a crença popular, «já moiam para os mouros». Contudo, talvez mais do que propriamente o património moageiro parece estar condenado ao desaparecimento o saber característico do ofício, património moageiro não material e de mais difícil observação no qual se deve incluir não somente o conhecimento geral do funcionamento do mecanismo motor dos moinhos como igualmente o saber específico de cada engenho — o conhecimento da rotação do mastro e do tempero de água necessário para que a mó produza uma farinha com uma espessura adequada, o conhecimento do modo como cada moinho reage a um determinado vento, etc..

E, perante este panorama, se, como nos confidenciou em 1990 o Sr. Júlio «Moleiro», do Rebalde, a propósito do futuro reservado à sua azenha, hoje «Os velhos vão desaparecendo [...], as águas estão porcas¹⁰² e os novos não querem saber», talvez que a mobilização das camadas populacionais mais jovens para a preservação desta importante parte do património arquitectónico e etnográfico municipal se possa efectuar não pelo apelo a um *passado* que não se lhes apresenta actualmente como fonte de identidade, sendo, ao invés, negativamente percebido como sinónimo de arcaísmo e de obsolescência, mas pela via ecológica, de que o moinho e a azenha, indústrias simultaneamente não poluentes e dependentes de dois elementos naturais hoje entendidos como energias alternativas (energias do *futuro*, entenda-se), sistemas de moagem com um grau muito reduzido de entropia, se poderiam constituir como emblema.

4. DA FARINHA AO PÃO

*«Q'al é a coisa q'al é ela,
q'é pai pançudo,
mãi rabilonga
e faz filbos im miudo?»¹⁰³*

Constituindo-se até há bem pouco tempo como o elemento de maior importância da alimentação das classes populares de todo o país, não surpreenderá, portanto, que o pão seja concebido como o alimento por excelência, à vez produto e garante da actividade laboral humana, como sugerem as expressões «ganhar o pão de cada dia», «ganhar o pão com o suor do rosto» bem como o ditado «quem não trabuca não manduca»¹⁰⁴.

¹⁰² É, de facto, lamentável o estado em que actualmente se encontra o curso de água da Maria Magra. Nascido na Serra de Montejunto, morre hoje logo em Pragança, a primeira povoação que atravessa e a que serve de esgoto, não só de parte dos detritos domésticos deste povoado como, sobretudo, dos aviários construídos na sua periferia e que contribuem para o estado nauseabundo e putrefacto deste ribeiro.

¹⁰³ «Decif. - Fomo, pá e pães» (M. C. Martha, 1934: 72).

¹⁰⁴ Outros provérbios relacionados com o pão: «Casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão»; «Quando há pão em casa, até as aranhas balham» (J. L. de Vasconcelos, 1983a: 49 — dito recolhido no Peral).

Esse carácter sagrado de que, certamente também por influência da doutrina cristã, o pão é popularmente investido revela-se-nos num conjunto de crenças, de entre as quais lográmos encontrar no concelho do Cadaval a de que, como vimos, para proteger da acção nefasta do quebranto uma criança que sai à rua antes de baptizada, deve a mãe colocar sobre o peito um pedacinho de pão, por ser «*coisa benta*», sagrada. Por outro lado, se, por descuido, cai um pedaço de pão ao chão, deve beijar-se imediatamente, anulando com este gesto expiatório a impureza que acarreta a queda e o contacto com a sujidade do solo, e dar-se a comer a um animal. Tratando-se de pão quente, acabado de sair do forno, não deve, todavia, segundo nos informaram no Painho, dar-se a comer a um cão, sob pena de lhe fazer perder o furo. O próprio manuseamento do pão obedece, contudo, a determinadas regras. É assim que os pães devem ser guardados na arca de madeira com alguma reverência, envolvendo-os em panos alvos e cuidando para que sejam dispostos uns sobre os outros sempre com o «lar» ou parte inferior para baixo. De facto, não deve jamais o pão ser deixado *às avessas*, com o «lar» voltado para cima, não só uma vez colocado sobre a mesa como igualmente durante o processo de cozedura, dentro do forno. Quando, por descuido, tal acontece, deve voltar-se o pão imediatamente, «porque não foi ganho de barriga para o ar»¹⁰⁵ ou, segundo outra expressão em uso no concelho, «de costas», expressões que nos nos parecem sugerir, respectivamente, duas actividades, a da preguiça e a da prostituição, antitéticas do universo do trabalho e da normas da Cultura.

Se, como veremos ao longo deste subcapítulo, a tarefa de fabrico do pão se revela da estrita competência feminina, não surpreenderá, pois, que seja também sobre a mulher que recai a responsabilidade de propiciar a abundância de pão em casa durante todo o ano, o que, curiosamente, tomava lugar num dia específico do ano: a Quinta-feira de Ascensão, também designada por «dia da espiga» ou «dia da folga», por muitos ainda considerado como o dia mais santo do ano¹⁰⁶ não obstante a dessacralização de que foi objecto recentemente. O carácter sagrado da Quinta-feira de Ascensão é atestado pelo povo através de várias crenças, entre as quais se contam a de que, neste dia, «há uma hora em que os passarinhos não vão ao ninho»¹⁰⁷, o pão não leveda e as águas dos ribeiros não correm, bem como a de que «a folhagem das oliveiras se volta do avêss»¹⁰⁸. Trata-se, ademais, de um dia de descanso ritual durante o qual se deve observar o interdito de trabalhar: «Quinta-feira da Assensão/ nam coalha o leite,/ nem se coze o pão»¹⁰⁹. A enxada não toca a terra, os animais não se ordenham, ou o leite proveniente da ordenha não deve ser vendido mas oferecido, o leite e o azeite não coalham, no moinho e na azenha as mós não moem, sob pena de a farinha que delas sair se transformar em sangue, e não se pode cozer pão, sob pena de este aparecer raiado de sangue, o sangue de um Cristo ofendido no dia da

¹⁰⁵ J. L. de Vasconcelos, 1983a: 411.

¹⁰⁶ «Quinta-feira da Assensão,/ é dia santo com'ós que o são» (M. C. Martha, 1919: 23).

¹⁰⁷ Enquanto uma versão afirma que ninguém sabe que hora é essa, outra atesta que essa hora se conta a partir do meio-dia.

¹⁰⁸ M. C. Martha, 1919: 23.

¹⁰⁹ *Ibid.*

comemoração da ascensão ao Céu quarenta dias após a sua *ressurreição*, e não se poder comer:

«Certa mulher, tentando o Senhor, teimou em fazer cozedura, contra o preceito que lhe mandava guardar o dia. Ao abrir o forno, notou com espanto que os pães estavam salpicados de sangue. Uma outra versão é mais terrífica ainda: o aspecto dos pães era normal, mas quando os partiram jorravam sangue, como quem abrisse ao meio um recém-nascido»¹¹⁰.

Até há cerca de duas décadas era costume romarem as famílias aos campos, em carroças enfeitadas ou a pé, para almoçarem à sombra de um pinhal um repasto — às quais se refere M. C. Martha como tratando-se de «copiosas merendas»¹¹¹ — obrigatoriamente constituído por carne¹¹², normalmente assada ou guisada, após o que se passava a tarde dormindo a sesta, e, depois, cantando e bailando. A deslocação efectuava-se, contudo, sob o pretexto de «ir apanhar a espiga», o que, segundo diversas informações por nós recolhidas, não tinha uma hora específica para se efectuar ou, pelo contrário, se deveria realizar pela uma hora da tarde. Na composição do ramo da espiga pretendem todos os informadores que devem entrar, em primeiro lugar, uma espiga de trigo, para propiciar a existência de pão em casa durante todo o ano, em segundo lugar, um «tranquinho» ou raminho de oliveira, destinado a favorecer a abundância de azeite¹¹³, e, depois, segundo os informadores, uma papoila e um malmequer — para, por um processo mágico-imitativo assente nas suas cores, propiciarem respectivamente a abundância de vinho e de dinheiro —, ou uma papoila e um pampilho, ou um baceolo de videira¹¹⁴ e um malmequer, etc.

«Na quinta-feira da Ascensão, á uma hora da tarde, colhe-se uma espiga de trigo, um raminho de oliveira, um malmequer amarello e outro branco, e guarda-se tudo cuidadosamente até igual dia do anno seguinte, em que se faz nova colheita.

A espiga de trigo significa abundancia de pão durante todo o anno; o [sic.] ramo de oliveira affirma a paz; os malmequeres promettem, respectivamente, fartura de oiro e prata»¹¹⁵.

Em certos casos, não deve colher-se apenas um exemplar de cada espécie vegetal mas três de cada, ou ainda duas espigas de trigo, dois tranquinhos de oliveira, quatro papoilas, quatro flores de pampilho e uma flor de cada que se encontrar para haver sempre alegria em casa. Depois de completo o ramo, ata-se com uma fita e conserva-se em casa, detrás da porta, até à Quinta-feira de Ascensão do ano seguinte, data em que uma nova espiga irá propiciar com o seu poder

¹¹⁰ *Ibid.*.

¹¹¹ *Op. cit.*: 24.

¹¹² «Quinta-feira da Assenção/ quem nam come carne nam tem coração» (*Op. cit.*: 23).

¹¹³ Outro rito destinado a favorecer a produção abundante de azeite tomava lugar, como vimos, por ocasião do dia de N. Senhora das Candeias.

¹¹⁴ E. Prieto, s.d.: 150.

¹¹⁵ J. M. Adrião, 1900-1901: 99.

e o seu vigor vegetal a abundância alimentar e material do lar, bem como protegê-lo do perigo que encerram as trovoadas¹¹⁶. Ainda segundo um informador residente no Casal Cabreiro, a recolha dos diversos constituintes da espiga deve realizar-se em locais diferentes, aproveitando a deambulação, de carácter marcadamente ritual, que por esta ocasião se deve efectuar pelas fazendas de que se é proprietário, devendo em cada uma delas dirigir-se uma oração em agradecimento a Deus.

Mas não só o acto mágico-ritual de colher a espiga a uma hora mágica deste dia santo permite à mulher assegurar a abundância de pão em casa durante todo o ano. Outra prática, característica deste dia e cujo propósito é, tal como a espiga de trigo do ramo da espiga, propiciar a permanente existência de pão em casa, consiste em guardar (isto é, sacrificar, sacralizar), embrulhada num pano, uma fatia de pão que permanecerá incorrupta durante todo o ano e que se destina a ser consumida pela Quinta-feira de Ascensão do ano seguinte, ocasião em que deverá ser substituída por uma nova fatia, renovando-se assim a aliança estabelecida com a divindade e a esperança na abundância:

«Do meio dia para a uma hora de quinta-feira da Ascensão, corta-se uma fatia de pão macio, que se conserva intacto até igual dia do outro anno. Nesse dia e á mesma hora come-se a fatia, e corta-se outra que se guarda até ao anno seguinte. O povo crê que aquelle pão não abolece, e que da sua conservação resulta abundancia de pão para todo o anno»¹¹⁷.

No mesmo complexo simbólico-ritual do Dia da Espiga e intimamente relacionadas com a fase de amadurecimento do trigo, integram-se igualmente, além das Maias (a 1 de Maio) e do Dia de Santa Cruz ou da Bela-Cruz (a 3 de Maio), a ladainha de S. Marcos (a 25 de Abril) ou ladainha maior¹¹⁸, e as ladainhas das Rogações ou ladainhas menores, ritos agrários que aparentam semelhanças das *Ambanales* romanas em honra de Marte e Ceres e que a teologia cristã refere como praticando-se já ao tempo de Santo Agostinho e que, de acordo com as prescrições litúrgicas, decorriam entre a Páscoa e a Ascensão e consistiam em preces públicas suplicatórias, realizadas muitas vezes sob a forma de deambulações rituais pelos campos, e cujo objectivo consistia em fazer incidir a protecção divina sobre as lavouras, livrando-as de pragas de insectos e demais moléstias. De 1758 chega-nos, pela pena do pároco de Pêro-Moniz, Manuel Rodrigues da Fonseca, uma referência a estas práticas relativamente ao «Logar de Dam Lobo [Adão Lobo], onde o Paroco desta Igreja [já então com Nossa Senhora do Destino por orago] costuma ir com a primeira procissão das Ladainhas de Maio»¹¹⁹.

* * *

Em regra o pão é cozido apenas uma vez por semana e em quantidade suficiente para durar para toda a semana. E, se bem que pode ser cozido

¹¹⁶ *Vd. supra*: I, § 2.

¹¹⁷ J. M. Adrião, 1900-1901: 99.

¹¹⁸ Aparentemente, esta festividade terá sido instituída em finais do século VI por S. Gregório Magno, que, recorrendo a penitências e preces públicas, procurava fazer desaparecer o surto de peste que assolava então Roma.

¹¹⁹ *Diccionario Geographico*, Vol. 29, nº 152.

em qualquer dia, é-o normalmente ao sábado, não o devendo ser jamais, como acabamos de verificar, em Quinta-feira de Ascensão nem ao domingo, «dia do Senhor» e que terá sido consagrado ao descanso, sob pena de também neste dia aparecer raiado de sangue.

O fabrico do pão inicia-se com o «espoar» da farinha¹²⁰, moída na véspera no moinho ou na azenha, peneirando-a duas vezes, a primeira para lhe retirar a sêmea ou farelo, destinado à alimentação dos animais de criação, a segunda para lhe retirar o «rão» ou «rolão». Depois de espoada, é misturada a farinha com sal e fermento e amassada com água quente. Podendo a operação realizar-se de diferentes modos, no concelho do Cadaval detectámos a seguinte técnica: já misturada com o sal, a farinha recém-espoada é lançada num alguidar no qual se havia já colocado, depois de amassado com água morna e polvilhado com a farinha acabada de peneirar, o fermento caseiro, após o que, aos poucos, «para não empapar», se deita água na farinha e, após se benzer a mulher, se amassa, à mão, durante um período que varia entre cerca de dez minutos e uma hora segundo cada informadora e até a massa se mostrar tenra e produzir bolhas de ar. Segundo conseguimos apurar, o pão de milho deve ser amassado com água quase a ferver e com o auxílio de uma colher de pau, enquanto o pão de trigo é amassado à mão

Variável, a quantidade de sal que se mistura na farinha é aproximadamente de duas mãos-cheias para meio alqueire. Deve, contudo, juntar-se um pouco mais de sal na farinha «para as alminhas». Ainda que se vulgarize actualmente o consumo de fermento «real»¹²¹, «fermento inglês» ou «fermento de mercearia», do qual se misturam aproximadamente cem gramas para dez quilogramas de farinha, devendo desfazer-se o fermento em água quente e juntando-lhe alguns pingos de *vinagre* antes de o misturar com a farinha, outrora o fermento era produzido em casa, a partir da própria farinha, consistindo muito simplesmente num pouco da massa do pão, já lèveda, que se coloca numa tigela de barro coberta com um guardanapo e se conserva num local fresco da casa até à próxima cozedura. Em caso de o fermento ter secado, o que se verificava sobretudo de Verão, ou «azedado» em demasia, estragando-se, bastava, para produzir novo fermento, desfazer na véspera da cozedura do pão um pouco de farinha em água quente temperada com sal, deixando a massa levedar até ao dia seguinte no recipiente coberto com um pano. Estando o fermento estragado e necessitando cozer-se o pão nesse dia, bastava apenas pedir um pouco de fermento caseiro a uma vizinha, retribuindo-lhe depois com um pouco da massa lèveda do pão ou mesmo com algum pão acabado de cozer. Não há hoje, porém, o risco de o fermento secar ou azedar em demasia entre duas cozeduras, bastando para tal conservá-lo num saco plástico dentro do frigorífico ou da arca congeladora e retirá-lo de véspera, para descongelar.

¹²⁰ Esta operação está em vias de desaparecimento em virtude de a farinha que se adquire actualmente nas moagens ser já vendida espoada ao consumidor. Acerca do acto de peneirar ou de espoar atente-se no seguinte enigma: «Q'al é a coisa q'al é ela, que q'ando para faz um rasto e q'ando anda, tapa-o?». «Decif. - A peneira, que, poisada na farinha, lá deixa um sulco circular, e o apaga quando volta a peneirar» (M. C. Martha, 1934: 67).

¹²¹ Trata-se da adaptação do nome de marca do levedante químico, com origem nos E.U.A., mais conhecido no nosso país: o «Royal baking powder».

Depois de amassado o pão, faz-se uma cruz sobre a massa e, com os dedos da mão direita, imprimem-se-lhe as «cinco chagas»¹²², crendo-se que, sem esta operação, a massa não leveda. Acompanhando este gesto, pronuncia-se por vezes uma fórmula como as que seguidamente reproduzimos, também destinadas a propiciar o crescimento da massa:

- A - «Pão no fomo/
Tabuleiro ao ar;
Tanto cresças tu/
Quanto mentiras há no lugar»¹²³
- B - «Nosso Senhor t'acrescente,
Prá boca da gente,
E a minha seja a primeira»¹²⁴
- C - «Deus t'acrescente,/
E p'la saúde de toda a gente/
E mais do Santíssimo Sacramento»¹²⁵
- D - «Em nome do Pai, Filho e Espírito Santo,/
Que Deus te acrescente/
Na graça do Senhor»¹²⁶
- E - «S. Bento te alevede,
S. Bernardo te acrescente.
Cá para a boca desta gente
- ou
- Salomé te alevede,
S. Vicente te acrescente,
S. João faça bom pão»¹²⁷
- F - «Deus te acrescente,
Que é para muita gente»¹²⁸
- G - «Noss' Senhor t'acrescente/
e te livre de má gente»¹²⁹
- H - «Em louvor de S. Vicente,
Que t'acrescente,
De S. Mamede,
Que te levede,
P.N. e A.M. (às 5 chagas)»¹³⁰

Em seguida polvilha-se a massa com farinha e deixa-se no alguidar de barro, coberto com o «bragal», a levedar, o que, em condições normais varia entre uma a duas horas. Note-se que, consoante a temperatura ambiente, assim se prepara a massa do pão na

¹²² J. L. de Vasconcelos, 1985: 16.

¹²³ Fórmula recolhida no Painho em 1990.

¹²⁴ Fórmula recolhida em Vilar em 1991.

¹²⁵ Fórmula recolhida no Painho em 1990.

¹²⁶ Fórmula recolhida na Gouxaria em 1990.

¹²⁷ E. Prieto, s.d.: 80.

¹²⁸ J. M. Adrião, 1900-901: 103.

¹²⁹ M. C. Martha, 1934: 99.

¹³⁰ J. L. de Vasconcelos, 1985: 16

véspera ou no próprio dia da cozedura e, em caso de a temperatura ser muito baixa e se recear que o pão não levede, para manter a massa quente pode igualmente dispor-se um cobertor sobre o alguidar ou envolvê-lo com panos quentes, «para a massa *vir*, para a massa despertar». Do mesmo modo, «Quando o pão não leveda, coloca-se sobre o bragal um par de calças de homem, e deixa-se ficar com as pernas cruzadas até se operar a levedação»¹³¹, tal como se colocam as calças do pai à cabeceira da cama de uma criança para a proteger do mau-olhado e das bruxas.

Enquanto a massa está a levedar enche-se o forno de lenha¹³² com o auxílio de um pontalete ou forcado. Depois de queimada a lenha, espalham-se as brasas no forno e, uma vez suficientemente quente o forno, retiram-se dele as brasas, com um rodo, para a lareira, varrendo-se de seguida o forno com um varredoiro¹³³ para não macular o pão com a cinza. Uma vez preparado o forno¹³⁴ e lêveda a massa, é esta «tendida» ou «deitada» sobre farinha, operação que consiste em dividir a massa em partes idênticas e, à mão ou com o auxílio de uma tijela, enformá-la e dar-lhe a forma esférica característica do pão.

Os pães são depois colocados sobre um tabuleiro coberto com o bragal, devendo cuidar-se para que não fiquem encostados ou «casados» uns aos outros, cuidado que se deve retomar quando finalmente se coloca o pão no interior do forno, ocasião pela qual, ao colocar aí o primeiro pão, se deve dizer «O primeiro é de Deus,/ O segundo de Nossa Senhora»¹³⁵. Quando se acabou de tender a massa, e caso não se tenha o costume de o fazer quando, como vimos, se acaba de amassar o pão, pronuncia-se uma fórmula como a que se utiliza no Pereiro, «Deus de acrescente, que é para a boca de muita gente»¹³⁶, ao mesmo tempo que se faz uma cruz com a pá de enformar sobre a boca do forno, já tapada. De acordo com J. M. Adrião, «Para fazer que o pão cresça no forno» deve atirar-se «para dentro do forno uma porção de farinha, e dizer:/ Tanto cresças para o ar,/ Como de mentiras vão por esse lugar»¹³⁷. Acrescenta ainda o mesmo etnógrafo dever-se «Embocar os tabuleiros em que se trouxe o pão amassado, fechar a boca do forno, voltar as costas para este e dizer:/ Cresça o pão no forno, e as almas no céu». Segundo Leite de Vasconcelos,

«No Peral há uma variante:

Tanto cresças para o ar
Como mentiras tem o lugar!

ou

Tanto cresças para o ar
Como mentiras vão pelo lugar!

¹³¹ J. M. Adrião, 1900-1901: 103.

¹³² Os ramos de eucalipto tendem hoje a substituir as vides secas, as pinhas, o carrasco, o tojo e a carqueja. Ora, não só o fabrico do pão como a recolha (e o roubo) da lenha eram, como vimos, da exclusiva responsabilidade feminina, pelo que podemos afirmar que, a partir da conversão do grão em farinha, é a mulher que lidera todo o processo de produção do pão.

¹³³ «Qual é a coisa, qual é ela, que é verde, esverdinhado, entre as pernas atacado?» (quadra recolhida na Gouxaria em 1990 e que se pode ler em M. C. Martha, 1934: 66-67).

¹³⁴ Deve tomar-se atenção para que o forno não fique demasiado quente, sob pena de se queimar o pão. Para tal, coloca-se um pouco de farinha sobre a pá de enformar e coloca-se sobre o «lar ou pavimento do forno. Ficando a farinha enegrecida, é sinal de que deve o forno arrefecer um pouco antes de se enformar o pão.

¹³⁵ E. Prieto, s.d.: 80.

¹³⁶ Ou: «Deus te acrescente/ Cá prá boca da gente./ Quem te comer/ Que sirva a Deus Nosso Senhor Jesus Cristo,/ Para sempre e mais, amém».

¹³⁷ J. M. Adrião, 1900-1901: 103.

Note-se que nesta região há ainda outros actos simbólicos: o tabuleiro, depois de esvaziado, põe-se a pino, junto do fomo, para o pão crescer; ao mesmo tempo põe-se sal e farinha no bortalho do fomo e bate-se nas nádegas com as mãos [trata-se de um feitiço, como afirma o autor em nota] e diz-se:

Tanto cresças tu
Como as abas do meu cu¹³⁸.

Durante a cozedura, que dura entre três quattros de hora e duas horas, vigia-se o pão, cuidando para que não se queime. Finalmente, uma vez cozidos, retiram-se os pães do fomo e abafam-se entre panos para os manter quentes, ganhando no Peral a designação de «pão mole» ou «pão mereio»¹³⁹, sendo depois de frios cuidadosamente guardados, como vimos, na arca de madeira, alinhados ou dispostos uns sobre os outros.

Segundo conseguimos apurar, e como havia já referido Leite de Vasconcelos, «É costume quando se coze, fazer bolas suplementares para dar a várias pessoas (aos filhos, aos pobres, etc.); entende-se que também se possa fazer um para o namorado. Chamam-se “bolecos”, se são redondos e achatados, e “bolecas” [ou «brindeiras», como também são designados em Alguber], quando têm a forma de broa de Natal, e são maiores do que o boleco»¹⁴⁰.

Com a farinha triga fazem-se igualmente as parcas especialidades da doçaria popular concelhia que apenas se distinguem do pão por contarem na sua constituição com ingredientes como o açúcar, os ovos, e aromas como os da canela e da erva-doce. Assim, para fazer o «bolo de noiva», em forma de ferradura, hoje produzido com fins comerciais pela Fábrica de Pão-de-Ló do Painho, que iniciou a sua produção em 1979 e que, além dos bolos de noiva, produz e comercializa igualmente a especialidade que serve de base à sua designação, basta juntar à farinha de trigo, ovos, canela, erva-doce, menteiga e azeite. Pelo Natal e pelo Ano Bom ou Ano Novo fazem-se também, além do bolo de noiva, filhózes ou «velhózes»¹⁴¹ com a massa do pão, para o que, muito simplesmente, se mistura nesta, quando lêveda, sumo de laranja, ovos, crescente e um pouco de aguardente, após o que se amassa tudo, levando-se de seguida ao forno¹⁴².

Todo o processo de fabrico do pão se apresenta, pois, como acabamos de verificar, como um processo mágico-ritual, quase cosmogónico, durante o qual a mulher é investida de poderes taumátúrgicos que lhe permitem, a partir de uma matéria-prima, a farinha, e de dois elementos genesiácos primordiais, um, o fermento ou «crescente», masculino, o outro, a água quente, feminino, operar a transmutação da matéria informe em massa «viva», como a designam os próprios informadores, e fazê-la «crescer» durante um processo de gestação que se processa em dois úteros, primeiro o alguidar coberto com o bragal e envolvido, em dias

¹³⁸ J. L. de Vasconcelos, 1983a: 38.

¹³⁹ *Op. cit.*: 50.

¹⁴⁰ *Op. cit.*: 50-51.

¹⁴¹ *Vd.* J. L. de Vasconcelos, 1983a: 364.

¹⁴² Tal como a receita do bolo de noiva, acima referida, esta receita foi recolhida em Alguber em 1989.

frios, por um cobertor ou panos quentes, depois no forno, ôco e quente como o ventre materno. De notar é também o facto de que, se, no sistema de representações populares, é o homem que ganha para o pão de cada dia, é a mulher, senhora do lar, conhecedora dos princípios da procriação, que o fabrica e que regula o seu consumo.

Ao longo de todo o processo de produção do pão torna-se nítida, por um lado, a manipulação por parte da mulher de símbolos e fórmulas sagrados — a cruz, que desenha sobre si própria quando se benze antes de iniciar a amassadura, que se desenha sobre a massa do pão uma vez terminada essa operação; as «cinco chagas», evocadoras do sangue derramado por Cristo na cruz, que também se desenhavam sobre o pão depois de amassado; o Pai-Nosso e a Avé-Maria que se recitam ao desenhar a cruz e imprimir as cinco chagas sobre a massa — e da invocação de entidades sagradas das quais retira, legitimamente, o poder de dar vida à massa — «Deus te acrescente», «Noss' Senhor t'acrescente», «Em nome do Pai, Filho e Espírito Santo», «e mais do Santíssimo Sacramento», «S. Bento te alevede», «S. Bernardo te acrescente», «Salomé¹⁴³ te alevede./ S. Vicente te acrescente./ S. João te faça bom pão», «S. Mamede/ Que te levede». Se a mulher produz o pão e opera a sua multiplicação, fá-lo, portanto, em nome de outrem, em nome de um deus com fama de multiplicador de pães.

Por outro lado, além da manipulação desses símbolos e fórmulas sagradas, a par da invocação de entidades igualmente sagradas, evidencia-se a manipulação clara de símbolos sexuais, a partir dos quais se reproduz, sucessivamente, uma cópula¹⁴⁴, uma gestação e um nascimento, contribuindo assim para que o fabrico do pão se assuma inteiramente, como pretende Moisés Espírito Santo, como «uma cerimónia erótico-religiosa»¹⁴⁵. Assim, numa primeira fase mistura-se o elemento masculino, o fermento ou «crescente», que em certas partes do país é também designado como «emprenhador da massa», com os elementos femininos — a farinha e a água quente, esta em tudo semelhante ao líquido amniótico. Sem a intervenção do crescente a massa não cresce, isto é, não inicia o processo de gestação pelo qual deve passar por dois ventres sucessivos, o alguidar de barro e o forno. Note-se igualmente que, em certos casos, usualmente quando a temperatura se encontra baixa, se recorre igualmente a símbolos masculinos, as calças de homem que se colocam sobre o bragal e a garrafa de vinagre¹⁴⁶ que se encosta ao alguidar, para fecundar a massa, para, como vimos, a massa *vir*¹⁴⁷, fazendo acelerar o processo de gestação comprometido pela falta de calor. É igualmente de notar que se crê que a massa não cresce e se reproduz sem desenhar sobre ela uma cruz, isto é, uma matriz, tal como, após enformado o pão, se desenha

¹⁴³ Tratar-se-á possivelmente de uma deturpação de «S. Mamede».

¹⁴⁴ Noutros lugares do país, como Baião, o fabrico do pão inicia-se fazendo «um *buraquinbo* no meio da farinha que está na masseira» e lançando-se-lhe o crescente (J. L. de Vasconcelos, 1983a: 40), procedimento que evidencia por demais este simbolismo da cópula.

¹⁴⁵ M. E. Santo, 1990: 76.

¹⁴⁶ Note-se que, como vimos, se junta ao fermento industrial que adquire na mercearia algumas gotas de vinagre para fazer levedar a massa. E, como nota J. Pina Cabral, «o vinagre, tal como os chapéus e as calças (que são objectos especificamente masculinos), está também associado à masculinidade, porque é «áspero e rude» e é feito de vinho, ou seja, um produto eminentemente «masculino» da casa» (1989: 71).

¹⁴⁷ Note-se como a gíria conjuga este verbo intransitivo querendo designar o orgasmo.

uma cruz com a pá sobre a boca do forno, a vagina pela qual é introduzida nesse ventre a massa para se submeter à gestação pelo calor e pela qual, findo esse processo, nascem os pães. O forno, «pai pançudo [...] que faz filhos im miudo», como o designa o enigma com que abrimos este subcapítulo, é, de facto, uma mãe, e entre o processo de levedura/cozedura do pão e a gravidez parece verificar-se a existência de uma relação analógica.

Ao invés do vinho, bebida de homens menos pelo seu consumo do que pelo seu processo de produção, em virtude do facto de que as operações fulcrais na produção do fruto — a poda e a empa —¹⁴⁸ e o fabrico da bebida — a preparação da adega nos dias anteriores à vindima, o esmagar das uvas no tanque, o controle do processo de fermentação, primeiro no tanque e depois nos barris — se revelam da exclusiva competência masculina, o pão apresenta-se efectivamente como um alimento essencialmente feminino na medida em que o seu processo de fabrico, logo desde a recolha de lenha para acender o forno, se revela da estrita competência da mulher. Enquanto no processo de fabrico do pão é, como vimos, à mulher que competem as tarefas fecundantes — o amassar da farinha com o crescente, o cuidado com a levedura e a cozedura do pão —, no processo de produção vitivinícola é, pois, ao homem que estão reservadas essas funções — a poda, — a empa, o esmagar das uvas, a mistura do açúcar à massa do vinho, o cuidado com a fermentação do vinho. Eis-nos, pois, através da oposição conceptual entre o vinho e o pão, regressados mais uma vez à dicotomia masculino/feminino que perpassa todo este Livro II e que, como verificámos, faz incidir a sua marca sobre o indivíduo logo desde o seu nascimento.

¹⁴⁸ Usualmente a mulher participa apenas na limpeza das vinhas, no esfolhamento das videiras e na vindima.

ANEXO

Doc. 1

CALENDÁRIO AGRÍCOLA CONCELHIO

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
<ul style="list-style-type: none"> - Fresa e adubagem das terras - Sementeiras (batata e milhos de sequeiro) - Empa das videiras - Poda das árvores - Trasfega do vinho 	<ul style="list-style-type: none"> - Fresa e adubagem das terras - Sementeiras (batatas) - Empa das videiras - Trasfega do vinho 	<ul style="list-style-type: none"> - Lavra das terras - Sementeiras (trigo, milho, aveia, cevada, centeio) - Monda
ABRIL	MAIO	JUNHO
<ul style="list-style-type: none"> - Lavras e sementeiras - Sachas dos campos lavrados nos meses anteriores - Mondas e regas - Adubagens - Pulverizas (sulfatagem e enxofragem) das vinhas - Tosquia das ovelhas 	<ul style="list-style-type: none"> - Mondas e regas - Pulverizas - Cavas e sachas - Adubagens - Ceifa da cevada e centeio para o gado - Sulfatagem dos batatais - Remoção das lagartas das videiras 	<ul style="list-style-type: none"> - Cavas, sachas, adubagens - Regas - Pulverizas da vinha - Apanha das batatas - Ceifa e debulha do trigo, centeio e cevada - Colheita do feijão
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
<ul style="list-style-type: none"> - Colheita das batatas e do feijão - Ceifa e debulha dos cereais - Colheita e escamisadas do milho 	<ul style="list-style-type: none"> - Colheita das batatas e do feijão - Ceifa e debulha dos cereais - Colheita e escamisadas do milho 	<ul style="list-style-type: none"> - Colheitas nos pomares - Estrumagem dos campos a serem semeados - Guarda-se a palha do milho - Vindima
OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
<ul style="list-style-type: none"> - Vindima - (Sementeiras dos cereais de Inverno) 	<ul style="list-style-type: none"> - Apanha da azeitona - Lavra da terra - Poda das árvores 	<ul style="list-style-type: none"> - Apanha da azeitona - Lavra da terra - Aroteias de baldios - Poda das árvores - Empa da vinha - Sementeiras e estrumagem

RECENSEAMENTO DOS MOINHOS
EXISTENTES NO CONCELHO¹⁴⁹

I - MOINHOS DE ALVENARIA EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Freguesia	Quant.	Localização/Designação	Altitude — Metros
CADAVAL	1	Vale de Abrigo	117
	1	Adão-Lobo	105
CERCAL	1	Rochaforte	163
	1	<i>Moinho do Cerro do Malheiro</i>	376
	2	<i>Moinhos do Barreiro Pequeno</i>	361
	4	<i>Moinhos do Relvo</i>	301
	2	<i>Moinhos da Póvoa</i>	144
	1	<i>Moinho das Freixeiros</i>	146
	1	<i>Moinho da Alagoa</i>	116
PAINHO	1	Barroca	159
	2	Sisteiro	146
	1	Alto da Aboboreira	150
VERMELHA	1	Vermelha	068
VILAR	1	Palhais	139
	1	Pereiro	244
	5	Serra da Costa	212
	3	Serra da Costa	208
	1	<i>Moinhos do Casal da Serra</i>	385
	1	<i>Moinhos do Casal da Serra</i>	378
	7	<i>Moinhos do Alto da Lagoínha</i>	De 363 a 368

¹⁴⁹ Elaborado com base nas cartas militares nºs 350, 351, 362 e 363, editadas entre 1970 e 1971 pelo Serviço Cartográfico do Exército (escala: 1/25000). Na rubrica Localização / Designação, indica-se, em itálico, a designação atribuída aos respectivos moinhos nas cartas militares.

II - MOINHOS DE ALVENARIA EM RUÍNAS

Freguesia	Quant.	Localização/Designação	Altitude — Metros
ALGUBER	2	Casais da Serra	258
CADAVAL	1	Adão-Lobo	102
CERCAL	2	<i>Moinhos da Portela de S. Martinho</i>	223
	1	<i>Moinhos do Cercal</i>	158
FIGUEIROS	2	(Junto à Quinta do Cidral)	134
LAMAS	1	(Próximo de Rochaforte)	218
	1	<i>Moinho do Moloço</i>	556
	1	<i>Moinho da Relva do Castelo</i>	320
	1	(Próximo do moinho da Relva do Castelo)	361
	1	<i>Moinhos do Barreiro Pequeno</i>	361
	1	Alto da Lomba	182
	1	<i>Moinho do Céu</i>	544
	1	Casais de Monte Junto Novo	142
PAINHO	1	Casal dos Chães	138
	2	Casal do Vale do Freixo	136
PERAL	1	Alto de Santo Estêvão	134
PÊRO-MONIZ	1	(Entre Martim-Joanes e a Quinta do Gradil)	108
VERMELHA	1	Dagorda	112
VILAR	1	<i>Moinho da Chineira</i>	314
	1	<i>Moinhos do Alto da Lagoínha</i>	360
	1	(Entre Vilar e C. da Marinha de Baixo)	129

III - MOINHOS DE AEROMOTOR

Freguesia	Quant.	Localização	Altitude — Metros
ALGUBER	1	Adro	115
	1	Gouxaria	114
	1	Torre	123
CADAVAL	2 ¹⁵⁰	Cadaval	109
	1	Adão-Lobo	102
FIGUEIROS	1	Figueiros	085
LAMAS	1	Casal Velho	141
	1	Chão de Sapo	137
	1	Póvoa	144
	1	Murteira	116
PAINHO	1	Casais do Bagucha	134
	1	Casais do Bagucha	146
	1	Casais do Bagucha	151
	1	(Moinho próximo do vértice geodésico do Sisteiro)	135
PÊRO-MONIZ	1	Pêro-Moniz	100
VERMELHA	1	Vermelha	075

¹⁵⁰ Actualmente existe apenas um.

III — A PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA

1. O VINHO NA HISTÓRIA DO CONCELHO

«Mas logo ao sul, a começar nas proximidades do Cadaval, a paisagem agita-se: pinhais, pomares, vinhedos formam uma densa cobertura, o solo todo aproveitado; de espaço a espaço aldeias ricas, adegas fartas»¹.

A extrema importância que a actividade vitivinícola tem assumido na economia do sector de produção primária do concelho do Cadaval justifica que lhe seja dedicado um capítulo individualizado, no qual se conjugam elementos de carácter histórico e etnográfico. O grande peso da actividade vitivinícola reflecte-se na fisionomia da paisagem rural do concelho que aparece dominada por extensas áreas de vinhedos que se alongam pelas várzeas e charnecas concelhias e ousam mesmo trepar as encostas do maciço calcário de Montejunto.

Esta característica paisagem rural, embora dominante a partir da segunda metade do século XIX, busca as suas raízes pelo menos no período final da Idade Média portuguesa. Acompanhando a expansão senhorial na Estremadura pós-Reconquista Cristã e o interesse crescente dos novos proprietários pelo incremento de uma cultura que já nesta época se apresentava como a mais rentável e viável face à escassez de população, a vinha vivificou e contribuiu para a transformação dos matagais e pântanos indígenas em campos agrícolas doravante submetidos ao labor do camponês. A presença constante da vinha nos documentos referentes às transacções dos séculos XII e XIII leva Robert Durand a considerar a sua *omnipresença* na economia agrícola dos territórios de Entre Douro e Tejo nesta época². De

¹ J. L. de Vasconcelos, 1980b: 722.

² Cf. R. Durand, 1982: 180.

acordo com o citado autor, a difusão da vinha durante todo o século XIII na região de Entre Douro e Tejo não se deveu somente a um aumento demográfico aqui verificado, mas prendeu-se também com a procura do lucro. Robert Durand detecta centenas de contratos da época em que a única obrigação firmada seria a de plantar uma vinha e onde apenas o vinho era objecto de tributação³.

A produção e a transacção do vinho destinado a alimentar os mercados interno e externo eram cuidadosamente regulamentadas pelo rei e pelas autoridades senhoriais leigas e eclesiásticas, que não abriam mão de uma importante fonte de riqueza. A regulamentação do comércio do vinho expressava-se no *relego*, direito de origem real e concedido como privilégio a pessoas privadas, que reservava um determinado período de tempo para a venda exclusiva do vinho do rei e dos proprietários senhoriais. Apenas decorrido este período «de relego» seria permitido às classes subordinadas transaccionarem o seu produto: «O carácter lucrativo desta prática está implícito na atitude agressiva de certos senhores, visando estender o privilégio às terras e aos homens dependentes da autoridade real»⁴.

Ao longo dos séculos XV e XVI a decadência da agricultura portuguesa reflectiu-se necessariamente na plantação de vinhedos, situação que no entanto não parece ter afectado o peso relativo do vinho no sector primário agrícola. A produção vitivinícola continuou a ser o sustentáculo de uma agricultura pobre e rotineira que não conseguia alimentar um todo nacional concentrado no trato marítimo e buscando ambições nos cargos administrativos proporcionados pelo Estado mercantil.

A expansão dos vinhedos continuou nos dois séculos seguintes, sendo disso prova a promulgação de dois alvarás, datados de 1765 e de 1766 respectivamente, que decretavam o arranque das vinhas em determinadas regiões do país quando cultivadas em várzeas consideradas aptas para o cultivo de cereais. A vinha, no entanto, refez-se muito bem deste sobressalto e beneficiou na centúria seguinte de um incremento notável facilitado pelo demube do senhorialismo e pelo consequente desenvolvimento de uma economia agrícola de tipo capitalista. A Estremadura constituiu-se a partir de então como a principal região vitivinícola do país apresentando uma paisagem rural dominada pela imensidão dos vinhedos que ganham foros de monocultura e superam de longe qualquer outra espécie agrícola.

Actualmente a velha cultura mediterrânea, tal como a oliveira sua congénere, sofre os efeitos da mudança dos hábitos de consumo dos portugueses. Bebe-se cada vez menos vinho, que se vê no presente confrontado com a concorrência de outras bebidas alcoólicas e de refrigerantes. O consumidor é mais exigente e selectivo e a palavra de ordem é a *qualidade*. Subsidiava-se o arranque das videiras para dar lugar a culturas alternativas e o seu cultivo aparece confinado aos terrenos declivosos menos propícios à implantação de outras espécies agrícolas. Ao mesmo tempo incentivava-se a substituição das cepas existentes por outras melhor adaptadas aos diferentes tipos de solos. A paisagem rural estremenha modifica a pouco e pouco o seu carácter de monocultura e os vinhedos perdem terreno face à expansão dos pomares que vão surgindo e que se apresentam como os principais concorrentes de uma vitivinicultura em reconversão.

³ *Op. cit.*: 416.

⁴ *Op. cit.*: 464.

Durante o período medieval a faixa sul-sudeste do termo de Óbidos constituía uma região de intensa produção vinícola. De acordo com Pedro Barbosa⁵ as principais zonas de vinha implantadas no actual território do concelho do Cadaval gravitavam em torno das povoações da Vermelha, Peral, Dagorda, Alguber, Cercal e Montejunto⁶. Na aldeia do Peral o autor admite a possibilidade de ter origem uma via que, passando pelo (ou perto) Bombarral, ligaria aquela povoação ao porto marítimo de Atouguia no qual se escoava a produção vinícola da zona sul-sudeste do termo de Óbidos⁷.

São frequentes as referências a vinhas contidas nos documentos da época que conseguimos apurar mencionando-as, ora como objecto de transacção e de escambo entre os proprietários senhoriais, ora como bens doados às instituições eclesíásticas⁸. As vinhas pertencentes à colegiada de Santa Marinha do Outeiro concentravam-se em redor da aldeia do Peral; a igreja de São Pedro de Óbidos beneficiara de diversas doações de vinha nas povoações da Dagorda, Cadaval e Vermelha; Santa Maria de Óbidos possuía courelas de vinha junto do Cercal e da igreja de São Tomé de Montejunto; e a Ordem de Avis emprazaria em 1284, entre outros bens, as vinhas da quinta de Montejunto que lhe pertenciam.

As vastas propriedades senhoriais reservavam uma parte importante da sua área ao cultivo vinícola possuindo os seus próprios lagares onde produziam o vinho. Recordemos que entre os bens de Gonçalo Lourenço, rico proprietário do concelho em finais do século XIV, contavam-se «lagares e asentamentos com suas cubas e vasilhas [...] vinhas e herdades [...]»⁹.

A expansão dos vinhedos na área do concelho continuou certamente ao longo do Antigo Regime, embora não tenhamos consultado documentação muito conclusiva. Informações esparsas no entanto permitem constatar a existência de courelas de vinha nas propriedades do concelho. A excessiva produção vinícola do país em desfavor do cultivo de cereais foi provavelmente o principal motivo que levou o rei D. José a promulgar os alvarás de 1765 e 1766 nos quais ordenava o arranque de todas as videiras que se encontrassem cultivadas em várzeas consideradas aptas para produzir pão. Esta medida iria afectar duramente os agricultores do concelho do Cadaval, uma vez que a produção e a comercialização do vinho constituía a sua principal fonte de rendimento. As reclamações apresentadas junto do monarca contra a execução desta lei e as conclusões da vistoria efectuada às terras do concelho foram já referidas anteriormente¹⁰. A vistoria efectuada às terras do concelho consideraria a quase totalidade delas como produtoras de vinho de bom lote, exceptuando as várzeas da Vermelha em que os vinhos obtidos eram de inferior qualidade por serem «frouxos e verdes». A boa qualidade dos vinhos produzidos no concelho foi, aliás, um dos argumentos invocados pelos agricultores do Cadaval para se oporem ao arranque das cepas pois o vinho que produziam era muito procurado pelos negociantes, quer para

⁵ P. Barbosa, 1988a: 529 (mapa).

⁶ Pensamos corresponder actualmente à povoação de *Casais de Montejunto* que na época medieval constituía uma grande propriedade senhorial.

⁷ *Op. cit.*: 527.

⁸ *Cf.* Livro I, I, III.

⁹ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, L. 2, fl. 120 v.º

¹⁰ *Vd.* Livro I, I, IV, § 3.

temperar outros de inferior qualidade, quer para ser comercializado em épocas mais tardias devido ao seu bom nível de conservação. O arranque das videiras deve ter-se efectuado pelo menos nas terras baixas, de *várzea*, planas e inundadas, consideradas aptas para se promover qualquer tipo de cultura e que, portanto, não deviam beneficiar de isenção ao alvará, enquanto os terrenos localizados próximo da serra de Montejunto, geralmente pobres, deviam continuar a albergar o cultivo da vinha.

Decorridos mais de dois séculos sobre este acontecimento, assistimos no presente a uma tentativa idêntica, embora obedecendo a motivos diversos, de reconverter e limitar a área de implantação da vinha aos terrenos declivosos, de *charneca*, menos aptos para o cultivo de outras espécies agrícolas, libertando as várzeas planas e irrigadas para culturas alternativas consideradas mais rentáveis.

A produção vinícola do concelho seria duramente afectada pela crise da filoxera que, durante a segunda metade do século XIX, sensivelmente a partir do início da década de 1860, devastou praticamente todos os vinhedos do país. A crise vinícola no concelho já anteriormente se fazia sentir, o que não obsteu no entanto que tivesse sido a produção de vinho a custear o imposto criado pela Câmara do Cadaval em 1855 para promover a construção da projectada estrada que iria ligar a sede do concelho à rodovia Lisboa-Coimbra recentemente concluída¹¹:

«Considerando, que o vinho não obstante a violenta crise por que esta valiosa cultura está passando, crize que todos confiam que a Divina Providencia ha-de affastar d'entre nós, é o ramo mais importante da agricultura d'este concelho, e aquelle que mais lucra com a abertura d'uma boa via de communicação que sirva para o transportar por modica despeza, para o centro de consumo e exportação:

Considerando, que todavia é necessário prevenir por um modo solido e seguro, o pagamento regular dos juros e amortização do emprestimo, substituindo ou addicionando ao imposto sobre o vinho, quaesquer outros meios que satisfaçam estes encargos, quando pela continuação da enfermidade das vinhas, o imposto creado, não preencha este fim»¹².

O imposto colectava 150 reis sobre cada pipa de vinho produzida no concelho e dirigia-se essencialmente aos principais proprietários do município, que constituíam o estrato sócio-económico mais interessado na edificação da ligação viária. A posterior crise da filoxera juntamente com a desanexação das freguesias do Carvalhal e do Bombarral ocorrida ainda nesse ano iria comprometer a construção desta estrada que só foi concluída no princípio do século XX.

A filoxera constituiu um rude golpe na economia agrícola do país, em especial nas zonas onde a produção de vinho era mais intensa. No final do ano de 1895 procedia-se ainda à recuperação dos vinhedos da Estremadura praticamente devastados por esta doença das vinhas. Consta desta altura uma representação

¹¹ *Vd.* Livro I, I, V, § 3.1.

¹² *A Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro V*, p. 18.

enviada aos viticultores da região do Cadaval e de Alenquer pelos seus congéneres de Alcobaça com o objectivo de recolher assinaturas que pressionassem o governo a cumprir as disposições inscritas no decreto-lei de 27 de Dezembro de 1888, que previa a redução das tarifas ferroviárias no transporte das estacas utilizadas como suporte para as cepas que estavam a ser replantadas. As cepas americanas, em especial a espécie *ripavia* mais vulgarizada em Portugal, tinham-se revelado incapazes de sustentar o peso dos cachos que jaziam no chão à mercê das chuvas que, no caso de ocorrerem antes da vindima, iriam destruir toda a colheita com grandes prejuízos para os viticultores. Face à escassez de pinhais de desbaste nas zonas de Torres Vedras, Óbidos, Alenquer, Santarém, Golegã e Torres Novas tornava-se necessário ir buscar as estacas aos pinhais da região de Valado e Guia, perto de Alcobaça, onde se localizava a maior mancha florestal de pinheiros de desbaste da Estremadura, cujo transporte se tornaria incomportável para os viticultores aos preços tarifários normais¹³.

2. A PRODUÇÃO VITIVÍCOLA NAS ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS DO CONCELHO

A vinha continuou no presente século a erigir-se como a cultura dominante do concelho do Cadaval, acompanhando a progressão do povoamento e sendo responsável pela arroteia de grande parte das terras menos favoráveis à prática da agricultura. Os inquéritos agrícolas realizados em 1953, 1968 e 1979, publicados pelo *Instituto Nacional de Estatística*, parecem apontar para a progressão da área dedicada ao seu cultivo durante este período, reflectindo-se no grande incremento da produtividade vinícola até pelo menos 1985¹⁴.

O carácter sazonal dos trabalhos que prendem o homem à vinha, desde a preparação das cepas e do amanho das terras até à vindima, derradeira etapa do ciclo vinícola, requeria no quadro de uma agricultura ainda há bem pouco tempo deficientemente mecanizada grandes contingentes de mão-de-obra que as casas de lavoura buscavam longe em terras de além-concelho. Estes grupos de trabalhadores eram geralmente designados por *malteses*, termo conotado com uma valorização depreciativa pelas gentes que os acolhiam e com as quais era praticamente vedada qualquer tipo de relação social. O *malês*, viandante sem poiso certo que trazia no corpo os parcos bens que lhe pertenciam, ocupava o grau mais baixo da escala social, situação profusamente evocada na tradição oral camponesa que se revelava pouco complacente para com estes *despojados da fortuna*:

*•Oliveiras, oliveiras,
Oliveiras, olivais,
Por causa dos tais malteses,
Fogem as filhas aos pais.*

¹³ *O Commercio do Cadaval*, ano I, nº 10, 17/11/1895, p. 4.

¹⁴ *Vd.* Livro I, I, V, § 5.

*Oliveiras, olivais,
Ó maçãs, ó camoesas,
Fogem as filhas aos pais,
Por causa de tais malteses.*¹⁵

«Mandamentos do Maltês:

Primeiro: *dormir em palheiro.*
Segundo: *andar aos saltos pelo mundo.*
Terceiro: *não trazer fato inteiro.*
Quarto: *de fome andarás farto.*
Quinto: *de dinheiro andarás limpo.*¹⁶

*«Se me vir's de pau e manta,
Não julgues que eu sou maltês.
A maldita da enxada
Caules não me fez!»*¹⁷

As duas maiores propriedades do concelho do Cadaval — a Quinta de Santo António e a Quinta do Gradil — continuam a receber trabalhadores temporários, em especial na época das vindimas e da colheita da fruta. Na Quinta do Gradil mantém-se ainda hoje a tradição de contratar um *rancho* proveniente da povoação do Pego, próxima de Abrantes, que desde há três gerações realiza a vindima naquela propriedade. Maioritariamente constituído por mulheres, alcunhadas de *pegachas*, o rancho foi trazido pela primeira vez por um antigo feitor da quinta e desde então aporta anualmente às terras do concelho. A Quinta de Santo António acolhia outrora um rancho de malteses recrutados em povoações localizadas próximo da Figueira da Foz e que executavam os trabalhos de preparação das cepas e do amanho das terras desde 15 de Fevereiro, data em que se iniciava a cava das vinhas, até ao São João, altura em que abalavam com a trouxa às costas para participarem nas festas dos santos populares da Figueira da Foz. A Quinta possuía uma *casa de malta*, actualmente transformada em armazém frigorífico, com dependências para albergar os cerca de sessenta trabalhadores (homens e mulheres) que recebia todos os anos.

Actualmente a crescente mecanização do trabalho agrícola reduz em grande parte as necessidades de mão-de-obra sem qualificação que outrora desempenhava os trabalhos mais pesados e rotineiros, ao mesmo tempo que a facilidade de comunicações rodoviárias permite deslocar diariamente o número de trabalhadores necessário para executar os trabalhos sazonais do ciclo agrícola. Os fluxos migratórios pendulares são cada vez menos significativos e as práticas perdem a

¹⁵ J. L. de Vasconcelos, 1975: 240 — quadra recolhida na Murteira.

¹⁶ J. L. de Vasconcelos, 1975: 240 — quadra recolhida no Peral. Em nota de rodapé, refere o colector que consideram os malteses que trabalham para os afortunados, «para os outros, não para eles», costumando «dormir em casas especiais ou palheiros» (*Ibid.*, n.1).

¹⁷ J. L. Vasconcelos, 1982a: 523 — quadra recolhida em Pragança.

pouco e pouco a sua conotação depreciativa: as vindimas ontem realizadas por ranchos de malteses de pé descalço e bolso furado aparecem aos estudantes de hoje como uma oportunidade de ganharem dinheiro para a conquista de novas aventuras e a partilha de experiências comuns.

* * *

O ciclo agro-laboral de que nos ocupamos especificamente neste capítulo e que já anteriormente havíamos apresentado de modo esquematizado¹⁸ tem início logo após o início do ano agrícola, entre fins de Novembro e Janeiro, com a poda das videiras, acompanhada da poda das árvores de fruto em geral, operação acerca da qual recolhemos em Alguber o seguinte exemplar da literatura oral popular, muito semelhante a um mito de origem:

«Dantes as pessoas deixavam as cepas com as vides todas. E depois só nasciam umas galhinhas, uns cachinhos muito pequenos. Um dia, um burro soltou-se e foi a uma vinha e comeu, desbastou as parras. Começaram a ver que aquele desbaste que o burro tinha dado a comer que fez bem, que dava cachos muito maiores. E então a partir daí é que começaram a podar as videiras». «Foi», pois, «um burro que ensinou os *homens* a podar a vinha»¹⁹.

Entre Janeiro e Fevereiro procede-se depois à «empa», operação que consiste em torcer a vara ou «vide» da videira e atando-a em seguida ao tronco com o auxílio de junco ou, mais modernamente, ráfia, com o objectivo de aumentar a produção do fruto generoso [Fotos 119, 120, 121 e 122]. Logo depois da empa procede-se à lavragem do terreno, denominada «fresa», quando efectuada com recurso a alfaias mecânicas nas explorações de maiores dimensões, ou «cava», quando efectuada a poder de braço e que outrora era feita «à manta», isto é, em grupo de vários homens, como Leite de Vascelos minuciosamente descreveu [Anexo: Doc. 2]. Depois de cavado e estrumado ou adubado o solo²⁰, segue-se entre Março e Abril a «raspa», para mexer a terra e desfazer a leiva que se havia construído aquando da cava.

De Abril até Julho ou Agosto procede-se com relativa frequência, usualmente duas vezes por mês ou de três em três semanas e sempre que surjam indícios de doença nas videiras, às «provizas» ou «pulverizas», realizadas desde há várias décadas com o auxílio de «tropolhas», bombas pulverizadoras transportadas às costas e accionadas manualmente, ou, mais recentemente, de pulverizadores motorizados mas que nas primeiras décadas do século se efectuavam com o auxílio de

¹⁸ *Vd.* calendário agrícola concelhio apresentado *supra* (II, Anexo: Doc. 1).

¹⁹ Informação de Amélia Maria Marques, Gouxaria, 1990.

²⁰ Com o mesmo objectivo, costumava-se em Pragança roçar uma espécie vegetal localmente designada por «cinzeirão» que se enterrava, depois de seco, junto às raízes das videiras, onde se decompunha, nutrindo a planta. Do mesmo modo se misturava cinza, obtida não apenas quando das queimadas do mato como igualmente na lareira de casa, no adubo para a fertilização das vinhas.

«enxofradores», simples recipientes cilíndricos em latão com uma tampa perfurada com os quais se polvilhava o enxôfre sobre as videiras e as árvores de fruto²¹.

De meados de Setembro a meados de Outubro decorrem as vindimas, efectuando-se primeiramente a apanha da uva branca, que amadurece mais cedo, e depois a uva tinta. A vindima constitui, note-se, a única tarefa do ciclo vitivinícola na qual, como vimos, é permitida a participação das mulheres, apresentando-se todas as demais operações da estrita competência masculina.

Ao invés das vindimas ou «vindimadas» das grandes Quintas do concelho, para as quais se recrutavam outrora ranchos de malteses ou de pegachas, a vindima das pequenas vinhas das famílias das classes populares tomava normalmente lugar apenas num único dia, recorrendo-se não apenas a mão-de-obra paga à jorna» como também a formas de entreato vicinal, sucedendo que, como o fazem ainda hoje, várias famílias de uma povoação colaboravam na vindima umas das outras. A vindima começa manhã cedo, nela participando todos os membros da família, incluindo mulheres e crianças, proprietária da vinha.

Depois de apanhados, os cachos de uvas são acondicionados em cestos de verga ou de madeira²² e assim transportados até ao lagar ou a grandes tinas de madeira ou «latões», onde são despejados e calcados, que aguardam em cima de carros nos carreiros que dão acesso às vinhas. Até à adegas e ao lagar²³ [Foto 124], onde é depois pisada, a uva é transportada, pois, em carros de bois²⁴, em carroças puxadas a gado asinino ou mesmo, caso apenas das grandes Quintas, em galeras²⁵.

«Na Estremadura a adega costuma ter uma porta muito alta e larga para facilmente passarem os toneis que para lá se levam quando vazios, e lá se enchem de vinho, e guardam. Tem ao mesmo tempo frestas largas para se arejar o ambiente, mas baixas, ainda que feitas de modo que os ratoneiros não possam caber por elas.

Quando o lagar se construiu na adega, o que é o caso mais freqüente, esta tem uma janela na direcção d'aquêle, a qual janela serve para por aí se descarregarem as uvas que vão no carro para o lagar. Na parte inferior da janela, por fóra, ha uma pedra saliente da parede, onde o *lagareiro* que descarrega as uvas põe um pé, ficando o outro pousado no carro»²⁶.

* * *

²¹ Quando as vinhas eram atacadas não pela «poeira», designação local para afecções como o míldo e o oídeo, mas por pragas de pulgão ou de lagartas, estas eram apanhadas à mão, uma por uma, para dentro de sacos de pano que depois se mergulhavam em água a ferver para as matar.

²² *Vd.* J. L. de Vasconcelos, 1929: 35-36.

²³ Acerca da «medição poética do vinho» quando da tiragem do vinho do tonel veja-se a descrição exhaustiva de J. Leite de Vasconcelos por nós reproduzida em Anexo [Doc.2].

²⁴ Veja-se o exemplar de carro de bois reproduzido por J. Leite de Vasconcelos a pp. 36 do nº 4 do *Boletim de Etnografia* (1929) e, logo depois, uma canga de bois (*Ibid.*). Duas outras cangas de bois são reproduzidas no Vol. VI da sua *Etnografia Portuguesa* (1983a: 700-701).

²⁵ A pp. 699 do Vol. VI da sua *Etnografia Portuguesa*, Leite de Vasconcelos refere-se à «*Galera do Cadaval*» como «Carro de quatro rodas. Pode ser toldada, o que lhe dá aspecto de carro alentejano; leva, então, objectos miúdos, galinhas, etc. ... São toldadas quando fazem carreiras, por exemplo, entre Lisboa e outras terras, guiadas pelo *almocrevo*».

²⁶ J. L. de Vasconcelos, 1929: 35 — veja-se também 1983a: 235-236.

A viticultura do concelho do Cadaval atravessa presentemente um momento decisivo da sua longa existência face aos desafios despoletados pela concorrência dos produtos vinícolas originários dos restantes países da *Comunidade Europeia* e à mudança dos hábitos de consumo dos portugueses que bebem agora menos vinho e são mais selectivos nas suas preferências. A sobrevivência da viticultura do concelho passa deste modo, quer pelo ajustamento da produção às necessidades do mercado consumidor, quer pela melhoria da qualidade dos vinhos produzidos. Nas várzeas do concelho assiste-se ao arranque das cepas que dão lugar a culturas presentemente mais viáveis, com destaque para a plantação de pomares, enquanto os vinhedos das encostas menos férteis são alvo de uma reconversão gradual que pretende uniformizar e melhorar o vinho obtido. A recente criação da *Zona Determinada de Óbidos*, que abrange os municípios das Caldas da Rainha, Óbidos, uma parte do concelho do Bombarral e praticamente todo o município do Cadaval (exceptua-se a freguesia do Cercal que pertence já à Zona Demarcada do Cartaxo) pretende facilitar o lançamento no mercado de um vinho de prestígio e de qualidade capaz de se constituir como o *ex-libris* da produção vinícola destes concelhos. A reconversão das cepas deve ser feita no sentido de incluir, pelo menos, metade de vinho produzido pelas castas nobres da região, ou seja, a casta *piniquita* para a variedade *tinto* e a casta *vital* para a variedade *branco*.

A produção e comercialização da maior parte do vinho produzido no concelho está a cargo das duas adegas cooperativas existentes no município: a *Adega Cooperativa do Cadaval* e a *Adega Cooperativa da Vermelha*. A *Adega Cooperativa do Cadaval* [Foto 125] orgulha-se dos vários prémios que os seus vinhos e aguardentes têm recebido ao longo da sua existência. O destaque vai para a aguardente velha, que é a única aguardente portuguesa distinguida no estrangeiro, além de cerca de três dezenas de medalhas ganhas além fronteiras na apresentação de vinhos das variedades *branco*, *tinto* e *rosé*. Esta cooperativa foi ainda a pioneira da produção e comercialização do vinho leve no nosso país que conta actualmente com uma crescente aceitação no mercado interno. O futuro da viticultura do concelho é encarado com um certo optimismo apostando a cooperativa na melhoria da qualidade da produção, na compra de maquinaria moderna, em especial na área do fabrico, e na conquista de novos mercados internos e externos. Todo este trabalho, no entanto, poderá resultar infrutífero enquanto não for definida pelos órgãos governativos uma legislação referente às margens de comercialização dos produtos vinícolas que contemple os interesses dos agricultores.

A *Adega Cooperativa da Vermelha* [Foto 126] destaca entre a sua vasta produção os vinhos licoroso e de garrafeira, bem como a aguardente velha, também ela distinguida com diversos prémios. Com vista a preparar a futura concorrência dos vinhos produzidos pelos nossos parceiros do mercado comum esta cooperativa tem empreendido um esforço de modernização dos sectores de contabilidade e de fabrico, informatizando os serviços e adquirindo maquinaria e técnicos especializados, e realizado acções de formação junto dos seus associados, que desejaria ver com mais assiduidade nas sessões de esclarecimento. No futuro prevê a continuação da melhoria da qualidade do vinho obtido e o alargamento da sua comercialização a novos mercados.

ANEXO

Doc. 1

«Desmanteia

O «mandar da manta»

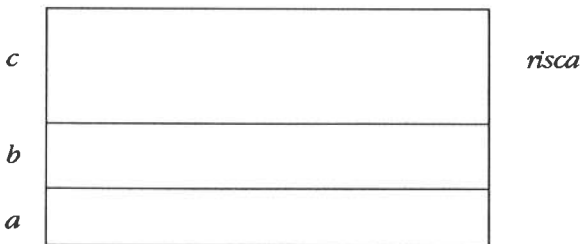
Chama-se *manta* ao conjunto de quatro cavadores que cavam ou *desmanteiam* em fila um terreno para certas culturas que exigem cava funda, por exemplo, vinha. Perto da *manta*, no sentido em que esta caminha, vai o *estonador* cortando á enxada, a *tona* da terra, na profundidade de um golpe, para enterrar as ervas e varios detritos superficiais: assim se prepara e delimita o chão que a *manta* tem de cavar.

Um dos quatro cavadores da *manta* [...], o da direita ou o da esquerda, conforme a direcção do trabalho, regula este, e dão-lhe por isso o nome de *mandador*: enquanto todos estão ainda com as enxadas no ar, diz ora a meia voz, ora alto, ora ás vezes até cantando, umas palavras (o mandar da manta), que servem para indicar a sucessão e especie dos golpes no *banco*, ou porção de terreno mais ou menos rectangular, que os quatro cavadores abrangem sem se deslocarem. Estas palavras têm ritmo algo gracioso, o que anima o trabalho [...].

Podem trabalhar muitas *mantas* ao mesmo tempo, mas a certa distancia umas das outras, por causa do trabalho que os *estonadores* de antemão executam.

Quando, por exemplo, para semear batatas, a *desmanteia* se faz a pouca profundidade, muito embora com as regras que ficam especificadas, recebe o nome de *mantinha*, continuando cada grupo de quatro trabalhadores a denominar-se *manta* como acima. Temos pois *manta*, grupo de trabalhadores, e ao mesmo tempo designção de acção: *cavar á manta*, *cavar á mantinha*; *manta*, falando dos homens, não porém *mantinha*, neste sentido.

Eis agora as palavras do *mandador*, ou “mandar da manta”. Representemos o banco pelo seguinte esquema:



tres tiras, sendo A e B iguais e quase iguais e C maior.

1.ª versão

a) Comêço: quando os trabalhadores estão para *ferrar* no chão a primeira vez as enxadas, diz o *mandador*:

Vamos com Deus,
E cada um conte co'os seus!
Anda, rapaz,
Outra no fundo, e uma para trás!

b) No meio do banco:

Alto, e dobra
Que é terra nova
Uma para o fundo e duas para trás.
Cada qual come do que traz.

Variante:

Cada qual come do seu cabaz.

c) No ultimo golpe do banco:

Venha, o risco,
Que é um corisco.

Outra como esta,
E lava-lhe a testa.

2.ª versão

a) Volta e vira
Stá o dono á mira!

b) Dobra o passo, e venha o meio,
Borrachinho do seio!

Torna as mãos a apertar,
Que é para afundar.

c) Venha a risca,
Fura, fadista!

Torna a fundar
Que é para lavar.

Abica
Que até a pele da barriga estica.

3.ª versão

- a) Venha gente
Sardinha assada, café quente!
- b) Corta ao meio,
Borrachinho do seio!
- c) Vamos á risca,
Que é fadista!

Torna a puxar para trás
Puxa e manda rapaz!

Agora, carrega e manda,
Maltês de Alhandra!

4.ª versão

- a) Venha!
Dá-le do cabaço
Ferra abaxo!
Dobra o passo
Venha o pedaço.
- b) Côte que é meio.
- c) Altas engaleadas
Na *marca* bem mandadas
risca.

Expressões [...] avulsas

Venha gente!
Sardinha assada, café quente!
Mete p'ra frente!
Abaxo! que é o vinho do Cartaxo!
Á risca, || que é fadista!

Vamos a puxar, que é galinha
temos que a gramar!

Puxa e vira, bogalhão,
Puxa a leiva, deixa o torrão!

Puxa, camarada,
Senão não ganhas nada!

Metete e puxa,
Senão não ganhamos para a bucha.

E tomemos a puxar
Que é para o outro banco irmos cavar.

Puxa, por rente,
O fraco ajuda o valente.

Puxa a frente,
Brinca a gente!

Carrega abaxo,
Como a manta do Cartaxo.²⁷

Doc. 2

•Medição poetica do vinho

Na tiragem do vinho do tonel para o *casco*²⁸, após a venda ao negociante, ocupam-se geralmente tres homens: o *medidor* (em regra o dono da adega ou pessoa de sua confiança); o que transporta o vinho para o casco; o *carreiro*, que está de pé no carro em que ha-de ir o casco. Quem transporta o vinho para o casco é um companheiro do carreiro, excepto se há só um carreiro, o que raras vezes acontece, sendo então preciso um *môço*. O carreiro recebe uns tantos litros de vinho para beber pelo caminho: metade á custa do vendedor, e a outra á do comprador; como outr'ora, antes de se usarem os litros, se usavam canadas, chama-se ainda hoje a este acto *dar as canadas* [...].

O vinho está correndo do tonel para uma *celha* que se colocou sob a torneira. Então o medidor vai enchendo o almude, mergulhando-o na celha, e despejando-o em seguida num caneco que o moço entrega ao carreiro, para este, por seu turno, o despejar no casco [...].

²⁷ J. L. de Vasconcelos, 1929: 43-47 (não se reproduzem as notas que o autor apresenta no texto). Veja-se igualmente J. L. de Vasconcelos, 1982a, onde, além de se apresentarem determinadas versões do mandar da manta acima reproduzidas (p. 671), se faz referência à seguinte cantiga da manta: «Ó maltês, acode à manta,/ Q'anda o fogo na batalha,/ Há muitos que balho' e canto'/ Outros que não canto' e balho'» (p. 653).

²⁸ Neste artigo (p. 26), Leite de Vasconcelos refere-se ao *casco* como «uma vasilha de fôrma de pipa [que não designa aqui uma vasilha mas uma «medida de 25 almudes» (*Ibid.*)], e que leva de 30 a 40 duplos [...]. Abaixo do casco está a *cartola*, vasilha da mesma forma do casco, porém mais curta, e que leva de 25 (ou menos) a 30 almudes; abaixo da cartola está o *barril*, que leva até 15 duplos; abaixo do barril está ainda o *tinôco*, barril pequeno, que leva até 3 almudes. O casco também pôde ter menos de 30 duplos, ir só até 15; com menos de 15 duplos, já se chama *barril*, que tem a mesma fôrma do casco diferindo apenas no tamanho [...]. Pôde chamar-se também *barrilinho* a um barril que leve até uns dez litros.»

Á proporção que o segundo carreiro ou o môço transporta cada caneco para o casco, enumera os almudes, junta uma rima ao número, e repete este no fim d'ela: o que tudo executa cantando. Á rima ouvi chamar *remate* ou *arremate* [...].

Pois que ha poucos cascos que levem quarenta duplos, as rimas chegam só até esse número, quando chegam.

1. *O primeiro é Deus.* Em regra dizem só isto; mas também ouvi: *Deus é o primeiro.* || *É bom ter muito dinheiro.* [...]
2. *Um e um são dois.* || *Quem tem vacas espera bois.* || *Olha os dois!* — Variante do remate: *Quem padece são os bois.*
3. *Dois e um são tres.* || *Inda cá volto outra vez.* || *Olha que são os tres!* — Variante do remate: *Estes vieram da feira das Mercês* (com referencia aos bois).
4. *Dois e dois são quatro.* || *Bela carne tem o pato.* || *Olha que são quatro!* — Variante do remate: *Belo arroz é o do pato.*
5. *Tres e dois são cinco.* || *Bebo branco* (sc. «vinho»), *quando não ha tinto.* || *Olha que são cinco!* — Variantes do remate: a) *É melhor a galinha que o pinto,* b) *Falo verdade, não mintô.*
6. *Tres e tres são seis.* || *Depois do Natal vêm os Reis.* || *Olha que são seis!*
7. *Quatro e tres são sete.* || *Quem não pode não promete.* || *Olha que são sete!*
8. *Quatro e quatro são oito.* || *Não ha bôlo como o biscoito.* || *Olha que são oito!*
9. *Quatro e cinco são nove.* || *Ri-se* (ou *canta*) *o rico, e chora o pobre.* || *Olha que são nove!*
10. *Cinco e cinco são dez.* || *Descansam as mãos e trabalham os pés.* || *Olha que são dez!* — Variante do remate: *Não há homem como Moisés.*
11. *Cinco e seis são onze.* || *É melhor a prata que o bronze.* || *Olha que são onze!* — Variantes do remate: a) *Toca o sino que é de bronze,* b) *Voa o papel e tine o bronze,* por alusão ao dinheiro que é em notas e em metal.
12. *Seis e seis são doze,* ou *Duas vezes seis são doze.* || *Toca o sino* (ou os *sinos*) *que é* (ou *são*) *de bronze* (cf. n.º 11). || *Olha que são doze!*
13. *Sete e seis são treze.* || *É meia pipa.* — A pipa corresponde ali a 25 almudes. Por ser metade da conta, não se diz muitas vezes remate; entende-se que o número fica assim bem expresso [...].
14. *Sete e sete são catorze.* || *Bota o pobre* (sc. «a esmola») *para o alfôrge.* || *Olha que são catorze!* — Variante hipémetra do remate: *Sete para trás e sete para diante, á moda de alfôrge.*

15. *Oito e sete são quinze. || O dono da adega é que tem o timbre [...] || [sic.] Olha que são quinze!*
16. *Oito e oito são dezasseis. || Sou o filho da Maria dos Reis. || Olha que são dezasseis!*
17. *Oito e nove são dezassete. || Quem quiser palha que a acarrete. || Olha que são dezassete! [...]*
18. *Nove e nove são dezoito. [...]*
19. *Dez e nove são dezanove. || Quem padece é o pobre. || Olha que são dezanove. — Em vez d'este remate, também se repete o do n.º 9.*
20. *Dez e dez são vinte. || Boa carne é a do pinto. || Olha que são vinte! [...]*
21. *Dez e onze são vinte e um. || Não ha carne como a do pirum. || Olha que são vinte e um!*
22. *Onze e onze são vinte e dois. || Anda o carro adiante dos bois. || Olha que são vinte e dois! — Variante do remate: o vinho melhor vem depois.*
- 23 a 29. Repetem-se as rimas dos numeros das respectivas unidades. Ao n.º 25 ouvi porém aplicar esta rima: *Não ha vinho como o tinto*, a qual se certamente se emprega também com o n.º 5.
30. *Quinze e quinze são trinta. || Não ha vinho como o de quinta. || Olha que são trinta.*

De 31 a 40 repetem-se as unidades nas rimas, como já a respeito d'alguns numeros vimos acima.

A repetição dos numeros, alto, faz com que eles se fixem melhor na memoria, para não haver engano na contagem. As rimas devem ter a mesma razão, ainda que o nosso povo gosta de pôr um pouco de poesia no que diz [...]. Alem disso o canto ajuda o trabalho²⁹.

²⁹ J. L. de Vasconcelos, 1924: 21-24 (veja-se também J. L. de Vasconcelos, 1983a: 372-378).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES MANUSCRITAS

ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo)

Chancelaria de D. Fernando: Livros 1, 2 e 3.

Chancelaria de D. João I: Livros 1 e 2.

Chancelaria de D. Duarte: Livro 1.

Chancelaria de D. Afonso V: Livros 15 e 26.

Chancelaria de D. João II: Livro 15.

Chancelaria de D. João III: Livro 72.

Chancelaria de D. Sebastião: Livros 9 e 11.

Chancelaria de D. João IV: Livros 1 e 20.

Chancelaria de D. João V: Livro 20.

Chancelaria de D. José: Livros 2 e 44.

Chancelaria de D. Afonso VI: Livro 22.

Chancelaria de D. João VI: Livros 1, 13, 16 e 24.

Estremadura: Livros 10 e 11.

Místicos: Livros 3, 4 e 5.

Desembargo do Paço (Estremadura e Ilbas) (m. 649, doc. 9; m. 814, doc. 13; m. 879, doc. 68; m. 994, doc. 131; m. 1094, doc. 20; m. 1146, doc. 26; m. 1200, doc. 19; m. 1249, doc. 11; m. 1296, doc. 39; m. 1703, doc. 23; m. 1908, doc. 77; m. 2059, doc. 2; m. 2063, doc. 54; m. 2076, doc. 8; m. 2087, doc. 45; m. 2127, doc. 35).

II. BIBLIOGRAFIA ¹

- AABERG, Nils. 1921. *La Civilisation Énéolithique dans la Péninsule Ibérique*. S. ed., Paris, Librairie Ancienne.
- ABRAGÃO, Frederico de Quadros. 1956. *Caminhos de Ferro Portugueses — Esboço da Sua História*. Lisboa, Edição Comemorativa do Centenário da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses.
- «Achados arqueológicos numa gruta da serra de Montejunto», *Diário de Notícias*, 4/9/1969, p. 10.
- Adega Cooperativa da Vermelha, C.R.L.* Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, anos de 1987, 1988 e 1989.
- ADLER, Alfred. 1982. *La Mort est le Masque du Roi — La royauté sacrée des Moundang du Tchad*. Paris, Payot.
- ADRIÃO, José Maria. 1900-1901. «Tradições populares colhidas no concelho do Cadaval», *Revista Lusitana*, Vol. VI, S.I., pp. 97-129.
- ALARCÃO, Jorge de. 1987. *Portugal Romano*. S.I., Editorial Verbo.
- ALARCÃO, Jorge de. 1988. *Roman Portugal*, Westminster — England, Aris and Phillips Ltd., 2 vols, 3 fasc.
- ALARCÃO, Jorge de. 1990. «O domínio romano», in MARQUES, A. H. de Oliveira, SERRÃO, Joel, *Nova História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Editorial Presença.
- ALMEIDA, D. Fernando; FERREIRA, Octávio da Veiga. 1968. «Uma «fornax» lusitano-romana na Egitânia», *O Arqueólogo Português*, Vol. II (3.ª Série), Lisboa, pp. 61-70.
- Anuario Commercial de Portugal*. S.I., 1913, pp. 1717-1719.
- Anuário Demográfico ou Estatísticas Demográficas*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.²
- APOLINARIO, Maximiano. 1895. «O castello-velho de Rocha-Forte: Reconhecimento archeologico», *O Archeologo Português*, Vol. I, Série 1, Lisboa, pp. 49-54.
- APOLINARIO, Maximiano. 1897. «Grutas do Furadouro», *O Archeologo Português*, Vol. III, Série 1, Lisboa, pp. 86-95.
- ARAÚJO, Luís Manuel. 1983. «Os muçulmanos no ocidente peninsular», in SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*. S.I., Publicações Alfa — Selecções do Reader's Digest, pp. 245-289.
- Arquitectura Popular em Portugal*. Vol. 2. Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.
- Atlas do Ambiente de Portugal*. S.I., Secretaria de Estado do Ambiente, Comissão Nacional do Ambiente, 1975-1987.³
- AZEVEDO, José Lúcio de. 1978. *Épocas do Portugal Económico*. 4.ª ed., Porto, Livraria Clássica Editora.
- AZEVEDO, Pedro A. de. 1897. «Extractos. Notícias archeologicas das «Memorias Parochias de 1758», *O Archeologo Português*, Vol. III, pp. 101, 149, 193 e 225.

¹ Chama-se a atenção do leitor para o facto de nesta rubrica se incluírem as fontes impressas consultadas. Faz-se notar também que são da inteira responsabilidade dos autores deste livro as traduções nele apresentadas de obras cuja consulta se fez noutra língua que não o português.

² Foram consultados os registos referentes aos anos de 1919, 1920, 1921, 1929, 1930, 1931, 1939, 1940, 1941, 1949, 1950, 1951, 1959, 1960, 1961, 1969, 1970, 1971 e 1980-1982.

³ Juntamente com o *Atlas*, foi consultada para cada uma das cartas disponíveis até Janeiro de 1991 a respectiva *Notícia explicativa*.

- AZEVEDO, Pedro A. de. 1905. «Miscelânea arqueológica. 3 — Fornos antigos em Pragança», *O Archeologo Português*, Vol. X, Lisboa, pp. 42-43.
- AZEVEDO, Pedro A. de. 1912. «Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico», in *O Archeologo Português*, Vol. XVII, Lisboa, pp. 196-204.
- AZEVEDO, Pedro A. de. 1913. «Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico», in *O Archeologo Português*, Vol. XVIII, pp. 109-111, 123.
- AZEVEDO, Pedro A. de. 1914. «Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico», in *O Archeologo Português*, Vol. XIX, pp. 43-83.
- AZEVEDO, Pedro de. 1921. *Cartas de vila, de mudança de nome e do título de notável das povoações da Estremadura*, Sep. do *Boletim da Classe de Letras*, Vol. XIII. Ed. da Academia das Ciências de Lisboa, p. 86.
- AZEVEDO, Rui Pinto de. 1937. «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores.», in BALÃO, António Eduardo Simões, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Vol. I, Lisboa, Editorial Ática.
- BARBOSA, Pedro Ferreira Gomes. *Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura Central (séc. XII a 1325)*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Vols. I (1988) e II (1988a) [Policopiado].⁴
- BARROS, Henrique da Gama. S.d.. *História da Administração Pública nos séculos XII a XV*, 2.^a ed., Ed. Sá da Costa, XI Vols.
- BASTOS, José Gabriel Pereira. 1988. *A Mulher, o Leite e a Cobra — ensaio de antropologia pós-racionalista*. Lisboa, Edições Rolim.
- BEIRÃO, Caetano Maria de Melo. 1986. *Une Civilisation Protobistorique du Sude du Portugal (1er Age du Fer)*, Paris.
- BETHENCOURT, Francisco. 1987. *O Imaginário da Magia — Feticheiras, saludadores e nigromantes no século XVI*. Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa.
- BOONE, James L.. 1986. «Parental investment and elite family structure in preindustrial states: a case study of late medieval-early modern portuguese genealogies», *American Anthropologist*, Vol. 88, n.º 4, December, pp. 859-878.
- BOURDIEU, Pierre. 1972. «Les stratégies matrimoniales dans le systeme de reproduction», *Annales E. S. C.*, n.º 45, Julho-Outubro, pp. 1105-1125.
- BRAGA, Teófilo. *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, Vols. I (1985) e II (1986). Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BUBNER, Maria Amélia Horta Pereira. 1979. «Cerâmica de importação na Estremadura portuguesa», *Etnos*, Vol. VIII, Lisboa, pp. 43-47.
- CABRAL, João de Pina. 1989. *Filhos de Adão, Filhas de Eva — A visão do mundo camponesa do Alto Minho*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- CALDAS, Eugénio de Castro. 1991. *A Agricultura Portuguesa Através dos Tempos*. Lisboa, INIC.
- CAMPOS, Correia de. 1965. *Arqueologia Árabe em Portugal*, Lisboa, Ed. do autor.
- CAMPOS, Correia de. 1970. *Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal*, Lisboa, Ed. do autor, pp. 86-93.

⁴ Dado à estampa em 1992 pelo Instituto Nacional de Investigação Científica.

- CAMPOS, José Augusto Correia de. 1958. «Os árabes na conquista. Seus métodos colonizadores, seu espírito de tolerância, seu papel na história geral da civilização.», *Revista da Artilharia*, n.º 389 e 390, Jan.-Fev. 1958, pp. 379-404.
- CÂNCIO, Francisco. 1951. «O fornecimento de neve a Lisboa», *Estremadura — Boletim da Junta de Província*, n.º 26-28 (II série), Jan.-Dez., pp. 71-79.
- CANCIO, Francisco. 1929. *Ribatejo*. Vila Franca de Xira, Edição do Jornal «Vida ribatejana», 370 p., pp. 116-119.
- CAPINHA, Graça M.B. dos Reis. 1984. *Património Cultural do Painho: usos e costumes* [Policopiado].
- CARDOSO, P.º Luís. 1832. *Diccionario Geographico* (coligido a partir das *Memorias Parochiaes* de 1758), Lisboa, Vols. II (n.º 60), VIII (n.º 183), X (n.º 268), XV (n.º 85), XIX (n.º 37), XXVIII (n.º 146), XXIX (n.º 152), XXXIX (n.º 37) e XL (n.º 274).
- CARO BAROJA, Julio. (1965) 1979. *El Carnaval (Análisis Histórico-Cultural)*. 2.ª ed., Madrid, Taurus.
- CARO BAROJA, Julio. (1961) S.d. *As Bruxas e o seu Mundo*. Lisboa, Vega.
- Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento (Arqueologia e Etnografia) 1879-1899*. Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, 1958.
- CASTELO-BRANCO, Fernando. 1962. «Pragança terá sido um castro?», *O Arqueólogo Português*, Vol. IV (nova série), pp. 303-307.
- CASTILLO-YURRITA, Alberto del. 1928. *La Cultura del Vaso Campaniforme. Su Origen y Extensión en Europa*, S. ed., Barcelona.
- CASTRO, P.º João Bautista. 1763. *Mappa de Portugal — Antigo e Moderno*. Tomo III, Parte V. Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- CATARINO, G. Santos. 1984. *Medicina Popular*. [Policopiado].
- CAZENEUVE, Jean. S.d. *Sociologia do Rito*. Porto, Rés.
- Censo Geral da População*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.⁵
- CENTENO, Rui. 1983. «A dominação romana», *História de Portugal*, S.l., Publicações Alfa — Selecções do Reader's Digest, Vol. I, pp. 148-211.
- CHAVES, Luís. 1914. «Aquisições do Museu Etnológico Português em 1913», *O Archeologo Português*, Vol. XIX, n.º 7-12, Julho-Dezembro, pp. 367-371.
- CHAVES, Luís. 1952. «As vias romanas em Portugal», *Lisbon Courier*, Vol. LXXIV.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain (eds.). (1969) 1990. *Dictionnaire des Symboles (Mythes, Rêves, Coutumes, Gestes, Formes, Figures, Couleurs, Nombres)*. 1.ª ed. (revista e aumentada), 11.ª reimp., Paris, Robert Laffont/Jupiter.
- CLASTRES, Pierre. 1980. *Recherches d'Anthropologie Politique*. Paris, Éditions du Seuil.
- CLASTRES, Pierre. 1985. *Chronique des Indiens Guayaki — Ce que savent les Aché, chasseurs nomades du Paraguay*. S.l., Plon.
- CLÉBERT, Jean-Paul. 1971. *Bestiaire Fabuleux*. Paris, Albin Michel.
- C.M.. 1929. «Próprio do tempo — A Festa da Ascensão e o Dia da Espiga», *Ilustração Moderna*, Ano IV, n.º 33, Porto, Maio 1929, pp. 353-355.

⁵ Foram consultados os registos de população do concelho do Cadaval referentes aos censos de 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981 e 1991. Relativamente ao último censo da população, os dados disponíveis são de carácter provisório.

- COELHO, António Borges. 1989. *Portugal na Espanha Árabe*. 2.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho, Coleção Universitária, Vols. I e II.
- COFFYN, André. 1983. «La fin de l'Age du Bronze dans le Centre-Portugal», *O Arqueólogo Português*, Vol. I, Série 4.
- Coleção da Legislação Portuguesa* (volumes referentes aos anos de 1895, 1896 e 1898).
- «Comemorações do 600.^o Aniversário da Vila do Cadaval. Intervenção do Dr. Leonel Ribeiro», *Ecos do Bombarral*, n.^o 297, 1 de Fevereiro de 1371, pp. 1, 4 e 5.
- Commercio do Cadaval*, Cadaval, Ed. Alexandre Agrela, 4 p.⁶
- Cooperativa Agrícola dos Fruticultores do Cadaval*. Relatório, balanço e contas de 1989.
- CORREIA, Vergílio. 1912. «O Paleolítico em Portugal», *O Archeologo Português*, Vol. XVII, n.^o 1-9, Janeiro-Setembro, pp. 55-62.
- CORREIA, Vergílio. 1914. «Os pesos de tear», *Águia* (Separata).
- CORTEZ, Fernando Russel. 1946. «Mosaicos romanos na Estremadura», *Estremadura — Boletim da Junta de Província*, Vol. XIII (2.^a Série), pp. 272-279.
- COSTA, Americo. *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, Vol. IV (1834), Vol. VI (1938), VIII (1943) e XII (1949). Edição do A..
- COSTA, Mário J. de Almeida. 1989. *História do Direito Português*. S.ed., Coimbra, Almedina.
- COSTA, Paulo Ferreira da; GALANTE, Helena Sanches; LOPES, Maria Alexandra. 1987. *Vale-Canada: Esboço Monográfico* [Policopiado].
- CRESPO, Albertino. 1966. «Será Henrique da mota o autor da «Representação que fez à Rainha D. Leonor a vila de Óbidos estando S. A. nas Caldas»?», *Gazeta das Caldas*, Fev. 1966, pp. 1, 2.
- Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira* (Ed. António Machado de Faria). Lisboa, Academia Portuguesa de História, S.d..
- CUNHA, Mafalda Soares da. 1990. *Linbagem, Parentesco e Poder — A Casa de Bragança (1383-1483)*. Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.
- DAVEAU, Suzanne. 1966. *Documentos Para o Ensino — Rebordo Sul da Serra de Montejunto na região de Cabanas de Torres* (Separata de *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. I, n.^o2). Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 288-291.
- DAVEAU, Suzanne, *et al.* 1977. *Répartition et Rythme des Précipitations au Portugal*. Lisboa, INIC, Centro de Estudos Geográficos.
- DAVEAU, Suzanne, *et al.* 1985. *Mapas Climáticos de Portugal, Nevoeiro e Nebulosidade, Contrastes Térmicos*. Lisboa, INIC, Centro de Estudos Geográficos.
- DEBRAY, Régis. 1987. *Critique de la Raison Politique ou l'Inconscient Religieux*. Paris, Gallimard.
- DE HEUSCH, Luc, *et al.* 1962. *Le Pouvoir et le Sacré*. S.l., Université Libre de Bruxelles, Institut de Sociologie, Annales du Centre d'Etude des Religions.
- DE HEUSCH, Luc. 1982. *Mythes et Rites Bantous II — Rois nés d'un coeur de vache*. Paris, NRF, Gallimard.
- DELUMEAU, Jean. 1988. *La Peur en Occident (XIVe - XVIIIe siècles)*. Paris, Fayard.

⁶ Relativamente a este semanário foram consultados na sua totalidade os n.^{os} 1, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12 e 15, publicados entre 14 e 22 de Dezembro de 1895, e os n.^{os} 17 e 21, referentes aos dias 5 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 1896.

- DIAS, Jorge. 1982. *Os Arados Portugueses e as Suas Prováveis Origens*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- DIAS, José João Alves. 1982. «A Beira Interior em 1496 (sociedade, administração e demografia)», *Arquipélago*, Vol. IV, Janeiro, pp. 95-193.
- Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. 2 vols., S.l., Publicações Alfa, 1985.
- DOUGLAS, Mary. 1981. *De la Souillure — Essai sur les notions de pollution et de tabu*. Paris, François Maspero.⁷
- DUMÉZIL, Georges. 1968. *Mythe et Épopée I — L'ideologie des trois fonctions dans les épopées peuples indo-européens*. Paris, NRF, Gallimard.
- DUMÉZIL, Georges. 1971. *Mythe et Épopée II — Types épiques indo-européens: un héros, un sorcier, un roi*. Paris, NRF, Gallimard.
- DURAND, Gilbert. 1989. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário — Introdução à Arquetipologia Geral*. 1.ª ed., Lisboa, Presença.
- DURAND, Robert. 1982. *Les Campagnes Portugaises Entre Douro et Tage aux XIIe et XIIIe Siècles*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- DURKHEIM, Emile. 1990. *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse — Le Système Totémique en Australie*. 2.ª ed., Paris, Quadrigue/PUF.
- D'EAUBONNE, Françoise. 1977. *As Mulheres Antes do Patriarcado*. Lisboa, Vega.
- Ecos do Bombarral*, n.º 276, 16 de Março de 1970, 5 p.
- ELIADE, Mircea. 1977. *Tratado de História das Religiões*. 1.ª ed., Lisboa, Cosmos.
- ELIADE, Mircea. S.d. *O Sagrado e o Profano — A Essência das Religiões*. Lisboa, Livros do Brasil.
- Epítome de Antiguidades de Algufer e Seus Padroeiros. Quem Foram e Mais Clarezas* [Policopiado; autor e data incertos].
- Estremadura — Boletim da Junta de Província*, n.ºs 24-25 (Série II), Maio-Dezembro, 1950. p. 140.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. 1948. *The Divine Kingship of the Shilluk of the Nilotic Sudan*. Cambridge, Cambridge University Press.
- FARIA, António Machado. 1957. *Guia do Museu Arqueológico*. Lisboa, Ed. Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Feiticeiros, Profetas e Visionários — Textos antigos portugueses* (Seleção de Yvonne Cunha Rêgo). S.l. Imprensa Nacional-Casa da Moeda / Biblioteca Nacional, 1981.
- FELGUEIRAS, Guilherme. «O estudo da literatura popular e das tradições orais estremenas», *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, Série II, n.ºs XIV (1947), XVIII (1948), XIX (1948a), XXII (1949), XXIII (1950), XXIV/XXV (1950a).
- FERREIRA, Godofredo. 1959. *A Mala-Posta em Portugal*. Sep. do «Guia Oficial dos C.T.T.», Lisboa, Gabinete de Publicidade e Propaganda dos C. T. T.
- FERREIRA, Octávio da Veiga. 1964. «Jazidas quaternárias com fauna de vertebrados encontradas em Portugal», *Arqueologia e História*, Vol. XI, Série 8, Lisboa, pp. 39-63.
- FERREIRA, Octávio da Veiga. 1966. «La culture du vase campaniforme en Portugal», *Revista dos Serviços Geológicos de Portugal*, Memória n.º 12, Nova série.

⁷ Traduzido para português, pelas Edições 70, com o título *Pureza e Perigo — ensaio sobre as noções de poluição e tabu*.

- FERREIRA, Octávio da Veiga. 1969. «Acerca dos conhecimentos de medicina e cirurgia na antiguidade», *O Arqueólogo Português*, Vol. III, Série 3, pp. 119-130.
- FERREIRA, Octávio da Veiga. 1982. «Cavernas com interesse cultural encontradas em Portugal», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Fasc. 2, pp. 285-298.
- FERREIRA, Octávio da Veiga. 1982a. *Guia Descritivo da Sala de Arqueologia Pré-Histórica*, Lisboa, Museu dos Serviços Geológicos de Portugal.
- FERREIRA, Octávio da Veiga. s. d. *Portugal Pré-Histórico. Seu Enquadramento no Mediterrâneo*. Lisboa, Europa-América.
- Os Fogaças de Alguber* [Policopiado; autor e data desconhecidos].
- FRAZER, Sir James George. (1922) 1990. *The Golden Bough — A Study in Magic and Religion* (Abridged Edition). 4.ª ed., Londres, Macmillan.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp. 1908. «Povoação da Estremadura no XVI seculo», *Arquivo Histórico Português*, Vol. VI, n.º 7, Julho, pp. 241-284.
- GAIGNEBET, Claude; FLORENTIM, Marie-Claude. 1979. *Le Carnaval — essais de mytologie populaire*. Paris, Payot.
- GAMITO, Teresa Júdice. 1986. «Os espetos de bronze do sudoeste peninsular. Sua interpretação sócio-ideológica», *Contimbriga*, vol. XXV, pp. 23-40.
- GIACOMETTI, Michel (com a colaboração de Fernando Lopes-Graça). 1981. *Cancioneiro Popular Português*. 1.ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1974. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Porto, Arcádia.
- GÓIS, Damião de. *Crónica do Rei D. Manuel I*, Tomo I, Lisboa, Amigos do Livro.
- GONÇALVES, João Ludgero Marques. 1990. «A investigação arqueológica no concelho do Cadaval», *Revista de Arqueologia*, Vol. I, pp. 13-24.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia.
- «Grutas e Mouras» (Trabalho do Espéleo Clube de Torres Vedras), *Torres Cultural*, n.º 2, Sector da Cultura da Câmara Municipal de Torres Vedras, Julho 1989, pp. 18-22.
- MELO, António de O.; GUAPO, António de O.; MARTINS, José E. *O Concelho de Alenquer — Subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia*, Vols. 1 (1984), 2 (1985) e 3 (1986). S.l., Comissão Municipal da Feira da Ascensão de Alenquer, Associação para o Estudo e Defesa do Património de Alenquer.
- GUERREIRO, M. Viegas. 1957. *Adivinbas Portuguesas*. Lisboa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Gabinete de Etnografia.
- GUERREIRO, M. Viegas. 1978. *Para a história da literatura popular portuguesa*. S.l., Instituto de Cultura Portuguesa.
- Guia de Portugal — II (Extremadura, Alentejo, Algarve)*. S.l., Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927.
- GUIMARÃES, Manuel. 1991. «Soveteria setecentista», *Diário de Notícias*, n.º 44692, 3/8/1991, Ano 127, pp. 10-11.
- HARLÉ, E. 1911. «Les mammifères et oiseaux quaternaires connus jusqu'ici en Portugal», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Vol. VIII, pp. 24-55.
- HEERS, Jacques. 1987. *Festas de Loucos e Carnavais*. 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- HELENO, Manuel. 1935. «Jóias pré-romanas», *Elnos*, Vol. I, pp. 229-275.

- HELENO, Manuel. 1956. «Um quarto de século de investigação arqueológica», *O Arqueólogo Português*, Vol. III, Nova série, pp. 221-237.
- HENRIQUES, Guilherme. 1873. *Alenquer e o Seu Concelho*. Lisboa, Tipografia Universal.
- HESPANHA, António Manuel. 1982. *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*. Coimbra, Livraria Almedina.
- A Hora — Jornal Ilustrado*, Ano I, n.º 11, Lisboa, 1934.
- A Hora — Jornal Ilustrado*, Ano XXXI, n.º 4 (série II), Lisboa, Out, 1963.
- HUBERT, Henri; MAUSS, Marcel. 1974. «Esboço de uma teoria geral da magia», *Sociologia e Antropologia*, vol. I. São Paulo, EPU/EDUSP.
- HUBNER, Emil; VASCONCELOS, José Leite de. 1897. «Inscriptio arae romanae repertae in oppido aliquo vetusto, sed ignoto Lusitaniae orientalis», *O Arqueólogo Português*, Vol. III, Lisboa, pp. 161-167.
- HULTKRANTZ, Åke. 1989. «The concept of superstition», *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. S.l., 1.ª ed., INIC, Centro de Estudos de Etnologia.
- Index das Notas dos Vários Tabeliões de Lisboa entre os Anos de 1540 e 1747*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa.
- «Informações, extractos das actas das sessões. Secção de Pré-História», *Arqueologia e História*, Vol. I, Série 9, 1968, pp. 353-384.
- Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente — 1953*. Lisboa, S.d., Instituto Nacional de Estatística, Vol. II (Províncias do Douro Litoral, Beira Alta, Beira Baixa, Beira Litoral e Estremadura).
- Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente — 1968 (Explorações com menos de 20 ha)*. S. ed., Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1972.
- Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente — 1968 (Explorações com mais de 20 ha)*. S. ed., S.l., Instituto Nacional de Estatística, S.d..
- Inquérito para o Estudo da Literatura Popular e Outras Tradições Estremenbas*. S.l., Junta de Província da Estremadura, 1947.
- IZARD, M.; SMITH, P. (eds.). 1979. *La Fonction Symbolique — Essais d'Anthropologie*. Paris, NRF, Gallimard.
- JOAQUIM, Teresa. 1983. *Dar à Luz — ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal*. 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- JORGE, Susana Oliveira. 1990. «Desenvolvimento da hierarquização social e da metalúrgia», in MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel, *Nova História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Presença.
- JORGE, Vitor Oliveira. 1990. «Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios», *Nova História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Presença.
- JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E.; SCHROEDER, M. 1968. «Kupfer und Bronze in der fruben metallzeit Europas», *Studien Zu Den Aufange de Metallurgie*, Vol. II, Fasc. 1-3.
- JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E.; SCHROEDER, M. 1974. «Kupfer und Bronze in der fruben metallzeit Europas», *Studien Zu Den Aufange de Metallurgie*, Vol. II, Fasc. 4.
- KALB, Philine. 1974-1977. «Uma data de C-14 para o Bronze Atlântico», *O Arqueólogo Português*, Vols. 7-9, Série 3.
- KALB, Philine. 1980. «Zur atlantischen Bronzezeit in Portugal», *Germania*, Vol. LVIII, pp. 25116.

- LEACH, Edmund. 1985. «Natureza/Cultura» *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 5. S.l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LEACH, Edmund. 1986. *Social Anthropology*. S.l., Fontana Press.
- LEAL, Augusto Pinho. *Portugal Antigo e Moderno — Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de portugal e de grande numero de aldeias*, Vols. II (1874), III (1874a), VI (1874b), X (1882) e XI (1886), Lisboa, Livraria Mattos Moreira & Companhia.
- LEISNER, Vera. 1965. *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel der Westen*. Vol. III, Berlim.
- LEMONS, Elsa C.P. 1984. *Levantamento Histórico-Cultural do Montejunto*. [Policopiado].
- LEMONS, E.C.P.; CAPINHA, G.M. S.d. *Levantamento Histórico-Cultural do Montejunto*. [Policopiado].
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1976. *La Pensée Sauvage*. Paris, Plon.
- LÉVI-STRAUSS, CLAUDE. 1977. *Les Structures Élémentaires de la Parenté*. 2.ª ed., Paris, La Haye, Mouton & Co.
- LIMA, F.C. Pires de. (ed.) *Arquivos de Medicina Popular*, Vols. 1 (1944) e 2 (1945). Porto, ed. do Jornal do Médico.
- LIMA, F. C. Pires de. 1963. *Adagiário Português*. S.l., Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Gabinete de Etnografia.
- LISÓN TOLOSANA, Carmelo. 1979. *Brujería, estructura social y simbolismo en Galicia*. Madrid, Akal.
- LOPES, E. A. Correia. 1913. «Aquisições do Museu Etnológico Português», *O Arqueólogo Português*, Vol. XVIII, n.º 1-12, Janeiro-Dezembro, pp. 131-165.
- LOPES, Fernão. 1949. *Crónica de D. João I* (pref. de António Sérgio), Porto, Livraria Civilização, Vol. II.
- LOPES, Fernão. 1975. *Crónica de Dom Fernando*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LOPES, Fernão. 1981. *Crónica de El-Rei de Boa Memória*. 4.ª ed., Mem Martins, Europa-América.
- MACHADO, João L. Saavedra. 1920. «Aquisições do Museu Etnológico Português», *O Arqueólogo Português*, Vol. XXIV, Lisboa, pp. 241-270.
- MACHADO, João L. Saavedra. 1964. «Subsídios para a história do Museu Etnográfico do Dr. Leite de Vasconcelos», *O Arqueólogo Português*, Vol. V (Nova Série), pp. 51-362.
- MACHADO, Júlio César. S.d. *Quadros do Campo e da Cidade*. Lisboa, Livraria de Campos Junior.
- MACHADO, Júlio César. 1862. *Scenas da Minha Terra*. Lisboa, Ed. José Maria Correia Seabra.
- MACHADO, Júlio César. 1881. *A Vida Alegre (Apontamentos de um folhetinista)*. Lisboa, Livraria e Typographia Editora de Mattos Moreira e C.ª
- MACWHITE, Eoin. 1951. «Estudio sobre las relaciones atlânticas de la Peninsula hispanica en la Edad del Bronce», *Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre. Dissertaciones Matritenses*, 2. Madrid.
- MAKARIUS, Laura Levi. 1974. *Le Sacré et la Violation des Interdits*. Paris, Payot.
- MANIQUE, António Pedro. 1989. *Mouzinbo da Silveira. Liberalismo e Administração Pública*. Livros Horizonte.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. 1980. «Estratificação económico-social de uma vila portuguesa na Idade Média», *Ensaio da História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Vega.

- MARQUES, A. H. de Oliveira. 1980a. «A população portuguesa nos fins do século XIII», *Ensaios da História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Vega.
- MARQUES, João Filipe. 1990. *O Pente Dourado - Leituras Histórico-Antropológicas em Torno das Lendas de Mouras Encantadas*. [Dissertação com vista à obtenção da Licenciatura em Antropologia]. Lisboa, UNL / FCSH, Departamento de Antropologia [Policopiado].
- MARTHA, M. Cardoso. 1918. «Cartas etnográficas II — Da legenda popular de Bocage», *Lusa — Revista ilustrada de investigações regionais, ciências & letras*, Ano II, n.º 40, pp. 124-126.
- MARTHA, M. Cardoso. 1918-1919. «Cartas etnográficas III — a "espinhela-caída"», *Lusa — Revista ilustrada de investigações regionais, ciências e letras*, Ano II, n.º 43-44, pp. 150-153.
- MARTHA, M. Cardoso. 1919. «Cartas etnográficas IV — Quinta-feira de Ascensão», *Lusa — Revista ilustrada de investigações regionais, ciências & letras*, Ano III, n.º 48, pp. 23-24.
- MARTHA, M. Cardoso. 1919a. «Cartas etnográficas V — Uma poesia culta e uma quadra popular», *Lusa — Revista ilustrada de investigações regionais, ciências & letras*, Ano III, n.º 50-51, pp. 68-70.
- MARTHA, M. Cardoso. 1921. «A trouxe-mouxe (notas etnográficas e folclóricas)», *Lusa — Revista ilustrada de investigações regionais, ciências & letras*, Vol. IV, n.º 57-60, p. 28.
- MARTHA, M. Cardoso. 1934. *Folclóre do Cadaval — Mancheia de Apontamentos*. Esposende, Tipografia Espozendense.⁸
- MARTHA, M. Cardoso. «Literatura dos contos tradicionais estremenhos — O Povo e As Mulheres Teimosas», *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, n.º 5 (série II), 1944, pp. 117-119.
- MATTOSO, José. 1987. *Fragmentos de Uma Composição Medieval*. 1.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa.
- MATTOSO, José. 1988. *Identificação de Um País*. 3.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 2 Vols.
- MAUSS, Marcel. 1974. «Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas», *Sociologia e Antropologia*, Vol. II. São Paulo, EPU/EDUSP.
- MEDEIROS, Carlos Alberto. 1987. *Introdução à Geografia de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa.
- MENDONÇA, Manuela. 1991. *D. João II. Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa.
- MESNIL, Marianne. 1974. *Trois Essais sur la Fête — Du Folklore à l'Ethno-sémiotique*. Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles, Centre d'Étude des Techniques de Diffusion Collective.
- MONTEAGUDO, Luís. 1965. «Hachas pré-históricas de Europa Occidental», *Conimbriga*, Vol. IV, pp. 13-35.
- Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1962.
- MOUTINHO, Mário C. 1979. *A Arquitectura Popular Portuguesa*. Lisboa, Editorial Estampa.
- O Município de Óbidos*. Lisboa, Typografia do Centro Commercial, 1856.
- NAZARETH, José Manuel. 1979. *O Emvelbecimento da População Portuguesa*. 1.ª ed., Presença.
- NAZARETH, José Manuel. 1982. *Explosão Demográfica e Planeamento Familiar — Subsídios para Uma Política de Defesa da Vida em Portugal*. 1.ª ed., Presença.

⁸ A grande parte do material compilado neste volume havia já sido anteriormente dado à estampa sob a forma de vários artigos publicados num periódico editado em Alenquer — *A Verdade* —, artigos esses que foram apresentados entre 1919 (n.º 10, 11, 12, 16, 17, 18, 19 e número extra de Dez.) e 1920 (n.º 21, 22, 23, 25 e 32).

- Notícia Explicativa da Folha 30-b da Carta Geológica de Portugal*. Serviços Geológicos de Portugal, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa, 1966.
- «Notícias dos jornais — Primeira campanha de escavações na gruta do Bico do Pássaro (serra de Montejunto)», *O Arqueólogo Português*, Vol. III (Série 3), 1969, pp. 299-300.
- «Olhando em redor», *Boletim Informativo da Comissão de Apoio Pedagógico*, n.º 8, Junho 1986, p. 4.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de. 1887. *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, 1.ª parte, Tomo 1. Lisboa, Typographia Universal (Imprensa da Casa Real), pp. 264-280.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. 1983. *Alfaiá Agrícola Portuguesa*. 2.ª ed., Lisboa, INIC, Centro de Estudos de Etnologia.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim et al.. 1983a. *Tecnologia Tradicional Portuguesa — Sistemas de Moagem*. S. ed., Lisboa, INIC, Centro de Estudos de Etnologia.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. 1984. *Festividades Cíclicas em Portugal*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- PEDROSO, Consiglieri. 1988. *Contribuições para Uma Mitologia Popular Portuguesa e outros Escritos Etnográficos*. 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- PEREIRA, Jorge Paulino. 1976-1977. «A gruta natural da Salvé-Rainha (serra de Montejunto)», *Setúbal, Arqueológica*, Vols. 2-3, pp. 49-98.
- PEREIRA, José Fernandes. S.d. *Óbidos*. S.l., Presença.
- PEREIRA, José Fernandes. 1986. «Um pouco de história. Nossa Senhora do Tojal e a Igreja Matriz de Algeber», *Boletim Informativo da Comissão de Apoio Pedagógico*, n.º 9, Dezembro 1986, pp. 9-11.
- PEREIRA, José Fernandes. 1987. «Um pouco de história. Freguesia do Cercal.», *Boletim Informativo da Comissão de Apoio Pedagógico*, n.º 10, Abril 1987, pp. 8-10.
- PEREIRA, Maria Amélia Horta. 1970. «Hipólito Cabaço», *Arqueologia e História*, Vol. II (9.ª Série). Lisboa, pp. 185-204.
- PIMENTEL, Alberto. 1908. *A Estremadura Portuguesa — I e II*. Lisboa, Empreza da Historia de Portugal — Sociedade Editora.
- PINTO, Mário Costa. 1961. *História Breve da Aviação Portuguesa*. Editorial Verbo.
- PONTE, Maria de la Salette da. 1980. «A génese das fíbulas do noroeste peninsular», *Actas do Seminário de Nordeste Peninsular*, Vol. II, pp. 111-119.
- PONTE, Maria de la Salette da. 1982. «Uma colecção de fíbulas da Estremadura», *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Vol. 88, Tomo I, Lisboa, pp. 215-223.
- Portugal. Das Origens à Época Romana*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1989.
- O Portugal de D. João V Visto Por Três Forasteiros*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1989.
- Povo do Carvalhal. Falas e Crenças*. S.l., Biblioteca-Museu António Moura, 1989, 22 p.
- PRATA, Maria João. S.d. *Murteira*. [Policopiado].
- PRIETO, Elsa C. C. S.d. *Cadaval*. [Policopiado].
- Proposta para a Criação de Uma Reserva Ecológica Educativa na Serra de Montejunto*. Lisboa, Centro Ecológico, 1984. [Policopiado].

- RAMOS, Augusto José. 1982. *Bombarral e o Seu Concelho (Subsídios para a Sua História)*, Bombarral, (edição fac-similada da Grafibom).
- RAPOSO, Luís. 1983. «As comunidades de caçadores-recolectores do Paleolítico», *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Alfa, pp. 31-62.
- RAU, Virgínia. 1965. «Para a história da população portuguesa nos séculos XV e XVI», in *Do tempo e da História*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, pp. 7-46.
- Recenseamento Agrícola — 1979 (Distrito de Lisboa)*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 135 p.
- Recenseamento Geral Agrícola — 1989*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Recenseamento Industrial do Continente — 1972*. S. ed., Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Vol. II, 1977.
- RESENDE, Garcia de. 1973. *Crónica de D. João II e Miscelânea* (pref. de Joaquim Veríssimo Serrão), Lisboa, Vol. I.
- RIBEIRO, António F. da Franca. 1989. «A Estremadura-Oeste foi a “Balata” fenícia», *Badaladas*, Ano XLII, n.º 1763, Torres Vedras, pp. 11, 18.
- RIBEIRO, Inácia. «Uma aldeia com raízes históricas. Beleza e mesa farta não faltam a Algeber», *Século*, Julho 1986, p. 15.
- RIBEIRO, José Cardim. 1989-1990. «Romanização e romanidade na “Zona W” do município olisiponense», *Jornal de Sintra*, n.º 2843-2863 (Outubro de 1989-Março de 1990), p. 3.
- RIBEIRO, José Pedro. 1812. *Dissertação jurídica e económica sobre a reforma dos foraes no reinado do Sr. D. Manoel*, Parte I, Lisboa, Impressão Régia.
- RIBEIRO, Leonel. S.d. *Cadaval*. Porto, Rotep.
- RIBEIRO, Orlando. 1977. *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RIBEIRO, Orlando. 1987. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas*. 5.ª ed. (revista e ampliada). Lisboa, Sá da Costa.
- ROCHA, Manuel António Coelho da. 1836. *A questão entre os senbórios e os foreiros ou o espírito do decreto de 13 de Agosto de 1832*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- RODRIGUES, Manuel. 1987. *Os Baldios*. S. ed., Lisboa, Caminho.
- SAA, Mário Pais da Cunha. 1944. «A estrada romana de Lisboa a Braga: passagem por Leiria e qual então o nome da cidade: o opido e o rio de Eminio», *Livro do I Congresso das Actividades Regionais do Distrito de Leiria*, Lisboa, pp. 49-57.
- SANCHIS, Pierre. 1983. *Arraial: Festa de Um Povo. As Romarias Portuguesas*. 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- SANTA MARIA, Fr. Agostinho de. 1707. *Santuário Mariano e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora e das milagrosamente aparecidas, em graça dos Prêgadores, & dos devotos da mesma Senhora*, Tomo II. Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galvão, pp. 217-220.
- SANTO, Moisés Espírito. 1988. *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa, seguido de Ensaio sobre Toponímia Antiga*. 1.ª ed., Lisboa, Assírio & Alvim.
- SANTO, Moisés Espírito. 1990. *A Religião Popular Portuguesa*. 2.ª ed., Lisboa, Assírio e Alvim.
- SANTOS, Manuel Farinha dos. 1985. *Pré-História de Portugal*. 3.ª ed., Verbo.
- SARAIVA, José Hermano. 1957. *Evolução histórica dos municípios portugueses*, Lisboa, Biblioteca do Centro de Estudos Político-Sociais.

- SAVORY, H. N. 1951. «A Idade do Bronze atlântico no sudoeste da Europa», *Revista de Guimarães*, Vol. LXI, n.º 1-2.
- SAVORY, H. N. 1985. *Espanha e Portugal*. S. ed., Verbo.
- SCHUBERT, Hermanfrid. 1975. «Die kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel», *Madriider Forschugen*, Berlin, Mainz am Rheim, Vol. IX.
- SCHULE, W.. 1969. «Die meseta-kulturen der Iberischen Halbinsel», *Madriider Forschugen*, Berlin, Mainz am Rheim, Vol. III, 318 p.
- O Século*, Lisboa (Dir. Magalhães Lima).⁹
- II Recenseamento Industrial — 1984 (Dados provisórios)*. S. ed., S. I., Instituto Nacional de Estatística, 1989.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 1986. *História de Portugal*, s.l., Editorial Verbo, 12 vols.
- SERRÃO, Joel (ed). *Dicionário de História de Portugal*, 6 Vols., Lisboa, Ed. Iniciativas Editoriais.
- SILBERT, Albert. 1981. *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. 3.ª ed., Horizonte.
- SILBERT, Albert. 1978. *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de l'Ancien Régime*. 2ªed., Lisboa, INIC, 3 Vols.
- SILVA, António de Moraes. 1949. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10.ª ed., Vol. II, Lisboa, Editorial Confluência, Lisboa, p.712.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da. 1983. «A Idade dos Metais em Portugal», *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Alfa, pp. 101-147.
- SILVA, Carlos Tavares da. 1983. «O megalitismo e os primeiros metalurgistas», *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Alfa, pp. 83-98.
- SILVA, Carlos Tavares da. 1983a. «As primeiras comunidades neolíticas», *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Alfa, pp. 83-98.
- SILVA, Manuela Santos. 1987. *Óbidos Medieval - Estruturas urbanas e administração concelbia*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval a apresentar à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA, Maria J.M.. 1986. *Alguber — Trabalho de Antropologia* [Policopiado].
- SOARES, Joaquim. 1983. «Caçadores e recolectores do pós-Wurm», *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Alfa, pp. 63-71.
- SOARES, Maria Micaela. 1982. «A mudança na cultura rural portuguesa», *Boletim Cultural - Assembleia Distrital de Lisboa*, 2.º tomo, n.º 88 [série III], pp. 145-400 [+ 24 pp. extratexto].
- SOUSA, D. António Caetano de. (1737) 1947. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Livraria Editora, L.ª, 12 vols.
- SOUSA, D. António Caetano de. (1737) 1947. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Livraria Editora, L.ª, 6 tomos.
- SOUSA, Frei João de. (1789) 1981. *Vestígios da Língua Árábica em Portugal* (prefácio de A. Farinha de Carvalho), s.l., Ed. A. Farinha de Carvalho.
- SOUSA, Frei Luís de. (1623) 1977. *História de S. Domingos*, Vol. I. Porto, Lello & Irmãos-Editores.

⁹ Relativamente a este Diário foram consultados os n.ºs 4875, 4921, 4922, 4923, 4924, 4933, 4940, 4942, 4945, 4969, 4990, publicados entre os dias 16 de Agosto e 9 de Dezembro do ano de 1895, e os n.ºs 5745, 5751, 5755, 5756, 5769 e 5772, emitidos no período decorrente entre os dias 13 de Janeiro e 5 de Fevereiro de 1898.

- SPINDLER, Konrad. 1981. «Cova da Moura», *Madriider Beitrage*, Berlin, Mainz am Rheim, Vol. VII.
- A Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro Quinto: offerece respeitosamente a Camara do Cadaval*. Lisboa, Tipografia Aguiar Viana, 1856.
- SUEIRO, M. B. Barbosa. 1931. «Note sur la basalité des sacrum humains préhistoriques», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Vol. XVII, Lisboa, pp. 3-7.
- SUEIRO, M. B. Barbosa. 1933. «La trépanation crânienne chez l'homme néolithique des stations portugaises», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Vol. XIX, Lisboa, pp. 41-51.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. 1983. «A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385», *Revista de História Económica e Social*, n.º 12, Julho-Dezembro, pp. 45-89.
- Tesouros Artísticos de Portugal*. Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1976.
- Tesouros da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa, Ed. do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.
- O Trabalho e as Tradições Religiosas no Distrito de Lisboa*. Catálogo da Exposição de Etnografia, Lisboa, Governo Civil de Lisboa, 1991.
- TURNER, Victor W. 1969. *The Ritual Process — Structure and Anti-Structure*. 1.ª ed., Londres, Routledge & Kegan Paul.
- TURNER, Victor; TURNER, Edith. 1978. *Image and Pilgrimage in Christian Culture — Anthropological Perspectives*. New York, Columbia University Press.
- VAN GENNEP, Arnold. (1911) 1978. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis, Vozes.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1885. *Dialectos Extremenbos — Contribuições para o Estudo da Dialectologia Portuguesa. 1 — Língua popular do Peral*. Porto, Typographia de A. J. da Silva Teixeira.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1893. «Antiguidades do Cadaval», *O Clamor do Bombarral*, n.º 41, Janeiro.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1895. «Castros», *O Archeologo Português*, Vol. I, n.º 1, pp. 3-7.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1895a. «Museu Ethnographico Português», *Revista Lusitana*, Vol. III, Porto.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1896. «Acquisições do Museu Ethnographico Português», *O Archeologo Português*, Vol. II, n.º 6-7, Junho-Julho, pp. 158-160.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1898. «Acquisições do Museu Ethnologico Português», *O Archeologo Português*, Vol. IV, n.º 7-9, Julho-Setembro, pp. 241-245.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1904. «Acquisições do Museu Ethnologico Português», *O Archeologo Português*, Vol. IX, n.º 11-12, Novembro-Dezembro, pp. 308-310.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1905. «Notice sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais», *O Archeologo Português*, Vol. X, n.º 3-5, Março-Maio, pp. 65-71.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1909. «Necrologia. António Maria Garcia», *O Archeologo Português*, Vol. XIV, n.º 1-8, Janeiro-Agosto, pp. 245-247.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1910. «Acquisições do Museu Ethnologico Português», *O Archeologo Português*, Vol. XV, n.º 1-12, Janeiro-Dezembro, pp. 233-247.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1913. «Crónica. I — Excursão arqueológica no Cadaval», *O Archeologo Português*, Vol. XVIII, n.º 1-12, Janeiro-Dezembro, pp. 205-206.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1913a. «Goiva de pedra de Óbidos», *O Archeologo Português*, Vol. XXIV, n.º 1-12, Janeiro-Dezembro, p. 130.

- VASCONCELOS, J. Leite de. 1915. *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (Redactor). 1917. *O Archeologo Português*, Vol. XXII, n.º 1-12, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 121-122, 127.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1917a. «Coisas velhas», *O Archeologo Português*, Vol. XXII, n.º 1-12, Janeiro-Dezembro, pp. 107-143.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1918. «Pelo sul de Portugal (Baixo Alentejo e Algarve). b) Objectos estremenhos», *O Archeologo Português*, Vol. XXIII, n.º 1-12, Janeiro-Dezembro, pp. 104-138.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1920. *Boletim de Etnografia*. N.º 1, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 39.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1920a. «Coisas velhas», *O Archeologo Português*, Vol. XXIV, pp. 215-237.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1920b. «Estudos sobre a Época do Ferro em Portugal. Espetos de Bronze do Museu Ethnologico Português», *O Archeologo Português*, Vol. XXIV, pp. 99-107.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1920c. «Excursão archeologica», *O Archeologo Português*, Vol. XXIV, pp. 301-303.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1923. *Boletim de Etnografia*, n.º 2, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 46.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1924. *Boletim de Etnografia*, n.º 3, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 11-12, 21-26, 28-29.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1925. *A Figa — Estudo de Etnografia Comparativa, Precedido de Algumas Palavras a Respeito do «Sobrenatural» na Medicina Popular Portuguesa*. Porto, Araujo & Sobrinho, Sucres..
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1926. *Lições de Filologia Portuguesa*. 2.ª ed. (melhorada), Lisboa, Biblioteca Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1929. *Boletim de Etnografia*, n.º 4, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 31-38, 43-49.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1938. *Boletim de Etnografia*, n.º 5, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 46-50.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1938a. *Opúsculos*, Vol.V (parte I). s.l., Imprensa Nacional de Lisboa.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1938b. *Opúsculos*, Vol.VII (parte II). S.l., Imprensa Nacional de Lisboa.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1958. *Romanceiro Português — I*. Coimbra, Acta Universitatis Conimbragensis.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1960. *Romanceiro Português — II*. Coimbra, Acta Universitatis Conimbragensis.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1963. *Contos Populares e Lendas — I*. Coimbra, Acta Universitatis Conimbragensis.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1969. *Contos Populares e Lendas — II*. Coimbra, Acta Universitatis Conimbragensis.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1975. *Cancioneiro Popular Português — I*. Coimbra, Acta Universitatis Conimbragensis.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1979. *Cancioneiro Popular Português — II*. Coimbra, Acta Universitatis Conimbragensis.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1980. *Etnografia Portuguesa — Tentame de Sistematização*, Vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- VASCONCELOS, J. Leite de. 1980a. *Etnografia Portuguesa — Tentame de Sistematização*, Vol. II. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1980b. *Etnografia Portuguesa — Tentame de Sistematização*, Vol. III. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1980c. *Etnografia Portuguesa — Tentame de Sistematização*, Vol. VII. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1981. *Religiões da Lusitânia*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 3 Vols. [reimp. fac-sim].
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1982. *Etnografia Portuguesa — Tentame de Sistematização*, Vol. IV. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1982a. *Etnografia Portuguesa — Tentame de Sistematização*, Vol. V. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1982b. *Etnografia Portuguesa — Tentame de Sistematização*, Vol. VIII. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1983. *Cancioneiro Popular Português — III*. Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1983a. *Etnografia Portuguesa — Tentame de Sistematização*, Vol. VI. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1985. *Etnografia Portuguesa — Tentame de Sistematização*, Vol. IX. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1986. *Tradições Populares de Portugal*. 2.^a ed. (revista e aumentada), s.l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1988. *Etnografia Portuguesa — Tentame de Sistematização*, Vol. X. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VIDIGAL, Luís. 1989. *O Municipalismo em Portugal no Século XVIII*. Lisboa, Livros Horizonte.
- A Verdade*, Alenquer.¹⁰
- A Voz do Cadaval*, Cadaval.¹¹
- ZBYSZEWSKI, George. 1963. «A Importância das Grutas na Pré-História», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Vol. LXXXI (1-6).

¹⁰ Deste periódico consultaram-se os seguintes n.ºs: 492 (Julho 1929), 513 (Dezembro 1929) e n.º 514 (Dezembro 1929).

¹¹ Consultaram-se os números de Setembro de 1915, Março 1916 e Janeiro 1944.

**DOCUMENTAÇÃO
FOTOGRAFICA**



Cercal, 1990
(Capa)

*1
Vista panorâmica da Serra de Montejunto. Ao centro, a Vila do Cadaval.*







3
A ermida de S. João Baptista, edificada a 666 m de altitude, no cume da Serra de Montejunto, em dia de celebração de Nossa Senhora das Neves.



4
A Serra de Montejunto, na sua vertente oriental, vista da Abrigada (conc. de Alenquer).



5
A Serra de Todo-o-Mundo, vista do miradouro da Salvé-Rainha, na Serra de Montejunto.



6
Vinbedos e campos recém-ceifados na freguesia de Lamas. Ao fundo, o Montejunto com a sua coroa de Moinhos, nas vertentes sobranceiras aos lugares da Tojeira, Pereiro e Avenal.



7
Sobreiros na Serra de Montejunto, junto à estrada que liga Cercal a Rochaforte.



8
*Castro de Pragança, sobranceiro
a Pragança, na vertente W da Serra
de Montejunto.*

9
*Fragmento de bordo de vaso com
decoração do tipo folha de acácia,
proveniente do Castro de Pragança.
Calcolítico Médio. MNA.
Foto de José Silva.*



10
*Machado plano, cinzel, punção, pontas
de seta, foices de bronze, provenientes
do Castro de Pragança. Idade do Bronze.
MNA.
Foto de José Silva.*



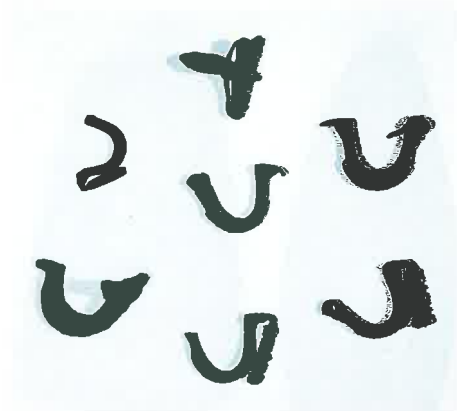
11
Taça carenada, proveniente do Castro de Pragança. Idade do Bronze. MNA. Foto de José Silva.

12
Taça carenada com asa, proveniente do Castro de Pragança. Idade do Bronze. MNA. Foto de José Silva.



13
Tesouro de Pragança», proveniente do Castro de Pragança. Idade do Ferro. MNA. Foto de Delfim Ferreira.





14
Fíbulas de bronze, provenientes dos
Castros de Pragança e de S. Salvador.
Idade do Ferro. MNA.
Foto de José Silva.



16
Vaso cilíndrico com decoração incisa
proveniente da Gruta
do Furadouro da Rochaforte. Neolítico
Final. Foto de José Silva.



15
Cabeças de alfinete caneladas e hastes
de osso, provenientes da Gruta do
Furadouro da Rochaforte. Neolítico
Final. MNA. Foto de José Silva.



17
Entrada da gruta da Salvé Rainha,
Serra de Montejunto.



18 - Machados de pedra polida. MNA.



19
Fragmento
de queijeira,
proveniente
do Castro
de Pragança.
Calcolítico. MNA.
Foto de José Silva.



21
Peso de tear decorado de
cerâmica, proveniente do
Castro de Pragança.
Calcolítico. MNA.
Foto de José Silva.



20
Cadinho de fundição de
cerâmica, proveniente do
Castro de Pragança.
Calcolítico. MNA.
Foto de José Silva.



22 - Lâmina foliácea, pontas de seta e furador de sílex, provenientes do Castro de Pragança. Calcolítico. MNA. Foto de José Silva.



23
Recipiente e vaso semi-esférico,
provenientes do Castro de Pragança.
Calcolítico. MNA. Foto de José Silva.



24
Contas de colar de rocha verde,
provenientes do Castro de Pragança.
Calcolítico. MNA.
Foto de José Silva.

25
Vaso, proveniente do Castro de Pragança.
Idade do Bronze. MNA. Foto de José Silva.





26
*Ara romana, recolhida em Lamas.
MNA.*

27
*Antigo templo cristão,
de origens supostamente
muçulmanas:
o «morabito» do Cercal.*





28 - A aldeia de Alguber, aninhada na Serra de Todo-o-Mundo.



29 - Antigos Paços do Concelho, Vila do Cadaval.



30 - Actual sede da Câmara Municipal do Cadaval.



31 - Vila do Cadaval. Praça principal.



32 - Extensa área de plantação de eucalipto freguesia de Alguber.



33 - Quinta do Gradil, Vilar. Propriedade de carácter latifundiário onde se combinam as culturas vinícola, frutícola e florestal.



38
Reservatório de abastecimento de água aos tabuleiros de congelação.

39
Tabuleiros, em calcário, nos quais se procedia à congelação natural da água.

40
Pormenor de um dos tabuleiros no qual se pode observar o início do efeito da congelação natural.

41
Pormenor dos canais de circulação da água entre os tabuleiros de congelação.

42
Fachada do edifício, hoje em ruínas, onde se encontram os três poços de conservação e armazenamento do gelo.

43
Interior de um dos poços de conservação do gelo.



48

Capela da Quinta do Fidalgo, Cadaval.

44

Quinta do Gradil, Vilar.

45

Fachada e alçado lateral esquerdo da capela da Quinta do Gradil, Vilar.

46

Alçado posterior da capela da Quinta do Gradil, Vilar.

47

Quinta do Fidalgo, Cadaval.



49
Quinta da Boavista, Alguber.



50
*Alto relevo,
Quinta da Boavista,
Alguber.*

51
Brasão da Quinta da Boavista, Alguber.



53
*Brasão da
Quinta de Santo
António. Peral.*



52 - *Quinta de Porto Nogueira, Alguber.*





54 - Capela de Nossa Senhora das Neves e ruínas do convento da Ordem de S. Domingos, Serra de Montejunto.



55
Interior do convento dominicano,
o primeiro desta Ordem edificado
em Portugal, Serra de Montejunto.



56
Interior da capela de Nossa Senhora
das Neves, Serra de Montejunto.



57
Altar-mor da Igreja matriz, Cadaval.



58
Igreja do Espírito Santo, Vermelha.

59
Igreja de S. Vicente, Cercal.





60
*Casa onde, reza a lenda, pernôitava D. João IV
 em passagem pelo Cercal.*



61
*Placa, na fachada da referida casa,
 assinalando a estadia de D. João IV.*

62
Chafariz mandado erigir por D. Maria I, Cercal.





63
Capela de S. João Baptista, Boiça do Louro, Painho. Ao lado do novo sino, colocado quando das obras de melhoramento da capela, conserva-se o velho.



64
Torre sineira da igreja de S. Simão, Vermelha.



65
Igreja do Espírito Santo, Alguber. Além dos sinos, o campanário alberga agora também os altifalantes.

66
*Festa de Nossa Senhora das
Neves, Serra de Montejunto.
Antes da missa,
a Filarmónica 1º de
Dezembro, de Pragança,
dá três voltas à capela,
precedida de dois cavaleiros
que transportam o pendão
da Senhora.*



67
*Festa de Nossa Senhora das
Neves. Depois da missa, sai a
procissão: atrás da Senhora,
debaixo do pálio, segue o
pároco, e, atrás dele,
a Filarmónica e o povo.*



68
*Festa de Nossa Senhora das
Neves. À noite, Pragança
alinda-se com a
iluminação «à moda do
minho», e o arraial
prolonga-se até madrugada.*





69 Casa alpendrada, Pragança.



72 O domínio da mulher. Alguber.



70 Igreja do Espírito Santo, na Vermelha.



71
Rua da parte velha da Vila do
Cadaval No telhado da casa
da esquerda, um fumetro.



73 Altar da capela de Nossa Senhora da Fortaleza, Dom-Durão.

74
 Altar-mor da igreja do
 Divino Espírito Santo,
 Painho.
 À esquerda, a imagem
 de Santo António,
 o franciscano
 casamenteiro.



75
 Altar da capela da
 Nossa Senhora das
 Mercês, Vale-Canada.
 Ao centro, a santa, a
 quem as mulheres da
 aldeia recorriam
 outrora por ocasião
 do parto.





76 - Pormenor da imagem de S. Miguel dominando o Dragão, aqui representado como um Diabo negro, com chifres, cauda e patas, mas de feições estranhamente humanas. Capela de S. Miguel, Pereiro.



77
Altar da capela de S. João Baptista, Serra de Montejunto. Entre os ex-votos que lhe são oferecidos, sobretudo representações de cabeças, em razão da sua hagiografia, figuram igualmente imagens de crianças.



78 e 79
Banco feito de um tronco de árvore por um septuagenário do Pereiro. Em duas pernas esculpiu o seu autor uma personagem feminina e uma personagem masculina, enquanto nas outras duas pernas fez também representar outro par de opostos da cultura popular: uma cobra e um sardão.



80
Relógio de Sol na igreja do Espírito Santo, Alguber.



81
Relógio de Sol de bolso, em madeira.

82 - *A imagem de Nossa Senhora das Candeias, reentrando na sua igreja, em Alguber, depois da procissão realizada em sua honra no dia que lhe é consagrado.*





83 - Pastoreando um rebanho de cabras entre o Vilar e o Avenal.

84 - Matança do porco na Sobrena, freguesia do Peral.
Retrato da mudança: a carqueja cede hoje lugar ao maçarico a gás.





85 - Limpeza de um campo para cultivo de trigo, freguesia de Vilar.

86 - Parcela de trigo semeado entre duas vinhas, freguesia do Cadaval.





87
Campo de aveia, Serra de Montejunto. Ao fundo, pequena cabana onde o agricultor guarda as alfaias com que trabalha a terra.



88
Campo de trigo recém-ceifado entre o Pereiro e o Avenal.



89
Transportando penso para o gado em Pragança, outrora conhecida por «terra dos burros», por causa do muito gado asinino que aí havia, indispensável ao acarreo no Montejunto.



90 - Debulha e enfardamento mecânicos do trigo em Algeber.

*91 - Campo ceifado por ceifeira mecânica.
Sobre o solo, a palha, também enfardada mecanicamente, para penso do gado. Algeber.*





92
Moinho da Cabeça do Assento, Palboça, Figueiros
(reprodução da capa de *A Hora*, Ano I, nº 11,
de 1934).



93
Moinho da Cabeça do Assento, Palboça, Figueiros
(reprodução de *Arquitetura Popular em Portugal*,
1961).





94 e 95
Moinho do Alto da Lagoínba, Serra de Montejunto.



96
O moleiro dando ao sarilho. Além deste, podem ver-se igualmente a ponte do sarilho, os pontaletes e, cravados na parede, os andorinbos. Moinho da Serra da Costa, freguesia de Vilar.

97
Pormenor do mecanismo motor externo do moinho da Serra da Costa.





98, 99, 100 e 101

O arrear do pano, ao fim do dia de trabalho, no moinho da Serra da Costa.





102
*Vara, vela, escota, travadoiro
e búzios. Moinho da Serra
da Costa.*



103
*Moinho da Serra da Costa
a todo o pano.*



104
Moega, quelha e cadelo.
Moinbo da Serra da Costa.



105
O avental da mó, a pá,
enterrada na farinha
acabada de moer, e, junto
a um cambeiro, a vassoura
e os maqueiros.
Moinbo da Serra da Costa.



106
Moleiro bandejando
o trigo. Moinbo da Serra
da Costa.



107
O «inferno» do moinbo da
Serra da Costa. Além do
peneiro mecânico e do grão
para moer ou de alguma
saca de farinha, aqui
guarda o moleiro os crivos
e as bandejas de limpar o
grão, os búzios e as alfaias
indispensáveis ao seu ofício.



108
*Rodas motrizes e caleira
de Azenha, Vilar.*

109
*O «inferno» da azenha do Vilar. Além do mastro e
da entrosga podem observar-se o carroto, o urreiro
e o aliviador.*



110
Moenda da azenha do Vilar.



111
Azenha em Pragança, junto ao curso de água de «Maria Magra».



112
Roda motriz de azenha na Corrieira.

113
Interior de uma das azenbas no lugar da Corrieira.



114
*Moinbo de armação metálica
na sede de concelho.*



115
*Moinbos em avançado estado de ruína.
Alto dos Moinbos, Cercal.*





116
*Campos cultivados na encosta W
da Serra de Montejunto, entre a Tojeira
e o Pereiro: cereais, árvores de fruto
e vinhas.*



117
*Vinbedos extensos na freguesia
da Vermelha.*

118 - *Vinba na freguesia do Peral.*





*119,
120 e
121
Procedendo à empva, Figueiros*





122 - Vinha submetida à empa na Serra da Costa, Vilar,



123 - Em primeiro plano, velha adega na Póvoa, freguesia de Lamas. Ao fundo, a capela de Santa Ana.



124 Adega em Palbais, na freguesia de Vilar,



125 Adega Cooperativa da Vermelha.



126 Adega Cooperativa do Cadaval.

ÍNDICES

ÍNDICE DA DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

INTRODUÇÃO: ENQUADRAMENTO NATURAL DO CONCELHO

- 1 — Vista panorâmica da Serra de Montejunto.
- 2 — A Serra de Montejunto na sua secção central.
- 3 — Ermida de S. João Baptista.
- 4 — A Serra de Montejunto na sua vertente oriental.
- 5 — A Serra de Todo-o-Mundo.
- 6 — Vinhedos e campos recém-ceifados na freguesia de Lamas.
- 7 — Sobreiros na Serra de Montejunto.

LIVRO I

PARTE I — ADMINISTRAÇÃO

I — DA PRÉ-HISTÓRIA AO PERÍODO ROMANO

- 8 — Castro de Pragança, sobranceiro a Pragança.
- 9 — Fragmento de bordo de vaso com decoração do tipo *folha de acácia*.
Castro de Pragança.
- 10 — Machado plano, cinzel, punção, pontas de seta e foices de bronze. Castro
de Pragança.
- 11 — Taça carenada. Castro de Pragança.
- 12 — Taça carenada com asa. Castro de Pragança.
- 13 — «Tesouro de Pragança».
- 14 — Fibulas de bronze. Castros de Pragança e de S. Salvador.
- 15 — Cabeças de alfinete caneladas e hastes de osso. Gruta do Furadouro
de Rochaforte.
- 16 — Vaso cilíndrico com decoração incisa. Gruta do Furadouro de Rochaforte.
- 17 — Entrada da gruta da Salvé Rainha, Serra de Montejunto.

- 18 — Machados de pedra polida.
- 19 — Fragmento de queijeira. Castro de Pragança.
- 20 — Cadinho de fundição em cerâmica. Castro de Pragança.
- 21 — Peso de tear decorado em cerâmica. Castro de Pragança.
- 22 — Lâmina foliácea, pontas de seta e furador de sílex. Castro de Pragança.
- 23 — Recipiente e vaso semi-esférico. Castro de Pragança.
- 24 — Contas de colar de rocha verde. Castro de Pragança.
- 25 — Vaso. Castro de Pragança.

II — DO ROMANO AO ÁRABE

- 26 — Ara romana, recolhida em Lamas.
- 27 — Antigo templo cristão, de origens supostamente muçulmanas: o «morabito» do Cercal.

IV — DO «NUMERAMENTO» DE 1527 A 1864

- 28 — A aldeia de Alguber, aninhada na Serra de Todo-o-Mundo.

V — A EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS DEMOGRÁFICA E ECONÓMICA A PARTIR DE 1864

- 29 — Antigos Paços do Concelho, Vila do Cadaval.
- 30 — Actual sede da Câmara Municipal do Cadaval.
- 31 — Vila do Cadaval. Praça principal.
- 32 — Extensa área de plantação de eucalipto na freguesia de Alguber.
- 33 — Quinta do Gradil, Vilar.

PARTE II — ADMINISTRAÇÃO

I — ADMINISTRAÇÃO SENHORIAL

- 34 — Carta do título de Duque de Cadaval concedido a D. Nuno Álvares Pereira de Melo.
- 35 — Foral do Cadaval (primeira folha).
- 36 — Foral do Cadaval (pormenor da gravura que assinala o início do documento).

II — ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA

- 37 — Carta de constituição da vila e do termo do Cadaval.

PARTE III — O PATRIMÓNIO

I — O PATRIMÓNIO CIVIL

- 38 — Reservatório de abastecimento de água aos tabuleiros de congelação. Real Fábrica do Gelo, Serra de Montejunto.
- 39 — Tabuleiros, em calcário, nos quais se procedia à congelação natural da água. Real Fábrica do Gelo.
- 40 — Pormenor de um dos tabuleiros no qual se pode observar o início do efeito da congelação natural. Real Fábrica do Gelo.
- 41 — Pormenor dos canais de circulação da água entre os tabuleiros de congelação. Real Fábrica do Gelo.
- 42 — Fachada do edifício, hoje em ruínas, onde se encontram os três poços de conservação e armazenamento do gelo. Real Fábrica do Gelo.

- 43 — Interior de um dos poços de conservação do gelo. Real Fábrica do Gelo.
- 44 — Quinta do Gradil, Vilar.
- 45 — Fachada e alçado lateral esquerdo da capela da Quinta do Gradil.
- 46 — Alçado posterior da capela da Quinta do Gradil.
- 47 — Quinta do Fidalgo, Cadaval.
- 48 — Capela da Quinta do Fidalgo.
- 49 — Quinta da Boavista, Alguber.
- 50 — Alto relevo, Quinta da Boavista.
- 51 — Brasão da Quinta da Boavista.
- 52 — Quinta de Porto Nogueira, Alguber.
- 53 — Brasão da Quinta de Santo António, Peral.

II — O PATRIMÓNIO RELIGIOSO

- 54 — Capela de Nossa Senhora das Neves e ruínas do convento da Ordem de S. Domingos, Serra de Montejuento.
- 55 — Interior do convento dominicano, o primeiro desta Ordem edificado em Portugal.
- 56 — Interior da capela de Nossa Senhora das Neves.
- 57 — Altar-mor da Igreja matriz, Cadaval.
- 58 — Igreja do Espírito Santo, Vermelha.
- 59 — Igreja de S. Vicente, Cercal.

III — ITINERÁRIOS RÉGIOS

- 60 — Casa onde, reza a lenda, pernoitava D. João IV em passagem pelo Cercal.
- 61 — Placa, na fachada da referida casa, assinalando a estadia de D. João IV.
- 62 — Chafariz mandado erigir por D. Maria I, Cercal.

LIVRO II

PARTE I - ENTRE A ALDEIA E A CASA

I — ESPAÇO ALDEÃO E IDENTIDADE COLECTIVA

- 63 — Capela de S. João Baptista, Boiça do Louro, Painho.
- 64 — Torre sineira da igreja de S. Simão, Vermelha.
- 65 — Igreja do Espírito Santo, Alguber.
- 66 — Festa de Nossa Senhora das Neves, Serra de Montejuento.
- 67 — Festa de Nossa Senhora das Neves.
- 68 — Festa de Nossa Senhora das Neves.

II — ARQUITECTURA E SIMBÓLICA DO ESPAÇO DOMÉSTICO

- 69 — Casa alpendrada, Pragança.
- 70 — Igreja do Espírito Santo, Vermelha.
- 71 — Rua da parte velha da Vila do Cadaval.
- 72 — O domínio da mulher. Alguber.

III — ESPAÇO DOMÉSTICO E REPRODUÇÃO SOCIAL

- 73 — Altar da capela de Nossa Senhora da Fortaleza, Dom-Durão.
- 74 — Altar-mor da igreja do Divino Espírito Santo, Painho.

- 75 — Altar da capela da Nossa Senhora das Mercês, Vale-Canada.
 76 — Pormenor da imagem de S. Miguel dominando o Dragão. Capela de S. Miguel, Pereiro.
 77 — Altar da capela de S. João Baptista, Serra de Montejunto.
 78/79 — Banco feito de um tronco de árvore.

PARTE II — O QUOTIDIANO ALDEÃO: ESPAÇO DOMÉSTICO E PRODUÇÃO ECONÓMICA

I — O DOMÍNIO DO TEMPO

- 80 — Relógio de Sol na igreja do Espírito Santo, Alguber.
 81 — Relógio de Sol de bolso, em madeira.
 82 — Nossa Senhora das Candeias reentrando na sua igreja, em Alguber.

II — O CICLO DO PAO

- 83 — Pastoreando um rebanho de cabras entre o Vilar e o Avenal.
 84 — Matança do porco na Sobrena, freguesia do Peral.
 85 — Limpeza de um campo para cultivo de trigo, freguesia de Vilar.
 86 — Parcela de trigo semeado entre duas vinhas, freguesia do Cadaval.
 87 — Campo de aveia, Serra de Montejunto.
 88 — Campo de trigo recém-ceifado entre o Pereiro e o Avenal.
 89 — Transportando penso para o gado em Pragança.
 90 — Debulha e enfardamento mecânicos do trigo em Alguber.
 91 — Campo ceifado por ceifeira mecânica. Alguber.
 92 — Moinho da Cabeça do Assento, Palhoça, Figueiros.
 93 — Moinho da Cabeça do Assento.
 94/95 — Moinho do Alto da Lagoínha, Serra de Montejunto.
 96 — O moleiro dando ao sarilho. Moinho da Serra da Costa, freguesia de Vilar.
 97 — Pormenor do mecanismo motor externo do moinho da Serra da Costa.
 98/99/100/101 — O arrear do pano no moinho da Serra da Costa.
 102 — Vara, vela, escota, travadoiro, búzios e moleiro. Moinho da Serra da Costa.
 103 — Moinho da Serra da Costa a todo o pano.
 104 — Moega, quelha e cadelo. Moinho da Serra da Costa.
 105 — O avental da mó, a pá, e, junto a um cambeiro, a vassoura e os maqueiros. Moinho da Serra da Costa.
 106 — Moleiro bandejando o trigo. Moinho da Serra da Costa.
 107 — O «inferno» do moinho da Serra da Costa.
 108 — Rodas motrizes e caleira de Azenha, Vilar.
 109 — O «inferno» da azenha do Vilar.
 110 — Moenda da azenha do Vilar.
 111 — Azenha em Pragança.
 112 — Roda motriz de azenha na Corrieira.
 113 — Interior de uma das azenhas no lugar da Corrieira.
 114 — Moinho de amaço metálica na sede de concelho.
 115 — Moinhos em avançado estado de ruína. Alto dos Moinhos, Cercal.

III — A PRODUÇÃO VITIVÍNICOLA

- 116 — Campos cultivados na encosta W da Serra de Montejunto.
 117 — Vinhedos extensos na freguesia da Vermelha.
 118 — Vinha na freguesia do Peral.
 119/120/121 — Procedendo à empa, Figueiros.
 122 — Vinha submetida à empa na Serra da Costa, Vilar.
 123 — Velha adega e capela de Santa Ana. Póvoa, Lamas.
 124 — Adega em Palhais, Vilar.
 125 — Adega Cooperativa do Cadaval.
 126 — Adega Cooperativa da Vermelha.

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO: ENQUADRAMENTO NATURAL DO CONCELHO	15
1. O Relevo	17
2. O Clima e a Hidrologia	22
3. A Flora e a Fauna	26
Anexo.....	32

LIVRO I

PARTE I — POVOAMENTO

I — DA PRÉ-HISTÓRIA AO PERÍODO ROMANO	41
1. Os Castros	43
1.1. Castro de Pragança	43
1.2. Castro de Rochaforte.....	48
1.3. Castro do Salvador.....	49
2. As Grutas Necrópoles da Serra de Montejunto	49
2.1. Gruta das Fontainhas	50
2.2. Gruta do Furadouro	51
2.3. Grutas de Rochaforte ou grutas do Furadouro de Rochaforte	52
2.4. Gruta de Rochaforte II.....	52
2.5. Gruta da Salvé-Rainha	53
2.6. Gruta do Bico do Pássaro.....	53
2.7. Outras grutas	54
3. Os Achados Dispersos	54

II — DO ROMANO AO ÁRABE	57
1. O Período Romano	57
2. O Domínio Muçulmano	60
III — DA RECONQUISTA CRISTÃ A 1527	64
1. A Intensidade do Povoamento na Estremadura Central durante a Época da Reconquista Cristã	65
2. A Progressão do Povoamento	66
2.1. A cobertura vegetal	66
2.2. Grupos de povoadores e formas de propriedade fundiária	68
3. O «Numeramento» de 1527.....	73
IV — DO «NUMERAMENTO» DE 1527 A 1864	77
1. Análise Quantitativa da População até 1864.....	78
2. A Transformação da Paisagem Rural	81
3. A Estrutura Social e Económica e as Suas Consequências na Evolução Demográfica	84
4. A Assistência Médica no Século XVIII	88
5. A Instrução Pública	91
6. A Mala-Posta	93
7. As Invasões Francesas	96
V — A EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS DEMOGRÁFICA E ECONÓMICA A PARTIR DE 1864	99
1. A Evolução Demográfica no Período 1864-1991	101
2. Distribuição da População na Área do Concelho	105
3. A Dinâmica do Concelho entre a Segunda Metade do Século XIX e Meados do Século XX	111
3.1. As vias de comunicação	111
3.2. O progresso do ensino público	116
3.3. A actividade cultural e recreativa	120
4. A Evolução da Estrutura Demográfica entre 1864 e 1981.....	123
5. A Actividade Económica	128
Anexo	135

PARTE II — ADMINISTRAÇÃO

I — A ADMINISTRAÇÃO SENHORIAL	139
1. Primeira Fase: do Início da Jurisdição Senhorial até 1383-1385.....	140
2. O Período Brigantino e o Nascimento da Sub-Linhagem Donatária do Cadaval	148
3. A Expansão da Sub-Linhagem Donatária do Cadaval até ao Ocaso do Senhorialismo	162
Anexo 1.....	171
4. Foral do Cadaval — Carta de Prescrição das Rendas Senhoriais	171
Anexo 2	179
II — A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA	183
1. A Constituição do Concelho do Cadaval	184
2. As Mutações Geo-Administrativas Ocorridas no Concelho do Cadaval durante o Século XIX	193
Anexo	216

PARTE III — O PATRIMÓNIO

INTRODUÇÃO	219
I — O PATRIMÓNIO CIVIL.....	221
1. A Real Fábrica do Gelo	221
2. As Quintas.....	226
2.1. Quinta do Gradil	226
2.2. Quinta do Fidalgo	227
2.3. Quinta da Vila ou Quinta de D. Amiga	228
2.4. Quintas do Cidral, da Boavista, do Vale e de Porto Nogueira	228
2.5. Quinta de Santo António	229
2.6. Quinta de São Lourenço	230
II — O PATRIMÓNIO RELIGIOSO	231
1. Os Conventos da Ordem de S. Domingos	231
2. Capela de Nossa Senhora das Neves.....	234
3. Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Cadaval)	235
4. Igreja do Espírito Santo (Vermelha).....	235
5. Igreja de S. Vicente (Cercal)	236
III — ITINERÁRIOS RÉGIOS	237

LIVRO II

INTRODUÇÃO	241
------------------	-----

PARTE I — ENTRE A ALDEIA E A CASA

I — ESPAÇO ALDEÃO E IDENTIDADE COLECTIVA	247
1. As Alcunhas Pessoais	247
2. As Alcunhas Grupais	250
3. A Voz da Aldeia	252
4. As Origens da Aldeia.....	255
5. Reprodução e Celebração da Aldeia	263
II — ARQUITECTURA E SIMBÓLICA DO ESPAÇO DOMÉSTICO	268
1. O Espaço Euclidiano	268
2. O Espaço Significante	273
III — ESPAÇO DOMÉSTICO E REPRODUÇÃO SOCIAL	279
1. O Namoro: da Sedução à «Amarração»	279
2. Casamento e Fecundidade Conjugal.....	290

3. Matrimónio, Maternidade e Condição Feminina.....	295
4. O Nascimento: da Carne à Alma.....	299
5. Quebranto e Males de Infância.....	310
Anexo.....	327

PARTE II — O QUOTIDIANO ALDEÃO: ESPAÇO DOMÉSTICO E PRODUÇÃO ECONÓMICA

I — O DOMÍNIO DO TEMPO.....	335
1. Uma Cosmologia Arcaica.....	335
2. A Previsão do Tempo: <i>Krónos</i> e <i>Météoros</i>	348
Anexo.....	362
II — O CICLO DO PÃO.....	364
1. Introdução.....	364
2. Da Terra à Eira.....	368
3. Do Grão à Farinha.....	373
4. Da Farinha ao Pão.....	394
Anexo.....	404
III — A PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA.....	408
1. O Vinho na História do Concelho.....	408
2. A Produção Vitivinícola nas Estratégias Contemporâneas do Concelho.....	412
Anexo.....	417
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	423
I — FONTES MANUSCRITAS.....	423
II — BIBLIOGRAFIA.....	424
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA.....	439

ÍNDICES

ÍNDICE DA DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA.....	483
ÍNDICE GERAL.....	487

Composto e impresso
para
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA
nas suas oficinas gráficas, em Lisboa,
com uma tiragem de mil exemplares.

Acabou de imprimir-se
em Janeiro de mil novecentos e noventa e cinco.

ED. 25 200 825
CÓD. 292 178 000
ISBN - 972-27-0753-1

DEP. LEGAL N.º 85 650/95

